



Assembleia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Ciência, Tecnologia e Comunicação



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Ciência, Tecnologia e Comunicação

índice

18.11.1999	003
08.02.2000	036
15.03.2000	086
29.03.2000	145
12.04.2000	224
25.04.2000	279
22.11.1999	326
02.12.1999	355



Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Ciência, Tecnologia e Comunicação

índice - continuação

09.02.2000	422
22.03.2000	460
05.04.2000	502
19.04.2000	569
03.05.2000	629

Ciência, Tecnologia e Comunicação

18.11.1999

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Carlos Voght – Diretor executivo do Instituto UNIENC
- .Perci Corrêa Vieira – Pesquisador científico do Instituto Geológico
- .Maria Fuentes Piedade – Pesquisadora científica do Instituto Biológico
- .Cláudio Trevisse – Gerente da Divisão e Tecnologia do SEBRAE São Paulo
- .Antônio Carlos la Rubia – Divisão de Tecnologia do SEBRAE São Paulo
- .Osires Silva – Diretor de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- .Cláudio Rodrigues – Diretor Superintendente do IPEN São Paulo
- .Carlos Henrique de Brito Cruz – Presidente da FAPESP
- .Hernan Chaimovich – Professor do Instituto de Química da USP, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo
- .Edson Ferman – Diretor de Tecnologia do SEBRAE São Paulo
- .Antônio Carlos Bernardo – Professor
- .Nelson Raimundo Braga – Presidente da Associação de Pesquisadores Científicos - ApqC
- .João Pisisieznig Filho – Instituto de Pesquisa Tecnológica
- .Francisco Assis Chiaratto – Secretaria de Ciência e Tecnologia. Assessor e representante do Deputado José Aníbal

SR. CARLOS ZARATTINI – Anunciamos as seguintes presenças: Carlos Voght, Diretor Executivo do Instituto Unienc, Perci Corrêa Vieira, Pesquisador Científico do Instituto Geológico, Maria Fuentes Piedade, Pesquisadora Científica do Sebrae São Paulo, assessorando Edson Farman, Antônio Carlos la Rubia, também da Divisão de Tecnologia do Sebrae São Paulo, assessorando Edson Farman, Diretor de Tecnologia do Sebrae São Paulo, Osires Silva, Diretor de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Cláudio Rodrigues, Diretor Superintendente do Ipen São Paulo, Carlos Henrique de Brito Cruz, Presidente da Fapesp, Professor da Unicamp, Hernan Chaimovich, Professor do Instituto de Química da Usp, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

Queríamos comunicar que para esse nosso Conselho, foram convidadas mais algumas pessoas, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Dr. José Annibal Peres de Pontes, que nos indicou o Sr. Francisco de Assis Chiarato, que acho que ainda não se encontra presente. (Pausa) Representando o Sr. Secretário deveria estar aqui o Sr. Francisco de Assis Chiarato que já estava no prédio e deve estar chegando. Também foi indicado mais um representante da Fiesp, Sr. Flávio Grispan, Sr. Aldo Malavazi, que é Secretário Geral da SBPC, que nos comunicou que não poderia comparecer por estar viajando, Sr. Clodoaldo Pavan, que também está viajando, mas também aceitou fazer parte, Sr. Otaviano Helene, que é do Instituto de Física da Usp, representando a Associação dos Docentes, Sr. Hélio Waldman, da Unicamp, representando a Universidade de Campinas, Professor Marcos Antônio Monteiro, Superintendente do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, não se comunicou conosco, mas também aceitou fazer parte deste Conselho. Esse é o nosso grupo de trabalho.

Fizemos uma proposta de temário a ser desenvolvido no próximo ano. Esse temário, que já distribuímos, é uma primeira idéia. Estamos aqui exatamente para debatê-la, ver se existem outras propostas. Vamos ter a colaboração do Seade – Sistema de Estatística e Análise de Dados do Estado de São Paulo, que vai nos apoiar no sentido de levantar estatísticas, indicadores e até mesmo elaborar

indicadores que possam fazer uma avaliação permanente desse setor de Ciência e Tecnologia e também vai nos dar apoio aqui nesse trabalho. Então, junto com o temário também é importante dizer que vamos ter essa colaboração da Fundação Seade. No segundo item desse temário, temos uma proposta da formatação da discussão. Estamos propondo a realização de debates, basicamente na Assembléia Legislativa, com possibilidade de transmissão a outros pontos do Estado através de teleconferência. Para isso, tivemos um primeiro contato com a Escola Politécnica da Usp, que se dispôs a nos ajudar nessa questão. Poderíamos fazer debates fora da própria Assembléia, teríamos a possibilidade de fazer algumas exposições no Hall da Assembléia, onde foi feito o credenciamento e temos também a condição de publicar e divulgar textos de contribuição ao debate. Em seguida, temos um cronograma dos trabalhos, cuja nossa primeira idéia, primeira proposta, é realizar logo agora no dia 8/12 – proposta de data, inclusive – um debate sobre Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e Emprego no Estado de São Paulo. Seria para termos uma primeira iniciativa já nesse ano em relação à discussão do nosso tema. E, em seguida, estamos propondo fazer uma segunda reunião do Conselho em 8/2/2001, desenvolver os trabalhos de 15/2 a 30/4, que seria o período de desenvolvimento, de debates e de exposições, no mês de maio elaborar o relatório e no mês de junho aprovarmos o relatório de trabalho. E a nossa proposta é que esse Conselho se reúna mensalmente para avaliar, acertar rota, discutir, enfim, fazer o que for necessário. Não sei se há alguma sugestão, mas para iniciar os trabalhos gostaria de abrir a palavra aos senhores.

Nossa idéia é que o Conselho efetivamente dirija os trabalhos, não queremos aqui fazer um Conselho só para figurar, a nossa idéia é um Conselho que efetivamente ajude, oriente e colabore com o andamento dos nossos trabalhos. Está inscrito Dr. Osires Silva, em seguida, Sr. Edson Farman. Tem a palavra Dr. Osires Silva.

SR. OSIRES SILVA – Senhor Deputado, Srs. Conselheiros, estava examinando a proposta de trabalho, inclusive os programas que foram colocados e baseados nos tópicos aqui colocados, gostaria de fazer uma colocação que me parece de aspecto fundamental. Se dermos uma olhada hoje no mundo, acho que não preciso dissertar muito a respeito do assunto, porque as pessoas que estão em volta dessa mesa e todos os Conselheiros estão convencidos da importância da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento econômico de qualquer Nação. Portanto, isso dispensaria comentários. Mas, se dermos uma examinada no que está acontecendo no mundo hoje, a inovação tem sido a mola propulsora do desenvolvimento. Vemos os Estados Unidos, em particular – a custa de inovação, desenvolvimento, aumento de eficiência nacional – eles estão há 9 anos num desenvolvimento sustentado que está espantando até os economistas mais otimistas. Inclusive, muitos colocando até que nunca aconteceu na história um fenômeno semelhante. E isto vem exatamente da criatividade, da inovação, de investimentos maciços em Ciência e Tecnologia, a ponto tal que o Presidente Clinton na sua mensagem ao Congresso, na renovação do ano fiscal, recentemente determinou uma série de cortes nos orçamentos públicos, exceto na área de Ciência e Tecnologia, dizendo que os Estados Unidos não colocariam em jogo o seu futuro. Infelizmente não é o que acontece no nosso país.

Na realidade, quando colocamos todos esses tópicos, estamos centrando de uma forma ou de outra, aqui está muito explícito, na Universidade e na Indústria, como motores fundamentais do desenvolvimento científico e tecnológico. Podemos até colocar como comércio, atividades produtivas de um lado e atividade acadêmica do outro. Parece-me que esse quadro não se fecha. Vemos todas as colocações dessa natureza como o governo estando isento deste processo. O governo entra com o papel de estimulador, agora ele não participa do processo. Nunca colocamos em debate a necessidade do governo enfrentar mudanças tecnológicas e aumentar a sua eficiência para fazer com que o país possa crescer. O governo, ao longo desses anos todos, tem se transformado e hoje já é, sem dúvida nenhuma, num dos

grandes inibidores do desenvolvimento nacional por força de suas posturas, em geral, complexas, complicadas, custosas, sem o necessário debate com a sociedade. De modo que a minha proposta, em resumo, é que incluamos o governo como vítima desse processo. Não vamos dizer que vítima do processo seja só o setor produtivo, o setor acadêmico, ou seja, vamos dizer, causas e conseqüências disto. O governo tem muita coisa a fazer, o governo continua antigo como nunca, suas posturas, suas colocações burocráticas. Fiquei feliz de ouvir hoje o Presidente na sua locução mencionar esse assunto de uma forma razoavelmente indireta e de uma forma mais direta nesse papel que foi colocado aqui. Parece-me fundamental que coloquemos aqui fundamentalmente a mudança das estruturas públicas em função do avanço tecnológico que está ocorrendo, para que a sociedade possa disso beneficiar-se. E não colocar simplesmente o governo numa parte isolado, superior, como supervisor de um sistema, do qual, em geral, as autoridades não entendem, não compreendem e não colocam o esforço necessário para que o país se desenvolva. De modo que essa é a minha sugestão, Sr. Deputado, meus caros companheiros, de que coloquemos isso sob uma ótica global e caminhando intensamente para o resultado que todos desejamos: aumentar a eficiência do país. O processo de desenvolvimento hoje depende de um aumento enorme da eficiência. A Ciência e a Tecnologia podem dar respostas a isto, mas tem que envolver a sociedade como um todo: o

governo, o sistema produtivo, o sistema acadêmico, a população de um modo geral, os serviços públicos, enfim, tudo tem que passar por aí, não tem ninguém fora desse circuito.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Pela ordem, estava inscrito o Sr. Edson Farman e em seguida o Sr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Sr. Hernan Chaimovitch, Cláudio Rodrigues e Antônio Carlos Bernardo. Tem a palavra o Sr. Edson Farman.

SR. EDSON FARMAN – Deputado Zarattini, colegas de Conselho, como uma primeira lida, rápida, sugiro algumas coisas, tais como: no item 3, entendo que devemos também fazer uma avaliação da Fapesp e da Finep, com relação ao desenvolvimento científico e interesse empresarial, não só na questão de Recursos Humanos. Da mesma maneira que é feita uma avaliação na área de formação de recursos humanos pela Fapesp e Finep, deveremos fazer no item 3. Essa é uma sugestão. A segunda sugestão no item 3, também. Temos que ver direito como vamos tratar a questão da transferência de conhecimento para a pequena e média empresa. Estamos falando isso de universidades, estamos falando isso e acho que até quem pode falar com mais propriedade que eu é o Professor Voght, por meio de seu instituto. Mas, acho que é um tema muito importante, que queria elencar com outro. O estatuto da micro e pequena empresa dá uma questão do tratamento diferenciado dos institutos de pesquisa com relação a esses setores: o micro e o pequeno. Acho que poderíamos tratar isso aqui – de que maneira vamos possibilitar que as empresas de pequeno porte tenham um tratamento diferenciado e sejam vistas pelos institutos para que realmente elas possam atingir um outro patamar de desenvolvimento. Por enquanto é só.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique de Brito Cruz.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Deputado Zarattini, queria em primeiro lugar, congratular-me com a iniciativa e com a ação da Assembléia Legislativa ao organizar esse fórum e as várias comissões temáticas e eu traria aqui algumas sugestões iniciais. Em primeiro lugar queria pedir a autorização, porque na Fapesp elaboramos um volume bastante detalhado denominado indicadores de Ciência e Tecnologia no Estado de São Paulo, que tem toda uma radiografia do sistema de pesquisas no Estado de São Paulo, incluindo universidades, empresas,

institutos e assim por diante, e se o Presidente me autorizar eu poderia enviar uma cópia desse documento para cada um dos membros da comissão, assim como outras documentações que temos produzido na Fapesp, em termos de análise e ações relativas a Ciência e Tecnologia no Estado. Então, essa era uma primeira solicitação.

O segundo ponto que gostaria de destacar é um pouco justamente na linha como Dr. Osires e Dr. Farman destacaram. Acho que é muito importante que tenhamos a noção muito clara de que Ciência e Tecnologia é um assunto no qual vários atores são muito importantes. Existe o ator universidades, o ator institutos de pesquisa, o ator empresas e existe o governo.

Em geral no nosso país temos uma tendência de considerar que Ciência e Tecnologia é um assunto muito mais de natureza acadêmica do que qualquer outra coisa. E acho que esse, justamente, é um dos equívocos que tem acontecido na nossa história, no assunto Ciência e Tecnologia, que é o equívoco de não considerarmos, não assumirmos que o papel da empresa, no assunto Ciência e Tecnologia, precisa ser determinante.

Esse é um dos pontos que deveremos tratar com muita intensidade aqui nessa discussão. Então, nesse sentido, sugeriria, por exemplo, no item 1, quando falamos: quais os avanços da pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico no Brasil e em São Paulo? E logo há um primeiro item que fala sobre uma apresentação das universidades. Esse item, de alguma maneira, dá a entender que pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico acontecem somente nas universidades. Acho que seria conveniente, nessa altura do estudo, nesse ponto, abrangermos já os demais atores que são participantes, que seriam também os institutos e também as empresas. Acho importantíssimo conseguirmos estabelecer aqui um mapa, aferir, qual é a intensidade de atividade de pesquisa e desenvolvimento empresarial que acontece no nosso Estado, porque no final das contas é essa que vai estar determinando como vai estar crescendo a competitividade da empresa aqui, muito mais do que a pesquisa acadêmica, do que

a pesquisa nos institutos. Então, sugeriria que incluíssemos nesse primeiro subitem institutos e empresas.

Da mesma maneira, até secundando a colocação do Dr. Osires sobre a importância do conhecimento não só na empresa, mas também no governo, traria a sugestão de que no item 2, no qual vamos falar de Ciência e Tecnologia como fatores de desenvolvimento econômico e social, incluíssemos um subitem, porque há vários subitens de alguma maneira específicos, fala-se de desenvolvimento agrícola, crescimento demográfico, escassez de água e energia. Mas, acho que talvez devêssemos também nos preocupar com a questão geral, num subitem que eu, como sugestão, denominaria: Ciência e Tecnologia e as políticas públicas, porque a política para Educação, para Saúde, para Meio Ambiente, para Transporte, para Indústria etc., toda essa precisa de conhecimento, que na verdade é Ciência e Tecnologia.

Acho que seria importante, quando falamos de Ciência e Tecnologia, ter um entendimento abrangente do que é Ciência e Tecnologia, como sendo conhecimento. Porque, às vezes, quando se fala em Ciência e Tecnologia, as pessoas pensam que estamos falando de raio *laser* e computador, mas é muito mais do que isso, Ciência e Tecnologia. De novo, no item 7, quando se fala de patentes e produção científica, creio que seria muito importante, no terceiro item, quando vamos falar de levantamentos de patentes requeridas, cometemos o mesmo equívoco que é muito normal no nosso país, quando se fala: levantamentos de patentes requeridas a partir de universidades e institutos. Mas, na verdade, no mundo inteiro o principal produtor de patentes é a empresa. Então, precisamos também aferir como a empresa está produzindo patentes no nosso país. Isso seria importante, que dificuldades, como pode ser ajudada, o que pode ser feito para contribuir. Sugeriria adicionarmos, em seguida, a institutos e empresas também. Essas eram as 4 sugestões e se o Sr. Presidente me autorizar eu providenciaria o envio dessa documentação para todos os membros da comissão.

SR. CARLOS ZARATTINI – Ótimo. Só pediria, depois, para verificar se foi distribuída uma lista dos membros do Conselho, se os endereços estão corretos, se não tem nenhum problema no seu próprio endereço, caso tenha, passe-nos, Virginia recolherá e divulgaremos a correção. Tem a palavra o Professor Hernan Chaimovith.

SR. HERNAN CHAIMOVITH – Prezado Deputado, deixe-me primeiro agradecer o convite e congratular-me junto com todos que me precederam pela iniciativa da Assembléia Legislativo do Estado de São Paulo. Para iniciar, tenho que dizer que fiquei muito preocupado, embora muito grato, pelo convite, de que tivéssemos uma comissão, um grupo temático especial de Ciência e Tecnologia. Isso me preocupa, basicamente, pelo que foi colocado. Separar Ciência e Tecnologia das temáticas específicas, isto é, separar Ciência e Tecnologia de Transporte, de Educação, de qualquer coisa, hoje é muito complicado. Acho que nossa responsabilidade fundamental, assim vejo, é como integrar o trabalho desta comissão com os temas que estão sendo discutidos nas outras comissões, sem poluir a agenda. Mas, não perdendo de vista a falta de integração da Ciência e Tecnologia, da inovação com as temáticas discutidas nas outras comissões, quiçá uma atitude que mais ou menos marca a visão que a sociedade tem de Ciência e Tecnologia como se fosse uma coisa separada. E de fato não é. Tenho só que concordar com aquilo que Dr. Osires colocou, é muito claro que embora na prática, existem políticas públicas focais para Ciência e Tecnologia neste país, a política de governo que integre Ciência e Tecnologia e inovação e empresa, com exceção de algumas áreas muito definidas, nunca houve. Então, pensar não só na integração de Ciência, Tecnologia e Inovação e política de governo, acho que é o tema central dessa discussão, especialmente porque é difícil de ver o Estado sem impulsionar uma política de inovação conectada à Ciência e Tecnologia, sem uma atividade nessa direção, que sem dúvida tem que refletir também sua própria estrutura interna.

Vou repetir, e só para colocar a minha concordância com o fato que já foi dito: inovação é uma atividade empresarial e não é feita no instituto, não é feita na universidade, é feita na empresa e tem a ver com produto. As sugestões de integrar empresa, tanto nos avanços da pesquisa científica como na Ciência e Tecnologia, como em todos os outros itens do temário, empresa e governo, parece-me essencial. E por último, só para terminar, acho que como a palavra sociedade, a palavra empresa também esconde muita coisa. A relação entre Ciência e Tecnologia, institutos, universidades e política com grande empresa, necessariamente, é diferente da relação dessas mesmas ações com micro e pequena empresa e ainda a subdivisão de pequena empresa de alta tecnologia e pequena empresa de outra natureza, precisa ser definida. Senão, seremos obrigados a ficar numa política de generalidade que não contempla, por exemplo, que do ponto de vista da universidade a interação com a grande empresa exige que a grande empresa invista nela própria em pesquisa e desenvolvimento. Esse é um tipo de relação. Com a pequena empresa e com a micro empresa a atitude da universidade necessariamente tem que ser diferente, reconhecendo falta de capital e problema de financiamento. Enfim, o que estou dizendo, em tese, é primeiro a minha preocupação em desvincular C e T e inovação de todos os outros temas que estão sendo tratados no Fórum, incluir governo e, sem dúvida, Estado e diferenciar a natureza das empresas, incluí-las essencialmente em todos os temas propostos.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Tem a palavra o Professor Antônio Carlos Bernardo.

SR. PROF. ANTÔNIO CARLOS BERNARDO – Senhor Deputado, Srs. conselheiros, secundando as palavras daqueles que me antecederam, gostaria também de cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela iniciativa da criação deste Fórum, que certamente irá dar a esta Assembléia um

reflexo maior de legitimidade junto à população. Secundando as palavras do Professor Hernan, e do Professor Brito também, gostaria de colocar minha proposta que seria justamente no item 2, colocar um item bastante amplo que pudesse atender às diversas demandas apresentadas, e que seria basicamente o seguinte: “desafios de implantação de uma política de Ciência e Tecnologia”. Porque, de fato, o que verificamos não só no Brasil, mas também no Estado de São Paulo, é que não existe a preocupação do desenvolvimento e elaboração e implementação de uma política de Ciência e Tecnologia para o Estado. Ainda que existam instituições, quer sejam elas universitárias, quer sejam os institutos de pesquisas, quer sejam algumas empresas e quer seja em nível da estrutura do Estado, instituições que teriam que se preocupar com esta questão, a questão da política de Ciência e Tecnologia no sentido amplo, ela realmente é relegada a um segundo plano. Então, acho que valeria a pena realmente pensarmos em quais são os desafios para a elaboração e implementação de uma política de Ciência e Tecnologia que atenda aos interesses do Estado de São Paulo, já que estamos restritos aqui à nossa Unidade da Federação.

É só isso. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Tem a palavra Nelson Raimundo Braga.

SR. NELSON RAIMUNDO BRAGA – Inicialmente gostaria de agradecer o convite para a nossa participação em nome dos pesquisadores científicos dos 17 Institutos de Pesquisa de São Paulo. Retomando a colocação do Dr. Osires Silva que iniciou a fala, se os norte americanos estão hoje empenhados em prolongar a sua hegemonia no mundo, não cogitamos de tanto, mas é fundamental que a nossa inserção nesse mundo novo que está pintando aí se faça com soberania. É fundamental que a Zona Franca de Manaus não se estenda até o Rio Grande do Sul, para que possamos ser um país capaz de discernir que o que interessa ao

conjunto da população é o destino do país enquanto Nação. Gostaríamos de chamar a atenção daquilo que é mais específico aos institutos de pesquisa, que não foi colocado aqui, a questão das organizações, da estrutura organizacional dos institutos, achamos que é relevante isso. No que se refere à formação dos pesquisadores, gostaríamos de agregar, enquanto política de recursos humanos para os institutos, o pessoal de apoio à pesquisa, porque a questão do recrutamento, fixação, treinamento e motivação para o trabalho, é fundamental para quem está pensando em instituições de qualidade, para os desafios que estão emergindo e finalmente, achamos que, para que não sejamos redundantes e não se produzam novos documentos impressos, é fundamental que se levante a questão da visibilidade das instituições de pesquisa no Estado. Há vários momentos de visibilidade e precisaríamos cogitar de um megaevento, que sugerimos recentemente, na forma de uma bienal de Ciência e Tecnologia, na qual os 18 institutos de pesquisa, as 3 universidades, a Fapesp e quem outras entidades, instituições, possam exibir para a sociedade de maneira nítida os nossos sucessos e as nossas lacunas e romper com essa imagem que lá fora têm das instituições, de redutos fechados, descomprometidos com a realidade externa. Parece-me que, comento essa agenda proposta se ela sair das quatro paredes, se conseguirmos realizar uma espécie de tomografia institucional, para que possamos localizar, detectar realmente os nossos méritos e as nossas deficiências, estaremos dando uma contribuição macro para a Ciência e Tecnologia e para os desafios que nos esperam: se vamos ser um país soberano, capaz de se inserir, de se integrar nesse mundo que está surgindo aí, pensando no destino de todos nós, ou se vamos capitular e vamos ser um agregado, uma imensa zona franca rica, ainda rica, mas sem capacidade de decidir o próprio destino.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Tema a palavra o Sr. João Pisyseznig Filho, do Instituto de Pesquisa Tecnológica.

SR. JOÃO PISYSIEZNIK FILHO – Carlos Zarattini, Srs. Conselheiros, em primeiro lugar, é auspicioso poder estar reunido nesta Casa, numa comissão de conhecedores do tema. Acho que a Casa se esforçou em discutir e de qualquer maneira tem um papel legislativo a cumprir, mas é fundamental essa discussão mais aprofundada. Então, acho que esses Conselhos e o próprio evento, o próprio movimento São Paulo Século 21 que a Casa está realizando acho que são de fundamental importância, porque estão discutindo uma coisa que cada vez mais está o presente na nossa sociedade, ainda que com lampejos, mas acho que esse movimento tem crescido, que é a discussão do desenvolvimento econômico. Não vamos gerar emprego, melhor qualidade de vida, melhores índices de desenvolvimento humano se não tivermos desenvolvimento econômico. E desenvolvimento econômico não se faz do dia para a noite, nem com políticas monetarísticas, política cambial etc. Vamos ter que mudar o país na sua estrutura. Acompanhando o raciocínio do Hernan, acho que realmente as questões, o temário de Ciência e Tecnologia, no que concerne aos temas objetivos, que tipo de produtos Ciência e Tecnologia no Brasil deve desenvolver, que tipo de processos, que tipo de áreas, se vamos investir mais em medicina, em biotecnologia etc. Esse é um temário específico dos outros grupos. Acho que é até um erro conceitual quando Ciência e Tecnologia, ou as pessoas envolvidas em Ciência e Tecnologia, pretendem decidir prioridades de pesquisa. As prioridades de pesquisa devem ser colocadas sobretudo pela sociedade. É claro que Ciência tem muito do acaso etc. Mas, a questão da prioridade, se é energia etc., é a sociedade que deve responder. Qual é o nosso papel? O nosso papel aqui é discutir como nos organizar, como sermos mais eficientes. Esse é o tema, eu acho, a linha de trabalho que devemos adotar.

Nesse sentido, já quero apontar algum destino para isso. Se inovação se faz na empresa, inovação é a forma com que Ciência e Tecnologia geram emprego, geram desenvolvimento econômico, ou seja, tem impacto na sociedade; é na empresa, é na aplicação social, o que acho que é fundamental discutirmos é o

relacionamento entre o sistema público de Ciência e Tecnologia e o sistema privado, o que acontece nas empresas. E vemos que apesar dos esforços, não só culturalmente, mas institucionalmente, isso está nas regras das instituições, há uma visão de que a empresa, de que o setor privado é algo vil, prejudicial ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. Costumo dizer o seguinte: quando uma empresa entra numa universidade ou num instituto de pesquisa, ali não está entrando um cliente, está entrando um problema, alguém que vai causar conflitos internos dentro do sistema. Porque a demanda do professor, a demanda do pesquisador, é publicar nos melhores jornais, é ter o seu nome renomado no meio acadêmico, é um trabalho voltado para si ou para o próprio meio.

A participação de professores e pesquisadores em empresas, em projetos de empresa, não só é obstaculizado institucionalmente, como culturalmente também. Então, temos que quebrar as duas coisas, se estamos falando sério, que queremos resolver isso. Acho que existe um espaço da Ciência, enquanto ciência, temos que nos aprofundar, temos que estudar, enfim, desenvolver as nossas competências, mas não podemos nos insular. É a famosa torre de marfim que ouvimos falar que é a academia. Então, aqueles que se envolvem com empresas, com projetos empresariais, com soluções de problemas, muitas vezes são taxados de mercenários e existem, não preciso me alongar nisso porque os senhores já devem conhecer esse tipo de discurso. Agora, existem experiências concretas, e isso acho que podemos aferir no nosso trabalho, trazer aqui experiências concretas de instituições, de universidades, de departamentos dentro de universidades que têm obtido sucesso no trabalho com empresas, na implementação de inovações de fato, no financiamento, inclusive, da pesquisa acadêmica e da pesquisa pura até, com recursos que vêm do setor privado. Então, acho que devemos observar essas experiências. E vamos acabar batendo, acabar observando que essas instituições muitas vezes tiveram que criar instrumentos institucionais, como as fundações, como algum outro estratégia para poder sobrepujar essas dificuldades que as instituições públicas colocam. Então, acho que isso é algo que devemos atacar:

como nos organizar e como discutir as nossas instituições, como é que elas estão formatadas, por um lado.

Por outro, acho que já tem um trabalho fundamental que queria apontar que é o Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, está na Constituição do Estado, mas foi colocado para operar há uns 3 anos e produziu um documento muito bom, muito importante, com pessoas gabaritadas. Esse documento está pronto, eu havia recomendado para o Zarattini, o Professor Lagana que liderou esse processo, coordenou o Conselho e ele tem, enfim, esses resultados, que déssemos uma olhada nesses resultados, porque é aquilo que, secundando quem me antecedeu, para que se produza em cima de uma reflexão e muitas reflexões já foram feitas. E essa especificamente, do Conselho de Ciência e Tecnologia, vai num sentido bastante produtivo na mudança das instituições e na mudança da configuração, da organização do sistema de Ciência e Tecnologia.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Professor Hernan pediu um aparte. Tem a palavra o Sr. Hernan Chaimovich.

SR. HERNAN CHAIMOVICH – É um pequeno aparte: uma das vantagens imensas da iniciativa da Assembléia, é que, na medida em que as posições tornam-se públicas, é possível ter uma clareza de quais são essas posições de verdade.

Gostaria de colocar dois pontos: o primeiro ponto é o seguinte, operar na ideologia e operar na realidade, são duas questões bem separadas. Quando se diz que a universidade, por exemplo, é um lugar no qual o contato com as empresas é dificultado, em que tem um problema cultural de “torre de marfim”, alguma coisa assim, acho que isso é uma análise crítica, muito adequada à realidade de 30 anos atrás, que desconhece quase por completo a mudança cultural interna das universidades públicas deste Estado que chegam ao limite de estabelecer empresas dentro da própria universidade e chegam até o limite da ética do serviço público, quando algumas dessas empresas começam a se desviar da sua situação

acadêmica. É absolutamente claro que tanto do ponto de vista das universidades públicas, como entidades, quanto do ponto de vista de quem governa essas universidades públicas hoje, esse distanciamento com o trabalho, com a “realidade”, não só não existe, como existe toda uma estrutura dinâmica em aperfeiçoamento constante, que abre a possibilidade desse contato. Esse contato se estende bem além das empresas, porque as empresas não são a única realidade social organizada e me parece que a universidade tem um dever com a sociedade como um todo. Quanto ao documento do Consit, tenho de colocar uma experiência pessoal, participei da elaboração desse documento, acho que esse documento não faz jus, de jeito algum, ao potencial deste Estado, não faz jus à realidade deste Estado e não faz jus à imensa riqueza intelectual das instituições públicas e privadas deste Estado. Acho que é um documento interessante, enquanto lista uma série de itens, enquanto foca preocupações. Mas, parece-me que esse tremendo esforço, que reconheço, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, não resultou naquilo que julgo que pode sair desse Fórum. E não resultou daquilo que julgo que pode sair desse Fórum, justamente porque estando sob a luz pública, estando sob a suposição que essas reuniões têm que se expor em foros que serão transmitidos para o Estado todo, acho que será mais rica a nossa reflexão, mais democrática a decisão e, enfim, julgo que com esse grupo e sobretudo com a mecânica pública é possível que, no fim do prazo sugerido pela Presidência, possamos elaborar um documento bem mais concreto do que foi aquele anterior, que me parece, como subsídio, interessante.

SR. JOÃO PISYSIEZNIG FILHO – Para fechar a minha fala, tecnicamente foi o aparte na minha fala. Acho que foi uma coisa muito positiva que tivemos a primeira polêmica dos nossos trabalhos, então vou tentar tirar proveito dessa polêmica. Acho que temos condições de fazer algo melhor do que o que foi feito pelo Conselho de Ciência e Tecnologia, mas é um subsídio que temos que avaliar. Não desconheço a realidade, eu quero é vê-la e destacá-la. E, portanto, minha

sugestão é pegar essas experiências e mostrar como é que elas estão trabalhando, como estão funcionando, quais são as dificuldades, quais são as vantagens etc. Então, não é um desconhecimento, mas é saber que essas experiências têm que ser destacadas e valorizadas.

É isso, obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o Sr. Carlos Voght.

SR. CARLOS VOGHT – Quero agradecer também, Deputado Carlos Zarattini, o convite e dizer desde logo que já tivemos uma amostra de que esse trabalho não será tão simples pelas divergências de opinião, de convicções etc. Na linha do que João disse, penso que o estado atual da Cultura, Ciência e Tecnologia no Brasil e no Estado é menos de “Torre de Marfim” das entidades e mais de “Torre de Babel”. Na verdade, temos que fazer e todo mundo está convencido que é preciso fazer. Ninguém mais está na defensiva ideológica de que isso não é importante, de que isso não seja fundamental. Há uma etapa seguinte, que é a etapa propriamente da organização do sistema. O sistema é extremamente desorganizado. Isso diz respeito a um assunto que já foi mencionado nas falas anteriores, que não é só uma questão de governo, é uma questão objetivamente de políticas públicas relativamente à questão de Ciência e Tecnologia, e que envolve alguns itens. Um deles é o problema da gestão do sistema, da gestão de Ciência e Tecnologia. Quando falo em gestão, penso exatamente nas enormes diferenças que hoje existem no país.

É claro que o Estado de São Paulo é um Estado que tem muitos problemas, mas são problemas cuja qualidade é muito diferente dos problemas que o sistema dependente simplesmente do sistema federal enfrenta. O que quero dizer é o seguinte: hoje temos no Estado de São Paulo uma situação em que as instituições universitárias públicas, as três universidades, conquistaram algo que me parece fundamental no processo de gestão, não só da questão do ensino como também da

produção de Ciência e Tecnologia que é a autonomia de gestão financeira etc. Essa experiência é uma experiência chave. É claro que tem problemas, mas evoluir não significa não ter problema algum, significa refinar os problemas a enfrentar, o que é uma coisa diferente. Tem-se um sistema de financiamento de Ciência e Tecnologia, em particular, digamos, emblematizado pela atuação da FAPESP que é fundamental. E tudo isso funciona, entre outras coisas, por uma razão básica, chave, que é infra-estrutural, que é o fluxo de recursos orçamentários e financeiros de maneira regular para essas instituições. Se isso não se respeita, é bobagem, vamos ficar falando de projetos etc. e essa coisa não vai andar.

Essa situação é muito diferenciada no cenário nacional. É incomparavelmente diferenciada a questão das fundações de apoio à pesquisa nos outros Estados. Pega-se e se pode ter uma classificação por graus de importância e vamos verificar que tirando uns três ou quatro Estados, as FAPs são totalmente inoperantes, embora existam no papel. Tem-se uma situação das universidades públicas que é bem diferenciada em relação à situação das universidades públicas do Estado. Tem-se, portanto, um sistema que inclui os institutos etc., que é um sistema que tem um poder de funcionamento, que conquistou, muito grande. É claro que isso não significa que estamos com tudo resolvido. Ao contrário. Estamos na verdade enfrentando problemas que vão se qualificando. Então, penso que um dos pontos a ser discutido nesse Fórum é a questão da gestão, que inclui a questão de políticas públicas relativamente a Ciência e Tecnologia. Parece-me esse um ponto chave e queria, portanto, deixá-lo anotado, para que pudéssemos depois voltar a conversar.

Nessa questão de gestão, há um outro ponto importante, que talvez um Fórum como esse tenha condições de levar adiante, que é a sua capacidade de agregação das informações. Quando falo em “Torre de Babel”, tem-se um sistema que funciona relativamente bem, mas que funciona isoladamente. Tem-se uma necessidade de agregar, pelo menos, informações, muito grande. Aí eu coloco uma questão que é para o Fórum refletir, que é pensarmos nos produtos que queremos desse Fórum. Além do documento etc., penso que precisamos dar visibilidade a

essas questões e pensarmos em agregar informações, constituir um banco de dados. Há experiências nesse sentido e gostaria de deixar, sem me alongar demais nesse ponto, isso como um ponto também para conversarmos. Um banco de dados, que fosse um banco de dados de uso do cidadão e de uso técnico também, para orientar políticas públicas e assim por diante.

Queria, ainda, agregar um tema que me parece importante. Tivemos a oportunidade de debater, de discutir isso algumas vezes, o Professor Brito esteve presente nessas conversas, o Dr. Osires também e chegamos, inclusive, a discutir a idéia de levar esse tema para o Conselho de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, que é o tema das urgências tecnológicas do país e aqui, no caso, do Estado de São Paulo. Temos um problema que envolve outras questões, que é o problema da identidade, do prestígio da marca Brasil, que envolve a questão da exportação, quando se fala da necessidade de implementar as condições de exportação para as pequenas e microempresas etc., isso tudo diz respeito a um prestígio, a uma marca. Há questões de urgência que talvez valessem a pena destacarmos e discutirmos aqui também, feito esse diagnóstico geral. E, por fim, uma observação, mais do que uma observação, uma pergunta: neste item em que está formação de recursos humanos, o ponto 4, onde está universidades e institutos de pesquisa, gestão político-financeira, futuro das fundações e avaliação da Fapesp e Finep, queria entender se Fapesp e Finep aqui estão como objetos da avaliação ou são agentes da avaliação?

SR. CARLOS ZARATTINI – A idéia é que seja objeto da avaliação também.

SR. CARLOS VOGHT – Mas, por que a FINEP? Por que não o CNPQ também, CAPS, e assim por diante?

SR. CARLOS ZARATTINI – Podemos incluir.

SR. CARLOS VOGHT – É realmente uma pergunta, Deputado. Penso e aqui já foi dito – Edson levantou essa questão – se formos fazer esse processo de avaliação, valeria a pena não só observar isso do ponto de vista de recursos humanos, mas do ponto de vista da produção propriamente tecnológica, enfim, outros aspectos importantes. E se sairmos do âmbito do Estado, não há por que ficarmos restritos à Finep, porque as outras instituições, em particular o CNPQ, têm programas de apoio também tecnológico e assim por diante.

SR. (Em aparte) – Queria sugerir, para que não fique focado numa agência. Acho fundamental uma avaliação das agências de fomento genérico. Para que não se possa pensar que esse Fórum quer avaliar, por um motivo qualquer, uma agência em particular.

SR. (Em aparte) – Essa avaliação, especialmente nesse assunto da formação de recursos humanos, acho importantíssimo entendermos corretamente o papel das várias agências e avaliá-lo, até porque, na verdade tem acontecido ao longo dos anos, especialmente ao longo dos últimos 6 anos, que a Fapesp, ao assumir encargos de bolsa de estudos no Estado de São Paulo, acaba quase que afastando recursos federais que se dirigiriam ao Estado. Então, na verdade, é uma substituição de uma responsabilidade federal. A Fapesp há alguns anos oferecia 1.000 bolsas por ano, agora estamos numa marca de 8.000 bolsas que poderiam estar vindo em parte dos sistema federal. Então, essa avaliação feita em conjunto, acho que é muito importante.

SR. CARLOS VOGHT – Claro. Porque isto posto desta forma, volta a questão, Deputado, da gestão do sistema, dos equilíbrios, dos desequilíbrios etc. Então, penso que aqui deveríamos pensar no sistema de financiamento como um todo. Eram essas as sugestões.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra Dr. Cláudio Rodrigues, do Instituto de Pesquisas Nuclear.

SR. CLÁUDIO RODRIGUES – Inicialmente, nosso agradecimento pelo convite. Realmente a iniciativa da Assembléia Legislativa, todos encaramos com muita seriedade, é uma oportunidade de se colocar idéias e quem sabe realmente avanços significativos, ações significativas para que a Ciência e Tecnologia no país cumpra o seu papel. A vantagem de ficar por último ou quase o último é que os que me antecederam já colocaram quase todas as observações que porventura eu teria de fazer. Realmente concordo com a grande maioria das colocações que foram postas nesta primeira reunião. Só queria fazer uma consideração que imediatamente percebi que deveria fazer logo depois da apresentação do Dr. Osires e em seguida esse tema foi muito comentado aqui.

Se analisarmos a produção científica no país, em particular no Estado de São Paulo, qualquer que seja o indicador, seja nacional, seja internacional, a produção científica do país cresceu e está crescendo a taxas significativas. Qualquer um dos indicadores que se busque o resultado é positivo e o crescimento é significativo, mesmo em comparação com países que tenham uma produção científica muito grande. Estou falando em crescimento. O que acontece, na minha opinião, é que esse crescimento científico está ilhado. Há um crescimento científico significativo, todos os indicadores mostram isso. Mas, quando passamos para a cadeia conhecimento científico, desenvolvimento, inovação tecnológica, sociedade, demanda, mercado, aí precisamos ter um grande esforço e acho que esse Fórum poderia cuidar disso de uma maneira prioritária. Como fazer com que esse crescimento científico importante seja mantido? Precisamos dele, inclusive para alavancar a formação dos nossos recursos humanos. Como ele chega na sociedade? É de alguma maneira. Claro, nem todo conhecimento científico que se consegue deve chegar à sociedade imediatamente. O próprio Dr. Osires colocou a prioridade que o governo americano dá em termos de produção científica, em

termos de conhecimento, para assegurar o poder dos Estados Unidos para o futuro. Mas, no dia de hoje, o conhecimento científico de alguns anos, de algumas dezenas de anos, ou mesmo o conhecimento científico que está sendo obtido hoje, ele está diretamente ligado à demanda da sociedade.

As indústrias americanas sustentam essa inovação e esse desenvolvimento baseado em conhecimento científico, em atenção à demanda da sociedade. Se formos analisar aqui quanto do conhecimento científico, ou mesmo quanto do desenvolvimento e inovação tecnológica, e são pequenos, chegam à sociedade, vamos ficar extremamente preocupados e teremos de começar a pensar em como estimular não só o desenvolvimento e a inovação tecnológica. Mas, como isso chega na sociedade? Tem de ser através do mercado, através das empresas, sejam elas pequenas, médias, que são apoiadas pelo Sebrae, seja através das grandes empresas. E aí que coloco um ponto importante para que possamos discutir e avaliar isso nas reuniões futuras. Por que a grande empresa nacional não está dentro das universidades, dentro dos campos universitários, dentro dos institutos, por que não há uma vinculação entre o trabalho universitário, o trabalho dos institutos e a demanda tecnológica e a demanda do mercado? Essa é a colocação que gostaria de deixar. Há mais um ponto que gostaria de fazer uma observação, no item 8, acho que enfrentar os desafios de colocar São Paulo na dianteira da pesquisa de desenvolvimento científico, deveria ser alterado para manter.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Está inscrito o Sr. Edson Farman.

SR. EDSON FARMAN – É um aparte, quando Voght estava colocando, o nosso colega do PT também, fico preocupado com a questão da gestão da informação. Acho que temos um problema, não adianta só fazer um sistema de Ciência e Tecnologia, de informações básicas. Acho que realmente precisamos

fazer um sistema de gestão de informação mais complexo, com vários níveis. Vamos usar os termos, todo mundo já conhece, bancos de dados relacionais e que o pesquisador pode utilizar, mas que essa informação também esteja disponível no balcão Sebrae, no balcão da Fiesp, temos as Embrapas de São Paulo, somos privilegiados porque conhecemos essa informação, sabemos que não chegam para o pequeno empresário, não chega para o público. Quantas pesquisas de biodigestores já foram realizadas pela Cesp, pelo IPT, pela Unicamp, pelas entidades de pesquisa agroindustriais? Muitas. Quantos modelos de casas populares com materiais alternativos foram realizados. E essas informações não chegam. São produtos que têm até piloto, mas não são industrializados. Então, necessitamos ter um sistema de gestão de informação melhor. Aí também para mostrar até para a sociedade que o dinheiro foi gasto, mas que tem tecnologia, tem desenvolvimento disponível. Acho que um dos produtos que poderíamos tentar pensar, desse Fórum, é realmente essa questão, vamos chamar de democratização da informação científica e tecnológica para toda a sociedade.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o Sr. Perci Corrêa Vieira, da Associação dos Pesquisadores Científicos.

SR. PERCI CORRÊA VIEIRA – Com relação ao item 2, Ciência e Tecnologia, como fator de desenvolvimento econômico e social, está colocado aqui o desafio do desenvolvimento agrícola. O item seguinte, o crescimento demográfico e os novos desafios da medicina, pergunto se medicina aí com o conceito genérico de saúde como um todo? Porque acho que seria importante colocar como saúde, envolvendo o todo da Secretaria da Saúde, por exemplo. Sugiro também que se coloque o item relativo a Meio Ambiente, cuja participação da Ciência e também da Tecnologia é muito importante. E também do planejamento. Temos um instituto de pesquisa na Secretaria de Economia e Planejamento que enfrenta problemas e esse assunto também é muito importante.

SR. CARLOS ZARATTINI – Mais alguém gostaria de se pronunciar? (Pausa)
Acho que aqui fizemos uma primeira rodada bastante interessante de enriquecimento do temário. Além disso, queria aqui dar a liberdade para as pessoas que quiserem escrever e nos enviar, para tentar fazer com que esse temário fique o mais próximo possível do que pensa o Conselho. Essa também é uma possibilidade. Tem a palavra o Dr. Osires Silva.

SR. DR. OSIRES SILVA – Acho que todos os companheiros, depois dos depoimentos variados, evidentemente cada um tem a sua competência voltada a algum aspecto particular. Se fizermos um balanço, e esse balanço eu faço não só baseado nos depoimentos, mas na minha própria experiência pessoal ao longo da vida, diria que precisaremos trabalhar sobre tópicos absolutamente direcionados. Queria sugerir isto. Porque, em geral, a nossa cultura, infelizmente, talvez cultura latina, faça com que se goste mais dos resultados do que de analisar as causas e muitas vezes os resultados ocorrem porque causas anteriores não foram cuidadas. No fundo, diria que analisando, ao longo de uma experiência que tenho nesse campo de desenvolvimento tecnológico e graças a Deus com algum sucesso, devemos nos centrar num problema básico. Além de todos os problemas que foram colocados aqui em termos de enfatizar a necessidade de que hoje o produto tem um alto conteúdo de conhecimento e esse conhecimento precisa ser introduzido no produto, é preciso tentar minimizar o risco do empreendedor quando ele lança um produto no mercado. Se conseguirmos qualquer coisa nesse sentido, tenho a impressão que estaremos no caminho certo. Meus companheiros industriais, com quem tenho conversado ao longo da vida, de um modo geral, preferem comprar um *know-how* existente no mundo, porque já está provado, alguém já quebrou o nariz, já não deu certo em algum lugar, já está – usando a palavra muito comum hoje – de *bagged*, quer dizer, tiraram todos os *bags* e no final tem um produto acabado com certeza de êxito. O que muitas vezes o industrial não entende é que neste momento ele está entregando algumas coisas muito importantes, quando compra um *know-*

how externo, está perdendo o direito à marca, o direito ao produto no mercado, e, às vezes, está conquistando simplesmente o direito de vender no mercado interno. Se me permitirem um exemplo do meu caso pessoal, o exemplo da Embraer, a Embraer vendeu 7 bilhões de dólares no salão da aeronáutica de Paris, agora em julho passado, isso foi manchete no país inteiro, esses 7 bilhões saíram do nada. Saíram da cabeça das pessoas que efetivamente é o que Tecnologia e Ciência podem produzir. E por que aconteceu isso? Muitas pessoas pedem. Foi mais ou menos o que Voght colocou agora, porque a marca é nossa. Ninguém pode nos deter de vender avião no mundo inteiro, porque a marca é nossa. Nós projetamos, nós criamos o produto. Corremos todos os riscos, apanhamos muito, durante muito tempo a Embraer foi manchete invertida nos jornais, dizendo que a empresa estava em crise, em dificuldade, estava afundado e coisas dessa natureza. Mas, o fato é que a marca é um dos fenômenos mais importantes do século XX, do ponto de vista industrial. E nós, infelizmente, não temos marca. E não temos marca por causa do medo do risco. De modo que imagino que tentando chegar à causa, reconheço que não é fácil essa análise, vamos precisar das boas cabeças aqui em torno, do nosso Plenário, dos Conselheiros, para encontrarmos os mecanismos pelos quais poderemos encorajar as pessoas a correrem risco. É por isso, então, que esses países industrializados, na busca dessa posição destacada no mercado internacional, incluíram fatores de minimização desse risco. Benefícios fiscais, incentivos, estímulos etc. E, por outro lado, sabemos que sem isso não vai acontecer nada. Senão, vamos continuar na mesma tendência.

Preocupo-me muito, Sr. Deputado, meus caros companheiros, estamos hoje a 53 dias do ano 2000, que aliás é que focaliza, efetivamente, esse nosso trabalho de agora. E os dias estão escoando com extrema rapidez. Em pouco mais de 1940 eu era aluno do ginásio, e sentamos uma vez discutindo o que seria o Brasil, nós meninos daquela época, no ano 2000? Com tristeza, lembro-me da discussão, naquele pátio do ginásio, todo mundo de calça curta, naquele tempo nem televisão existia, e vendo que o Brasil está distante daquilo que colocamos. Acho que nós não

temos o direito de cruzar esse 1º de janeiro de 2000 continuando da mesma maneira que o país está. Não quero parafrasear o ponto de vista extremamente pessimista de Roberto Campos quando disse: se continuamos como está não corremos o menor risco de nos desenvolvermos. É duro ouvirmos uma expressão dessa natureza e com a consciência de que possa ser verdadeira. Isso é duro. De modo que eu convidaria os companheiros a fazer uma reflexão, não muitas em tópicos que estão colocados aqui, já suficientemente debatidos, numa série de plenários, talvez até alguns mais competentes do que o nosso, mas tentarmos focar em alguns pontos para que quando terminarmos esse trabalho, possamos chegar à sociedade e apresentar resultados. E um deles, sem dúvida nenhuma, que tenhamos contribuído de alguma maneira, direta ou indiretamente para o aumento da eficiência da nossa sociedade, porque eficiência hoje é a palavra do dia.

O tempo é uma matéria prima extremamente escassa, está no denominador de todos os indicadores que colocamos: produtividade, eficiência, desenvolvimento, em tudo o tempo entra. Então, ele é uma matéria prima fundamental para tratarmos com respeito e seriedade. De modo que, gostaria que, se pudéssemos, refletíssemos. E fazer uma pergunta fundamental: por que um país do tamanho do nosso, da idade do nosso, no mesmo continente, em 500 anos chegou ao que eles chegaram lá no Norte e nós não? Acho que precisamos tentar dar uma contribuição para encontrar o caminho dessa resposta. Não aceito a colocação de que somos sub-raça e que eles são super-raça. Não aceito isso de jeito nenhum. Mas, de qualquer maneira, esse porquê precisaria ser respondido. E passa por Ciência e Tecnologia. Alguém aqui já mencionou que deveríamos ver os trabalhos dos outros. Somos a base de tudo aquilo que estão discutindo aqui e nas outras áreas, porque o nosso grupo temático é o grupo que deveria criar os mecanismos para gerar os conhecimentos e fazer com que os outros que estão discutindo outras coisas, na agricultura, no comércio, na indústria, enfim, em todo setor produtivo... tudo depende da forma pela qual o conhecimento é gerado, é transferido e possa ser colocado como produto à disposição da sociedade. E uma única colocação de

ordem, como se diz aqui, provavelmente na Assembléia, gostaria de pedir aos nossos companheiros, uma vez que se trata de pessoas importantes e que precisam ser respeitadas, se pudéssemos manter horário de começo de reuniões e horário de final de reunião. Isso é absolutamente importante. E digo isso, infelizmente, porque meio-dia e meia é o meu limite fundamental e vou precisar sair. Mas, se isso puder ser observado, acho que vamos ser também mais eficientes.

Muito obrigado e desculpem-me falar tanto.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Nossa previsão de término era exatamente meio-dia e meia, são meio dia e 25 minutos. Para tentar apressar e cumprir sem extrapolar a questão do tempo, como disse, tem essa possibilidade da reorganização do temário e gostaria também de termos um avanço na possibilidade de fazer um primeiro debate neste ano ainda. Propusemos o dia 8/12 e propusemos um tema. Somente gostaria de ver a possibilidade ou a opinião dos senhores sobre esse tema, se podemos caminhar por aí ou outro tema. Dr. Osires sugeriu essa questão da distância entre a tecnologia, a pesquisa e o lançamento de novos produtos, que acho que é também um tema interessante para se iniciar a discussão por aí, enfim, gostaria de ouvir dos senhores o que seria melhor para começarmos, começarmos por onde?

SR. HERNAN CHAIMOVICH – É uma questão de esclarecimento. Acho que o tema Ciência e Tecnologia e desenvolvimento do emprego no Estado cobre adequadamente, no seu título, todo debate aqui havido. No seu título. Agora, o que queria entender é como o nobre Deputado entende um debate, de que tipo de debate estamos falando?

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos ter o apoio da Fundação Seade. A Fundação Seade acabou de fazer uma pesquisa muito ampla sobre as empresas no Estado de São Paulo e tem bastante dados, inclusive, em relação a essa questão

de inovações tecnológicas. Então, a idéia seria ter uma exposição da Fundação Seade, poderíamos ter algumas, talvez três pessoas à mesa que apresentassem idéias e a idéia seria fazer o debate aqui na Assembléia, possivelmente com outros pontos de teleconferência. Então, seria um debate feito em duas horas e meia, o total de tempo. Por exemplo, começando às 9h00 e iríamos até 11h30, 12h00 o mais tardar.

SR. – Se a Fundação Seade já tem praticamente o produto que vai apresentar em termos de dados, quer relativo a emprego, quer relativo a inovação tecnológica, seria interessante que os membros desse grupo temático obtivessem esse texto, para que no dia do debate ele pudesse ser mais produtivo do que ficarmos apenas a ouvir alguém do Seade que viesse aqui falar, sem antes conhecer o próprio texto.

SR. CARLOS ZARATTINI – Podemos fazer assim. Não tem ninguém do Seade aqui, mas acho que é possível conseguir o texto.

SR. – Vai ser Pedro Paulo que vai fazer a apresentação?

SR. CARLOS ZARATTINI – Não consultamos ainda. A idéia seria convidá-lo, não sei se o próprio Pedro Paulo, ou Luiz Henrique, enfim, um deles, talvez Luiz Henrique que foi quem de fato encaminhou a pesquisa. Podemos encaminhar, então, dessa forma? (Pausa.) Só mais uma questão. Previmos também uma segunda reunião do Conselho para 8-2-2000. Não sei se existe algum problema em relação a essa data?

SR. JOÃO PISYSIEZNIK FILHO – A minha preocupação com a nossa organização é porque o nosso temário é amplo e acho que para um primeiro momento para essa discussão é interessante que seja amplo para abarcar muitas

questões. Mas acho que devemos nos organizar um pouco mais colocando em foco algumas questões. Minha sugestão é que se faça uma subcomissão, um pequeno grupo para fazer uma proposta já para o dia 8-12, de um ciclo de debates, uma organização, a partir inclusive dessas reflexões que hoje fizemos, a fim de que se tenha um cronograma. Porque acho que dia 8-2 é tarde para que se tenha um cronograma, deveríamos ter antes esse cronograma. Precisaria de um trabalho mais de escritório aqui para fecharmos uma proposta consoante todas essas observações que foram feitas hoje, que tipo de preocupação, qual o foco desse Fórum, mas precisaríamos de um trabalho um pouco mais direcionado.

SR. CARLOS VOGTH – Apenas uma sugestão. Acho que foram anotadas as sugestões e observações que foram feitas. Certamente, o Deputado nos enviará essas sugestões e penso que na conversa, inclusive, fizemos um esforço de focar algumas questões: a questão da marca, a questão da urgência, a questão da gestão pública, a questão das políticas públicas etc. São pontos que estão, certamente, anotados. Talvez, a partir disso, pudéssemos nos organizar.

SR. CARLOS ZARATTINI – Não temos dificuldade, inclusive está tudo gravado, poderemos recompor isso num prazo, acredito de uma semana, conseguiremos produzir um pequeno resumo do que foi a nossa discussão. Poderemos enviar isso. Agora, tem a sugestão de João que é formar um grupo pequeno que faça uma proposta de sistematização. Comissão de sistematização.

SR. OSIRES SILVA – Deputado, o senhor tem um pequeno *staff* para secretariar isso ou não? Ou é só o senhor mesmo que vai usar o seu tempo?

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos ter. O problema foi que a Assembléia hoje, como todos os grupos estão se reunindo ao mesmo tempo, então, a estrutura

da Assembléia não consegue dar conta. São 16 grupos. Mas vamos ter um apoio maior.

SR. OSIRES SILVA – Quem sabe essa sugestão do João, de designar um grupo menor, para compilar isto e traduzir numa medida específica para uma próxima e próximas reuniões, talvez fosse útil.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o Sr. Francisco Assis Chiarato, que é da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

SR. FRANCISCO ASSIS CHIARATO – Deputado, estou representando o Deputado José Aníbal, sou Assessor especial dele na Secretaria e iniciei esses trabalhos do grupo da indústria. Então, cheguei agora por causa do grupo da indústria. E justamente discutimos a questão da organização dos grupos de trabalho. Estou participando de todos os fóruns de desenvolvimento dos municípios. E cada município reunindo 30 prefeitos, o senhor calcula a quantidade de propostas e de reivindicações.

Então, o que está fazendo a Secretaria? Participamos do fórum, recebemos essas informações, trabalhamos em cima das informações e no grupo de indústria fiz uma proposta já que estamos trabalhando em cima da base de dados da Ciência e Tecnologia e sobretudo o desenvolvimento econômico que é a prioridade do Governo do Estado, geração de emprego etc. e criando essa base de dados para a Secretaria; discutimos a proposta de organização de uma base de dados para o grupo temático de Ciência e Tecnologia e proponho como isso deve acontecer: deverão ser realizadas três apresentações de dados das pesquisas, como o nosso conselheiro mencionou.

Para esses dados da pesquisa está sendo convocado o Seade, que tem uma pesquisa recente, uma pesquisa realmente muito boa sobre inovações tecnológicas, sobre a indústria etc. O Sebrae também está sendo convocado e a Fiesp. Então a

minha sugestão que foi discutida no grupo de trabalho da indústria, que foi aceita, seria a criação de uma base de dados, o senhor e o Deputado Edmur Mesquita criariam um *e-mail* e teríamos aqui computadores, criaríamos essa base de dados e faríamos a transferência desses dados decodificados. Como, por exemplo, nos fóruns dos municípios tem assuntos que dizem respeito à saúde, à educação, ao meio-ambiente etc. Então, é uma interação muito grande da Ciência e Tecnologia com todas as áreas. Então, a idéia seria criar essa base de dados, armazenar essas informações e essa troca de informações entre os grupos de trabalho, através dos *e-mails*. E a Secretaria da Ciência e Tecnologia, com também a sua base de dados dos seus órgãos coligados, a Usp, Unicamp, Unesp, Fapesp, o IPT etc. estaria à disposição.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Então, acho que essa sugestão é bem aceita. Deixamos aí nessa proposta ao final o nosso *e-mail* da Assembléia que pode ser usado também para transmitir qualquer coisa. Quero anunciar que está presente o Professor Otaviano Helene, da Universidade de São Paulo, chegou no finalzinho, mas depois o colocaremos a par. Para concluir, acho que a proposta do João, vamos levá-la à prática. João, você comporia esse grupo? Quem fez a proposta tem que participar, tem ônus de participação, e veremos quem mais gostaria de nos ajudar nessa sistematização. Acho que três para compor está bom: João, Nelson e Brito, que poderemos aproveitar as suas vindas para a Fapesp, ele é de Campinas. Com quatro acho que é possível fazermos o grupo. Combinaremos no final esse encontro.

Vamos ficar com essa data para fazer o debate, dia 8-12, e com a data de 8-2 para a próxima reunião, com o nosso compromisso de enviar a sistematização a todos e quem tiver novas sugestões também poderá nos passar.

SR. – Queria fazer uma observação e ter a opinião dos Conselheiros, já passou das 12h30 que foi o pedido do Dr. Osires, mas acredito que os membros

deste Conselho, de uma maneira geral, eu diria, têm conhecimento da pauta, do assunto, Ciência e Tecnologia e como fazer com que a Ciência e a Tecnologia alcancem realmente a demanda da sociedade, que é o que queremos. Ciência e Tecnologia que não alcançam a sociedade para que servem? Então, não sei se nós, em termos de filosofias, nobre Deputado, não sei se está de acordo com a estratégia que o senhor montou, mas quem sabe nós poderíamos, em vez de ouvir mais, o que provavelmente pode enriquecer um pouco cada um de nós em termos de conhecimento, mas acredito que o fator mais importante nesta oportunidade é chegarmos numa ação, chegarmos num ponto em que realmente vamos contribuir para que Ciência, para que desenvolvimento e inovação tecnológica cheguem à sociedade, atendam à demanda. A própria demanda é reguladora do desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento tecnológico, a inovação tecnológica não podem ser feitos sem a demanda da sociedade. Senão, fica uma coisa de prateleira. A própria patente não significa absoluta-mente nada, se ela ficar só na patente. Acredito, não sei a opinião dos outros conselheiros, que poderíamos focar, usando o tempo que vamos estar juntos, para determinar, para sugerir uma ação. Receber mais informações, claro que é importante, mas não sei se isso vai resolver, se vamos conseguir chegar naquilo que acho que é o objetivo deste Fórum, que é determinar ações para o Século 21, que possam manter o Estado de São Paulo na condição que se quer.

SR. CARLOS ZARATTINI – Pode receber informações, mas não precisa ser no momento aqui, tem *e-mails* de todo mundo, recebemos a quantidade de informações, temos endereço, as publicações. Acho que o importante realmente é debater, porque o tempo entre receber informações e debater vai ser 10/90. Noventa recebendo e dez tentando debater e não vamos chegar a lugar nenhum.

SR. – Na verdade, eu queria colocar aqui uma proposta de usarmos o tempo que vamos estar juntos para realmente definir ações que possam fazer com que o

Estado possa ter, manter e se desenvolver em termos de Ciência e Tecnologia, demanda da sociedade, juntos, em cadeia.

Muito obrigado e desculpe a minha intervenção fora da hora.

SR. CARLOS ZARATTINI – Acho que essa é uma sugestão importante para na sistematização tentarmos refocar o temário, no sentido de que cada discussão, cada tema tenha como resultado uma proposta clara, uma proposta com objetivos bem evidentes e explícitos. Acho que essa é uma idéia que podemos adotar a partir de agora.

Então é isso, Dr. Osires, atrasamos 11 minutos, esperamos na próxima ser mais precisos.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

08.02.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Peres – Professor. Representante da FAPESP
- .Professor Bulisani – Instituto Agronômico
- .Mônica Teixeira –
- .Osires – Professor
- .Rosmari – Diretora do I.P.T.
- .João – IPT. Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia do Fórum
- .Otaviano Helene – Professor. Representante da ADUSP
- .Nelly Reis – Professora, da UNISA

SR. CARLOS ZARATTINI – Estão todos aqui. Vamos dar início. São 10h10min, tínhamos programado o início da reunião para as 10 horas. Vamos procurar cumprir os horários, para no máximo encerrar ao meio dia. Estamos aí já com o nosso café e água.

Tínhamos feito a última reunião, que na verdade foi um debate, no dia 8 de dezembro, um debate sobre a questão da Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e Emprego. Foi um debate que eu não sei se todos tiveram oportunidade de participar. Achei muito interessante, do ponto de vista dessa relação do quanto que a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico podem implicar no aumento, no crescimento do país e na geração de novos empregos e de empregos de melhor qualidade.

Infelizmente, ainda não temos aqui na Casa uma estrutura de taquigrafia capaz de suportar o conjunto de debates e seminários que vem sendo realizado pelo Fórum São Paulo Século 21, e esse debate ainda não foi transcrito, apesar de estarmos aqui praticamente há dois meses exatamente, nós não tivemos ainda o debate transcrito pela equipe de taquigrafia da Casa. Já reclamamos com o Carlos Zarattini Vanderlei Macris, pedindo que contrate mais, ou contrate serviço de taquigrafia, pelo menos para fazer esse serviço do Fórum. E ele nos garantiu que vai ser feito, estamos aguardando. Assim que tivermos possibilidade, divulgaremos via *e-mail*, e nos comprometemos de fazer uma condensação desse debate também, para fazer também de forma escrita.

Tivemos também, acho que todo mundo aí já pegou, nós estamos com esse caderno aqui, que é o Caderno 13 – Ciência, Tecnologia e Comunicações. O SEADE produziu, especialmente para o Fórum, o total aqui de cadernos, e na página 4 tem os Grupos Temáticos. Então, para cada Grupo Temático foi produzido um caderno, que é uma espécie de diagnóstico do setor para esses grupos. Então, nós aqui não tivemos também, a edição disto aqui não foi feita de forma ampla. E também nos foi prometido que seriam feitas mais cópias, não só desse caderno de Ciência, Tecnologia e Comunicação, como dos outros. Então, se alguém tiver

interesse em receber os outros cadernos também, depois combinaremos a forma de passar à frente os outros cadernos, pois acho interessante também que todo mundo tenha acesso.

Quer dizer, neste primeiro diagnóstico aqui, dei uma lida já, acho que tem algumas coisas polêmicas, no meu modo de ver, pelo que eu já ouvi aqui nas reuniões, pelos debates. Então, também gostaria de deixar aqui, isto aqui é um diagnóstico que evidentemente no relatório final, a nossa idéia é apresentar o diagnóstico, mas temos que evoluir no sentido de ter um diagnóstico, porque aqui não só tem um diagnóstico como também apresenta alguns encaminhamentos. Acho que seria interessante se todos os Conselheiros avaliassem, propusessem emendas talvez, ou sugestões de acréscimo ou de modificação, de forma que possamos ter o diagnóstico que represente de forma mais completa o conjunto das idéias aqui do Fórum.

Também recebemos aqui a proposta, um texto também do Professor Alberto, aliás Otaviano Helene – eu sempre falo Alberto Helene – Otaviano Helene...

SR. – Por causa do comentarista esportivo.

SR. CARLOS ZARATTINI – É por causa do comentarista esportivo.

O Professor Otaviano Helene enviou duas propostas para o Fórum São Paulo Século 21. É um texto que nós enviamos pelo *e-mail* e também está distribuído aqui hoje, para todo mundo que por acaso não tenha recebido, e está no papel, que é a forma mais tradicional de divulgação.

Também temos aí, já recebemos, um livro da FAPESP que é um livro de indicadores de pesquisa e tecnologia. É esse o nome exato? Ciência e Tecnologia. Infelizmente só temos um. Se a FAPESP distribuir para todo mundo.

SR. – Quantos são?

SR. CARLOS ZARATTINI – São 20, não é? São 20 membros.

SR. – Brito distribuiu vários.

SR. – Mandou pelo Correio para todos.

SR. CARLOS ZARATTINI – Mandou pelo Correio? Ele me entregou um, então, eu achei que não tivesse. Se todos receberam, ótimo.

SR. – Deixar mais com Zarattini.

SR. CARLOS ZARATTINI – É. Se deixar mais alguns aqui! Também recebemos um artigo do Brito, que é A Universidade, a Empresa e a Pesquisa que o País precisa. Quero até conversar com Brito. Ele é meio grande e nós vamos tentar reproduzir também na próxima reunião.

Temos aqui um também que ainda não reproduzimos, que é do João e do Plínio Asmann, que é “Cinco idéias para o desenvolvimento de São Paulo”.

Virgínia, vamos xerocar este aqui também e divulgar.

Então, é um conjunto de idéias que estamos circulando e esperamos que ocorram novas contribuições, para que possamos de fato caminhar no sentido de elaborar o relatório.

Tivemos uma Comissão, que foi nomeada na penúltima reunião, composta por mim, por João, por Nelson Raimundo Braga, da Associação dos Pesquisadores Científicos, e pelo Brito. Essa Comissão elaborou uma proposta, sendo que o nosso objetivo é discutir aqui hoje e ver como encaminhar, não sei se todo mundo recebeu esse *e-mail*, mas eu vou dar uma lida aqui. O temário proposto leva em conta as seguintes preocupações: 1) Agregar informações e organizar um Banco de Dados sobre Ciência e Tecnologia; 2) Propor iniciativas de gestão e democratização das

informações da produção das Universidades e Institutos para as Empresas; analisar as experiências de relação com o setor privado; 3) Propostas para aumento da eficiência do setor público de Ciência e Tecnologia, uma nova forma de gestão e fluxo de recursos; 4) Discutir as urgências tecnológicas do sistema produtivo paulista e nacional e focar ações, como, por exemplo, a minimização do risco de lançamento de novos produtos e a inserção de pesquisadores formados pelas Universidades no sistema produtivo.

Dessa forma, faríamos 5 painéis, quer dizer, considerando esses 4 itens, faríamos 5 painéis, onde os debatedores buscariam responder a basicamente 3 questões: É possível e necessário que a produção científica e tecnológica própria seja um insumo para o desenvolvimento social e econômico de São Paulo? Qual é o papel que a sua instituição desempenha em relação a isso e qual deveria desempenhar? Quais sugestões, proposições e ações deveriam ser adotadas?

E aí a nossa idéia seria realizar 5 painéis. Um painel com as Universidades, que seria composto pelos Reitores das 3 universidades públicas de São Paulo, um convite a um Reitor de uma instituição privada, Reitor da Universidade Federal de São Carlos, Reitor da Universidade Federal de São Paulo, o Diretor do Instituto de Tecnologia Aeronáutica. Na verdade, este Instituto aqui deveria estar debaixo, não é? O representante da Diretoria de Institutos da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Saúde. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT, o Instituto de Pesquisa Nuclear e a EMBRAPA. Um terceiro com as Agências FAPESP, FINEPE, CNPq e CAPES. Um quarto com as representações das empresas, a FIESP, Federação da Indústria, FAESP, Federação da Agricultura, o SEBRAE e a AMPEI. E, finalmente, um último debate, que seria com representantes do Governo, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A partir desses debates, a idéia é partir para a elaboração do relatório, juntar, agregar todas as informações que obtivermos e tentar chegar em maio com o nosso relatório pronto, de forma a evitar que entremos no segundo semestre, que será

fatalmente muito difícil porque haverá eleições, e esta Casa é uma casa política. Então, é inevitável que ela se oriente por essa questão principal.

Então, acho que até, inicialmente a Mônica estava me perguntando se o prazo não era até setembro. De fato havia um planejamento de fazer até setembro. Estou levando em conta que não devemos correr esse risco. Devemos procurar encerrar no primeiro semestre.

Então, acho que seria interessante que pudéssemos fazer um bate papo aqui, trocar um pouco de idéias sobre esse encaminhamento, sobre essas propostas da Comissão. Brito está em viagem, não é?

SR. CARLOS ZARATTINI – Está em Cuba. O Professor Peres está aqui representando a FAPESP. Não sei se todos se conhecem aqui. Seria interessante também haver uma apresentação. Quem está aqui. Chiarato veio na primeira reunião. Também o representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Professor Bulisani, do Instituto Agrônomo, que também já esteve aqui conosco. Mônica Teixeira. E o Professor Osires. Rosmari, Diretora do IPT, Diretora representante dos funcionários; João, também representante do IPT; Nely, da UNISA, e Professor Otaviano Helene, representante da ADUSP.

Acho que seria interessante que pudéssemos encaminhar nesse sentido de debater essa proposta. No caso em que hajam propostas totalmente diferentes também, não temos problema. Se o João quiser complementar alguma coisa.

SR. JOÃO PISYSIEZNIG FILHO – É. Estava preocupado com duas questões. Acho que nossa discussão aqui deve centrar no conteúdo desses debates que estamos propondo, se é esse o conteúdo que gostaríamos de extrair mesmo. Porque a idéia é chamar as instituições que compõem a estrutura de Ciência e Tecnologia do Estado e confrontar juntamente com elas os sucessos, os problemas, os encaminhamentos, as propostas que elas tenham. E isso ficou claro que o espírito todo da proposta, essa proposta foi feita por uma Comissão que

propusemos na última reunião que nós tivemos. Estávamos eu, o Brito e o Nelson. Era uma pequena Comissão. Mas o espírito é a questão da transferência da tecnologia. Quer dizer, o Estado de São Paulo é o Estado que mais investe em Ciência e Tecnologia no País. Mas quais são os resultados objetivos para a sociedade que esses investimentos desencadeiam? Então, é essa a preocupação. É essa a pergunta que está por trás de todos os seminários. Como é que o produto do seu trabalho está chegando à sociedade.

Então, a discussão que devemos fazer é se é essa mesmo a pergunta que devemos levar para as instituições.

E outra questão importante é como vamos organizar isso.

Então, de um lado, temos pouco tempo para realizar esses seminários e muito material. Em primeiro lugar, acho que vamos ter de nos dividir em grupos de trabalho, para dar conta de organizar esses seminários. E depois temos de formatar esses seminários.

Obviamente, isso é um trabalho, digamos, de execução que alguém vai ter de assumir, ou um grupo de pessoas vai ter de assumir. Mas temos de discutir qual o formato geral do seminário.

Até já fizemos algumas sugestões. Acho que deve ocorrer à tarde, porque à tarde temos mais tempo. Tem de ter um tempo limitado. Temos de ter debates, temos de ter registro. Alguns parâmetros gerais, já chegamos até a mencionar, a confabular sobre isso, mas não formatamos ainda.

Então, acho que são duas coisas; se é esse realmente o espírito do seminário, se é esse o encaminhamento que devemos dar. E como é que devemos realizar.

Então, é sobre isso que o Conselho hoje se deve manifestar basicamente.

SR. CARLOS ZARATTINI – Quero anunciar aqui a presença do Dr. Flávio Loureiro, também da FIESP, que também está sempre aqui presente, acompanhando o nosso trabalho. Esteja à vontade aqui também.

Então, quem quiser usar a palavra, está aberto.

SR. OSIRES – Queria novamente agradecer a gentileza do Sr. Deputado de incluir a FIESP nesta discussão. Eu diria que nos últimos, acho que 18 anos, a FIESP vem mantendo um Departamento de Tecnologia , tentando entender o processo pelo qual nós podemos acelerar o desenvolvimento tecnológico brasileiro.

O Brasil tem hoje uma quantidade apreciável de diagnósticos sobre o assunto. Quer dizer, há uma literatura extremamente grande. E uma quantidade também bastante grande de organismos governamentais que cuidam também do processo de Ciência e Tecnologia. Cada Governo de Estado tem uma Secretaria de Ciência e Tecnologia. Temos um Ministério de Ciência e Tecnologia. Organizações como o CNPq foram criadas na década de 50. Enfim, há um esforço acadêmico, vamos dizer, de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no Brasil bastante acentuado.

E, infelizmente, quando fazemos um balanço do resultado que esse sistema todo conseguiu, ele é muito pequeno. O Brasil é um país destituído de marcas, marcas próprias. Portanto, não há produto próprio.

E lá na Federação das Indústrias, temos nos dedicado intensamente em tentar compreender por que, por que isso acontece?

O Brasil tem características ótimas, potenciais para o desenvolvimento. É um país de grande área territorial. Tem recursos naturais. Tem população. Tem mercado doméstico, em que pesem os contrastes sociais, contra os quais temos lutado ao longo de tantos anos. Mas o fato fundamental é que os resultados são muito poucos, muitos pequenos. São resultados pontuais por um certo período. Depois a coisa desvanece. E o fato é que não conseguimos.

Vemos uma Coréia, por exemplo, que saiu de uma revolução, criou marcas internacionais, criou uma tecnologia própria e hoje está aqui no nosso mercado todos os dias, com os seus Hyundais, com seus Samsungs. E nós não temos os

Oliveiras, não temos os Machados, os Silvas lá na Coréia, em contrapartida. Quer dizer, nós não estamos conseguindo atravessar a fronteira.

Na busca da resposta dessa pergunta está um ponto que foi colocado aqui por esta Comissão, que eu diria que talvez aí seja uma coisa que deveríamos, no nosso processo propositivo, trabalhar em cima desse assunto. O risco empresarial de lançar um produto de tecnologia nacional é enorme, eu diria que é quase que insuperável para a maioria das empresas brasileiras. E como resultado, o sujeito atravessa a fronteira, viaja para o hemisfério norte, vê o produto pronto, já de “budget”, já sem problema nenhum, já testado na rua, tudo isso: Ah, esse negócio é bacana. Acho que posso vender isso no Brasil. Você me dá a licença? E o sujeito dá. Dá, não. Vende, não é? A licença com “royalty” e tudo. E essa licença vem impregnada com certas restrições. Uma delas, por exemplo, direito só de explorar o mercado doméstico brasileiro. O não direito de usar marca nacional. Quer dizer, a marca continua sendo estrangeira. E nós, hoje, somos inundados aqui por marcas que não fabricamos. Quer dizer, são marcas que vieram lá de fora, que fornecem praticamente todos os produtos. Como consequência disso, a única coisa que se fabrica aqui, que se agrega valor é para o mercado doméstico, e quando chega nesse momento em que o governo e o país todo precisam como uma necessidade para exportação, não podem exportar, porque, evidentemente, o licenciador jamais vai permitir que o licenciado concorra com ele no mercado internacional.

O que devemos fazer com esse tipo de equação que expresse dessa maneira parece razoavelmente simples. E a equação seria os riscos de lançar um produto de tecnologia própria são imensos no Brasil e como superá-los.

Lembro-me que quando comecei a tentar fabricar avião no Brasil, fui pressionado o tempo inteiro para largar mão de produzir um avião próprio nacional. E que eu devia fabricar sob licença. O pessoal dizia: A gente nem sabe se essa droga voa. E coisa dessa natureza. Mas mantive o rumo. E, hoje, quando olhamos a EMBRAER exportando 7, 8, 9, 10 bilhões de dólares em ordens que ela tem lá fora, ela só pode fazer isso porque o produto é nosso. Porque se fosse um produto

licenciado, como preconizavam, não poderíamos. Para deter a EMBRAER no mercado internacional, a “Bombardier” teve de ir para a Organização Mundial de Comércio. Quer dizer, foi o único mecanismo, acusando de subsídio, coisa dessa natureza, para deter essa companhia que está avançando pesadamente com produto de tecnologia própria de alto valor agregado.

Então, senhores, nós, na Federação, temos discutido muito isso. Tenho discutido com muitos empresários. Mexo com tecnologia nos últimos 40 anos. Quer dizer, tenho a impressão de que aí está o cerne da questão. A equação seria essa: Como resolveríamos o problema de reduzir, e aqui a expressão está colocando minimização do risco do lançamento de novos produtos.

Quando estava lançando a produção do nosso primeiro avião, em 1969 aqui em São Paulo, numa reunião presidida pelo então Deputado Cunha Bueno, uma série de empresários, depois de expor a idéia de conseguir investimentos para lançar um avião nacional, um empresário paulista disse: seu senhor pensa que nós vamos investir um cruzeiro sequer num projeto de um avião nacional, o senhor está redondamente enganado. Quer dizer, essa expressão me marcou para sempre. Nunca me esqueci dessa expressão: Se o senhor pensa que nós vamos investir um cruzeiro sequer no lançamento de um produto, de projeto nacional, está redondamente enganado. Quer dizer, é o que está acontecendo conosco. Estamos redondamente enganados. Quer dizer, não é possível a um empresário típico lançar um produto.

Trabalho bastante com tecnologia. Inventamos um novo sistema de refrigeração que estamos lutando para jogar no mercado. E olha que temos experiência um bocado nesse assunto. Estou lutando há 3 anos, não consigo lançar, porque o pessoal diz: Se esse produto é bacana – é a expressão que dizem – por que os americanos não lançaram? O que significa que inovação e criatividade falam inglês, não falam português. Quer dizer, é coisa dessa natureza. Temos de quebrar isso de alguma maneira.

Nos Estados Unidos, eles fizeram isso lindamente. Quer dizer, nos últimos 100 anos, eles têm praticado uma política intensa no sentido da inovação e de investimentos diretos. O orçamento norte-americano agora, do ano 2000, prevê 70 bilhões de dólares de contrato direto de Ciência e Tecnologia para o setor privado dos Estados Unidos. Contrato de desenvolvimento de produto, 70 bilhões de dólares.

Aqui no Brasil, tínhamos uma lei fraquinha, fraquinha, foi uma lei até que o José Goldemberg e eu próprio, quando estávamos no governo, mandamos para o Congresso nacional, que resultou na Lei nº 8.661, completamente mutilada em relação à lei que apresentamos, uma lei fraquíssima, a Lei nº 8.661I, em termos de estímulo ao desenvolvimento tecnológico. Quando houve a crise asiática de 1997, a primeira providência do governo foi cortar 50% do que ele chamava de renúncia fiscal, que miseravelmente chegava a 200 milhões de reais por ano. Quer dizer, quando falamos em 70 bilhões nos Estados Unidos, aliás, não sei se viram a *Gazeta Mercantil* de ontem, eles colocaram isto aqui: Estados Unidos, a grande máquina de criação de emprego. E por que está acontecendo isso? Tecnologia, e Eficiência, produtividade e tudo o mais. De modo que eu diria que acho que é ótimo colocar qualquer coisa dessa natureza. Mas eu daria uma ênfase muito grande em encontrarmos os mecanismos pelos quais vamos estimular o empresário, o investidor, o fabricante a fabricar produtos brasileiros, resolvendo problemas de demanda.

Existem muitas idéias, uma quantidade bastante grande. Nós próprios produzimos um documento adicional, se esses que estão aqui na mesa não forem suficientes, e outros escritos anteriormente também não são suficientes, nós temos mais alguns a respeito de diagnósticos e coisa dessa natureza.

Mas eu diria que a grande diferenciação do trabalho que estamos executando aqui é se nós pudéssemos focar resultados.

A idéia boa que a FAPESP tem agora, do pesquisador na indústria, Peres tem acompanhado, nós temos acompanhado esse assunto, inclusive a FIESP está

ligada à FAPESP nesse projeto. É uma idéia boa também. Mas nada disso resolve se não fugirmos dessa síndrome de que o governo proporciona contrato com a indústria seria favorecimento e coisa dessa natureza. Isso está se fazendo nos Estados Unidos “a rodo”; na Inglaterra, na França, na Alemanha. E foi assim que as grandes empresas, que as grandes marcas internacionais, hoje já caminham praticamente independentes, com pesquisas científicas sendo realizadas dentro da própria empresa. Uma quantidade enorme de empresas no exterior, hoje, já está fazendo também, inclusive pesquisa científica dentro da própria empresa. E numa tese que é defendida também por Brito. Brito Cruz tem uma tese fundamental, na qual eu acredito. Ele diz, por exemplo, que a criatividade e a inovação, nos Estados Unidos em particular, que ele estudou lá no mercado americano, diz ele, 94, 96% vêm da indústria e não da universidade. Aqui no Brasil colocamos a universidade como elemento central da geração de Ciência e Tecnologia. É um erro. O principal produto da universidade, sem dúvida nenhuma, é o profissional bem formado. O segundo produto pode ser a pesquisa, para ajudar a formar outros Professores e a melhorar o nível do ensino, o nível curricular e assim por diante. Mas a pesquisa tecnológica, e voltada para o produto, tem de ser vivida basicamente na empresa.

E o que está acontecendo hoje, o empresário brasileiro, pela maximização do risco que tem de empreender no Brasil, simplesmente está pegando um avião, que eu espero que seja da Varig, e vai para os Estados Unidos comprar o produto que ele quer, porque ele vê o produto na mesa, funcionando. É muito mais fácil do que ele ter de imaginar um produto e imaginar como ele funciona.

De modo que eu imagino, Deputado, que se nós pudermos enfocarmos nisso- quer dizer- por que isso não está acontecendo? Por que uma Coréia consegue marca? O Japão, evidentemente, depois da guerra, já tinha cultura tecnológica bastante avançada. Mas por que nós não conseguimos isso num país que eu diria que entre os países latinos talvez seja o mais viável de todos eles? O Brasil, com um mercado interno, com demanda. O brasileiro é um gastador Ele não é um poupador. Quer dizer, temos uma população ótima para esse tipo de trabalho.

Mas acho que se pudermos nos focar nisso e conseguir uma resposta para esse processo, evidentemente com todo o elenco de alternativas que seja necessário, eu sairia daqui gratificado, porque nós sairíamos dando um passo significativo para frente de diferenciação em relação ao que vem sendo colocado no passado, que o Poder Público não entra no setor empresarial, que não há mecanismo para isso, que os Tribunais de Contas não permitem, que a legislação não sei o quê. Quer dizer, mas isso é vocacionarmos o país para o futuro, para o atraso e para não podermos dar partida, efetivamente, para o desenvolvimento desse processo competitivo internacional, onde marcas brasileiras estejam ombreando com marcas estrangeiras, em nível de qualidade e de produto.

E isso está provado que nós já fizemos no passado. Algumas vezes, a ENGESA fez isso, a EMBRAER está fazendo agora. Espero que isso possa ser perene, o que não é garantido. Mas, de qualquer maneira, espero que possa ser. Mas, fundamentalmente, acho que essa é a equação básica. Está aqui muito bem colocado. E se pudermos apoiar isso, eu tenho a impressão que será um caminho útil a percorrer.

Desculpem eu me alongar muito. Mas muito obrigado.

SR. – Posso fazer duas perguntas sobre dois pontos, talvez o senhor vá ter alguma avaliação crítica bastante proveitosa Uma é sobre algum tipo de proteção ao mercado. Na sua avaliação, isso é bom, ruim, enfim, qual seria a sua avaliação? E a segunda questão é sobre a legislação de propriedade industrial e patente no Brasil atualmente vigente. Ela ajuda ou atrapalha o desenvolvimento criativo na indústria? É sobre a proteção de mercado, algum tipo de reserva, de coisa assim.

SR. OSIRES – A proteção de mercado, todos os países do mundo produzem. Mas só que produzem de uma forma inteligente e não publicam no *Diário Oficial*. Quer dizer, aqui no Brasil, temos uma legislação extensa, complexa, contraditória. E essa legislação explicita coisas que não devia. Temos o exemplo típico da própria

EMBRAER, que o governo colocou no *Diário Oficial* o mecanismo de financiamento para aviões, para venda para o exterior. Isso nos levou para a Organização Mundial de Comércio. E foi útil, num certo aspecto, porque descobrimos aí que o Canadá, por exemplo, pratica proteção de comércio muito maior do que o nosso, mas só que não está escrito em *Diário Oficial* nenhum. Aqui estava escrito não só no *Diário Oficial* como fazia, como tinha inclusive os números. Quer dizer, no tempo da EMBRAER estatal, então era incrível, porque os nossos financiamentos tinham de ser publicados no *Diário Oficial*. De modo que os nossos concorrentes iam ao *Diário Oficial* e atacavam a EMBRAER no mercado internacional, ela completamente indefesa, com base em documentos oficiais.

Quer dizer, coisa curiosa, mas a proteção...Era uma desproteção. Mas proteção, sem dúvida nenhuma, deve existir, mas ela tem de ser inteligente. A proteção indireta.

Por exemplo, quando surgiu na discussão da OMC, no caso da EMBRAER-BOMBARDIER, a EMBRAER bombardeou firme a questão da pesquisa e desenvolvimento. Os senhores não podem imaginar o bloco do deixa disso que entrou lá. Aí entraram Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Japão. Entraram como ouvintes interessados no processo, mas para tirar isso da pauta. Isso não se discute, meu Deus do céu! Ciência e Tecnologia é um investimento fundamental, como disse Carlos Zarattini. Clinton, quando anunciou seu orçamento, que não tinha corte para Ciência e Tecnologia, disse: os Estados Unidos não colocam em jogo o seu futuro. E determinou que não se cortasse nenhum tostão nas verbas federais. Eles estão lutando contra o déficit público, mas eles disseram que em Ciência e Tecnologia não cortamos nada, porque os Estados Unidos não colocam em jogo o seu futuro.

Quer dizer, eles não quiseram colocar isso e esses países todos se juntaram, para evitar que esses assuntos entrassem em pauta. Por quê? Porque é o grande mecanismo de proteção. Não é a proteção de alíquotas, não é nada disso ou qualquer coisa dessa natureza. É uma proteção muito mais sólida. Quer dizer, em

vez de ficarem mexendo no efeito, eles trabalham na causa. E na causa, para produzir produtos melhores, mais competitivos, mais eficazes.

Quanto à sua segunda pergunta, em relação à Lei de Propriedade Industrial, acho que a lei é necessária, absolutamente fundamental, pois não vejo porque o Brasil tenha uma legislação extensa que dê à propriedade e garanta o tijolo, e não dê a proteção para o trabalho criativo e mental. Quer dizer, temos aqui o direito de propriedade sobre o apartamento, sobre o terreno, sobre a terra, sobre as coisas materiais no Brasil, estão perfeitamente estabelecidas, em que pesem essas incursões aí dos sem terra, coisa dessa natureza. Mas, basicamente, o direito de propriedade foi um direito constituído nos países de cultura latina de forma bastante sólida, inclusive no mundo todo. Mas os direitos intelectuais já são mais difíceis de serem protegidos. Mas acho que são bastante importantes.

Acho que não precisamos mais de legislação. Nós precisamos de sistemas operacionais que funcionem. Quer dizer, patentes brasileiras emitidas, eu não sei quanto o INPI está emitindo de patentes por ano. O número que eu vi recentemente foi de 20 patentes por ano, coisa dessa natureza. Quando simplesmente a Coréia põe 1.500 patentes nos Estados Unidos por ano, quer dizer, coisa dessa natureza.

Então, eu diria que a proteção da propriedade cultural, da propriedade mental, dos não tangíveis é absolutamente fundamental. De modo que hoje eu acho que não precisamos mais de legislação. Estamos precisando agora de um sistema operacional que efetivamente funcione e que possamos chegar com a nossa patente, e que o governo faça o dever de casa, no sentido de transformar essa documentação em uma documentação válida para se contrapor a qualquer agressão nesse sentido que possa surgir no mercado internacional.

SR. – gostaria de adicionar alguns comentários à contribuição do Dr. Osires, que eu acho que vão muito na direção do documento que acho que foi distribuído, escrito pelo Professor Brito. Consideramos aí, esse é o diagnóstico em função do qual temos agido na FAPESP, é de que o grande desafio, embora tenhamos a

maior preocupação na questão de transferência do conhecimento e temos buscado mecanismos efetivos de estimular a transferência, o grande desafio é mesmo criar um sistema de pesquisa sólido em ambiente empresarial. Porque os números mencionados pelo Dr. Osires, acho que devem ser também olhados da seguinte maneira: a Coréia apresenta 1.500 patentes anuais depositadas nos Estados Unidos, o Brasil deposita 50 patentes anuais nos Estados Unidos. Quer dizer, é um fator 30. O Brasil e a Coréia, ambos têm o mesmo 1% da produção científica mundial. Se olharmos a base de dados do “.....”, Institute for Scientific Information, vamos ver que o Brasil, juntamente com a Coréia, tem cerca de 1%. Ou seja, do ponto de vista de produção científica, de produção de trabalhos publicados em revistas internacionalmente reconhecidas, temos o mesmo volume.

Agora, as patentes são tipicamente produtos da pesquisa feita em ambiente empresarial. Isso tem de ser registrado. Os números nos Estados Unidos são muito claros. Mais de 97% das patentes depositadas nos Estados Unidos são de origem em empresa, resultado de pesquisa realizada em ambiente empresarial. Não que não seja importante desenvolver uma cultura de produção de patente em ambiente de pesquisa em instituições de pesquisa e de ensino.

Aliás, a própria FAPESP está muito preocupada com isso. Fizemos um evento no ano passado, um “workshop”, exatamente para discutir uma forma de agir, porque as próprias universidades estão muito mal equipadas e praticamente despreocupadas com esta questão. Não há uma cultura de patentes. Estamos querendo ver se contribuimos para implantá-la. Fizemos esse “workshop”. Fizemos uma assinatura de uma base de dados, que é o “D..... Innovation Index”, que foi colocado à disposição de toda a comunidade de pesquisadores do Estado. E também colocamos essa base na FIESP. Estamos colocando no SEBRAE, de forma que as próprias empresas consigam ter acesso a essa informação, para criar essa cultura de proteção da propriedade intelectual.

Então, acho que uma ênfase que tem de, a minha leitura desse temário proposto, especialmente do último item, é de que as preocupações vão no sentido

de criar esse ambiente de pesquisa em ambiente empresarial. Acho que esse é o grande desafio do Brasil.

Os números que aparecem também, é uma leitura que deve ser feita dos dados apresentados nesse trabalho do Sr. Brito, é que nos países desenvolvidos a maior parte dos investimentos em pesquisa é de origem empresarial. Esses dados estão nesse documento.

Mas se perguntarmos para onde vão esses investimentos, o que vamos descobrir é que eles vão para as próprias empresas. Eles não vão para a universidade. Um dado importante é que se pegarmos as 100 maiores universidades, isso está nesse documento, americanas, vamos descobrir que em média 5% dos investimentos em pesquisa nas universidades são de origem empresarial. O IMT, que é o campeão de investimentos empresarial, ele tem apenas, somente 15% desses investimentos são de origem empresarial. O resto para financiamento da pesquisa em ambiente acadêmico e institutos de pesquisa é e continua sendo obrigação governamental.

Este é o grande subsídio, entre aspas, quer dizer, é a grande infra-estrutura que é criada dentro do ambiente acadêmico. E me permito citar, exatamente para reforçar a fala do Dr. Osires, um depoimento muito interessante, que foi apresentado na Conferência de Budapest, sobre o desenvolvimento científico e tecnológico na virada do milênio, onde houve uma contribuição do Dr. Ross Tropinielsen, em que ele dava a visão do industrial, um dinamarquês dando a visão de um industrial da expectativa do industrial acerca da contribuição da universidade, dos institutos de pesquisa, para o desenvolvimento científico e tecnológico. E ele dizia de forma muito enfática, eu vou encaminhar depois esse documento, porque ele foi traduzido pela FAPESP e apareceu no próprio informativo da FAPESP, ele diz: A maior, a forma mais efetiva de transferência de conhecimento é a geração de pessoal qualificado, treinado na fronteira do conhecimento e familiarizado com os métodos de pesquisa. Veja bem, esse é o depoimento de um industrial. Essa é a

visão do industrial, da expectativa da contribuição que a universidade deve e pode dar.

É claro que a universidade deve buscar parcerias com o setor, não estamos dizendo que não devemos buscar, inclusive porque as parcerias têm um valor intrínseco e também têm o valor educativo, o valor de treinar pessoas para irem para o ambiente industrial com esse tipo de informação.

Então, isso é muito importante. Eu gostaria de reforçar essa visão de que temos de pensar em mecanismos efetivos de implantar essa cultura onde haja pesquisa e desenvolvimento dentro do ambiente empresarial.

A questão do risco é essencial. Aliás, permitam-me lembrar as palavras que Dr. Osires pronunciou num outro evento, que foi um evento da FAPESP lá na FIESP, sobre o Programa de Pequenas Empresas, onde ele diz: O programa da FAPESP em financiar desenvolvimento tecnológico em pequenas empresas é um programa que contribui exatamente para diminuir o risco. Para minimizar o risco.

Então, a FAPESP, ao financiar projetos de pesquisa em pequenas empresas, inclusive quebra um pouco desse discurso de que não é possível o recurso público ser investido em pesquisa em ambiente empresarial. Não só é possível como é necessário. É questão de haver vontade e decisão de fazer esse tipo de coisa.

Estamos atualmente financiando 100 pequenas empresas em projetos para desenvolvimento tecnológico. Mas financiamos a pesquisa. A missão da FAPESP é a de financiar a pesquisa. Não podemos financiar a produção. A produção, e aí é importante que outros atores entrem em cena. Até aí a própria atuação governamental é a forma mais criativa de se buscar capital de risco, para, por exemplo, viabilizar que essas empresas sejam bem-sucedidas em seus projetos visando à inovação tecnológica possam passar para a fase de produção.

Acho então que é muito importante reforçar essa visão, essa nossa preocupação sobre o que poderá fazer diferença nos próximos anos.

Acho que o que foi conseguido nos últimos anos, pelo sistema de pesquisa, é bastante. Porque há um dado recente, que acabamos de levantar, sobre o

crescimento da produção científica nos últimos 5 anos. Aí descobriremos que o Brasil só ficou atrás da Coreia em crescimento de produção científica. Somos o segundo. Veja que a Coreia é uma referência persistente, não é? Tanto na produção científica quanto na produção tecnológica. Acho que ela, embora não seja um modelo, é um referencial importante para termos em conta. Porque a Coreia, há cerca de 20 anos atrás, tinha uma produção científica que era inferior, por exemplo, somada, à do Instituto de Física da Universidade de Campinas. Quer dizer, a Coreia teve uma taxa de crescimento na produção científica muito grande, que vai junto com o crescimento da sua produção tecnológica.

É importante também ver isso, porque temos de ver de uma forma conjunta essa questão do desenvolvimento científico e tecnológico. Acho importante não fazermos, não termos uma visão dissociada. Quer dizer, cada vez mais essa questão do desenvolvimento científico está acoplada ao desenvolvimento tecnológico.

O tempo, a distância temporal e conceitual entre você ter o produto, o resultado da pesquisa e a sua implementação sob forma de tecnologia está diminuindo de forma dramática. Isso talvez tenham lido no sábado, na semana passada a FAPESP acabou tendo uma certa visibilidade, um projeto que é o projeto Genoma Humana do Câncer, desenvolvido em parceria com o Instituto Ludwig, e houve uma discussão muito grande, que culminou inclusive com um editorial muito bem escrito na *Folha de São Paulo* de sábado, sobre essa questão do que resulta de projetos científicos. Quer dizer, hoje em dia você faz, consegue fazer boa ciência, se remeter a questões que são, no caso, por exemplo, dos próprios projetos do Genoma da Chilela Fastidiosa e do Xantomona, se remeter a problemas tecnológicos específicos, dialogar com o setor produtivo, que aliás até vem financiando esse tipo de projeto, e ao mesmo tempo dar uma contribuição com o potencial de gerar patentes e contribuir para o desenvolvimento tecnológico.

Então, acho importante que tenhamos uma visão integrada, entendendo bem o papel de cada um dos atores, e que nos preocupemos, porque acho que o nosso

grande desafio, o grande desafio para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico, é exatamente criar um espaço de pesquisa, que inclusive começa a ser de natureza científica em ambiente empresarial.

Quer dizer, esse falso dilema da pesquisa aplicada *versus* pesquisa básica é outro que precisa ser superado em nosso discurso. É importante ter uma visão global, porque isso parece oferecer opções que eu acho que apenas empobrecem essa visão da pesquisa científica *versus* tecnológica, ela oferece opções que na realidade não são mutuamente excludentes. Cada vez mais a visão é uma falsa opção, é um falso dilema.

Então, acho que é importante também que consigamos nos remeter a esse tipo de questão.

Vou parar por aqui.

SR. OTAVIANO HELENE – Eu gostaria de fazer alguns comentários. Acho que quando fiz as perguntas ao Dr. Osires, acho que a proteção de mercado que existe concretamente neste país são aqueles 70 bilhões de dólares encomendados, por exemplo, pelo governo americano, diretamente à indústria. É 1% do PIB americano encomendado diretamente à indústria. Isso é obviamente um incentivo, uma proteção de mercado, enfim, obviamente não explícita, para não cair exatamente nas restrições desses organismos internacionais de comércio.

Talvez outro tipo de estratégia, não sei se isso é completamente verdade, ou se é um pouco piada, um pouco verdade, é que em alguns países há certas restrições na produção de certos produtos até que ele produza aquele produto. E talvez um exemplo seja o caso de fotocópias no Japão. Não tenho certeza se é verdade ou se é piada, mas que era estritamente proibido fazer fotocópias de documentos, não tinha validade, até que as empresas japonesas passaram a fazer as fotocopadoras tão boas quanto as americanas, e aí passou a ser liberado.

A minha questão sobre a legislação de patentes, é também no mesmo sentido. Quer dizer, na legislação de patente existe uma espécie de reserva de

mercado para cada país, não no sentido de restrição ao direito de propriedade intelectual, mas a proteção do direito nacional. Então, temos vários exemplos, talvez o atual seja a dificuldade, eu não sei se ainda existe ou se não existe mais, de se patentear seres vivos ou coisas orgânicas na Europa vindas dos Estados Unidos. Quer dizer, claramente é uma proteção. Quer dizer, isso vai ser estritamente proibido até que os países europeus consigam desenvolver seres vivos e coisas do mesmo gênero tão bem quanto as patentes que vêm de fora. Então, é uma outra forma de proteção também, que infelizmente a legislação brasileira de patentes não tem. Ela permite qualquer tipo de patente vinda de fora, até mesmo aquela que nem sequer é produzida no país. Quer dizer, pode-se patentear coisas que nem sequer são produzidas aqui no país, o que foi por sinal uma imposição mais ou menos ampla feita por esses acordos internacionais, e que muitos países aceitaram, outros países não aceitaram.

Mas eu queria voltar agora, eu me inscrevi também para voltar um pouco à discussão para outros aspectos aqui, claro que os aspectos industriais da produção tecnológica e de patentes são importantes, mas eu gostaria de ouvir tanto o Professor Peres quanto o Dr. Osires, sobre o aspecto da formação de recursos humanos, no caso, nas universidades e no sistema de ensino em geral. E nesse sentido, eu queria mudar um pouco essa discussão para o outro aspecto do desenvolvimento científico e tecnológico, que está vinculado não à indústria, mas ao desenvolvimento das universidades e dos sistemas de ensino superior dos vários países, e em particular aqui do Estado de São Paulo.

Certamente a principal função da universidade é a formação de recursos humanos em todos os níveis, tanto em nível de graduação quanto em nível de pós-graduação, e também nas suas atividades de pesquisa. Quer dizer, no laboratório em que trabalho muito freqüentemente perdemos funcionários de primeira linha, o que por sinal é um prazer, porque ele aprendeu, ele fez um desenvolvimento etc., e ele encontrou uma posição bastante melhor no sistema produtivo, podendo levar a

sua contribuição e também sendo recompensado pelo que aprendeu naqueles anos que passou no laboratório de pesquisa.

Então, acho que essa é uma forma, uma maneira informal também de formar recursos humanos nas universidades. Quer dizer, aqueles que entram aprendem, é o estudante, às vezes, é o técnico, é o engenheiro etc., aprende, desenvolve num ambiente muito livre de desenvolvimento, e dois, três anos depois, ele tem um valor de mercado, um conhecimento específico, enfim, é uma contribuição muito significativa para a força de trabalho. Além do desenvolvimento formal, na parte de mestrado e doutoramento em pós-graduação e nos cursos de graduação das várias universidades.

Agora, nesse sentido, então, eu queria voltar um pouquinho para a questão do desenvolvimento de Ciência e Tecnologia relacionado à universidade, inclusive apontando um aspecto. Quer dizer, temos aqui no Estado de São Paulo uma certa estagnação, que eu acho que até pode ser discutida, mas vou citar alguns dados sobre essa aparente estagnação no Estado de São Paulo. A renda *per capita* paulista é hoje a mesma que era por volta de 75 a 80, em termos reais, não em dólar ou coisa assim, mas deflacionando por um deflator adequado para o PIB, o que é corroborado pela evidência de que São Paulo participava com 45% do PIB brasileiro e hoje deve estar na casa dos 35%. Quer dizer, o Brasil teve um crescimento econômico não desprezível totalmente nestes últimos 20, 25 anos, mas São Paulo reduziu a sua participação. Quer dizer, o que é compatível com a informação anterior de que nós estamos praticamente com a renda *per capita* estagnada.

No ensino superior também estamos com a situação estagnada. Temos só 17% dos jovens paulistas matriculando-se numa instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada. Não sei se nos últimos 2 ou 3 anos teve alguma mudança significativa, mas essa é uma média dos últimos 20, 25 anos.

Globalmente, gostaria de citar também, eu tenho, esse documento foi distribuído, dois dados apenas, um para o Brasil e um para o Estado de São Paulo,

que mostram efetivamente a nossa disparidade em relação a alguma coisa que acontece no mundo. Não é um diagnóstico nem preciso nem completo, mas dá uma visão geral. No caso brasileiro, a população brasileira é aproximadamente 2,7% da população mundial. E, efetivamente, o PIB brasileiro é 2,9% do PIB mundial. Quer dizer, o Brasil é um país médio, sob todos os pontos de vista, quer dizer, de população, de PIB, de consumo de energia, de renda *per capita*, estamos bem na média mundial. Entretanto, embora tenhamos 2,7 a 2,9% da participação no mundo, em termos populacionais, em termos econômicos, temos só 0,6% da produção científica medida em artigos publicados. Quer dizer, tem um espaço praticamente para quadruplicar a produção científica no Brasil, o que é compatível, produção científica, sob a forma de artigos publicados, é basicamente feito em Universidades. As indústrias fazem desenvolvimento científico, mas não publicam os chamados artigos científicos. Ela é basicamente feita em universidades e em institutos de pesquisa. Quando abrimos, quando fazemos uma verificação, vemos que sempre um ou outro dos co-autores vem de alguma universidade. Então, o Brasil poderia entre triplicar e quadruplicar sua produção científica.

No caso do Estado de São Paulo, vou citar também os dados que mostram novamente que temos um espaço muito grande de ampliação, uma necessidade muito grande de ampliação. Embora o Estado de São Paulo seja 0,6% da população mundial e o PIB seja 1%, grosseiramente, do PIB mundial, o que, então, em termos *per capita*, São Paulo estaria um pouquinho acima da média mundial, mas a contribuição científica paulista para a produção mundial é de 0,3% apenas. Então, novamente 0,6% da população, 1% do PIB e 0,3% da publicação de artigos científicos. Novamente vemos que precisamos da ordem triplicar, como o restante do país, simplesmente para cair dentro de uma média mundial.

Isso é um diagnóstico bastante grosseiro e aproximado e superficial, mas mostrando que há um espaço amplo, há uma necessidade grande da expansão científica brasileira, não só no sentido tecnológico, industrial etc., mas também no sentido mais acadêmico.

A questão a saber é a seguinte: esse aumento de produção científica e produção acadêmica é viável, é razoável num país com os aspectos de desenvolvimento que o Brasil tem? A resposta é sim. Tanto o desenvolvimento educacional propriamente, como o desenvolvimento científico, eles têm um impacto de retorno econômico bastante significativo. Grosseiramente os números, nesse documento que foi distribuído tem alguns números, mas grosseiramente a taxa dos investimentos econômicos dos investimentos em Ciência e Tecnologia e dos investimentos educacionais é grosseiramente da ordem de 20% ao ano. Varia segundo o autor, segundo a área do desenvolvimento etc., mas é um investimento que se paga em poucos anos. Em cerca de 5 anos há um retorno econômico para a sociedade, muitas vezes na forma de renda dos indivíduos, obviamente, que se beneficiaram pelo ensino superior, ou das empresas, não sei o que se beneficiou pelo desenvolvimento científico tecnológico, mas que em última instância vira PIB.

Ou seja, os investimentos em Ciência e Tecnologia e em Ensino Superior são inclusive uma forma muito significativa de viabilizar o desenvolvimento econômico. Quer dizer, é um retorno bastante significativo, 20% parece-me que é um retorno adequado até para a indústria. Quer dizer, indústrias que têm retorno da ordem de 20% são indústrias viáveis. Para uma coisa como Educação e Ciência e Tecnologia, que além desse retorno meramente econômico, material, ainda tem um retorno cultural, intelectual e social, é muito significativo só a parte do retorno econômico ser da ordem de 20%.

Nesse sentido, foi dentro dessa perspectiva que encaminhei essa proposta, no sentido de tentar viabilizar algum tipo de proposta de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, intelectual e acadêmico no Estado de São Paulo, sem perder nenhuma das facetas do problema. Olhando o setor onde esse investimento é feito, o tempo de retorno econômico, as necessidades sociais e regionais de onde esse investimento é feito, e tendo em vista a sua viabilidade econômica e os seus outros aspectos.

Agora, sempre para se pensar nessa coisa, temos de pensar num volume de dinheiro. E acho que o volume de dinheiro, não adianta fazer propostas sem materializar na forma de alguma coisa concreta, acho que o volume de dinheiro são os 70 bilhões americanos. Não obviamente 70 bilhões de dólares, o que seria absolutamente inviável, mas em termos de PIB Quer dizer, 70 bilhões de dólares americanos é para o PIB americano 1% do PIB. Acho que esse é o percentual que temos de pensar em investimento em Ciência e Tecnologia aqui no Estado de São Paulo e no Brasil em geral. Só em Ciência e Tecnologia, fora 0,5 do PIB que deve ser dirigido para o ensino de graduação e talvez mais 0,5% do PIB em pós-graduação e algumas coisas na área acadêmica, institutos de pesquisa voltados a outras áreas, enfim, às várias áreas. Mas o número a se pensar é da ordem de 1% do PIB apenas em Ciência e Tecnologia, o que significaria alguma coisa na casa dos 4 bilhões de reais. Não sei qual é o PIB oficial do ano que acabou, de 1999, mas a casa é da ordem de 4 bilhões de reais por ano. Acho que esse é o número também que as propostas têm de ter como base. Talvez não sejam 4 bilhões, 3, 2, 6, enfim, mas um número dessa ordem.

Obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Só um segundinho. Só para anunciar aqui a presença do Professor Hernan Chaimovich, que é Pró-Reitor de Pesquisa da USP. Estava inscrito aqui o João, mas é sobre o assunto, então João concordou. É pergunta, Doutor?

SR. – Realmente, acho que é importante, porque pode ser que eu propague uma informação do que foi dito, eu acho que é importante. Esses números que foram citados por Otaviano não são iguais aos números de que dispomos com relação à produção científica brasileira. Quer dizer, segundo os dados baseados no “.....”, a produção científica brasileira em 1985 era 0,4% da produção mundial. E cresceu para acima de 1% da produção em 1999. Aliás, se levarmos em

consideração só a parte de Ciências, é quase 1,2, 1,3%. Então, na realidade há um crescimento expressivo, quer dizer, isso aí não corrobora a afirmação de uma estagnação no desenvolvimento científico do Estado, porque inclusive essa produção científica nacional é majoritariamente e crescentemente gerada no Estado de São Paulo.

Além disso, como mencionei, a produção brasileira, de 1995 até a data, foi a segunda maior taxa de crescimento só atrás da Coréia.

Então, acho que é importante que esses dados sejam comparados com dados em outras bases, que eu acho que poderão dar um outro significado. Sem discordar da tese de que precisa mais de recursos.

SR. JOÃO PISYSIEZNIG FILHO – Acho que temos de atentar que Ciência e Tecnologia não é produzido só nas universidades e instituições de pesquisa. Acho que já ficou claro. Há muito, acho que tem um modelo chamado de Triângulo de Sabatto, desde a década de 60 esse pesquisador lançou esse modelo, mas isso já é discutido antes na literatura. Tem até uma nova visão aí chamando isso das 3 hélices, que é Governo, Instituições de Pesquisa e Empresa. E o nosso sistema de pesquisa, o paulista e o brasileiro, ele nesse tripé a perna fraca, eu diria que estamos desabando porque há a perna empresa que não está presente. E ela não está presente por dois motivos. Um dos motivos, o Professor Osires colocou, quer dizer, o risco Brasil, as dificuldades institucionais no Brasil são muito grandes para você investir. Quer dizer, não tem apoio, não tem a proteção que as empresas no exterior têm, e mais recentemente porque estamos reduzindo o número de empresas brasileiras que tem condição de fazer pesquisa. Quer dizer, as empresas brasileiras que estão sendo vendidas, que estão sendo desnacionalizadas são aquelas, acho que no número todo delas, empresas que investem em pesquisa, que têm um braço. Agora foi a Arisco. São as que têm atividade de pesquisa. Acho que a Índia, que é um outro exemplo forte disso. Você tem um investimento grande em

Educação e em Ciência e Tecnologia, mas a perna da empresa está capenga e o tripé cai. Quer dizer, não tem tripé.

Então, se não conseguirmos reforçar o apoio à empresa, e à empresa nacional, não tem de ter proteção de mercado, não. Não é no mercado que há a proteção. A proteção acho que é aí, é no risco, no investimento em tecnologia.

O Estado brasileiro tem alguns poucos programas, o Professor Otaviano mencionou dois aqui, tem alguns outros. Por exemplo, um programa para produzir um avião. Como nos Estados Unidos tem o Programa Espacial, o Programa de Defesa, o Programa de Saúde etc. Quer dizer, esses programas compram pesquisas das empresas privadas. Mas tem de ter um agente que é o Estado capaz de fazer essa compra. Ele não pode fazer uma licitação, nos moldes que é feita aqui, pelo menor preço. Não. Temos de escolher. É aquele laboratório que tem o Prêmio Nobel e eu assumo o risco de escolher e Tribunal de Contas nenhum vai dizer que estou beneficiando o fulano de tal. Porque há um sistema de vigilância social em cima disso. Mas não se resolve no formalismo, senão os americanos não teriam chegado. Senão não teríamos os desenvolvimentos tecnológicos que eles alcançaram e que outros países alcançaram.

Então, o Professor Otaviano cita aqui no seu texto que a central telefônica, por exemplo, que a central telefônica do CPQD.

SR. OTAVIANO HELENE – O dado é do Professor Brito.

SR. JOÃO PISYSIEZNIG FILHO – Não. Eu sei. Eu não sei se essa central telefônica vai ser comprada pelas empresas internacionais, multinacionais que compraram a telefonia brasileira. Agora, com certeza a EMBRAER, como Osires disse, é nacional. Então, o fruto da pesquisa, o fruto do investimento que foi feito em pesquisa tecnológica para a aviação está indo para a sociedade, por meio das exportações.

Então, acho que o que deve nortear as nossas preocupações é o seguinte: não vai adiantar colocarmos mais dinheiro nesse sistema se nós não organizarmos o sistema. E a perna fraca do sistema chama-se empresa, e a relação com as empresas. Quer dizer, mesmo essas instituições, as instituições de pesquisa, o governo, a relação com a empresa é muito dificultada.

Costumo dizer que quando chega uma empresa numa universidade, numa instituição de pesquisa, não chega um cliente. Chega um pepino, chega um problema, alguém que vai atrapalhar lá. E aquilo é um cliente.

Esse dado do IMT, de só 15% do financiamento ser de empresa privada é verdade. Mas em todos os financiamentos públicos, todos os projetos e tal, tem uma empresa ali interessada. Está participando. O governo é do Estado, mais a empresa privada, ela faz parte do sistema. Os Professores do IMT, por exemplo, não são proibidos de serem sócios de empresas que produzem tecnologia, receberem pagamentos por isso, *royalties* etc. Porque o IMT também é privado e o IMT exige do Professor não que ele bata o ponto, mas que ele dê resultados. E o nosso sistema de pesquisa fala: Você está batendo o ponto? Você está dando quantas, que resultados efetivos você está dando? Isso não é tão importante, mas nos prendemos muito ao formalismo.

Então, essas mudanças, acho que de um lado não vamos conseguir resolver, mas nós temos de criticar, e, no que puder, apontar soluções. Esta Casa é uma Casa de Leis, apontar soluções e mudanças de leis e regulamentos, mesmo dentro das universidades e instituições de pesquisa, que facilitem essa transação entre o setor de pesquisa e as empresas.

SR. OSIRES – João levantou uma ponta do *iceberg*, que é a cultura nacional, as leis de licitação, este nosso processo de nos atracarmos mais à forma do que buscar resultado. Quer dizer, um trabalho para modificar tudo isso é um trabalho imenso, que vai tomar, e pode tomar um bocado de tempo. Mas tem alguns pontos, alguns aspectos pontuais que podemos colocar. Por exemplo, quando falamos em

70 bilhões de dólares dos Estados Unidos, quase 50% disso são contratos das Forças Armadas. São contratos das Forças Armadas com empresas privadas para desenvolver material de interesse das Forças Armadas: armamento, processo etc. A Internet, por exemplo, saiu de um projeto dessa natureza. De um projeto contratado pelo Pentágono para empresas americanas saiu a Internet, que é um negócio espetacular que está varrendo o mundo em todos os sentidos. E continuam os investimentos.

Vamos ver o que acontece no Brasil, no caso das Forças Armadas. As Forças Armadas também investem bastante em Ciência e Tecnologia. O Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, da Marinha e da Aeronáutica reportam diretamente ao Ministro. Não mais ao Ministro, agora é Comando, trocaram o nome. Mas mostrando a importância que eles dão para isso.

Mas aconteceu um fenômeno, nos últimos anos, eu diria talvez nos últimos 10 ou 15 anos, crescente que hoje liquidou a possibilidade de a indústria brasileira fornecer para as Forças Armadas. Não há mais possibilidade. As Forças Armadas brasileiras, estranhamente, e contrariamente ao que acontece no mundo inteiro, são autorizadas a obter financiamento para o seu suprimento. E esses financiamentos só existem no mercado externo. A Constituição brasileira proíbe os organismos governamentais de financiarem o governo. Quer dizer, o BNDES não pode financiar o governo por proibição constitucional. E o BNDES, por exemplo, é a única agência no Brasil de financiamento a longo prazo, em escala suficiente para financiar a compra de tanques para o Exército, navio para a Marinha e avião para Força Aérea. Isso é proibido.

Como resultado, nossas Forças Armadas estão importando tudo. Elas só compram no exterior. O Comandante do Ministério da Aeronáutica, Brigadeiro Batista, agora numa entrevista que saiu num jornal bastante recente, falou que o Carlos Zarattini, Fernando Henrique autorizou o reequipamento das Forças Armadas. E ele falou corretamente. Dois bilhões de dólares para colocação no orçamento, para as Forças Armadas se reequiparem. E ele falou corretamente, ele

usou a moeda certa: dólares, ele não usou reais. O que vale dizer o seguinte: a própria EMBRAER não vende para a Aeronáutica. Hoje ela não tem mais nenhum contrato de produto militar. Não sei até quanto tempo ela agüenta. A Boeing, que vende avião para o mundo inteiro, 50% de suas vendas são para a Força Aérea americana. É um negócio impressionante. Imaginem que a Boeing, que é uma companhia profundamente privada, com uma visão de fabricação de produtos, de aviões de transportes, venda 50% para as Forças Armadas. Quer dizer, isto é um negócio essencial. E aí, embutido nisso tem produtos. Esses produtos têm um espectro, espalha isso e cria produtos, uma quantidade imensa de produtos do setor privado.

É difícil encontrar no espectro da satisfação das necessidades da sociedade, de um modo geral, um produto que não tenha de alguma maneira sido iniciado por uma pesquisa governamental contratada pelas Forças Armadas.

O valor do orçamento norte-americano, eles chamam de RDTE, quer dizer, pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação. Imaginem aonde eles vão, não é? Pesquisa, desenvolvimento. Testa o produto e avalia. Tudo isso com contrato governamental. São 4 itens básicos.

Neste ano, no orçamento norte-americano, são 32 bilhões de dólares. Esses dados estão na Internet. Eles colocam isso com bastante amplitude na Internet.

Então, vejam o que acontece. Quer dizer, no nosso país, a partida da EMBRAER foi com projeto militar. O próprio Bandeirante foi projetado para atender as necessidades da FAB. A FAB pagou o projeto de desenvolvimento do Bandeirante. E entramos na opção de risco empresarial, parcialmente no Brasília. E, curiosamente, o mesmo avião de treinamento que fizemos, o Tucano, que é projeto nacional também, e hoje está voando em 12 Forças Aéreas, inclusive na França, na Inglaterra, foi projeto também a risco empresarial. A FINEPE nos emprestou R\$150.000,00 para desenvolver o Tucano. O projeto custou na época 5 milhões de dólares e nós conseguimos um empréstimo da FINEPE de R\$150.000,00.

Quer dizer, então vejam, tudo isso é importante. Então, eu diria que Forças Armadas, eu sou membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, lá da Presidência da República, e na próxima semana agora vamos fazer uma reunião, pedi uma reunião com todos os Diretores de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas. Vamos fazer essa reunião agora no dia 17 de fevereiro, em Brasília. Vou questionar os Diretores desses organismos. Vou questionar por que isso acontece. No mundo inteiro as Forças Armadas são proibidas de obter financiamento. Em consequência disso, elas têm de comprar com os seus orçamentos. E aí elas podem comprar no mercado local. Aqui no Brasil não há mais compras militares. Resultado: e faz falta isso para o cenário de pesquisa e desenvolvimento do país. Faz muita falta.

Nos Estados Unidos, 50% desses 70 bilhões, Professor, vêm das Forças Armadas. São contratos diretos com as Forças Armadas. E que geram produtos espetaculares. Acho que um dos mais conhecidos hoje no mundo é o da Internet. Se formos ao campo de tintas, dos plásticos, tudo isso que está por aí afora, tudo isso nasceu com projetos encomendados pelas Forças Armadas ao setor privado. Temos de incluir isso. Temos de conhecer esse mecanismo e tomar uma providência fundamental. Já falei uma vez com Carlos Zarattini da República isso, proibir as Forças Armadas de terem financiamento para comprar os seus produtos. Porque do contrário, vamos ver aí aviões como nós fabricamos no Brasil, fabricamos 4.500 aviões até agora, a EMBRAER fabricou 4.500 aviões. E tem voando hoje no Brasil, na Rio-Sul, 15 aviões. Quer dizer, não vendemos no Brasil, por causa do problema do financiamento de um lado, nós não conseguimos. E por outro lado, as Forças Armadas brasileiras. Se bem que agora as Forças Armadas brasileiras têm aviões militares hoje operando. Mas esse é um tópico, Deputado, que poderíamos focar. Quer dizer, as compras das Forças Armadas direcionadas para o mercado interno.

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria usar a palavra um pouquinho aqui também. Acho que essa observação que o senhor colocou é muito importante sobre o papel do financiamento, não só em relação às Forças Armadas, mas inclusive, por exemplo, nós temos aqui o metrô de São Paulo, que foi um pólo de desenvolvimento tecnológico no setor de transportes, e que hoje está estagnado exatamente porque está proibido de contrair financiamento junto ao BNDES. Ou a própria Sabesp, que da mesma forma não pode obter financiamento no BNDES, não só para a implantação de novas redes coletoras, mas também para o desenvolvimento do tratamento da água, de estações etc.

Quer dizer, coloca-se uma opção que fala: não. Então se privatiza, para que daí se obtenha um empréstimo do BNDES. O que também não é verdade. Vimos todas as empresas ferroviárias, aliás, a Rede Ferroviária Federal privatizada no Brasil todo, com possibilidade de obter o financiamento junto ao BNDES e isso está absolutamente estagnado; continuamos aí, acho que já faz 4 ou 5 anos de privatização do sistema ferroviário, e não temos observado nenhum tipo de desenvolvimento nesse setor.

Então, acho que seria interessante também que tivéssemos oportunidade de ouvir o BNDES, quando formos ouvir aqui as entidades de financiamento da pesquisa, chamar também o BNDES para esse debate. Ouvir o ponto de vista dele em relação a essa questão. Porque eu acho que eles estão intimamente ligados a essas, quer dizer, poderia haver uma linha de financiamento do BNDES no sentido do desenvolvimento de produtos, do desenvolvimento tecnológico. Quer dizer, isso poderia ser feito. Mas como isso pode ser feito e o quanto pode ser feito em relação a esses setores ainda estatais, ou eminentemente estatal, como as Forças Armadas, que não se cogitou ainda em privatizar. Mas que tudo é possível. Então, poderíamos fazer essa discussão junto ao BNDES.

Queria dizer aqui também que vamos encaminhar a vocês o Plano Plurianual do Governo de São Paulo, que foi enviado aqui para a Assembléia, na semana passada, se não me engano na quarta-feira. E aqui temos um Regimento bastante

duro, que nos impõe 5 dias para emendas. Então, vai vender amanhã. Aliás, depois de amanhã. Então, nós temos ainda mais 2 dias para emenda, o que vai ser muito difícil, porque é um plano bastante amplo, bastante grande. Mas como ele é plurianual, mas é enviado todo ano, tenho certeza de que no próximo anos vamos ter um subsídio maior para fazer a discussão desse plano. E com todas essas conclusões, pode-se fazer o debate sobre o Plano Plurianual do Estado de São Paulo.

A outra preocupação que tenho aqui é em relação, porque estamos falando, e acho justo esse enfoque em relação às empresas de financiamento, mas eu acho que também teremos de ter um debate e focar um pouco o debate sobre aquilo que temos de estrutura de pesquisa e de desenvolvimento e que já existe no Estado de São Paulo.

Então, temos aqui as 3 universidades públicas e mais dezenas de outras universidades e faculdades privadas. E particularmente, quanto às Universidades públicas, no meu ponto de vista, acho que temos uma subutilização dessas universidades. Quer dizer, podemos até discutir isso, mas o recurso que o Estado de São Paulo dispõe para as universidades é um recurso proporcionalmente alto – Hernan já está chiando ali em relação ao orçamento, pode ser que as universidades achem que é pouco, mas é proporcionalmente alto. E ao que nos parece, quer dizer, sentimos que, por exemplo, não há uma expansão do número de matrículas. Aqui foi citado de ter os pesquisadores que estejam no limite do conhecimento, que estejam sempre na ponta. Então, temos de formar um número maior, temos de ter um número maior de pesquisadores. E, pelo que temos observado, não tem ocorrido esse aumento de estudantes, aumento na área de pós-graduação, que seja da mesma forma, como por exemplo, o número de formandos ao longo dos anos é bem menor que o número daqueles que ingressam. Então, como poderíamos realmente aproveitar essas matrículas que deixam de ser feitas ao longo do tempo e que não são reaproveitadas, e que na conta efetivamente está lá o Professor, está lá a sala de aula, está lá toda a possibilidade de dar aula, então temos os alunos

que vão ao longo do tempo, boa parte deles, abandonando por vários motivos as faculdades, as universidades.

A outra questão que me preocupa também é em relação aos institutos de pesquisa. Temos uma rede de institutos de pesquisa bastante ampla e que freqüentemente nós, aqui na Assembléia Legislativa, assistimos a várias reclamações. Na última votação do orçamento aqui, tivemos uma briga grande no Plenário para aprovar quanto que nós aprovamos a mais para o IPT (Pausa). É. Tivemos aqui muita discussão para aprovar R\$500.000,00 a mais no orçamento do IPT que foi decidido aqui no último minuto de votação do orçamento. E de outros institutos também, freqüentemente nós temos reclamações da falta de atenção e tal.

Então, acho que também uma parte dos nossos debates deveria ser destinada a discutir o quanto podemos aperfeiçoar em relação à estrutura que já existe de universidades e de institutos de pesquisa, fazer com que eles estejam mais nessa direção. Quer dizer, na direção da, por exemplo, orientação das pesquisas, os projetos, os programas. Como poderíamos fazer de forma com que esses recursos todos não só estivessem plenamente utilizados, como também de fato numa perspectiva de incentivo ao desenvolvimento. Quer dizer, que não tivéssemos aqui a possibilidade de ter recursos subutilizados no Estado de São Paulo. Acho que esta é uma preocupação que nós temos, porque muito se fala que temos um Estado inchado, um discurso recorrente, e sempre se fala que o serviço público é inchado e tal. Eu sou totalmente, eu acho que não é essa a verdade. Acho que esse é um discurso que mistifica.

Acho que deveríamos ver o quanto podemos otimizar os recursos que já temos montado, que já temos estruturado, ou como poderiam ser reestruturados esses recursos, para que pudéssemos ter esse desenvolvimento maior, mais pleno.

Encerrei aqui. Professor Hernan está com a palavra.

SR. HERNAN CHAIMOVICH – Antes de mais nada, Bom-dia a todos. Desculpem o atraso. Sem nenhuma delonga, eu queria fazer dois pontos distintos.

Recebemos dois documentos. Um deles é um documento do meu colega Otaviano, que faz uma análise sobre propostas. E outro é um documento que propõe uma mecânica de seguimento deste Fórum, que eu gostaria muito de ver discutido no fim. Este é um ponto.

O segundo ponto, eu queria me referir àquilo que ouvi e destacar os pontos de consenso. Parece-me que um ponto de consenso é que a inovação se faz na empresa e que a empresa para isso tem de ter PDIE E para que a empresa tenha PDIE, ela não pode falir. E, portanto, de alguma forma, o sistema do Estado tem de incentivar e não fazer falir a empresa que investe em inovação. Até aí consensual.

Tomando parte desse consenso, parece-me claro que a capacidade de compra do Estado no Brasil está sendo abandonada. E não penso só nas Forças Armadas. Porque me parece que o Brasil pode desenvolver um modelo bem diferente dos Estados Unidos, onde esses 70 bilhões, ou a percentagem que corresponder, de gasto do Estado seja em outra direção que não necessariamente nas Forças Armadas, mas o modelo que interessa é a definição de uma política científica ou tecnológica na prática, que não subsidia a pesquisa e a tecnologia, mas subsidia muito claramente o preço que o Estado paga para obter uma peça, um serviço ou uma descoberta, no sistema produtivo do país. Esse é o modelo americano.

O que os Estados Unidos pagam diretamente para institutos de pesquisa, universidades etc. não é mais do que 15% daquilo que o governo americano gasta, exercendo o seu poder de compra, para desenvolver tecnologia na empresa. Não seria de outra forma possível ter 2% desse emprego. Isso é uma decisão que não necessariamente no Brasil tem de passar só pelas Forças Armadas.

Temos problemas muito claros em saúde. Temos problemas muito claros, que pretendem diminuir, eu espero, as imensas desigualdades sociais neste país. E para isso precisa investimentos, precisa Ciência e Tecnologia. Temos problemas muito específicos de meio ambiente. Temos recursos e riquezas naturais que nem

conhecemos, e isso constituem alternativas para exercer o poder de compra do Estado, alternativas a investir o dinheiro nas Forças Armadas.

Contudo, eu não poderia deixara de mencionar as Forças Armadas também porque quando se olham os orçamentos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, em PIED, nos últimos 25 anos, vemos uma curva que é decrescente de forma dramática. A Marinha, que quiçá em algum movimento foi a que mais investiu em PIED., está essencialmente falida. Não consegue manter as operações em PIED que a Marinha tem no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. Justamente por isso, e porque algumas coisas não podem ser compradas no exterior, a pesquisa em oceanografia neste país, que dependia de investimento e de PIED da Marinha, essencialmente está parada.

Se não fosse a FAPESP, que financiou uma parte de um novo motor de um barco que ainda não está andando, deve começar a andar em junho, o Brasil contaria com um único barco, no Rio Grande do Sul, que faz pesquisa do oceano. E essa falência da pesquisa em oceanografia no Brasil essencialmente pode ser diretamente ligada à diminuição do orçamento em PIED da Marinha nos últimos 20 anos.

Então, não é só a Aeronáutica que começou a comprar fora. Não é só o Exército, que no fundo nunca teve a importância em PIED que a Marinha e a Aeronáutica tiveram. Mas é o sistema todo de PIED das Forças Armadas que vem decaindo.

Insisto que não necessariamente o Brasil deve optar por um modelo em que o investimento em Ciência e Tecnologia se faça via Forças Armadas. Mas a observação dos orçamentos em PIED das Forças Armadas é mais dramática do que a observação de investimento em PIED nas Universidades, quando a série temporal se estende a uns 30 anos.

Resumindo isso, parece-me que existe um consenso, que a capacidade de compra do Estado, não é subsídio, não é investimento direto em pesquisa, é

compra. Foi uma opção, não foi uma necessidade, foi uma opção de sucessivos governos brasileiros que me parecem toleráveis.

Em Saúde, estamos assistindo o drama da Saúde. Estamos assistindo a discussão sobre os preços sem que exista uma decisão política clara que o governo brasileiro só compra Aspirina de fornecedor brasileiro, por exemplo. E isso não vai contra nenhuma resolução da OCD, porque vários governos do mundo decidem isso e ninguém reclama.

Essa recusa em assumir o poder de compra do Estado, essa recusa em assumir uma lição política que é internacionalmente aceita no mundo inteiro, e parece que temos um pouco de preocupação, nos leva a uma análise interessante, a dizer, por exemplo, que a capacidade de pesquisa ou das universidades no Estado de São Paulo é subutilizada. Porque esse investimento em pesquisa, em estudo da pesquisa, universidade e tal é muito fácil de ser identificado. Nós olhamos, porque são números transparentes, todo mundo conhece, e o sentir da sociedade, eu acho que nisso a Assembléia tem uma responsabilidade enorme, o sentir da sociedade é dizer mais ou menos o seguinte, (vou tomar uma universidade como exemplo): o orçamento de um bilhão de reais, que nós podemos discutir se é um bilhão- não é um bilhão- para uma universidade pública é demais. Por quê? Porque isso deveria produzir Ciência, Tecnologia e inovação no Estado de São Paulo.

Existe uma falácia dupla nesse argumento. A falácia dupla é porque Ciência se produz na universidade e inovação se produz fora dela. Portanto, não se pode pedir para a universidade fazer inovação. Quem faz a inovação é a empresa. E, segundo, porque ninguém sabe no mundo inteiro calcular custo, nós estamos aprendendo devagarzinho. Posso demonstrar, as demonstrações são interessantes, que o custo por aluno formado, da universidade de São Paulo, é não mais da metade de uma universidade do mesmo porte e da mesma produção de Ciência em qualquer lugar do mundo.

Outra confusão é confundir o número de estudantes de graduação formados com o número total de estudantes no sistema universitário público paulista. O número de estudantes em pós-graduação na Universidade de São Paulo aumentou quase quatro vezes nos últimos 12 anos. Existem poucos países do mundo que tenham tido essa curva na pós-graduação, com um orçamento que em números absolutos é mais ou menos constante. O número total de alunos de pós-graduação há 12 anos atrás, na Universidade de São Paulo, era da ordem de 8.000. Estamos com 26.000 hoje.

Por outro lado, a relação clara de eficiência na graduação mede-se uma única forma: o número de formados dividido pelo número total de matrículas. Esta é a forma fácil. Esse número, há 10 anos atrás, na Universidade de São Paulo era da ordem de 0,5. Esse número hoje está beirando 0,72. O número internacional aceito para uma universidade de pesquisa é entre 0,8 e 0,87. A USP está chegando perto.

Então, essa subutilização, essa falta de confiança no investimento efetuado, acho que é salutar, porque exige que cada universidade pública assuma com clareza a sua necessidade de informação.

Agora, cobrar dos institutos de pesquisa ou das universidades inovação e produto, é cobrar no lugar errado. Inovação e produto se cobram da empresa. E a empresa neste país não tem uma inovação mais forte não porque não possa obtê-la nos institutos ou nas universidades; é porque não tem centros de PIED. Em parte nenhuma do mundo o Carlos Zarattini da empresa conversa com a universidade. Quem conversa com a universidade é o pesquisador da empresa com o pesquisador da universidade. Senão não tem papo. E é assim que a tecnologia se transfere.

Então, reconhecendo que o sistema universitário paulista pode melhorar, e muito, acho que é bom focar as cobranças nos lugares devidos.

Outra coisa que queria informar a este Plenário, porque é muito importante, é que a atitude do sistema universitário paulista está mudando e está mudando muito rápido. Os pró-reitores de graduação, os pró-reitores de pós-graduação e os pró-

reitores de Pesquisa do sistema universitário paulista público, UNESP, UNICAMP e USP estão conscientes que é um dever do sistema, e é bom que o sistema e a Assembléia cobrem, é: primeiro, evitar qualquer duplicação no sistema, dentro do possível; segundo, oferecer para a sociedade uma informação integrada que não venha desse laboratório, desse Pró-Reitor, mas uma informação integrada sobre o sistema universitário público paulista.

Esse conjunto, com o apoio da FAPESP está caminhando e certamente ainda no primeiro semestre teremos uma situação interessante no Estado de São Paulo, que no pós-graduação pelo menos, qualquer aluno do sistema universitário poderá se matricular em qualquer disciplina de pós -graduação em qualquer lugar.

O que estou querendo dizer? Em síntese, acho que o sistema de PIED de pesquisa e de desenvolvimento público paulista está relativamente bem. Pode melhorar? Sim. Agora, o interesse nessa discussão, acho bom que esse interesse se foque como uma proposta que tenho aqui na frente dizia, em informação por um lado, e por outro lado a discussão de políticas públicas, para que a incorporação de valor, a inovação e o aumento de tecnologia se façam nas empresas, quando o governo do Estado, do país, reassuma sua responsabilidade frente ao seu poder de compra.

SR. OSIRES – Uma rápida observação sobre esse poder de compra que o senhor mencionou. O senhor viu com que festa foi recebida agora, há pouco tempo atrás, a compra pelo governo paulista de um trem espanhol usado. Financiado. Quer dizer, coisa que, por exemplo, nos países desenvolvidos é proibido. O governo não compra material usado. Não obtém financiamento externo. E tem de comprar produto nacional.

Na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, participei da concorrência para vender o Tucano para as Forças Armadas. Perdi a concorrência nos Estados Unidos, ganhei na Inglaterra e na França. Tive de me associar com a empresa local para poder participar da concorrência. E eles não tomaram conhecimento. Nos

Estados Unidos então foi dramático. Não tomaram conhecimento que o avião era da EMBRAER. O avião que nós concorremos na concorrência americana era Northrop. Era o Northrop Tucano. Eu, da EMBRAER, não fui sequer recebido pelas autoridades norte-americanas, fornecendo o avião que efetivamente foi discutido pelas Forças Armadas.

De modo que o que o senhor chama a atenção é verdadeiro. Mas aqui no Brasil acontecem essas coisas e ficam sob o aplauso geral da comunidade. Quer dizer, um trem espanhol usado foi colocado em serviço em São Paulo, em detrimento de todo o parque ferroviário brasileiro, que está absolutamente quebrado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Exato. E com financiamento espanhol inclusive. Quer dizer, o BNDES não financia o nosso parque industrial, mas os espanhóis financiam o deles.

SR. OSIRES – Mas esse dispositivo tem de sair da Constituição, não é, Deputado?

Quer dizer, a única agência que está aceitando financiamento de longo prazo no Brasil, a juros ainda toleráveis, se chama BNDES. E o BNDES não pode financiar o Estado. De modo que nas compras do Estado, na área de Saúde, por exemplo, a nossa indústria básica de produção em Saúde, então muita gente diz: “Bom! Mas comprando usado, a gente pode atender a população”. Mas é uma visão canhestra essa, porque na realidade não gera emprego aqui, e a longo prazo está-se perdendo. A pessoa ficou com a impressão porque comprou mais barato, porque se trata de material usado e tudo isso, e que assim estamos prestando serviço à população usuária. Mas não é verdade. A longo prazo é perda.

SR. CARLOS ZARATTINI – Agora o Professor Chiaratto, que é da Secretaria de Ciência e Tecnologia. E depois eu queria encaminhar aqui para o encerramento, porque nós já estamos quase ao meio dia, para podermos concluir.

SR. CHIARATTO – Gostaria de deixar consignado ao Plenário, ao Deputado Carlos Zarattini e aos demais membros Conselheiros que o nosso Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, José Aníbal, me mandou representá-lo porque surgiu um compromisso inadiável, a pedido do governador, mas que ele deverá estar aqui amanhã, dia 9, na reunião plenária de Comunicações. Mas ele tem acompanhado vivamente este Fórum. E inclusive já tomando uma série de medidas, no que tange à política de Ciência e Tecnologia, à política de Desenvolvimento Econômico, no apoio às políticas para geração de emprego, melhoria de renda. E há pouco tempo, os senhores devem ter lido nos jornais, uma parceria da Secretária da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico com a Imprensa Oficial, que foi o desenvolvimento e a contratação de serviços para a Central Digital de Desenvolvimento. A Central Digital de Desenvolvimento deverá armazenar todas as informações a respeito do Estado de São Paulo como um todo, e em particular dos municípios, dos 645 municípios. Vai-se criar um *site*, disponibilizar as informações para os investidores de modo geral. Os investidores terão informações fidedignas de todos os municípios para a geração de investimento e emprego. Esta tem sido a nossa preocupação na Secretaria.

Eu queria dizer o seguinte. Sou Advogado da União, do CNPq Estou lotado no MCT já há 15 anos, desde que foi criado o Ministério. Trabalhei diretamente com todos os ministros, desde o Ministro Renato Archer, em 1985; depois o Ministro Luiz Henrique, Ralph Biasi, Décio Zagottis, trabalhei com o Professor Goldemberg, uma cabeça. Trabalhei com o Professor Israel Vargas. Já venho trabalhando há muito tempo com ele. E em seguida, há 3 anos na Agência Espacial Brasileira. Estamos estudando muito o Direito Espacial. Existe no Brasil o Direito Aeronáutico, mas não existe o Direito Espacial. Também nós trabalhamos, uma contribuição para o INPE.

Lembro-me que há dez anos atrás, não só o governo, mas a sociedade, reclamava de resultados dos institutos de pesquisa e continua reclamando resultados de pesquisas.

Por outro lado, o governo, ou o instituto de pesquisa, alega sobre os baixos investimentos, os recursos destinados à Ciência e Tecnologia.

Então, especializei-me em investimento aqui e no exterior. E a nossa conclusão é a seguinte: há 15 anos participo das discussões em Ciência e Tecnologia nos Fóruns, nos debates, nos *workshops* os seminários. E o Brasil é rico em estatístico. Em todos os trabalhos que estamos lendo, acompanhando, existem muitas estatísticas. Existem estatísticas até desconhecidas sobre a questão das relações nos institutos de pesquisa, universidades, pesquisadores, resultados etc. E a minha proposição para este Fórum é aproveitar, e realmente eu acompanhei a exposição de cada Conselheiro, e me chamou a atenção a do Professor João, sobre a questão do tripé, que diz respeito a governo, institutos de pesquisa e as empresas. Realmente há uma descoordenação, falta de uma integração, coordenação entre os institutos de pesquisa, o governo e as empresas.

E o nosso Secretário José Aníbal coloca um tripé mais ou menos semelhante, e provavelmente no painel que está reservado à Secretaria e ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ele deverá tecer comentários ou colocar claramente. É a questão de nesse tripé, num dos ápices, é a questão de produto ou novos produtos, e envolve aí questões de inovações tecnológicas, geração de novos produtos.

E de outro lado, no outra ponta do tripé, o mercado, seja o mercado nacional ou o mercado internacional, para o qual as empresas, na área de marketing, ainda precisam se aperfeiçoar.

E na outra ponta, que eu acredito que seja a ponta mais complexa, é a questão do crédito. Crédito. Crédito. Já realizamos dois grandes Fóruns de desenvolvimento no Estado de São Paulo, um na cidade de Tupã, lá na Alta Paulista, e outro Fórum de Desenvolvimento em Fernandópolis. A tônica, além das propostas apresentadas por uma quantidade de prefeitos, lá estiveram secretários e

também o governador Mário Covas esteve presente, é a questão do crédito. Crédito. Precisamos de mecanismos facilitadores de crédito. Porque é uma burocracia infernal. Já tivemos, nesse ponto estamos montando alguma coisa para os municípios, de orientação, montagem de projetos de cooperação técnica, científica, tecnológica etc., para a captação de recursos. O problema é crédito. Recursos existem. Dinheiro existe. Temos é de solucionar, ou encontrar mecanismos mais simples para a obtenção desse crédito. A ponto de que o governo do Estado de São Paulo já instituiu Fundo de Aval. E também o Secretário deverá comentar sobre Fundo de Aval, para facilitar a liberação desses recursos, para pólos de desenvolvimento, pólos de desenvolvimento científico, tecnológico, ou pólos de alta tecnologia. E com isso viabilizar uma série de projetos municipais etc.

E a minha proposta ao Deputado Carlos Zarattini e ao pessoal que compõe o grupo de trabalho, é que na agregação de organização do Banco de Dados em Ciência e Tecnologia, eu gostaria de informá-los que eu vim de Brasília em junho aqui para, depois de todo esse tempo em Brasília, colaborar com o Deputado José Aníbal em junho desse ano. E a primeira providência, e que estamos desenvolvendo um projeto de PIED para Banco de Dados valor agregado. Já estive inclusive com o pessoal da FAPESP, com o Carlos Zarattini, Chico Landi.

Gostaria de informar ao Plenário que estamos trabalhando e organizando esses dados. Organizando todos esses dados de Ciência e Tecnologia no Estado de São Paulo. E mais. Estamos fazendo um link, estamos assinando um protocolo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, pois o Ministério de Ciência e Tecnologia desenvolveu há 3 anos atrás, aqui no governo do Estado de São Paulo, o chamado SICT, que é o Sistema de Informações, Ciência e Tecnologia. Estamos recuperando o SICT, atualizando as informações. Agora temos essa Central Digital de Desenvolvimento. Temos um outro Banco de Dados GIZ, que é um banco georeferencial. Mas o importante é que estamos definindo mais ou menos uns 50 provedores de dados, as principais instituições que serão provedoras de dados. Da mesma forma que nós vamos receber as informações, vamos transmitir as

informações. E vamos disponibilizá-las aqui para a Assembléia Legislativa e para todos os outros organismos. São os principais, desde a FIESP, a FAPESP, as universidades, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o CNPq, o IBCT. Inclusive o PINUDE, o BIDE, o BIRD. Os organismos internacionais também.

De maneira que a nossa sugestão é que esses painéis, 5 painéis, que serão realizados aproximadamente, que esses painéis tenham muita objetividade – ouviu, Deputado? – que esses painéis tratem objetivamente essas questões todas em Ciência e Tecnologia, porque, como eu lhe disse, nós escutamos, são as mesmas discussões, as mesmas choradeiras, não há recurso, não há investimento, o sistema está desorganizado etc.

Então, acho que é uma grande oportunidade para São Paulo, neste Fórum São Paulo Século 21, que se discuta nesses painéis com muita objetividade e que saiam conclusões que poderão ser incorporadas à política de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, e que realmente leve até o governador, para que se faça uma reavaliação dos recursos, sejam financeiros, materiais e humanos, e realmente que a Assembléia atinja o seu objetivo de que tenhamos um país melhor e uma São Paulo melhor. E a Secretaria continua à disposição.

Muito obrigado.

SRA. ROSMARI – Eu só queria fazer uma sugestão, Dr. Chiaratto, em relação a essa Central Digital de Desenvolvimento, pelo seguinte, Deputado Zarattini. Num documento que o senhor nos distribuiu, um dos primeiros tópicos colocados aqui diz respeito à agregação de informações e organização de um Banco de Dados sobre Ciência e Tecnologia. Acho, Dr. Chiaratto, que eu tive possibilidade de ter conhecimento, ainda que de maneira muito superficial, dessa proposta da Centra Digital de Desenvolvimento por parte da Secretaria, que vai ser financiada pelo INESP, que hoje acho que é a única superavitária no Estado. Sei, Dr. Chiaratto, que é um projeto de uma envergadura razoável, acho que de um

milhão a um milhão e quinhentos de financiamento da INESP. E parece que está associado inclusive à Agência Dinheiro Vivo, do jornalista Luiz Nassif. Acho, é uma sugestão que eu faço. Como o Dr. Osires colocou que a variável tecnológica é fundamental em termos de se poder optar por investimentos, sei que o *site* vai-se destinar principalmente a gerar estudos de viabilidade econômica para investidores no Estado de São Paulo, talvez fosse interessante, Dr. Chiaratto, uma consulta da Secretaria da FAPESP, à Universidade de São Paulo, que está aqui presente, ao próprio IPT e outros institutos, para que eles possam inclusive auxiliar na forma de agregação de dados dessa variável.

Meu receio é que talvez acaba resultando uma coisa muito de citação de números e estatísticos, e que seja muito pouco operacional por parte do investidor.

Então, como acompanhei isso um pouquinho mais próximo, deixaria aqui a sugestão, Dr. Chiaratto, para que o Dr. José Aníbal chame a própria FAPESP, o pró-reitor aqui da USP está presente, o próprio IPT e outros institutos, para que ajudem na definição da metodologia, que ainda está, creio eu, num estágio inicial, para que essa variável relativa à Ciência e Tecnologia seja bem colocada.

E aí eu creio, Deputado Zarattini, que ajudaríamos já a estar atingindo esse primeiro objetivo aqui do nosso grupo temático, que é essa questão de ter um Banco de Dados de Ciência e Tecnologia bem estruturado.

Então, fica esta sugestão aí para o Deputado, para podermos operacionalizar.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado, então. Eu só queria aqui, para encaminhar. Acho que poderíamos encaminhar no sentido, pelo menos existiu essa questão dos enfoques, acho que vamos absorver, e como o senhor disse, procurar fazer debates objetivos. Queria ver se o Conselho nos autorizava a montar esses debates. Procurar as pessoas que indicamos aqui. E procurar já fazer um calendário de debates, talvez de conseguirmos final do mês de fevereiro, ou após o Carnaval, se não me engano dia 7 ou 8 de março termina o Carnaval. Ou após o Carnaval. De

forma que possamos montar. Isso é uma coisa complexa, porque temos de conversar com todas as pessoas , para tentar acertar a agenda.

Só queria aqui, João colocou a questão, a possibilidade de fazermos os debates na parte da tarde, se existe algum inconveniente, algum problema em relação a isso...

SR. – Deputado Carlos Zarattini, gostaria de fazer a seguinte observação. Será que só a FIESP, no item 4 do Painel 4, Empresa, será que só a Federação seria capaz de apresentar soluções para a empresa? Porque realmente o calcanhar-de-aquiles aí são as empresas, não os institutos de pesquisa, universidades nem governo. Recursos existem. Mas há um temor dos empresários no desenvolvimento de novos produtos. E muito bem falamos da questão de minimizar os riscos. Entendeu?

Então, não seria o caso de nesse painel ter uma representatividade maior dos empresários?

SR. CARLOS ZARATTINI – Como o senhor sugeriria? Porque nós colocamos a FIESP, a FAESP, Federação da Agricultura, o SEBRAE, que de certa forma...

SR. – Podemos ter representantes da FIESP que não estejam ou autorizados de apresentar efetivas soluções. Tenho a impressão de que empresários de renome, um ou dois empresários de renome. Eu citaria, por exemplo, Dr. Ermírio de Moraes, ele tem colocado claramente esta questão do desenvolvimento científico, tecnológico, empresa etc.

Então, o que queremos objetivar é que de repente vem um representante e que não dê os subsídios que estamos esperando.

SR. – Não sei se posso. Como membro da Comissão, posso adiantar quais foram os critérios que nos levaram a essa escolha.

O critério é o de que são instâncias decisórias. Não são só representativas, não. A FIESP decide sobre e tem recursos para programas de Ciência e Tecnologia, decide sobre programas, participa de outros Fóruns.

Vamos ter uma dificuldade porque naturalmente em todas as outras instituições de Ciência e Tecnologia, de repente pode ser que o Diretor, o Reitor da universidade e tal não seja a pessoa mais adequada. Mas é uma questão de representação hierárquica de como a instância está organizada. Porque senão nós teríamos de usar muito a subjetividade para escolher as pessoas.

Então, Dr. Ermírio de Moraes obviamente tem muito a dizer. Mas teria um sem número de empresários que nós poderíamos elencar aqui. Teríamos dificuldade para escolher. Então, vamos para as instâncias oficiais, quer dizer, para as estruturas, para os elementos que compõem essa estrutura de Ciência e Tecnologia. E a FIESP é um elemento que está lá. Se ela vai representar bem ou não, nós vamos ver inclusive isso no próprio debate. Quer dizer, ela vai estar se expondo naturalmente.

SR. – Desde novembro estamos participando do Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste. É sabido, e é uma prioridade do Governador e do nosso Secretário José Aníbal, dos problemas da Zona Leste, hoje com 4 milhões, 5 milhões de habitantes, isso é bem significativo. Dizem que se resolverem os problemas da Zona Leste, resolveriam grande parte dos problemas de São Paulo. E está organizado pelo Centro das Indústrias de São Paulo e pela Federação. Desde novembro, estamos debatendo o assunto e até o momento não conseguimos gerar uma proposta objetiva para a Zona leste. A não ser os problemas de infra-estrutura, que já estão acontecendo, com os piscinões, a parte ambiental, saúde, parte de segurança etc.

Então, é apenas um comentário porque já participamos de “n” painéis. Geram discussões e discussões e realmente sem objetividade.

Então, apenas estou alertando e propondo que dê nesses 5 painéis bastante objetividade, como colocou o Professor Osires etc.

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos tentar resolver isso com a seguinte questão. Fazer alguns convites especiais para que essas personalidades, não só no caso da indústria, mas também de pesquisadores científicos e pessoas que foram ministros, enfim, que estão envolvidas com essa área, para que venham participar do debate, porque elas vão ter oportunidade, nós não vamos limitar só a esses expositores. Quer dizer, vai ter oportunidade de o Plenário também colocar. Então, podemos fazer um Plenário qualificado, de forma que consigamos melhorar. Montamos o painel e convidamos. E aí, se o senhor quiser nos fornecer outros nomes que julgue importante, eu acho Ermírio de Moraes muito importante, mas também nós convidaríamos dizendo que vamos ter um debate, gostaríamos de ter sua presença. Faríamos um convite especial para que ele venha. E outras pessoas que eu acho que logicamente não são representantes de uma entidade, mas que são importantes no debate. Então, assim faríamos como uma forma de enriquecer o debate.

Nely e depois o Hernan.

SRA. NELY BACELAR – Quero me colocar à disposição do Deputado Zarattini para colaborar aí na formação desses painéis, e inclusive porque acho também importante que haja um espectro maior realmente de pessoas que se envolvam, do ponto de vista de presença e participação nesse debate.

Queria aproveitar para dizer que eu também fui funcionária, quer dizer, trabalhei pelo CNPq e hoje estou na instituição privada, estou na Universidade de Santo Amaro. E a Universidade de Santo Amaro é uma universidade que congrega hoje 10.000 alunos nas diversas áreas desde Medicina, Biológicas, Exatas e

Humanas. E o reitor da Universidade de Santo Amaro é também uma pessoa muito interessada nessa questão de desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e área de pós-graduação. Hoje, inclusive, está havendo já uma defesa de teses de mestrado lá. E acho importante, na medida em que está havendo um crescimento muito grande dentro do nosso Estado, da instituição superior privada, que elas também participem mais de Fóruns dessa natureza, para que haja uma interlocução maior e para que haja também um avanço maior em termos da própria integração dessas universidades nesse debate, que não pode ser exclusivamente parte somente das universidades públicas e dos institutos etc.

SR. CARLOS ZARATTINI – Só para complementar a Nely. Nas universidades particulares, parece-me que tem alguma espécie de Conselho de entidade que representa. Seria interessante que também obtivéssemos os nomes dos reitores e diretores.

SRA. NELY BACELAR – Tem o Conselho de Reitores. Tenho isso lá na universidade.

SR. CARLOS ZARATTINI – Para que pudéssemos expedir convites para que todos venham também, que sejam convidados para esses debates aqui.

SR. – No caso de universidades privadas, previmos aqui a apresentação de reitores da instituição privada. Quer dizer, uma representação geral.

SR. CARLOS ZARATTINI – Professor Hernan.

SR. HERNAN CHAIMOVICH – Vou fazer uma coisa que eu não costumo fazer, mas devo congratular-me com o Deputado Zarattini e com a Comissão que

preparou esse documento. Acho que está extremamente concreto. As perguntas estão colocadas na mesa de forma muito clara. A composição dos painéis é a composição necessária. E só quero lembrar que esses painéis são públicos. E, portanto, não tem limitação nenhuma de quem quiser vir, para a ouvir ou colaborar.

Parece-me que o trabalho feito, nesse curto espaço de tempo, conseguiu aquilo que era muito difícil fazer. Este é um programa claro. É democrático. Com perguntas extremamente concretas. Com 3 focos. E o debate é aberto.

Acho que só temos de aplaudir a iniciativa e a forma do trabalho.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado pelo elogio ao nosso trabalho, da Comissão como um todo, sem esquecer que está o João, está o Professor Brito, o Nelson, que hoje não pôde comparecer.

Queria agradecer então. Nós nos comprometemos a avisar com antecedência o próximo debate, para que tenhamos possibilidade de agendamento. Só não quero marcar aqui porque acho que é difícil, sem consultar essas pessoas, conseguirmos montar a agenda. Então, pediria perdão por não ter feito antes, mas acho que era fundamental ter tido essa reunião.

SR. – Mas eu acho que podemos tentar, neste mês ainda, conseguir definir um calendário e sondar, ter o local etc. Aí, os outros, não o primeiro, mas os outros vão ser divulgados com antecedência.

SR. CARLOS ZARATTINI – É. Acho que em mais uma semana, quer dizer, hoje é terça-feira, mas acho que até o final da semana que vem conseguiremos fechar esse calendário e divulgar para todo mundo. O.K.

Em nome da Assembléia Legislativa, quero agradecer a presença de vocês.

15.03.2000

- .Vanderlei Macris – Deputado - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Jacques Marcovitch – Reitor da Universidade de São Paulo
- .José Rubens Rebellato – Reitor da Universidade Federal de São Carlos
- .Antônio Manoel dos Santos Silva – Reitor da Universidade do Estado de São Paulo
- .Hermano de Medeiros Ferreira Tavares – Reitor da Universidade de Campinas
- .Regina Estela – Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Representante do Reitor da Universidade Federal de São Paulo, Hélio Egídio Nogueira
- .Sidney Dutra – Representante do Conselho das Reitorias das Universidades Brasileiras
- .Claury Alves da Silva – Deputado e Coordenador do Grupo Temático Cidadania
- .Edson Aparecido – Deputado. Presidente do PSDB de São Paulo
- .Edson Gomes – Deputado
- .Pedro Tobias – Deputado
- .Aldo Demarchi – Deputado
- .Jamil Murad – Deputado
- .Nivaldo Santana – Deputado
- .Milton Flávio – Deputado
- .Vítor Sapienza – Deputado
- .Mariângela Duarte – Deputada
- .Fernando Leça – Superintendente do SEBRAE de São Paulo
- .Ademar Freires Maia – Representante e José Aníbal, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo
- .Paulo Natanael Pereira de Souza – Professor. Reitor da Universidade de São Marcos
- .Nelly Reis – Professora, da UNISA
- .Flávio Fava de Moraes – Diretor Executivo da Fundação SEADE
- .Carlos Henrique de Brito Cruz – Presidente da Fapesp
- .Flávio G. – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- .Roberto Gouveia – Deputado Estadual
- .Vaz de Lima – Deputado Estadual

debates - a sociedade se manifesta – Ciência, Tecnologia e Comunicação

- .Dorival Braga – Deputado Estadual
- .Maria do Carmo Piunti – Deputada Estadual
- .Mônica Teixeira – TV Cultura
- .Maria Fuertes Piedade – Pesquisadora Científica
- .Percy Correia Vieira – Pesquisador Científico
- .Carlos Briton – Fapesp
- .Américo Tavares – Diretor de Planejamento da UNISA
- .Luiz Otávio Caldas – ATRASP
- .Rosana Laje – Friends of Life
- .Antonio Luiz de Andrade – Fórum da Adunesp
- .José Otávio Mendem – Secretário da Agricultura de Piracicaba
- .Carlos dos Santos – Secretário Geral da UEE
- .Linda Caldas – Diretora de Segurança Nuclear do IPEM
- .Renato Danino – Representante da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior-Andes

SR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Vamos fazer a formação da Mesa Diretora dos trabalhos. Convidamos para presidi-la o Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e do Fórum São Paulo Século 21; convidamos também os nobres Deputados Arnaldo Jardim e Carlos Zaratini, coordenador do Grupo Temático Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Gostaríamos que formassem a Mesa as seguintes autoridades: Professor Doutor Jacques Marcovitch, Reitor da Universidade de São Paulo; Professor Doutor José Rubens Rebellato, Reitor da Universidade Federal de São Carlos; Professor Doutor Antônio Manoel dos Santos Silva, Reitor da Universidade do Estado de São Paulo; Professor Doutor Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, Reitor da Universidade de Campinas; Professora Regina Estela, Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, representando neste ato o Professor Doutor Hélio Egídio Nogueira, Reitor da Universidade Federal de São Paulo; Professor Doutor Sidney Dutra, representante do Conselho das Reitorias das Universidades Brasileiras.

Formada a Mesa Diretora dos trabalhos, passamos a palavra ao nobre Deputado Vanderlei Macris.

SR. PRESIDENTE VANDERLEI MACRIS – Bom-dia a todos. Gostaria de dar por abertos os trabalhos desta manhã, do Fórum São Paulo Século 21, que dentro do grupo temático Ciência, Tecnologia e Comunicação, hoje recebe os senhores nesta Casa para tratarmos das perspectivas de desenvolvimento científico e tecnológico, e do papel das universidades neste Estado.

É com muito orgulho que dou por abertos os trabalhos e destaco a presença fundamental do Deputado Carlos Zaratini, que é o coordenador deste grupo temático e em seguida irá presidir nossos trabalhos, e do nobre Deputado Arnaldo Jardim, que é o nosso coordenador geral e relator do Fórum São Paulo Século 21 o Professor Jacques Marcovitch, Reitor da Universidade de São Paulo, Professor

Doutor Rubens Rebellato, Reitor da Universidade Federal de São Carlos, Professor Doutor Antônio Manoel dos Santos Silva, Reitor da Universidade do Estado de São Paulo, Professor Doutor Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, Reitor da Universidade de Campinas; Professor Doutor Hélio Egídio Nogueira, Reitor da Universidade Federal de São Paulo, neste ato representado pela Sra. Regina Estela, Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Professor Doutor Sidney Dutra, representando o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; a presença também dos Srs. Parlamentares desta Casa, nobres Deputados Claury Alves da Silva, Edson Aparecido, Presidente do PSDB de São Paulo; Edson Gomes, Pedro Tobias, Aldo Demarchi, Jamil Murad, Nivaldo Santana, Milton Flávio, Vitor Sapienza e Mariângela Duarte. Gostaria ainda de anunciar a presença do Dr. Fernando Leça, Superintendente do Sebrae São Paulo; representante do Secretário José Aníbal, Sr. Ademar Freires Maia, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo; Professores Paulo Natanael Pereira de Souza, Reitor da Universidade São Marcos; Professora Nelly Reis, da Unisa; Professor Flávio Fava de Moraes, Presidente do Seade; Carlos Henrique de Brito Cruz, da Fapesp; Flávio G., da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, assim como todos que comparecem hoje para esse evento da maior importância.

Gostaria de dar as boas-vindas e dizer que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nesta legislatura, neste biênio, entendeu necessária a presença de um aprofundamento e de uma ação para estreitar as relações entre o Poder Legislativo e a sociedade. A busca na construção de um projeto estratégico de desenvolvimento para o nosso Estado era o grande caminho traçado no início dos nossos trabalhos. Formalizou-se a proposta do Fórum São Paulo Século 21, que tem exatamente este objetivo.

Este fórum é composto de um grupo de 33 parlamentares desta Casa, além disso um grande conselho representando a sociedade, de 63 participantes de todas as áreas da sociedade civil de São Paulo. Esta decisão acabou gerando um grupo

de 16 temas que estão sendo debatidos nestes 16 meses de existência do Fórum São Paulo Século 21.

Este é um semestre de intensos debates e atividades dentro de cada um dos temas que estão hoje propostos pelo fórum com a reforma do Estado, a cidadania, a saúde, a educação, o transporte, a energia, o meio ambiente, a indústria; enfim, 16 temas que hoje compõem o debate e a discussão deste fórum, nesta Casa.

O tema que hoje estamos discutindo neste grupo Ciência, Tecnologia e Comunicação é de fundamental importância, não só dentro do fórum, temos verificado também um papel significativo deste debate na Assembléia Legislativa, quando em funcionamento, nos seus grupos de educação e comissões temáticas da educação. Temos mostrado claramente a preocupação dos caminhos que queremos para as nossas universidades.

Nobre Deputado Carlos Zaratini, que é o coordenador deste grupo, tenho certeza de que com este trabalho haveremos de dar uma contribuição inestimável para que possamos compor nesta área e neste setor, um projeto importante, para que possa ser o espelho daquilo que devemos buscar e; como grandes objetivos nessa área.

Sendo assim, recebam V. Exas. as boas-vindas do Poder Legislativo de São Paulo. Em nome do Fórum São Paulo Século 21, gostaria de passar a Presidência dos nossos trabalhos ao nobre Deputado Carlos Zaratini, que a partir de agora haverá de conduzir as nossas atividades. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATINI – Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer, em especial a presença dos nossos debatedores, reitores das nossas Universidades, uma presença muito importante, pois enriquecem demais o nosso debate. Temos conduzido este grupo de ciência, tecnologia e comunicações, na verdade com dois subgrupos: ciência e tecnologia e um de comunicações.

No grupo de ciência e tecnologia temos reunido sistematicamente o nosso conselho, que é composto por vinte pessoas, representantes das diversas entidades e instituições que trabalham na área da ciência e tecnologia nas universidades dos institutos de pesquisa, da Fapesp, das indústrias e do setor de agricultura. A partir desse debate temos concentrado a nossa preocupação em procurar chegar à conclusão de quais seriam as diretrizes que o nosso Estado deve seguir no sentido de desenvolver uma política de ciência e tecnologia capaz de fazer com que tenhamos uma autonomia cada vez maior, no sentido de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

A nossa preocupação é em relação à forma como hoje ainda é incipiente esse desenvolvimento, o quanto temos de potencial científico e tecnológico, na pesquisa e no desenvolvimento, o quanto isso ainda pode prosperar em nosso País, de forma que possamos ter uma indústria e uma agricultura, ter os serviços com uma certa autonomia e em relação ao que se faz no resto do mundo ao mesmo tempo levantar e colocar o País na rota do desenvolvimento e do emprego.

Já fizemos um debate que consideramos um dos mais importantes, sobre a questão do desenvolvimento científico e tecnológico e a do emprego.

Chegamos à conclusão de que esse desenvolvimento é fundamental para gerar novos empregos. Não vamos colocar o País à frente se não tivermos a pesquisa devidamente colocada junto às empresas e ao sistema produtivo.

Estamos realizando hoje o primeiro debate com as universidades. No dia 29 de março realizaremos um debate com os institutos de pesquisa estaduais e federais. No dia 12 de abril um debate sobre as fontes de financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento. No dia 25 de abril um debate sobre a inovação tecnológica na produção e no dia 10 de maio realizaremos um debate sobre política científica e tecnológica, estamos convidando o Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo e o Ministro da Ciência e Tecnologia, além da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC. O nosso objetivo

hoje é que nos concentrar no papel das universidades no desenvolvimento científico e tecnológico.

Queremos que cada reitor faça uma breve análise histórica e das perspectivas futuras, como as instituições têm cumprido o papel de preparar cientistas e engenheiros na fronteira para o conhecimento para a pesquisa e o desenvolvimento, quais as relações das universidades com as empresas inovador e o que falta para que as empresas absorvam e desenvolvam a pesquisa nacional e, quais os problemas que temos enfrentado e quais as soluções possíveis.

Ao final desse conjunto de debates, queremos ter metas e diretrizes claras do que o nosso Estado deve fazer. O objetivo do fórum não é apenas fazer o debate, mas conseguir que tenhamos, ao final, com uma política clara de desenvolvimento do nosso Estado.

Gostaria de iniciar os trabalhos passando a palavra ao Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Doutor Jacques Marcovitch.

SR. JACQUES MARCOVITCH – Caro Deputado Vanderlei Macris, em nome de quem gostaria de cumprimentar os deputados integrantes desta Casa Legislativa e reiterar o respeito da minha instituição pela iniciativa da realização deste fórum, instalado nesta sala, no dia 16 de agosto do ano passado, quando se delinearam os horizontes do final deste ano 2000, para alcançar uma síntese dos trabalhos de reflexão realizados coletivamente, pelo Legislativo com os autores sociais.

Caro Deputado Carlos Zaratini, em nome de quem cumprimento os integrantes do grupo temático, pela agenda organizada e os temas escolhidos, colocando-me à disposição da comissão em todas as etapas dos trabalhos, em especial quando da síntese final, que passará a integrar a memória destes trabalhos do fórum.

Caros reitores que integram a Mesa dos trabalhos de hoje, personalidades, autoridades já nominadas pelo Presidente desta Casa, caros colegas das universidades públicas do Estado de São Paulo, caros colegas das demais

universidades e aqueles que acompanham os trabalhos de hoje, quero dizer que com tantos especialistas do tema nesta sala, colegas com os quais ao longo dos anos temos debatido o tema, sinto-me um pouco – permitam-me a brincadeira – na condição da Elizabeth Taylor no sexto casamento, na sua lua-de-mel, tentando fazer deste um momento inovador e único.

Isso nos obriga a ter uma reflexão que, desde já, não antecipo qualquer grande novidade. Mas entendo que nos cabe definir o quadro de referência que nós, nas universidades, particularmente na minha universidade, estamos utilizando para responder às perguntas que foram adotadas pela comissão e pelo grupo de trabalho.

Em primeiro lugar, penso que este evento começa com um ambiente de realização da comunidade científica. O projeto Genoma, ao longo do mês de fevereiro, foi amplamente divulgado, mostrando a vitalidade, a capacidade de articulação e os resultados alcançados reconhecidos internacionalmente.

Sem dúvida, haverá sempre preconceitos de alguns, mas penso que temos a capacidade de conseguir resultados que se destacam na escala internacional.

O que pretendo nestes vinte minutos é começar com uma descrição de contexto, ligar rapidamente com os componentes do sistema de inovação e responder a três perguntas: o que tem sido feito, o que deve ser feito e algumas ações.

Em termos de contexto, não vamos subestimar o momento histórico que a humanidade está passando. O ser humano passou da comunicação gestual, para a comunicação pela fala, somente há sete mil anos começou a se comunicar pela palavra escrita, 500 anos atrás pela palavra impressa e há poucos anos passa a se utilizar da digitalização como forma de armazenamento, acessibilidade e comunicação.

Também não podemos subestimar o que aconteceu a cada uma dessas migrações. A última migração, do escrito para o impresso, nos levou a duas grandes revoluções: uma científica, de 1600, e uma tecnológica, de 1800. Portanto, podemos

antecipar que a era digital que estamos adentrando antecipa duas grandes revoluções semelhantes às anteriores e ainda com efeitos mais intensos, porque muito provavelmente ocorrerão simultaneamente.

Em termos de tendências, olhando para estes últimos cem anos, veremos que o Brasil e o Estado de São Paulo se destacam mundialmente quanto à dimensão da evolução demográfica.

O mundo, nos últimos cem anos, cresceu de 1,6 para 6 bilhões, portanto cresceu algo em torno de 3,5 vezes; o Brasil cresceu dez vezes em termos demográficos. Esse crescimento de 17 milhões de habitantes para 170 milhões provoca indiscutivelmente “dores de crescimento”, como em qualquer jovem adolescente que atravessa um rápido crescimento. Desta forma, nossas dificuldades não são de uma estrutura que vive as dores terminais; pelo contrário, são dores de crescimento que devemos equacionar e enfrentar.

Simultaneamente a esse crescimento demográfico, único na escala mundial, temos um processo de urbanização que também se deu no menor prazo existente, também na mesma escala mundial.

Em trinta anos passamos dos 75%/ 25% para o inverso na relação urbano/rural. Mas se nunca fomos tantos e nunca estivemos tão próximos, também nunca estivemos tão distantes na distribuição ou na dualidade socioeconômica. A distância entre os níveis socioeconômicos está crescendo com os preços de violência e de criminalidade em que somos todos testemunhas.

As rupturas tecnológicas fazem parte dessas tendências, mas felizmente, no Brasil, e este fórum é um exemplo, estrutura-se uma consciência intergeracional, onde gerações presentes estão se preocupando com gerações ainda não nascidas. A idéia de um fórum que olha para os próximos 25 anos, mas estendendo seu horizonte até o final do século, constitui um exemplo desta preocupação.

Nós que recebemos hoje na universidade jovens de 18 anos que devem viver até 2070, percebemos o quanto é importante essa visão prospectiva em relação ao futuro.

Temos notícias positivas: a esperança de vida aumentou, a qualidade de vida melhor, a interdependência entre os atores sociais aumenta, mas infelizmente temos uma economia criminosa crescente, e, um fundamentalismo religioso que vai se instalando pelo mundo e uma erosão do papel do Estado dentro da nossa sociedade que pelo fato de ser fragmentada, este estado precisa se consolidar.

Quais são os impasses? A tecnologia está avançando mais do que as habilidades humanas, assim o desenvolvimento sustentado precisa de uma visão de médio e longo prazo. Instabilidade monetária de um lado e a estrutura partidária que acaba priorizando o curto prazo tornam difícil esse equacionamento do desenvolvimento sustentado.

A competição, que é natural na economia de mercado, não é natural numa sociedade, fazendo a diferença pelo recém-eleito Presidente do Chile. Queremos uma economia de mercado, mas não aceitamos uma sociedade de mercado. Não podemos substituir o ser pelo ter.

Finalmente, do ponto de vista da comunicação, estamos vindo de uma era onde a informação é a comunicação libertada. Quem viveu a ditadura nesse País sabe como a comunicação libertava. Hoje nas palavras de Inácio Aramonet, editor do “Monde Diplomatique” ?, estamos vivendo na era de tirania da comunicação. A comunicação, pelo seu excesso e pela falta de filtros qualitativos, está inibindo o poder criativo e criador tanto dos mais adultos como dos mais jovens. Isso nos leva a entender a ciência e a tecnologia como integrantes de um sistema de inovação mais amplo, constituído em primeiro lugar pelo sistema educacional, do primário até a educação continuada, passando pelo secundário e pelo superior. Um primário e um básico que deveriam desmistificar desde os primeiros dias de aula estes meios de comunicação que acabam desenvolvendo um falso imaginário na mente das crianças, que seja a televisão ou o espaço virtual. O secundário, deveria familiarizar o jovem com uma linguagem que o acompanha ao longo da sua vida. Um curso superior, que analisaremos dentro de alguns minutos, e uma educação continuada, que acompanha o ser humano ao longo de toda a sua vida.

O segundo componente desse sistema de inovação é o sistema de pesquisas, que obviamente inclui as nossas universidades, os institutos, os laboratórios de pesquisa e desenvolvimento e a das empresas e as agências de financiamento. Cabe aqui o registro do orgulho de integrar este Estado de São Paulo com a nossa Fapesp. Meus cumprimentos aos ex-dirigentes da Fapesp, que conseguiram preservar esta instituição, tanto os anteriores, como os atuais, representados aqui pelos professores Dr. Fava e Dr. Carlos Brito.

O terceiro componente é o subsistema empresarial de produção e de prestação de serviços. Ele é constituído de dirigentes, de capitalistas, de acionistas, de sindicalistas, de organizações não governamentais e de pequenas e médias empresas.

Finalmente, o sistema articulador e o sistema regulador, que são de responsabilidade também do Estado.

Esses quatro componentes asseguram o surgimento do novo.

Portanto, quando falamos em mais investimentos na área de ciência e tecnologia, estamos falando de mais recursos humanos e financeiros para todo sistema de inovação o, isto é, aquele que abre o novo para enfrentar novos desafios. Não é mais dinheiro para um ou outro componente, mas sim para que esses quatro componentes possam assegurar uma relação mais harmoniosa orientada para o futuro.

O que foi feito e o que está para ser feito?

Lembramos o projeto Genoma: 196 cientistas, 172 de instituições públicas e 144 das universidades públicas do Estado de São Paulo.

A minha universidade é orgulhosa de ter tido desses 144, 76 pesquisadores, que deram a sua contribuição para que o Brasil desse um salto para o futuro.

Além disso, coube às universidades, nas palavras de Antônio Cândido, de fazer muito, mas ainda não ter feito o suficiente.

As universidades públicas contribuíram para a formação de novas gerações e ajudaram no avanço do conhecimento. As universidades que melhor são: isso

acontece em na ESALQ em Piracicaba; na Faculdade de Medicina, de Ribeirão Preto; em Bauru; em São Carlos, enfim, em cada canto do Estado onde as universidades estão instaladas.

Elas ajudaram também nas atividades de extensão. Desde 1911 o departamento jurídico da XI de Agosto começou a prestar assistência jurídica gratuita aos excluídos, passando pelo clicar da Estação Ciência e pelo Projeto Avizinhar, que aproximam as universidades das comunidades de exclusão em sua volta.

As universidades também ajudaram a preservar e consolidar uma identidade nacional. O exemplo do Museu Paulista (o qual a Universidade de São Paulo tem o privilégio de zelar por este patrimônio), que é o Museu do Ipiranga, mostra como os historiadores e os museógrafos estão dedicados para a preservação dessa identidade.

Finalmente, não menos importante, no ano passado, com a participação de vários integrantes desta Casa, a minha universidade se debruçou sobre os temas das políticas públicas: a saúde, a educação, a violência, o meio ambiente e o emprego, colocando para fora da universidade o que cada um dos seus 4.700 professores, e seus 25 mil alunos de pós-graduação têm feito sobre esse tema.

Mas isso não é suficiente. Precisamos fazer mais, precisamos contribuir para abrir um espaço de reflexão estrutural baseado na prospectiva. As humanidades têm o papel determinante de construir estas visões de futuro centradas no ser humano, como epicentro da sociedade moderna.

Não estamos mais falando de ciência e tecnologia no sentido restrito, mas de filósofos, de antropólogos, de psicólogos, de sociólogos que se debruçam para entender como se insere o ser humano numa sociedade onde o material e o tecnológico passaram a constituir o centro das preocupações.

As Letras têm a missão de transformar estas visões e linguagens capazes de arquitetar novas mentalidades que possam conciliar valores humanos, sistema econômico e político. Valores humanos que promovem a cultura do respeito

humano, apesar das diferenças; os valores de solidariedade e de universalismo, um sistema econômico que induza a eficácia e a complementaridade nas cadeias setoriais, assegurando-se a competição de mercado, mas sem nunca inibir a cooperação entre os agentes econômicos. Um sistema político que assegure simultaneamente o pluralismo de idéias, mas o imprescindível consenso duradouro para implantar projetos ousados de políticas públicas.

Já tivemos, no passado, clássicos das Letras que influíram no imaginário da juventude. Cada um deles tem o seu papel e eles, que são as leituras obrigatórias das escolas, mostram bem como as Letras têm o seu papel, que arquitetam estas mentalidades.

Temos também que fazer mais, no avanço do conhecimento – isto quer dizer a pesquisa – para ela constituir uma base de inconformismo para lidar com as incertezas. Diferentemente de imaginar a pesquisa isolada do ensino, o pesquisador que ensina leva para a sala de aula o inconformismo e a incerteza que ajudam o jovem a perceber, no conhecimento incompleto, a forma de lidar com incertezas ainda não previsíveis.

Um jovem que hoje está nos bancos da universidade e que deverá enfrentar os desafios de 2030-2040, longe de receber um quadro profissionalizante acabado, precisa desenvolver nele a capacidade de lidar com o incerto, através do inconformismo. Isso significa desde a pesquisa nas áreas exatas e biomédicas até as áreas mais aplicadas da engenharia.

Precisamos fazer mais na formação de recursos humanos. Isso significa uma graduação que deve se expandir, mas sempre tendo uma referência qualitativa favorável à estruturação do projeto de vida de cada um dos jovens. Uma pós-graduação que não só forma os pesquisadores, mas que prepara os quadros docentes para a expansão do ensino superior, tanto público como privado, e que constitui uma esperança no futuro. E fazer da educação continuada um espaço acessível para que todos possam atualizar-se continuamente.

Em termos de ações, temos uma Casa Legislativa que tem dado toda consideração às universidades públicas. Peço a esta Casa que continue entendendo o ciclo longo das instituições universitárias, que precisam de previsibilidade de recursos e de autonomia com rigorosa avaliação. Queremos ser cobrados, mas nos dê a latitude da decisão, por entendermos que os nossos ciclos de tempo são distintos. Teses podem levar 10 ou 15 anos para serem concluídas. Um ciclo de formação leva mais do que dez anos em algumas áreas.

Precisamos de previsibilidade, precisamos de autonomia. Se for possível constitucionalizar a quota parte das universidades, esta seria uma forma de sedimentar esta previsibilidade. Também hoje, nos recursos das universidades, estão imbuídas as despesas com hospitais, com previdência, o que dá para a sociedade uma falsa percepção dos investimentos que estão sendo realizados.

Em segundo lugar, precisamos cada vez mais promover estudos prospectivos, utilizando metodologias disponíveis. Olhar para o século 21, no horizonte 2025, e ter dados razoavelmente sólidos sobre demografia, urbanização, dualidade sócio econômica, tecnologia, para que possamos ser mais responsáveis em relação ao futuro. As universidades públicas do Estado de São Paulo estão prontas a empreender esses estudos prospectivos para alimentar as decisões de políticas públicas.

Finalmente, entendo que esse espaço aberto na Assembléia Legislativa de articulação dos atores sociais para pensar o futuro deve se multiplicar.

São essas as considerações iniciais que queria fazer, colocando-me à disposição da comissão durante os seus trabalhos, especialmente na fase de síntese.

Trouxemos alguns documentos da universidade, um sobre a presença das universidades, que foi apresentado em fevereiro, e um novo documento, que foi concluído ontem, que também trata das universidades públicas do Estado. Trouxemos cópias suficientes para o grupo de trabalho e o material está à disposição. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Antes de darmos continuidade aos nossos trabalhos, gostaríamos de citar a presença de algumas autoridades que nos honram com sua visita: Exmo. Sr. Roberto Gouveia, Deputado Estadual; Exmo. Sr. Vaz de Lima, Deputado Estadual; Exmo. Sr. Dorival Braga, Deputado Estadual; Exma. Sra. Deputada Maria do Carmo Piunti, Sra. Mônica Teixeira, da TV Cultura; Sra. Maria Fuertes Piedade, Pesquisadora Científica; Sr. Percy Correia Vieira, Pesquisador Científico; Sr. Carlos Briton, da Fapesp; Sr. Américo Tavares, Diretor de Planejamento da Unisa; Sr. Luiz Otávio Caldas, da Atrasp; Sra. Rosana Laje, da Friends of Life; Sr. Antonio Luiz de Andrade, do Fórum da Adunesp; Sr. José Otávio Mendem, Secretário da Agricultura da cidade de Piracicaba; Sr. Carlos dos Santos, Secretário Geral da UEE; Sr. Luiz Caldas, da Atrasp e Sra. Linda Caldas, Diretora de Segurança Nuclear do IPEM, representando nesta oportunidade o Dr. Cláudio Rodrigues.

Queremos registrar que o Exmo. Sr. Roberto Gouveia é o 1º Secretário desta Casa.

Devolvemos a palavra ao deputado que está presidindo os trabalhos.

SR. CARLOS ZARATINI – Agradecemos a apresentação do Professor Jacques Marcovitch passamos a palavra ao Reitor da Unicamp, Professor Doutor Hermano de Medeiros Ferreira Tavares.

SR. HERMANO DE MEDEIROS FERREIRA TAVARES – Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Arnaldo Jardim, responsável principal pela criação deste fórum, Deputado Carlos Zaratini, responsável por esse grupo temático de Ciência e Tecnologia do Fórum São Paulo Século 21, meus colegas reitores, componentes da Mesa, autoridades, deputados presentes, colegas, universitários, Federação das Indústrias, e particularmente me orgulho em saudar os meus mestres, o Professor Clodovaldo Pavan e o Professor

Flávio Fava de Moraes, construtores do sistema universitário paulista, do qual muito nos orgulhamos.

Antes de qualquer coisa, quero dizer da satisfação que quero manifestar em nome da minha universidade, por essa iniciativa da Assembléia Legislativa. Mais do que nunca São Paulo precisa de iniciativas desse tipo. Atravessamos uma década que eu não considero perdida, mas na qual evoluímos, trilhamos caminhos sem qualquer planejamento.

O meu antecessor, Prof. Jacques Marcovitch, referiu-se ao fato de que deveríamos pensar em 25 anos, talvez em um século. Vou me restringir a pensar em dez anos. Se fizermos um trabalho de pensar os próximos dez anos do Estado de São Paulo, em particular no que concerne ao desenvolvimento econômico e seu relacionamento com a ciência e tecnologia, teremos feito um trabalho que será útil a toda a população e particularmente indispensável, preponderante para o desenvolvimento das universidades públicas do Estado de São Paulo, que enfrentam dificuldades claríssimas ao cabo de dez anos de autonomia.

Peço licença à platéia para colocar os pontos para os quais desejo chamar a atenção, através de transparências.

Inicialmente, gostaria de mostrar a transparência que retirei de um artigo que li recentemente numa revista estrangeira, chamada *The Economist*, que fala da evolução do PND *per capita* da Europa Ocidental em milhares de dólares.

Na realidade, pela ausência rigorosa de contas públicas, tem um quê de suposição nisso tudo, mas podemos ver com clareza que desde o ano 1000 até aproximadamente o ano 1700 o ser humano, sobretudo europeu, cuja cultura moldou de maneira decisiva a cultura brasileira, viveu com a renda *per capita* particularmente estável. Dentro do espaço de vida de um ser humano que deveria ser algo entre 40, 50 anos, não havia qualquer evolução. De um ano para outro, podemos imaginar que o avanço econômico era quase que rigorosamente zero por cento. Portanto, o ser humano nascia e vivia sem qualquer perspectiva de

crescimento e de mudança nas suas ambições econômicas, de melhoria da qualidade de vida etc.

O avanço econômico basicamente se resumia a cobrir o aumento da população, que também era bastante lento. Essa camisa de força da dificuldade de mudança econômica foi quebrada por volta de 1750, quando percebemos que há um nítido avanço no nível de renda *per capita* dos cidadãos europeus. Chegamos, no ano de 1900, com a renda *per capita* por volta de dois mil dólares por ano e chegamos, até a data de hoje, com a espetacular cifra de 22 mil dólares.

O que aconteceu para quebrar isso tudo? Foi a incorporação de tecnologia à produção de bens. É importante dizer que isso foi um fenômeno europeu e que irradiou da Europa para países como o Brasil, porque somos de cultura européia. Talvez não seja possível admitirmos, sem possibilidade de erro, que isso é algo inexorável. Se pensarmos por volta do ano 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, naquela época a cultura dominante em termos científicos e tecnológicos era a chinesa. Uma cultura que sofreu percalços e não avançou, pelo contrário, piorou a qualidade de vida do seu povo.

Há também exemplos nessa mesma direção com a cultura islâmica, que teve desenvolvimentos notáveis até o ano 1300, sobretudo na área da matemática, e que depois não conseguiu dar seqüência a isso.

Portanto, talvez não devamos admitir como algo inexorável, porque isso vai continuar sempre crescendo. Esse crescimento é decorrente da incorporação da tecnologia à produção e, por sua vez, a tecnologia é, com algum tempo de atraso, puxada pelo desenvolvimento das ciências básicas.

O que garante essa incorporação da tecnologia ao mundo produtivo? Provavelmente são valores culturais, instituições políticas e instituições econômicas.

Portanto, é da maior importância possível que aqui estejam juntos segmentos universitários, que imprimem os valores culturais de um povo e segmentos políticos representados por esta Assembléia Legislativa.

É muito importante que possamos estar juntos para, como é proposto na carta básica desse Fórum São Paulo Século 21, pensarmos o futuro do Estado, fixarmos metas, determinarmos trilhas a serem seguidas pelas nossas autoridades.

A natureza da pesquisa científica no Brasil é feita, sobretudo, nas universidades públicas e nos centros de pesquisa do sistema do Ministério da Ciência e Tecnologia. Uma fração menor dessa atividade encontra-se nos centros de pesquisa de empresas estatais e de institutos estaduais de pesquisa. Aqui no nosso Estado, em particular, existe um segmento bastante importante, uma rede de institutos de pesquisa da Secretaria de Saúde, representado pelo Instituto Butantã e outros, igualmente notáveis; pela Secretaria de Agricultura, representada pelo Instituto Agrônomo de Campinas e outros, igualmente notáveis; o Instituto de Pesquisa e Tecnologia, mais dirigido para a área produtiva, multissetorial, também bastante importante. As indústrias, no nosso caso, respondem por uma parcela mínima desse desenvolvimento. Esta é uma das características básicas do sistema brasileiro.

Nossas universidades tiveram um aparecimento bastante tardio. Rigorosamente, podemos dizer que a primeira universidade brasileira na acepção plena do termo foi a USP, criada em 1934, através de um movimento extremamente meritório e facilitado pelo momento político que vivia nessa época a Europa. Na década de 50, foram criadas diversas outras universidades no País, sobretudo federais e, finalmente, em 1970 tivemos uma importante reforma na universidade brasileira, que redundou num modelo de universidade que é vivenciado hoje e que, talvez, tenha alcançado o seu esgotamento.

Essa reforma universitária, proporcionada na década de 70, tinha como pilares básicos a organização em departamentos, com a derrubada das cátedras, a adoção do regime de dedicação exclusiva e a implantação da pós-graduação. Talvez um dos fatos mais relevantes da evolução da universidade brasileira, nos últimos 30 anos, tenha sido a criação da pós-graduação, que fixou a pesquisa e permitiu a criação de quadros renováveis, jovens que cada vez mais se dirigem à

universidade e que deu ao Brasil uma situação ímpar em termos de Terceiro Mundo. Temos, talvez, no Terceiro Mundo, o melhor sistema de pós-graduação do planeta. Isto é algo importante que distingue o País, e que embora tenha começado tardiamente a montagem das suas universidades, tem hoje provavelmente as melhores universidades da América Latina.

Na década de 70, com a reforma universitária, as universidades brasileiras assumiram um papel de destaque na América Latina. A principal característica foi a integração entre a pesquisa científica e o ensino da pós-graduação. Entretanto, por sermos um País que pratica uma ciência relativamente nova, tendemos a praticar uma ciência reflexa dos países avançados. Não necessariamente a pesquisa que desenvolvemos dentro das nossas universidades são as mais necessárias ao País, mas de uma certa maneira ela segue a linha universitária mundial, o que facilita a inclusão em grupos internacionais, publicações de artigos etc.

É necessário, neste momento, com o amadurecimento da pós-graduação no País e devido ao fato de que temos que desenvolver um perfil competitivo no mercado mundial, que a nossa pós-graduação e a nossa pesquisa procurem caminhos próprios e que, sobretudo, incorporem a qualidade da nossa pesquisa, que é boa, bem como problemas de relevância social. Temos que fazer pesquisa que tenha relevância social, aplicação que possa vir ao encontro das necessidades de melhoria de vida da nossa população.

Existe um mapa das atividades científicas do Brasil que concentra, na Região Sudeste, 80% do total das atividades científicas brasileiras e boa parte dessa concentração está no Estado de São Paulo, mais rico e mais populoso. Nem por isso este Estado dispõe de uma situação extremamente cômoda. Essa distorção geográfica decorre da heterogeneidade do nosso processo de desenvolvimento, e apenas um esforço financeiro de promoção à pesquisa não conseguirá solucionar. É preciso um esforço mais profundo do que simplesmente o problema de financiamento de pesquisa.

Tenho um quadro que julgo muito importante, que é o brasileiro e o paulista, da formação no ensino superior. Na nossa graduação, formamos anualmente cerca de 270 mil bacharéis. As universidades públicas paulistas contribuem com uma porcentagem bastante modesta de cerca de nove mil bacharéis, o que dá aproximadamente 3% do total brasileiro. As instituições federais de ensino superior, que de uma certa maneira constituem a espinha dorsal do ensino paulista, contribuem com cerca de 18% desse total.

Na pós-graduação, a nossa posição é bem mais expressiva. Podemos ver, por exemplo, que as cinco universidades públicas paulistas, três estaduais e duas federais, contribuem com mais de 50% da formação de doutores para o País, ou seja, São Paulo forma 50% dos doutores do Brasil. De uma certa maneira, as escolas públicas paulista “são escolas de escola”. Esse quadro é da maior importância para pensarmos o nosso futuro.

Não obstante, deve-se estar atento para o fato de que na população considerada como potencialmente universitária no Brasil – esse é um dado explorado pela Unesco – da população que vai de 18 a 24 anos de idade, no Brasil apenas 12% vão para os bancos universitários. Em São Paulo, onde deveríamos esperar um resultado melhor, dado o destaque desse Estado dentro da Federação Brasileira, esse número não chega a 14%.

Portanto, essa situação é dramaticamente baixa e se quisermos ter um futuro com melhoria de qualidade nos próximos dez anos, é mister estabelecermos metas que permitam, pelo menos, dobrar esse número. Isto não significa nenhuma mágica difícil de ser alcançada. É preciso lembrar que a Argentina está acima disso, assim como o Chile. Não é acima dos 14% de São Paulo, mas acima de 28%, que é o dobro a que deveremos necessariamente almejar nos próximos dez anos.

Quero dizer, finalmente, quão importante eu considero esse encontro. Tenho 60 anos, estou às portas da aposentadoria, passei a vida trabalhando no sistema universitário, esperei a vida inteira por uma oportunidade como essa e a estou tendo neste momento. Temos agora a oportunidade de preparar o Brasil, e em particular o

Estado de São Paulo, para os próximos dez anos. É mais do que óbvio que desenvolvimento científico, melhoria de qualidade de vida, o nosso famoso resgate da dívida social, passam necessariamente pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia, possa ser aplicado às condições da melhoria de vida do povo brasileiro.

Temos oportunidade de fazer isso agora. Tínhamos que colocar as universidades públicas a serviço desse objetivo. Não é possível adiarmos mais esse ponto de vista. Creio que devemos criar metas, que deveriam ser válidas, por exemplo, para os próximos dez anos e deveriam delinear quantos estudantes universitários queremos ter no futuro, que tipo de pesquisa se pretende fazer. Devem ser cobrados resultados dessa pesquisa, avaliações de universidade devem ser permanentes e o financiamento da universidade precisa ser encarado com seriedade. O financiamento da universidade, no momento, se perde em grande proporção no pagamento de inativos e no financiamento da saúde dos hospitais universitários. Nós, das universidades públicas estaduais paulistas, estamos estrangulados pelo menos por esses dois fatores.

Há alguma coisa em nosso Estado que deveria ser pensada por este fórum, que é o revigoramento da rede de institutos de pesquisa do Estado de São Paulo. Existe uma rede da maior importância. O desenvolvimento do sistema agrícola paulista, que é importantíssimo, dependeu fortemente dos institutos ligados à Secretaria de Agricultura e boa parte deles mereceram, nas últimas décadas, um tratamento que não foi o melhor que deveria ser dado. É indispensável pensarmos no revigoramento e no crescimento desse sistema, bem como no problema do dimensionamento das universidades públicas e do seu financiamento.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATINI – Quero agradecer a palestra do Professor Hermano, Reitor da Unicamp, bem como a presença do Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Casa, que tem uma agenda longa a cumprir e terá que se retirar em

seguida. Ele tem sido o grande responsável por gerar todo esse trabalho de debates e propostas do Fórum São Paulo Século 21 (Palmas.)

Convido o Deputado Roberto Gouveia, 1º Secretário desta Casa, a fazer parte da Mesa.

Como o Professor Hermano citou os institutos de pesquisa, quero dizer que está passando um abaixo-assinado do Movimento pela Valorização dos Funcionários de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica. Os senhores terão oportunidade de ler e, se concordarem, assinar.

Tem a palavra o Professor Doutor Antônio Manoel dos Santos Silva, Reitor da Unesp.

SR. ANTÔNIO MANOEL DOS SANTOS SILVA – Prezado Deputado Carlos Zaratini, coordenador do Grupo Temático de Ciência e Tecnologia, prezados colegas reitores das universidades estaduais e federais, reitores das universidades particulares aqui presentes, demais membros nominados, senhores deputados, senhoras e senhores a vantagem ou a desvantagem de quem fala em terceiro lugar, depois de outros reitores que comungam comigo a discussão de muitos temas relativos à situação da universidade pública, especialmente das universidades do Estado de São Paulo, me permite ter um tempo mais reduzido.

Vou seguir escolarmente, didaticamente, as tarefas que me foram solicitadas pelo Deputado Carlos Zaratini e tentar aqui fazer um breve histórico da universidade, falando como ela está, quais são as perspectivas futuras em relação a seu papel no desenvolvimento científico e tecnológico.

Todos contam isso, também conto minha parte. A Unesp é uma universidade nova, ela é de 1976, (foi criada em janeiro de 1976), mas ela é também velha, porque muitas das suas unidades que formaram o conglomerado para a sua constituição são de tempos mais antigos. As faculdades mais antigas nossas são a de Odontologia e Farmácia, que viviam juntas desde 1923. Se formos contar hoje a faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, que nasceu gerada

por uma escola agrícola, é mais antiga ainda, de 1921. Então nós temos essa particularidade. Somos a mais nova porém, em alguns pontos, somos também antigos.

De 1976 para cá, a Unesp passou por uma série de transformações. Já foi tremendamente violentada na sua estrutura, com a extinção de um conjunto grande de cursos de graduação, deslocamento de outros, a implantação de alguns novos e com a reitoria sediada a 666 km de São Paulo, Ilha Solteira, aliás, ainda hoje, oficialmente a nossa Reitoria está lá, nunca estando lá. Portanto, nós temos essa particularidade.

A Unesp foi criada em 1976. Em 1984 ela passou por uma reestruturação, que de certa maneira a democratizou, de modo que muito mais gente começou a participar dos órgãos colegiados que definiam os seus destinos. Importantíssimo para a nossa Universidade, assim como também o foi para as outras, é o ano de 1988/89, quando se estabeleceu a autonomia das três universidades com um índice do orçamento do Estado aplicado a elas.

A partir do ano de 89 – vou me deter nesse ponto – a universidade teve um crescimento relativamente forte, como aconteceu também nas outras universidades. Talvez, o exemplo que darei da minha universidade, se aplique às outras universidades públicas, em termos de crescimento, nisso que a gente chama o papel de preparar cientistas e engenheiros na fronteira do conhecimento para pesquisas e desenvolvimento. Seria muita pretensão minha da fronteira do conhecimento, mas sim para o desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa dentro do Estado de São Paulo.

A Unesp, em 1989, no começo da autonomia, tinha 12 mil alunos de graduação. Hoje ela tem 21 mil alunos de graduação. Tinha 900 alunos regulares de pós-graduação e tem sete mil hoje. Estou dando esses números porque eles não são muito diferentes do que deve ter ocorrido nas outras duas universidades. É para dar o exemplo disso. Esse crescimento em dez anos demonstra como foi importante para a universidade ter autonomia na gestão dos recursos que, aprovados pela

Assembléia Legislativa, o Estado é obrigado a todo mês a repassar para a universidade pública. Embora seja verdadeiro isso que o Hermano enfatizou, hoje estamos de certa maneira, estrangulados. Não porque a gente desenvolva bem o que vimos desenvolvendo hoje, mas porque nós não podemos desenvolver mais de acordo com a nossa potencialidade. Temos uma potencialidade altíssima de desenvolvimento de ensino da pesquisa, que nós não podemos ter mais, porque estamos de certa maneira estrangulados. Agora, as cordas de estrangulamento são as mais variadas possíveis. Uma delas já foi apontada pelo Reitor Marcovitch e reiterada com ênfase por Hermano.

A minha universidade, no começo da autonomia, era responsável pelo pagamento de 7% dos seus inativos. Hoje, isso está em torno de 30%. Quer dizer, trinta por cento dos recursos hoje da minha Universidade são para pagamento dos inativos. E apesar disso ela cresceu. Tínhamos, em 1989, 38% do corpo docente com a titulação mínima de doutor, hoje nós estamos com 72% com esta titulação mínima, com a previsão mínima de chegar ao fim do ano perto das outras duas irmãs, embora uma seja mais mãe do que irmã, as outras duas que têm 85% de doutores.

Então, o papel que a Universidade desenvolve de preparação de cientistas e engenheiros é exatamente esse, e de formação de seres humanos na graduação na pós-graduação.

A previsão, já que temos que falar de perspectivas futuras, sem problematizar ainda... a sugestão da problematização já foi dada pelos dois outros Reitores, eu não vou repetir; se as políticas continuarem como estão, isto é, sem muita ação governamental no sentido de compreender melhor quando falo governamental eu falo de todos os poderes, não é só do Poder Executivo no sentido de respaldar o crescimento das universidades públicas, mesmo que nada seja feito, a minha universidade apresenta condições de daqui há seis anos com 30 mil alunos na graduação e 12 mil na pós-graduação. Então, um pouco próximo da Unicamp na

pós-graduação, do que ela é; hoje é claro que ela vai estar mais crescida daqui há seis anos e próximo do que é a USP em termos de graduação.

Problemas ou insuficiências. Acho, como Antonio Carlos disse numa conversa com os reitores e essa fala foi lembrada aqui pelo Jacques Marcovitch, as universidades fizeram muito, de acordo com os objetivos ou as metas que lhes foram estabelecidas por diferentes instâncias, no momento de sua criação. Mas elas não fizeram o suficiente. E aqui eu começo algumas problematizações.

Um dos problemas da universidade se dá também, com as relações das universidades com as empresas inovadoras, e o que falta para elas absorver e desenvolverem a pesquisa nacional. Um dos problemas das universidades é que elas têm que se situar bem no que diz respeito às demandas sociais. Quais são os que lideram as demandas e que demandas são essas? E hoje as universidades públicas são demandadas por várias instâncias. Uma das mais agressivas é a mídia, que pensa a curto prazo, quando o prazo da universidade é um prazo no mínimo médio e longo. Nunca se faz melhoramento genético com menos de dez anos. Pode ser que hoje com a tecnologia esse prazo seja diminuído, mas não se faz essas coisas com tempo curto. Isso demanda muito tempo. O tempo do próprio pesquisador, que tem que dividir a sua tarefa de pesquisador com a de docência, o tempo da formação dos que vão dar continuidade às linhas de pesquisas, (isso é demoradíssimo), e o tempo da própria constituição da universidade, porque ela tem que ser dinâmica e perceber as mudanças que vão se fazendo à sua volta.

Mas eu diria que as demandas sociais às universidades são de dois tipos: aquelas que são ditadas pelo mercado, e essas são extremamente perigosas, e as que são realmente demandas sociais humanas, e esse é um dos problemas que as universidades têm que enfrentar, não só para o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia, mas também para formação dos recursos humanos. Se quiserem matar as universidades públicas, peçam para elas atenderem ao imediato do mercado. Se quiserem matar o Estado, façam isso com as universidades públicas, ou seja, atender ao imediato do mercado. Montar cursos de administração de empresas para

atender a uma demanda de mercado, montar curso de Economia do Imediato. Isso está sendo muito presente hoje no País. Esse é um problema que as universidades do nosso País têm que enfrentar, porque elas têm que expor nas instâncias que decidem isso. As instâncias são o Executivo e o Legislativo. E aqui estão o Deputado Carlos Zaratini e a Assembléia Legislativa inteira. Eu também me encontro na situação do Jacques Marcovitch, do Hermano, assim como dos outros reitores na situação de estar muito satisfeito pela iniciativa do Fórum São Paulo Século 21. Acho isso fundamental. É a primeira vez que acontece dos reitores terem a oportunidade de expor o sucesso das universidades que representam e de expor os problemas que não são deles, que provisoriamente ocupam um tempo na reitoria. Não são nem das universidades que eles dirigem, mas da sociedade que sustenta essas universidades. E é inegável que nas universidades públicas hoje e, sem dúvida, os números estão aí nas cinco públicas, as duas federais e as três estaduais e nos institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, é que estão a estrutura a base para o desenvolvimento científico e tecnológico, que é fundamental para o desenvolvimento do País.

Então esse é um problema das universidades: como trabalhar as demandas sociais para distinguir nelas as demandas sociais realmente humanas e as demandas sociais ditadas pelo eixo exclusivo do mercado. Ela tem que trabalhar isso. Mesmo para atender às demandas de mercado. Tem que pensar bem nisso.

Então essa é uma questão que as universidades discutem hoje candentemente no seu interior.

Uma insuficiência da universidade é o onde ela está. As universidades públicas do Estado de São Paulo estão no Estado de São Paulo, elas ocupam quase todo o Estado mas não ocupam todo ele. Há vazios no Estado de São Paulo. Vou falar de dois lugares e talvez o fato de falar desses dois lugares já dizem porque o desenvolvimento científico e tecnológico aí é algo precário. Falo do Vale do Ribeira e do litoral paulista. As universidades públicas não estão lá.

Então esse é um estrangulamento que eu vejo no sistema público no ensino superior do Estado de São Paulo. E quem resolve isso não são as três universidades. Elas podem até, paliativamente, ajudar o desenvolvimento disso, mas elas podem contribuir com as instâncias que decidem isso, ou deliberando, ou executando para que isso aconteça. Isso não está fora do tema que foi levantado, ou seja, aqui o desenvolvimento científico e tecnológico, porque esse tema nos conduz para o tema central, que é o da sociedade de conhecimento. Porque se de fato a sociedade do Século 21 for a sociedade do conhecimento, quem não tiver acesso, direto ou indireto, aos atores do conhecimento, que são as universidades, estarão excluídos dessa sociedade.

Essa é uma das problematizações que acho fundamental nesse momento de debate. Se perguntarem para mim como eu resolveria esse problema, eu diria que não sei. Sou professor há 37 anos, desde 1963, há 33 anos numa universidade pública. Não sei dizer mas acho que as universidades aqui presentes, com o seu grande corpo de especialistas, de doutores, de cientistas, de pesquisadores de ponta, (hoje nós estamos na ponta), se juntarem com aqueles que devem pensar o futuro do Estado, acho que nós chegaremos a algumas soluções, inclusive a de dobrar o número de alunos nas escolas públicas do Estado. Concordo com o Hermano. Isso não é tão difícil. Se lugares mais pobres que o nosso conseguem, por que nós não conseguimos? O Estado de São Paulo é privilegiado em sua infraestrutura física, comercial, industria etc., essas coisas que vocês sabem melhor do que eu. E a infraestrutura de recursos humanos que as suas universidades públicas têm, e mais algumas outras Universidades privadas, possibilita ao Estado de São Paulo fazer com que não tenhamos excluídos pela miséria da fome e pela falta de moradia, e que não tenhamos, também, os excluídos do conhecimento.

Então, esse seria meu recado sem entrar em outras questões polêmicas, porque há pessoas mais capazes para também falar aqui. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Quero passar a palavra ao professor Dr. Sidney Storck Dutra, que é o representante do conselho de Reitores das Universidades brasileiras e o Reitor da Universidade de Santo Amaro, Unisa.

SR. SIDNEY S. DUTRA – Exmo. Sr. Deputado Estadual Carlos Zaratini, que preside esta distinta Mesa e coordena o Grupo Temático de Ciência e Tecnologia; Exmo. Sr. Deputado Roberto Gouveia, 1º Secretário desta Casa, na pessoa de quem cumprimento todos os parlamentares desta Casa aqui presentes; mui dignos colegas de reitoria de universidades; senhores representantes dos diversas segmentos da sociedade, instituto de pesquisa, instituições educacionais, devo registrar nessas minhas palavras exordiais, de que de fato este é um momento histórico para, não somente, o Estado de São Paulo, mas principalmente para a nossa nação, para o nosso Brasil.

Devo também dizer, ao congratular-me com a direção desta Casa, na pessoa do Presidente desta Casa, na pessoa do Presidente dos trabalhos, nobre Deputado Carlos Zaratini, de que me sinto inteiramente à vontade, primeiramente pela propriedade do tema aqui abordado, o dia-a-dia das Universidades, e segundo porque posso ver na platéia rostos muito conhecidos para mim. E, através destas duas citações, é a forma prática que a Universidade de Santo Amaro, a qual também represento nesse momento, ratifica e corrobora o seu apoio a este seminário.

Se me permite, Sr. Presidente, gostaria de homenagear esta Casa, pedindo aos ilustres representantes da Universidade Santo Amaro, da região de Santo Amaro, e representantes de jornais, também representantes do nosso futuro sonhado Braço Indaiatuba, a cidade próspera do interior do Estado de São Paulo, que se coloquem de pé. Esta é a nossa forma, por gentileza se coloquem de pé, que é para os senhores terem a idéia na prática do apoio e da importância também, a minha mui digna esposa Secretária de Saúde do município de Artur Nogueira,

próspero município do interior do Estado, tinha 3.500 habitantes há dez anos, e hoje já está perto 15 mil, o que não deixa de ser um crescimento espantoso.

Esta é a forma com que nós homenageamos e também viemos aqui demonstrar o nosso apoio a esta Casa ao empreender este Fórum, dentro do projeto Pensando São Paulo, de Ciência e Tecnologia, inclusive tendo a professora Nelly Bacelar como representante da região de Santo Amaro, neste debate juntamente com o grupo que faz os estudos nesta direção.

Também aproveito esta oportunidade para dizer que este grupo que acabaram de contemplar é responsável pela construção de uma universidade efetivamente não pública que rompe os paradigmas ou eventualmente os estigmas que são colocados diante deste tipo de instituição. São diretores de pesquisas, são pessoas que aqui hoje vêm demonstrando um trabalho iniciado a aproximadamente seis ou sete anos, e devo dizer, Sr. Presidente, que neste período diante de seus olhos, o senhor tem homens e mulheres valorosos, que não se acostumam a uma coisa pequena e que se transformam numa força que se levanta, se agiganta e que, certamente, dentro de pouco tempo, não apenas contando que já têm contribuído, mas fará uma grande diferença no cenário, principalmente da educação superior, da ciência e da tecnologia.

Este grupo foi responsável, nos últimos seis anos, pela implantação de 60 grupos de pesquisa na Universidade Santo Amaro, o que rompe todos os estigmas e paradigmas de que universidade não pública não pesquisa.

Peço licença, também, aos senhores para poder apresentar algumas transparências e pretendo ser breve neste exórdio e trazer aqui a nossa singela e modesta contribuição a este dignificante debate.

Nossa preocupação principal, evidentemente, está vinculada à nossa missão, a educação superior. Recentemente na 27ª reunião mundial sobre a educação superior, conferência da UNESCO muito conhecida de todos, houve uma definição que eu considero extremamente pertinente ao momento para o que é efetivamente educação superior.

A educação superior representa a atividade de todo o tipo de estudo, treinamento ou formação para a pesquisa. E ali o grifo é nosso. Em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais, devidamente aprovados pelas instituições de educação superior e pelas autoridades competentes do Estado. Portanto, instituição superior, a universidade, se não cumprir essa missão, tem que retirar da sua nomenclatura o nome superior, pois passa ser apenas um estudo de nível de terceiro grau; nós acreditamos assim.

Isso tem a ver efetivamente com o papel das universidades dentro desse processo de desenvolvimento, que é alvo objetivo desse Fórum Pensando São Paulo, e aqui nós temos uma definição muito bem colocada e que também foi adotada como oficial naquela conferência. Vejo alguns Reitores que estiveram lá presentes, foi a definição do Sr. David Johnson, reitor de uma universidade do Canadá, que foi assumida como uma definição básica da liderança das universidades.

Primeiramente devo dizer que a proposta que estamos trazendo para este seminário é de que em significativa parte desse processo as universidades de fato assumam um papel de liderança. Tudo estaria pronto a admitir, diz a declaração, porque as universidades dispõem de trunfos únicos para desempenhar o papel da liderança. Em nome de sua missão própria que consiste em, primeiramente, formar os dirigentes de amanhã. É papel da universidade formar os dirigentes de amanhã. Vimos hoje aqui já números crescentes e que de fato dignificam o trabalho das instituições que já apresentaram e me precederam e que certamente também coroam dos que vão falar após minha fala, do crescimento nessa área a: formar líderes. Ao mesmo tempo em que nós formamos pessoas no nível superior, nós estamos formando líderes. E isto credencia a universidade para o papel de liderança neste processo de desenvolvimento de ciência e tecnologia. E quando estamos dizendo aqui formar líderes, não falamos apenas no seu aspecto de acumulação de conhecimento ou do seu desenvolvimento intelectual. Nós estamos falando de líderes na essência do significado.

O criador dotou o ser humano com a capacidade de pensar e agir; portanto, os líderes devem ser formados com essa capacidade.

A pesquisa dentro da universidade deve, acima de tudo, visar ampliar os horizontes, expandir a mente das pessoas, para que líderes, a exemplo deste que vislumbramos aqui nesta distinta platéia, possam de fato pensar em benefício do seu próximo e da sociedade.

É neste sentido que a universidade tem a oportunidade única de liderar e de se posicionar como líder deste processo. Não apenas na liderança, mas também a universidade tem a sua larga experiência no campo das pesquisas interdisciplinares. Ali dentro temos todos os campos do saber humano.

A universidade é o ambiente mais propício para efetivamente colocar em prática e produzir desenvolvimento a partir da interdisciplinaridade.

Vamos depois também encontrar na definição a natureza fundamental da existência da universidade, que é o motor do saber, dentro da sociedade.

Dentro do contexto que estamos hoje presenciando, na conferência da Unesco foi apresentado um número que, particularmente causou-me grande espanto e surpresa. Os senhores sabem e podem ver por este gráfico que nos últimos 35 anos – este número vem até 1995 – o número de alunos matriculados em curso superior, no mundo, multiplicou-se mais de seis vezes. Hoje existem provavelmente perto da casa dos 90 milhões de alunos matriculados no ensino superior.

Isso porque o condão da afirmativa de que a Educação é a alavanca do desenvolvimento do progresso. Vemos aí uma corrida expansionista, em todo o mundo. Não é só do Brasil; isso ocorre hoje em todo o mundo.

No entanto, nesta conferência observou-se que esta quantitativa não acompanhou, ou mesmo a questão qualitativa no sentido e no contexto do desenvolvimento das nações. O que lá ficou constatado é que ocasionou uma disparidade ainda maior entre os países industrialmente desenvolvidos e os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e os países não desenvolvidos.

Esse é o contexto mundial que presenciamos e testemunhamos da Educação Superior.

Como consequência deste quadro temos hoje o seguinte: 75% do conhecimento novo no mundo provém de um número restrito de países: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão, França e Canadá. É interessante observar que esses países representam apenas 13% da população do globo.

Portanto, vamos verificar que 37% da população praticamente compra e consome conhecimento, tecnologia e ciência.

Isto vem também ser corroborado com o dado que a revista Science, no mês de março de 95, publicou dizendo que 0,9% da pesquisa realizada no mundo ocorre na América Latina; 99,1% ocorre fora da América Latina. Esse é o contexto em que vivemos. Deve-se ressaltar com muito orgulho, que das 0,9% da América Latina, quase 70% são realizadas no Brasil.

Portanto, apesar do dado global não ser favorável, dentro da realidade da América Latina o Brasil é líder. Isto é importante ser colocado.

Portanto, o diagnóstico que podemos fazer, já também colocado pelos que me antecederam, de uma forma mais direta, é que o Brasil é fundamentalmente um consumidor de conhecimento.

Então, qual é o desafio agora que temos. O desafio é superar os limites impostos pela trágica disparidade que separa os países desenvolvidos dos que estão em desenvolvimento. Este é o desafio, e acredito que este fórum é um importante passo na busca do rompimento desses limites impostos por uma aldeia global do nosso Planeta.

Analisando um pouco mais profundamente esta questão e o modelo que o Brasil hoje usa para combater e romper estes limites – e aqui estou usando o trabalho do nosso ilustre e querido professor Carlos Brito, mui digno Presidente da Fapesp, que gentilmente nos cedeu estas transparências, e acredito que muitos dos aqui presentes receberam cópia do seu trabalho, um profundo estudo, e que certamente dará o tom e o direcionamento das atividades e ações estratégicas

políticas aqui definidas. Neste trabalho o Prof. Brito demonstra o modelo brasileiro ou o que o Brasil tem feito a despeito desse modelo – não vou aqui agora discutir o modelo, pois isso seria longo e todos os senhores, que na maioria pertencem a essa atividade acadêmica, conhecem profundamente e os ilustres Deputados também. Mas comparando a distribuição institucional da atividade de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, com outros países que já alcançaram altíssimo grau de desenvolvimento, vamos ver ali uma diferença significativa.

Os senhores observem que o vermelho significa atividade realizada na indústria, a cor mais clara é pelo Governo e a cor escura nas universidades e outros. Ao passo que nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá, a maior parte da atividade de P e D é realizada na indústria – ali se traçarmos uma mediana ficaremos perto da casa de 60%, no Brasil ocorre exatamente o reverso. A pesquisa é realizada fundamentalmente na universidade.

Observando o quadro seguinte, que de uma certa forma mede o resultado do trabalho deste modelo, vamos ver também, comparando artigos publicados com patentes registrados nos Estados Unidos, evidentemente os países mais desenvolvidos possuem um percentual maior, mas o Brasil aparece, significativamente, na publicação de artigos mas não surge no registro de patentes; o contrário ocorre com a Coreia, por exemplo.

Vale ressaltar que, há aproximadamente 20 anos, o Brasil e a Coreia apresentavam números, dados e situações muito semelhantes, e que hoje a Coreia apresenta dois caminhos, poderíamos, dizer essas duas pernas que medem a questão da pesquisa e desenvolvimento de forma mais equilibrada.

Discuti esse gráfico com o nosso ilustre pesquisador e filósofo João Saad, ontem à tarde, e ele disse que: realmente o gráfico brasileiro apresenta uma perna só – usando uma figura mitológica brasileira, uma espécie de Saci. Daí eu disse a ele o seguinte: então, já vamos nomear como a Síndrome do Saci; estamos pulando com uma perna só. Estamos fazendo a pesquisa nas universidades, mas de fato não estamos conseguindo transformar isto em tecnologia e ciência em benefício do

povo. Essa é a verdade; não quero ser polêmico, mas vou colocar de fato o dedo na ferida; perdoem-me.

No gráfico seguinte estamos observando também, com conseqüência – ainda dentro do trabalho do nosso ilustre Prof. Brito – uma comparação dos investimentos entre pesquisa e desenvolvimento e patentes. Os senhores podem observar que nos idos dos anos 80 nós tínhamos uma situação até um pouco mais privilegiada do que da Coréia. Estamos colocando aqui uma comparação com Coréia, porque acho que partimos do mesmo ponto; há 20 anos estávamos exatamente iguais. No entanto, por volta de 1984 ou 85 houve uma virada na situação da Coréia. O que aconteceu lá, os senhores podem observar que o Prof. Brito detectou um significativo aumento do investimento de empresas, do investimento privado em pesquisa e desenvolvimento; isso veio gerar um significativo aumento no registro de patentes.

Acho que não preciso aqui registrar que esse número de patentes significa divisa e recursos para o país, significa emprego e desenvolvimento. É uma forma prática de demonstrar o lado.

Analisando um pouco mais profundamente – deixando a Coréia e voltando agora para os Estados Unidos – vamos verificar mais uma vez o modelo americano – efetivamente o modelo coreano é quase que uma cópia desse modelo, vamos assim dizer – de quem paga e quem pesquisa.

Observem os senhores, o vermelho é o Governo, o azul é a indústria, o amarelo é a universidade e o azul claro são outras instituições que não visam ao lucro, que executam a pesquisa.

Na realidade, observem que quem paga na pesquisa básica é o Governo, mas quem realiza é a universidade. Na pesquisa aplicada quem paga fundamentalmente, na sua maior parte, é a indústria com uma importante participação do Governo. Cabe aqui uma observação: essa participação do Governo, na sua maior parte, é na aquisição, na compra de patentes e tecnologia, trazendo isto para dentro do País. E no desenvolvimento os senhores vêem aí que

efetivamente quem paga é a indústria também, e quem realiza também é o setor privado.

Então, parece-me que o modelo interessante e adequado é exatamente este em que a universidade faz a ciência fundamental, a pesquisa básica, a indústria aplica e investe no desenvolvimento de novos produtos; não é função da universidade – creio pelo menos, se permitem dizer, que não é função da universidade desenvolver produtos finais; isto exige um conhecimento, características de mercado e envolvimento comercial que na minha opinião não é pertinente à universidade. Mas a universidade faz a pesquisa básica e a indústria faz a pesquisa aplicada.

Pelo que vimos nestes dados, e tudo o que mostramos anteriormente, é exatamente para dizer que no modelo brasileiro já temos uma perna, é a Síndrome do Saci; está faltando a outra, que é a aplicação e o investimento no setor privado. E aqui o nosso repto é no sentido de que as universidades, incluindo todos os seus segmentos – aqui neste momento tenho a honra de representar o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde estão representados todos os segmentos da universidade; lá eu represento um segmento não público, e esta é a razão de eu estar aqui presente hoje de que as universidades lideram e buscam este processo, porque durante muitos anos a universidade brasileira esteve um pouco desassociada, não direcionadas à sua real função. Isto é reflexo do regime militar, da ditadura, em que a luta da universidade não foi fundamentalmente em maior ou menor intensidade em algumas instituições, mas todas estiveram mais voltadas à questão ideológica, à questão política, buscando a implantação da democracia, da o desenvolvimento da ciência e tecnologia, com raras exceções aqui presentes nesta mesa; é bem verdade.

Conjuminada a esta situação, está o protecionismo também da empresa do setor privado. Hoje a sociedade brasileira paga este ato de 20 anos da nossa História. E acho que temos de ser ágeis; não podemos demorar muito. Tenho a impressão de que as instituições não públicas têm um pouco desta agilidade, e

teriam um papel importantíssimo, de uma forma muito rápida gerar “expertise” em nichos de mercado e, a partir daí, termos um retorno rápido e o desenvolvimento que tanto esperamos, e que o País tanto precisa, que a população brasileira tanto anseia, e que levará certamente este País a ser mais justo, como é a proposta fundamental deste Fórum.

Muito obrigado; são estas as considerações iniciais. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Muito obrigado Prof. Sidnei. Gostaria de passar a palavra agora ao Prof. Dr. José Rubens Rebellato, Reitor da Universidade Federal de São Carlos.

SR. JOSÉ RUBENS REBELLATO – Bom-dia a todos. Quando chegamos em torno de 1h/1h30min de debate público sabemos que começamos num horário perigoso. Horário perigoso no sentido de que muitas coisas já foram faladas e poucas restam e a platéia está cansada. Proponho um contrato com a platéia; prometo não demorar muito, desde que os senhores não durmam.

Mas não devo começar, sem antes, como o protocolo manda, cumprimentar o Sr. Presidente desta Mesa, Deputado Carlos Zaratini, os magníficos colegas reitores e a Prof^a Regina, representando o Reitor Hélio Egídio, os senhores parlamentares e demais autoridades aqui presentes.

Quero, antes de mais nada, agradecer em meu nome pessoal e em nome da minha Universidade esta oportunidade. Para mim esta é uma situação bastante privilegiada e importante, na medida em que tenho conversado com os meus colegas reitores na direção de propormos o que ao final quero retomar com os senhores, o que tenho chamado de talvez um pacto político acadêmico para o Estado de São Paulo. Retomo isso ao final da minha argumentação.

Gostaria de analisar, então, ou começar um raciocínio para o qual vou utilizar algumas transparências, em relação ao papel das universidades públicas no desenvolvimento da ciência e tecnologia do Estado de São Paulo.

Entendo que quando propomo-nos a analisar o papel de uma determinada instituição social em relação aos vários segmentos sociais, quaisquer que sejam estas instituições, temos que ter claro quais são os objetivos dessas instituições, quais são as suas metas, qual é a sua missão, como alguns preferem chamar, e qual é, afinal das contas, o seu contrato social. Pelo menos na sua gênese, como essa instituição foi concebida.

Quero aqui, para este debate, embora o assunto seja polêmico, assumir uma determinada missão para a universidade pública, a de produzir o conhecimento e torná-lo acessível a todas as pessoas de que dele necessitem.

Até pouco tempo atrás era usual dizermos que os objetivos das universidades, públicas pelo menos, eram o ensino, a pesquisa e a extensão. Mais recentemente, inclusive em alguns trabalhos acadêmicos demonstraram que isso são só atividades. A razão de ser destas atividades, sim, deveriam evidenciar a missão desta instituição. Para que fazer pesquisa, para que produzir o conhecimento e para que fazer a atividade de ensino de extensão, senão para a produção do conhecimento e para tornar esse conhecimento acessível, enfatizo, a todas as pessoas de que dele necessitem?

Para este debate estou assumindo esta missão.

Gostaria de fazer as perguntas em relação aos dois verbos que estão contidos nesta proposição. Em primeiro lugar, em relação a produzir o conhecimento. As perguntas que teríamos que fazer em relação a isso são: está a universidade pública produzindo o conhecimento? Quais são as atividades que esta instituição no seu dia-a-dia e caracterizam a consecução desta parte do seu compromisso social?

Bom, já foi dito aqui que mais de 96% do conhecimento científico e tecnológico são produzidos nas universidades públicas; já foi dito aqui também que as atividades de pesquisa de formação de futuros cientistas são feitas, majoritariamente, nas universidades públicas do País.

Portanto, a estas duas perguntas, penso que as respostas estão dadas pelas várias falas que foram feitas, não preciso mais enfatizar aqui.

Gostaria, portanto, de verificar o tornar acessível. Se eu dizia, produzir o conhecimento e tornar este conhecimento acessível, gostaria também de repetir estas perguntas: o quanto estamos tornando esse conhecimento acessível e quais as atividades desenvolvidas cotidianamente por estas instituições públicas, que tornam este conhecimento acessível?

Bem, conhecemos uma das mais tradicionais, penso que a formação dos futuros profissionais, para interferirem na sociedade, com vistas a resolver esses problemas sociais, é uma das formas mais antigas de tornar este conhecimento acessível, e penso eu que talvez uma das mais conhecidas.

Uma outra forma que temos é a pós-graduação. Embora seja tradicional, talvez seja menos conhecida enquanto um agente de disponibilização do conhecimento, enquanto forma profissionais também, mas profissionais cientistas para o País; é uma maneira de a universidade tornar acessível à comunidade o conhecimento que ela gera.

Temos uma outra forma de atividade também conhecida, que é a atividade de extensão, na qual gostaria de me deter um pouco mais.

E, por que gostaria de me deter um pouco mais? Em primeiro lugar, porque estas atividades chamadas até então de extensionistas estão sendo objeto de uma evolução bastante grande. Hoje em dia, como já foi dito, com a concepção da educação continuada, ou a educação permanente ou educação para a vida toda.

Mas, mais do que isso, porque esta atividade contém determinadas características diferentes das outras que a faz portanto diferente; não melhor nem pior, mas sem dúvida diferente, e com um potencial de atendimento de demanda superior bastante privilegiada. Privilegiada, antes de mais nada, por não ter os limites formais, tanto da graduação quanto da pós-graduação, e por isso poder atender a demandas específicas da sociedade. E também ela é pouco explorada, antes de mais nada por ser um universo inacabado; conhecemos algumas

atividades de extensão, mas existe também uma quantidade significativa de outras formas de atividades de extensão por serem mais bem estudadas e melhor descobertas, melhor estudadas e melhor implementadas. E, utilizamos por decorrência deste primeiro aspecto, somente algumas destas atividades de extensão, com alta frequência, como por exemplo os cursos de atualização e especialização profissional como especialização científica, assessorias e consultorias.

Gostaria, neste momento, com base em experiências desenvolvidas na Universidade Federal de São Carlos, exemplificar três tipos de atividades de extensão que vimos desenvolvendo, e escolhi esses três tipos por algumas características especiais. Estas três formas que escolhi se chamam: núcleos de extensão, escritórios regionais e incubadoras de cooperativas.

O que são, portanto, os núcleos de extensão: inicialmente, na Universidade Federal de

São Carlos, a alternativa de se criar núcleos de extensão voltados para determinados segmentos sociais, apareceu muito mais como necessidade de uma organização, de organização das várias atividades que tínhamos na universidade. A primeira idéia foi esta, para o desenvolvimento desses núcleos. Com esta idéia inicial implementamos um núcleo chamado UFSCar-empresa, UFSCar-sindicato, UFSCar-município, UFSCar-saúde e UFSCar-cidadania. Portanto, temos todos estes e temos um duplicado que é um outro ali, mas temos esses seis núcleos destinados a atender determinados segmentos da comunidade.

Ao mesmo tempo que isto se mostrou eficaz na organização das atividades internas, se mostrou também um potente mecanismo de interlocução de diagnóstico de demandas destes segmentos sociais e de agilização dos trabalhos.

Hoje temos, se analisarmos os indicadores específicos da Universidade Federal de São Carlos da última década, um incremento significativo em vários dos seus indicadores. Mas o principal é relacionado a estas atividades de extensão,

ditas extensionistas, e um dos fatores determinantes disto na minha opinião é a criação dos núcleos de extensão.

A outra atividade chamamos de escritórios regionais. Selecionei os três escritórios regionais que temos: Araçatuba, Assis e Fernandópolis.

Como surgiu isso? Inicialmente fomos procurados por prefeitos ou representantes de associações comerciais de municípios localizados a distâncias relativas da sede da Universidade Federal de São Carlos. E eles nos traziam problemas específicos desses municípios perguntando no que a Universidade poderia auxiliá-los.

Elaboramos um programa que chamamos de escritórios regionais que era um programa para montarmos uma infra-estrutura mínima nesses municípios; esta infra-estrutura fornecida por estas empresas e por estes próprios municípios, sob a supervisão de um pesquisador e professor da Universidade Federal de São Carlos, tem alguns objetivos, como por exemplo, diagnosticar mais corretamente esses problemas que nos foram trazidos. Depois, treinar pessoas do próprio município para resolver esses problemas. E, como treinar essas pessoas? Treinar essas pessoas por meio da utilização dos grupos de pesquisas e dos alunos de graduação e pós-graduação, realizando essas tarefas de resolução dos problemas e treinando pessoas nestes municípios, de maneira tal que quando a universidade se retirasse permanecessem no município pessoas capazes de enfrentar esse tipo de problema. E, com estas atividades tivemos a oportunidade de desenvolver planos diretores de municípios, mutirões, tratamentos de água e esgoto, sistema de tráfego e vários outros tipos de estudo e que puderam ser feitos concatenando a atividade de formação de futuros profissionais de pesquisa e de atendimento a estes diversos municípios.

É claro que a coisa nem sempre é tão bonita assim, sem problemas. Este tipo de atividade especificamente trouxe um grande conjunto de problemas. E um deles é a descontinuidade político-partidária que determina muitas vezes a direção dos municípios.

O que eu quero dizer com isso: tínhamos o escritório funcionando muito bem, quando se mudava o prefeito da cidade terminava-se o escritório regional.

Em algumas cidades dessas eu tive a oportunidade de inaugurar o mesmo escritório quatro vezes. Na quarta vez estabelecemos uma nova estratégia: só montaríamos os escritórios regionais depois de uma legislação devidamente estudada e prescrita pela Câmara Municipal. E, a partir daí estabelecemos uma situação de maior estabilidade para estes escritórios.

Outro exemplo é bastante rápido também, é da rede de incubadora de cooperativas que estamos operacionalizando juntamente com a UniTrabalho.

Qual é o problema a ser enfrentado? Obviamente é o desemprego, que já foi dito aqui, e a exclusão social, por conta do momento político-econômico que passamos, mundialmente e também no nosso País.

Detectamos que determinadas camadas sociais precisariam do auxílio de várias áreas do conhecimento, como engenharia de produção, engenharia civil, ciências sociais, psicologia, advocacia e várias outras, para poder enfrentar esta situação.

Fazemos uma incubadora, de maneira tal que fornecemos o conhecimento e a infra-estrutura mínima para que estes segmentos sociais possam se cooperar, e a partir daí eles possam ir ao mercado, oferecendo os seus serviços. Exemplo: a primeira cooperativa que formamos na Universidade Federal de São Carlos foi uma cooperativa de serviços de limpeza.

Acho que todos os reitores de universidades sabem o que custa os serviços de limpeza e também de vigilância para as nossas instituições.

Resultado disso esta cooperativa de pessoas excluídas totalmente do mundo do trabalho que se cooperaram por meio deste apoio da Universidade Federal de São Carlos tiveram a oportunidade de montar uma firma de limpeza, que hoje inclusive fornece serviços de limpeza para a própria universidade e a preços muito menos custosos do que as outras firmas poderiam fazê-lo, portanto, ganharam a

licitação, sendo que os cooperados ganham muito mais do que ganhariam como empregados das outras empresas.

Este foi o terceiro exemplo. E, para ir finalizando, gostaria de rapidamente comentar também o que já foi dito em relação à Educação continuada em relação ao compromisso da universidade pública de não só formar os futuros profissionais, mas ser responsável pela educação deste cidadão no decorrer da sua vida. E, no decorrer da sua vida exige uma outra concepção do que deva ser o papel da universidade no avanço daquilo que até então vínhamos chamando de extensão, e tivemos a oportunidade de fazer um estudo conhecendo essa experiência em vários outros países, como Portugal, a Espanha, Itália e Inglaterra, do que vem sendo chamada educação continuada ou educação permanente, ou educação para a vida toda. E, com base nessas experiências, vimos que a grande parte daquilo que se faz nesses países e aqui é chamado de Educação continuada, já fazemos nas universidades públicas brasileiras. A diferença é basicamente que exige para este passo uma postura de pró-atividade, uma postura de maior agilidade administrativa e também uma postura de captação de recursos. São basicamente estas três diferenças, não que eu entenda que as três sejam extremamente fundamentais, e que devam ser propositais.

Só que são tão safados que eles não explicam que para comprar precisa de dinheiro. Como vamos comprar sem dinheiro, quando o produto primário, tipo suco de laranja, eles nos impedem de vender lá fora?

No interior de São Paulo, nos nossos laranjais, a laranja cai e a caixa é vendida a um dólar ou menos. É uma questão política.

A Nação não terá futuro se não cuidarmos disso.

O professor Hermano projetou slides – aliás todos os expositores estão de parabéns, porque prepararam exposições muito bem fundamentadas – sobre o desenvolvimento da Europa. No final da exposição disse: “A China já foi mais desenvolvida. Lá inventaram a pólvora etc.”

No Oriente Médio, a cultura árabe já foi mais desenvolvida, só que a Europa ultrapassou.

Os países ricos detém 90% da tecnologia. Em 1.100, mais ou menos, fundaram a primeira universidade de Bolonha. Vieram outras. Não vou citar porque os senhores sabem melhor do que eu. Não é um tempo como um dos expositores colocou, faz um ano e não se tem resultado, então vamos cortar verba. Demorou séculos, mas deram um salto e dominaram tudo. Não temos outra saída a não ser fazer o nosso investimento. Temos que fazer o nosso caminho.

Há 105 anos mais ou menos, na Assembléia Legislativa discutiram se iriam ou não fundar a Politécnica. A sociedade paulista se dividiu. O argumento foi: “Não se pode gastar dinheiro em ensino superior já que ainda temos analfabetos aqui”. Os deputados que representavam o anseio da sociedade que vislumbrava, que precisava fundar a Politécnica, aprovaram, mas uma minoria votou contra.

Se não tivesse fundado a Politécnica, quais seriam os engenheiros que fundariam o ITA? Quem fabricaria avião, que traz recursos para o Brasil hoje? Quais os engenheiros que fundariam São Carlos e a Petrobrás, de onde tiram 2/3 do petróleo que consumimos a dois mil metros abaixo do mar? Ou quem iria fabricar vacinas no Butantã, no Biológico, no Instituto Agrônômico para combater as doenças etc.?

Nesse sentido queria dizer que a Mesa foi pouco crítica em relação à política do Governo Federal, porque há uma ameaça grave para o século 21.

Com esse poder político estamos perdidos, porque ele corta verbas de bolsista, da pesquisa. Ele dá autonomia financeira, mas autonomia é o seguinte: você pega o seu filho de 10 anos e diz: “Agora você vai ter liberdade, filho”. O filho sai e diz: “Pai estou com fome, preciso comer”. O pai responde: “Se vire, arrume comida”. O filho diz: “Estou precisando me vestir”. O pai responde: “Arrume”.

Quer dizer, os recursos com essa falsa autonomia do governo é para você se virar, ficar mais pobre, assim, e fechar o centro de pesquisa, os laboratórios etc.

Os professores e os servidores estão com salários congelados.

O Sr. Barretos, representante do Instituto de Pesquisa entregou este manifesto.

Em São Paulo, conseguimos aumentar o salário do pesquisador dos institutos de pesquisa, só que estão trabalhando com os auxiliares de pesquisa, que estão passando fome. É esse abaixo-assinado que está circulando. São decisões políticas.

Disse que iria falar sobre a questão política. Então foi a decisão sobre a fundação da Politécnica há mais de 100 anos e a fundação da Fapesp, na Constituição de 47, quando o Sr. Caio Prado Júnior era Deputado Estadual do Partido Comunista do Brasil, que prestou grande serviço com apoio dos demais deputados, como já foi registrado aqui. Peço licença para homenageá-lo. Surgem as idéias, vamos dar as mãos para todos que querem apoiar uma causa progressista.

O aumento de 0,5% para 1% para a Fapesp são decisão política. Não dá para falar que vai cobrar mensalidade da Universidade Pública, joga como a *Folha de S. Paulo* para ficar fazendo a inquisição dos pesquisadores e das universidades. As nossas universidades públicas são o que há de melhor. Agradeço muito a honra de ter convivido com os senhores nessa manhã.

Para o futuro do Brasil precisamos ter investimento na ciência, na tecnologia.

O Sr. Sidney projetou, aqui, um slide que o Professor Brito tinha publicado em jornais; o nosso empresariado não coloca nada. Eles querem transformar os professores e pesquisadores em seus auxiliares, seus consultores, se possível gratuitamente. Precisamos mudar isso.

Esse projeto não é só da Universidade ou da Assembléia Legislativa, mas da sociedade. Na sociedade há empresários que precisam se envolver e se incorporar à nova mentalidade. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Agradeço a presença do Sr. Diogo Santana, do DCE Livre da USP; Sr. Wilson Donini do Grupo I de Jornais; Sra. Maria Aliu Coelho, Presidente do Conselho da Criança e Adolescente; Sr. Marcos

Magalhães, Presidente da ADUSP; Sra. Jane Shirlei, Secretária da Educação de Indaiatuba; Sr. Evandro Magnoson Marques, Secretário do Departamento da Indústria e Comércio de Indaiatuba, representando o Prefeito Reinaldo Nogueira Lopes Cruz; Professor Marsola, Diretor da Escola Politécnica da USP; Deputado Jorge Caruso, do PMDB e Deputado Walter Feldman.

Tem a palavra para considerações finais a Professora Regina Estela da Universidade Federal de São Paulo.

SRA. REGINA ESTELA – Gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar presente nesta Mesa e reafirmar a esperança que tenho no resultado dos trabalhos do Fórum São Paulo Século 21.

Respondendo à Deputada Mariângela Duarte, vou citar, aqui, o quadro da Escola Paulista de Medicina da Unifesp: em 1995 a dotação da escola global era de 24 milhões e em 2 000 é de 18 milhões.

A DIOCC que é o custeio – porque o resto são despesas fixas e que não posso mexer era de 11 milhões, caiu para 6 milhões, orçamentado, mas não financiado.

A sobrevivência, pelo menos, do sistema federal de ensino superior, realmente está seriamente ameaçada se continuarmos com essa política atual.

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Tem a palavra o Sr. José Rubens Rebellato, Reitor da Universidade de São Carlos.

SR. JOSÉ RUBENS – Estou há oito anos na administração superior. Entrei no oitavo ano. Tive a honra de ter sido o vice-reitor da Universidade Federal de São Carlos e agora estou entrando no meu quarto e último ano de mandato como reitor.

Durante todo esse tempo, tivemos a oportunidade de participar ativamente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior,

quer seja fazendo parte da presidência, quer seja fazendo parte do diretório ou da diretoria.

Estou na diretoria da Associação há um determinado tempo, portanto vivenciando os problemas de todas as 52 instituições federais de ensino superior que é um sistema privilegiado como foi dito, aqui, tanto assim que tem pelo menos uma instituição federal de ensino superior em cada estado do País, com exceção do Estado de Tocantins; Minas Gerais tem onze instituições, Rio Grande do Sul cinco, São Paulo duas e assim sucessivamente.

Embora seja um sistema que se caracteriza como espinha dorsal do ensino superior público no País, as dificuldades têm se agravado.

Como diretor da ANDIFS, gostaria de responder à Deputada Mariângela Duarte, no sentido não só de reforçar aquilo que a Professora Regina já disse, mas só para exemplificar o que está acontecendo com orçamento do ano 2000. Solicitamos e temos que conseguir uma suplementação orçamentária de 150 milhões para termos um orçamento do ano passado.

Mais que isso: sabemos que o orçamento do País não foi aprovado. Não tendo sido aprovado, a pergunta óbvia é: como as universidades federais estão sobrevivendo até agora? Não é que não temos a suplementação; não temos a parcela do principal.

O quadro é o seguinte: tenho que voltar para a Universidade Federal de São Carlos, porque tenho uma reunião com vários fornecedores, simplesmente para pegar o que tenho de financeiro, que é muito pouco, 1,5% do duodécimo, e verificar quais desses fornecedores poderão receber o pagamento de uma parcela e quais não. É esta a situação. Vejam o reflexo que isso cria para a universidade, para a economia local, porque todas essas firmas foram contratadas por licitação e são do interior do Estado de São Paulo, e todo o problema que isso cria para uma instituição que, em síntese, tem como missão maior produzir o conhecimento e torná-lo acessível. Era para que tivéssemos que parar nossas pesquisas por estas razões.

Respondendo à Deputada, a questão de ter sido eu, particularmente, pouco crítico em relação ao Governo Federal no trato com as instituições federais, foi única e exclusivamente pelo fato de ter somente 20 minutos e ter sido solicitado que me centrasse em determinados assuntos. Mas tenho vários artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, declarações e livros publicados que estão à disposição.

Gostaria de agradecer imensamente a esta Casa e a iniciativa tomada por esta Comissão, não só em meu nome pessoal, mas principalmente da Universidade Federal de São Carlos, e dizer que saio daqui mais uma vez bastante esperançoso, não só porque mais uma vez tive oportunidade de ter contato com professores e pesquisadores de renome como o professor Clodovaldo e revê-lo, os meus colegas reitores professor Hermano, Antonio Manoel, Marcovitch, Professora Regina.

Saio com a expectativa renovada de que realmente possamos, juntamente com os Poderes Legislativo e Executivo, termos uma política integrada para o desenvolvimento regional dos diversos setores do Estado de São Paulo.

Finalizo, dizendo que compartilho com as expectativas da Deputada Mariângela Duarte de que as diversas regiões do nosso Estado possam contar com o ensino público gratuito e de qualidade. Muito obrigado! (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Tem a palavra o Sr. Sidney Dutra, da Unisa.

SR. SIDNEY DUTRA – Agradeço a oportunidade, registrando, mais uma vez, importância desse evento e as contribuições trazidas. Tenho plena certeza de que a partir deste momento estaremos vivendo, no que diz respeito à ciência e tecnologia.

Como foi levantado pelo nobre Deputado Jamil Murad, realmente a pedra que está faltando neste sistema é o investimento privado. E para que ocorra o

investimento privado, temos que criar ambiente e fornecer talentos, facilitar a empregabilidade desses talentos.

Numa das transparências mostradas, vimos que hoje, só no Estado de São Paulo, estamos formando quatro mil novos doutores por ano.

Tenho a impressão de que um programa nessa direção, facilitando a colocação e por meio de centro de desenvolvimento, poderíamos atrair esses investimentos, para que possam gerar riqueza e emprego, de que o nosso povo tanto precisa.

Com essas considerações, quero agradecer, mais uma vez o Presidente da Mesa, os colegas que dignificaram esse debate, a contribuição dos Srs. Deputados e toda a platéia. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Tem a palavra o Professor Hermano Tavares, Reitor da Universidade de Campinas.

SR. HERMANO TAVARES – Como considerações finais, gostaria de colocar, mais uma vez, a importância da Assembléia Legislativa na abordagem desses problemas e deixar claro que as universidades estaduais públicas paulistas – estou falando em nome dos meus dois colegas da Unesp e Usp colocam-se à inteira disposição da Assembléia Legislativa de levar a cabo essa tarefa.

Preocupamo-nos um pouco quando se dará o término formal desse processo a que se dedica o Fórum São Paulo Século 21.

Já tive oportunidade de falar ao Deputado Vanderlei Macris e, por meio do Deputado Carlos Zaratini, comunicar nossa preocupação para que o Fórum São Paulo Século 21 não terminasse de forma prematura e fosse mais fundo nos problemas.

Então, deste ponto de vista, gostaria de solicitar que os trabalhos do Fórum se prolongassem além desse ano, pois sendo um ano eleitoral é razoável

admitirmos que a Assembléia Legislativa não poderá dedicar de maneira intensa a esses problemas no segundo semestre. Deixamos aqui esse apelo.

As universidades estaduais públicas explicitam o fato e se colocam à disposição da Assembléia Legislativa para o desenvolvimento dos trabalhos.

O meu colega Antônio Manoel, Reitor da Unesp e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, teve que se retirar e solicitou para registrar que o Cruesp assume o compromisso de discutir o problema da ausência universitária na Baixada Santista. Muito obrigado! (Palmas.)

SR. CLODOVALDO PAVAN – Sou um crítico das universidades. Sou crítico da universidade, sim, principalmente da USP, a que pertenço há mais tempo porque fui da Unicamp também. Posso garantir que tanto a Usp, quanto a Unicamp, quanto a Unesp, pelos recursos recebidos e pelo retorno que a sociedade recebeu é muito positivo. Podia ser melhor, mais é muito positivo. Vamos melhorar. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – O Prof. Jacques Marcovitch vai ter que sair, assim como o Sr. Fava, que está inscrito. Vou pedir licença à Deputada Mariângela, para que o Dr. Fava fale um pouquinho.

SR. FAVA – Sr. Presidente, complemento as palavras do Pavan, no sentido de agradecer a atenção como fomos deferidos pelo Zaratini e também, na mesma tecla, recordar três itens muito rapidamente. Este Parlamento, em São Paulo, teve um descortino absolutamente brilhante que a história e os historiadores ainda não conseguiram precisar com a devida justiça.

Todos sabem. Já foi citado aqui que a USP foi criada em 34. Mas poucos prestam atenção ao fato de que no emblema da USP, que tem São Paulo sentado em uma cátedra, com um livro à mão e uma série de outras significações, que abaixo da cátedra em que São Paulo está sentado está escrito *Ciencia Vincis*. Os

que entendem latim poderão saber, melhor do que eu, que é um tempo futurista em que se diz “venceremos pela ciência”, como fruto conceitual de uma intelectualidade que São Paulo possuía, reativa a uma revolução armada que ocorreu neste Estado e que São Paulo perdeu, em defesa da democracia, capitulado pela implantação de uma ditadura. Perdido no tiro, vamos ganhar pelo intelecto; vamos ganhar pela ciência, vamos ganhar pelo conhecimento.

Isso ocorreu em 32, 33, consumado com a existência da USP em 34, e o Congresso da Unesco Mundial de 98 vem com uma frase dizendo: “Uma nação para ser moderna e para encontrar desenvolvimento social e econômico não tem outra alternativa, senão pelo desenvolvimento científico e tecnológico.”

Isso foi feito em São Paulo na década de 30, e a Unesco divulga, em caráter mundial, em 98, praticamente a mesma filosofia. E este Parlamento, em 47, com o advento da democracia, cria dentro da Constituição do Estado um artigo dizendo que o Estado era obrigado a dar meio por cento da sua arrecadação tributária para o desenvolvimento científico e tecnológico. Isto em 47. Este Parlamento, na Constituinte Estadual, fez essa brilhante concepção e, de vários nomes a serem elogiados eu os elogio não tanto pelas ideologias que defendiam, mas “puxando a sardinha” para o nosso lado, pelo fato de que eram acadêmicos absolutamente notáveis e absolutamente inquestionáveis que eram Caio Prado Júnior e Mário Shender, deputados nesta Casa naquela ocasião. Vem aí um outro passo importante que este Legislativo deu à ciência de São Paulo e do Brasil Pavan recordou em 84 – que foi a emenda pertinente aos pagamentos. Ele disse que recebíamos dinheiros alternativos. Houve um ano, num governo, que recebemos zero por cento; o governo praticamente não pagava.

Mas, antes de considerar os que não pagavam, vamos ao fato de que a Fapesp começou em 62, e ela foi criada no âmbito da universidade, porque a Constituição dizia que tinha que haver esse fomento, mas não dizia onde ficava. Então a Fapesp surgiu desse movimento; a prova é que o reitor da USP, na época, foi o primeiro reitor da Fapesp, Professor Oliocin. E, nessa composição de fundos,

definiu uma coisa que ficou marcante neste Estado, não só que ela não podia ser cabide de emprego de ninguém, porque ela não pode ser superior a 5% dos gastos administrativos, mas como valorização do mérito. E, dentro da comunidade científica, o fator importante é o seguinte: eu dirigi a Fapesp por quase nove anos. De 28 mil processos que passaram na época, nesse período, e que já são muito maiores em número no dia de hoje, tivemos três casos, em 28 mil, em que a comunidade científica pôde demonstrar alguma incapacidade, ou até mesmo podemos dizer alguma improbidade do uso do recurso público. A comunidade científica é absolutamente crível no uso da instituição e do dinheiro público, de tal forma que o legislador também acreditou nesse fato e os resultados são absolutamente positivos.

Faria apenas um outro comentário dessa época nesta Casa, que foi a Constituinte Estadual de 89, mudou os recursos da Fapesp de 0,5% da Receita Tributária para 1%, aprovada por unanimidade nesta Casa, por todos os partidos, por todas as concepções, absolutamente fundamentado no fato de que ela ser tornou uma instituição crível, aceita pela sociedade como uma instituição séria. E as universidades batalharam aqui. A comunidade batalhou. Os institutos batalharam, e diria apenas que faltam duas coisas. As universidades e os reitores aqui disseram que de 89 a 2000, vivem uma angústia anual de ter uma mensagem encaminhada pelo Executivo, porque a autonomia está fundamentada num decreto que tem que ser reeditado todos os anos, no sentido de que a mensagem vem para cá, a Assembléia tem que aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aí se converte numa lei e aquela indexação das universidades no Orçamento do Estado vale como lei por um ano. Então, a todo ano, essa expectativa de como essa evolução, essa manutenção vai ocorrer, não deixa de ser tensa. De tal forma que já são onze anos, e já houve proposta neste Parlamento para que se faça como na Fapesp, que essa indexação seja constitucionalizada para uma segurança de um sistema que precisa ter estabilidade de previsão.

Numa das comissões desta Assembléia em que essa proposta passou e que me desculpe o parlamentar, na época, que fez o relatório foi dito que a indexação era inconstitucional e, portanto, esse projeto não deveria ir à frente.

Acontece que o Legislativo tem poder para isso. A Fapesp está indexada na Constituição, a educação está na Federal, e agora a área de saúde, no Congresso Nacional, está indexando-se também para obter recursos. Não é pela indexação, mas pela segurança da previsibilidade que se precisa fazer dentro deste sistema.

O capítulo da Ciência e Tecnologia na Constituição do Estado, aprovada nesta Assembléia, também define num de seus artigos que o Estado tem que ter o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e que esse conselho tem que ser regulamentado por lei. No momento, ele existe de uma forma um pouco tibia; não é consistente na sua estabilidade, porque está subordinado a um decreto que tramita na sua operação junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia fui alguns meses secretário mas ele não consegue dar corpo e representatividade adequada para um Conselho de Ciência e Tecnologia no Estado que dê a “organicidade” das universidades, dos institutos, de todo esse sistema, na firmeza e na representatividade que ele realmente possui. (Palmas.) Então, é o outro apelo que faço no sentido de que a Assembléia se preocupe com a regulamentação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, que será um outro avanço significativo. Obrigado. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Passo a palavra à Deputada Mariângela Duarte.

SRA. MARIÂNGELA DUARTE – Sr. Presidente e demais presentes, acho ruim quando a gente tem uma visão tão somente provinciana ou regional de uma questão que, pela própria definição, trata da universidade, do desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia. Queria cumprimentar o Professor Clodovaldo Pavan, que é um patrimônio deste Estado e deste País, em todas as áreas. Também,

cumprimentar a todos os magníficos reitores e, inclusive, das universidades federais, que aqui nos honram.

Quero colocar questões bem pontuais e pedir um pouco de paciência à Mesa, porque estou aqui representando perto de 1 milhão e meio de pessoas nesta fala que farei, na segunda parte. Isto não é brincadeira, 1 milhão e meio de pessoas. Parece que esta realidade não sobe a Serra. E espero que desta vez, definitivamente, tenha que subir a Serra.

Acho este debate essencial. Quero parabenizar o ex-reitor porque acho que tocou na veia da questão. Hoje, a questão fundamental da sobrevivência das universidades públicas, dos institutos de pesquisa que ainda não conquistaram nada disso, estão lá no fim da reta, com a poeira em cima, é exatamente discutir autonomia e investimentos fixos num País onde os governos costumam investir contra o conhecimento e a pesquisa, não a favor.

Acho que o senhor já me contemplou. Mas, quero perguntar especificamente às universidades públicas federais paulistas se procede a informação de que a participação das instituições federais de ensino superior nas despesas da União caiu de 2.94, em 95 para prováveis 1.73 neste País. Gostaria que isso me fosse respondido.

Segundo, ouvi muito atentamente, pertenço a este meio, faço uma luta em prol da universidade pública há, no mínimo, 17 anos, e somos muito poucos os deputados aqui que defendem com unhas e garras nossas públicas no Estado de São Paulo. Fazer discurso é fácil, mas na hora “h” a gente vê tipo de cobrança sub-reptícia para atacar nossas universidades. Por pouco não sai uma CPI contra a USP aqui, que com muita autoridade a gente abortou porque não era o momento de fazer isso, na hora que se ia votar o Orçamento.

Acho que é responsabilidade, sim, dos reitores, que têm um papel de destaque, que chegaram a isso por uma carreira brilhante, lutar contra as distorções que existem sem nenhum medo. O Estado de São Paulo teve a expansão das universidades públicas nas décadas 50, 60, quando muito 70, e aí o mérito da

Unesp se distribuiu pelo Estado todo. Pergunto: será que essas universidades públicas e as duas paulistas, a União não está devendo a nós, Estado de São Paulo, pelo menos um maior corpo a nível do investimento no ensino superior? Porque hoje a União concentra a normatização e a avaliação de todo o sistema de ensino. É cômodo! Cadê os 18% que ela tem que gastar com o investimento da educação? Será que basta normatizar só e apenas avaliar? Quero fazer esta questão e quero que depois a debatemos, porque a acho da maior importância.

Quero também perguntar, parabenizando a coragem do reitor da Unesp que disse:” a nossa potencialidade é altíssima”. Não discutimos isso. Hoje, nossa potencialidade é altíssima porque não estamos estrangulados. Pertencço à Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa e fico impressionada ao ver que um governo vou dar dados que privatizou mais do que qualquer outro Estado, mesmo a União que obteve 16 bilhões dessas privatizações que a gente sabe sempre foram passadas por pouco dinheiro, 95% em 5 anos dessas privatizações foram aplicadas para o acerto da dívida, fora o que se compromete do Orçamento de 3 mil e 400. Pergunto: será que a questão é de investimento de dinheiro? Por último, quero saber se é questão de investimento ou de dinheiro, ou se é questão de prioridade, onde se produz conhecimento? Porque se investirmos na universidade, nos centros de pesquisa etc, teremos toda uma alteração no panorama do desenvolvimento do Estado.

Mas, agora vem o desabafo. Peço licença porque aqui, na minha fala, estarei representando 1 milhão e meio de pessoas. Queria corrigir. Não é apenas a segunda região metropolitana do Estado que aqui tenho a honra de representar. Sou uma santista de beira de cais, e nos indigna. E acho que aí é uma questão de todos os reitores também não só esperar do Governo o seguinte: somos a primeira região deste País; São Vicente é a primeira cidade do Brasil, a primeira Câmara do País, seguida de Itanhaém, toda a faixa litorânea do Estado de São Paulo que percorre três regiões, Vale do Ribeira porque não se esqueçam que são nossos irmãos de Litoral Cananéia, Ilha Comprida, Juréia, significa que o Vale do Ribeira de

Cananéia até a divisa com o Rio de Janeiro, Ubatuba, é um caso único no Brasil, sem ser contemplada com uma única universidade pública. Repito isso: todo o Vale do Ribeira na sua faixa litorânea; a Baixada Santista inteira com os nove municípios e mais a região de São Sebastião. Nessa região temos a segunda região metropolitana do Estado, dois portos! Será que isso não quer dizer nada? O Porto de Santos, ainda é o maior da América Latina, e continua recordista em cargas, o Porto de São Sebastião, as refinarias, o Pólo Industrial, só nós não temos uma universidade pública; nada. Nem extensão, nem nada! Não chega nada lá! E o pouco que havia saiu.

Eu pergunto, senhores: isso é justo com o povo? Isso é justo com aquela juventude? Isso é justo com aquela comunidade que, já hoje, lidera a capital da Terceira Idade no Brasil? Nós não queremos mais tempo! Exigimos que se cumpra o art. 235 da Constituição do Estado, reforçado pelo art. 52 das Disposições Transitórias, ou temos que revogar esses artigos da Constituição do Estado. O Litoral de São Paulo, que represento aqui com amor e honra, e sua população nessa extensão do Vale do Ribeira, que chega a 1 milhão e meio de pessoas, pela importância econômica e pela densidade populacional, tem o direito a uma unidade plena, a uma universidade, ou não apenas a promessas ou a uma extensão meio oblíqua que não queremos. Fica aqui meu pedido registrado. Esta campanha ganhou força estupenda no Litoral e dificilmente alguém terá coragem de descer para nossa região, para ser recebido nas nossas praias, sem que ter dar resposta a essa questão.

Por último quero pedir a transcrição, na íntegra, do documento dos companheiros da carreira de apoio à pesquisa científica, porque não existe pesquisa científica, nem desenvolvimento sem essa turma. Só no Genoma são 800 da carreira de apoio, 800! Gostaria que esse pessoal saísse da miséria, do abandono em que se encontra. Peço sua transcrição na íntegra. Obrigada. (Palmas.)

(Entra documento – Deputada Mariângela Duarte.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Tem a palavra o Sr. Renato Danino, representante da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES.

SR. RENATO DANINO – Primeiramente, queria dizer à deputada que é verdade; estes dados foram levantados por dois colegas universitários brasileiros e deixo aqui um artigo que recém foi escrito: “A lição de casa do Ministro de Educação”, mostrando como esse ministro não cumpre a lição de casa. Deixo com o Zaratini, para se quiser divulgar em algum momento.

Gostaria, e para isso me inscrevi, de falar um pouquinho o que a ANDES está elaborando essa questão da prospectiva que o Marcovitch nos colocou, e a questão das demandas sociais a que vários oradores fizeram referência.

Nosso cenário de futuro é o cenário da democratização. É o cenário de atendimento às demandas sociais do nosso País de integração de 50% da população que está fora de qualquer benefício do progresso científico e tecnológico. Essas demandas sociais, no nosso entender, vão exigir tecnologia e ciência que não estão na prateleira. Não adianta querer importar, não adianta querer comprar uma tecnologia que tem que ser feita sob medida para as nossas necessidades.

A ANDES abraça com toda a força uma tarefa de conscientização da comunidade universitária. Planejamento, construção de futuro, prospectiva se faz, por um lado, com um planejamento com autoridade formal de estado e de governo. Por outro lado, se faz com consciência. E achamos, enquanto ANDES, que nossa tarefa é conscientizar a sociedade brasileira e, em especial, os professores da universidade, de que é possível, sim, e é necessário fazer ciência para atender as necessidades sociais.

Estamos numa cruzada contra o senso comum que nos diz que a ciência é universal, é ciência neutra, é sempre boa, que só existe um critério de aferição de

conhecimento, que é o de qualidade dos países avançados. Estamos tentando desmistificar no nosso meio a idéia que devemos simplesmente emular um padrão de fazer ciência, de fazer tecnologia que não nos serve.

As vinte maiores empresas, as vinte empresas que mais gastam em pesquisa no mundo, gastam tanto quanto a Grã Bretanha e a França somadas. Países que, com outros cinco, gastam 90% do que se gasta em pesquisa no mundo. Não é necessário dizer que essa dinâmica de exploração da fronteira do conhecimento não nos serve. E estamos empenhados então nessa cruzada pela pesquisa interdisciplinar, pela pesquisa que se pautar por outros critérios que não os do *science index* ou dos *journals* dessa comunidade à qual não queremos pertencer, não devemos pertencer. Temos que criar nosso conceito de qualidade, construí-lo em cima de um critério de relevância.

É isso que estamos fazendo, e esperamos poder contribuir com essa pequena parte no esforço da sociedade brasileira toda para tornar o desenvolvimento científico e tecnológico algo que pertença, de fato, a todos os brasileiros. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – Obrigado ao Renato. Quero informar a todas aquelas pessoas que estejam participando dos debates, que queiram entregar documentos, relatórios, contribuições a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, que estamos abertos a recebê-los, e que devidamente serão incorporados no nosso relatório do Fórum Século 21.

SR. JAMIL MURAD – Quero cumprimentar o Deputado Zaratini e a todos os componentes da Mesa que nos honram com sua presença, assim como os membros do plenário que também nos honram com sua presença na Assembléia Legislativa.

Vou ficar um pouco no campo político, mas que tem íntima relação com o que foi colocado aqui por todos os senhores.

Em 1785, Dona Maria I baixou um decreto em que determinava o fechamento de todos os teares de manufatura em Minas Gerais e em outros estados, mandou dois navios de guerra levar esses teares e determinou que a força policial impedisse o funcionamento da manufatura. 1785! Dizia o decreto: “À colônia cabe se dedicar à agricultura e à exploração de minérios e à metrópole, à produção de produtos industrializados”.

Surgiu aí a primeira divisão internacional de trabalho para o nosso país. Cem anos depois, os inconfidentes foram sufocados em sangue. Fico arrepiado quando lembro do ideal deles. E no programa dos inconfidentes estava a fundação da Universidade de Ouro Preto. O outro ponto era a industrialização.

Pelo que foi colocado aqui, estamos todos de acordo que nenhuma nação pode desenvolver-se sem conhecimento. A universidade ensina seu povo a dominar o conhecimento do mais elementar ao mais complexo, e também a criar um novo conhecimento, aquilo que nem se vislumbra hoje. Vão ser as universidades, os centros de pesquisa do futuro que vão elucidar e criar soluções para os problemas.

Senhoras e senhores, aqui está a questão que queria colocar diante dessa exposição inicial. O Governo Federal, lembrado aqui pela Professora Estela, da Universidade Federal, em uma crítica que fez ao Governo Federal, porque deixa faltar dinheiro para as universidades federais enquanto determina que o BNDES destine 750 milhões para as universidades privadas. Será que só as universidades privadas precisam de dinheiro? Inclusive elas já têm outra fonte de recursos que são altas mensalidades que, muitas vezes, impedem nossa juventude de poder estudar.

O Banco Mundial preconiza que não precisamos produzir ciência. O Banco Mundial! E é mais grave quando sabemos que o Pedro Malan, representando o Governo da República não quero separá-lo do Paulo Renato ou do Fernando Henrique verbaliza isso: que tecnologia se compra no mundo globalizado. recebidos e pelo retorno que a sociedade recebeu, é muito positivo. Podia ser melhor, mais é muito positivo. Vamos melhorar. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATINI – . Vamos transmitir à Mesa da Assembléia Legislativa e aos deputados desta Casa sobre o prosseguimento do Fórum São Paulo Século 21. O objetivo é tornar esta discussão mais permanente e evitar que se encerre prematuramente, por conta da movimentação eleitoral desse ano.

Queria também agradecer a presença de todos que participaram, especialmente os reitores e dizer que nosso objetivo, nessa Comissão, vem sendo cumprido na medida que estamos expondo, aqui, a situação e o histórico dessas instituições.

Hoje, ao mesmo tempo em que ficou evidente que temos uma série de vitórias nas universidades paulistas e na Fapesp, temos problemas, ainda, nas universidades federais não só as que estão instaladas em São Paulo, mas no conjunto. Temos a questão da falta de relacionamento, participação da indústria e da agricultura nesse sistema de pesquisa e desenvolvimento, que também vai ser um dos temas do futuro debate.

Há questões conjunturais, mas podem se tornar estruturais se não tivermos, rapidamente, uma reação da sociedade frente à situação que estamos vivendo. Como bem colocou o nobre Deputado Jamil Murad, a situação nacional que vemos a cada dia sobre o avanço dos interesses externos ao País e, conseqüentemente, a diminuição dos espaços aos interesses nacionais, que surgiu em política federal e estadual, faz necessário que se ouçam vozes que tenham outras posições e outros pontos de vista.

Acredito que o sistema de ensino, pesquisa e desenvolvimento é fundamental para que mexa um pouco a situação que estamos vivendo no País.

Agradeço a presença de todos. O Fórum vai continuar dando espaço à diversidade de opiniões. É essa a função da Assembléia Legislativa: ouvir os mais diversos setores. Contamos com os senhores para a próxima atividade que está marcada para o dia 29, às 14 horas e o tema é Institutos de Pesquisa. Muito Obrigado! (Palmas.)

29.03.2000

- .Vanderlei Macris – Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo
- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .José da Rocha Carvalhero – Coordenador do Instituto de Pesquisa da Secretaria da Saúde
- .Cláudio Rodrigues – Superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares - IPEN
- .Plínio Assmann – Diretor Superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT
- .Eduardo Antonio Bulizani – Diretor Geral do Instituto Agrônômico de Campinas
- .Nelson Raimundo Braga – Presidente da Associação de Pesquisadores Científicos - ApqC
- .Alberto Duque Portugal – Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA
- .Flávio Fava de Moraes – Diretor Executivo da Fundação SEADE
- .Arnaldo Jardim – Deputado. Coordenador Geral e Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21
- .Mariângela Duarte – Deputada
- .Jamil Murad – Deputado
- .Carlos Henrique de Brito Cruz – Presidente da Fapesp
- .Geraldo Antunes – Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa e da Associação dos Servidores do IPT
- .Luís Barreto – Coordenador do Movimento de Valorização dos Funcionários de Apoio à Pesquisa Científica
- .Alba –
- .Pompilho Ângelo Cavaleri – Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas
- .Cláudio – Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas

debates - a sociedade se manifesta – Ciência, Tecnologia e Comunicação

- .Rose
 - Representante do Conselho de Representantes dos Empregados do IPT e também Deputada do Fórum do Conselho de Representantes dos Empregados das Empresas
- .Cristiano Azevedo Marques
 - Diretor Geral do Instituto Adolfo Lutz
- .Julia Maria Souza Felipe
 - Diretora da Divisão de Biologia Médica

SR. Presidente (Vanderlei Macris) – Damos por aberto os nossos trabalhos; como Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo quero cumprimentar as pessoas presentes que fazem parte da Mesa hoje; dentro de instantes estará presente o Deputado Carlos Zarattini, Coordenador do Grupo Temático Ciência, Tecnologia e Comunicação, que está patrocinando nesta tarde as atividades do Grupo Temático Ciência e Tecnologia. Para as nossas atividades temos a presença do professor Dr. José da Rocha Carvalhero, Coordenador do Instituto de Pesquisa da Secretaria da Saúde, a presença do Dr. Cláudio Rodrigues, Superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares – IPEN, o Dr. Plínio Assmann, Diretor Superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, Dr. Eduardo Antonio Bulizani, Diretor Geral do Instituto Agrônomo de Campinas, Dr. Nelson Raimundo Braga, Presidente da Associação de Pesquisadores Científicos – ApqC, Dr. Alberto Duque Portugal, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa, Dr. Flávio Fava de Moraes, Presidente do Seade, os Deputados Arnaldo Jardim, Coordenador Geral e Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21, a Deputada Mariângela Duarte e os demais Deputados que iremos anunciando a seguir.

Gostaria de dizer que os trabalhos do Fórum São Paulo Século 21 estão em plena atividade, são 16 meses de discussões e debates que estamos promovendo nesta Casa; evidentemente, o é objetivo que se pretende construir um projeto de desenvolvimento para o Estado de São Paulo nesses 16 grupos temáticos, a discussão em cada um deles com um conselho temático construindo um projeto em cada uma dessas áreas, quando teremos, finalmente, em dezembro deste ano, a elaboração de uma proposta que será a base de um projeto de desenvolvimento que queremos para o futuro de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo sente-se honrada com mais este evento; são centenas de eventos que estamos fazendo já nesses meses de atividade do Fórum São Paulo Século 21, e este, especificamente do Grupo Temático Ciência, Tecnologia e Comunicação, passa, a partir de agora a, integrar as informações que teremos do Fórum para a

construção dessa proposta e desse projeto. Todas essas atividades estão sendo gravadas por vídeo e pelo som, a fim de que possamos constituir um relatório, que será encaminhado ao Relator Geral depois para a construção dessa proposta.

Até a chegada do Deputado Carlos Zarattini gostaria de passar a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, que é o relator do Fórum, tendo em vista a necessidade da minha retirada para presidir a sessão plenária da Assembléia. Dou por aberto os nossos trabalhos e passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, agradecendo em nome do legislativo paulista a presença de todos. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. ARNALDO JARDIM – Senhores e senhoras, boa-tarde. Quero agradecer aos senhores expositores já nominados aqui e dizer que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, como bem diz o Presidente Macris, tem o privilégio de ter aqui uma representação de excelência dos nossos institutos de pesquisa, tão fundamentais ao processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Queria só agregar a relação das autoridades presentes, sem demérito de ninguém e outros eventuais que deveriam ser citados, mas destacar a presença do nosso querido Presidente da Fapesp, professor Brito, e pedir que viesse sentar-se aqui conosco; citar a presença entre nós do Deputado Jamil Murad e da Deputada, já citada, Mariângela Duarte, e sem demérito a nenhum outro parlamentar desta Casa dizer que o Deputado Jamil Murad, especialmente a Deputada Mariângela Duarte, que fez recentemente um seminário muito importante nesta Casa, exatamente discutindo toda a questão do desenvolvimento científico e tecnológico, o papel preponderante dentro da Comissão de Ciências e Tecnologia, papel preponderante das universidades, dos institutos de pesquisa que hoje estão aqui; e agradecer, sem dúvida, a presença dos senhores funcionários que estão aqui de uma forma numerosa, estou vendo vários representantes de associações de funcionários, pessoas amigas há muito tempo, e dizer que é muito importante para a Assembléia Legislativa, para o Poder Legislativo, a vinda de todos de uma forma como essa, afirmativa, calorosa, manifestando-se, o que recebemos positivamente. Daqui a

pouco teremos a coordenação do Deputado Carlos Zarattini. É importante que todos saibam, acho que muitos já sabem, estamos tendo aqui no Fórum, particularmente no Grupo de Ciência e Tecnologia, um grupo que tem sido exemplar na sua organização. Já tivemos aqui no dia 8 de dezembro o seminário sobre Desenvolvimento e Emprego no Estado de São Paulo; no dia 15 de março tivemos a realização de um seminário sobre Universidade, seu papel no processo de desenvolvimento científico e tecnológico; temos hoje essa reunião fundamental, sendo que a comissão de Ciência e Tecnologia vai prosseguir os trabalhos com a realização, no dia 12 de abril, do seminário sobre Fontes de Financiamento à Pesquisa e Desenvolvimento; dia 25 de abril, seminário sobre Inovação Tecnológica na Produção; dia 10 de maio, Política Científica e Tecnológica e, finalmente, um evento importante para o Fórum, para a Assembléia, para o Grupo Temático de Ciência e Tecnologia, nos dias 5 a 9 de junho, a 1ª Bienal de Ciência e Tecnologia aqui na Casa. Agradeço particularmente a presença do Dr. Alberto Duque Portugal, que veio abrilhantar o nosso Fórum, a quem passo a palavra.

SR. ALBERTO DUQUE PORTUGAL – Gostaria de cumprimentar o Deputado Arnaldo Jardim, relator do Fórum São Paulo Século 21, e na sua pessoa toda a Assembléia Legislativa, cumprimentando também por essa iniciativa da Assembléia de discutir esse Fórum, e já também cumprimentar por incluir, entre temas fundamentais, a questão da ciência e tecnologia que, sem dúvida alguma, é cada vez mais reconhecida como fator determinante de sucesso no desenvolvimento de qualquer sociedade que queira ser mais justa, mais humana, enfim, criando melhores condições de vida, como proposto pelo próprio Fórum. Gostaria de cumprimentar a todos os membros da Mesa e agradecer ao Deputado Carlos Zarattini, que é o Coordenador do Grupo Temático Ciência e Tecnologia, pelo convite para participar dessa oportunidade.

Preparei alguns “slides”, que facilitariam a minha apresentação; a idéia básica que estou tentando trazer na minha exposição de cerca de 20 minutos é exatamente

tentar primeiro dizer por que há países ricos e outros pobres. Qual a correlação que há entre riqueza, desenvolvimento e ciência e tecnologia e, em seguida, quais são os fatores que a nosso ver são fundamentais para fazer essa diferença, e depois tentar responder a pergunta que me foi colocada pela Coordenação do Fórum, se seria possível e necessário o investimento em ciência e tecnologia própria no Estado de São Paulo e no Brasil, depois dizer um pouco como a Embrapa tem contribuído e, finalmente, o que poderia ser feito para melhorar esse tipo de trabalho.

Neste quadro procuro fundamentalmente mostrar que se tomarmos três blocos que estão colocados no alto deste gráfico, a relação que existe entre renda *per capita* tomando aquele novo indicador que a ONU tem usado, que é uma renda *per capita* paritária, que está ali naquele eixo vertical, e comparando com o indicador de ciência e tecnologia, que é pesquisador por milhão de habitantes, temos claramente dois grupos de regiões do mundo: temos América do Norte e Europa, Japão e Austrália neste canto direito, com muitos pesquisadores, cerca de cinco, seis mil pesquisadores, acima de três mil pesquisadores por milhão de habitantes, e a renda paritária acima de 20 mil dólares *per capita*/ano. Aqui na parte de baixo temos América Latina, onde estamos, China e África com menos de um mil pesquisadores por milhão de habitantes, e renda *per capita* na ordem de seis, sete mil dólares, tomando esse indicador de paridade da ONU. Se tomarmos outro indicador, aqui em baixo, no eixo do “x”, que é investimento com percentagem do PIB, estou falando de ciência e tecnologia como um todo, e continuando usar a renda *per capita* com a paridade e o poder aquisitivo, novamente se repete o mesmo quadro, quer dizer, é um grupo de países com altas condições, com qualidade de vida, com desenvolvimento e com a grande percentagem do seu PIB acima de 1,5% ,aproximadamente 2% investidos em ciência e tecnologia, e o grupo do nosso país juntamente com África e China na parte de baixo deste gráfico. Trazendo agora um pouco a questão para a área de ciência e tecnologia agrícola, que é o nosso tema específico, para o qual fui convidado, só para dar uma

indicação do investimento em pesquisa como valor do produto agrícola bruto e alguns países: os países desenvolvidos, com 2,3% no ano de 1997, Estados Unidos 3,4%, Reino Unido 3,7%, Canadá 5,3%, e a média dos países em desenvolvimento em torno de 0,5%, e o Brasil investindo cerca de 1,2%. Outro indicador importante neste próximo quadro é mostrar, num período de 1971 a 1992, o que acontece com esses mesmos países. Temos um conjunto de países aqui considerados desenvolvidos, partindo da Austrália, Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, subtotal dos países que compõem o CDE, outros que estão fora do CDE e o total de países desenvolvidos, verificamos que nesse período de 21 anos que há um crescimento significativo do investimento em ciência e tecnologia em relação ao PIB. Estamos falando de crescimento de 34, 48, outros países com 99%, numa média de 68,7% nesse período.

Quando olhamos países em desenvolvimento, América Latina e Brasil, para o mesmo período de 1971 a 1992, verificamos que estamos falando de números muito menores. Lá estamos falando de 68% aproximadamente o crescimento, aqui estamos falando de cerca de 27%; América Latina com alguns indicadores até de decréscimo nesse período e o Brasil, felizmente, investiu bastante nesse período. Há uma determinação do próprio governo do Presidente Fernando Henrique em vários Estados, como o Estado de São Paulo, de investimentos maciços, tem melhorado, embora em termos absolutos esses valores sejam muito aquém do tamanho do desafio que temos na nossa agricultura. A questão seria: quais são os fatores que fizeram essa diferença? Por que aquele grupo de países, Estados Unidos, Canadá, Austrália estão lá em cima e a América Latina, África e China estão cá em baixo? Fundamentalmente, na nossa forma de ver, do ponto de vista de ciência e tecnologia, um fator fundamental que fez essa diferença foram níveis contínuos e crescentes de investimento em pesquisa e desenvolvimento ao longo do tempo, como mostrou aquele quadro.

O segundo fator é uma forte participação do Estado. Nenhum país é capaz de fazer um forte sistema de ciência, tecnologia e proporcionar desenvolvimento se o Estado, o Governo, não participarem fortemente nesse investimento.

O terceiro fator, em contrapartida, em todos esses países há uma crescente participação do setor privado, não em detrimento do setor público, mas complementando, ou se somando ao setor público. Esse também é um diferencial que nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, não se observa.

Um quarto fator extremamente importante é o arcabouço legal adequado, quer dizer, um arcabouço legal que protege a propriedade intelectual, que felizmente o Brasil começou agora. na década de 90, um arcabouço legal que dá agilidade, dá flexibilidade, enfim, cria as condições para que a ciência e a tecnologia possam avançar rapidamente, estimulando, inclusive, a participação do setor privado em parceria com o setor público.

Por último, modelo de gestão. O setor de ciência e tecnologia desses países procurou moldar modelos de gestão, porque estavam preocupados com as reais necessidades da sociedade estar realmente focada no mercado, com a avaliação de resultados, o que não quer dizer que o Brasil não esteja fazendo esforço nessa direção, mas tem que ser um esforço consistente ao longo do tempo. Isso também, na nossa forma de ver, tem feito a diferença entre países ricos e países pobres no que tange à ciência e tecnologia.

Tentando agora responder à pergunta se é importante o Estado de São Paulo continuar investindo, vou colocar três razões: a primeira é que na nossa forma de ver o agronegócio, ou a agricultura brasileira, tem quatro desafios fundamentais. O primeiro deles, temos que ter uma agricultura competitiva. Estamos numa economia aberta, globalizada, de mercado, que precisamos ser competitivos em termos de qualidade, de preços e de continuidade de oferta. Temos que ser competitivos, mas preocupados com a questão da sustentabilidade, especialmente do ponto de vista ambiental. Esses são dois desafios comuns a qualquer país agrícola hoje no mundo, a questão ambiental é colocada de maneira decisiva e definitiva em toda a

sociedade. O terceiro desafio é que em países como o Brasil, além de sermos competitivos e termos sustentabilidade ambiental, temos que nos preocupar com a questão da equidade social. Temos que tentar incorporar o processo produtivo ao mercado, ao processo em desenvolvimento, o maior número possível de agentes econômicos, especialmente pequenos produtores. Finalmente, a questão de qualidade nutricional. Cada vez mais a questão do vínculo que existe entre agricultura, alimento, nutrição e saúde, será um vínculo extremamente valorizado; são quatro desafios que só conseguiremos vencê-los se tivermos por trás da estrutura produtiva brasileira um forte esquema de ciência e tecnologia. A segunda razão é que, para vencer esse desafio, tem surgido algumas áreas inovadoras que têm mudado as vantagens competitivas entre regiões e entre países. Primeiro, são tecnologias que mudam vantagens competitivas, como é o caso da biotecnologia, o mais polêmico é o da engenharia genética, mas ele é capaz de mudar vantagens competitivas fundamentalmente porque se é capaz de desenhar o produto que o mercado está querendo, e por isso ela muda a vantagem competitiva fortemente, ou pode-se conseguir produzir mais barato ou produzir com produtos com menos defensivos, enfim, ela tem um potencial muito grande em mudar a vantagem competitiva. Segundo, áreas inovadoras que reduzem risco. Aqui estou falando principalmente da chamada agricultura de precisão, que é um conjunto de tecnologias que é capaz de reduzir risco de contaminação, porque coloca-se a dose exata de fertilizante, de água ou de defensivos, nem mais e nem menos, e também reduzir risco de perda financeira. São tecnologias que terão impacto muito grande neste século. Na nossa forma de ver o terceiro grupo é o daquelas tecnologias que agregam valor na parte de pós-coleta, de processamento, de diversificação de uso de produto. Por último, todas aquelas tecnologias que agilizam o acesso e a disseminação da informação. São tecnologias que entendemos se não formos capazes de dominá-las bem, inclusive o Estado de São Paulo, que é líder no Brasil em ciência e tecnologia, dificilmente venceremos os desafios e dificilmente poderemos nos manter nesse mercado.

Outra questão fundamental, acho que o Brasil tem uma condição ímpar como país tropical e subtropical, detentor de um forte estoque de conhecimento de tecnologia para agricultura, para o agronegócio, em instituições de São Paulo têm uma contribuição centenária e fundamental, como o Instituto Agrônomo de Campinas, e é exatamente no segmento do agronegócio que o Brasil tem autonomia tecnológica e tem capacidade de competir mais fortemente na economia globalizada. Se olharmos este mapa vamos verificar que o Brasil está numa posição extremamente interessante em relação à África, Ásia e a própria América Latina e Caribe, em que as suas condições climáticas, as suas condições de produção são muito similares às regiões onde estão os grandes desafios do desenvolvimento mundial. Portanto, o Brasil, por meio da tecnologia de agropecuária, pode não só ajudar esses países, mas abrir importantes mercados para a economia brasileira, aumentando a liderança política do Brasil no contexto mundial e, obviamente, São Paulo, como Estado líder, mais uma vez também tem um papel fundamental.

Falando agora um pouco sobre a Embrapa. A Embrapa tem procurado, como uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e como responsável por todo um sistema de pesquisa no país, conduzir o seu trabalho com essas preocupações. É essa hoje a ambição da Embrapa, no nosso terceiro Plano-Diretor, de viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos de tecnologias em benefício da sociedade. O negócio da Embrapa hoje não é simplesmente fazer pesquisa, mas viabilizar soluções mediante a pesquisa e com a preocupação de olhar o agronegócio, e aí estou falando desde o pequeno produtor até o empresário. Entenda-se como agronegócio não só o empresário, mas todo o conjunto que compõe tudo o que está dentro da fazenda, antes da fazenda, depois da fazenda, incluindo o pequeno produtor. Os objetivos que norteiam o trabalho são aqueles mesmos que mencionei, quer dizer, a Embrapa entende que a sua pesquisa deve estar voltada para enfrentar esses quatro grandes desafios do agronegócio brasileiro. Ela tem hoje uma política de administração baseada num

conceito de marketing, entendido como a filosofia de relacionamento da empresa com a sociedade, com o mercado, mercado aí entendido no sentido amplo, não só aquele transacionado financeiramente, e com três políticas setoriais bem definidas. Uma política de pesquisa e desenvolvimento, uma política de negócios tecnológicos e uma política de comunicação empresarial. Essas três políticas que compõem a política da empresa partem da premissa que estamos num negócio como qualquer outro.

Entendido o negócio, não que eu vá vender tecnologia para o pequeno produtor, o pequeno produtor tem que receber a tecnologia porque não tem condições de comprá-la, mas obviamente algum órgão de desenvolvimento, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, cooperativas, associações, têm que ajudar a viabilizar essa tecnologia. Mas ainda tratando de um pequeno produtor, ou até de uma tribo indígena, tenho que olhar isso com a visão profissional de um negócio, ou seja, tenho que verificar se o que estou oferecendo para esse grupo de segmento da sociedade realmente atende às necessidades desse segmento, tenho que verificar se esse produto que estou oferecendo está sendo distribuído adequadamente para que esse agente econômico, mesmo o pequeno produtor, tenha acesso a essa tecnologia e, por último, tenho que comunicar para a sociedade e não só para o produtor, mas também para o consumidor que estou fazendo algo que é importante para a sociedade. Estamos numa sociedade fundamentalmente urbanizada.

Temos aqui a relação de programas, só para dar uma idéia do campo que a Embrapa trabalha; esses programas são autodefinidores, são compostos por um conjunto de projetos que são cerca de 19 programas que a Embrapa trabalha nos mais diversos campos do agronegócio brasileiro e, fundamentalmente, em parceria com organizações como é o caso aqui do Estado de São Paulo. Aqui é o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que é coordenado pela Embrapa, é composto por unidades da Embrapa e por sistemas estaduais de pesquisa, como o sistema de São Paulo. A Embrapa, pela lei agrícola, tem a competência de coordenar esse

Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Temos a Embrapa em Brasília, temos 800 nacionais de temas básicos, alguns aqui em São Paulo, inclusive o Centro de Informática em Campinas, o Centro de Monitoramento Ambiental, temos 13 centros nacionais de produtos que são os centros, por exemplo, de soja, de algodão, de leite, de carne, 15 centros ecorregionais ou de pesquisa agroflorestal, por exemplo, pantanal, semi-árido, serrado na Amazônia e assim por diante, com três serviços, um voltado para monitoramento por satélite, em Campinas, um para produção de sementes e um na parte de produção de informações, e temos 17 organizações estaduais de pesquisa, que fazem parte da rede junto conosco. Além de cooperativas, ONG's, universidades e tal, essas organizações estaduais de pesquisa aqui no Estado de São Paulo são lideradas pela coordenadoria de pesquisa para o agronegócio; aqui é a antiga coordenadoria de pesquisa agropecuária, agora é coordenadoria de pesquisa para o agronegócio, que coordena todos esses institutos relacionados com a questão da agricultura e do agronegócio, liderado pelo Dr. José Sidnei Gonçalves. Este então é o mapa que forma uma rede de trabalho, além das universidades, temos aqui em São Paulo cerca de 40 trabalhos de projetos de pesquisa, envolvendo cerca de 13 instituições. Em São Paulo, especificamente, temos a Embrapa meio ambiente em Jaguariúna, a Embrapa informática agropecuária em Campinas dentro da universidade, a Embrapa monitoramento por satélite, também em Campinas, e duas em São Carlos, Embrapa instrumentação agropecuária e a Embrapa pecuária sudeste, que fica também na antiga Fazenda Canchim.

Finalizando a minha apresentação, na minha forma de ver, visando agora a última pergunta, o que poderia ser feito, com o que deveríamos nos preocupar para melhorar a capacidade de São Paulo e do Brasil de gerar ciência e tecnologia agropecuária, destaco quatro pontos fundamentais: primeiro, a valorização institucional. É de fundamental importância que a sociedade veja a questão da ciência e tecnologia, como aqui faz a população de São Paulo através da sua Assembléia Legislativa, como um setor estratégico que é tão importante quanto a

questão da educação, a questão da segurança, do transporte, como questões que hoje fazem parte da decisão de uma sociedade de ser desenvolvida, de se modernizar; se ela não encarar a questão científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico como algo estratégico, dificilmente ela poderá atingir esse objetivo. Segundo é o arcabouço legal; felizmente, melhoramos a nossa estrutura de legislação e propriedade intelectual, que é fundamental, mas temos que buscar, dentro do arcabouço legal do estado brasileiro, o nicho que dê à ciência e tecnologia a sua capacidade de ter as suas características bem atendidas. Estou falando de continuidade, de estabilidade político-institucional, não estou falando de estabilidade de pessoas individualmente, acho que quem não produz não pode ter lugar, obviamente, em nenhuma instituição, mas de estabilidade da instituição, e estou falando de agilidade, de flexibilidade, que são características essenciais a uma instituição de ciência e tecnologia que queira acompanhar o avanço científico mundial. Aqui é importante dizer, sabemos de todo o esforço que tem sido feito, as discussões entre as organizações de pesquisa, na tentativa de buscar as melhores definições de um arcabouço legal compatível. O outro ponto que considero fundamental, que é o para casa de nós que somos da área de ciência e tecnologia, que é desenvolver e exercitar um modelo de gestão que atenda às expectativas da sociedade e do próprio governo, que é quem banca fundamentalmente esses institutos. Estou falando de ter modelos de gestão que busquem eficiência, que busquem racionalização de uso de recurso, que estejam focados nas necessidades da sociedade representada pelos mais diversos segmentos, volto a falar aqui dos segmentos menos capazes, como os pequenos produtores, estou falando de um modelo de gestão que tenha processos azeitados, realmente capazes de dar bons resultados e principalmente sistemas, modelos de gestão que estejam embasados em avaliação por resultados.

A Embrapa tem procurado fazer um grande esforço nessa direção, acho que toda a estrutura de ciência e tecnologia tem que fazer o seu dever de casa nesse sentido. Finalmente, o engajamento do setor privado. Mostramos lá que o setor

privado tem uma forte participação nos outros países, estou plenamente convencido de que a equação do desenvolvimento tecnológico brasileiro, em todas as áreas, mas em especial no agronegócio, não será adequadamente resolvida somente com recursos do Estado. O setor privado terá que se engajar fortemente nesse esforço por meio de mecanismos, mas enfim, participando decisivamente desse esforço.

Encerro esta minha contribuição, espero que possa ajudar a enriquecer os debates neste plenário. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. ARNALDO JARDIM – Nossos agradecimentos ao Dr. Alberto; vamos contar com a sua presença um pouco mais aqui participando dos debates. Queria passar a palavra ao Dr. Cláudio Rodrigues, que é Superintendente do Ipen, para que fizesse sua exposição.

SR. CLAUDIO RODRIGUES – Senhor Deputado Arnaldo Jardim, pelo qual cumprimento a Assembléia Legislativa pela feliz iniciativa de propor este fórum de debates; demais membros, companheiros, comunidade científica do Estado de São Paulo, caro professor Fava, senhoras e senhores, não que tenha sido combinado, mas vou fazer uma apresentação justamente ao contrário da que o Dr. Portugal fez, vou começar pelo Instituto e vou depois trazer uma sugestão de algumas propostas aqui para discussão e para a Assembléia Legislativa.

O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – Ipen, é uma instituição científica tecnológica, fundada há mais de 44 anos, precisamente em 1956; foi fundada em decorrência de um convênio entre o CnpQ e a Universidade de São Paulo. No decorrer da década de 50, precisamente um pouco mais de um ano da sua fundação, foi instalado e iniciou a operação aqui no campus da Universidade de São Paulo o primeiro reator nuclear de pesquisa do Hemisfério Sul. Tivemos um privilégio muito importante em contar com uma instalação de pesquisa, hoje de produção de material radioativo para a área médica, a primeira dessas instalações no Hemisfério Sul. Nos anos 70,0 o Instituto chamava-se Instituto de Energia

Atômica, teve a sua denominação alterada para Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – Ipen, passando a ser uma autarquia estadual.

Nos anos 80, precisamente no início do ano de 1983, essa autarquia estadual, esse Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares passou a ser operado, gerenciado técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que é um órgão federal ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ipen tem uma missão, que é o compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e, para isso, produz conhecimento científico, desenvolve tecnologias, gera produtos, serviços e forma recursos humanos nas áreas nuclear e correlatas. As suas principais áreas de atuação são diferentes aplicações de técnicas nucleares na indústria tanto para controle de processo quanto para controle de qualidade, ensino e informação científica, na área de materiais, atividade muito importante, principalmente na área de material particulado, meio ambiente, na área de engenharia nuclear, reatores nucleares prestando serviços ao setor nuclear brasileiro.

A principal atividade atual do Ipen é na área da saúde, que é a produção de medicamentos, produtos radioativos para diagnóstico e terapia de várias doenças; e, obviamente, uma função legal de proteção radiológica, que se estende a todo o Estado de São Paulo. Aqui nesta transparência alguns poucos indicadores do Ipen. Ele ocupa hoje uma área de cerca de 500 mil metros quadrados dentro do campus da Cidade Universitária, o que corresponde a cerca de $\frac{1}{4}$ do campus mais ou menos; temos um total de 1.113 funcionários, não sei se hoje é exatamente esse número, pois já tivemos 1.600 pessoas no Ipen não chega a 10 anos. Temos uma pós-graduação dentro do Ipen em associação com a Universidade de São Paulo, avaliada pelo CAPs como excelente e que no de 1999 teve cerca de 370 alunos matriculados, estamos outorgando mais de 50 títulos de mestre e doutor por ano; o ano passado foram 29 de doutorado e 43 de mestre, títulos dados pela Universidade de São Paulo. Uma das atividades fortes da instituição que quero mencionar aqui é a área de produção e distribuição de medicamentos radioativos, que atinge todo o

território nacional; temos cadastrados mais de 500 hospitais e clínicas, que recebem materiais radioativos quase diariamente, quatro dias por semana em média os hospitais em todo o Brasil estão recebendo material radioativo para diagnóstico e para terapia de várias doenças.

Para ter uma informação de número, os produtos radioativos do Ipen foram responsáveis no ano de 1999 por atendimento de cerca de mais de um milhão e meio de pacientes, seja para diagnóstico, seja para terapia de várias doenças. Raramente se entra no INCOR para fazer um diagnóstico de coração sendo que o primeiro indicador desse diagnóstico muito provavelmente vai ser obtido por meio da injeção de um material radioativo produzido na nossa instituição. Essa atividade do Ipen, entre outras, mas principalmente mediante da produção e distribuição de material radioativo para hospitais, para diagnósticos de terapia, ela tem uma receita, eu falo receita mas na verdade não é receita, de quase 15 milhões de reais por ano. Como somos uma instituição que está vinculada a uma autarquia Federal, esses recursos não são usados diretamente para custeio da produção; todo o custeio da produção é orçamentário, então realmente é uma tarefa extremamente difícil. O nosso orçamento é cerca de 17 milhões de reais e temos uma receita de 14 milhões, quase 15 milhões. Então realmente é um instituto que custa barato, não considerando o pessoal. Continuando essa informação dos produtos médicos, esta figura mostra a distribuição dos nossos clientes; 65% dos clientes estão na região Sudoeste, onde estamos. Estamos não só localizado na região Sudoeste, em particular estamos localizados em São Paulo, onde existe o maior número de clientes do Ipen, hoje está perto de 100 hospitais e clínicas que recebem material radioativo produzido no Ipen. É importante notar que esse material radioativo é “*just in time*”, quer dizer, criamos o “*just in time*” antes da moda, porque o material radioativo tem de ser produzido associado a uma logística de transporte, porque o material radioativo tem de chegar no cliente, chegar no paciente o mais rapidamente possível, caso contrário ele perde a sua atividade, porque é um material radioativo e tem uma meia-vida.

Existe material radioativo de meia-vida de duas horas, isto é, depois de duas horas já perdemos metade da atividade do medicamento, então há uma logística toda especial de produção e de distribuição do material – para isso o Ipen funciona em três turnos ininterruptos. O Ipen, de alguns anos para cá, optou por desenvolver um novo mecanismo de gestão, quer dizer, uma política, um planejamento de gestão em que focou principalmente as atividades dirigidas para a demanda da sociedade, para o cliente. Em função disso entramos fortemente no projeto de excelência da pesquisa tecnológica patrocinado pela Abipt, que é financiado pelo CNPQ, MCT. Com isso, o nosso objetivo é promover a melhoria do desempenho do nosso instituto, o programa é para a melhoria dos institutos de pesquisa, visando alcançar excelência na gestão. O projeto é baseado nos critérios do Prêmio Nacional da Qualidade – PNQ. Em função dessa decisão, em particular no nosso centro de radiofarmácia, onde os produtos médicos são produzidos, implantamos há quatro anos um programa importante de qualidade, que resultou, o ano passado, na certificação ISO; todos os produtos médicos produzidos no Ipen, todos os materiais radioativos produzidos para diagnóstico-terapia têm certificado ISO 9002.

Volto agora ao tema que o Dr. Portugal iniciou, que são as atividades, quer dizer, a participação das instituições de pesquisa do Estado de São Paulo em função de um novo paradigma e, no caso específico, de uma parceria importante que se fez dentro da Cidade Universitária de São Paulo, que juntou Ipen, IPT e a Universidade de São Paulo como um todo, com a parceria forte do Sebrae, introduzimos dentro do campus a figura de uma incubadora de negócios de base tecnológica, que chamamos de Centro de Incubador de Empresas Tecnológicas-CIETEC.

A missão dessa incubadora é incubar negócios nascentes, as novas idéias e empreendimentos de base tecnológica, fornecendo uma infra-estrutura básica que permita aumentar o índice de sobrevivência e competitividade dessas empresas que são incubadas, objetivando o crescimento da economia brasileira e o aumento da geração de empregos e da capacidade de exportação. Essa incubadora foi

inaugurada no segundo semestre de 1998, inicialmente a parceria tinha feito um prognóstico, graças a Deus, errado, de que iríamos levar uns três, quatro anos para conseguir colocar empresas de base tecnológica no espaço que tínhamos determinado, que tínhamos alocado, que permitiria cerca de 15 empresas. Pouco mais de um ano da inauguração do parque, os 15 módulos foram usados, e hoje temos mais de 80 empresas/negócios esperando oportunidade de ser incubadas dentro do campus da Cidade Universitária.

Temos vários exemplos de negócios já incubados dentro desse nosso CIETEC, área de biomedicina, com empresas que desenvolvem tecnologias de produção de válvulas para cateteres, grampeadores cirúrgicos, endoscópios; na área de biotecnologia temos um negócio muito importante, que é a fabricação do hormônio de crescimento humano produzido e sintetizado por bactérias geneticamente modificadas, isso é uma pesquisa que se iniciou há alguns anos no Ipen e hoje já está sendo transformado num negócio de importância significativa para a sociedade, se analisarmos os aspectos de nanismo da população brasileira. Aqui a área de biomateriais, de eletrônica, de materiais, de *software*, na verdade temos uma série de negócios diferentes que hoje estão incubados, trabalhando nos três anos que são permitidos ficar dentro dessa incubadora, se transformar em empresas, em negócios, gerar empregos, atingirem o mercado, atingirem a sociedade.

Existe já uma proposta da parceria Ipen, IPT e USP dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, para adequar um maior número de galpões, de tal maneira que possamos ter um número muito maior de empresas; num primeiro momento esperamos mais 15 módulos, mas temos convicção de que até o fim do ano vamos ter nesse espaço cerca de 70 empresas incubadas. Esse local agora começa a se multiplicar, aparecendo também provavelmente, em breve, também no campus do IPT, espaço para empresas que tenham sinergia com o IPT, que possam se incubar dentro do campus do IPT. É realmente um novo modelo, é a primeira vez que tem sucesso uma incubadora no campus da Universidade de São Paulo, e veio forte.

Estamos trabalhando nessa incubadora no sentido de chegar a ter dentro da Cidade Universitária um parque tecnológico que vai responder algumas das perguntas, inclusive perguntas aqui da Assembléia, que o próprio Dr. Portugal já colocou, no sentido de fazer com que a iniciativa privada participe um pouco mais da ciência no Brasil. O que queremos é fazer com que o conhecimento científico, que a ciência, que o desenvolvimento tecnológico feito no campus da Universidade, cheguem realmente na sociedade, no mercado. A nossa proposta é fazer isso em parcerias com empresas privadas, pequenas, médias ou até grandes. Esse é o objetivo de um parque tecnológico que se propõe a ser instalado inicialmente dentro do campus da Universidade, aproveitando alguns espaços que ainda dispomos no nosso campus, e contribuir para a política de atração de investimentos e qualidade, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, contribuir para a alteração da vocação econômica da região metropolitana de São Paulo, intensificar a interação da USP, Ipen e IPT com empresas criando uma motivação para participação de cerca de quatro mil pesquisadores que habitam hoje o nosso campus, estimular a ampliação dos empreendimentos bem-sucedidos, partir da incubadora do campus; contribuir para o incremento das exportações de alto valor agregado e auxiliar na alteração do modelo emprego para ocupação de renda. Esse parque tecnológico já está em gestação, já existe um grupo executivo formado pelos parceiros e constituído pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, que já está dando os primeiros passos para que isso se torne uma realidade.

As sugestões, proposições e ações para uma efetiva utilização da produção científica e tecnológica no desenvolvimento social e econômico de São Paulo estão mencionadas aí, mas gostaria simplesmente de chegar aqui a uma conclusão. Deve-se captar o interesse do setor pela participação na definição de políticas e programas de incentivo à cooperação das instituições de pesquisa/empresa. Deve-se buscar a flexibilização dos mecanismos legais que impedem ou dificultam esse relacionamento.

Novos programas governamentais de apoio à inovação tecnológica voltados para a realidade, ou seja, políticas de apoio à inovação das empresas coerentes com a sua capacidade são necessárias. Precisamos ter em mente que as instituições precisam contar com o apoio de programas e de instituições governamentais que auxiliem no desenvolvimento dessas atividades, principalmente quando se fala na interação da instituição de pesquisa com a empresa, na formatação desses negócios dentro ou próximo de campus universitários.

Outro aspecto importante é que não podemos esquecer do capital de risco. As empresas residentes, incubadas, ou incubadas num centro de incubação de empresas tecnológicas, ou num parque tecnológico, necessitam de capital de risco. Esse é um modelo ainda distante das nossas propostas de interação da ciência e da tecnologia, que as empresas ainda não estão acostumadas a buscar esse capital de risco, não sabem onde buscar capital de risco, as grandes empresas não estão interessadas, muitas vezes, ou não sabem falar a linguagem que existe no nosso mundo científico, e o nosso mundo científico não está acostumado, ou não está interessado em ouvir o discurso das empresas. Precisamos fazer com que esses paradigmas sejam destruídos de tal maneira que realmente o saber alcance o fazer. Basicamente, resumindo, as ações, flexibilização de mecanismos legais para incentivar a interação de instituições de pesquisa e empresas. Formatação de políticas de apoio à inovação das micro e pequenas empresas. Incentivo à participação do setor produtivo na formulação de políticas e programas governamentais voltados à inovação tecnológica nas empresas. Política econômica estável para permitir maior investimento no setor produtivo em tecnologia inovadora. Desenvolvimento de mecanismos que facilitem a atração de capital de risco para empresas residentes e incubadoras, e parque tecnológico. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. ARNALDO JARDIM – Agradecemos mais uma vez ao Dr. Cláudio Rodrigues pela exposição. Na condição de relator do Fórum São Paulo Século 21,

quero reiterar duas coisas que disse no início. Primeira, o júbilo da Assembléia pelo privilégio de ter uma Mesa com essa qualidade e um plenário tão representativo como aqui. Segunda, a minha satisfação também como relator do Fórum, de poder contar com o dinamismo e a seriedade com que o Deputado Carlos Zarattini tem dirigido aqui, particularmente o Grupo Temático de Ciência e Tecnologia. Antes de passar a coordenação do trabalho ao Deputado Carlos Zarattini quero também, em caráter pessoal, deixar registrado aquilo que temos discutido há certo tempo com várias entidades representativas dos funcionários, que é meu empenho pessoal, meu compromisso no sentido de regularizar, regulamentar e fixar a participação dos funcionários por meio dos seus conselhos de representantes, dentro dos conselhos dirigentes das instituições de pesquisa do Estado e, ao mesmo tempo, dizer também que tem o meu integral apoio o Movimento pela Valorização dos Funcionários de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica. (Palmas.) Queria passar ao Deputado Carlos Zarattini a direção dos nossos trabalhos. Muito obrigado a todos.

SR. CARLOS ZARATTINI – Agradeço ao Deputado Arnaldo Jardim, que é o coordenador do Fórum São Paulo Século 21, por ter encaminhado os trabalhos até o momento, agradeço a presença dos senhores expositores e principalmente a presença de um número enorme de pessoas que trabalham, que militam diariamente na área de ciência e tecnologia. Peço desculpas pelo nosso atraso em função de um compromisso que avançou na hora e do trânsito caótico desta cidade. Para ser breve, passo a palavra em seguida ao professor Dr. José da Rocha Carvalhero, Coordenador dos Institutos de Pesquisa e da Secretaria da Saúde.

SR. JOSÉ DA ROCHA CARVALHERO – Gostaria inicialmente de agradecer a coordenação do Fórum, em particular ao Deputado Carlos Zarattini, pela gentileza do convite e expressar minha satisfação de estar entre duas pessoas, o Jamil, meu ex-aluno em Ribeirão Preto, eu o conheço há muito tempo, e o Carlos Zarattini, que

conheci bebê, sou amigo do pai dele, então estou hoje aqui revendo pessoas com as quais tenho um relacionamento já muito antigo. A tecnologia está cada vez mais precária; depois da primeira e da segunda exposições, vou reduzir ainda mais a expectativa do instrumental tecnológico. Vou usar o instrumento tecnológico mais antigo de comunicação, que é a fala que, possivelmente, só perde para a mímica. Afinal de contas, estamos no Parlamento; sendo o primeiro dos três expositores que estão ligados de alguma forma aos institutos da Lei nº 125, e com isso estou me referindo aos institutos de pesquisa da administração direta do Estado de São Paulo, além de mim há uma representação do agrônomo e o presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos, que possivelmente temos uma responsabilidade, até pela presença expressiva desta representação que reivindica uma melhoria nas carreiras de apoio, seguramente teremos, no instante dos debates, uma participação bastante intensa.

No entanto, não posso deixar, atendendo a solicitação que me foi feita pela organização, de pensar e pelo menos de passar rapidamente pelas três questões que foram formuladas a cada um dos expositores: a produção científica e tecnológica própria e o desenvolvimento social e econômico do Estado e do País, que relações isso tem o papel institucional passado, presente e futuro, e cada um dos expositores poderia fazer sugestões e proposições. Não vou separar as respostas às três questões, até porque a primeira obrigatoriamente terá que impregnar a minha análise sobre as outras duas, que são o papel institucional da instituição que eu represento, e sugestões e proposições. Início com a questão do papel institucional. É complicado para um coordenador de institutos de pesquisa da área da Saúde pensar que instituição está representando.

Há um esforço de coordenação à ciência e tecnologia na Secretaria de Estado da Saúde há pelo menos 30 anos, com a criação desta coordenadoria, na reforma administrativa de 1969. Antes disso temos uma tradição dada pelos institutos tradicionais de pesquisa da área da saúde, que vem desde o início do século e que, portanto, até por anteceder a Constituição da própria universidade,

eles têm um papel extremamente relevante na história da pesquisa básica, da pesquisa aplicada e até dos processos de produção associados a essas necessidades.

Existe uma análise que é feita a respeito da Constituição e do desenvolvimento de instituições desta natureza na América Latina, feita pelo Dr. Juan César Garcia, um argentino que trabalhava em Washington, na sede da Organização Pan-americana da Saúde, que é um trabalho já histórico, um trabalho da década de 60, em que ele faz uma análise detalhada das instituições desta mesma natureza que existiam no Brasil, mas que existiam também em outros países da América Latina, obedecendo sempre ao mesmo paradigma. Eu já disse isso uma outra reunião coordenada pelo Deputado Jamil Murad, nunca me canso de repetir, porque estamos, um século depois, assistindo um processo que tem que ser analisado se quisermos nos adequar aos novos paradigmas que fatalmente teremos que contemplar em função da complexidade do mundo moderno, o que nos espera com o processo de globalização.

No entanto, se não aprendermos com o que nos ensinou a nossa história, estaremos fadados a tentar pura e simplesmente incorporar e adaptar soluções que foram aventadas em outros sítios, com outras perspectivas e com outras articulações históricas. Como se deu a constituição dos grandes institutos de pesquisa deste País? E aí não são apenas os da área da saúde, que evidentemente conheço melhor, mas no Estado de São Paulo também os da área da agricultura, notadamente o Biológico e o Agrônômico. Mas na área da saúde, no Rio de Janeiro, o que hoje é a Fundação Oswaldo Cruz, que era o Instituto Manguinhos, no começo do século, em São Paulo o Instituto Butantã, o Instituto Adolfo Lutz, sendo que o Instituto Butantã iniciou no mês passado a comemoração, a celebração dos 100 anos, que na verdade se dará no ano 2001, portanto ele é de 1901; o Instituto Adolfo Lutz é anterior. O Hospital Emílio Ribas também é do início do século, e o Instituto Pasteur também é da primeira década. Estamos, portanto, falando de instituições que deram o tom da introdução da pesquisa experimental neste País, o

que é uma coisa diante da qual temos que refletir, o que representou o paradigma que então era adotado tanto na área da agricultura quanto na área da saúde, para composição destas instituições. A questão era sempre formulada de uma maneira, socialmente determinada. Havia problemas com os quais a sociedade se defrontava e que tinha que encontrar algum tipo de solução. A resposta encontrada foi sempre na área da saúde, pelo menos obedecendo a um paradigma que era dado na virada do século pelo Instituto Pasteur de Paris. Era um aprofundamento da pesquisa básica, era uma percepção de que deveria a pesquisa básica ser informada pela realidade concreta mediante de trabalho de campo, e aí estavam as famosas expedições feitas pelo Instituto Osvaldo Cruz desde o começo do século, mas mais do que isso, uma associação íntima a pesquisa clínica e a produção de soros, que era o que se dispunha, e vacinas posteriormente com que se pudesse enfrentar os problemas que eram colocados pela sociedade.

Então, se não entendermos que essas instituições, que estão sob a minha coordenação no momento, estou me reportando ao que representa o papel institucional na verdade represento uma institucionalidade múltipla e extremamente complexa, que incorporou, a partir do instante em que se decidiu que a coordenação existisse, essas estruturas que vinham desde o começo do século muitas delas, com toda a sua perspectiva, com todo o seu trabalho acumulado e a criação de estruturas novas, entre as quais o Instituto de Saúde, que foi a estrutura mais nova criada, voltada fundamentalmente para uma característica que existe na área da saúde e que existe menos nas outras áreas, que temos que analisar, que é o fato de termos uma tecnologia não material, que é da maior importância, se quisermos entender que o papel de uma Secretaria de Estado da Saúde é o de dar conta da situação de saúde da população, promover a saúde, preservá-la, prevenir tanto quanto possível a ocorrência das doenças, dar conta de atender às pessoas que caíram doentes e chegar, ao final, à possibilidade de recuperar as seqüelas daqueles que adoeceram e já completaram o ciclo da doença.

É evidente que uma Secretaria dessa natureza não pode se valer única e exclusivamente das tecnologias materiais, sejam medicamentos, sejam equipamentos, sejam vacinas ou outros produtos desta natureza; a tecnologia não material é um elemento da maior importância na nossa área, de organização dos serviços, de organização das modalidades de gestão e de atendimento, para que o Poder Público possa se desincumbir dos seus papéis. Este é, no meu modo de entender, o grande problema com que se defronta na atualidade a minha coordenação, a coordenadoria que ainda se chama Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde, mas que na verdade assumiu uma dimensão muito ampla do que isso, incorporando aquilo que é uma parcela do que se convencionou chamar a saúde coletiva, todos os sistemas de vigilância epidemiológica e sanitária, envolvendo aí estruturas ambulatoriais e hospitalares destinadas ao combate de doenças transmissíveis, como é o caso do Instituto Emílio Ribas e do Centro de Referência de Aids, as vigilâncias, como já mencionei, e todo um processo de extrema complexidade da análise de como é que vai se dar o processo social mais importante que este País está vivendo na atualidade, que é o processo de municipalização da saúde. Esse é um processo que nós, da área da saúde, reivindicamos, que após a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que instrumentalizou os constituintes para inserirem na nossa Constituição a idéia de um Sistema Único de Saúde – SUS, em 1988, que gerou a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde em 1990, e o seu desdobramento até 10 dez anos passados, o ano 2000, quando temos em curso um processo de extrema complexidade que atinge a população dos quase seis mil municípios deste País, 646 no Estado de São Paulo. É evidente que um processo desta envergadura não pode deixar de ser submetido à análise de um pensamento crítico, uma análise científica, uma análise detalhada, e isto é uma das tarefas que estão associadas às instituições de pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde.

A área da saúde, nesta última década, teve uma característica de extrema relevância; gerou-se o mecanismo de controle social representado pelos conselhos

em todos os níveis, municipal, estadual e o Conselho Nacional de Saúde de âmbito Federal; mas além dos conselhos que são o instrumento paritário de controle social, existe de maneira também paritária as conferências municipais, estaduais e a Conferência Nacional de Saúde, que são realizadas periodicamente e são os instrumentos para indicar os rumos que a sociedade brasileira desejaria ter para o seu sistema de saúde. Temos feito com que diversos setores da área da saúde tenham as suas conferências especiais; em particular, tivemos em 1993 uma primeira Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em saúde em Brasília, que foi antecedida por conferências estaduais, no caso do Estado de São Paulo, por um fórum; não tivemos a ousadia de realizarmos uma conferência com a envergadura que deveria ter, fizemos um Fórum de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo levando teses para a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Os elementos importantes que foram contemplados na Conferência Nacional foram teses por nós defendidas, sendo que uma delas que é, a meu ver, a mais importante, é que na área da saúde, em que há convergência do sistema de ciência e tecnologia e do sistema de saúde, quem há de presidir a orientação deve ser o SUS, devem ser as necessidades de saúde da população.

Portanto, nesta convergência do sistema de ciência e tecnologia e do sistema de saúde, na nossa área, a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em saúde preconiza que a orientação das ações deva ser feita pelo Sistema de Saúde. Isto fez com que se propusesse a organização de uma Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia em saúde, que nunca foi constituída, e de coordenações estaduais de ciência e tecnologia em saúde, que era uma repetição daquilo que já existia no Estado de São Paulo.

Temos, em relação à natureza deste Fórum, à natureza deste evento em particular, à natureza do debate da tarde de hoje, algumas sugestões, que se tivesse mais tempo iria utilizar algumas das conclusões tiradas no começo desta década pelo Congresso Nacional numa CPI mista do Senado e da Câmara dos Deputados, em 1991, que teve os seus resultados, as suas sugestões, as suas

propostas publicadas em 1992. Não por acaso a Deputada Irma Passoni, que era relatora dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se chamava Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico, o Dr. Plínio Assmann foi uma das pessoas ouvidas nessa Comissão, que é uma CPI diferente dessas que estão sendo propostas na atualidade, a relatora era a Deputada Passoni e, não por coincidência, o Presidente era o então Senador Mário Covas – é interessante verificar algumas das sugestões que então eram feitas para os Poderes Legislativo, Executivo e para outras instâncias da estrutura de âmbito Federal.

Deputado Carlos Zarattini, para finalizar vou, de alguma forma, adaptar duas das recomendações que eram feitas, para tentar verificar, pelo menos na área da saúde, como elas poderiam – uma delas já está praticamente atendida: propunha-se a criação, em âmbito nacional, de alguma coisa parecida com o nosso – Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo – Concic, como um conselho com uma diferença em relação ao nosso Concic, que era um Conselho de caráter deliberativo, portanto com poderes maiores e muito mais fortes, que propunha, para cada um dos setores, comissões que pudessem analisar de alguma maneira o estado da arte, para informar o Concic; Na área da saúde eu diria que minha coordenadoria atende, não estou dizendo que atenda com toda a profundidade e brilhantismo, mas, enfim, a idéia é que uma coordenação como a coordenação dos institutos de pesquisa da Secretaria da Saúde poderia representar esse papel. Uma coisa interessante que deixo como sugestão à Assembléia Legislativa é que eles sugeriam um instituto de auto-estudos associado ao Congresso Nacional, para dar conta destas questões que, além disso não é nada mais nada menos do que tem o Congresso dos Estados Unidos. Não sei se uma Assembléia Legislativa do porte da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo não deveria pensar em algum instrumento parecido com este, para que os processos que por aqui tramitam pudessem ter um acompanhamento dessa natureza.

Termino indicando, pelo menos nessas questões de extrema complexidade, que nós entendemos deverá merecer uma reflexão de grande profundidade, pelo

menos na área da saúde vamos procurar desenvolvê-la, que é uma discussão em profundidade da questão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia; essa é uma questão que na nossa área é um pouco diferente da mesma questão em áreas de tecnologia dura. Temos algumas questões de extrema sensibilidade, questões extremamente sensíveis, em que a questão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia tem que ser tratada com uma óptica diferente da mera análise do ponto de vista de mercado, do ponto de vista de considerar produtos ou processos como meras mercadorias. Refiro-me, em particular, àquilo em que estou diretamente inserido na atualidade, que é a tentativa que a humanidade inteira está buscando, de conseguir uma vacina contra a Aids. É exatamente neste ponto, quando os principais beneficiários seguramente seriam países incapazes de adquiri-la, que está se colocando termos internacionais uma discussão de extrema profundidade a respeito de mecanismos alternativos para trabalhar a questão da propriedade intelectual. A Fundação Rockefeller, por exemplo, está propondo uma terceira parte, que poderia ser representada pela Organização Mundial da Saúde, ou por ela própria, Fundação Rockefeller, que pudesse intermediar esta questão, permitindo que se abrandassem as exigências de propriedade intelectual para transferência em tecnologia e produção de algumas dessas coisas mais avançadas no sentido tecnológico, para um mundo que necessita, sem obrigatoriamente obedecer as leis de mercado.

Essa é uma questão importante na nossa área, porque a vacina de hepatite, para cair do valor de aproximadamente 50 dólares por dose para centavos de dólar por dose e, portanto, poder ser distribuída nos países pobres do terceiro mundo, demorou mais e 15 anos, demorou quase 20 anos. Portanto, na nossa área, esta é uma questão de extrema sensibilidade em relação à qual temos que nos deter. Termino por aqui; certamente não entrei naquilo que seguramente é uma grande expectativa de grande parte do plenário mas, evidentemente, como o Deputado Arnaldo Jardim, ao se retirar, eu também, na qualidade de coordenador dos

institutos de pesquisa, me declaro formalmente solidário com a reivindicação da valorização das carreiras de apoio. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado ao Dr. José Carvalhero. Queria anunciar a presença e pedir para fazer parte da Mesa a Deputada Mariângela Duarte, também batalhadora na área de ciência e tecnologia. O Fórum São Paulo Século 21 vai produzir um relatório e gostaríamos de ter o maior número de informações e de contribuições nesse relatório, queria então solicitar a todos, à Mesa inclusive, às entidades, às pessoas que queiram contribuir com textos, com propostas, por favor, enviem-nos aqui para o Fórum para que possamos contemplar no relatório final. A idéia do Fórum São Paulo Século 21 é justamente as propostas da sociedade para o futuro da ciência e tecnologia e dos outros temas no Estado de São Paulo. Acho importante que as diversas entidades, os debatedores, todos participem. Passo a palavra agora ao Dr. Plínio Assmann, Diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT.

SR. PLÍNIO ASSMANN – Caro Deputado Carlos Zarattini, coordenador deste Grupo Temático de Ciência e Tecnologia, minha querida Deputada Mariângela Duarte, representante da região mais bonita de São Paulo, caro Deputado Jamil Murad, que na medida que a caminhada anda, percebo que é um companheiro leal, de lutas e questões para as quais, ao longo do caminho, vamos discutindo, meus companheiros de Mesa tão seleta, permitam-me até saudá-los nas pessoas dos superintendentes dos diversos institutos que estão aqui, tenho muita alegria de vir a este encontro, na expectativa de um trabalho profícuo do Fórum. Sou parte inicial do Fórum, porque sou membro do Conselho Superior do Fórum, não como encarregado de gerir o IPT, o que muito me honra, mas como uma pessoa física escolhida pelos organizadores, e tenho uma enorme expectativa do que este Fórum possa fazer. Além do mais, na medida que pude, procurei fazer com que os nossos pesquisadores do IPT participassem da maior parte possível dos 16 grupos

temáticos que o Fórum está organizando, de modo que o IPT possa ajudar, entender e contribuir para cada um dos grupos temáticos na sua especialidade, que é muito diversificado. Fico também muito feliz quando vejo nesta Mesa, ao meu lado, o José Rocha Carvalheiro, irmão de um grande amigo meu, igualmente batalhador tanto quanto Ricardo Zarattini, pai do nosso coordenador da sessão de hoje, todos nós nos meios acadêmicos de então lutando e batalhando pelo destino do País da época que se prenunciava como um destino nacional, como uma nação que queria ter o seu desenvolvimento econômico nacionalista.

O IPT comemorou 100 anos no ano passado e, neste ano, entra no seu segundo centenário; sua existência tem sido um exemplo de pioneirismo na história contemporânea do Brasil. É retrato da saga paulista na busca da construção de um país industrialmente competitivo e de um povo que quer a modernidade. O IPT foi o berço do concreto armado no Brasil, da indústria aeronáutica brasileira muito antes da Embraer, com seus protótipos de aviões com estrutura de madeira brasileira, muitos, muitos mesmo ainda hoje servindo aos aeroclubes do País, da engenharia de construção naval, experimentada no seu banco de provas para navios, o primeiro deste País; de mecânica dos solos, para áreas de risco de obras de infra-estrutura e áreas urbanizadas, da tecnologia do álcool motor, o IPT foi a principal base tecnológica de todo um processo de desenvolvimento econômico brasileiro durante o meio século da política de substituição de importações. Durante esse tempo o IPT forjou um conceito de pesquisa industrial básica, adequada aos movimentos de desenvolvimento do País, adequou extensões tecnológicas às necessidades do mercado, formou uma numerosa equipe de pesquisadores competentes na gestão das políticas públicas, ética e profissionalmente preparados. Em fase importante de sua vida o IPT teve continuidade administrativa invejável; inquestionavelmente o IPT é um elemento significativo da política industrial. No caso brasileiro atual, o IPT é parte da política industrial real e não formal. Atrás de cada laboratório do IPT há procedimentos básicos para setores industriais que podem progredir ou não, direcionar-se nessa ou naquela direção, na medida dos estímulos tecnológicos

dominados no IPT. Recente pesquisa divulgada pela “Sobeete”, associação de empresas e profissionais dedicadas aos estudos dos impactos da globalização no País, mostrou que empresas multinacionais que representam 15% do PIB industrial, investem 3% do seu faturamento em inovação e capacitação para adaptar para os produtos e processos já desenvolvidos pelas suas matrizes, e em 40% dos casos analisados novos produtos. Se por um lado vemos que a abertura da economia não resultará no extermínio dos esforços de inovação tecnológica no Brasil, mostra, por outro, quanto a indústria nacional precisa investir para se manter competitiva e quanto é preciso fazer para dominar tecnologias em nosso ambiente, particularmente aquelas tecnologias adequadas às vantagens competitivas brasileiras que somente serão estudadas por nós mesmos, vale dizer, por nossos institutos de tecnologia. As instituições de fomento à pesquisa que dispomos estão cada vez mais abrindo programas de cooperação com empresas. Esse caminho está certo e tudo que se fizer nessa parte ainda será pouco. A ciência tem sido mais fomentada do que a tecnologia com recursos públicos. O que distingue o esforço científico do esforço de desenvolvimento tecnológico é a política industrial. Atrás do desenvolvimento científico vem o conhecimento, atrás do conhecimento tecnológico vem o emprego. Este é um dilema que na circunstância de recursos limitados a sociedade deve resolver. Política industrial é hoje pouco exercitada no País, e o reflexo de sua precariedade nos institutos de pesquisa tem sido por demais sofrível. O IPT tem grande potencialidade de crescimento e pode atingi-lo rapidamente. Sua vocação é multidisciplinar, e os seus 70 laboratórios abrangem praticamente todos os campos da tecnologia industrial e podem trabalhar em conjunto, o que praticamente coloca o IPT numa situação ímpar no contexto, mas o IPT precisa se modernizar. Os últimos investimentos significativos que fez foram na década de 70; de lá para cá o País abandonou a sua política industrial autárquica; a economia modernizou-se e o mundo se globalizou; particularmente hoje é importante a ação na tecnologia metrológica, fundamental para a competição industrial tanto no mercado interno como externo; dificilmente duplicaremos as exportações brasileiras

se não tivermos uma base metrológica moderna. Igualmente, o comércio eletrônico, “*business to business*”, somente será possível com metrologia garantida nos produtos comercializados. A atualização dos laboratórios do IPT está orçada em 12 milhões de dólares. A metrologia é essencial para embasar a exportação e conter a importação de produtos de baixa qualidade. É ainda fundamental para agilizar a elaboração de normas abundantes, feitas profissionalmente e não amadoristicamente, como ocorre em nosso País, assim como para construir barreiras técnicas e regulamentos que respondam às necessidades de controles quanto aos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente. Não podemos escancarar nossas porteiras à importação sem nos protegermos, como os países adiantados o fazem, contra produtos que não nos interessam; como pano de fundo, novamente se delineia uma política industrial. Além de propugnar pela agilização da normalização com base em modernização metrológica, o IPT, incorporando uma opção consciente por uma política industrial prática, de objetivos e de caráter nitidamente pró-ativo, elegeu dois programas-mestre: o primeiro, de apoio tecnológico à micro e pequenas empresas de determinados setores, via laboratórios itinerantes que vão às fábricas prover conhecimento, domínio tecnológico que essas empresas órfãs de tecnologia estão hoje, é o chamado Projeto Prumo.

O segundo, de apoio de extensão tecnológica à exportação – é o Projex. Esses dois projetos, ampliados em âmbito nacional, terão o condão de mudar o contexto em que se batem essas duas faces da realidade brasileira, o da preservação das micro e pequenas empresas e a conseqüente criação de renda e empregos, e o desafio de dobrar nossas exportações. Para tratar adequadamente do assunto da modernização metrológica, o IPT está assinando agora em maio um convênio internacional com o Nist, maior laboratório do mundo na especialidade de normas, padrões técnicos e especificações, sediado nas imediações de Washington. Há que se mencionar um dilema que não é apenas do IPT, mas de todos os institutos que trabalham abaixo de seu ponto de equilíbrio, de modo geral, nossas agências de fomento não remuneraram a aplicação de mão-de-obra própria da

instituição nos projetos que a elas propomos, mas cobrem apenas materiais, equipamentos e mão-de-obra desde que contratados com terceiros.

No caso do IPT temos dificuldade de usar esses fundos de nossas agências na proporção adequada para o programa de metrologia de 12 milhões de dólares, que precisamos implementar, porque se o fizermos e utilizarmos nossos pesquisadores para tal, teremos que pleitear, conseqüentemente, maior subsídio do Tesouro do Estado, para o qual não há lógica. Outra questão relevante é a que se refere à prática do fomento de não financiar à pessoa jurídica. Nossas agências organizaram-se para financiar o pesquisador, o que pode ser adequado para a pesquisa científica, mas nem sempre o é para a pesquisa tecnológica. Este assunto há que ser resolvido até para o benefício das próprias agências de fomento, que estão sujeitas a críticas, ao privatizarem recursos públicos, à margem das práticas da legislação em vigor. O IPT deverá crescer para atender às demandas da moderna tecnologia. Já neste ano pretende aumentar em 50% o seu ritmo de investimentos e crescer 15%. A situação do instituto não é boa, acumula divisas de dívidas no mercado, vencidas e não pagas. Necessita rapidamente de um aporte extraordinário para poder continuar atuando normalmente. É certo que o desenvolvimento do IPT não deverá, estrategicamente, basear-se em recursos extras. Eles são agora necessários na situação de curto prazo, mas superado esse problema, o IPT trabalhará no seu ponto de equilíbrio, o que não consegue fazer hoje. A partir daí, poderá crescer em condição saudável e permanente.

Na base desse crescimento é imprescindível a presença permanente de recursos do Tesouro, como hoje, numa proporção de 50% do orçamento total. Assim, para cada real que o IPT crescer com recursos auferidos de sua atuação no mercado, o Estado deverá crescer numa participação igual. Esta é uma proposta aceitável para a sociedade, e sua execução dará a ela um IPT tão atuante como no seu primeiro século de vida. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado, Dr. Plínio Assmann. Gostaria de anunciar também a presença do Dr. Cristiano Azevedo Marques, Diretor Geral do Instituto Adolfo Lutz, do sr. Luís Barreto, coordenador do Movimento de Valorização dos Funcionários de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, da Dra. Julia Maria Souza Felipe, Diretora da Divisão de Biologia Médica, sr. Geraldo Antunes, do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa e da Associação dos Servidores do IPT, do sr. Chiarato, representando o Secretário José Aníbal, e mais os representantes aqui presentes, do Instituto Biológico, do Instituto Agrônomo de Campinas, do Instituto de Botânica, de Zootecnia, Florestal, Instituto de Economia Agrícola, Instituto Geológico, Instituto de Saúde, do Instituto Butantã, do Instituto Adolfo Lutz e do Instituto de Tecnologia de Alimentos. Parabéns a todos que enviaram os seus representantes. Vamos passar a palavra ao Dr. Eduardo Antonio Bulisani, Diretor Geral do Instituto Agrônomo de Campinas.

SR. EDUARDO ANTONIO BULISANI – Deputado Carlos Zarattini, em nome de quem gostaria de cumprimentar toda esta Assembléia, todos os nossos Deputados pelo trabalho que tem sido feito em cima desse Fórum, aos membros da Mesa, ilustre, colegas pesquisadores, funcionários dos institutos de pesquisa, dos diversos institutos, prezado Portugal, da Embrapa, companheiro também de tantas lutas agronômicas, gostaria de mostrar uma trajetória dos institutos ligados à agricultura. Foi interessante que a apresentação começou e termina com a agricultura, vou tentar incluir na apresentação dessa trajetória, alguma coisa geral que tem acontecido nesses últimos anos. Ficou relativamente fácil falar no final porque muitos dos casos basilares, da importância da pesquisa da ciência e tecnologia, do conhecimento, já foram bem colocados. Só lembraria que os institutos foram fundados em São Paulo para resolver problemas, e resolver problemas da comunidade via a experimentação, via pesquisa, mas essencialmente via a apropriação de conhecimento.

Tenho a impressão de que os nossos casos foram extremamente bem-sucedidos; tenho a impressão de que poucos lugares do mundo conseguiram alcançar tanto sucesso com tanta eficiência, com tão pouco recurso investido. Gostaria de lembrar de novo, em casos que já foram citados, da importância da agricultura; vejo o caso do algodão, que sempre foi lembrado e citado quando em 1929 houve a crise do café, mas, já existia uma tecnologia para o algodão; e lembrar da importância da tecnologia nossa, do conhecimento nosso para um caso de algodão que aconteceu em 1998, 1999, na safra 98/99, quando o Estado de Goiás perdeu aproximadamente 55 milhões de reais na produção de algodão, quer dizer, o Estado perdeu de fato, os produtores perderam pelo ataque intenso de uma doença pouco importante para os cultivares de algodão nativos nossos em função do açoitamento da iniciativa privada em importar materiais novos e plantá-los em larga escala, materiais não perfeitamente adaptados ao nosso meio, então trabalhamos realmente com uma questão de alta relevância para a socioeconomia do País.

Os números apresentados são realmente extremamente expressivos em importância. A trajetória dos nossos institutos ligados à agricultura, e eu coloquei aqui uma palavra “agro-silvo-pastoril e pesca”, porque incluiria todo esse grupo aí, passou por um processo de especialização no tempo; nós criamos escolas nos diversos institutos, mas principalmente foi criada neles e transferida para a comunidade uma capacidade de resolver problemas, uma capacidade instalada e sempre pronta a se organizar e em pouco tempo resolver problemas como por exemplo esse que aconteceu agora em Goiás, em dados levantados pelo pesquisador da Embrapa lá do centro de algodão.

Nessa trajetória estamos nos especializando cada vez mais e criando especialistas muito focados nos produtos, às vezes pouco focados nos sistemas produtivos como um todo. Mas, de qualquer maneira, essa questão ficou importante na definição da tecnologia agrícola tropical, haja vista os outros exemplos da soja, da citricultura, do café, e de uma tecnologia que não pode ser importada, ela tem

que ser nossa; não há exemplo de transferência de tecnologia nessa área. Eu trouxe apenas uma transparência, pretendo ser bastante breve na apresentação, que é a questão do dimensionamento da importância que as coisas têm acontecido no nosso meio. Pegando exemplos da coordenadoria e da pesquisa dos agronegócios, ou da agricultura, e tendo uma trajetória de pessoal nesses últimos anos de 1992 até hoje, tivemos uma manutenção mais ou menos constante de pesquisadores, mas um dos grandes problemas que têm acontecido é a perda sensível do pessoal de apoio. Praticamente estamos reduzidos à metade. Quando vamos avaliar a produção científica dos institutos, quando vamos avaliar a prestação de trabalho que eles têm apresentado, vamos ver que: mas não aconteceu nada? Continuamos produzindo igual? O que aconteceu, e está acontecendo cada vez com mais intensidade, é não um desvio de missão, mas uma intensidade maior de atuação em outra área – ou estamos virando docentes na pesquisa agropecuária, e cada vez mais.

Esse processo começou em 1970, foi evoluindo em função de uma capacidade instalada de competência de pessoal formado em pós-graduação, temos inclusive na questão da própria eleição dos membros da CPRTI, o pesquisador coloca, não mais pesquisador, mas ele coloca pesquisador e docente, o que explica por que em parte não houve uma queda na produtividade científica dos institutos, porque hoje temos em nossa Casa um número imenso de bolsistas, de estagiários das universidades ou recém-formados. O Instituto Agrônomo tem hoje 212 pesquisadores científicos e 500 bolsistas trabalhando lá. Trabalhando não é o conceito certo, mas estudando lá. Isso acaba quebrando o cuidado que determinados trabalhos têm que ser feitos, ou a manutenção de determinadas rotinas, de relevância para o capital intelectual que temos.

Outro fator que levou a esse desvio de rota dos institutos de pesquisa dessa nossa área “agro-silvo-pastoril e pesca”, é a assunção da difusão e transferência da tecnologia; queremos que isso fique nos institutos, mas foi quebrado um tripé que existia há um tempo, o tripé do ensino da pesquisa e da extensão. E agora somos

cobrados permanentemente dessa difusão e transferência de tecnologia de uma maneira até meio que contundente, porque treinar produtores, ou industriais em determinado número é relativamente fácil: coloca-se o pessoal num auditório; agora, treinar 39 mil e 500 produtores de citros aqui do Estado fica um bocado complicado em cima das estruturas que temos hoje. Então, houve essa trajetória diferenciada em relação à pesquisa agropecuária, à produção de bens e à eventual prestação de serviço que fazemos. Hoje temos como diretrizes básicas em função da realidade socioeconômica do País, da globalização, quatro pontos que já foram apontados pelo Dr. Portugal, que seriam a geração de renda, a geração de trabalho, a inclusão social e a qualidade certificada dos produtos, tudo isso ligado à globalização.

Temos hoje dificuldade em articular as nossas programações científicas com essas diretrizes básicas. Cremos que os próximos passos para que consigamos continuar trabalhando bem, prestando serviço à comunidade e avançando no conhecimento, é criar mecanismos de apropriação do conhecimento gerado aqui no nosso meio. Já foi hoje apontada aqui a questão do tratamento desse conhecimento, como é que nos apropriamos desse conhecimento, uma vez que hoje ele é público, e o público não protege o seu conhecimento em função da cobrança de “royalties” ou de qualquer outra natureza para que esse recurso volte, então, para as instituições geradoras. E temos que criar novos mecanismos da gestão, da pesquisa propriamente dita, mas principalmente da gestão das instituições do ponto de vista financeiro, administrativo e patrimonial, haja vista o imenso patrimônio, a imensa capacidade instalada de se executar ciência e tecnologia essencialmente no Estado de São Paulo. Então, de modo geral, tentando usar poucas e curtas palavras, a apresentação que eu tinha a fazer em relação a essa evolução dos institutos de pesquisa ligados à área da agricultura e do ambiente, seria mais ou menos essa. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado. Como nosso último expositor queria passar a palavra ao Dr. Nelson Raimundo Braga, Presidente da Associação de Pesquisadores Científicos – ApqC.

SR. NELSON RAIMUNDO BRAGA – Inicialmente gostaríamos de cumprimentar a direção da Assembléia Legislativa pelo êxito dessa iniciativa e gostaríamos que isso acontecesse com regularidade; que o Fórum tivesse as versões 2000, 2001, 2002. Particularmente gostaria de agradecer a coordenação desse grupo temático, Deputado Carlos Zarattini, por ter nos incluído nessa relação de expositores, aí falo em nome da comunidade de pesquisadores científicos. Demais membros da Mesa, Deputados presentes, colegas, imaginei algo para falar aqui, mas em função da situação de ter sido o último e o pessoal estar cansado, vou tentar improvisar, mas com autenticidade. Pretendo substituir a retórica de ator pela dialética do fato; acho que temos que exercitar os fatos.

Acho que em torno deles ninguém deve ter escrúpulo, exceto de ser honesto diante deles. Temos que expô-los e com a maior honestidade, acho que esse deve ser o nosso exercício. Mas, antes disso, gostaria de registrar que a situação dos institutos de pesquisa já foi objeto de uma abordagem detalhada, meticulosa e competente, já em 1984, pelo Concite. Vamos novamente resgatar esse documento e encaminhar à coordenação do Fórum. Recentemente teve um seminário que abordou temas relativos aos institutos e o Dr. Voith foi autor de uma exposição, também competente, a respeito das missões dos institutos, de maneira que vou me poupar então de entrar em detalhes quanto ao mérito dos institutos. Como fato maior, devo registrar que a nossa conjuntura vive hoje um processo de implosão dos Estados nacionais. E tudo o que está ocorrendo hoje em termos de debilitamento de empresas públicas, de institutos de pesquisa e de universidades, decorre dessa compressão orçamentária com relação a gastos sociais. O prioritário é pagar dívidas. Em homenagem aos 500 anos, a nossa dívida está chegando a 500 bilhões de dólares, seja interna ou externa. Esse é o primeiro fato maior da

conjuntura que estamos vivendo. Sem olhar isso não vamos falar de instituto ou coisa alguma, porque os nossos institutos fazem parte desse momento, refletem esse instante.

Quanto à dimensão do setor de ciência e tecnologia, acho que também é dispensável, é redundante falar da importância dos institutos de pesquisa, da Embrapa, das universidades, em termos de geração de conhecimento básico e sua tradução em tecnologias que respondam nossas questões concretas. Mesmo porque, as tecnologias que precisamos no mundo tropical não vêm pela Internet nem por satélite, então é fundamental que revigoremos os institutos de pesquisa, as universidades do sistema público.

Quanto às dificuldades, é bom fazer justiça de que isso não é de hoje, pois em 1984 o quadro traçado pelo Concite indicava já situação de crise, de retração orçamentária, de evasão de pessoal, de descontinuidade de medidas governamentais que sustentassem os institutos de pesquisa. Vejam, é preciso saber por que instituições de pesquisa da dimensão do Instituto Agrônomo de Campinas, que em 1975 dispunha de três mil e 200 servidores, hoje dispõe apenas de 1.150. Se fizermos o mapeamento desse pessoal, vamos observar que os pólos de criação de tecnologia no Instituto Agrônomo são os mais debilitados. Inclusive faço questão de registrar que um dos nossos laboratórios que participou do “Projeto Genoma”, que mereceu do Governador uma homenagem expressiva, inclusive pela imprensa, não dispunha de nenhum elemento de apoio permanente; realizou a sua missão com competência, mas recrutando pessoas na forma de bolsas e outras formas. Aliás, é bom deixar registrado que a situação dos institutos de pesquisa está chegando no limiar do escândalo, porque se recruta hoje pessoal para trabalhar sem respeito à Legislação Trabalhista. São pessoas que não podem nem assinar recibos, pois estão lá há mais de 90 dias.

No caso do Agrônomo, em particular, tivemos este ano uma surpresa, quando em janeiro fomos informados, a colega está aqui presente até para esclarecer se ela tiver interesse, de que em face das circunstâncias de falta de

recursos, propôs-se que pagássemos para publicar. O autor tem que tirar do bolso o seu salário, recurso, pagar periódico da instituição, quer dizer, esse estado de penúria que estamos vivendo foi precedido no ano passado por um ato de grandeza do Governador Mário Covas, que após quatro ou cinco anos de luta que envolveu muitos companheiros, muitos colegas, a sociedade, ele consagrou a equiparação que tínhamos por lei e os pesquisadores tiveram o salário recuperado, apesar das perdas anteriores. Com relação ao pessoal de apoio, na oportunidade fizemos chegar a ele um anteprojeto que sinalizava nova concepção de carreira, sendo que até o valor correspondente do orçamento era secundário naquele instante; queríamos sugerir a ele que era possível uma gestão moderna, para que pudéssemos recrutar, fixar, motivar e dar estabilidade aos institutos.

Parece-me, porém, que dentro dos governos, inclusive deste, existe um entulho burocrático, são pessoas que vivem profissionalmente e aprenderam a técnica de dizer não, então sempre que se encaminha alguma coisa que tenha mérito social, eles têm o capricho de justificar o não, de explicar o não.

Estamos vivendo um processo de sensibilização do Governo Mário Covas, da Assembléia Legislativa, de todos os Deputados, de todos os Partidos. Esse Movimento não tem caráter de nenhuma forma partidária, é um movimento em defesa do Brasil, de São Paulo, das suas instituições. Quem estiver ao lado delas, integra esse Movimento. Estamos tentando evitar um mal maior, que é o colapso de instituições que vão perder a sua característica de ser instituições públicas para serem, talvez, na melhor das hipóteses, prestadoras de serviço. Imaginem daqui a alguns anos, eu que trabalho com soja, ter que sair fazendo palestra, sob o patrocínio da Monsanto ou de quem quer que seja, que vão ter condições de nos pagar para trabalhar. Acho então que não é digno que isso aconteça, não é justo que aconteça. Estamos fazendo aqui uma declaração de alerta para que se evite no próximo quinquênio, ou tomamos medidas urgentes de recuperação, de restauração do instituto de pesquisa, apesar do nosso salário ter sido melhorado o ano passado, ou vamos viver muito tempo representando o papel de tradutoras talvez de

tecnologias importadas, difusoras de tecnologia feita por outros. Temos que buscar um caminho próprio para isso, independente, autônomo, soberano, evidentemente com uma visão global, universal; queremos inserir neste mundo, dito globalizado, mas com soberania, com independência com a cara de Brasil – é a isso que os institutos de pesquisa se prestam. Com relação à carreira de apoio, estamos, no momento, enfatizando que o caminho, a médio e longo prazos, o caminho definitivo para recuperar uma política de pessoal que fixe, que motive e que dê estabilidade aos institutos, é a carreira de pessoal de apoio. Agora, em caráter emergencial, achamos fundamental que se estenda o diferencial salarial que foi concedido ao pessoal de apoio à saúde, de maneira universal e não excludente, a todos os outros servidores. (Palmas.) Se não tivermos uma Embrapa fortalecida, se não tivermos empresas estaduais fortalecidas, se não tivermos as universidades fortalecidas, não teremos como reagir a isso tudo; vamos ter uma população de consumidores e produtores reféns de poucas transacionais, que vão nos impor o que devemos consumir, a maneira que temos que consumir. Quero concluir dizendo que os institutos de pesquisa vivem hoje um momento dramático, sendo que a nossa proposta é de que o Poder Executivo, na figura do Governador Mário Covas, a quem já passamos essa mensagem pessoalmente e a Assembléia Legislativa, por meio das lideranças de todos os partidos, a realizem audiências públicas nos próprios institutos. Que o Governador se desloque para os institutos para conferir a realidade que estamos vivendo. Mesmo os Srs. Deputados, nas comissões, em Ciência e Tecnologia por exemplo, poderiam se deslocar para lá para ouvir os dirigentes, para ouvir a comunidade, para ouvir os usuários. Acho que a nossa posição é de transparência, é de respeito à verdade dos fatos. Não temos nenhum interesse em esconder nada, mas queremos evidenciar os nossos méritos e as nossas dificuldades.

O Governador, por exemplo, teria uma caminhada muito positiva, uma agenda positiva se ele fosse para os institutos porque, apesar das crises, ele vai encontrar lá o Instituto Agrônomo produzindo variedades de mangas, de café, de

soja, participando com a Agenoma, com espírito criativo, produtivo, tentando romper as dificuldades, mas também vai colher informações para sua convicção. O Governador, como os Srs. Deputados, precisa ter as suas convicções. Após essas audiências, tenho certeza que o Governador e os Srs. Deputados poderiam, no caso dos Deputados, pedir informações aos seus secretários, aos seus coordenadores, para que possam depois ter uma posição correta. O que nós defendemos é isso, que retiremos os institutos do anonimato, do isolamento, da marginalidade, que as suas realidades, já que a mídia não nos dá essa chance, sejam conhecidas, com a intervenção do Poder Legislativo e do próprio Executivo, que têm legitimidade para tanto, mesmo porque estamos vinculados ao Poder Executivo. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado, Nelson. Queria passar a palavra ao Deputado Jamil Murad.

SR. JAMIL MURAD – Queria cumprimentar de maneira elogiosa o meu colega, amigo de muitos anos, o Deputado Carlos Zarattini, a minha companheira, uma grande Deputada, Mariângela Duarte, meu ex-professor, acho que será sempre professor, . Carvalheiro, autoridades científicas aqui da Mesa, o nosso amigo Nelson Braga, que foi um líder. Ele foi um líder que empunhou junto com seus companheiros pesquisadores científicos, esses com a cabeça mais branca que estão aqui na frente, essa bandeira e os meses foram passando, mas eles foram arregimentando forças para fazer prevalecer a recuperação salarial, pelo menos parcialmente, dos pesquisadores científicos. Mas, eles, com a dignidade que é peculiar aos verdadeiros cientistas, têm consciência de que aqueles mecanismos de fazer respeitar a lei que existia e portanto ao operar e igualar o salário do pesquisador com o professor universitário era apenas a maneira de romper aquele círculo de ferro que envolvia o problema de salário de servidor público aqui no Estado. Eles conseguiram romper. E, em vez de ir para casa, eles foram os

primeiros a falar assim: não, agora tem que ser o pessoal da carreira de apoio, porque nós não fazemos pesquisa sem as carreiras de apoio. (Palmas.) Então, acho que esse espírito transpassa os interesses particulares, pessoais, familiares e esse comportamento, esse compromisso vem ao encontro da necessidade de construir um Brasil diferente. Domingo eu estava lendo um artigo do professor Roberto Salmeron – estudei num livro de eletricidade dele quando eu estava no colegial – “Em defesa da Universidade Pública” em que ele diz o seguinte: “A Organização Mundial do Comércio, quer explorar comercialmente a educação em todos os países do mundo. E fazem na mesa de negociação pressão para acabar com as universidades públicas e abrir para eles montarem as universidades.” O Ministro da França se levantou contra isso, porque eles queriam construir as universidades americanas na Europa e o Ministro da Ciência e Tecnologia da França, disse: aqui não. Companheiros e Companheiras, eu tenho mania de fazer recortes de artigos e aqui tem um artigo do candidato a presidente dos Estados Unidos que diz assim: “Devemos expandir a paz americana”, assinado pelo sr. Jorge Buch, que é filho daquele que foi presidente. O que ele diz? Três pontos que assinaei aqui. “A defesa dos Estados Unidos deve ser o primeiro centro de atenção de um presidente”. Esperávamos que também fosse o primeiro compromisso, o primeiro dever de um presidente brasileiro. Segundo: “Devemos dominar a nova tecnologia da guerra para estender nossa influência pacífica, não apenas pelo mundo, mas também através dos anos”. Porque eles pensam em dominar o mundo por mil anos. Num discurso do Reagan há alguns anos, que era o outro ex-presidente americano, eles pretendem ter um império dominando por mil anos, não é uma coisa passageira, e os países, o Brasil vão se desenvolver etc. Em terceiro lugar: “A política externa Norte Americana deve ser mais do que o simples manejo das crises, deve ter uma grande meta que é o Oriente, fazer com que esta época de influência norte americana se transforme em gerações de paz democrática”. Eles querem sob a paz democrática deles dominar os outros povos por muitas e muitas gerações. Mas como dominar? Os cientistas, líderes das nossas instituições científicas aqui, desde

a Embrapa, Instituto Agrônomo de Campinas, Coordenadoria dos Institutos de Saúde, IPT, já levantaram aqui que sem tecnologia, sem ciência, sem conhecimento, nós não atenderemos as nossas necessidades. Os senhores imaginem, eu fui em São Miguel Arcanjo e vi ali uvas de excepcional qualidade. Vi um cacho de uva na exposição que tinha três quilos e meio. Então, um produtor de uva de cachinho desse tamanho, Deputada Mariângela, Deputado Zarattini, não tem possibilidade, não é nem de exportar, nem aqui dentro nas feiras livres ele não consegue vender. As pessoas vão preferir aquele cacho de uva em que bago da uva é maior etc. Portanto, nós necessitamos do desenvolvimento da nossa ciência e da nossa tecnologia. Só que quando participamos da festa, do sucesso do genoma, ouvimos discursos, etc. foi uma confraternização geral, tomamos o nosso vinho, festejamos todos com a maior sinceridade porque foi muito importante. Só que ali receberam prêmio os cientistas, com muito mérito, muito merecimento, só que faltou dar o mérito, dar o prêmio também aos membros da carreira de apoio que participaram, que sem eles era impossível aos cientistas fazerem tudo o que fizeram para chegar naquele sucesso. Era impossível chegar naquele sucesso se não tivesse as carreiras de apoio. (Palmas.)

Companheiros, devo ser breve, não é o meu forte, mas, quero dizer que estamos numa caminhada para prevalecer a justiça aos membros da carreira de apoio e ao mesmo tempo à necessidade de cuidar da nossa ciência, nossa tecnologia, para não ficarmos gerações e gerações de novos escravos, de nova colônia. É uma posição patriótica. Para isso, é necessário convencer o nosso governador e seus mais altos auxiliares e os deputados de todos os partidos que atuam na Assembléia. E isso se faz com a participação dos senhores. Os pesquisadores fizeram isso e os senhores agora estão vindo em massa para cá. Viemos para a rua, aqui é rua, e não vamos sair enquanto não for aprovada a carreira de apoio. Precisamos ocupar as galerias, ocupar os gabinetes dos deputados, passar *e-mail*, mandar carta, abordá-los nas cidades onde moram, nos bairros onde moram. Naquela ocasião fomos ao Vice-governador, inclusive para

pedir o apoio para a aprovação da equiparação. Todos estão fazendo campanha eleitoral agora. Então, os homens públicos estão mais próximos do povo. Essa é uma vantagem da eleição. Vamos ter que chegar sucessivas vezes. O governador já mostrou que ele se convence das coisas. Acho que precisamos fazer esse esforço para que seja aprovada a carreira de apoio, que ela seja colocada em prática imediatamente, o mais breve possível. Agora, precisamos que, se ainda der, dependendo de como está o plenário, os senhores posteriormente fossem para as galerias, ocuparem-nas, levem essas faixas, não as joguem fora, e estar presentes permanentemente e fazer esse corpo a corpo com as lideranças. Acho que poderiam fazer uma visita ao Presidente da Assembléia de novo, agora para pedir apoio para a carreira de apoio, para que o Presidente da Assembléia ajude a aprovar. Cinquenta e sete deputados assinaram esse apoio à carreira, nós, três deputados, que estamos aqui, assinamos.

No entanto, ela foi uma produção da Dra. Alba, Dr. Goldman, Dr. Pompilho, Voght, Nelson, Barreto o líder atual aqui desta batalha (palmas) todos puseram no papel, os senhores que dominam, nós somos instrumento da nossa sociedade, assinamos, 57 assinaram, estamos aqui para ajudar a levar essa meta à frente. Porque, com fome, vendo nossa família passando necessidade é difícil trabalhar. Nós precisamos da aprovação da carreira de apoio, quanto antes. E sem isso o Brasil corre risco de amanhã não ser mais o que é e voltar a ser uma colônia. Um grande abraço, porque o Brasil e o povo brasileiro vencerão, apesar dos obstáculos que estão aqui hoje, inclusive com a representante do FMI, falando que não pode aumentar muito o salário mínimo, está nos jornais de hoje. Isso é uma afronta. O Collor, aquele sacana, aquele canalha, quando o cara do FMI falou isso aqui no Brasil, ele o pôs para fora. O cara vem dar opinião se a nossa família pode viver com 150 reais! Essa não é a tradição do povo brasileiro e nem o povo brasileiro vai tolerar isso por muito tempo. Um abraço. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Agora vamos passar a palavra para perguntas e colocações, que pediríamos fossem feitas num tempo em torno de três minutos, para que o maior número de pessoas pudesse usar a palavra. Temos um teto aqui por volta das 17h30. O primeiro inscrito é o Geraldo, da Associação dos Funcionários do IPT e depois o Luiz Barreto. Tem a palavra Geraldo.

SR. GERALDO (Associação dos Funcionários do IPT) – Gostaria de cumprimentar os parlamentares que estão na Mesa, a Mariângela, o Zarattini e o Jamil, que são companheiros, que estão sempre na linha de frente, da luta em defesa dos Institutos de Pesquisa e também na luta dos trabalhadores que integram os Institutos de Pesquisa. Gostaria também de cumprimentar as autoridades que estão na Mesa e gostaria de cumprimentar em particular e parabenizar o Nelson, companheiro que também já tem um destaque merecido dentro do Setor de Ciência e Tecnologia, presidindo a ApqC, que há anos e ainda hoje é reconhecidamente uma entidade que sempre defendeu os trabalhadores que atuam nos Institutos de Pesquisa, gostaria de cumprimentar também a Dra. Alba, que sempre foi um exemplo de luta, da nossa luta, de todos os trabalhadores que atuam na área de Ciência e Tecnologia, que não é uma luta corporativa, porque a nossa luta, na verdade, é para que seja cumprido um conceito constitucional expresso no artigo 284, de que todos os trabalhadores que atuam na área de Ciência e Tecnologia devem receber incentivos, em razão da importância do resultado do trabalho deles.

Por último, quero cumprimentar a todos os companheiros que estão aqui, em particular aqueles que integram a carreira de apoio dos institutos de pesquisa da administração direta porque, na verdade, nós, funcionários do IPT, dirigentes do Sindicato que representa os funcionários do IPT e também em nome da Associação dos Funcionários do IPT, temos as nossas lutas que são muito iguais às de vocês, inclusive lutas que nos últimos anos têm tido a cada ano mais dificuldades, aumentadas em função de um governo que está no Estado de São Paulo há cinco anos insensível para ouvir, insensível para administrar recursos humanos numa

área em que o diálogo, a discussão dos objetivos dos trabalhos têm que ser debatidos com a comunidade

Gostaria de pedir licença a vocês para ler uma carta assinada pelas duas entidades que representam os funcionários do IPT, porque ouvimos as palavras do Superintendente do IPT e queremos também colocar alguns problemas que estão acontecendo no IPT, particularmente alguns que têm sido criados durante a gestão da atual diretoria e é importante que a comunidade conheça esses problemas que enfrentamos há anos e alguns que estão sendo criados recentemente. “O IPT que São Paulo precisa.” Nós funcionários do IPT estamos preocupados. Apesar da boa imagem que o Instituto tem junto à sociedade, fruto da atuação na pesquisa tecnológica ao longo de 100 anos de existência, embora tenha sido responsável pela disseminação da tecnologia do concreto armado no País no início do século, pela fabricação do primeiro chumbo refinado no País dos anos 40, pela introdução da mecânica de solos que possibilitou a construção de grandes barragens e autoestradas nas décadas de 60/70, pelo desenvolvimento de técnicas de contenção de deslizamento em áreas de risco, por pesquisas que resultaram na obtenção do plástico biodegradável a partir da cana-de-açúcar no final dos anos 90, que neste ano entra em produção em escala industrial, apesar do papel fundamental do suporte metrológico aos setores privado e público e da ampliação do apoio tecnológico às pequenas e médias empresas, apesar do aumento expressivo das receitas próprias que multiplicaram-se por três nos últimos seis anos e em função da ampliação da prestação de serviços, apesar desses e de outros inúmeros projetos que são verdadeiros marcos da tecnologia nacional, o IPT está hoje ameaçado.

Além dos problemas já apresentados anteriormente, inclusive por ocasião das comemorações do Centenário do IPT, em junho de 1999, os quais não foram solucionados, novos problemas causados por medidas tomadas pela diretoria, comprometem a instituição a ponto de descaracterizá-la e até pode inviabilizá-la. Naquela ocasião, fatos como a falta de renovação do quadro de funcionários,

situação crítica agravada pelo fato da metade dos funcionários ter cerca de 20 anos de casa e não realização de concursos públicos desde 1994, e a redução geral do quadro de funcionários em cerca de 50% nos últimos seis anos, com a inevitável perda de capacitação técnica e a redução da dotação do Estado em cerca de 20% nos últimos cinco anos, foram trazidos a esta Casa.

Nos últimos meses, a situação do Instituto agravou-se em função das seguintes medidas: a substituição de técnicos experientes por nomeação política de não técnicos em áreas eminentemente técnicas, colocando em risco a credibilidade da instituição. A contratação de assessores em número exagerado, contradizendo a determinação de corte nos gastos, a exigência da obtenção de receitas próprias em um patamar que compromete a realização de projetos de pesquisa de médio e longo prazos.

A redução de salários, sem reajuste há mais de 21 meses e a ameaça de corte aos benefícios, a não-apresentação de uma solução para as pessoas que participam de projetos e são contratadas por uma fundação, cujo contrato com o IPT vence em junho e o adiantamento e a insensibilidade no trato de questões polêmicas, cujo maior exemplo é a decisão de demitir 15 funcionários sem o pagamento das verbas rescisórias. Diante desse quadro, nós, funcionários, procuramos a direção do Instituto na busca de soluções. Infelizmente, não fomos ouvidos, a postura de distanciamento e pouco afeita ao diálogo desta diretoria, fez com que vários setores e níveis do IPT manifestassem sua discordância na forma da condução da instituição.

Em face dessa dificuldade no estabelecimento do diálogo, representante dos funcionários e pesquisadores, acompanhados de deputados desta Casa realizaram uma reunião com o sr. José Aníbal Peres de Pontes, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, no dia 21/ 2, na qual foram externadas as preocupações e solicitada a sua intervenção, recebendo deste a promessa da realização de uma segunda reunião em que apresentaria a posição da Secretaria. Essa reunião, infelizmente, ainda não ocorreu. Conscientes da

importância do IPT para São Paulo e para o País, vimos a esta Casa expor a crítica situação pela qual passa o Instituto, para, juntos da sociedade, garantirmos um IPT que possa continuar exercendo suas funções e usando todo o seu potencial na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e no desenvolvimento do País. Assinam: Associação dos Funcionários do IPT, Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa. (Palmas.)

Muito obrigado.

SRA. MARIANGELA DUARTE – Quero aduzir aqui um ponto do Geraldo, que acho extremamente essencial, porque fiquei para o fim, talvez nem dê para falar, o pessoal esvazia, assim como do Erasmo, quero fazer um elogio ao Erasmo, a ApqC, todo pessoal que, com toda essa luta que o Geraldo faz, e é bom que o Superintendente ouça isso, é exatamente o grupo que traz essa carta, que luta. É exemplar a luta desses companheiros na hora de defender verba para o IPT. Não vejo ninguém da diretoria aqui nas madrugadas, na hora em que votamos as emendas. (Palmas.) Queria dar esse testemunho. Eu me sentiria injusta, tinha dito isso ao Geraldo, que é emocionante a luta, como eles reverterem 1, 2 pelas madrugadas, na hora em que se decide aqui dinheiro a mais para o IPT, se a emenda vai passar ou não, tem sido exemplar a defesa que esses trabalhadores, isolados, sem que nenhum membro da direção passe por aqui nas noites, nas madrugadas de votação, conseguiram reverter junto ao líder do governo etc. e talvez por isso ainda o IPT esteja de pé.

Fica aqui a minha homenagem ao trabalho deles, para que não digam que eles são corporativistas ou denunciastas tão-somente. A mesma coisa para o Erasmo, a minha homenagem pelo trabalho desesperador que ele está fazendo junto com a ApqC, com os nossos velhos companheiros na defesa do Instituto Agrônômico, pensando até no tombamento da instituição para que não seja colocada à venda, como foi o Itai, que estava aqui colocado à venda, como aconteceu com outro instituto, o Biológico que queriam vender. Então queria fazer

esse registro, porque senão vai parecer que no Fórum há uma luta apenas corporativa. Exemplar, Geraldo, exemplar o trabalho que vocês fazem pela madrugada e são só vocês que vi defendendo os companheiros que fazem a denúncia. São os que defendem e talvez o IPT ainda esteja de pé, pelas suas madrugadas. É impressionante como esse grupo consegue reverter decisões do próprio governo. Minha homenagem. (Palmas.)

SR. LUIZ BARRETO – Boa-tarde a todos, quero agradecer novamente a todos que aqui estão presentes, mas antes de alguma coisa, agradecer ao Presidente da Mesa por essa oportunidade, agradecer aos Parlamentares, as autoridades aqui presentes, e vou procurar ser breve, objetivo, não trouxe nada escrito, quero falar utilizando a razão e o coração, porque acho que temos que realmente sensibilizar as autoridades presentes nesta Casa, agora mais do que nunca, pelo simples fato de que a situação está insuportável. As instituições, pelos relatos que recebemos dos colegas que compõem a comissão, a situação está ficando inadmissível. E gostaria de usar a expressão do Governador, usar e abusar da semântica quando o governador manifestou no dia 21/ 9 que ele desejaria, em função da promulgação da lei que equiparou os salários dos pesquisadores com a universidade, ver uma maior resposta dos institutos de pesquisa aos anseios da sociedade, subentende-se que esta resposta somente será possível quando todo seu quadro funcional estiver coeso e valorizado. Porque não é possível, não consigo visualizar como as nossas instituições de pesquisa poderão atender aos anseios do Governador se não houver de fato essa valorização. Os próprios pesquisadores científicos admitem em público que eles não serão capazes de dar essa resposta sem a valorização do quadro de apoio à pesquisa. Sobretudo em função da altíssima evasão que já houve nesses últimos 10 anos.

Para os senhores terem uma idéia, principalmente os integrantes da Mesa, a CVCAP fez um levantamento árduo com relação ao quadro do funcionalismo dos institutos de pesquisa, hoje estamos na ordem de 8.400 funcionários na ativa, nos

17 institutos de pesquisa e já perdemos esse valor estimativamente da ordem de 8.000 funcionários nesses últimos 10 anos. Então, meu Deus do Céu, se o governador pede uma maior resposta, a interpretação que faço – em termos de semântica – é de que ele está aprovando esse movimento, ele sinalizou claramente que ele aprova esse nosso movimento. (Palmas.) E é por isso que todos os secretários, das quatro Secretarias envolvidas, já manifestaram de público o seu apoio, porque já perceberam que o Governador está apoiando. Agora, estamos sentindo pelos corredores desta Casa, uma reação daqueles que estão procurando atender grupos de dentro do Governo, que estão ainda refratários a esta causa. Estamos recebendo alguns sinais. Estamos recebendo com clareza que está havendo uma reação. O nosso movimento está incomodando esses grupos internos do governo. Portanto, a única solução, e o governador, quero acreditar, está torcendo por nós, mas ela só poderá interceder de fato por nós, se nós tivermos a capacidade de sensibilizar a opinião pública sobre o nosso problema. Não só sensibilizar a categoria, não só sensibilizar os senhores diretores, mas sensibilizar a opinião pública. E é por isso que estamos passando um abaixo-assinado e peço autorização ao Presidente da Mesa, que me autorize a passar o abaixo-assinado aos integrantes da Mesa para que tomem conhecimento do Manifesto, poderia ler aqui novamente o Manifesto, mas não quero me repetir, não há necessidade, mas que os integrantes da Mesa e demais autoridades presentes, possam se manifestar. Muitos aqui na Mesa apoiaram de público, mas gostaria que isso estivesse no papel também, para que nós possamos de fato levar ao Governador o Manifesto por escrito com toda transparência e com toda a força e suporte e o amparo da sociedade. Porque nós queremos que além das autoridades presentes, os diretores dos institutos de pesquisa presentes apóiam o movimento, queremos também que os grandes empresários participem desta luta, os usuários dos institutos de pesquisa participem desta luta.

Nesse sentido, para finalizar, gostaria de enfatizar que, por estarmos já em contato com grandes empresários, estamos coletando assinaturas, um deles que

tem senso social, muitos deles têm senso social afinado, mas esse empresário, em particular, chegou a manifestar a seguinte opinião a respeito desse manifesto: “o maior patrimônio que tenho na minha empresa, na minha indústria – não vou citar o nome por razões de logística – não são os meus equipamentos, não é o meu ferramental, não são os meus prédios, os meus edifícios, o maior patrimônio que tenho na minha indústria, são os meus funcionários, sem os quais eu não poderei jamais conseguir desenvolver os produtos que desenvolvo. E custa dinheiro ficar trocando de funcionários, custa dinheiro treinar, custa dinheiro capacitar e o que é mais difícil, custa dinheiro integrar o quadro funcional.

Entendo o que vocês estão passando, porque na realidade nós ajudamos a treinar os funcionários públicos por meio de impostos, treinamos arduamente meus funcionários, eu entendo por que vocês estão clamando por isso”. Então, quero acreditar que as autoridades estarão sensíveis a essa problema, tendo em vista que já desperdiçamos uma tremenda força de trabalho e o dinheiro que a sociedade pagou investindo em treinamento e capacitação desse pessoal foi jogado fora.

Quero acreditar que o Governador está sensível a essa causa e ele ainda vai continuar apoiando esse movimento. Era isso basicamente o que gostaria de falar e pediria aos meus colegas representantes que estão com o Manifesto que, por gentileza, caso a Presidência da Mesa autorize, que passem esse abaixo-assinado aos integrantes da Mesa, para que possamos coletar as assinaturas dos presentes.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Logicamente que está autorizado, porque a Assembléia é amplamente democrática e antes de passar a palavra para a Dra. Alba, pediria que todos os oradores procurassem respeitar o tempo, para que todos possam falar. Tem a palavra a Dra. Alba.

SRA. ALBA – Boa-tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Zarattini, cumprimento a todos os componentes da Mesa. Julgo que um

assunto de tal complexidade, qual seja ao desenvolvimento científico e tecnológico, necessita de tempo muito maior. E acho que essa foi a razão pela qual os que se pronunciaram a respeito do assunto dos Institutos de Pesquisa de São Paulo, não puderam abordar o aspecto, que como o próprio Luiz Barreto acaba de falar, de política de recursos humanos para suas instituições. Acho que essa omissão foi justamente para poder colocar uma visão dos seus institutos. Mas, eu acho importante que essa política de recursos humanos seja salientada aqui e que possamos aproveitar a presença de instituições da administração centralizada, de instituições de empresa como o caso da Embrapa e de instituições de autarquias, possamos comparar um pouco essa política de recursos humanos. E gostaria, então, de ouvir novamente aqueles que se pronunciaram analisando um pouco esse aspecto da importância dos recursos humanos para permitir a continuidade de um trabalho de pesquisa e do desenvolvimento tecnológico em nossas instituições. Mas, eu pediria, inicialmente, porque tenho mais liberdade, porque é da minha classe dos pesquisadores científicos, algum exame que abordasse um pouco aquela questão de recursos humanos, porque ele mostrou que no Instituto Agrônômico o número de pesquisadores tem se mantido mais ou menos constante e que houve um decréscimo de 50% no pessoal de apoio e se referiu à questão de estagiários que estava mudando a maneira do enfoque da instituição. Eu acho que estágio e bolsista não é mão-de-obra para a instituição. Porque uma mão-de-obra tem que ser contínua e continuamente aprimorada.

Então, eu gostaria que o Bulisani aprofundasse um pouco esta questão, o Agrônômico que está atualmente com déficit de pessoal de apoio e no momento isso está sendo, assim até certo ponto imagino, diminuindo os seus efeitos por meio de bolsistas. Então eu gostaria que começasse por este comentário e que os demais dirigentes de instituições que estão na Mesa também comentassem um pouco da sua política de recursos humanos.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. POMPILHO ANGELO CAVALERI – Ilustre Mesa, os nossos agradecimentos a nós mesmos por estarmos participando de uma reunião tão importante como esta. Vou ser breve e relembrar um pouco fatos históricos, porque no momento o que se nos diz é que a história não vale nada. É a coisa para frente, é o mercado, é o pedido. Mas eu trago aqui, como meu caro amigo Deputado também gosto de recortes um recorte de 3/11/1974: “Governo extingue 10 Institutos de Pesquisa”. E dá o necrológio, e parece um necrológio mesmo. E aconteceu. Mas tínhamos a imprensa, tinham elementos fantásticos que tivemos aqui o que disse Perseu Abramo, já morto, que Deus o conserve, um grande homem. E ele começa, chama-se o seu artigo: “De Pirro” – Vitória de Pirro. Uma vitória de pirro, essa é a que o Executivo afinal acabou por conseguir com o projeto dos institutos de pesquisa que passou não aprovado. Não foi aprovado em plenário, não houve número. E vem longamente, vou ao fim dele, e diz assim: “a lição não pode ser esquecida, da luta que foi”. Daí a nossa “condotierra” naquela ocasião e como estava esta Casa naquela época cheia de nós. Cada um de nós como um pequeno elemento indo num deputado, indo no outro e se conseguiu realmente redobrar isso, como ele disse, que a lição não pode ser esquecida, nem mesmo desprezada, porque os cientistas sabem que há várias tarefas ainda por cumprir e assim por diante. E termina, só para não ler tudo, quem quiser ler é bom, porque é uma leitura interessante, é ver a importância da história.

Não se pode desprezar a história. Não é o mercado que vai fazer a história, é a pesquisa. Assim, o que certamente os cientistas farão agora é comprometerem-se como alunos reprovados no exame, vencer o desânimo, recuperar a matéria, verificar os pontos fracos e estudar com mais afinco para a próxima luta. E isso aconteceu realmente. E quanto à homenagem que quero falar aos nossos auxiliares, à nossa carreira de apoio, na verdade diz o nosso colega Voght, que a principal pesquisa, o principal insumo da pesquisa é o pesquisador, mas o nosso alicerce, o nosso apoio, é o elemento que nos auxilia. E vou só lembrar um fato que me emociona, um dos principais elementos desse nosso trabalho que o Bulisani

falou do algodão, que mostra que nasce primeiro o conhecimento, depois se cria a tecnologia e se divulga e nasce atividade técnica, como foi a desdobração em 1929 como ele falou que quebrou a barreira da monocultura do café. E hoje São Paulo, na mesma linha, tem mais de 20 culturas para ser essa potência econômica que é. Vou ficar por aqui porque teria outras reflexões.

Na verdade, o Instituto acaba de lançar a IAC-22, deve estar a 23, em quase 60 anos, são três variedades por ano nesse período. Vivi no Agrônomo, fui expulso pela idade, mas ainda continuo por lá, mas na verdade todo esse material, essas 22 variedades finais que representam um trabalho imenso, passaram pela mão de um dos meus auxiliares, Chico Melo, responsável que foi durante quase todo o período de sua vida, de realizar os cruzamentos iniciais desse material que é o galardão que sempre se fala no Agrônomo as variedades do algodão. Não que as outras não sejam, mas ele começou isso. E eu tive a dor, porque o Chico se aposentou por idade, continuou a trabalhar conosco ajudado por nossos parceiros, a Bolsa de Mercadorias pagava, o que o Nelson apontou aqui de toda maneira. A química, este ano não se fala em química, mas numa reunião os nossos chefes de estações nos idos de 1940, que foram chamados que precisava ver, que precisava acabar com a química, mostraram que se acabar a química aqui não podemos mais trabalhar. O que era a química? Era vender uma produção para poder comprar uma máquina para ir para frente. E não vamos parar por aí. Mas, na verdade, o símbolo é que fui visitar o Chico Melo em Monte Alegre, porque estava na casa do filho, porque não tinha mais condições de viver por si economicamente. E moribundo, quando me viu, Dr. Pompilho, como vai, o senhor pode ficar sossegado Dr. Pompilho que amanhã eu vou estar lá para fazer a contagem das 100 sementes que o senhor me pediu. A cabecinha desse homem estava impregnada do trabalho que fazia. E era um grande homem. Ele é o símbolo de vocês todos. Parabéns a vocês. E garanto que essa luta que o Abramo falou aqui, se houve vencedor mesmo foi de birro, nós vamos agüentar essa luta pela singeleza da nossa atividade, que nunca vimos nenhum desses colegas ou nós mesmos a fazer baderna, estamos

sempre em salas, falando, dialogando, dando a nossa idéia e nosso entusiasmo. E esse entusiasmo foi muito bem posto aqui pelo Nelson, vocês viram que vamos falando devagar, o nosso deputado, mas esse entusiasmo vem de dentro para fora, porque nós sabemos que esse é um trabalho importantíssimo para o nosso Estado, para o nosso Brasil. E hoje, estão pensando que a medida da tal da globalização é que vai resolver também a globalização dos nossos institutos. Estão querendo acabar pela individualidade e fazer uma coisa grande, porque o grande que é bom. Não é não. Já dizia um grande economista: *"little is beautiful"* e é mesmo. É ali que se resolvem as coisas. Não vou deixar o entusiasmo tomar conta de mim, porque senão não paro de falar, não paro de fazer retórica, mas a vontade é dizer que essa união dos pesquisadores com seus auxiliares poderá reverter sim as vitórias que não tivemos em grandes vitórias para nós todos aqui e pela grandeza do nosso Estado e do nosso Brasil. (Palmas.)

SR. CLÁUDIO – Boa-tarde. Gostaria de agradecer a todos os componentes da Mesa essa oportunidade que estamos tendo aqui, o pessoal da Comissão da Carreira, inclusive eu faço parte representando o Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas. Só queria falar o seguinte, que precisamos derrubar algumas barreiras que estão entre nós e a nossa carreira, para podermos chegar no Governador. E temos tanta barreira e tantos falando tanta coisa, tantos desviando o assunto e não estamos conseguindo chegar no Governador. Acho que o ponto básico nosso é esse. Agora, em contrapartida, vemos a Governadora do Maranhão falando em um salário base de 400 reais, o Governador Garotinho falando num salário base de 400 reais e não vemos o Governador Mário Covas falar em nada para os seus funcionários.

Como foi colocado pelo Dr. Nelson Braga, além do entusiasmo temos o amor e a abnegação de todos os funcionários que estão aqui presentes, porque acho que nós estamos dentro das instituições por amor, porque o salário não temos há muito tempo. Hoje a média não passa de 120 reais, são 126,44. E acho que temos de

começar a partir de ir em porta em porta desta Casa, pressionar os Srs. Deputados, inclusive estive hoje conversando com o Deputado Macris e o Deputado Duarte Nogueira também e estamos encontrando apoio, mas é que a situação não está sendo apresentada para o governador. Existem assessores que estão desviando e tirando o papel da frente do Governador. Porque o Governador tem interesse em regularizar a nossa situação. Só que ele não está sendo informado disso, de que existe essa situação. Até foi colocado por uma deputada do PSDB, se for aquele projeto do Deputado Jamil Murad, aquilo não vai sair. Isso parece que é guerrinha pessoal. Acho que não é por aí. Gostaria de encerrar dizendo que não podemos esmorecer, nem “emagrecer” como diria o caipira e vamos continuar na luta, porque precisamos de nós mesmos. Se não lutarmos por nós, ninguém vai sair de onde está.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos passar a palavra à D. Sonia. Antes, porém, está aqui o Dr. Alberto Portugal, Diretor da Embrapa, que vai ter que sair por ter outro compromisso, pediria se pudesse deixar ele falar em primeiro lugar, para fazer as suas considerações finais e em seguida a senhora fala. (Pausa.) Tem a palavra o Dr. Alberto Portugal.

SR. ALBERTO PORTUGAL – Obrigado, Sr. Coordenador. Peço desculpas, tinha comunicado já à coordenação que lamentavelmente tinha outro compromisso. Só gostaria de dizer, talvez respondendo a pergunta colocada pela senhora pesquisadora a respeito da questão de recursos humanos, acho que é crucial, tem um conterrâneo dos senhores o Severino Vaz, uma vez perguntado na Unicamp, o que era importante na área da Ciência e Tecnologia, ele disse: cérebros, cérebros, cérebros e depois laboratórios, prédios, etc. Acho que é bastante conhecida essa posição e obviamente no caso da Embrapa há uma preocupação bastante forte com essa questão, tanto do ponto de vista de criar condições compatíveis com o

mercado, obviamente nem sempre é possível dentro do setor público, mas tem-se buscado ter remuneração compatível com o mercado, exatamente evitando a evasão de mão-de-obra especializada, a questão de capacitação, de renovação do quadro, de criar um clima organizacional, um clima de trabalho produtivo. E de outro lado, a empresa investe fortemente em sistemas que procuram avaliar resultados. Costumamos brincar dentro da empresa ou comentar que nós não queremos ninguém sentado no piano ou puxando o piano para trás. Queremos gente que toque o piano ou ajude a carregar o piano. Mas, obviamente, procuramos criar as condições. Acho que isso é essencial, acho que o movimento é meritório, é válido. Acho que é um exercício democrático importante que presenciamos hoje nesta tarde, embora, obviamente, não conheça os detalhes da proposta que se coloca em discussão. E com relação à contribuição da Embrapa, coloco-me à disposição da Assembléia Legislativa e do Estado de São Paulo, caso possamos em outros momentos contribuir mais para a discussão que aqui se coloca. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria agradecer a participação da Embrapa e do Dr. Alberto Portugal que é o Diretor Presidente e se houver qualquer texto, qualquer contribuição estamos aqui abertos e gostaríamos que nos fosse enviado, para que fosse colocado em adendo ao nosso relatório. Muito obrigado pela presença. Tem a palavra a Sra. Sônia.

SRA. SONIA – Queria cumprimentar os deputados presentes, por meio do Deputado Carlos Zarattini e cumprimentar os membros da Mesa também e todos os colegas aqui presentes que são pesquisadores ou o pessoal de apoio nos institutos. Queria começar de onde o Pompilho parou nessa história. A continuação vai ser breve e pelo que vou dizer, pelo menos, mas a luta foi grande, que não é à toa que foi um cientista que fez uma música que se chama: “levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”, o professor Paulo Vanzolini. O que nós fizemos foi exatamente

aquilo que foi preconizado pelo jornalista Abramo. Nós estudamos a situação, os pontos fracos e forte e fizemos uma proposta de uma carreira de pesquisador científico, que foi criada exatamente no ano seguinte àquela derrota. Essa carreira unificou a atividade de pesquisa nos institutos e fez com que se estimulasse os pesquisadores a permanecerem nas instituições, porque eles tinham uma carreira. E foi essa a razão, talvez maior, além daquele amor à atividade que o Dr. Pompilho bem demonstrou aqui, foi essa razão que fez com que o número de pesquisadores não tivesse baixado tanto quanto foi a baixa que se deu na carreira de apoio. Acredito que essa foi uma razão fundamental e que também o fato de existir uma comissão permanente de regime de tempo integral, da qual eu faço parte, que avalia a atividade científica desses pesquisadores para fins de promoção e acesso na carreira, também fez com que estimulasse a melhora das condições de formação profissional e de produção científica e tecnológica desses pesquisadores. Por isso, acredito que se existisse uma carreira de apoio à pesquisa científica, como existe essa carreira de pesquisador, nós não teríamos tido essas baixas tremendas e nem teríamos um grupo que está desalentado e desmotivado. Portanto, creio que uma das soluções fundamentais para o desenvolvimento ou para a manutenção da atividade de pesquisa nos institutos, seja no momento, fortalecer é claro sempre a carreira de pesquisador, mas muito mais urgente agora que seja criada uma carreira de apoio ou sejam criadas carreiras de apoio à pesquisa para os funcionários dos institutos.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria passar a palavra agora à Rose que é funcionária do IPT, Diretora representante do IPT.

SRA. ROSE – Boa-tarde a todos os colegas, não vou me reportar à Mesa para não tomar muito tempo, estou aqui falando enquanto representante do Conselho de Representantes dos Empregados do IPT e também Deputado do

Fórum do Conselho de Representantes dos Empregados das Empresas cujo acionista majoritário é o Governo do Estado. Vamos estar passando à Coordenação da Mesa um documento com algumas propostas, Deputado, e gostaríamos de frisar em relação aos problemas que se constituem em um denominador comum entre todos os nossos institutos de pesquisa, não só o IPT, mas dos demais colegas aqui presentes, que sem sombra de dúvida, no que se refere ao Fórum, pensando São Paulo para o Século 21, parece-me que existe uma palavra de ordem neste momento que é fundamental.

São Paulo é fundamentalmente um Estado tecnológico. É isso o que nos diferencia dos demais Estados da Federação com todo o respeito que temos por eles, mas a vocação de São Paulo é ser um Estado tecnológico. Essa é a nossa grande diferença. E nos parece bastante claro que para ele continuar mantendo essa vocação, respondendo ao desafio do Pensando São Paulo para o Século 21, que é o grande desafio que se coloca nesta Casa de Leis, o Governo do Estado de São Paulo tem que ter total clareza disso, tem que aplicar e investir para que São Paulo continue tendo a sua vocação tecnológica. E para isso, não há o que se discutir. Há que haver recursos para a manutenção permanente da infra-estrutura pública de pesquisa e desenvolvimento. É indiscutível isso.

O segundo ponto, que haja recursos para investimento direto em pesquisa e desenvolvimento, a ser realizado, Srs. Deputados, pela Fapesp. É uma Fundação que temos que defender até a nossa última gota de sangue. Porque tem muita gente, inclusive, que tem interesses em alterar essa Fundação, que é a única, uma das poucas que funciona com essa seriedade em nosso País.

Terceiro ponto, incentivo, Srs. Deputados, à participação do capital privado no desenvolvimento tecnológico. Para isso, tendo claras essas premissas, temos total e absoluta certeza que vamos conseguir uma coisa que hoje os nossos institutos não têm, obter um equilíbrio entre desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica e projetos de prestação de serviços. Quando falamos aqui na prestação de serviços e é algo que afeta a todos nós, acho que o nosso pesquisador do Ipen e de outros

institutos citaram aqui, temos que diferenciar muito bem o que é uma prestação de serviço tecnológico e uma prestação de serviço técnico. Prestação de serviço tecnológico implica avanço de conhecimento, em busca de inovação. Prestação de serviço técnico nivela os institutos de pesquisa com qualquer consultoria técnica do mercado. E isso não é para os institutos públicos fazerem. Isso para mim é uma coisa clara. Outra coisa clara que me fica, considerando essas premissas, Srs. Deputados, é que não se justifica mais ficarmos nos digladiando para discutir qual é o percentual que o Estado tem que pôr e qual é o percentual que vamos buscar no mercado. Se o desenvolvimento tecnológico para atender à vocação tecnológica do Estado de São Paulo é estratégico e fundamental, há que se discutir dotação de recursos em função da estratégia e não em função de qual é o percentual que temos ou não, que o Estado deve ou não colocar. Eu digo isso, porque isso se tornou, inclusive, uma discussão complicada: o sexo dos anjos. Eu já vi em muitos foros ficarem discutindo se a relação é 70 – 30, 50 – 50, 100, 10, 100 e o problema fundamental não é esse. Então, o problema básico que estamos colocando é o seguinte: a proporção de recursos estatais no financiamento dos institutos de pesquisa não deve ser previamente estabelecida, mas deve necessariamente ser fruto de uma postura estratégica do Estado de São Paulo. Esse é o primeiro ponto. O segundo, é tentarmos, na medida do possível, mudar e alterar, já foi dito aqui na Mesa, o modelo de relação institutos/Fapesp, agências de fomento.

A Fapesp é exemplar, só que hoje o desafio da vocação tecnológica do Estado exige que os nossos colegas pesquisadores da Fapesp pensem em como financiar projetos institucionais. Não só para o IPT figura jurídica, como disse o Dr. Plínio e concordo com essa posição, ou outros colegas, IPEN, por exemplo, mas são projetos de grande envergadura, multidisciplinares que portanto precisam ter o apoio institucional da FAPESP enquanto projetos de instituições e não para o pesquisador. É lógico que uma coisa não é contrária a outra. Ambas têm que continuar existindo. Mas essa nova realidade implica que a Fapesp reflita nesse desafio. Por último, gostaria de colocar que em relação à manutenção e reposição

dos recursos humanos, todos nós sabemos claramente que os institutos estão perdendo massa crítica e nós, as equipes, estamos envelhecendo.

O Sr. Governador não autoriza concursos públicos. (Palmas.) E hoje, ao chegar aqui, tive até a possibilidade de pedir um esclarecimento para a Dra. Alba, em função, Deputada, daquele outro evento que a senhora, inclusive, patrocinou, quando ela nos dizia e eu anotei, não conseguia me lembrar qual era a figura jurídica, que no passado o Governo do Estado de São Paulo adotou algo que se chamava rito sumário. Um pesquisador saía, se não me falha a memória, acho que era área de agricultura – desculpe-me a ignorância – e automaticamente, Deputada, era aberto um concurso para dois ou três e se juntava um número definido e pela figura do rito sumário essas pessoas eram substituídas. Hoje, ninguém substitui, utilizam-se empresas de interposição de mão-de-obra e o Governador não autoriza o concurso público. E vai continuar não autorizando. Acho que esta Casa, Deputada, precisa lutar por isso. E por último, só gostaria de dizer sobre a questão do investimento privado em tecnologia. Lembro a todos, principalmente nós que trabalhamos em institutos com vocação industrial, IPE/IPT e outros do gênero IEE, que o investimento privado em tecnologia situa-se em um *locos* econômico, que chamamos de imperfeição de mercado, em função dos altos riscos que esse investimento implica e dos grandes recursos envolvidos. Para nós fica claro, que se não houver um estímulo governamental ao setor privado no investimento em tecnologia a produção científica e tecnológica, Srs. Deputados, não vai se converter em inovação na empresa.

Há também uma questão para que os debatedores respondessem que me parece, vários aqui colocaram e também as pessoas que estão assistindo, as dificuldades por que passam os institutos, a situação de dificuldade, tanto do ponto de vista dos funcionários como do ponto de vista de orçamento, como do ponto de vista da obtenção de recursos do Governo, enfim, no projeto a que se propõem os institutos, eles não estão tendo as condições de fazer cumprir com sua missão de forma cabal. E hoje temos a necessidade, vários falaram aqui, do País ter uma

produção científica e tecnológica própria, do País ter o seu próprio desenvolvimento científico e tecnológico.

Nosso Brasil, não vai conseguir avançar, o nosso povo não vai avançar, nós não vamos conseguir competir, não vamos conseguir ter emprego para todos se não tivermos uma produção científica e tecnológica para todos. Então, dentro desse quadro, queria também deixar a pergunta: nesse quadro, nessa situação em que está, qual o futuro dos institutos de pesquisa do ponto de vista dos debatedores, por onde devem caminhar para que de fato o nosso País tenha pesquisa científica e tecnológica própria, autônoma, com condições de desenvolver um País, desenvolver a agricultura, desenvolver a indústria, desenvolver os serviços no nosso País?

Era isso que queria deixar como pergunta. Passo agora a palavra, pela ordem, para a companheira Mariângela Duarte.

SRA. MARIANGELA DUARTE – Esperei disciplinadamente o Deputado Jamil Murad que falou abrindo, não vou ficar calada, estou nessa luta há anos, conheço detalhes e não vou me calar. Fiz um depoimento a respeito da intervenção do Geraldo, portanto não usei da palavra. Então, queria colocar o seguinte: graças a Deus você falou antes de mim Rose, porque você pegou o começo, meio e o fim, arrematou e praticamente não tem nada. Então alivia muito do que acho que deveria falar. Mas, algumas coisas precisam ser pontuadas, porque cada vez que pudermos devemos fazer. Estamos fazendo isso como uma verdadeira peregrinação, uma via crucis. Onde houver um debate sobre ciência e tecnologia estamos permanentemente tocando nessas feridas abertas vergonhosamente no Estado de São Paulo. Aliás, com situações gravíssimas. A primeira delas, enquanto discutimos, fazemos foro, tiramos documentos, é impressionante o número de projetos que tramitam nesta Casa para acabar com os institutos de pesquisa. Portanto, quando o professor Pompilho pegou um artigo de 1974, ele nos mostrou não apenas a história, é que neste País a história morde o rabo toda hora e na

verdade estamos toda hora tendo os institutos ameaçados. Quero dar um pequeno exemplo publicado, hoje o Nelson da ApqC, mais uma vez faz um trabalho de divulgar o trabalho dos deputados aqui e é claro voto em separado e é claro, corremos o risco de ser vencidos: “contesta a extinção de cargos proposta pelo Projeto de Lei nº 115/98”. Então, muitas vezes, na solidão, não de vocês que têm sido exemplares na mobilização, na união, no companheirismo e na solidariedade.

Queria prestar este testemunho. Segundo, tivemos que retirar com muito esforço, instituto de pesquisa de projetos aqui no meio de uma miscelânea em que o Estado que entrega tudo, ia entregar o Itai. O Itai estava num projeto de lei tramitando nesta Casa. E mais, o Itai do Guarujá, que pertence à minha região ia ser fechado. Então, não basta sucatear, não fazer concurso, não ter planejamento, não ter investimento, porque isso se configura na perversidade da falta de carreira. Quando não se tem carreira, se está decretando a morte dos institutos de pesquisa, que é o que ocorreu na década de 90. Então, quero lembrar aqui muito bem, para os que conhecem essa luta, que nós tivemos que lutar muito aqui, e não fosse a unidade dos senhores, não um ou dois deputados, mas aqueles poucos que lutam diariamente nessa questão, conseguimos tirar o Itai do lote que este governo constantemente manda para a Assembléia, para vender, entregar, rifar o patrimônio público do Estado de São Paulo. Esse ponto não havia sido tocado e nós não podemos sequer dormir. Hoje ninguém dorme, porque a cada momento tem um golpe contra os institutos de pesquisa. Então, não basta dizer o seguinte: tudo o que a Rose falou que está dentro do Fórum é exatamente essa questão. Agora, a face perversa, amarga, de dilaceramento vem no empobrecimento desses companheiros que estão aqui, porque eles são a capilaridade dos institutos de pesquisa. A partir da hora em que não há concursos, a partir da hora em que não se incentiva, a partir da hora em que é ignóbil, não tem outro nome, é vilipêndio o salário que se paga a este pessoal, fico pensando como é que ainda se sobreviveu com capacidade de organização, com capacidade de mobilização, com capacidade que nos espanta.

Eu só tenho a agradecer a grandeza da luta que vocês fazem, que dignificam os nossos mandatos. Queria colocar mais uma coisa que considero extremamente importante, não apenas a Fapesp, Rose, mas o BNDES, nós precisamos neste País nos levantar contra essa ignomínia que está acontecendo com o BNDES no Brasil. E não é agora não, mas quem lê os jornais, sobretudo a Folha de São Paulo, neste último domingo e ontem, fica absolutamente indignado dos bilhões que estão sendo drenados para as universidades privadas que estão com financiamento aberto, agora na primeira etapa de 750 milhões, sem nenhum financiamento para as universidades públicas do País. A mesma coisa para todas as áreas. É impressionante. Temos que não apenas a Fapesp, que vai ser objeto depois da discussão, mas chamar à responsabilidade. Isso é tarefa do Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado, Sr. José Aníbal e todos os que o sucederam, ou os que virão. Tem que ser exatamente no sentido do que a Rose disse, o agente fomentador desta relação, não apenas garantindo o investimento do Estado, mas trazendo o investimento do setor privado, porque quando a Secretaria quer fazer isso, o faz. O faz para beneficiar empresários, mas não faz para beneficiar instituições públicas, nem as universidades, nem os institutos de pesquisa, nem onde se produz pesquisa, conhecimento, ciência e tecnologia. Então, por enquanto me contento por aqui. Mas quero dar um testemunho da grandeza da Dra. Alba, do Luiz, do Dr. Voght, de todos os companheiros, não vai dar, do Dr. Pompilho, de todos que aqui estão, cada um, e os anônimos, os empobrecidos que não têm dinheiro nem para pagar condução, nem para comer. É por isso que precisamos ser claros aqui, está no eixo da política inteira que ela delineou aqui, que o Nelson faz uma representação, lá atrás o Perci com um trabalho extraordinário.

Precisamos entender que não haverá salvação se esta Casa não definir – vou encerrando – no Plano Plurianual, qual será o investimento público do Estado de São Paulo em pesquisa. São sugestões concretas. Plano Plurianual que vai até o final do Governo Mário Covas, tem que ter a definição, qual será o investimento em

pesquisa, ciência e tecnologia. Tem que ter para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, qual é a meta, qual é a prioridade, qual é a diretriz na articulação daquela Secretaria no sentido de articular investimento público e atração do capital empresarial para a pesquisa. Senão, nenhum dos senhores vai sobreviver. Não sei como é que os diretores hoje desses institutos estão suportando a situação em que vivem os seus funcionários. Por último, quero ainda dizer coisas bem concretas, bem objetivas, qual vai ser a nossa postura na LDO? Vem aí a Lei de Diretrizes Orçamentárias que entra na Casa em maio. Porque é muito bonito, fazemos Fórum, pesquisa, fazemos seminário, fazemos de tudo e não conseguimos avançar. Qual vai ser a postura dos 94 deputados e dos presidentes, diretores e companhias, porque dos empregados já sabemos, de cada instituto para definir, na lei que define prioridades e metas do Governo, que entra na Casa em maio? Qual vai ser a prioridade para Ciência, Pesquisa e Tecnologia? Não é só para Ciência, não. Ciência, Pesquisa e Tecnologia. Terceiro, como que isso vai repercutir no final do ano no Orçamento? Aí sim, aí teremos tirado, com o Fórum, com os três seminários que realizamos, com tantas etapas que temos percorrido, vamos dizer: a prioridade é investir em conhecimento, a prioridade é a inserção no mundo globalizado pela porta da frente e não pelo quintal cheio de lama. Essa é a questão que nos preocupa. Portanto, o Fórum, como o seminário, tem a obrigação de definir coisas concretas na calada das madrugadas que acomete esta Casa. Por último, para dar resposta àquele rapaz, tem razão. O Governador, quem esteve lá sabe, estava propenso, ficou claro isso, deu os sinais e indicou até qual seria o agente, indicou um deputado do PSDB para ser o padrinho da causa. Então, ele deu o sinal de que a coisa ia caminhar mais rápida na esteira da conquista dos pesquisadores em termos da carreira de apoio. Por que retrocedeu? Cada um de nós pode ter uma versão. Eu também tenho e não vou externá-la aqui, porque não é o foro. Agora, não compete a nós, a nenhum de nós, agir com individualismo numa situação dessa, gravíssima. Todos unidos, temos que ter a grandeza e entender que

o projeto vai ter que realmente, infelizmente, por acarretar despesa, vir do Executivo.

Então, vamos ter o máximo de rigor, de seriedade, o alerta dele é válido, eu já estou fazendo costuras de abertura de portas e já senti que existem resistências muito fortes. Só pedir para falar, porque estou nesse trabalho há muito tempo, fazia questão de dar um testemunho. E a coisa é assim, se esperar, se não entrar nada até o final deste semestre, os institutos soçobram e não dá para entrar no segundo semestre. Daí a urgência, o desespero e a necessidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Passo a palavra ao Dr. Eduardo Antônio Bulisani para responder às perguntas e já fazer as considerações finais.

SR. EDUARDO ANTÔNIO BULISANI – A Dra. Alba, pode identificar logo, a causa da evasão muito maior do pessoal de apoio do que dos pesquisadores em função de salário, não necessariamente da presença ou não de uma carreira. A questão básica é termos trabalhadores bem pagos e eles ficarão presos às instituições. Mas, de qualquer maneira, essa é a causa básica de ter acontecido isso. A carreira, essa é a causa básica, mau salário do empregado, do trabalhador, que nós também somos. Vejam a questão, se ela não tiver valores razoáveis, ninguém fica na carreira. É por isso que o pessoal sai. Essa é uma questão básica. A outra que estávamos comentando do pesquisador, nós pesquisadores procuramos soluções para resolver o problema imediato nosso. E o estagiário, bolsista ou coisa equivalente, as químicas, não vou falar nenhuma delas, porque todo mundo sabe muito bem quais são, procuram então essa outra solução para execução imediata do trabalho. Essa questão do estagiário bolsista, eu coloco de vez em quando promiscuidade do instituto de pesquisa com o ensino, é muito dirigida pelos organismos financiadores, tanto Estaduais quanto Federais ou de outra natureza. Porque, na análise dos projetos, principalmente dos projetos

tecnológicos, nós sempre saímos perdendo em relação à universidade por causa dos critérios que são colocados lá dentro. Então, temos excepcionais grupos competentes, para executar projetos de alto interesse para a instituição, de alto interesse para o Estado, isso podemos assinar, que no entanto, ao submeter projetos a órgãos financiadores não passam, ou porque não treinam pessoas, ou porque não participam de pós-graduação, ou porque produzem poucos trabalhos publicados na literatura internacional. Isso não é, do nosso ponto de vista, relevante à questão das prioridades dos projetos que deveriam ser financiados. Então, essa questão do financiamento acaba levando para esse caso.

Na questão básica do rito sumário, na colocação, ele existiu uma temporada e praticamente o que precisamos fazer é descer o nível de decisão. Definirmos um quadro mínimo para cada instituto. E desce o nível de decisão para o Secretário correspondente, ou para o Coordenador correspondente, ou para o Diretor correspondente e ele vai recolocando as pessoas, a partir do momento que haja essa perda. Mas, para que volte esse quadro mínimo, provavelmente em muitas áreas, teríamos que ter para os institutos de pesquisa da administração direta, talvez um novo estatuto jurídico, um estatuto jurídico talvez semelhante da universidade e poderíamos trabalhar de uma maneira melhor. Não tenho certeza de qual mecanismo é o mais próximo. Mas, sem dúvida, é o quadro mínimo, é condição de sobrevivência das instituições da administração direta. Deputada, a senhora falou, como é que esses dirigentes conseguem sobreviver com esses salários? Eu deveria ter muita vergonha de falar, mas nós criamos um fundo beneficente que provê, que paga conta de farmácia e provê cesta básica alimentar mínima para alguns funcionários. Esse fundo beneficente sempre é coletado com recursos da própria casa.

Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria passar a palavra agora ao Dr. Cláudio Rodrigues, Superintendente do Ipen.

SR. CLÁUDIO RODRIGUES – Realmente sinto-me um pouco constrangido para falar sobre os assuntos que acabaram neste fim de reunião sendo prioritários. Somos solidários às dificuldades e às necessidades dos institutos de pesquisa que foram apresentados aqui. No caso específico do Ipen ele é gerido pelo Governo Federal, os funcionários estão na carreira de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem todas as suas dificuldades como, no mais, em todas as carreiras do servidor público. Não tive oportunidade de fazer comparações, mas acredito que haja algumas similaridades com as dificuldades que as carreiras do Estado apresentam, mas não há como falar alguma coisa sobre o que ocorre em termos do IPE, quando comparado com a carreira do Estado e por isso peço desculpas ao caro amigo Deputado, não poder me estender um pouco mais no aspecto específico de salário. Vários dos problemas que foram colocados aqui, como falta de concurso, não colocação imediata de substituto em vagas, aposentadorias precoces, enfim, todos os problemas que nós temos e tenho conversado com os institutos de pesquisa do Estado, tem aqui, nós também temos e de alguma maneira estamos procurando soluções e alternativas para que possamos realmente conviver ou resolver esses problemas.

O rito sumário que foi colocado pela Rose é uma coisa que acontece nas universidades. As universidades têm autonomia para promover a substituição das pessoas que saem das universidades. E isso acho que é uma prática que nós poderíamos, de certa maneira, fomentar, seja no Governo do Estado de São Paulo, seja no caso particular do Ipen ou do INP ou dos institutos da área federal que estão no Estado de São Paulo, no sentido de manter uma massa crítica de conhecimento, de pessoas competentes nos institutos em função do futuro dos institutos de pesquisa, que foi a pergunta que você deixou. Eu acredito no futuro dos institutos de pesquisa, há uma necessidade clara de resolver aspectos importantes da pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e principalmente fazer com que isso chegue, alcance a demanda da sociedade.

A empresa brasileira precisa ser mais competitiva e não será competitiva, principalmente as pequenas e microempresas se não aportar a elas o capital tecnológico que existe nos institutos de pesquisa. E o que não existe são mecanismos de sustentação desse capital e de transferência desse capital.

Era isso que eu queria falar, Deputado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Passamos a palavra agora ao Dr. José Cavaleiro, Coordenador dos Institutos da Secretaria da Saúde.

SR. JOSÉ CAVALHEIRO – A primeira vez que estive nesta sala, neste auditório, foi em 1983, era o início do Governo Montoro, eu ocupava na época o mesmo cargo que ocupo hoje, era Coordenador dos Institutos de Pesquisa e aqui se travava um debate a respeito de saúde do trabalhador, em particular a falta de segurança com que os trabalhadores conviviam nas indústrias, especialmente as indústrias metalúrgicas. Ao meu lado estava um dirigente sindical de grande importância chamado: Luiz Ignácio Lula da Silva. Quando começaram os debates, um companheiro me fez um questionamento, porque eu estava na Mesa representando a Secretaria de Estado da Saúde, como se eu fosse o defensor da burguesia nacional e do capitalismo monopolista. E o Lula, com aquele seu jeito irônico me cutucou e disse, responda esta agora malandro. Estou me sentindo hoje numa situação não exatamente igual, mas evidentemente numa situação semelhante. Eu não represento aqui o Poder Executivo, mas represento, pura e simplesmente o esforço que se pode fazer como coordenador de Ciência e Tecnologia, dos Institutos de Pesquisa de uma secretaria de Estado, no sentido de conduzir, da melhor maneira possível, os rumos da pesquisa, da ciência e da tecnologia na minha área específica. Então, é nesse sentido que quero ser entendido. Estou dizendo isso, como preâmbulo, para dizer que não fiquem imaginando que o fiz fortuitamente, eu não assinei o documento que veio à mesa. E não assinei intencionalmente.

Tenho outro papel a cumprir neste momento, tanto na reivindicação da abertura dos concursos, e temos feito insistentes demandas no sentido de que os concursos sejam abertos, para repor o quadro de pesquisadores científicos dos diversos institutos, como temos feito o esforço possível para que seja respeitada não apenas a carreira de pesquisador, mas para que se volte a ter na área da saúde o que já tivemos no passado, que era uma carreira própria dos dirigentes da Saúde Pública deste Estado, a carreira de médico sanitário, que teria que ser, evidentemente, ampliada, como é uma reivindicação já antiga, não apenas para a categoria profissional dos médicos, mas para as demais categorias que militam na área da Saúde. É evidente que no âmbito do Poder Executivo existe quem desenvolve essas tarefas, não apenas a população em geral, mas também os trabalhadores da área da Saúde, e quando digo trabalhadores da área da Saúde vou pelo menor até o escalão em que me encontro e esta luta é uma luta na qual estamos todos. Posto isto, posiciono-me explicitamente a favor, não apenas da reivindicação, da valorização das carreiras de apoio, a valorização da carreira de pesquisador científico.

Estamos neste momento desenvolvendo um esforço para torná-la no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, um eixo que conduza a organização e o funcionamento dos institutos de pesquisa. Temos uma reunião agendada com a CPRTI, para dizer claramente que enquanto estivermos nesta coordenação assim procederemos, fazer com que se valorize a carreira do pesquisador científico ao redor deste eixo na carreira da ApqC se construa o funcionamento do aparato de Ciência e Tecnologia dos Institutos da Administração Direta da Secretaria de Estado da Saúde, todo apoio à reivindicação das carreiras de apoio, mas não apenas a esta, há um esforço interno dentro da Secretaria de Estado da Saúde, para que se volte a ter carreiras como quando a Secretaria foi organizada em 1969, pelo professor Walter Lezer, com a constituição de uma carreira que representava o esforço da construção da Saúde Pública Paulista, com mecanismos claros de progresso dos médicos sanitários I, II, III, IV, com a explicitação de que cargos

poderiam exercer e que tipo de competências adicionais deveriam adquirir para passar até o nível de coordenador, em nível de diretor regional, em nível de diretor de serviço. Na semana passada, tivemos uma conquista importante que não quero deixar passar despercebida. Inauguramos, na Vila Mariana, o que vai ser o Centro de Formação e de Treinamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, que vai valer para todas as carreiras de apoio, não apenas, evidentemente, à carreira de apoio aos institutos de pesquisa, às carreiras técnicas, às carreiras de apoio da Secretaria de Estado da Saúde. É evidente que não assumo a responsabilidade de estar conduzindo a política de recursos humanos no sentido salarial, no sentido burocrático administrativo. Não creio que seja esta a minha tarefa, entendam-me como um companheiro que vai lutar junto com vocês pela valorização da carreira, pela explicitação de como essas carreiras vão se impor e fundamentalmente pelo retorno da abertura dos concursos de ingresso, especialmente na carreira da ApqC.

Tenho a impressão de que com isso, em termos genéricos, respondo à Dra. Alba e a algumas outras observações. Com relação à fala da Deputada Mariângela Duarte, eu hoje, intencionalmente, sabendo que vinha para cá, tirei da Internet do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, uma ata da 8ª reunião de um comitê assessor para oficina de pesquisa em Aids que se realizou no dia 28/29/4/99, portanto há 11 meses. Um dos itens da ordem do dia, introduzido pelo Dr. Neil Natanson, começaram a disparar, neste comitê, os esforços para o orçamento do ano fiscal 2001, com a discussão do que este segmento do Nacional Instituto de Saúde dos Estados Unidos- NAH, apenas a pesquisa da oficina de Aids está fazendo os seus esforços para preparação da peça orçamentária, e é uma peça semelhante à nossa, presumo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas com o detalhamento para isso e o congresso aprecia. Dá para ter na Internet acesso a essa peça. Evidentemente que são milhões e milhões de dólares só para esse setor. Acho que temos de ter isso muito presente. É um esforço simultâneo, acho que das pessoas que estão no Poder Executivo se esforçando para que essas

coisas sejam levadas a sério, o Parlamento tem que realmente nos apóiam, para que se comece a pensar em coisas dessa natureza, na seqüência da formulação das LDOs e dos PPAs. É levar a sério como é que os Planos Plurianuais e as Leis de Diretrizes Orçamentárias se fazem. É evidente que vamos tentar, enquanto estivermos na coordenação dos institutos de pesquisa, fazer um esforço para que essas coisas sejam de fato levadas a sério. A luta não é fácil, os companheiros sabem disso. E insisto que não quero que passe despercebido que não assinei o documento, porque acho que nessa briga tenho outro papel a cumprir que é um papel de participante de uma equipe do Executivo, ter possivelmente uma capacidade maior de enfrentar essa luta por dentro. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Tem a palavra o Dr. Plínio Assmann – Superintendente do IPT.

SR. PLÍNIO ASSMANN – Centrar-me-ei na questão que o Deputado Zarattini nos colocou: qual o futuro dos Institutos de Pesquisa e por onde eles devem caminhar? Também posso responder à observação do Líder Geraldo, mas queria inicialmente me situar nisso. E diria o seguinte, estou razoavelmente otimista. Acho que os institutos de pesquisa, vão caminhar no nível do desenvolvimento do País. Não tem outro jeito. No nosso caso, do IPT, temos uma mancha de projetos extremamente fortes e que sofremos aí a dificuldade de perpassá-los pela sociedade, pelo aspecto pioneiro deles. Um deles eu citei; o tal projeto das unidades móveis. Temos, e os deputados já viram isso no IPT, Vans, infelizmente só duas. Deveríamos ter mil. Temos duas Vans equipadas com laboratórios especializados na área do plástico e essas Vans, o pesquisador do IPT e um engenheiro do IPT vão guiando a Van e vão visitar a micro e pequena empresa e lá corrigem o processo de produção. Os resultados são realmente emocionantes. Porque a pequena empresa está no nível de diminuir a sua força de trabalho, de demitir o seu pessoal porque não consegue fazer o produto competitivo corretamente.

O país, só no plástico, temos em São Paulo 3.000 empresas, micro e pequenas; 160.000 postos de trabalho. E o País importa 2 bilhões de dólares por ano de quinquilharias de plástico, que são vendidas na Galeria Pagé, na 25 de março, etc. Quando a perua do IPT vai a esse lugar, essa empresa corrige e a sua matéria-prima, porque ela recebe uma matéria-prima inadequada, corrige o processo, corrige o produto, ensina a mão-de-obra a trabalhar e é a presença do Estado na empresa. E o pessoal é extremamente grato. Porque os Governo, os representantes do Governo só acabam visitando essas firmas para aumentar imposto, para outras condições ilícitas e a visita que essa perua do IPT faz cria a condição para que a empresa sobreviva. Os exemplos que temos, já são hoje da ordem de 100 empresas, são realmente, profundamente emocionantes.

Também na exportação, o indivíduo vai tentar exportar e não passa no teste, porque não atende à qualificação do produto. E o IPT vai lá e mostra para ele qual é a norma que ele tem que seguir, como ele tem que fazer e aí ele é competitivo. E temos exemplos de empresas que nunca exportaram e que podem exportar. O País tem 80 empresas que exportam. Não dá para nós conseguirmos exportar com 80 empresas. Nos Estados Unidos, metade da exportação é feita por pequenas e médias empresas, no Japão é assim. A nossa exportação industrial não existe. E o IPT, com duas Vans, precisamos de 1.000, é para a indústria da cerâmica, é para a indústria de couros e calçados, é para a indústria de móveis, é para toda a indústria que vá o pesquisador no local. Quando o pesquisador no local não consegue resolver, ele tem a retaguarda do nosso laboratório, tem a retaguarda do IPT, traz o problema para dentro do IPT e o IPT tem resolvido questões que as empresas fornecedoras, grandes empresas fornecedoras de matéria-prima de plástico para essas pequenas empresas dizem, desafiam o IPT que não se consegue resolver, e o IPT tem resolvido. Então, eu não vejo com pessimismo o futuro.

Nossa dificuldade realmente está em convencer as agências de fomento que precisam tratar disso. É isso, é esse aspecto institucional que é a dificuldade. Porque não é um projeto que diga respeito a um pesquisador. Porque quem está

tratando disso não é o pesquisador apenas, é o IPT, é a instituição. Temos outros projetos, poderíamos aqui ficar falando deles, um projeto que estamos colocando na Mesa agora, que é o automóvel com motor a biocombustível. Isso muda o Próalcool no Brasil.

O sistema, naturalmente, é a eletrônica, que permite o automóvel usar o álcool se for mais barato, a gasolina se ela for mais barata, ou a mistura dos dois, conforme for a economia do mercado. Isso feito por um desenvolvimento eletrônico, um “kit” que é adaptado na injeção eletrônica. Isto está sendo proposto. E aí, temos um vulcão de propostas para fazer. A nossa dificuldade hoje, é outra. Este ano o IPT está fazendo uma proposta de crescimento.

Nós queremos crescer este ano e estamos enfrentando as dores do crescimento. Porque é muito fácil nós ficarmos no mesmo nível. A dor do crescimento significa o seguinte: nós, não na madrugada, mas no dia, vamos solicitar 10 vezes o que a Assembléia concedeu ao IPT na madrugada, vamos solicitar ao Governo 10 vezes mais já. Porque estamos levando o IPT para frente e, evidentemente, precisamos de dinheiro. Isso vai nos levar a uma situação de discussão muito forte com o Governo, muito dura, mas não tem mais jeito. Nós do IPT não temos mais retrocesso. Nós temos que ter esse aporte que citei na exposição inicial, que é a maneira de crescer. Crescer em órgão público, não é crescer suavemente, não se cresce com tapinha nas costas. Cresce-se com propostas muito práticas e objetivas. E, portanto, nós daqui a um pouco apresentaremos uma conta ao Governo e esperamos ter o apoio dos deputados para nos ajudarem nisto. Não necessariamente na madrugada, mas queremos e viremos aqui e vocês sabem disso Zarattini e Jamil, já lhes adiantei qual é o nosso problema e vamos apresentar esse pedido e esperamos o apoio de vocês. E isto vai significar o nosso crescimento. O nosso crescimento significa o seguinte: nós temos problemas internos no IPT e a lista que aqui foi lida é essa mesma. A nossa versão não é exatamente igual à do Geraldo, a nossa é um pouco diferente, mas que é inquestionável que os problemas estão lá. Precisamos ter a compreensão de que

esse crescimento tem que ocorrer. Esse crescimento se faz com gestão, não se faz por decreto. Vejo o seguinte: o País não duplica a exportação dele na base financeira. Crédito tem sobrado no BNDES e o empresário não vai pegar porque não pode, ele não sabe fazer o produto, ele não é competitivo na produção. Então não adianta apenas a questão financeira. E a única instituição que está fazendo isso pelas empresas brasileiras é o IPT. Quem faz isso pelas estrangeiras é a própria firma estrangeira. Mas, pelas firmas brasileiras, quem está fazendo é o IPT. Portanto, temos muita força. E se nós soubermos dirigir essa força, não contra nós mesmos, mas a favor da instituição, a favor do desenvolvimento, vamos fazer com que as instituições cresçam. Não tem jeito de crescer esta coisa, não tem jeito de ter desenvolvimento econômico num País moderno sem instituto de pesquisa. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Tem a palavra o sr. Nelson Raimundo Braga, Presidente da ApqC, para encerrar o nosso seminário, o nosso debate.

SR. NELSON RAIMUNDO BRAGA – Depois de tudo o que foi dito, inclusive pelo Dr. Plínio, parece-me que o problema dos institutos talvez não seja de gestão, o problema é de digestão. É uma digestão das estruturas internas. À questão de cinco anos, uma série de leis de diretrizes orçamentárias foi elaborada determinando a realização dos chamados planejamentos estratégicos. O que resultou disto? Posso afirmar com muita convicção que na área da agricultura, especialmente no instituto em que trabalho, extinguiram-se as unidades antigas chamadas seções técnicas e foram propostos no lugar os chamados centros que resultou num sofisma institucional. Porque extinguiram os antigos chefes das seções e os diretores resumiram a um carimbo, uma secretária e ele mesmo chamando a isso de centros, incapazes de poder cuidar da infra-estrutura física e humana. No máximo assinam diárias, fichas de viagens e participam de algumas

reuniões quando convocados. A estrutura foi digerida, todos os diretores sabem disso, que hoje os laboratórios, onde ficam ainda os pensadores das administrações, estão sendo convertidos em almoxarifados, pessoas e equipamentos

Em alguns casos a Fapesp financia reformas e aquisição de equipamentos, mas não tem pessoal para utilizá-los, a não ser que improvise como já falamos, com pessoas sem contrato, pessoas temporárias, que não garantem continuidade institucional. No agrônômico, inclusive, vale a pena registrar, temos uma fundação chamada: Fundação Chitãozinho e Xororó, que deveria, no prazo de um ano, realizar alguma missão, a base de um convênio feito, alguma contrapartida que deveria ser assumida. Por mais louvável que possa ser a intenção filantrópica da fundação, vejo nisso o caminho que está sendo sinalizado para nós, abrir mão de patrimônios, porque seriam excedentes. Como não temos recursos suficientes para utilizá-los, vamos criar a figura do patrimônio excedente. E o patrimônio excedente seria vendido, alienado, transferido. Fala-se lá, já, inclusive, em ocupação de espaço pela Polícia Militar, por entidades outras, já temos Agrishow em Ribeirão Preto, ocupando cerca de 80 hectares, algo assim, plantando, produzindo, gerando recursos que fluem e não vão para o fundo especial, não vão para o Tesouro, não sei como vão.

Cria-se a figura dos chamados caixa 2, 3, 4, preta, nas instituições. Acho que o que estamos vivendo hoje é um estado de decomposição institucional. E no lugar disso, surge a figura de megassiglas que pretendem dirigir um conjunto amorfo, desfigurado, despersonalizado. Não importa que tenhamos 113 anos no Agrônômico, em seu lugar vem uma sigla que vai viver do quê? Não sei. Estamos falando de hipóteses porque temos em mãos documentos que não nos chegaram por via oficial. Reunimo-nos para tomar conhecimento de algo chamado de agências, que circula na agricultura, mas não fomos convocados, convidados a participar de uma discussão aberta, quem sabe ela tivesse algum fundamento, que pudéssemos estar opinando, contribuindo para que fosse uma saída para as nossas

instituições. O que estou vendo é a despersonalização dos institutos, uma morte premeditada através da evasão, da não abertura de concursos, dos salários aviltados, da desmotivação das lideranças a permanecerem nos institutos e da descontinuidade das pesquisas. Não importa o sucesso do genoma havido recentemente, quando participamos com contingente expressivo e que mereceu até uma expressiva homenagem do governador via imprensa e na Sala São Paulo.

Então, o que estamos vivendo hoje depende de um exame direto, que chamamos de audiências públicas do Governador, da Assembléia Legislativa, com parceria dos dirigentes das instituições, da comunidade que trabalha e dos usuários, num diálogo honesto, franco, objetivo, transparente. É isso que propomos.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado. Queria agradecer aqui aos debatedores, queria dizer que nós, eu, o Deputado Jamil Murad, Deputado Felipe, temos tido contato com a direção do IPT, com os funcionários no sentido de tentar resolver da melhor forma possível as questões que foram colocadas, temos feito um esforço para isso, pensamos que esse esforço vai ter que continuar ainda, não está encerrado. Tem o pedido do Luiz Barreto, para fazer mais alguma colocação, para encerrar o nosso seminário. Tem a palavra o Sr. Luiz Barreto.

SR. LUIZ BARRETO – Para finalizar, a idéia que nos passa, e falo em nome dos colegas de apoio, que esse novo modelo de gerenciamento do sistema de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, que muitos estão procurando aqui expor, parece-me, quero usar uma figura de linguagem como arquiteto, que querem construir uma pirâmide começando pelo topo, querem construir um novo modelo de Ciência e Tecnologia começando não pelo alicerce dessa estrutura. Querem começar pelo topo da pirâmide. Isso para o arquiteto, para qualquer engenheiro, para qualquer pessoa que tenha um mínimo de noção de estruturas, de sistemas organizacionais, é um absurdo. Enquanto a base da pirâmide não for trabalhada,

nós não conseguiremos implantar nenhum sistema de Ciência e Tecnologia que funcione de fato. Apenas isso. É mero desabafo meu, e em termos práticos gostaria de convocar os representantes da carreira de apoio para uma reunião após o término deste evento.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado, agradecemos a presença de todos os senhores e já deixamos aqui o convite para o próximo debate, dia 12/ 4, nesta sala, sobre Institutos de Fomento à Pesquisa.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

12.04.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Sidney Beraldo – Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- .Carlos Henrique de Brito Cruz – Presidente da Fapesp
- .Evandro Mira de Paulo e Silva – Presidente do CNPq
- .Alberto Miguel Pecci – Superintendente da Divisão Operacional do BNDES
- .Luís Valcovi Loureiro – Diretor de Programas e Presidente substituto da Capes
- .Lenildo Fernandes Silva – Superintendente da Finep
- .Alberto Petti – Bendespar
- .João – IPT. Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia do Fórum
- .Leonora Seligman – Professora visitante na UFRJ
- .Percy Correia Vieira – Pesquisador do Instituto Geológico
- .Sônia – Instituto de Botânica. Presidente da Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral
- .Nelson – Associação dos Pesquisadores
- .Laerte Machado – Instituto Biológico
- .Flávio Fava de Moraes – Diretor Executivo da Fundação SEADE

SR. CARLOS ZARATTINI – Senhoras e senhores, gostaria de chamar o Sr. Vice Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o Sr. Deputado Sidney Beraldo. Gostaria de chamar, também, o Dr. Carlos Henrique Brito Cruz, Presidente da Fapesp, Dr. Evandro Mira de Paulo e Silva, Presidente do CNPQ, Dr. Alberto Miguel Pecci, Superintendente da Divisão Operacional do BNDES, Prof. Dr. Luís Valcovi Loureiro, diretor de programas e presidente substituto do Caps, e chamar o Dr. Lenildo Fernandes Silva, superintende da Finep. Queria passar a palavra para o Sr. Deputado Sidney Beraldo, para fazer a abertura desse nosso debate.

SR. SIDNEY BERVALDO – Deputado Carlos Zarattini, que é o coordenador do tema Ciência e Tecnologia do nosso Fórum século 21, Dr. Carlos Henrique Brito Cruz, da Fapesp, Dr. Evandro, do CNPQ, Dr. Leonildo Fernandes, que representa o Dr. Mauro da Finep, Dr. Alberto Miguel Pecci, do BNDES, Dr. Luís Valcovi Loureiro, da Caps, e demais membros do Conselho, Sra, Sr, pesquisadores, funcionários, queria apenas dar-lhes as boas vindas e agradecer a participação de todos neste Fórum que, sem dúvida, é uma experiência nova que a Assembléia Legislativa vem desenvolvendo através da iniciativa do nosso Presidente Vanderley Macris, no entendimento de que dentro destas mudanças todas que estão ocorrendo na nossa sociedade, e com a rapidez, o parlamento também tem que rediscutir o seu papel, tem que estar atento a estas mudanças. E uma das questões fundamentais neste novo papel é uma interação, cada vez maior, com a sociedade. A idéia do Fórum é estarmos discutindo aqui propostas estratégicas a um longo prazo. Coisa que não era muito comum. Nós, brasileiros, costumamos discutir a um curto prazo. E, também, entendemos que só os parlamentares não são suficientes. É preciso que haja, cada vez mais, uma interação com a sociedade. E o Fórum foi criado com esse objetivo. A democracia precisa ser adjetivada. E o adjetivo que queremos é a participação. E tem sido um sucesso. Nos 16 temas que estamos discutindo aqui na Assembléia Legislativa, temos a participação de mais de 600 conselheiros ou

convidados de conselheiros, que estão participando conosco desse debate. E, hoje, essa questão da Ciência e Tecnologia, especialmente esse assunto, esse subtema, que é o financiamento a discussão do financiamento da Ciência e Tecnologia, que sabemos, se queremos realmente ter um país desenvolvido, autônomo, com capacidade competitiva, é fundamental o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, e que ela se dê, cada vez mais, de forma integrada para a sociedade. Mais próxima do setor produtivo. É preciso que passemos a realizar parcerias com instituições, para que possamos, através dessas parcerias, tomarmos o volume, cada vez maior, de recursos destinados a esta área. Tenho absoluta certeza que dada a composição deste conselho, e a presença dos Srs. aqui, teremos um debate muito rico que, sem dúvida, irá contribuir muito para esta questão. Queremos agradecer a participação de todos e, mais uma vez, cumprimentar o Sr. Deputado Carlos Zarattini, que tão bem vem liderando na coordenação desse tema. Muito obrigado.(Palmas)

SR. CARLOS ZARATTINI – Quero, aqui, agradecer as palavras do Deputado Sidney Beraldo, que hoje está no exercício da nossa presidência, porque o nosso presidente Vanderley Macris está em viagem ao Exterior. Gostaria, em primeiro lugar, pedir desculpas e a compreensão dos Sr Estamos realizando este debate nesta área que será um futuro auditório. E, por conta da instalação da CPI do narcotráfico, tivemos que fazer um rearranjo. Queríamos agradecer aos funcionários da Casa que se esforçaram para garantir a realização deste debate hoje e adaptaram aqui da melhor forma possível esse espaço. O som não conseguimos eliminar, portanto, peço a compreensão de todos os Srs. Queria, para dar início ao nosso debate, dizer que já realizamos dois debates nesse grupo de Ciência e Tecnologia. Aliás, 3 debates. Um primeiro debate sobre a questão da tecnologia e o emprego, no ano passado. Neste ano já realizamos um debate sobre o papel das universidades. Um segundo debate sobre o papel dos institutos e, agora, este sobre fonte de financiamento para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Temos tido

uma preocupação grande porque este tema, fonte de financiamento, parece que é como sempre, fundamental. Temos nas universidades, um debate em que surgiu muito a questão de que, apesar das universidades públicas terem um recurso bastante grande e bastante importante da Receita Estadual, elas ainda têm problemas como, por exemplo, a questão do grande número de funcionários aposentados; tem dificuldades de contratação e sente falta, ainda, de recursos que escassearam. Os institutos, também, vimos que têm esse problema. Vários dos institutos tiveram uma perda muito grande de pesquisadores. Os funcionários de apoio vêm lutando para terem um plano de carreira e, até o momento, não obtiveram isso. E, em função de que, também, os recursos, os financiamentos dos institutos de pesquisa vem escasseando. É o caso do IPT. Isso vem levando a permanentes conflitos dentro da empresa, inclusive a paralisações; a empresa acaba não se desenvolvendo. Não consegue fazer chegar aos seus objetivos principais, que é levar a tecnologia, levar a pesquisa à produção. E, por fim, também nos preocupa o fato de que, ainda no Brasil, não temos a incorporação da pesquisa e do desenvolvimento dentro das empresas. Exatamente porque não existe forma de financiamento para que isso ocorra, não existe crédito e, obviamente, o empresário brasileiro muitas vezes prefere comprar uma patente já testada, já consagrada do que investir na pesquisa na sua empresa e desenvolver um produto em sua empresa e arriscar. Esse risco não tem nenhuma forma de garantia por parte do Estado. Então, o resultado disso acaba sendo que não temos a incorporação de toda a pesquisa que é feita no país, e que não é um número desprezível, mas que não está devidamente incorporado na produção. Então, esses são, a meu modo de ver, as questões que envolvem esse tema e que gostaria, agora, de dar início ao debate, começando pelo Prof. Carlos Henrique Brito Cruz.

SR. CARLOS HENRIQUE – Boa-tarde. Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade de vir a este debate e cumprimentar a Assembléia Legislativa pela iniciativa. Realmente, para nós, da Fapesp, vemos de maneira muito positiva e

consideramos muito importante esse envolvimento do Poder Legislativo, no Parlamento, na atividades de planejamento, de acompanhamento e desenvolvimento que acontecem no Estado de São Paulo, especialmente nesta área de Ciência e Tecnologia, afinal de contas a Fapesp é uma obra do Poder Legislativo do Estado de São Paulo e que a criou em 1947 e terminou de criá-la em 1962 ao aprovar a lei que instituiu a Fundação. Então, o papel do poder Legislativo para a Ciência e Tecnologia em São Paulo tem sido dos mais importantes, e a Fapesp é um dos demonstrativos disto. Queria falar, aqui, de 3 coisas. E vou mostrar algumas figuras, saltando várias devido a limitação do tempo. Mas, vou começar destacando, embora seja um pouco redundante, mas mesmo assim acho importante para situarmos o assunto, destacando a importância da Ciência e Tecnologia ou da pesquisa e do desenvolvimento, para o Estado. Já tive oportunidade de detalhar isto em uma outra apresentação que fizemos no final do ano passado, aqui neste mesmo Fórum. Depois, vou mostrar um pouco sobre o que é e como funciona a Fapesp, apenas em linhas bastante gerais, mas destacando a estratégia que a Fundação tem adotado, eu diria nos últimos 5 a 6 anos. Que é uma estratégia de se preocupar, ou de prestar atenção, de maneira muito especial à questão da difusão do conhecimento e à da aplicação do conhecimento ao lado da preocupação que já é histórica, da qual não nos afastamos, que é com a geração do conhecimento. Mas, tem sido uma estratégia importante da fundação preocuparmos com esses outros dois aspectos, que são o da difusão e da aplicação, porque consideramos que um dos grandes desafios para a Ciência e Tecnologia no Estado de São Paulo, é como podemos fazer para transformarmos o conhecimento que se gera neste Estado em mais riqueza e mais desenvolvimento econômico e social. Então, começaria com a primeira figura, que é apenas uma ilustração. Peguei um trecho de um discurso desse senhor, o Sr. Allan. É uma pessoa que entende de ganhar e de fazer dinheiro. É o presidente do Banco Central dos Estados Unidos. E ele está, justamente neste discurso a que me refiro, destacando os avanços tecnológicos dos últimos anos que permitiram às indústrias norte-americanas operar

com maior produtividade contribuindo para aquilo que ele denominou entre aspas: “a maior prosperidade já experimentada pelo mundo”. Quer dizer, tirando o fato que este senhor comete um equívoco muito grande com os nossos irmãos do Norte, ao identificar “empresas norte americanas antes, com prosperidade experimentada pelo mundo”, na verdade o mundo é mais que os Estados Unidos, mas o que ele está destacando é a importância que teve para o desenvolvimento da economia, nos Estados Unidos, o avanço da tecnologia e a capacidade de formar e de educar pessoas, e o papel do Estado em garantir um ambiente no qual a inovação tecnológica fosse algo desejável e estimulado. Trata-se disso, que é o assunto do qual estamos discutindo aqui, como é que podemos fazer para que a inovação seja algo desejado e estimulado no Estado de São Paulo. Porque esperamos que isto nos traga desenvolvimento econômico e, juntamente com isso, desenvolvimento social. Nesta foto, me reporto aos instrumentos que estabeleceram a Fapesp, justamente fazendo esta relação entre uma fundação como a Fapesp e a capacidade ou o apoio do Estado de São Paulo de realizar a inovação baseada em conhecimento. A Fapesp, como me referi ao início, começou a ser criada em 1947, quando, por iniciativa de um grupo de pesquisadores e professores aqui no Estado de São Paulo, foi inserido um artigo na Constituição paulista estabelecendo que o amparo à pesquisa seria propiciado pelo Estado, através de uma fundação. “Anualmente o Estado atribuirá à Fundação uma quantia não inferior a meio por cento de sua Receita ordinária”. E isso foi efetivamente incorporado em 1962. A Fapesp veio a ser criada através do Decreto Lei nº 40.132. O Governador, então, Carvalho Pinto, e houve uma alteração na Constituição Estadual em 1988, estabeleceu um percentual de 1% e, também, estabeleceu uma redação muito mais de acordo com os tempos modernos. Uma redação que, ao invés de falar apenas em pesquisa científica, falava em apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, reconhecendo a proximidade entre a Ciência e Tecnologia, pelo fato de que a tecnologia avançará quando a ciência avançar, e eu também vi o avanço da tecnologia contribuir com a ciência, e vice-versa. Essa estrutura da fundação, da

Fapesp tem um conselho superior, que é o órgão responsável por estabelecer as estratégias e o acompanhamento dos vários programas da fundação, compostos de 12 membros. Seis deles indicados pelo Governador do Estado e outros seis, que são representantes da comunidade envolvida com pesquisa científica ou tecnológica no Estado de São Paulo. E, para executar as atribuições da fundação há um conjunto de 3 diretores, um diretor presidente, um diretor científico e um diretor administrativo. Está no âmbito da diretoria científica da fundação realizar a seleção de todos os projetos que a Fapesp, eventualmente, venha a apoiar e que esta seleção, invariavelmente, é feita baseada em pareceres que a fundação obtém de especialistas naquele campo e não necessariamente especialistas na área acadêmica. Isso é um compromisso importantíssimo da Fundação em respeitar a opinião dessas pessoas que utilizamos, mesmo reconhecendo que, eventualmente, pode ser que a fundação erre ao fazer isso, mas preferimos errar com os pareceristas do que desmoralizar um sistema que precisa ser seguido para ajudar. Para tecer uma idéia do tipo de atividades que a fundação faz, há um conjunto no quadro da esquerda, que denominei de Programas Tradicionais. São, mais ou menos, as atividades que a Fapesp vinha fazendo desde 1962. E que podem ser resumidas em apoio à bolsas de estudo e auxílios à pesquisa, principalmente em universidades e em institutos de pesquisa. E, no quadro da direita, os novos programas que a Fundação veio criando desde 1994, especialmente. Que foram programas dirigidos a estabelecer uma infra-estrutura de pesquisa do Estado de São Paulo, atrair jovens pesquisadores para que venham trabalhando no Estado de São Paulo, e que ao fazer isto nos ajudem a desconcentrar a atividade de pesquisa científica em São Paulo, levando a atividade de pesquisa para outras instituições que têm menos massa crítica do que as tradicionais. Então, várias outras universidades novas e departamentos mais recentes se utilizaram desse programa para criar linhas de pesquisa e trazer geradores de conhecimento para este Estado. Pesquisa aplicada ao ensino público, um projeto em que há parcerias entre universidades e escolas públicas para desenvolver atividades que melhorem,

especialmente, o ensino de ciências de matemática nas escolas públicas do Estado de São Paulo. Parceria para o desenvolvimento tecnológico e apoio à pesquisa na pequena empresa. Dois projetos destinados à apoiar projetos de natureza mais tecnológica que envolvam aumentar a competitividade ou de uma pequena empresa, no caso do projeto da pequena empresa, ou mesmo de uma grande , no caso daqueles projetos de parceria entre universidades e empresas. Há um documento que está sendo distribuído na entrada, que tem um resumo de todos os projetos que a Fapesp tem atualmente nesta área. É uma quantidade grande de projetos. O programa Genoma, que desenvolvemos em parceria com algumas iniciativas empresariais, também no Estado de São Paulo. O Fundecitrus foi um parceiro importante, e está sendo, para o Genoma da Chilela, o Instituto Ludwig, que é um instituto privado e internacional, no Genoma do câncer e a Coperçúcar, no estudo do Genoma da cana-de-açúcar. O programa de políticas públicas voltado a desenvolver conhecimento que possa ser aplicado na área de políticas públicas, saneamento, educação, saúde, emprego, segurança, justiça etc. Centros de pesquisa de desenvolvimento para se estimular novos centros de pesquisa e desenvolvimento no Estado de São Paulo. E capacitação técnica para a formação de técnicos e Biota, o Estudo da Biodiversidade do Estado de São Paulo, Fapelivros, para equipamento das bibliotecas, livros para as bibliotecas acadêmicas do Estado de São Paulo e o Pro Ciência, que é um programa em parceria com a Caps para a formação de professores de ciências e de matemática na escola pública. Isso para ter uma idéia das várias atividades. E para ter uma idéia do dinheiro que a Fapesp tem para realizar isso, esse quadro mostra que há recursos do Tesouro do Estado, que correspondem àquele 1% da Receita Tributária do Estado de São Paulo, que em 98 foram 192 milhões. Um número, mais ou menos, estável. A Fapesp conta também com uma Receita patrimonial. Ou seja, a Fapesp, na verdade, como poucas fundações no Brasil, cuidou de estabelecer um patrimônio. Um patrimônio rentável. A lei que criou a Fapesp dizia que uma de suas obrigações era estabelecer um patrimônio que rendesse recursos para a fundação.

E, desse patrimônio rentável, que contém imóveis, ações, investimentos, várias atividades, a Fapesp recebe outros 190 milhões por ano. Então, com a receita do patrimônio, a Fapesp pode duplicar aquilo que seria um investimento do Estado de São Paulo em Ciência e Tecnologia. E despendeu, no mesmo ano, a quantia perto de 300 milhões. 293 milhões de reais em apoio às várias atividades. Bolsas e auxílios de toda a natureza. Acho que é importante destacar esse valor do investimento que a Fapesp faz no Estado de São Paulo, de 300 milhões, porque muitas vezes, gera-se uma falsa impressão de que a ciência, no Estado de São Paulo, a Ciência e Tecnologia, poderiam funcionar exclusivamente dependendo da Fapesp. Isso é um equívoco de grandes proporções. Na verdade, 300 milhões é uma quantia apreciável de recursos, mas, na verdade, de agências federais, Caps e CNPQ, o investimento que acontece no Estado de São Paulo é da ordem de outros quase 400 milhões, principalmente em bolsas de estudo para pós-graduação. Então, o investimento da Fapesp não é a maior parte de investimento no Estado de São Paulo, embora seja uma parte importantíssima pelo fato da Fapesp ter recursos para apoiar projetos. Ou seja, o custeio de projetos, investimento, compra de equipamentos, materiais de consumo, isso faz a enorme diferença. Visto que até recentemente, as agências federais não tinham essa disponibilidade de apoiar outras atividades que não fossem as bolsas de estudo da pós-graduação, bolsas de estudo de pesquisa. Isso para ter uma idéia dos investimentos que a Fapesp faz, apenas para mostrar que a maior fatia de investimentos da Fapesp é justamente na área de ciências da saúde. Em segundo lugar, a área de engenharia e em terceiro lugar a área de ciências biológicas. Essa é uma ordenação, uma hierarquia que mudou bastante nos últimos anos. Há alguns anos, estava em segundo lugar a área de física, que era uma área muito demandante, muito intensa. Sou físico, então posso dizer aqui que a área de física caiu do segundo para o quinto lugar. Mas, o que se observa ali é que a área, especialmente a de engenharia no Estado de São Paulo, viveu um desenvolvimento muito importante nos últimos anos em função da qualificação das atividades de pesquisas na área de engenharia. Então, foi se

posicionando para cada vez mais poder obter mais recursos através do processo seletivo de mérito que a Fapesp realiza. E isso é algo muito positivo do ponto de vista da capacidade do Estado de São Paulo de gerar a inovação, porque a pesquisa na área da engenharia está muito próxima da pesquisa que vai gerar a inovação mais imediatamente. E, obviamente, é muito positivo para nós da Fundação. Gostamos do fato de que a maior fatia do investimento é na área da ciência da saúde porque é uma área socialmente importantíssima e é uma em que o Estado de São Paulo tem enorme capacitação para gerar conhecimento e inovação. Essa figura é que queria usar para ilustrar a modificação na estratégia de funcionamento da Fundação. É uma figura que está mostrando o eixo horizontal, que são os anos, o tempo, e mostrando não somente a quantidade de programas que a Fundação tem, mas também a abrangência desses programas. Está mostrando como é que em 30 anos a Fapesp fez, e se aperfeiçoou em fazer excelentemente uma coisa que era o auxílio à pesquisa e às bolsas de estudo na área mais acadêmica. E de 1990 para cá, primeiro lentamente e, depois, muito rapidamente, foi se dirigindo à várias outras áreas que são importantíssimas para o Estado de São Paulo, através da criação de todos aqueles outros programas que estão relacionados à maior parte deles, justamente com a questão da difusão e da aplicação do conhecimento, que tem sido, de alguma maneira, quase uma obsessão da Fundação. Essa figura mostra como evoluiu o volume de recursos que a Fapesp destina a áreas relacionadas com tecnologia no Estado de São Paulo. Que são as áreas de engenharia, agronomia e veterinária. Nos programas de parceria entre universidade e empresa e no investimento de projetos na pequena empresa, como esse volume de recursos cresceu de maneira notável, retratando não somente o aumento de capacitação na área de engenharia, como também a introdução dos novos programas de parceria. E, nessa outra, o investimento feito na área de saúde, ao longo de todos esses anos. Uma última consideração que queria fazer é sobre um assunto que, no debate sobre investimento em Ciência e Tecnologia, freqüentemente aparece, que é a questão de se investir mais na pesquisa básica,

na pesquisa aplicada ou na tecnologia. E quero fazer o argumento aqui, e que um pouco disso tem fundamentado a nossa ação na Fapesp. É um equívoco essa classificação de pesquisa em básica e aplicada. Porque ela é tão equivocada quanto aquela que, antigamente, se falava sobre a pesquisa pura, que fazia toda a outra impura. Essa classificação leva à idéia de que a pesquisa básica não pode ter aplicação e de pesquisa aplicada não pode ser fundamental. O que é um equívoco gravíssimo do ponto de vista do conhecimento. O problema está, em grande parte, nessa classificação de natureza unidimensional, onde queremos achar que quanto mais básico, menos aplicado, ou vice-versa. E, por isso, gostei muito de uma classificação que aprendi recentemente, num livro chamado “Quadrante de Pasteur”, em que o autor utilizou dois eixos para fazer a classificação das atividades de pesquisa. E não somente um. Um eixo é o vertical, que associaria o projeto de pesquisa à relevância que ele tem como geração de conhecimento fundamental. Gerar conhecimento fundamental é o seguinte, é aquele que causar a geração de muito mais conhecimento depois dele. E o outro eixo, o horizontal, é a relevância em termos de aplicações. Ou a relevância para aplicações econômicas ou sociais imediatas. E, aí, divide-se o plano em 4 quadrantes e existe, por exemplo, ali embaixo um quadrante que o autor denominou quadrante de Thomas Edson, que é um de alta relevância para aplicações, mas de pouca relevância para o conhecimento fundamental. E é exatamente isso. Os trabalhos de Thomas Edson foram importantíssimos para o desenvolvimento da tecnologia. Mas, do ponto de vista do conhecimento fundamental, deu pouca contribuição. Então, aquele é o quadrante do Thomas Edson. São atividades importantíssimas, mas, no geral, são atividades que são muito mais realizáveis no âmbito empresarial do que no âmbito acadêmico, mesmo porque a aplicação está logo ali. Do outro lado, se tem o quadrante do News Boor. Poderia ser o quadrante do Albert Einstein. É o quadrante daquele projeto de pesquisa que é feito com o objetivo de avançar o conhecimento, apenas isso. O fato de que esse avanço do conhecimento humano, mais tarde gere aplicações que podem revolucionar a vida de todos nós. E um terceiro quadrante,

que achei muito interessante, é o mais fascinante talvez desses três é o quadrante de Pasteur. É o quadrante daquela pesquisa que ao mesmo tempo que avança o conhecimento humano do ponto de ser fundamental, tem aplicações e relevância econômica e social imediata. Então, esses 3 quadrantes são muito mais ricos para classificamos e, para nós, na Fapesp, tem sido especialmente fascinante assuntos que possam estar naquele quadrante de Pasteur. Porque é um lugar onde achamos que o papel do Estado deve ser muito importante. Estimular aquele tipo de atividade. É claro que nos interessamos, como a Fapesp sempre se interessou, pelo quadrante de Boor. Nos interessamos progressivamente mais pelo quadrante de Edson, mas sempre com aquela idéia de fazer coisas nesse quadrante em parceria com as empresas, porque se estamos falando numa aplicação, tem-se que ter um aplicador. Então, a parceria é importantíssima. E eu concluiria a última figura que queria mostrar, é uma frase que gosto muito do Pasteur, que fala sobre isso, dizendo que não tem, na verdade, ciência aplicada. O que existe são as aplicações da ciência. E o estudo das aplicações da ciência é muito fácil e acessível a qualquer um que domine o saber e a teoria. Esse que é o grande desafio do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo que desenvolve uma capacidade de olhar para o abstrato, para o geral, para o saber e para a teoria, como diz Pasteur, também olha para as aplicações que vão trazendo o desenvolvimento econômico e social para o Estado. Muito obrigado. (Palmas)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado ao prof. Brito. Queria passar a palavra ao Prof. Luís Valcovi Loureiro, diretor de programa do Caps.

SR. LUÍS VALCOVI LOUREIRO – Antes de mais nada, queria me congratular com a iniciativa da Assembléia Legislativa, na pessoa do Deputado Carlos Arati e agradecer o convite formulado por esse conselho e por esse Fórum, dirigido a Caps. Procurarei rapidamente fazer uma apresentação do que é a Caps e como ela atua, sobretudo dando mais informações sobre a sua atuação no Estado de São Paulo. A

Caps é uma Fundação ligada ao Ministério da Educação. Isso desde a sua origem, ela nunca perdeu essa ligação. Desde 1951, quando foi criada por Anísio Teixeira, com o objetivo, na época, e digo que permeou toda a atuação da agência ao longo dos seus quase 50 anos, de elevar o nível de qualificação de recursos humanos no país, com vistas a uma melhoria do ensino superior. Era essa a grande missão. Diz aqui o Sr. Teixeira, cujo centenário está completando esse ano. Era um homem que primou, em certos aspectos era um visionário. A Caps, portanto, ao longo da sua história sempre teve essa missão de procurar buscar a melhoria dessa qualificação. Ela busca fazer isso subsidiando o Ministério da Educação na formulação e políticas para pós-graduação. Ela faz isso avaliando e acompanhando o sistema de pós-graduação no Brasil. E aí gostaria de me deter um pouquinho, porque, talvez, seja uma das poucas iniciativas do Estado, onde sempre houve uma avaliação colada em todas as iniciativas de apoio, de fomento e de financiamento. Nunca houve esse descolamento. E se podemos, hoje, nos orgulhar do sistema de pós-graduação, de um sistema que tem hoje 80 mil alunos, que gera 5.000 doutores por ano, isso no ano de 1999, que gera 15 mil mestres por ano, de qualidade, é porque, sem sombra de dúvida, havia e sempre houve uma avaliação e um acompanhamento extremamente rigoroso, sério, atrelado a este sistema. E, sem dúvida, isso só é possível fazer com dinheiro. E, aí, o tema principal desse nosso painel; a Caps exerce, também, um papel de agência de fomento. Ela não apenas formula políticas, não apenas faz avaliação do sistema, mas ajuda a que esse sistema funcione através da parte de recursos, que se dá, essencialmente, na forma de bolsas de estudo. Dentro dos principais objetivos da Caps, temos a coordenação dos planos nacionais de pós-graduação e estamos elaborando o quarto plano de pós-graduação. Dentro desse plano, contemplamos algumas atividades que buscam fortalecer, setorialmente, pós-graduação e regionalmente. É o nosso grande desafio, não só na pós-graduação. Nosso país apresenta reconhecidamente, grandes diferenças regionais e isso, na pós-graduação, é amplificado. E o objetivo é apoiar todas as atividades que busquem desenvolver e permitir a consolidação

institucional. E, aí, há um outro aspecto que vale a pena se deter também; que a vinculação da Caps com o Ministério da Educação, fez com que ao logo dos 50 anos, tivéssemos com que as ações da Caps sempre fossem pautadas por um viés fortemente institucional. Ou seja, os nossos grandes interlocutores, os nossos grandes parceiros em todas essas iniciativas ao longo desses anos são as instituições de ensino superior. A Caps sempre buscou fortalecer as instituições de ensino superior. As instituições onde haja pós-graduação. A Caps, diferentemente, de outras agências, não faz ou não privilegia a interlocução individual com o pesquisador. Ela, enquanto agência do Ministério da Educação, busca fortalecer o institucional. Estamos falando de agência de formação e a formação, todos nós sabemos, se dá, hoje mais do que nunca, no seio de grupos, no seio de instituições. E a Caps se preocupa fundamentalmente com a consolidação institucional no ensino superior. Vou falar, muito brevemente, sobre algumas atividades da Caps, mas talvez uma que mais se destaque, hoje, e no tempo também, é a Caps enquanto agência que concede bolsas de estudo. E a Caps concede bolsas de estudo para a pós-graduação. Para a formação, quais sejam, bolsas de mestrado, de doutorado no país e no Exterior. Bolsas que hoje se dividem em dois grandes programas dentro da Caps. Um programa que é destinado a fortalecer os de pós-graduação das próprias instituições, que têm capacidade de elaborar, de conceber e de implementar. E outro que concede bolsas para as instituições que necessitem qualificar os seus quadros docentes. Aí relembro o que falei logo no começo, dentro da missão essencial da Caps, que era preconizada por Anísio Teixeira, em 1951 e que continua sendo muito importante para a Caps. Além das outras atividades, quanto agência de fomento, apoio e manutenção de infra-estrutura. E a cooperação internacional e nacional, muito importante para nós também. Como o Sr. Brito mencionou, temos buscado também algumas iniciativas, em que buscamos promover uma interação entre os diferentes níveis de ensino. Aí estamos falando da universidade, da graduação, da pós-graduação, com o ensino médio. Sabemos dos enormes problemas que o analfabetismo científico traz para um país. Esta é uma

preocupação mundial e não só nossa. Daí termos um programa que busca aproximar a universidade dos professores de ciência e matemática do ensino médio buscando que essa instituição, a universidade, não fique só numa postura negativa. Então, buscamos com o apoio das Caps, num programa muito bonito, feito de forma descentralizada, oferecer treinamento para os professores do ensino médio, e aí público e privado, sem nenhuma diferenciação. Esse programa, só para dar uma idéia, mas esse é um programa que, ao longo de 4 anos, já qualificou no país inteiro, 50 mil professores, de um total de 110 mil que existem no país nestas áreas. Em alguns Estados chegamos perto dos 100%, como no Ceará ou em Pernambuco. São Paulo é mais difícil porque é muito grande. Precisa de mais dinheiro do que no momento estamos conseguindo mobilizar. Mas, de qualquer modo, já gastamos, nesse programa, 50 milhões de reais, muito bem gastos. E a outra atividade, é a avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação. Não queria aborrecer os Srs. com números, mas eles são importantes para mostrar algo que já foi dito pelo Prof. Brito, que é a relevância do papel das agências federais no Estado de São Paulo, e em que medida as agências federais têm contribuído para que o Estado de São Paulo tenha ou esteja no estágio que está no desenvolvimento científico e tecnológico. Mostro muito brevemente o objetivo desse quadrinho, que é simplesmente mostrar para os senhores que a Caps está hoje concebendo alguma coisa, se somarmos os números de 1999, 12 mil mais 8 mil, alguma coisa como 20 mil bolsas de estudo. Tem um pouco mais que isso. Mas, falando de 20 mil bolsas de estudo, temos algo como 8 mil, 8 mil e poucas, no Estado de São Paulo. Se adicionarmos a isso, as bolsas que o CNPQ concede, que estão ali, chegamos, para o Estado de São Paulo, algo como 13 mil bolsas de agências federais, que somadas às da Fapesp, chegamos a 18 mil. Ou seja, é bastante expressivo. Evidentemente que Fapesp não é só bolsa e nem deve só ser. O objetivo aqui é somente mostrar que, as agências federais têm um papel muito importante e que não estão, de forma nenhuma, pelo fato da existência da Fapesp, tirando pé, se me perdoem a expressão, de São Paulo. Muito antes, pelo contrário. Porque a presença da Fapesp

nos obriga a estarmos cada vez com o pé mais dentro, porque eu acho que tem, sobretudo do ponto de vista da Caps, um papel fundamental no Estado de São Paulo, na qualificação de pessoas do país inteiro. É evidente que não gostaríamos eu as pessoas ficassem em São Paulo, como o Prof. Brito procura fazer na Fapesp, e o faz com muita competência, mas naqueles números que os Srs. viram, tem o programa de qualificação docente, só para darmos uma idéia. Nós damos algo como 4 mil bolsas de estudo distribuídas pelas instituições que querem qualificar os seus professores em doutorado. Dessas 4 mil bolsas, 2.700 estão em São Paulo. Então, digo que seria, mais uma vez como o perdão da linguagem, um tiro no pé, do ponto de vista da Caps, de guarnecer São Paulo, do apoio que a Caps pode dar, porque afinal, neste momento, está sendo São Paulo que está qualificando para o resto do Brasil. Esperamos que isso mude ao longo do tempo, que tenhamos também, sobre esse aspecto, uma distribuição mais homogênea no nosso país. Mas, no momento, o Estado de São Paulo é fundamental nesse processo de qualificação. Aqui é só para mostrarmos a nossa carteira de bolsistas no Exterior. Presença de indivíduos, de bolsistas que procedem do Estado de São Paulo. Temos algo como 1.500 bolsistas no Exterior. Deles, 400 vêm do Estado de São Paulo. Isso mostra, mais uma vez, aquilo que já sabemos, a excelência, a consolidação do Estado de São Paulo, seguido de longe pelo Estado do Rio de Janeiro. Aquele Exterior, explico, são pessoas que no momento da demanda da bolsa, já estavam residindo no Exterior. São pessoas que vão com os seus próprios recursos e pedem a bolsa lá de fora. Para finalizar, queria mostrar um pouco de qualidade do ponto de vista da Caps, do ponto de vista daquela avaliação que insisti um pouco no começo da minha fala, tem sido conduzida pela agência desde 1972. Fizemos algumas mudanças recentes nessa avaliação, buscando, evidentemente, melhorá-la e estabelecer critérios que permitissem à Caps definir, ou diferenciar, a excelência, entendida como programas de padrão internacional dentro da nossa avaliação. E depois de muitas mudanças de escala, chegamos a essa situação que os senhores podem ver nesse diagrama de base. O um é muito ruim e o sete é excelente. O sete

é de padrão internacional. Costumamos dizer que o seis e o sete são de padrão internacional. E observamos, como os senhores podem ver, que no país temos hoje 126 programas considerados, na avaliação da Caps, que é feita pelos pares, de forma extremamente criteriosa, 126 programas distribuídos pelas diferentes áreas, que são considerados de excelência. Que ombreiam com programas de padrão internacional. E isso de um total de quase 1.300 programas de pós-graduação. E vale a pena olhar o Estado de São Paulo. São Paulo tem 382 programas de pós-graduação de 1.300 no país. Um número bastante expressivo. Desses a distribuição é muito similar à distribuição do país, o que é bom sob o ponto de vista da Caps, e que notamos uma certa diminuição da permanente heterogeneidade que temos no sistema, mas no que toca os cursos seis e sete, podemos observar que temos 38 programas 6 e 7 de 126. O eu é uma proporção bastante expressiva no contexto nacional. Ou seja, mostra que o Estado de São Paulo, sem dúvida, é o Estado que concentra o maior número de programas de excelência. Excelência essa que está sendo, nesse momento, calibrada ou conferida por avaliadores internacionais. Estamos fazendo um processo, agora, de avaliação apenas desses programas 6 e 7, por comitês específicos de cada área, com estrangeiros, de preferência aqueles que tenham pouca ou quase nenhuma relação com o Brasil, e que vêm e visitam os programas de pós-graduação e nos fazem relatórios apontando aquilo que entendem ser os pontos fracos, os pontos fortes. Onde existem espaços para melhoria, onde se deve fazer investimentos. E isso está sendo extremamente enriquecedor e mostra, mais do nunca, o compromisso da Caps, o compromisso do Ministério com a avaliação que deve subsidiar as políticas dentro do sistema. Só para concluir, gostaria de dar um número geral para os senhores, que retratamos, mais uma vez, a pujança do Estado e o compromisso da Caps com o desenvolvimento do sistema como um todo. A Caps tem atualmente um orçamento de, aproximadamente, 430 milhões de reais, que esperamos que esteja sendo aprovado hoje. Dos quais, algo em torno de 45% são investidos no Estado de São Paulo, nas mais diferentes formas através dos programas. Vai muito além das

inevitáveis disparidades regionais que temos no país. Mas, a razão é uma só, é aquela que tive oportunidade de falar há alguns minutos. É que, exatamente, por trabalharmos, por estarmos na Caps com uma missão, que é a de qualificação do sistema como um todo, é inevitável que, ao buscarmos uma formação qualificada, acabemos colocando recursos aqui e viabilizando que pessoas de outras partes do país possam ter a sua formação no Estado de São Paulo. Falta-nos, ainda, e esperamos que a partir de agora com o anúncio que o Presidente da República fez semana passada, consigamos melhores condições para fazermos isso. Falta, sim, brigarmos um pouco mais no sentido de melhorarmos o país como um todo e termos condições de oferecermos melhores condições de trabalho e tornarmos mais atraente a fixação de pesquisadores de qualidade em outras partes do país, além de São Paulo. Porque essa está extremamente garantida e de forma extremamente competente pela Fapesp. Então, é muito importante colocarmos essas posições, porque houve durante um certo tempo, de forma corrente, o que se ouvia dizer: “As agências federais estão saindo do Estado de São Paulo porque a Fapesp existe.” Muito antes, pelo contrário, já estávamos investindo mais porque foi aonde sobrou a grande excelência, excelente infra-estrutura onde se podia qualificar. Resta-nos fazer uma outra parte, que é conseguir oferecer condições excelentes, de qualidade, de trabalho em outras áreas do país, onde nós tenhamos a Fapesp. E que possamos, daí, pegarmos e brigarmos, no bom sentido, brigarmos com a Fapesp, e deslocarmos pessoas para outros rincões do nosso país. Muito obrigado pela atenção e pelo convite.(Palmas)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Queria passar a palavra agora ao Dr. Lenildo Fernandes Silva, superintendente da Finep.

SR. LENILDO — Boa-tarde a todos. Em nome da Finep queria agradecer o convite que nos foi formulado para participar desse evento. E o conjunto de apresentações que temos, é claro que também como uma agência de fomento,

trouxe aqui disquetes e transparências, mas vou tentar poupar os senhores e correr o risco de focar algumas questões centrais que são relevantes do ponto de vista do entendimento da trajetória de uma instituição como a Finep. E, principalmente, do que a Finep tem hoje como diretriz básica do ponto de vista da sua participação no processo de fomento da questão tecnológica no país. Em primeiro lugar gostaria de situar a Finep. A Finep é uma agência pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, criada no final dos anos 60, 67. Estamos com cerca de 34 anos. E é uma agência que tem uma trajetória ligada, inicialmente, à questão da criação e algumas condições básicas. Ao estabelecimento, consolidação e avanço de todos os serviços de engenharia consultiva no país. Na verdade, a Finep nasceu, em primeiro lugar, voltada a apoiar, de certa forma, a estruturação e a formação de uma certa competência no país, em termos de engenharia consultiva. No final dos anos 60 e início dos anos 70, o país enfrentava um ciclo importante de grandes investimentos de infra-estrutura e também de grandes investimentos em relação ao setor produtivo. Isso demandava um conjunto de projetos de engenharia básica. Esses projetos de engenharia básica eram, em sua grande medida, empresas contratadas de consultoria estrangeiras no Brasil ou no Exterior. Então, uma das primeiras missões da Finep foi, na verdade, criar uma área específica, uma linha de apoio ao fortalecimento e à criação de empresas de engenharia consultiva no país através do apoio não só à Constituição, mas também à demanda pelos serviços de engenharia consultiva quando ela criou duas linhas. A linha de apoio à consultoria nacional e a linha de apoio aos usuários dos serviços de consultoria nacional do país. Então, ela inicia-se, na verdade, em pré-investimento, ou seja, com o objetivo de criar as condições mais objetivas no país. Num segundo momento, a Finep, por continuidade, no início dos anos 70, incorporou duas linhas importantes de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Uma foi, na verdade, quando ela passa a ser secretaria executiva do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e que ao longo desses 30 anos, a Finep operou e tem operado como secretaria executiva. Fundo esse que permitiu, ao longo do tempo, a Finep, através

desses recursos, apoiar a reestruturação de cursos de pós-graduação e de grupos de pesquisa nas várias áreas e dentro das universidades brasileiras, mas também apoiar a constituição e estruturação dos grupos de pesquisa e institutos públicos de pesquisa em todo o país. Então, a Finep, uma outra linha que operou desde então, foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com recursos que eram locados às Universidades e Institutos de pesquisa. O trabalho da Finep sempre foi de caráter institucional e o seu apoio, através do Fundo, sempre foi a grupos de pesquisas, a instituições, no sentido de consolidar a infra-estrutura de pesquisa no país e apoiar programas de pesquisas de grupos de pesquisas dentro das universidades e dos institutos de pesquisa brasileiros. A Finep também tem uma outra vertente, que foi, na verdade, uma criação de uma linha de apoio, chamada Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional. Na verdade, essa é a vertente mais de caráter tecnológico, onde a Finep, desde o início dos anos 70, vem apoiando as empresas nacionais, no sentido da capacitação tecnológica dessas empresas, tanto no que diz respeito a P e D, quanto no que diz respeito à questões relativas à inovação tecnológica. E a inovação tecnológica não só derivada dos investimentos P e D realizadas no âmbito das próprias empresas, como também, de certa forma, a compra, a aquisição, a transferência, absorção de tecnologia por parte das empresas nacionais com vistas à capacitação tecnológica dessas empresas. A Finep, então, tem uma longa história de apoio a essas frentes, quer dizer, para investimentos. Apoio às universidades, aos institutos de pesquisa, a fundo perdido, e apoio às empresas nacionais, à capacitação tecnológica das empresas nacionais. O que é importante destacar é que ao longo dos anos 70 e 80, esses recursos foram operados razoavelmente, em boa medida. Recursos provenientes do orçamento fiscal da União. Os anos 80, de certa forma, principalmente na sua segunda metade, já apresentavam alguns problemas do ponto de vista de constituição da Finep, de recursos do orçamento fiscal da União. E no início dos anos 90 enfrentamos uma crise derivada do Estado brasileiro, onde, na verdade, o aporte de recursos do Tesouro, tanto ao FNDCT, quanto ao aporte

próprio do capital da Finep, as operações com as empresas reduz substancialmente, e a Finep, obviamente, é obrigada, a partir daí, a mudar um pouco a forma pela qual ela trata a constituição do seu fundo. Ou seja, a partir daí, então, é obrigada a ser uma empresa que também vai a mercado comprar dinheiro para vender dinheiro. Ou seja, ela tem que ir a mercado se financiar. Buscar recursos em várias fontes. Ao lado disso, em que pese a queda que ocorreu nos fundos, derivados do orçamento fiscal a União, que compunham o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foram criados outros fundos, outras formas de atuação. A mudança mais radical, porém, numa instituição como a Finep, que ocorre a partir dos anos 90, se deriva das mudanças que se processam no mundo como um todo. Ou seja, o processo de globalização, de concentração de empresas, de internacionalização da economia e a decorrente abertura da economia brasileira, mudou, do ponto de vista da Finep, radicalmente, a história dos parceiros clássicos da Finep em relação ao setor produtivo. Historicamente, enquanto a economia era fechada, até os anos 90, os parceiros clássico da Finep, em relação a P e D e a inovação do setor produtivo, foram os CPQDES das empresas estatais, as grandes empresas estatais nestes setores da economia brasileira. Na verdade, tinha-se um grande centro de pesquisas e, a partir desse centro, a Finep tinha uma ação forte, que era de estruturar setorialmente, através do poder de compra dessas empresas estatais e através de uma cadeia produtiva que se dedicava, e na qual se inseriam essas grandes empresas estatais. E esses parceiros deixam de existir com o processo de privatização. E eles deixam de existir por quê? Porque enquanto essas eram empresas nacionais e estatais, tinha-se uma lógica do investimento que estava associada à propriedade dos ativos e uma estratégia empresarial de empresas nacionais com o “locus” no país. Quando essas empresas são privatizadas, é evidente que a estratégia empresarial dessas empresas pode não implicar, necessariamente, em uma estratégia tecnológica que defina que o “locus” do processo de inovação tecnológica vá continuar dentro do país. Então, esta é uma situação que está posta neste momento. Ou seja, estamos

trabalhando essas questões. Todos os segmentos que foram desestatizados, na verdade, se tem uma situação onde, nem sempre, e na maioria dos casos, o “locus” da inovação tecnológica está dentro do país. Ou seja, está na matriz. Se isto ocorreu com as empresas estatais que foram privatizadas, da mesma forma ocorreu em relação a um segmento importante da indústria brasileira, que era, inclusive o segmento com o qual a Finep mais tratava, que foi todo o segmento da indústria de bens de capital, montado no país nos anos 70. Boa parte de todas essas empresas foram vendidas ao capital estrangeiro. Nesse que era um segmento importante de articulação da Finep, foi algo que se perdeu. O processo de internacionalização da economia coloca um desafio grande numa instituição como a Finep, que é uma agência de financiamento e investimento e que pretende ser, crescentemente, uma agência da inovação tecnológica. Não é que achamos que tenham sido vencidos historicamente a etapa de construção e de apoio da base de pesquisa nas universidades e nos institutos de pesquisas brasileiros. Não. A Finep apoiou historicamente pesquisa e desenvolvimento nas universidades e institutos, assim como apoiou alguns esforços de pesquisa e inovação dentro do setor produtivo. Até como reconhecimento explícito nosso, o esforço de integração da oferta de conhecimento e da demanda de conhecimento não foi bem estruturado, bem perseguido e alcançado dentro desse país. Ou seja, o que a Finep está buscando hoje é menos tratar duas pernas, uma ciência e uma tecnologia, e ser cada vez mais uma agência da inovação, voltada ao setor produtivo, mas não voltada ao setor produtivo somente. Voltada ao setor produtivo com um núcleo que será gerador de uma importante demanda de caráter tecnológico, que na verdade, articulará a produção e o conhecimento gerado nas universidades e nos institutos de pesquisa. Então, cada vez mais, estamos imaginando que os nossos projetos serão preferencialmente os que articulem setor produtivo e oferta de conhecimento em universidade se institutos de pesquisa, e menos projetos de universidades e institutos de pesquisa e de empresas. Cada vez mais, buscar ser uma agência da inovação que apoiará tanto esforços internos a empresas brasileiras, no sentido de

gerar tecnologia, quanto à articulação dessas empresas com o “locus” da oferta de conhecimento desse país, que são as universidades e os institutos de pesquisa. Então, a Finep pretende trabalhar com esses projetos que articulam setor produtivo e a oferta de conhecimento, através da universidade e dos institutos de pesquisa. Ela vai fazer um *mix* de recursos de retorno para empresas, recursos sem retorno para universidade e institutos de pesquisa e, com isso, ela estará reduzindo o custo de desenvolvimento tecnológico para o setor produtivo brasileiro. O fato da Finep pretender ser cada vez mais uma agência da inovação, não significa uma decisão isolada, voluntária da Finep. Ou seja, essa é uma discussão que se estabeleceu no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia do qual a Finep faz parte, e onde se discutiu, efetivamente, a especialização, embora integrada de todas as agências do Ministério em relação a suas maiores competências. Isso não significa dizer que a Finep só vai apoiar desenvolvimento tecnológico na empresa. Isso significa dizer que a Finep vai apoiar desenvolvimento tecnológico na empresa associado à pesquisa aplicada e à pesquisa básica ou fundamental no âmbito da universidade e do instituto de pesquisa. E não mais ficar isoladamente tratando uma faixa ou outra, esperando que um dia algumas cumulações de conhecimento pelo seu esforço de apoio à ciência, possam efetivamente se traduzir não em pesquisa aplicada, mas em efetiva inovação. Ou seja, apoiamos, sim, projetos isolados, mas estamos, crescentemente preocupados em apoiar a estratégia tecnológica das empresas. Para isso, é evidente, a Finep tem que buscar recursos crescentes para que ela possa, assim, operar. A Finep tem, no que diz respeito aos recursos para operar com empresas, buscando recursos no Banco Interamericano, tanto japonês como americano, recursos no FNB, do FAT e estamos acertando, em fase final, o BNDES. Teremos até o final do mês, algo em torno de uma empresa de 1 bilhão de dólares operando nessa área. Eu queria chamar a atenção, que essa operação em relação ao setor produtivo, em relação às chamadas empresas de base tecnológica, a Finep está cada vez mais, trabalhando além do financiamento clássico. Ou seja, trabalharmos com capital de risco, tanto sob a forma de participação nos resultados,

quanto sob a forma de participação acionária. No presente momento, estamos negociando, já em etapa final, a criação de um fundo dos fundos, onde na verdade, estamos reunindo um conjunto de instituições que estarão aportando capital ao fundo, que aplicará em fundos setoriais específicos de risco. O que pretendemos é estarmos junto com os parceiros na estrutura decisória e de análise de oportunidade de negócio em toda a cadeia do fundo. Por outro lado, os senhores devem ter ouvido falar, e leram, muito recentemente, os recursos dos chamados fundos setoriais que estão sendo criados no países, esses recursos são operados pelo FNDCT e à Finep e a secretaria executiva. Deste o final do ano passado, a Finep já opera o primeiro desses fundos setoriais. O fundo do petróleo e gás. Esse é um fundo em que os recursos são aplicados a fundo perdido, em universidades e a institutos de pesquisa. Mas, o que pretendemos é que, crescentemente, os recursos que sejam utilizados nesse fundo para apoiar a universidade e institutos de pesquisas a eles estejam integrados a demandas tecnológicas do setor produtivo específico, de tal forma que possamos casar projetos entre setor produtivo e universidades e institutos de pesquisa. Por último, gostaria de dizer aos senhores que, além desse Fundo de Petróleo e gás já operado, foram enviados seis projetos de lei, na última segunda feira, ao Congresso, pelo Presidente da República, instituindo os fundos na área de energia, recursos hídricos, recursos minerais, transportes, espacial e um em *royalties*. O fundo *royalties* é genérico. Ou seja, será um fundo que estará incidindo sobre as remessas. Ou seja, relativas à assistência técnica para todos os setores. E, por último, gostaria de dizer que, do montante de recursos de todos esses fundos, 20% irão para um fundo de infra-estrutura, que será utilizado para apoiar universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Muito obrigado.(Palmas)

SR. CARLOS ZARATTINI — Queria agradecer ao Sr. Lenildo e queria passar a palavra, agora, ao Dr. Alberto Miguel Pecci, superintendente da Divisão Operacional do BNDES.

SR. ALBERTO – Uma Boa-tarde a todos. Queria, em primeiro lugar parabenizar esta iniciativa coordenada pelo Sr. Deputado Carlos Zarattini, e agradecer essa oportunidade de explicar basicamente o que é a Bendespar, qual a atividade que ela faz com relação à pequena e média empresa, principalmente com a empresa de base tecnológica. Temos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e ela tem, basicamente, 2 subsidiárias. A Bendespar e a Finame, que a Agência especial de financiamento industrial. A Bendespar é uma empresa, basicamente, que trabalha com participação acionária. E dentro da Bendespar, há uma divisão, que é operacional 3, que é a divisão que cuida de apoio à pequena e média empresa e algo com relação a fundos de investimento. O histórico da Bendespar, ela foi criada em 1973. No início eram 3 subsidiárias, que se uniram em 1982. Foi a primeira empresa de capital de risco no Brasil. Empresa que tem, até hoje, mais de 600 acordos de acionistas firmados ao longo da sua história. É uma empresa de capital aberto desde 1998. Tem um ativo total na ordem de 20 bilhões e meio. Patrimônio líquido, quase de 10 bilhões e tem um portfólio atual de 209 empresas. Os principais objetivos são o fortalecimento patrimonial e financeiro de empresa e apoio a novos investimentos na economia, reestruturação empresarial e reorganização setorial visando à melhoria, à produtividade e competitividade, modernização e desenvolvimento do mercado de capitais e as de apoio ao desenvolvimento de empresas emergentes. Vamos entrar agora, especificamente, no campo de apoio a pequenas e médias empresas. A divisão operacional 3, foi pioneira ao apoio de pequenas e médias empresas. A Bendespar também trabalhou no desenvolvimento em conjunto com a CVM, da legislação que criou os fundos de empresas emergentes e a disseminação de investimentos através de fundos no Brasil. Basicamente, temos atuado com relação ao mercado de acesso. Com relação à atuação da Bendespar em pequenas e médias empresas. As empresas alvo, em relação à participação da Bendespar, basicamente são empresas que têm vantagens competitivas, que trabalham com início de mercado atrativos, com produtos ou serviços inovadores, que têm perspectiva e rápido crescimento com

elevada rentabilidade e boa capacidade gerencial. Essas são as características das empresas com que buscamos ter participação. Trabalhamos sem garantias reais. A participação é sempre minoritária. É de caráter transitório. A expectativa, normalmente, é de alto retorno, buscando outras alternativas de liquidez. Pequena e média empresas são as que, normalmente, sempre estão trabalhando num nicho de mercado interessante e não têm todo um instrumental administrativo para que possa aproveitar esse potencial todo. Então, esse é um dos trabalhos que se faz de acompanhamento da empresa. objetivo, na verdade, é que entremos com debêntures e com ações e que esta empresa consiga desenvolver todo o seu potencial num prazo pré-determinado e que se consiga sair via abertura de capital em bolsa. Com essas empresas temos a atuação direta e aquela atuação através do fundo. Na atuação direta, temos basicamente dois programas, que chamamos programa de capitalização de empresas de base tecnológica, Contec, que tem duas versões. Ou seja, é o Contec simplificado, no qual apoiamos empresas com faturamento até 7 milhões de reais, e o Contec com empresa de faturamento até 15 milhões. Além disso, investimos diretamente em empresas emergentes. Empresa emergente é a empresa que fatura até 60 milhões de reais por ano e investe em empresas pré-mercado, que são, normalmente, as que faturam entre 60 milhões e 150 milhões, e que têm a possibilidade de fazer uma abertura de capital num prazo mais curto. O Contec simplificado, começamos a operar com ele esse ano e se destina à empresa de faturamento até 7 milhões. O máximo que podemos aportar é um milhão de reais. E trabalhar o com plano de negócios e essa debênture têm um *link*, com esse plano de negócios da empresa. A participação máxima que temos no capital da empresa é de 30% e nesse ano já fizemos 4 operações com volume de negócios aportados nessas empresas na ordem de 2 milhões e 300 mil dólares. O Contec começou a operar em 1991, e o faturamento máximo da empresa para entrar nesse programa é de 15 milhões de reais por ano. Podemos aportar até 2 milhões de reais na empresa, com participação máxima de 30% de capital futuro. Já apoiamos trinta e três empresas desde 1991. Um investimento total de ordem de

43,8 milhões de dólares. Aqui, só para ter uma idéia do Contec, da distribuição setorial, basicamente, o maior volume de investimento é empresa de informática, telecomunicações, bens de consumo, biotecnologia. A empresa emergente, começamos a trabalhar com isso em 1995. O investimento máximo que podemos fazer nessas empresas, normalmente, é compatível com o estágio e necessidade da empresa. Normalmente, a empresa vai fazer um plano negócio e vamos examinar o plano de negócio. Não temos restrição setorial. E, até hoje já apoiamos 12 empresas no volume de 43 milhões de dólares. Basicamente, dessas empresas emergentes, 52% foram empresas do setor de telecomunicações e bens de consumo 27%, setor químico 9%, metalurgia 7% e bens de capital 5%. A empresa pré-mercado, a idéia de se fazer uma operação para consolidar a empresa com abertura de capital a curto e médio prazos, com faturamento até 150 milhões de reais e os requisitos: boa perspectiva de crescimento e rentabilidade e gestão profissionalizada. Além disso, uma empresa dessa precisa de um sistema gerencial e financeiro para a apresentação ao investidor. No próprio Contec, ou no Contec simplificado, quando entramos com participação numa empresa, sempre buscamos fazer com que a empresa se dote de uma administração profissionalizada. Que ela use instrumentos gerenciais modernos, porque se uma empresa dessa está querendo, no futuro, abrir um capital, fatalmente o mercado vai requerer que ela tenha uma administração profissionalizada e que tenha todos os instrumentos gerenciais e administrativos para que possa usar todo o seu potencial. A atuação direta, é um outro caminho que vemos, com o apoio da empresa, principalmente empresa menor de base tecnológica, é a questão de atuação através de fundos. Então, a primeira tentativa que se fez com relação a isso foi em 1991, quando foram criadas duas companhias regionais de capitais de risco. Uma foi no Rio Grande do Sul e a outra em Pernambuco. E esse modelo, depois, acabou se abandonando por questão tributária. E, a partir de 1994, começamos a apoiar a criação de fundos de empresa emergente. Em 1996 foi criado um fundo com foco no Estado de Santa Catarina. Em 1997 em Minas Gerais. Em 1998 foi criado um fundo no Rio Grande

do Sul e em 1999 criamos o fundo de co-gestão. O fundo de empresa emergente de base tecnológica é uma das grandes preocupações que temos. Nós não temos equipes e nem temos condições de fazermos um produto massificado. Então, uma das formas de se poder ampliar a atuação em apoio à pequena empresa e base tecnológica é a criação desses fundos regionais. E uma outra questão, é a questão do desenvolvimento de administradores de fundos, de gestores desse tipo de investimento para que se possa disseminar esse tipo de operação no país. É uma operação que é comum na Europa e nos Estados Unidos, no entanto no Brasil não é. Então, um dos objetivos do nosso programa é disseminar isso pelo país e, ao mesmo tempo, apoiar as empresas de base tecnológica que têm condições. Então, essas empresas têm que ter um administrador privado, e um patrimônio previsto para esse fundo é no mínimo de 6 milhões e o máximo de 12 milhões. O foco de investimento desse fundo é de empresa de base tecnológica, com faturamento máximo de 15 milhões. Os requisitos são empresas com perspectivas de rápido crescimento e com alta lucratividade e com boa gestão. O investimento máximo, por empresa, é de um milhão. A Bendespar, nesses primeiros fundos, está participando com 40%. E a tendência, no futuro, é diminuir essa participação. A idéia é que entremos com o valor suficiente para viabilizar o fundo e, de uma certa forma, alavancar até recursos privados para investimento no setor. Em fundos regionais de empresa emergente, o arcabouço é semelhante. A diferença é que o patrimônio é maior. São 30 milhões. O foco são empresas emergentes, que têm faturamento máximo de 60 milhões. Os requisitos são os mesmos. O investimento máximo por empresa é de até 12% do fundo e a participação máxima da Bendespar tem sido em torno de 30% do fundo, limitada a 12 milhões. Uma outra coisa que se fez esse ano: criamos fundos de co-gestão. Com o quê? Na realidade, somos uma empresa estatal. E muitas das vezes, tem-se algumas limitações até na hora de se fazer a governância corporativa das posições que se tem em empresas que se investiu. E esse acompanhamento dessa empresa é fundamental para se agregar valor à empresa. criamos no final do ano passado dois fundos, o Brasil 21 e o FID, um

administrado pela Dinamo e o outro pela Brazil Private, ao qual transferimos para esses fundos 16 empresas da nossa carteira. Oito para cada um e, além disso, eles tem mais um prazo de dois anos para captar novos investimentos para serem colocados nesses fundos. A nossa divisão trabalha também com o desenvolvimento de outros fundos. Já foram criados 3 fundos de liquidez. Aí já é um foco criado mais para o mercado. E estamos sempre estudando novos programas para fundos visando alguns setores específicos ou empresas de base tecnológica e sempre estudando uma certa forma de “lincar” investidores para usarmos esse instrumental para apoiarmos esse tipo de empresa. Então, era o que se tinha de colocar em relação ao apoio que a Bendepar procurar dar a esse setor, com as limitações que temos. E para qualquer dúvida e qualquer esclarecimento estamos à disposição aqui ou através de um e-mail: cap-@bndes.gov.br.. Muito obrigado.(Palmas)

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria agradecer a exposição do Dr. Alberto. Antes de começar o debate, gostaria de chamar à Mesa o Dr. Flávio Fava, presidente do Seade, que tem colaborado para vários diagnósticos para os grupos de trabalho do Fórum Século 21. Queria anunciar que estão aqui presentes os conselheiros deste grupo, Dr. Chiaretto, Prof. Clodoaldo Pavan, Sr. João Filho, Prof. Neli Bacelar, Prof. Otaviano Eleni, Prof. Nelson Raimundo Braga, Prof. Brito, Prof. Hélio, da Unicamp, e a jornalista Mônica Teixeira, da TV Cultura. Agora estamos na fase do debate. Então, passo a palavra ao auditório.

SR. JOÃO – Meu nome é João, do IPT, sou membro do conselho de Ciência e Tecnologia do Fórum. A apresentação das agências de fomento, quando pensamos em desenhar esse debate, tem como propósito discutir o financiamento do desenvolvimento tecnológico. A preocupação fundamental do nosso Fórum tem sido a seguinte: como é que os investimentos em ciência e tecnologia estão chegando à sociedade, de uma maneira concreta. Todos sabemos que ciência e tecnologia são muito importantes. Que a ciência e tecnologia são a base do

desenvolvimento econômico do mundo, mas o diagnóstico que fazemos é que os investimentos que se fazem em ciência e em tecnologia não chegam à sociedade da maneira que gostaríamos que chegasse. Então, no debate hoje, tenho a impressão que ficou faltando chegarmos a um pouco mais de resultados. E vemos muito na atuação das agências, iniciativas de programas etc mas os resultados, em geral, acabam sendo pequenos. Talvez, porque, tenhamos despertado para a questão da inovação tecnológica muito recentemente. Gostaria de colocar algumas perguntas mais objetivas. De um lado, como é que, no caso especificamente, da Fapesp e da Finep, que são agências basicamente de fomento, como é que os senhores estão trabalhando a questão do financiamento de projetos com o setor privado? Na Fapesp especificamente, vemos uma dificuldade no financiamento do pagamento de mão-de-obra dos projetos. No IPT, por exemplo, a mão-de-obra que o IPT gasta com uma empresa privada, empresa privada cobre as despesas de mão-de-obra deste projeto. Os projetos com a Fapesp não cobrem as despesas de mão-de-obra do IPT. Não sei como que a Fapesp, e isso é uma pergunta, cobre as despesas de mão-de-obra da empresa privada. Tenho impressão que ela tem dificuldades nesse sentido. Como se financia projetos de pesquisa em empresas privadas, e isso é fundamental? Não se pode esperar que num projeto de risco, num projeto de longo prazo etc., dê um apoio ao setor privado. Quais são os obstáculos e como é que podemos mover esses obstáculos para o pagamento dos custos reais dos projetos de pesquisa nas empresas privadas e nas instituições de pesquisa?

SRA. LEONORA Eu sou a Leonora Seligman. Sou professora visitante na UFRJ. O que pergunto, seria mais voltado para a Caps, acredito que têm especializações que não existem no Brasil. E quando a pessoa volta, tem muitas dificuldades para criar um grupo de pesquisa novo. Gostaria de saber se existe uma política de inserção das pessoas que chegam totalmente com inovações e que têm muitas dificuldades para criar grupo de trabalho, grupo de pesquisa. O meu caso foi esse. Acho que é uma perda muito grande, porque, na verdade, é um investimento

muito grande que as agências de fomento fazem e o retorno é muito complicado. Esse tipo de debate que está tendo aqui hoje é algo muito raro. Queria, até, parabenizar a criação desse debate, porque isso é muito importante. É muito importante criar esse tipo de debate e de possibilidade das bases, das pessoas, dos recém-formados fora do país que, muitas vezes, voltam com coisas muito inovadoras, mas que não têm oportunidade, até porque, por ser inovador, dentro da própria universidade, aquelas antigas lideranças que ali estão, não aceitam as pessoas que trazem inovações. Então, a luta é muito dura e muito difícil. E gostaria de ouvir mais a resposta da Caps, que na ocasião foi que me forneceu a ida.

SR. PERCY – Me chamo Percy Correia Vieira, sou pesquisador do Instituto Geológico. Um pouco na linha do que foi perguntado: a experiência que temos no instituto de pesquisa é que muitas vezes, financiamentos em infra-estrutura e mesmo em equipamentos de pesquisa, acabam não tendo a utilização desejada pela perda de recursos humanos. Muitas vezes por questão salarial. Por exemplo, ficamos muito tempo com o salário defasado em relação às universidades e perdemos muitos recursos humanos em função disso. Isso conta pesquisadores e conta pessoal de apoio. Por exemplo, existem casos no Instituto, de equipamentos adquiridos com recursos da Fapesp e que nem foram utilizados, e estão até ficando obsoletos, porque o pessoal acabou indo embora. Há casos de laboratórios reformados e subutilizados pela perda dos recursos humanos que estavam prontos para utilizarem esses laboratórios. Queria saber da possibilidade da Fapesp voltar-se também para questão dos recursos humanos, para a complementação salarial de pessoas e até para a admissão de pessoal em função desse grave problema da perda de recursos humanos. E queria, também, fazer uma outra pergunta. Entendo que a Lei de 1960, que criou Fapesp, a estrutura do conselho superior já está superada com relação à realidade atual. Existe um desbalanceamento de representação entre as universidades e os institutos de pesquisa. Queria saber da

possibilidade da Fapesp abrir uma discussão neste sentido de haver uma reformulação de representação do conselho superior.

SRA. SÔNIA – Eu sou a Sônia. Sou do Instituto de Botânica, sou também presidente da Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral que faz a Avaliação dos Pesquisadores Científicos dos Institutos da Administração Direta das Secretarias de Estado. Queria falar o seguinte, pegando, mais ou menos, o gancho do que falou o colega, que é o investimento em recursos humanos. Tanto a Caps, como a Fapesp, CNPQ, investem na formação de recursos humanos, tanto no país como no Exterior. A minha preocupação é que, agora, com a ida de docentes e pesquisadores para o Exterior, está havendo uma dificuldade adicionada que é a autorização, pelo Governo, de licença sem vencimentos, quando se ultrapassa um prazo de 15 dias ou um mês. Mas, o que inviabiliza, muitas vezes, a ida do pesquisador. O que o obriga a voltar sem ter completado a sua formação. Isso é um investimento que não vai levar a lugar nenhum, e se existe algum entendimento entre os órgãos financiadores e os governamentais, uns que dão o dinheiro e outros que deveriam manter o salário dos pesquisadores para que isso não ocorra mais. Que não seja um investimento perdido. Muito obrigada.

SR. NELSON – A respeito dos recursos humanos, é claro eu se destaca hoje, nesse clima criado por essa política macroeconômica de ajuste fiscal, que tem levado à compressão de gastos orçamentários. Então, esse ajuste fiscal gera desajustes institucionais. E a eficácia dos financiamentos, de recursos que são canalizados para os setores universitários e institutos de pesquisa, ficam comprometidos na medida em que a capacidade instalada era sub-utilizada. Os recursos humanos treinados não são fixados e motivados a permanecerem e, com isso, dar a estabilidade. Está aí o caso mais recente que foi essa grande realização que a Fapesp comandou com as instituições que participaram do Projeto Genoma teve essa repercussão internacional. Sabemos de situações em que as equipes

trabalharam sem nenhum elemento de apoio permanente. Exclusivamente com estagiários e bolsistas. Qual é a repercussão futura de um projeto deste tamanho? As políticas governamentais não tiveram discernimento de que é fundamental reexaminar essa política de ajuste fiscal. Ou, pelo menos, avaliar as suas conseqüências a nível das instituições que têm esse papel fundamental e insubstituível de serem matrizes de inovações tecnológicas. A questão fundamental é esta: ou temos um projeto nacional de desenvolvimento que justifique a ciência e tecnologia com a nossa cara, com a nossa alma, ou todos os índices ou recursos que estão sendo canalizados significarão um acúmulo de capital em mãos alheias. Faço uma pergunta à Mesa e, talvez, seja muito mais a alguns do que para outros. Esse estoque de graduados e pós-graduados hoje, qual o mercado futuro? Onde eles poderão concretizar as suas capacitações? E para a Fapesp, gostaria de levantar a seguinte questão, como sabemos os esforços havidos, nos últimos anos, dos institutos de pesquisa, em termos de reforma de laboratórios, de equipamentos, de infra-estrutura, qual a possibilidade da Fapesp tomar a iniciativa, inclusive, de condicionar a caravana de recursos a uma contra partida oficial dos governos no sentido de termos uma recuperação no quadro de pessoal fundada em carreiras, baseadas em desempenho de atividade? Ou uma programação que leve a preparação de pessoal de nível médio especial, no sentido de uma pré-seleção que futuramente poderiam ser convertidos em quadros permanentes?

SR. LAERTE MACHADO – Eu sou Laerte Machado do Instituto Biológico. Minha pergunta é em relação ao que foi dito aqui, que existe hoje nos institutos de pesquisa vários laboratórios montados pelas instituições que fomentam e, às vezes, eles estão sub utilizados pela falta de pessoal de apoio e assim por diante. Também gostaria de saber, mais no tocante à Fapesp, da possibilidade de uma política de pesquisadores iniciantes, aqueles que ainda não têm mestrado e nem doutorado, não têm uma titulação talvez devida ainda, conseguir recursos para projetos. Isso aí levaria, e muito, talvez a possibilidade das pessoas dinamizar esses

laboratórios. E quando se esbarra na questão que a pessoa precisa ter o título de doutorado ou, talvez, de estar num nível mais alto da carreira, acho que isso impossibilita aquelas pessoas que estão começando a desenvolver os seus projetos. É uma pergunta e, talvez, uma sugestão. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Gostaria de fazer uma pergunta, antes de passar a palavra, ao BNDES, BNDESPAR e da Finep. O Sr. Lenildo colocou aqui uma análise que é da maior importância. Ele retratou aqui que no processo histórico a Finep trabalhava junto com os centros de pesquisa das empresas estatais e essas empresas tinham um gigantesco poder de compra do mercado. Então, se mais ou menos entendi, elas determinavam, faziam pesquisas, elaboravam projetos e repassavam isso ao setor produtivo que se aprimorava para atender àquelas compras. Como bem falou o Sr. Lenildo, esse foi um modelo que foi extinto devido à privatização. Quer dizer, a privatização colocou o centro de poder de decisão de compras fora do país, na grande maioria das empresas. Não entendi ainda na sua exposição, como vai se dar esse novo processo? Gostaria de entender melhor. Como vai ser incorporado, afóra esse trabalho com o desenvolvimento de empresas de base tecnológica, mas efetivamente, qual a condição de concorrência, de disputa de mercado das empresas nacionais, com tecnologia nacional com as empresas internacionais que vêm com tecnologia de fora e, logicamente, num estágio mais desenvolvido. Como o Governo Federal, ou através de suas agências pensa em sustentar essa disputa de mercado? Onde vão trabalhar tantos pós-graduados e formandos? Como é que vamos criar um mercado de trabalho para todas essas pessoas se não tivermos um mercado consumidor efetivo? Quer dizer, condições de disputa das empresas nacionais no mercado de produtos de alta tecnologia? Então, essa pergunta é que queria fazer e queria passar a palavra aqui pela Fapesp, que tem mais perguntas a responder.

SR. – Muito obrigado. Fui anotando as questões, vamos ver se não me esqueço de nada. Em primeiro lugar, quanto às questões e à colocação feita pelo Sr. João, do IPT, acho que discordaria levemente quando ele faz uma descrição que o objetivo desta discussão era falarmos da relação entre as agências e o desenvolvimento tecnológico. Acho que não. O objetivo aqui sempre está sendo falarmos de ciência e tecnologia no Estado de São Paulo. E acho muito importante esse destaque, porque, ciência e tecnologia são como “irmãs siameses”. Toda vez que entrarmos no equívoco de falarmos somente em tecnologia, mais cedo ou mais tarde iremos pagar um preço. Do mesmo jeito se entrarmos no equívoco de falarmos apenas sobre ciência. Quer dizer, as duas coisas estão, cada vez mais, interligadas.

E a velocidade dessa integração é enorme no mundo de hoje. O assunto aqui era falar das agências e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Não creio que seja correto dizermos, quando nos referimos à questão do desenvolvimento tecnológico dentro do panorama da ciência e tecnologia, que falem resultados em termos da ação que as agências têm feito nesse aspecto. Pelo contrário, nos últimos quatro anos, foi verificado, no nosso País e nosso Estado, um aumento enorme da ação de agências como a Fapesp, como a própria Caps e outros programas do governo federal, que deverão ser consubstanciados por meio do estabelecimento dos fundos anunciados, voltados justamente para a preocupação do desenvolvimento tecnológico.

Na Fapesp, temos 46 projetos contratados em parcerias entre universidades ou institutos de pesquisa e empresas. Há quatro anos, não havia nenhum projeto desse tipo. Portanto, 46 projetos dessa natureza nesse período é um resultado apreciável.

É importante não desprezarmos o que tem sido conquistado com esforço, com luta, vencendo, inclusive, vários tipos de preconceitos. Se há 10 anos eu viesse falar de Fapesp apoiando coisas relativas a empresas, provavelmente, eu sairia

corrido daqui ou seria denunciado como traidor da comunidade científica do Estado de São Paulo.

Portanto, há uma importante mudança cultural e positiva acontecendo, e ela precisa ser destacada; caso contrário, podemos pensar que estamos construindo sobre areia, e não é verdade. Estamos construindo sobre base sólida, inclusive sob o ponto de vista da qualificação que existe nas instituições do Estado de São Paulo.

Basta ver que uma universidade como a USP tem 21 desses 46 projetos em parceria com empresas. A razão disso é que ela se dedicou a qualificar as pessoas, a ter um corpo docente excelente e capaz, que fez muita ciência. Por ter feito muita ciência, hoje, no ano 2000, é capaz de contribuir bastante para a tecnologia.

Se estivéssemos falando do ano 1890, talvez não fosse necessário fazer muita ciência para contribuir na tecnologia, mas no ano 2000, sim. Mudou o mundo; mudou a maneira da evolução do conhecimento.

A Unicamp, uma universidade relativamente jovem, tem 9 ou 10 desses 46 projetos. Isso não acontece por acaso, mas sim porque essas instituições se preocuparam e também tiveram as condições para se qualificar. É preciso reconhecer esse preparo.

Difícilmente, os senhores encontrarão, em qualquer outro país comparável com o Brasil, uma agência de financiamento ao desenvolvimento científico e tecnológico, que tenha no seu portfólio de atividade o apoio a 100 pequenas empresas, como a Fapesp tem hoje. Ou seja, 100 pequenas empresas no Estado de São Paulo recebem apoio diretamente da Fapesp para projetos de desenvolvimento tecnológico. Isso só será encontrado no Estado de São Paulo, onde essa quantidade dá mostras de que crescerá bastante.

Assim, os resultados não são pequenos. Um projeto financiado pela Fapesp, em parceria com o IPT e a Cia. Siderúrgica Nacional, desenvolveu uma tecnologia para a CSN, tornando-a capaz de produzir um tipo de aço especial para motores elétricos. Isso não é pequeno, até mesmo se olharmos em termos de faturamento da empresa, que também é grande. Há resultados importantes acontecendo.

A pergunta do João era relativa à maneira da Fapesp encarar o pagamento de custos de pesquisa e mão-de-obra na empresa privada. Na verdade, quase não olhamos. Seria bastante impróprio uma organização governamental pagar o salário das pessoas que trabalham para a empresa privada. Ou seja, a empresa precisa ter algum modo de se sustentar, senão, não seria empresa.

Na Fapesp, em alguns casos, damos um apoio transitório, não na forma de salário, mas de bolsas – que são eventuais e por tempo certo – nos programas de apoio à pesquisa na pequena empresa. Algumas delas nos apresentam projetos que parecem muito promissores, demonstrando não ter condições de pagar o salário do pesquisador que iria desenvolver aquele projeto. Assim, por esse período, a Fapesp aceita pagar uma bolsa para esse pesquisador. Mas é uma bolsa; não um salário.

A lei que criou a Fapesp proíbe explicitamente duas coisas: pagar salário e pagar custos administrativos. Acredito que essa lei tenha sido feita com muita sapiência, porque uma maneira rápida de evaporar o dinheiro de uma agência de financiamento à pesquisa é ela começar a pagar salários.

Sem querer discutir a importância de salários decentes, não se pode transferir responsabilidades de outros setores do Estado para uma determinada agência. O Estado precisa pagar o salário dos professores das universidades, dos pesquisadores dos institutos. Se há instituto e universidade, é atribuição do Estado de São Paulo fazer isso.

Quanto à questão de projetos numa organização como o IPT, em todos os projetos de parceria entre instituto de pesquisa e empresa que apoiamos, a Fapesp aceita que o recurso proveniente da empresa possa ser usado até mesmo para pagar salário. Não é um problema nosso. Não queremos pôr limitações a isso.

O dinheiro pode ser usado da melhor maneira que a instituição e a empresa decidirem. Mas, sendo um projeto em parceria, é preciso que a empresa entre com uma parte do recurso, uma vez que é esse recurso colocado pela empresa que está dizendo que aquilo vale alguma coisa para ela.

Dar dinheiro para a empresa é uma coisa; dar dinheiro fazendo *met-fund* é outra. Ou seja, se uma empresa julga o projeto importante, quanto ela põe? Ela dá um valor, e colocamos uma quantia igual. Isso é uma maneira de validar a aplicabilidade, a relevância e a importância do que está sendo feito. Isso sim é correto em termos de uma política pública, do Estado; estimular, com esse recurso, que a empresa aporte uma outra quantidade de recursos para isso.

Embora a pergunta da Professora Eleonora, da UFMG, não tenha sido dirigida a mim, vou respondê-la. A Fapesp tem um programa, “Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes”, por meio do qual queremos trazer de volta para o Brasil, para o Estado de São Paulo, jovens recém-doutorados ou recém-pós-doutorados; “jovem” é um palavra vaga nesse contexto; seria “jovem” academicamente

Nesse programa, esperamos que esse pesquisador venha incorporar-se a uma organização no Estado de São Paulo, justamente para instalar uma nova linha de pesquisa, uma nova atividade no ramo da geração do conhecimento.

Nesse caso, aceitamos pagar, durante algum tempo, dois ou três anos, uma bolsa para essa pessoa, além de fornecer um auxílio para a instalação de todo equipamento necessário para aquela linha de pesquisa. A organização onde o pesquisador fará isso tem que se comprometer a, depois desse período, contratá-lo definitivamente. Queremos trazer para São Paulo toda inteligência que houver – o Loureiro não gosta quando digo isso, para que este Estado se desenvolva cada vez mais.

Com relação à Fapesp pagar salários, por mais que o assunto seja importante para os institutos, reconheço isso, é uma proibição explícita na lei que a instituiu, como já disse. Porém, há essa abertura de que os recursos adicionais aos da Fapesp podem ser usados em todos os projetos em parceria. Imagino até que alguns institutos já os estejam usando para essa finalidade; o que é muito bom.

Quanto à composição do Conselho Superior da Fapesp, também é estabelecido na lei que a criou. Não é uma iniciativa da Fapesp reunir o Conselho

Superior e alterar. Devo dizer que esse Conselho é composto por seis representantes indicados pelo governo do Estado, onde pode haver e houve no passado representantes dos institutos de pesquisa do Estado, além de outros seis representantes da comunidade de pesquisadores do Estado de São Paulo, onde também já houve representantes dos institutos de pesquisa do Estado.

Os membros do Conselho Superior raramente estão ali como representantes das suas instituições, mas sim do conjunto de pesquisadores do Estado. Não há membros no Conselho Superior para defender a Usp, Unicamp, mesmo que tenham vindo de uma ou outra instituição. Esse é o espírito que vigora ali dentro.

O Dr. Nelson, da Associação dos Pesquisadores, indagou sobre a Fapesp, eventualmente, condicionar recursos de contratos com as instituições, para estabelecimento de carreiras e preparação de pessoal. Acredito que a Fapesp não deve ir tão longe assim, porque uma fundação como ela não pode fazer políticas de natureza intervencionista dentro das demais instituições.

A Fapesp exige, para que um projeto seja aprovado, um pesquisador qualificado liderando-o. Essa é uma maneira leve e positiva de intervir. A instituição que quiser realizar muitos projetos precisa ter bons pesquisadores, bons proponentes. Esse é o limite até onde a Fapesp considera que pode ir.

Do ponto de vista da preparação de pessoal de nível médio, há um programa da Fapesp instalado recentemente três, quatro anos atrás que prevê treinamento de pessoal de nível médio que trabalhe em qualquer projeto financiado pela Fapesp.

Todo pesquisador com projeto financiado pela Fapesp pode usar uma quantidade de recursos adicionais para fazer treinamento, curso de língua, de computação, curso técnico, para os técnicos de nível médio que apóiem aquele projeto; o que demonstra a preocupação da Fapesp não só com a qualificação dos pesquisadores que lideram, mas também do resto do pessoal. É preciso haver essa qualificação para que um projeto seja bem sucedido.

Há a questão da Fapesp aceitar proponentes de projetos sem titulação formal. Em geral, é exigido o título de doutor para alguém apresentar um projeto,

mas existe uma exceção importante: todos os projetos vindos dos institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, onde há pessoas muito bem qualificadas, que não têm, por alguma razão justificável, esse título, mas têm a capacitação.

A Fapesp estabelece até uma equivalência com os níveis da carreira dentro dos institutos e tem aceito, rotineiramente, projetos desse tipo. Na verdade, é uma coisa que já vem sendo praticada e, no caso dos institutos de pesquisa, não é uma limitação.

Creio que respondi quase tudo que foi perguntado e quero concluir destacando que o nosso compromisso na Fapesp tem sido cada vez mais com essas três pernas do assunto conhecimento, ou seja, a geração, a difusão e a aplicação.

A Fapesp, obviamente, tem um papel a cumprir, mas várias outras organizações e instituições no Estado também têm esse papel, e é preciso que cada uma cumpra o seu. É como aquele ditado popular: “Se cada um varrer a sua porta, a cidade fica limpa”. Portanto, se cada organização fizer o seu papel, este Estado pode ter um horizonte muito importante em termos de desenvolvimento tecnológico. Muito obrigado.

SR. LUIZ – Primeiro, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Não fico aborrecido com a Fapesp, mas sim por não poder fazer o que a Fapesp faz no resto do Brasil.

Acredito que os fundos setoriais mencionados e anunciados na semana passada começam a delinear, no cenário de fomento federal, condições de, em curto prazo, reverter essa situação e começar a oferecer condições adequadas para que não se diga mais que estou aborrecido ou que dê essa impressão. Não se trata disso. É muito importante que seja esclarecido.

Antes de responder, especificamente, à pergunta da professora, eu gostaria de fazer uma consideração. As universidades em geral, independente da sua

natureza ou dependência administrativa, sejam estaduais, federais, têm um viés, que é o de querer fazer com que todo mundo calce o mesmo sapato.

A professora fala da área de artes, que é uma área que padece muito dessa atitude de equidade, mas que causa enormes problemas. Não me parece nem um pouco adequado exigir titulações e qualificações similares ao que temos na física e nas artes, por exemplo.

Por ser uma área em que isso acontece com muita frequência, a exemplo de outras áreas profissionais, entendo que as instituições deveriam ser um pouco mais flexíveis. Sei que não é o caso da professora, porque ela tem o título e não tem esse problema.

Ciência e arte. Se vamos falar de dança, como fica? Artes cênicas? Eu quis aproveitar a sua colocação e fazer algumas considerações sobre o que é a carreira docente hoje na universidade; é extremamente engessada, rígida, e traz problemas aqui e acolá.

Com relação, especificamente, à sua questão quanto ao aproveitamento do estoque, não podemos esquecer que o Brasil formou, em 1999, cinco mil doutores. No exterior, é uma parcela pequena, mas talvez chame mais a atenção, porque o investimento é mais expressivo.

No caso da Caps, em que pese não haver uma política específica de aproveitamento do pessoal que sai, tem sido, de maneira bastante satisfatória, aproveitada pelo próprio sistema de ensino superior brasileiro, porém, com uma grande dificuldade.

Não podemos esquecer que hoje há 160 mil docentes no total do ensino superior no Brasil. Teremos uma demanda enorme no ensino superior e essa expansão dar-se-á de formas variadas e diferenciadas. Portanto, precisaremos cada vez mais de bons professores. Não há sombra de dúvida. Entendo que a produção que está saindo do sistema de pós-graduação será cada vez mais demandada e aproveitada.

O que não temos hoje são condições, fora algumas regiões ou estados do Brasil, de fazer um aproveitamento adequado, oferecendo situações que sejam suficientemente atrativas para esses pesquisadores.

Ribeirão Preto é a cidade com maior índice de doutor desempregado por metro quadrado, pois a pessoa se recusa a sair de lá. Ele fica na expectativa; “tem a bolsa da Fapesp agora”, aparece não sei o quê, e ele vai protelando. Isso porque lá tem uma invejável infra-estrutura.

Quando conseguirmos reproduzir essa infra-estrutura não digo na mesma altura num primeiro momento – em outras partes do país, tenho certeza de que o número de doutores desempregados em Ribeirão Preto vai diminuir. É aí que os fundos têm um papel fundamental.

Essa fatia dos fundos setoriais mencionadas aqui, que cobrirá a infra-estrutura de instituições públicas de ensino superior, foi feita, exatamente, com o objetivo de dotar o conjunto das instituições de condições para que as pessoas sejam aproveitadas.

Se permanecermos só nos fundos setoriais, ficará um pouco limitado. Ele tem uma finalidade, mas sabemos que tem suas limitações, e precisamos fazer algum apoio de infra-estrutura para que isso aconteça.

Hoje temos aqui o Professor Fava que foi importante reitor da Universidade de São Paulo e todos sabemos que o maior demandante-solicitante de custeio e de infra-estrutura numa universidade é quem faz pesquisa; não é a graduação. Portanto, precisamos tocar todas as coisas juntas.

Não podemos imaginar uma coisa irreal; precisamos oferecer uma base esse foi o espírito e o governo entendeu perfeitamente, ou seja, o fundo dos fundos que investirá na infra-estrutura.

Acredito que, além dos fundos, outra coisa que muda muito o cenário é a abertura de seis mil vagas para o ensino federal. Isso é algo que sinaliza francamente para uma retomada dentro desse sistema; temos, de um lado, o

fomento, através dos fundos operados de forma muito competente, e, de outro, o aspecto de recursos humanos, que, certamente, será passado a quem de direito.

Aí está a resposta da pergunta formulada pela senhora. Penso que compete, sim, às universidades, às instituições de ensino superior, mantidas pelo Estado de São Paulo e pelo governo federal na Unifesp, na federal de São Carlos, e pelo Brasil afora dar conta do recado. Não podemos esperar que as agências de fomento peguem o camarada do berçário e levem até a aposentadoria. Isso não é realista. Temos um papel a cumprir.

A Caps sempre se ateu muito ao seu papel, que é formar recursos humanos. Não podemos imaginar que ela sempre tenha que estar acompanhando aquele indivíduo e colocá-lo em um determinado lugar. Para isso, existem outras agências que cooperam com muita competência, por meio das bolsas de recém-doutorado, de pós-doutorado.

Hoje, fui ao meu departamento de origem e me deparei com três pós-doutorandos, relativamente jovens, todos pagos pela Fapesp, fora de São Paulo. Foi o que eu falei, não tenho nada contra a Fapesp, muito pelo contrário, mas eu gostaria de ver situações similares pelo Brasil afora, e acredito que seja isso que estamos começando a construir.

Outro aspecto importante, que também se insere nesse questionamento de mudança cultural, é que temos uma situação privilegiada nas universidades do Estado de São Paulo, ou seja, a autonomia universitária, com todas as suas limitações.

Esse passo, que ainda está por ser feito no sistema federal, permitirá, numa versão mais moderna dessa autonomia, flexibilizações de remuneração que irão possibilitar uma melhor adequação às condições de mercado de trabalho; não imagino competir com a Microsoft na área de computação. Mas podemos melhor adaptar os orçamentos das universidades para a realidade que ela está atravessando, que é condicionada ao mercado de trabalho, à situação da região.

Espero que, junto com a autonomia universitária, caminhemos para uma situação mais satisfatória do ponto de vista de aproveitamento das pessoas que estão à disposição, e que isso seja associado aos recursos oriundos dos fundos e das vagas nas universidades.

SR. ALBERTO PETTI – A pergunta era referente ao apoio que a BNDESPAR poderia dar com relação à pesquisa. Na realidade, a BNDESPAR não apóia pesquisa; não temos nenhuma operação que se enquadre nesse tipo de objetivo.

Acredito que, com cada um atuando numa ponta, com o conjunto de tudo, seja possível dar apoio ao desenvolvimento em termos de pesquisa, em termos de empresa no país. Temos mantido contato com uma série de universidades e, na realidade, não temos como operar com empresas que saem de incubadoras, exceto em alguns casos muito específicos.

É muito importante o desenvolvimento de agentes na economia com capacidade de avaliar empresas e oportunidades de negócio, ligando isso a investidores. Esse tipo de desenvolvimento é essencial para, no futuro, unir o que está saindo da universidade com a própria criação de empresas e com a inserção delas no mercado. Esse é um dos caminhos.

Quando se tem contato com investidores e com alguns empreendedores, o que se nota, em muitos casos, é uma sobra de dinheiro. O que falta são idéias viáveis para que se possa fazer um empreendimento e captar investidores.

Com relação à atividade da participação acionária da BNDESPAR, essa poderia ser uma forma de apoio, talvez no final da linha, a esse tipo de pesquisa ou de desenvolvimento de novos produtos ou novos tipos de negócio.

SR. LENILDO (Finep) – Há um conjunto de questões que tentarei abordar, mas antes farei uma pergunta: das pessoas que estão sentadas aqui, quantas são responsáveis por estratégias tecnológicas de empresas? Quantas trabalham em CPPDS de empresas privadas? Posso começar a partir daqui.

Uma das questões iniciais diz respeito ao novo modelo. Se não existem mais as estatais, se não existem mais as empresas de bens de capital nacional, onde está o núcleo da estratégia tecnológica deste País?

Em primeiro lugar, quero dizer que fiz uma constatação; não um juízo de valor. Até porque um juízo de valor sobre isso implicaria abrir uma grande discussão. Ou seja, fazer um juízo de valor sobre essas questões agora significa discutirmos globalização, abertura econômica; as condições atuais de um país inserido numa economia internacional com toda a prática de política econômica que o Brasil teve até os anos 90; de uma economia fechada, quando ainda se tinha idéia de buscar uma estratégia tecnológica autônoma para todos os setores. Portanto, seria uma discussão muito ampla.

Eu levantei uma questão objetiva, e o Zarattini fez uma indagação que todos os países, atualmente, estão querendo responder. É uma situação colocada não só para os países não-centrais, mas também para alguns países centrais; está posta para a Europa, frente à capacidade de geração tecnológica americana, frente ao Japão.

Ou seja, como tratar, numa economia global, aberta, internacionalizada crescentemente, com grande concentração de capital, a questão estratégica tecnológica? Enquanto era uma economia fechada, poderíamos dizer que era fácil; é fácil definir política industrial, tecnológica; é fácil definir estratégia de autonomia. Isso é fácil, porque as condições básicas são quase todas dadas pela própria economia fechada. Numa economia aberta, as questões são um pouco mais difíceis.

Por que temos essa situação no caso das empresas brasileiras? Elas, historicamente, não investem em tecnologia. Se pegarmos o volume de investimentos feitos em ciência e tecnologia no Brasil e verificarmos a parte que corresponde a investimento público e a parte que corresponde a investimento privado, pode-se notar que o investimento público é predominantemente majoritário.

Podemos pegar também outro dado não mais a questão de investimento, o dos pesquisadores. Vamos tomar limites. Nos Estados Unidos, 80% dos pesquisadores estão no setor privado; 20% nas universidades de setor público. Se pegarmos o Brasil, é exatamente o inverso.

Quando nosso companheiro da Caps está dizendo que teremos mais 6 mil, serão mais 6 mil no setor público. E o setor privado? E a incorporação, a absorção de pesquisadores pelo setor privado?

É importante entendermos por que as empresas, no Brasil, tradicionalmente não investem em tecnologia. Quando a economia estava fechada, elas não competiam com ninguém; o mercado era oferecido, não era uma questão de custos, de eficiência. Na verdade, a questão tecnológica podia ser resolvida com importação ou compra de tecnologia; com tecnologia embutida no bens de capital comprados, ou seja, nas máquinas e equipamentos.

Agora, com a economia aberta, a situação é diferente. A questão, numa economia aberta global, é de competitividade. Antes, tratava-se do mercado que eu tinha garantido para produzir; agora, só continuo tendo esse mercado, se eu for eficiente em relação ao mercado internacional, porque a economia está aberta.

SR. – Eu gostaria de fazer uma pergunta. É óbvio que isso é uma estratégia de desenvolvimento, mas acredito que também diz respeito à ciência e tecnologia.

Nessa situação nova que você citou, a empresa nacional de base tecnológica não deveria ter um crédito mais garantido e um mercado, inicialmente garantido, com compras por parte do governo?

SR. LENILDO – Eu vou chegar lá. Como estava dizendo, há um quadro que mudou com a abertura econômica, com a globalização e com a competitividade. Até 1990, as empresas produziam em um mercado onde existia uma barreira externa à competição. Agora, numa economia aberta, pode-se dizer “eu vou substituir a

importação”, mas a questão não é essa, porque, se vou substituí-la, também serei capaz de competir lá fora.

Até 1990, eu poderia dizer que tinha um programa de substituição de importações; havia condições de substituir importações e a questão da minha competitividade, da minha produtividade, não era colocada, porque eu tinha um mercado interno protegido.

Agora, como a economia está aberta, a minha decisão de substituir importações é a mesma de “eu vou competir internacionalmente”. Se vou substituir é porque serei capaz de exportar.

Essas são condições que mudam e que, hoje, colocam, no caso brasileiro, a questão tecnológica de forma mais evidenciada. Se não há proteção de mercado, essas empresas, obviamente, têm de ser competitivas no sentido amplo, ou seja, não só aqui dentro, mas também em um mercado globalizado.

Nesse sentido, a questão tecnológica é cada vez mais relevante. Como a obsolescência de processo e produto é muito rápida, essas empresas terão de colocar necessariamente a questão tecnológica na sua estratégia de negócio para poder se manter. Não tem jeito. A estratégia tecnológica tem de ser colocada como parte importante da sua estratégia de negócio.

Com relação ao financiamento, temos de ver como o Estado brasileiro pode trabalhar essa questão. Vamos tomar o exemplo da Finep. Ela faz o financiamento clássico, ou seja, financia um TJLP mais uma taxa de juros que varia de 2% a 6%; predominantemente, para empresa privada, ela financia entre 2% e 4% no máximo; TJLP mais isso.

Pode-se dizer que é um custo de dinheiro elevado. Na verdade, o custo da TJLP está determinado por condições macroeconômicas. Enquanto o governo tiver que tratar taxas de juros em função das variáveis macroeconômicas do ajuste, obviamente, a TJLP será alta.

Como eu disse, a Finep faz o financiamento clássico, mas também está trabalhando com risco, participação acionária e participação nos resultados. No

caso das empresas de base tecnológica, principalmente as que estão na faixa do *start-up* emergente, a Finep tem uma linha denominada “Finep Integral”. Nesse caso, apoiasse tudo para a empresa; tudo que a empresa quiser. Na verdade, apoiamos integralmente o seu plano de negócio, porque ou fazemos isso ou essas empresas não se viabilizam.

Apoiamos o plano de negócio das empresas, mas há um limite a partir do qual não temos mais condição. Por exemplo, um plano tecnológico como a Embraer, a Finep não tem a mínima condição de apoiar. O próprio BNDES, com os recursos que tem para essa área, obviamente vai balançar e não caberá na sua política, porque isso trará um risco tão implícito e tão forte para sua carteira que ele não entrará na estratégia completa.

No mundo inteiro, grandes empresas não são apoiadas via recursos públicos; esses recursos estão concentrados em pequenas e médias empresas. Em alguns países estão até concentrados fortemente.

Recentemente, vim da França e Espanha, onde estava discutindo questões de prospecção tecnológica, e aproveitei para discutir também política tecnológica. Por exemplo, o financiamento clássico, que aqui é a TJLP mais 2% a 6%, lá é diferente.

Se o órgão tipo Finep acredita no projeto é um projeto estratégico com viabilidade econômica e tecnológica – ele apóia esse projeto com taxa de juros zero. Se der certo, a instituição que apoiou será ressarcida; se der errado, por uma questão de risco tecnológico, a empresa só retorna ativos que tenha comprado com os recursos do projeto. Todas as demais despesas do projeto, ela não retorna; ou seja, são riscos assumidos pelo Estado juntamente com a empresa.

Poderíamos avançar nisso também? Sim. Há recursos orçamentários para serem colocados? É uma discussão a ser feita.

Ainda quanto ao financiamento, a Finep nos projetos, não de empresas pequenas, *start-up* e emergentes, financia desde a pesquisa inicial até a comercialização pioneira. Ou seja, ela financia a pesquisa, a produção do protótipo,

a produção de lote pioneiro e a comercialização pioneira resultante de um projeto de pesquisa de desenvolvimento dentro da empresa.

Se a empresa está contratando uma universidade ou um instituto de pesquisa para com ela trabalhar, a Finep não quer saber em que esses recursos estão sendo utilizados. Parte se do pressuposto de que existe o mínimo de racionalidade da empresa privada ao contratar a universidade ou o instituto de pesquisa, porque ela, sim, deve olhar os custos no projeto que está contratando, pois, tomará dinheiro nosso para pagá-lo. Portanto, isso cabe à empresa, uma vez que nós financiamos, e ela paga o que negociar ao instituto de pesquisa ou à universidade.

Quando financiamos projetos de uma universidade ou de um instituto de pesquisa, é toda essa discussão recorrente; não vamos ser Ministério da Educação, não vamos ser Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, não vamos cumprir o papel de nenhuma dessas instituições. Na verdade, vamos apoiá-las complementarmente no desenvolvimento de uma atividade específica.

No início, a Finep financiou largamente complementação salarial na universidade brasileira e foi um desastre, porque gerou uma fantástica dependência. Ou seja, a Finep passou a ser determinante na formação dos salários nas universidades e institutos de pesquisa, e ela não tem nada a ver com política salarial dessas instituições.

Vários projetos passaram a ser concebidos em função mais da complementação do que propriamente da inovação, do projeto em si. Portanto, quando ela saiu de complementação salarial, saiu adequadamente, e, na minha opinião, não deve voltar, porque não é papel da Finep pagar salário de universidade nem de instituto de pesquisa.

Quando o instituto de pesquisa for contratado por uma empresa, ela pode pagar os salários. Se assumir a responsabilidade desses custos e pagar à Finep o dinheiro que está tomando para isso, não tem problema algum. No entanto, quando a Finep colocar diretamente um dinheiro lá, é diferente. Aí, ela estará com uma ação

complementar, e não assumindo a política salarial de pesquisa, a política completa das outras instituições.

Antes de encerrar, quero voltar à questão colocada pelo Zarattini: se temos ou não estratégia. Acredito que só haja uma estratégia nesse contexto, ou seja, realmente criar condições, as mais objetivas possíveis, e não só de financiamento, para que as empresas brasileiras incorporem, de maneira crescente, a variável tecnológica nas suas estratégias de negócio.

Isso pode se dar por meio de dinheiro barato, por meio de convencimento da importância, por meio da promoção da articulação das empresas com as universidades e institutos de pesquisa. Existem vários mecanismos para se dar isso.

Precisamos entender que esse é um processo crescente, incremental, que não ocorre da noite para o dia; é um processo de mudança e de percepção das próprias empresas nacionais. Obviamente, devemos criar as condições. Tem, por exemplo, esse projeto da Fiep, no qual apoiamos planos de negócio integral das empresas de base tecnológica. O que não sei é se dá para reproduzirmos Coréia em 2000.

SR. JOÃO PISYSIEZNIG FILHO – Eu gostaria de fazer essa réplica, porque fica patente que o elo fraco no sistema de ciência e tecnologia no Brasil é a empresa. Formamos 5 mil doutores por ano, investimos, pois há muitos recursos o orçamento da Fapesp é invejável, temos patrimônio, mas, quando se fala da empresa privada, dizem que não é com eles; é política tecnológica.

É papel deste Fórum tentar cobrir essa lacuna e tentar gerar mecanismos na sociedade para estimular. Gostaria de ler três linhas do documento que o IPT entregou ao Fórum, no evento passado, dos institutos de pesquisa: “O investimento privado em tecnologia situa-se em um *locus* econômico reconhecido como imperfeição de mercado”. Ou seja, o mercado não dá conta do investimento em ciência e tecnologia.

Qualquer neoliberal mais radical sabe que, em ciência e tecnologia, o mercado não funciona. Em todo lugar desenvolvido do mundo, o setor privado é apoiado, dentro das empresas, pelo Estado no desenvolvimento tecnológico. O exemplo dos Estados Unidos é o poder de compra das Forças Armadas, da Agência Espacial, nos grandes projetos adquiridos em empresas; elas fazem pesquisas compradas por essas agências.

Temos discutido aqui o investimento público em ciência e tecnologia, temos discutido quanto temos formado, mas não tem ninguém por parte das empresas. Inclusive, as empresas não estão aqui porque não existe nenhuma ligação com elas; não há elo entre o sistema de ciência e tecnologia brasileiro e as empresas.

Se não criarmos isso, iremos esterilizar o dinheiro público. O dinheiro do cidadão brasileiro está sendo colocado para produzir doutores desempregados, para produzir pesquisa que não se torna inovação, que não se torna renda, que não se torna exportação etc. Esse é o nosso papel.

Pelas respostas, ficou patente que não é missão de nenhuma dessas agências, não é missão dos institutos de pesquisa, não é missão da universidade. É missão de quem? Nós, então, precisamos dar essa missão.

O SR. – É uma pequena intervenção sobre a estratégia de pesquisa de desenvolvimento. Sabemos que, no mercado globalizado, realmente, a competição é a base do sucesso. Porém, existem setores da economia que são privilegiados, no mundo todo, com recursos públicos para investimentos. Um deles é o do agro negócio da agricultura.

Não dá para importar pesquisa em muitos setores da agricultura. Hoje, a biotecnologia está mudando esse panorama; mas não é só de variedade transgênica que vive a agricultura.

Se compararmos com os países desenvolvidos, o investimento público é muito grande em pesquisa para o agro-negócio, e é um dos setores para o qual está sendo prometida a criação de um fundo, mas ainda não aconteceu em nível federal.

SR. – Em 90 dias, haverá o fundo de agronegócios.

SR. – A minha dúvida é a seguinte: não seria importante privilegiar alguns setores que não foram afetados por essa globalização?

SR. – Se tem um setor no Brasil que podemos dizer que é muito bem estruturado em termos de pesquisa, é o de agronegócios. Na verdade, o Brasil teve a felicidade, no início dos anos 70, de mudar radicalmente o sistema de pesquisa pecuária no país, quando passou dos órgãos estaduais precários que existiam e construiu a Embrapa, que, hoje, tem uma infra-estrutura fantástica de pesquisa, não só do ponto de vista de unidades laboratoriais, centros por produtos, centros por recursos, mas também de pessoal competente que faz pesquisa no Brasil.

Boa parte do trabalho da Embrapa poupou a economia brasileira de importação fantástica de insumos, principalmente nitrogenados, só com uma linha de pesquisa, a pesquisa de fixação simbiótica de nitrogênio. Se falarmos de todo esforço que a Embrapa fez nessa área e o que ela gerou em termos de produtos no país, é uma coisa excepcional.

A Finep, para os senhores terem uma idéia, em 1970, financiou a Embrapa para que ela formasse 2 mil mestres e doutores no Brasil e no exterior. Provavelmente, esse foi um dos financiamentos de maior retorno que a Finep fez até hoje na sua história. E isso é perfeitamente mensurável.

SR. – Quero lembrar que o Instituto Agrônomo foi criado um pouquinho antes da Embrapa.

SR. – Aí, foi uma injustiça.

SR. – Não estou desconhecendo, obviamente, os 100 anos da pesquisa agropecuária em São Paulo. O que falo é que há uma inflexão nítida na história, com a criação da Embrapa no início dos anos 70.

SR. CARLOS ZARATTINI – Passo a palavra ao Professor Fava, para que nos dê o recado final.

SR. FLÁVIO FAVA – Tenho observações anotadas e, seguramente, o Deputado Carlos Zarattini, como presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, conseguirá neste Fórum implementar coisas do nosso interesse. O Fórum de hoje foi a respeito de financiamento, e as agências aqui presentes deram os seus recados.

Para não dizer que não farei nenhum comentário, continuo firmemente convencido de que as agências são importantes no financiamento, mas muito mais importante que o próprio financiamento é a autonomia das instituições para definirem as diretrizes, com seus Conselhos e interação com as classes usuárias, quer sejam pesquisadores ou empresários, e alcançar resultados.

Para quem se interessar, acaba de sair um documento, que creio ser absolutamente lapidar, financiado nos Estados Unidos, relatando o impacto da inovação. Esse documento mostra o significado de uma instituição de pesquisa na economia de uma Nação. O binômio é MIT *versus* a economia dos Estados Unidos.

A coisa mais motivante que observei nesse relato foi o fato de que, se dependermos dos empresários já constituídos, o sucesso será pequeno. A história demonstrou que um enorme sucesso foram os estudantes talentosos, que estavam praticamente se graduando, terem suas idéias absolutamente brilhantes financiadas; essas idéias geraram as grandes empresas de tecnologia moderna, que vendem no mundo inteiro.

Basta dizer que uma das conclusões é que as empresas oriundas dos ex-alunos do MTI sozinhas corresponderiam hoje à 16ª economia do mundo. As

empresas decorrentes de ex-alunos de uma instituição acadêmico – tecnológica seriam hoje a 16ª economia do mundo.

A Assembléia de São Paulo mostrando, de forma inequívoca, um descortino impressionante, implantou a indexação constitucional na Fapesp, o decreto das instituições universitárias. Ainda falta a autonomia dos institutos de pesquisa para que haja unidades orçamentárias compatíveis com os institutos, e que seus pesquisadores definam seus rumos. Isso tudo está consolidado.

São Paulo fez nos últimos anos o maior plano de investimento de infraestrutura que se tem conhecimento no Brasil. O Professor Brito, que preside a Fapesp, está aqui. A conta é muito simples: em quatro anos, investiu-se no programa de infra-estrutura 1,2 bilhão de reais, numa época em que o real era equivalente ao dólar; ou seja, 300 milhões de dólares por ano. Se quiserem um dado mais fácil, 1 milhão de dólares por dia útil. Certamente, foi um plano que colherá frutos enormes.

A valorização dos recursos humanos está sendo necessária, para que todos possam trabalhar a contento. Fico contente em saber que existem mais 6 mil possibilidades de incorporar a juventude. Espero que se incorpore gente boa, porque valorizar recursos humanos significa valorizar os bons e expurgar os ruins. Existe muito parasita no sistema, ocupando lugar de gente boa que não consegue entrar, porque a sinecura está instalada lá dentro. Há duplo caminho e precisamos trabalhar no sistema como um todo.

Esse documento ao qual me refiro também tem um dado muito interessante: nas empresas de grande sucesso, o tempo para o êxito baixou muito. O Loureiro disse que levamos do berço à aposentadoria, mas, nas empresas, é do berço ao velório. Tem um gráfico demonstrando que demorava de zero a 35 anos se para ter uma grande empresa; depois de algum tempo, passou para 15 anos; hoje, já se tem êxitos empresariais enormes de estudantes recém formados que se consagram nas empresas com cinco anos.

A coisa está muito focada no talento e na juventude. Eu perdi um pouco a esperança de trabalhar com empresários já próximos da aposentadoria.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado, Professor Fava. Quero agradecer aos Professores Brito, Lenildo, ao Alberto Petti do BNDESPAR e ao Professor Luiz Valcove Loureiro, da Caps. Aproveito para convidá-los para o próximo debate, dia 25 de abril à 14 horas, a fim de aprofundarmos o tema da inovação tecnológica na produção.

Muito obrigado a todos.

25.04.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Paulo Antero – Ex-diretor da Fundação Zerbini
- .Edson Ferman – Diretor Técnico Operacional do Sebrae
- .Roberto Sbragia – Assessor Técnico da Ampei
- .Flávio Grinspan – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Tecnologia da Fiesp
- .Manoel Carlos Marques Leme – Pesquisador científico do Instituto Biológico, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SR. CARLOS ZARATTINI – Encontram-se presentes, nesse seminário, Dr. Paulo Antero, ex-diretor da Fundação Zerbini, Dr. Edson Ferman, Diretor Técnico Operacional do Sebrae, Dr. Roberto Sbragia, Assessor Técnico da Ampei, Dr. Flávio Grinspan, Diretor Titular Adjunto do Departamento de Tecnologia da Fiesp e também Membro do Conselho da Comissão de Ciência e Tecnologia do Fórum Século 21. Gostaria de pedir desculpas aos presentes pelos inúmeros problemas para realização desse evento e alguns deles ainda estão para ser feitos. Para dar início aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Roberto Sbragia.

SR. ROBERTO SBRAGIA – Na verdade trataremos do assunto Inovação Tecnológica na Indústria juntamente com o Dr. Flávio Grinspan e Dr. Osires Silva, estivemos juntos na semana passada quando alinhavamos algumas propostas que gostaríamos de trazer para o Fórum no sentido de começarmos a sair do discurso e irmos para a prática.

Em dezembro passado fiz uma exposição, nesta casa, neste Fórum, com o título Imperativo da Inovação na Indústria Brasileira, quando relatei da necessidade, a importância e os números sobre a situação brasileira comparados com outros países e gostaria de resgatar um pouco alguns pontos daquela exposição e depois passar para Flávio para que ele possa apresentar os instrumentos que imaginamos trazer, hoje, não para o início do debate mas do ponto de vista final.

Quando tratei desse tema trouxe alguns números que gostaria de repetir para criar um contexto para as nossas propostas. Destacaria em nível internacional os 250 bilhões que os Estados Unidos estão investindo em pesquisa e desenvolvimento, dos quais aproximadamente 72%, ou seja, 180 bilhões de dólares pelas próprias empresas. Além de ser um valor bastante expressivo, bastante integrado, ajustado à prosperidade que temos observado sob vários pontos de vista, é relevante notar que esse investimento tem crescido a uma taxa de dois dígitos nos dois últimos anos e esse padrão tenderá a crescer nos próximos anos ou pelo menos continuar assim.

Os esforços orientados para a pesquisa básica e aplicados na indústria têm crescido a taxas maiores nesses últimos anos do que as taxas aplicadas ao desenvolvimento experimental mostrando que a atividade científica está também tomando “pé” ao lado da indústria antes apenas relegada à universidade.

O suporte das indústrias americanas à universidade também tem crescido a um ritmo anual de dois dígitos correspondendo, hoje, a uma cifra de 2,5 bilhões de dólares alocados à pesquisa básica na universidade pelas indústrias.

A pesquisa normalmente é executada pelas empresas americanas e outros países, que não os Estados Unidos, e também têm crescido nesses últimos anos, atingindo a cifra de 15 bilhões anuais. Essa pesquisa, no momento, “extramuros”, “extrapaís” é basicamente uma tentativa de adaptação de produtos às demandas locais e ao mesmo tempo de absorver conhecimentos de centros de excelência em outros países. Um bom exemplo disso podemos ver em boa parte das multinacionais, hoje instaladas e que buscam o país.

Finalmente um outro dado importante, motivo inclusive de um encontro, na semana que vem, no Rio de Janeiro, é o investimento no capital de risco que cresceu em 99 à taxa de 150% comparado com o capital de risco de 98. Foi o maior salto na história dos Estados Unidos nesse item, especialmente devotado ao segmento das pequenas empresas, atingindo 50 bilhões de dólares, no ano passado.

Se compararmos a Europa como um todo e o perfil da indústria, esses números são comparáveis aos Estados Unidos, o mesmo podemos encontrar no continente asiático, no seu conjunto, o que nos coloca numa situação de extrema defasagem em relação a esses três blocos. A América Latina como um todo e o Brasil em particular investem em valores muito menores que estes, e estão ao redor de 0,3 a 0,5% do PIB industrial e ainda a indústria não participa com mais do que 30% de todo esse investimento, diferentemente dos 70% que ela participa nesses países mencionados.

A grande pergunta é: Porque o Brasil, oitava economia do mundo com uma indústria complexa, razoavelmente moderna e bastante diversificada em alguns setores, investe marginalmente em desenvolvimento e inovação tecnológica? Essa pergunta ainda não tem uma resposta satisfatória. Está sendo procurada e, quando achadas, essas respostas acabam conduzindo muito para as constatações, para o discurso e ainda muito pouco para as medidas práticas que deveriam ser colocadas, se não todas, pelo menos as mais importantes.

No últimos anos, principalmente na década de 90, o Brasil apresentou um grande avanço na área científica e normalmente esse crescimento é medido pelas publicações internacionais e pelo fato de o Brasil já participar com cerca de 1% da produção científica mundial, contra 0,5% na década de 80. Esses números foram aqui apresentados também em dezembro, pelo Professor Brito, da Unicamp. Este resultado é consequência dos investimentos governamentais realizados na última década, especialmente capitaneados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que fez um bom trabalho na década de 90 com vários programas: PACTI, PDCT e outros programas mobilizadores que conseguiram ter um resultado. Também na área de recursos humanos tivemos um bom contingente de pessoal qualificado, com cerca de quatro mil doutores/ano, contudo muito pouco orientado para a inovação na indústria.

Portanto, do lado do desenvolvimento tecnológico observa-se um distanciamento muito grande no país em relação aos países mais desenvolvidos. A questão é: quanto desses quatro mil doutores hoje são absorvidos anualmente pelo setor produtivo? Poucos. Muito poucos. Enquanto nos Estados Unidos 80% dessa massa é engajada e absorvida pela indústria, no Brasil não mais do que 10%. Na Inglaterra, dos aproximadamente 3 mil doutores que são formados, uma parte não desprezível também é empregada pelo setor produtivo.

Outra questão importante quanto às patentes brasileiras que são registradas nos Estados Unidos, hoje: 50, não mais do que isso. Em contrapartida a Coréia,

com desenvolvimento recente, já deposita 2 mil patentes/ano no maior mercado mundial, que são os Estados Unidos.

São vários os determinantes dessa realidade brasileira, cabendo destacar, sem nenhuma preocupação imediata com a sua importância relativa, algumas delas que eu já apresentei também aqui no evento de dezembro. Em primeiro lugar, o Brasil ainda carece de um ambiente institucional e econômico que induza a empresa brasileira a investir em tecnologia, tendo as regras do mercado como razões preponderantes. Ou seja, o maior estimulador do investimento em tecnologia, no mundo inteiro, é sem dúvida nenhuma o mercado, e nós ainda estamos longe dessa situação, alto estimulador do investimento em tecnologia.

Depois também há questões culturais por grande parte dos empresários brasileiros, uma parte ainda se valendo da importação da tecnologia em detrimento da sua geração interna, uma certa preocupação com o imediatismo em detrimento do médio e longo prazo, uma baixa propensão ainda ao risco e ainda sentimos que faltam lideranças que movimentem, que alavanquem esse movimento da própria indústria. Isso do lado da indústria.

Também temos uma inexpressiva interação, hoje, entre universidade e indústria, vendo, aqui, a universidade e os institutos tecnológicos como instituições que poderiam alavancar melhor o desenvolvimento tecnológico dentro da própria empresa. Como já foi mencionado, temos uma excelente infra-estrutura científica, em termos do potencial que ela apresenta para favorecer a inovação.

Também temos, ainda, uma desatenção do mercado empresarial em relação ao potencial que os investimentos governamentais na área de formação de profissionais qualificados representam para a indústria. Em grande parte essa baixa absorção de pessoas qualificadas pela indústria é uma defeito da própria indústria e não tanto do sistema educacional, que também tem suas falhas.

Mencionei, também, naquela oportunidade, uma relativa falta de consciência da classe política sobre a importância do desenvolvimento tecnológico e do papel desempenhado pelo setor produtivo como o carro-chefe da inovação tecnológica.

Enaltecí, naquela oportunidade, a liderança exercida pelo Deputado Carlos Zarattini, neste Fórum, com relação a este aspecto que é bastante louvável, especialmente num Estado como São Paulo que é a maior economia do país e que detém uma indústria bastante seletiva, bastante forte, bastante competitiva e, portanto, pune onde deveriam estar os principais instrumentos para alavancagem desse potencial. Se ele não está no Estado de São Paulo dificilmente está em outro Estado do país, já que o Estado de São Paulo, do ponto de vista europeu, é um país praticamente em todos os seus parâmetros econômicos e sociais que podemos categorizar.

Também faltam diretrizes de política industrial e tecnológica e uma descontinuidade de instrumentos potencialmente alavancadora. Tivemos na década passada e cito, principalmente, os instrumentos criados no âmbito do MCT como o PCTI – Programa de Capacitação Tecnológica da Indústria, e esses instrumentos têm vida curta, duram pouco tempo. Quando os efeitos começam a aparecer, desaparecem deixando um vácuo muito grande. Todo investimento feito, como nós fazemos na área de pesquisa e desenvolvimento, depende de continuidade: uma andorinha só não faz verão e não frutifica num curto espaço de tempo.

Mencionei, também, naquela oportunidade, a inadequação do sistema de incentivos fiscais diante da realidade fiscal das empresas, especialmente as pequenas e médias em consonância com as práticas observadas e já consolidadas nos países desenvolvidos. Não há país desenvolvido, hoje, pegando os oito principais, que não tenha implantado essa legislação há mais de trinta anos e continuem a aperfeiçoá-la continuamente dentro do espírito de continuidade que mencionei no ponto anterior. Dr. Flávio vai apresentar algo nesse sentido e algumas propostas.

Talvez faltem, ainda, algumas políticas coercitivas que induzam determinados setores a investir mais em pesquisa de desenvolvimento no Brasil, especialmente em nível das empresas de capital estrangeiro de modo geral. Nosso grupo, em particular, acredita que as empresas multinacionais tenham uma contribuição muito

importante a dar ao país e que devemos apenas fixar melhor as contribuições, as contrapartidas necessárias.

A utilização de poder de compra do Estado, como fator indutor de investimento em pesquisa de desenvolvimento, é pouco utilizada tanto em nível nacional, estadual e municipal. Ainda estamos caminhando no capital de risco, é algo que ainda não aprendemos e estamos, ainda, abrindo espaço no país, talvez esse ano comecemos a dar alguns passos e, ainda, as linhas de crédito, financiamento direto, a juros adequados, para investimento em tecnologia, que é um investimento diferente em plantas produtivas, não consegue ser praticado no país em face da tradição de juros de mercado que são praticados, o que acaba afugentando o tomador desse tipo de empréstimo que poderia ser muito bem a grande empresa. A taxa de juro de 12% mais TJLP não é uma taxa que se possa usar, hoje, como atrativo, uma vez que a Coréia já pratica uma taxa de juros de 6% ao ano, de 4 a 6% ao ano.

Portanto, está claro, uma vez mais, para todos, que isso é um axioma que precisamos repetir, que a competitividade empresarial num contexto crescente de globalização depende da inovação de produtos em processo e em maior ou menor grau de um esforço sistemático de desenvolvimento tecnológico ou de pesquisa em desenvolvimento por parte das empresas.

Cabe, portanto, especialmente ao Estado de São Paulo pela sua importância já mencionada, do governo e das suas agências e do seu parque industrial no sentido de mobilizar o conjunto de atores para um salto, um salto qualitativo e quantitativo. Esse é momento, quer dizer, estamos hoje numa situação em que agora é o “x” da questão porque nada vai acontecer de novo ou de progresso no início deste novo século sem rompermos o corporativismo, os velhos paradigmas; inovar nesse campo é o que podemos e devemos fazer. E São Paulo, a nosso ver, deve dar o exemplo, como o Estado mais próspero. O governo federal tem dado alguns exemplos recentes como a criação dos fundos das agências, primeiro do petróleo e, segundo, dos outros que estão sendo criados que vão permitir o

carreamento de cerca de um milhão de dólares para a inovação, mas ainda esse recurso é muito pouco e será mormente orientado para as universidades que deverão se compor com as indústrias em projetos cooperativos. Quer dizer, de novo o recurso não vai, de forma alguma, chegar diretamente na indústria.

Portanto, estamos diante daquele velho ditado: “Se ficar o bicho pega e se correr o bicho come.” Temos que avançar e esse é o nosso desafio: dar esse passo, do contrário vamos ficar iguais aos índios na comemoração do descobrimento, vendo as coisas avançarem e nós aqui protelando aquilo que já devia ter sido colocado em prática.

Agradeço a oportunidade e peço licença para poder fazer a minha complementação durante o transcorrer desse debate. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o Dr. Flávio Grinsman.

DR. FLÁVIO GRINSMAN – Boa-tarde a todos. Primeiramente gostaria de agradecer o nobre Deputado Carlos Zarattini e também cumprimentar os demais membros dessa comissão e da Assembléia Legislativa pela oportunidade que está oferecendo a todos para podermos expressar nossas idéias e de alguma maneira poder contribuir para essa formulação política. Toda essa idéia do Fórum é altamente relevante e é muito oportuna e única, de modo que não creio que vamos ter a situação se repetindo com tanta freqüência. Por isso pensamos que tentando reunir Roberto, Brito, Osires e eu poderíamos avançar em algumas idéias e ter mais tempo para conversar e assim trazer alguma contribuição.

O assunto é tecnologia e muitas pessoas aqui presentes conhecem, porque é um assunto que eu e vários outros estamos tratando há muito tempo, e, pegando gancho sobre o que Roberto falou, tentar ver se o momento de hoje traz alguma novidade, e se essa novidade abre alguma luz para mudarmos o quadro que está se apresentando.

Há dez anos virei empresário, ou seja, saí da universidade, passei pela área biomédica, virei empresário e hoje estou na Fiesp, ou seja, posso dizer alguma coisa do lado de lá da situação. Essa situação é oportuna por alguns motivos e gostaria de colocar como pano de fundo.

Primeiro, o processo de globalização obrigou as indústrias brasileiras a participarem mais ativamente do mercado mundial e assim precisam ter outros padrões de desenvolvimento industrial, porque senão não são competitivas. De modo que a indústria e particularmente a de São Paulo estão sendo obrigadas a desenvolver novos padrões. Segundo, apareceu um ente estranho com mais frequência no processo que as empresas multinacionais, que ainda não entendemos muito bem. Posso falar um pouquinho porque trabalhei numa delas e não são aquilo que pensamos que sejam só porque são de fora. Elas precisam se nacionalizar. Ou seja, elas passaram da fase de ser nacional num país para ser internacional e, agora, pelo crescimento assustador das empresas, elas precisam desenvolver bases locais em vários países. Bases quase de nacionalização delas mesmas. O Brasil tem uma chance enorme de ser a base de um conjunto de empresas multinacionais que traz um ingrediente interessante para o nosso tema porque as empresas multinacionais, especialmente no setores mais dinâmicos da economia, são investidoras em pesquisa de desenvolvimento, fortemente investidoras. Se a única participação delas, no Brasil, é de montar, fabricar e usar mão-de-obra eventualmente disponível no mercado brasileiro, você perde uma participação importante da multinacional que é a sua participação como fomentadora e indutora na pesquisa de desenvolvimento. É o realizador da pesquisa e desenvolvimento. Fundamentalmente, é preciso criar mecanismos para que a multinacional traga para o Brasil o seu centro de pesquisa. E esse centro de pesquisa é o absorvedor da mão de obra qualificado e também é o que desenvolve a pesquisa. Já foi o tempo, nos idos setenta, em que tínhamos aquela visão de que a multinacional fazia pesquisa centralmente e usava os mercados na ponta. Naquela época até podia acontecer isso, mas agora não tem mais jeito. Não dá

mais para fazer pesquisa centralmente. Todos os centros de pesquisas das multinacionais estão distribuídos no mundo todo. Resta saber se alguns virão para o Brasil ou não. A primeira constatação é de que a multinacional é um *player* novo no país que precisamos entender e ver como pode contribuir para uma política que se queira formular.

Por exemplo, a minha experiência na Motorola, a área que eu sinto ser mais dinâmica numa empresa do setor eletrônico é o desenvolvimento de *software*. A Motorola tem uma regra interna que nenhum centro de *software* da Motorola tem mais de 500 PHDs. Ou seja, em todos os lugares do mundo o máximo é de 500 PHDs. Por exemplo, a Motorola tem um centro de *software* na China com 500 PHDs, na Índia com 500 PHDs, em Taiwan e por aí vai. Em todos os lugares ela distribui o centro, e por quê? Porque falta mão-de-obra qualificada nos países desenvolvidos e é preciso procurar mão-de-obra onde tem. Não existe preconcebidamente uma política da multinacional mais de concentrar os seus centros de pesquisa seja no Japão, Europa e Estados Unidos. Elas estão onde existe mão-de-obra qualificada. Certamente um centro de pesquisa no Brasil seria bem-vindo porque estaríamos participando em pesquisas avançadas e de ponta. Estou citando a Motorola como exemplo, mas todas as outras empresas têm a mesma dinâmica. Gostaríamos que fosse incluído no nosso radar de política qual é o papel que essas multinacionais têm. Sobre o outro lado que Roberto colocou, como induzir essas multinacionais a trazer para o Brasil esses centros de pesquisa.

As coisas no mundo muitas vezes funcionam com mais simplicidade do que pensamos. Vi casos e, de novo, com a minha experiência na Motorola, funcionam quando o presidente ou o governador ou o primeiro-ministro ou deputado vão lá e pedem. É a mesma coisa do “neném prancha” no futebol. Quem pede tem preferência. É pedir! Se alguém vai lá e pede é capaz de alguém aceitar. E assim discutem e discutem quais são as condições. Vi o primeiro ministro da Malásia indo até a “Silicum Valey” pedindo às empresas para se mudarem para a Malásia. Vi o primeiro ministro da Índia fazendo a mesma coisa. Não é nada anormal, nem

diferente do que acontece no mundo internacional. É chegar um dirigente, tentar projetar e planejar um centro e negociar diretamente com os altos dirigentes da empresa, o que funciona facilmente. Segundo, os mecanismos dos doutores de mercado, como Roberto falou. Essa indução de mercado vai funcionar em termos de projetos de política, por exemplo, na lei de informática, que é um projeto de política brasileiro, que induz a implantação de centros de pesquisa no país. Esse é um dos mecanismos que talvez dê resultado. O problema que é preciso atentar é como isso se desenvolve a longo prazo. Ou seja, é preciso estar dentro dum pano de fundo maior do que simplesmente uma indução para a implantação de um centro de pesquisa. Temos que ver como isso se espalha para o resto da cadeia, como é que a cadeia de fornecedores pode se aproveitar desses centros de pesquisas. Porque uma coisa é implantar o centro de pesquisas, ou seja, posso “pendurar” esse centro de pesquisa com as pesquisas de outros países. Não sou obrigado a pendurar com as pesquisas do Brasil. Ou seja, é preciso ter uma política que precisa ser olhada e não só jogar o instrumento na mesa porque sozinha, não é suficiente.

Portanto, gostaria de levantar esse aspecto do papel da multinacional, do papel do centro de pesquisa da multinacional como indutor que essa multinacional pode ser e quais são as estruturas necessárias do governo para fazer com que essas multinacionais venham para o Brasil instalar os seus centros de pesquisas, e joguem a pesquisa para o resto da cadeia etc. Esse é o primeiro aspecto.

Segundo, a indústria brasileira precisa, agora, mudar o seu perfil de competitividade, porque está sentindo que não bastam os mecanismos macroeconômicos, ou seja, a indústria sempre se pautou com a idéia do câmbio defasado que impedia a competitividade; com os juros altos era impossível praticar a competitividade. Quer dizer, as despesas de logísticas, o custo Brasil, é impeditivo. Quer dizer, a indústria brasileira tem um rol de cerca de duzentos argumentos alegando porque não é competitiva. Ao longo do tempo muitos desses argumentos foram acabando porque o câmbio foi acertado, os juros foram

diminuindo, enfim, uma série de aspectos que ainda não posso dizer, se os aspectos macroeconômicos não pesam, o que não é verdade. Eles pesam. Mas o Brasil já desenvolveu políticas comerciais um pouco mais agressivas, tem alguma estrutura para financiamento para desenvolvimento industrial. Quer dizer, a indústria está notando que está chegando a hora de que o argumento mais importante para a competitividade está deixando de ser a macro-economia para ser a origem da coisa, que é a tecnologia. Sem tecnologia não dá para ser competitivo, pelo menos nos setores dinâmicos da economia. E essa dinâmica da importância da tecnologia está começando a permear as indústrias. Trouxe um documento, feito no ano passado, e que refere a uma reunião que participei e que foi adotado pela Fiesp, não sei se o deputado tem cópia, caso contrário deixo uma para o seu conhecimento, chamado “Um Projeto Para o Brasil – Desenvolvimento Sustentável Com Responsabilidade Social”. Esse documento preparado pela Fiesp propõe um projeto de política industrial para a indústria paulista com repercussões na indústria nacional. Os grandes itens tocam em aspectos que estão fora do âmbito nacional como cidadania, redução de desigualdades regionais, ampliação da poupança doméstica, comércio exterior e agricultura, mas o foco é a política industrial, o viés tecnológico está evidente e passo a ler:

“PROPOSTA DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA.”

Deve ser regionalizada visando uma inserção competitiva autônoma comercialmente superarbitrária que assegura ao país uma convivência não vulnerável e não destrutiva com o processo de globalização. Essas políticas devem, simultaneamente, sustentar o esforço exportador e iniciar programas de substituição eficiente de importação dentro da visão contemporânea de cadeias integradas. Esses programas deveriam focar, imediatamente, todas as cadeias setoriais geradoras de substanciais déficits comerciais. Quer dizer, a Fiesp propõe como prioridade as áreas que estão hoje gerando impacto negativo na balança de pagamento.

A política tecnológica a ser orientada por estudos prospectivos da tendência do progresso técnico científico é essencial para difundir as tecnologias de classe mundial e agregar valor aos nossos produtos, podendo-se constituir um precioso instrumento de fomento ao ser concebida de modo compatível com as regras e acordo internacionais nas quais o Brasil é signatário. Gostaria de abrir um parênteses que é o seguinte: uma coisa que já foi avaliada pela Ampei, só que não é muito divulgada, é que em todos os países, o governo, diretamente, ajuda as empresas no desenvolvimento tecnológico. Vou qualificar essa ajuda: não é um financiamento à empresa. É uma ajuda à empresa para ela desenvolver tecnologia e se manter líder no mercado mundial. A OMS não permite que o governo ajude a empresa nas etapas posteriores ao desenvolvimento industrial, mesmo no desenvolvimento industrial, ou seja, o governo não pode dar subsídios, incentivo, juros subsidiados e essa é a grande briga da Embraer, na etapa que vai depois do desenvolvimento, quer dizer, quando entra na fábrica, ou seja, financiamento à exportação é proibido com juros subsidiados, financiamento ao marketing, enfim, tudo a ele se proíbe só não proíbe, a ajuda ao desenvolvimento tecnológico porque os países mais adiantados fazem isso naturalmente. A ajuda ao desenvolvimento tecnológico não é um argumento na OMC e todos os países fazem isso. Ao invés de apoiar e financiar na ponta, financia cá em baixo. Há uma tendência contra isso porque as leis brasileiras são naturalmente impeditivas dum favorecimento do governo às empresas privadas, exceto de acordo com as regras de competição. Estou falando de casos nos quais o governo está fomentando a empresa. Quer dizer, o Brasil tem não só não faz como tem regras internas que dificultam fazer só que hoje nos acordos mundiais o Brasil sofre porque a OMC abre o espaço que o Brasil não ocupa. Esse era um tema que eu gostaria que a Assembléia Legislativa discutisse e levantasse se existem mecanismos que a sociedade considera oportunos mas que permitam que a empresa brasileira possa se beneficiar de algo que a OMC abre e o Brasil não usa por causa de argumentos legais, e estamos na casa do legislativo.

A proposta da Fiesp termina dizendo o seguinte: é indispensável, nesse sentido, o aperfeiçoamento às leis de incentivo à pesquisa ao desenvolvimento que vai de acordo com o que Roberto apresentou e também mencionamos a Lei nº 8.248, que é a lei de informática, que ainda está em discussão e ainda corre perigo, porque um outro argumento para a Assembléia Legislativa é que os outros Estados estão bem mais preparados do que São Paulo na disputa política no Congresso Nacional com relação a essas leis. O Nordeste e a região Norte têm feito *lobbies* em montagem de estruturas de suporte forte às políticas que privilegiam claramente a região Norte e Nordeste. E a lei de informática corre, mais uma vez, o perigo por causa desses vários mecanismos de suporte que são partidários, inclusive alguns não são nem partidários. Os argumentos usados pelos representantes do PT, no Amazonas, são iguaizinhos aos que o PFL usa, enfim, todos eles estão defendendo a região uma vez que o projeto é de interesse nacional e os maiores afetados serão as indústrias do Centro-Sul. O fundo de petróleo, mencionado por Roberto, 40% desse fundo necessariamente tem que ir para o Nordeste. Necessariamente. Independente de eles concorrerem no resto. Começa com 40 pra lá. Parece golfe, não é? É importante montar mecanismos para cobrir as desigualdades regionais, mas é preciso reconhecer que todas as vezes que acontece qualquer fomento, é usado para esse tipo de desigualdade. A lei de informática, após passar pela Câmara dos Deputados, está no Senado, só que a área biomédica não conseguiu entrar nessa lei, o que é uma pena porque é uma das áreas mais dinâmicas da economia e que afeta muito o Estado de São Paulo e corremos o risco de vermos outros produtos serem eventualmente retirados e estamos, também, não digo órfãos, porque tem vários deputados do Estado de São Paulo atuantes nessa área, só que é uma luta na qual se coloca um peso político muito grande e todos os partidos das outras regiões estão envolvidos nessa lei.

No momento, a indústria de São Paulo entende que essas leis, e vou explicitar com o quadro do Roberto, são fundamentais. Gostaria ainda de dar duas idéias. A primeira é que precisamos definir prioridades. Não dá para ser bom em

tudo. Não dá para ser competitivo em tudo. O processo de definir prioridades é complicado e significa dizer que estas áreas tem prioridades sobre outras e esta Casa deveria criar um mecanismo indutor dado que a Assembléia representa todo o pensamento da sociedade no sentido de identificar em quais áreas seriam aplicadas as grandes prioridades e onde seriam depositadas a maior parte dessas fichas.

A Fiesp propõe que uma possível prioridade seriam aquelas nas quais as áreas da balança de pagamento são deficitárias. Outra prioridade importante seria o desenvolvimento tecnológico ligado a geração de empregos, ou seja, existem vários grupos e não podemos misturar tudo no só saco porque nesse caso o nivelamento não é um processo que traz os resultados esperados. Devemos começar um número pequeno de prioridades e concentrar os nossos focos para gerar resultados. Temos vários planos e várias idéias e poucos resultados, e um dos motivos em termos poucos resultados é que estamos atirando em várias direções. Se conseguirmos concentrar num conjunto pequeno de prioridades seria mais interessante. Tenho experiência do governo de Israel que criou uma estrutura do Ministério de Ciência e Tecnologia chamada Prioridade de Israel. O que é essa prioridade? Porque Israel quer ser a número um do mundo. A definição deles de prioridades é muito mais simples do que a nossa. Onde Israel consegue ser a número um, essa é a minha prioridade. É nisso que eles estão apostando, o que talvez conseguíssemos fazer uma mescla. Por exemplo, São Paulo tem condições de ser número um em alguma coisa, tem condições de ter tecnologia que gere empregos em algumas áreas, tem condições de ter tecnologia que interfere na balança de pagamentos, quer dizer, se pegássemos um de cada talvez fizéssemos um bom projeto no qual pudéssemos concentrar nosso foco.

A terceira, que gostaria de deixar como sugestão, é que o governo federal está criando o Fórum de Competitividade no Ministério do Desenvolvimento. O que o governo está querendo é juntar o Ministério do Desenvolvimento aos vários segmentos da sociedade que participam daquele segmento e tentar discutir alguns aspectos de política que possam melhorar a competitividade. De certa maneira

poderíamos fazer alguma coisa parecida em São Paulo, não por achar que São Paulo é diferente do resto do Brasil, mas porque São Paulo congrega uma parte significativa das cadeias e um projeto paulista de competitividade tem a ver e é possível focalizar mais aqui, porque lá no ministério só vão sair recomendações gerais.

Depois desse pano de fundo com essas três idéias, ou seja, apoio à indústria através de mecanismos da OMC, o problema de definir prioridades e a idéia de criar um fórum de competitividade em São Paulo a Fiesp mudou internamente a sua maneira de organizar e agora está funcionando por projetos. Um dos projetos aprovados e que vai funcionar chama-se Projeto de Competitividade do Estado de São Paulo, que é o ponto de vista do empresariado, do que o empresário acha que se poderia implementar para desenvolver projetos do Estado e que vai de encontro ao próprio espírito da comissão de Ciência e Tecnologia. Portanto, aproveitando tudo o que está acontecendo, seria oportuno criar um Fórum de Competitividade no Estado, cujo compromisso primordial seria o do compromisso, no fim da linha, de que objetivamente seriam criados mecanismos que pudessem atender e resolver os problemas levantados e não simplesmente mais um fórum onde pudéssemos ficar discutindo, porque já sabemos, inclusive, e poderíamos começar pelas conclusões. O que queremos é um fórum que possa ser indutor da criação de mecanismos.

Quando analisamos o problema da competitividade, o problema de política tecnológica e a experiência dos quatro aqui reunidos tentamos usar como pano de fundo muitos mecanismos existentes e algumas idéias que pudessem ser indutoras, nesta Casa, da criação de algo novo. Dividimos a coisa em duas partes: uma sistêmica, ou seja, onde pegamos a massa e procuramos induzir tecnologia na massa das empresas, principalmente as pequenas e médias, e outras com aspectos mais pontuais, onde precisamos de mais atenção e de maior esforço para que possa ser atingido principalmente no que se refere às grandes empresas. Um dos mecanismos discutidos é aquele de como a grande empresa pode ser indutora de

pesquisa e desenvolvimento na pequena e média empresa, que é um aspecto moderno.

Portanto, nossa proposta quer dizer: as grandes empresas precisam de um estimulador e sugerimos que seja em nível federal. A revitalização da Lei nº 8.661, que foi, ao longo dos anos, sendo dilapidada e, hoje, praticamente não tem nenhum candidato como tomador de financiamento para essa lei que fundamentalmente utiliza os incentivos do imposto de renda, que eram de 8% e agora são de 4%, com restrições para desenvolvimento tecnológico. É necessário mostrar que essa lei é um mecanismo, inclusive, talvez aquele que poderíamos tentar ver se, em termos de estímulo, a P&D na empresa possa ser o indutor dentro do aspecto da OMC, como já foi mencionado.

Nossa ação nesta Casa é uma ação política porque precisamos pressionar o governo federal e o Congresso Nacional para que essa lei seja rediscutida e revitalizada e também que o governo federal se comprometa a não dilapidar mais a lei. Quer dizer, quando a Secretaria da Receita ou o Ministério da Fazenda ficam de mau humor, a primeira coisa que pegam é a lei de pesquisa e desenvolvimento onde pouca gente tem interesse maior, ao invés de mexerem nos outros instrumentos. Precisamos de um privilégio especial em termos de Brasil e nesse caso a Fiesp encamparia essa idéia de tentar fazer com que a Lei nº 8.661/93 volte a ter o seu impacto.

Entretanto, essa idéia só cobre as grandes empresas que têm imposto de renda e podem usar parte desse imposto para ser aplicado em pesquisa e desenvolvimento.

O segundo ponto discutido é diretamente estadual, e não é necessário fazer um *lobby* federal, foi a utilização da dedução do ICMS como fator de indução em investimento de pesquisa e desenvolvimento. Hoje, o governo estadual oferece uma redução de ICMS, dentro das regras do Confas, em várias circunstâncias e o que precisamos incluir é que pesquisa e desenvolvimento é um evento, uma atividade de prioridade que deve estar incluído dentro do projeto ou em nível do Confas ou

dentro das áreas onde o Estado tem condições de poder incorporar P&E. Portanto, gostaríamos de ver o governo do Estado usando o ICMS como indutor de P&D. Se isso necessita de uma nova lei na Assembléia, creio que o nobre deputado pode avaliar essa idéia.

No aspecto não fiscal, o empresariado não vê a possibilidade da utilização dos financiamentos hoje existentes, principalmente como indutor de pesquisa e desenvolvimento. Como Roberto mencionou e no artigo de Brito mostra bem claro, hoje o ponto crítico no processo de ciência e tecnologia industrial é que a indústria não desenvolve pesquisa e precisamos de mecanismos indutores para esse ponto crítico e os financiamentos da Finep não são mecanismos aceitáveis pelo custo do dinheiro, tais como juros de mercado, TJLP mais garantias e correndo risco, enfim, é como aquela história de Grouxo Marx: o empresário que tomar esse dinheiro, é melhor não dar dinheiro para ele, porque vai fazer alguma coisa em termos de pesquisa e desenvolvimento com esse dinheiro. Precisamos de um mecanismo cujo risco seja compartilhado. Portanto, o problema do risco para a empresa é um negócio muito sério e gostaria de discutir mais adiante.

Outra proposta em nível estadual é a revitalização do fundo do Funcet. Existia há algum tempo o Fundo de Estímulo à Inovação Tecnológica no Estado de São Paulo, que sumiu. É um mecanismo fundamental, e não temos por parte do Estado nenhum instrumento de estímulo não fiscal e é muito criar esse estímulo.

Outro mecanismo importante mencionado na absorção do profissional qualificado existem em nível de governo federal as bolsas “RAI” oferecidas principalmente pelo Cnpq, e a Fapesp está montando um programa parecido, o que vai ser um fomento muito especial, o fomento absorção de pessoal pelas empresas de pessoal qualificado através de bolsas. É um fomento temporário, mas pelo menos induz as empresas a absorver pessoal num curto prazo e estamos de acordo que esse processo que a Fapesp está desenvolvendo é fundamental.

Outro mecanismo mencionado e a Fapesp e a Finep têm é a utilização de financiamento universidade/empresa e esse financiamento poderia ser a maneira de

compensar o risco e os altos juros. Como a parte da universidade vai a fundo perdido e a parte da empresa é financiada, aparentemente essa combinação pode dar resultado e até acredito que em alguns casos tenha dado mas normalmente não dá porque a equação está errada. Começa pela universidade e a universidade não entende de tecnologia industrial, inclusive esse é um grande problema no qual nos envolvemos, sou co-participante disso, com a política de substituição de importação como modelo do Cepal em que a universidade fazia tecnologia e transferia para a indústria, a indústria absorvia, botava o produto e todo mundo ficava feliz. No mundo globalizado isso não funciona mais. A universidade não entende de tecnologia, não entende de mercado e os produtos que ela faz não são competitivos e a indústria não tem condições de absorver porque não vai competir com os produtos da universidade. Portanto, a universidade fundamentalmente é uma grande geradora de conhecimento de pessoal qualificado. Esse é o seu grande papel e continuamos com aquela idéia de que a universidade é que faz a tecnologia. Tecnologia só é feita na empresa. O processo desses financiamentos entre universidade e empresa, se conseguirmos mudar a equação, ou seja, a empresa buscar a universidade, a empresa tomar o financiamento, ela liderar o processo, acredito que os resultados seriam muito melhores. Quando entendermos esse mecanismo de que o papel principal da tecnologia industrial é da empresa e de coadjuvante da universidade e não o contrário, apesar de que legalmente temos mecanismos muito mais simples de dar para a universidade.

Pensando alto e nem tinha formulado nada disso, mas gostaria de informar o seguinte: tenho estudado alguns modelos novos de universidade/empresa e o Canadá tem um negócio interessante. O Canadá criou em 93 uma cooperativa chamada Canary que é uma cooperativa entre universidades e empresas. Como se fosse a Fiesp com as universidades paulistas. Uma nova organização. E essa organização recebe dinheiro e essa organização distribui o dinheiro. Quer dizer, o dinheiro é distribuído no consenso de quem efetivamente vai utilizá-lo. Eventualmente uma coisa desse tipo resolveria um aspecto legal em ter alguém que

possa tomar esse dinheiro e alguém que possa depois distribuí-lo melhor porque, hoje, os nossos mecanismos estão engessados pela legislação existente.

O último dos grandes temas da grande empresa, desculpem estar falando tanto, mas foi o que tomou mais tempo e é o que consideramos fundamental, é o uso de poder de compra, não para compra, mas para desenvolvimento tecnológico; ou seja, o governo o setor público induzir o desenvolvimento tecnológico numa compra piloto. Por exemplo, quero que a Fundação Zerbini faça um novo aparelho e a Secretaria da Saúde ou mesmo o Ministério da Saúde paga antecipadamente à Fundação Zerbini para desenvolver esse aparelho, compra as unidades pilotos e induz para que ela desenvolva. E nas áreas ou as redes da área aeronáutica sabem muito bem disso, toda a indústria aeronáutica foi montada nisso, toda a indústria de armamentos foi montada a partir de indução. Não é uma compra de unidades que ainda não existem. É uma compra da unidade piloto. Achamos isso fundamental e o resultado favorável seria que o governo do Estado de São Paulo pudesse induzir o desenvolvimento de tecnologia industrial por meio do seu poder de compra.

No lado sistêmico, principalmente no lado da pequena e da média empresa que não têm a mesma infra-estrutura da grande empresa, elas têm dificuldade de absorção de pessoal qualificado, têm dificuldade até de ter lucro para pagar imposto de renda e, assim, estão sempre desprestigiadas quando se discute qualquer coisa em política tecnológica e é preciso criar, esses mecanismos sistêmicos que atendam a realidade da massa da população que é aquela que induz maior quantidade de empregos.

A primeira sugestão foi a de se criar dentro dos mecanismos ou de impostos ou de burocracia, onde a pequena e a média empresa estão envolvidas a disponibilidade de abater os gastos de P&D. Não sei se Roberto quer entrar em mais detalhes ou deixamos mais adiante, mas é fundamental que se avalie na cadeia, inclusive, de componentes, da matéria-prima que a indústria usa, os serviços usados pela indústria etc. como mecanismos complementares de imposto de renda.

A pequena e a média empresa têm o problema do mecanismo do crédito fiscal, que é outro assunto importante que pode ser apurado para se abater dívidas. Temos, hoje, vários financiamentos operados pelo Sebrae que tem tido bons resultados e deveríamos olhar alguns aspectos modernos da participação da pequena e média empresa e tentar adequá-los. Primeiro, o óbvio são os *clusters* e a sua competitividade. Gostaria de separar duas coisas: primeiro, o *cluster* naturalmente tem o aspecto da geração de empresa embutido porque sabemos que é um agrupamento de várias pequenas e médias empresas e é importante essa consolidação do agrupamento. Tem um lado do cluster que é o seu lado competitivo e muitas vezes essas duas coisas não se misturam. Por exemplo, não conheço em grandes detalhes o que aconteceu na Cidade de Franca. As grandes empresas que hoje dominam as atividades da cidade não são favoráveis à política de *clusters* porque de certa maneira compete com elas. Portanto, temos uma contradição nessa política porque temos o lado social que é importante na manutenção naquele conjunto de empresas e tem o lado produtivo que temos que ver como se mantém. Porque o *cluster* é uma cooperação e competição ao mesmo tempo. Essa é a dinâmica do *cluster*. A sua novidade é que ele tem que ter cooperativa e ser competitivo. Se não tiver competição no *cluster* ele morre, porque a dinâmica da sua evolução e da inovação está na competição. Um tem que matar o outro. Um tem que competir com o outro e nossa tendência no *cluster* é de olhá-lo como agrupamento e dar uma espécie de certa proteção. Essa combinação da competição com a cooperação é um processo que vamos ter que aprender porque não é tão trivial. O papel do Sebrae nesse caso, tanto como financiador, como gerador da central de matéria-prima, como centro de pesquisa, como na abertura de mercado, é fundamental, porque ainda temos que aprender como estimular essa dinâmica para fazer nosso *cluster* ser competitivo mundialmente.

Para terminar, gostaria de falar sobre o problema do capital de risco. O capital de risco está aparecendo no Brasil devagarzinho, está vindo para cá porque está sobrando capital no mundo. O capital que está vindo para cá não é

necessariamente capital de brasileiros porque existem vários fundos no país, mas sim porque o mundo está com dinheiro sobrando. Talvez nós é que ainda não estejamos em condições de organizar a nossa oferta para tomar esse dinheiro e o pessoal de fora tem vindo para cá atrás de oportunidades para aplicar o seu dinheiro, principalmente na área da nova economia como, por exemplo, Internet etc.

Nossa discussão sobre o capital de risco é que ainda não entendemos como esse capital funciona e muitas vezes estamos procurando capital de risco para resolver nossos problemas de como financiar empresas. Quero ver se consigo colocar essa idéia melhor.

O capital de risco não é sócio de empresa. O capital de risco temporariamente entra na empresa. Só entra na empresa se souber que vai sair. Se a empresa não tiver liquidez não tem capital de risco. O capital de risco está ligado à liquidez porque não interessa no que ele investe. Ele investe em qualquer coisa contanto que saia ganhando dinheiro. Essa é a cara do capital de risco. Ele é sócio para dois, três, quatro, cinco anos. O grande problema é que não temos liquidez no mercado porque a nossa bolsa de valores não oferece liquidez. O cara entra de sócio e não tem para quem vender. O Benespar criou fundos de capital de risco só que nunca se desenvolveu porque a primeira pergunta que ele ouvia era: O que vai acontecer daqui há cinco anos e que eu faço com essa empresa? Portanto, o capital de risco não é um sócio da empresa.

No Brasil está faltando organizar, porque o negócio vem antes do capital de giro que é chamado *city capital*, que é o “capital da titia”, que é o capital da mesa, ou seja, juntar um dinheirinho para podermos apostar numa empresa. Esse é o primeiro capital, o capital do bolso, o capital da família, do fusquinha, e tem muito a ver com o risco porque não estamos acostumados a correr riscos. Quer dizer, o primeiro dinheiro é o daquele cara que faz na garagem, quando decide vender o seu fusquinha para fazer dinheiro e também pega dinheiro com o amigo. Talvez aqueles capitalistas que tenham mais dinheiro devessem apostar em coisas que possam dar resultado, só que nem tudo é resultado. Por exemplo, cada um de nós que tivesse

cerca de cem mil reais, por exemplo, o Roberto pega cem mil reais porque a USP paga bem, e resolve comprar uma empresa, não é? Porque a idéia era: onde vou colocar esses cem mil reais? Só que a dificuldade é saber onde colocar esses cem mil reais porque qualquer capital de risco vai encontrar essa dificuldade. O que deveríamos fazer é começar a trabalhar com o processo de risco, com o processo de inovação antes e começar a trazer o capital para o seio da família, ou privado antes de entrar no risco, porque o risco é o problema de liquidez. O risco é ter para quem vender.

Por exemplo, várias empresas estão investindo na Internet tipo submarino etc., e estão investindo para tentar vender nos Estados Unidos. Não é no Brasil. É na bolsa americana. Estão tentando fazer para ver se conseguem fazer “UPO” nos Estados Unidos. Quantas empresas tem UPO no Brasil? Nos Estados Unidos tem uma?! Só tem uma empresa. Imaginem esse monte de gente que está tentando montar esse tipo de serviço no Brasil, apenas uma vai conseguir ou nenhuma. Esse é o capital de risco que está procurando fazer coisas que não existem e que não tem no Brasil porque não tem para quem vender. Como já falei, capital de risco tem o problema da liquidez e o que precisamos é o antes, é o capital do “*city capital*”. Levantei esse problema porque as pequenas e médias empresas precisam de capital, porque talvez estejamos procurando do lado errado do capital, porque não é ali que ela vai ter o capital de risco e, fundamentalmente, o capital de risco não é o sócio que a empresa precisa, porque é temporário.

A Europa criou um mecanismo interessantíssimo equivalente ao capital de risco. A grande empresa ou entra como sócia ou compra a pequena empresa. Ou seja, a empresa de alta tecnologia, na Europa não como nos Estados Unidos onde tem muitos mercados de capitais, as grandes empresas estão preferindo comprar as pequenas empresas como mecanismo de investimento, porque é mais barato comprar uma empresa do que investir tudo aquilo que a empresa já investiu. Ao invés do capital de risco poderíamos começar a ter um mecanismo de ter as grandes empresas como investidoras nas pequenas empresas, especialmente

aquelas que estão na cadeia. Quer dizer, é fácil investir naquilo que eu entendo mas talvez pegar o dinheiro do imposto de renda das grandes empresas e usá-lo para fazer um fundo, de tal maneira que pudesse ser investido nessas pequenas empresas.

Minha opinião é de que o capital que estamos procurando para essas pequenas empresas não é o melhor capital em termos de Brasil, porque não vai aparecer com muita frequência por causa do problema da liquidez, enquanto esse problema da liquidez não for resolvido, esse capital não vai estar resolvido.

Essa foi a minha contribuição, apesar de ter falado muito mais do que conversado com os senhores, e coloco-me à disposição para esclarecer quaisquer perguntas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE CARLOS ZARATTINI – Passo a palavra para o Sr. Edson Ferman, do Sebrae.

SR. EDSON FERMAN – Vou continuar na mesma linha de pensamento do Roberto e do Flávio, até porque não discordo em nada sobre o que foi colocado e posso inclusive ser repetitivo em alguns pontos porque vamos mostrar uma certa convergência de idéias.

Começaria falando que o desenvolvimento tecnológico, na minha opinião, é fator de geração de emprego e renda apesar de existir aquele pessoal que ainda fala: não vamos automatizar, não vamos fazer isso e aquilo porque não podemos mais ir por esse lado. Colocaria como fator de desenvolvimento de emprego e renda o desenvolvimento tecnológico, ainda mais no momento atual que estamos passando.

Outra coisa que colocaria é que não acredito em inovação tecnológica, numa política tecnológica dissociada de um trabalho setorial e aproveito o gancho do que Flávio falou, ou seja, a demanda tem que ser invertida. Não é o setor do conhecimento que demanda o setor empresarial, mas é o setor empresarial que

demanda o setor do conhecimento. É preciso inverter essa idéia. Ao longo da minha exposição vou falar a respeito do papel do Sebrae.

Concordo com Flávio na questão do otimismo e estamos passando por um momento muito bom em nível empresarial na retomada de visão positiva, apesar de entender que precisamos criar um pouco mais na sociedade empreendedora, no setor empresarial, nos filhos desses empresários e nos universitários, principalmente onde é preciso criar cultura empreendedora ao saírem da universidade, ir buscar e formar a sua empresa e não buscar emprego numa grande empresa. Precisamos criar uma forma de incentivar esse pessoal a ir buscar e é onde vemos o diferencial com os Estados Unidos onde a cultura empreendedora é muito grande.

Falando sobre a questão de regiões, outro dia estava conversando com o pessoal do norte da Espanha, quando alguém falou: nascem e morrem muitas empresas mas a quantidade de empresas nascentes é três a quatro vezes superior à quantidade de empresas que estão morrendo e podemos notar o quanto é interessante essa questão.

Outra coisa que é preciso ficar claro é o papel de cada dentro da universidade, dentro da gestão do conhecimento e quero falar também sobre essa questão, que inclusive foi abordada por Flávio. O que fazem não é necessariamente adequado à empresa, porque você não vai sair do balcão ou da universidade, colocar na linha de produção e achar que está certo. É preciso tomar cuidado, reformular esse conceito, e uma das coisas que tenho advogado ultimamente é também fazer com que os institutos e as universidades criem essa cultura de trazer para as empresas de pequeno porte, principalmente a de médio porte, a questão da tecnologia e do desenvolvimento tecnológico como fator de competitividade em compartilhar o risco, quer dizer, uma universidade, um instituto como o IPT não cobrar pela pesquisa e sim compartilhar o risco. Se o risco é bom, se temos a capacitação, vamos lá, vamos compartilhar porque muitas vezes entramos nessas linhas de crédito mencionadas e não vai dar certo. A empresa ou não tem garantia

ou a pesquisa é para dezoito ou vinte e quatro meses e nada vai acontecer. Se há algum impedimento legal, estatutário, legislativo sobre a questão da empresa pública bancar o risco quando surge aquela velha questão: Porque a empresa “a”, “b” ou “c” e não fazer uma licitação? Portanto é preciso estudar de qual maneira as universidades e os institutos de pesquisa pudessem compartilhar o risco e ganhar inclusive dinheiro com essa idéia, naturalmente, e todo mundo só tem a ganhar.

Com relação à questão de atender a demanda é preciso inverter essa mão porque é preciso buscar mais soluções e compartilho totalmente com essa idéia criada pelo Canadá onde o setor empresarial possa dentro de um trabalho, dentro de um *cluster*, dentro de um trabalho setorial, de um trabalho competitivo, de um programa, dentro de uma política para competitividade, definir onde estão as suas necessidades e, por meio da pesquisa cooperativa termos oito, dez empresas com a mesma idéia e assim agendar a universidade, agendar o instituto. Portanto, é preciso criar mecanismos e instrumentos de pesquisa corporativa.

Outra coisa que percebemos é a falta de instrumentos na universidade e também nos institutos de pesquisa, apesar de termos muito pouco em termos de Sebrae que já faz esse tipo de trabalho, mas ser um balcão de atendimento do setor empresarial, ou seja, entender o linguajar do empresário. Esse entender o linguajar do empresário, muitas vezes, quer dizer coisas simples onde não tem inovação nenhuma porque é a tecnologia básica. Por exemplo, tem muita universidade que diz: Não, não vou atender essa necessidade básica porque só quero coisas *high-tech*, de última geração, e é aí o que falo sempre: o encantamento. Precisamos dentro dessa questão positiva começar a encantar, ou seja, o empresário hoje que vai buscar uma tecnologia que está na prateleira da universidade e já é conhecida pelo pesquisador, onde o desenvolvimento a ser feito é muito pouco, esse empresário vai ficar encantado com o que isso deu de valor agregado ao seu produto e aí vai começar a agendar a universidade. Portanto, é preciso criar e temos conversado muito com o secretário José Aníbal a respeito dessa idéia dentro das universidades, fornecendo modelos parecidos com os modelos criados no

Sebrae juntamente com a Usp, que é o Sebraetec, que é exatamente para encantar, quer dizer, falar a mesma linguagem dos empresários porque a questão da tecnologia é o mesmo linguajar em termos de qualidade. Reputo que o movimento da qualidade foi um despertar para mostrar a possibilidade de trabalhar com o setor empresarial, questões de valor agregado de um produto e de um processo. Na questão da tecnologia é preciso criar um movimento similar ao da qualidade e é preciso ser feito em dois âmbitos: para o setor empresarial e para os usuários, quer dizer, nós como usuários também temos que começar a exigir produtos inovadores, com melhor tecnologia, enfim, com mais qualidade e é aí que começa um trabalho muito importante.

Outra coisa que sentimos falta no Sebrae e também temos conversado com o Secretário é termos um grande banco de informações de desenvolvimento tecnológico e de competência das universidades, uma espécie de quem é quem nas universidades, o que a universidade tem e podemos acionar e por quê? Nesse ponto vamos para a questão da informação ou da desinformação e do desconhecimento. Ou seja, se o empresário e o usuário estão desinformados, portanto desconhecem o que vai ser muito difícil acessarem esses pontos de conhecimento e assim faz-se necessário a criação dessas estradas para que o usuário e o setor empresarial também possam conhecer o que existe de conhecimento dentro da universidade.

Já tentaram, há vários anos, fazer banco de dados, bancos de informações, mas não deu certo. Infelizmente é aquele mal que tanto conhecemos da descontinuidade muito colocado pelo Roberto, ou seja, a partir do momento que se começa a ter uma coisa redonda as pessoas entendem que é um programa de governo ao invés de entender que é um programa de Estado, é um programa de Nação, quer dizer, independente do governo que está governando tem a sua utilidade e é preciso dar continuidade.

Falando em incentivo acredito que com a colaboração desta Casa precisamos buscar alguns incentivos através de impostos para aquelas empresas que estejam

inovando, que estejam fazendo coisas diferentes, e é exatamente nisso que vou no ponto do Funcet. Temos que revitalizar o Funcet principalmente porque a partir de 92 fizeram muitas mudanças e posso falar a respeito porque lá trabalhei como coordenador adjunto. O Funcet era um fundo e hoje podemos dizer que já era globalizado porque os juros e a carência praticados eram bem distintos inclusive do que era praticado pelo Funep. Defendo a seguinte teoria: é muito difícil desenvolver uma política de desenvolvimento de setores em nível de Brasil independente das diretrizes traçadas, porque é preciso buscar uma política de desenvolvimentos regionais. Por exemplo, em nível de Estado de São Paulo é preciso buscar uma política industrial, uma política tecnológica, com foco na nossa região, buscando os setores, os *clusters* mais adequados, fazer uma agenda com os empresários, porque não vai dar para colocar fichas em tudo porque só vamos poder ser competitivos em alguns áreas e em outras não vai dar para ser.

Por exemplo, podemos pegar regiões na Espanha, no México, inclusive que está com *clusters* na área de calçados perto do Nafta, está com *cluster* na área de confecção e todo mundo está trabalhando nessa questão de regiões. Na verdade não é um país que está exportando, é uma determinada região de determinado país que está fazendo esse movimento. O mesmo acontece nos Estados Unidos e também no Canadá e é muito importante começarmos a pensar numa política de desenvolvimento de cada região e é preciso ter foco. Colocaria uma política para competitividade com foco na exportação mesmo que o produto venha a ser vendido no Brasil, porque é preciso ter valor agregado e ter preço mesmo que venha a ser vendido para o usuário nacional tanto no Estado de São Paulo quanto nos demais Estados.

Para finalizar, gostaria de sair deste Fórum com uma proposta duma política de trabalho com um programa regional com fundos regionais, porque senão vamos ficar discutindo só a questão da Finep e ela por sua vez vai continuar falando que quando busca dinheiro no BID e nos demais bancos tem uma cesta de moedas, e de acordo com o Banco Central tem que usar determinada taxa de juros, porque

não pode ser abaixo do mercado, enfim, toda aquela política que já conhecemos muito bem. Portanto, o que é preciso é podermos usar e muito bem a Bolsa RAI, a Bolsa PADCT, as Bolsas da Fapesp que estão sendo criadas para podermos moldar uma política de competitividade para os diversos setores do Estado de São Paulo com instrumentos também criados dentro do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Gostaria de anunciar a presença do nobre Deputado Paulo Teixeira, grande batalhador nessa área da ciência e tecnologia, a quem convido a fazer parte da mesa. Passo a palavra ao Dr. Paulo Antero, ex-diretor da Fundação Zerbini e do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

SR. PAULO ANTERO – Em primeiro lugar gostaria de falar da minha satisfação em estar presente a este Fórum, porque realmente é uma excelente oportunidade, principalmente porque há algum tempo não tenho contato com a Fiesp, apesar de ter sido militante do PNPE e nesse tempo ter tido contato grande com a Fiesp, e depois me afastei. Nesse tempo o Coordenador-Geral do PNPE era – Hélio Mattar, que hoje está tentando fazer uma coisa que é indispensável e está abandonada, que é a política industrial para esse país. Em segundo lugar devo dizer que tomei um banho de otimismo, foi uma coisa muito boa para mim, apesar de não querer disputar, mas acho que sou o decano nessa mesa.

Não sinto a coisa da forma tão otimista como eu sinto que vocês estão vendo e é muito bom que vocês vejam assim. É uma maravilha. Vocês que estão na batalha, não que eu tenha me retirado da batalha, mas sou mais cético, e, portanto, gostaria de colocar esse contraponto para podermos eventualmente chegar numa média.

Gostei muito de ouvir tudo o que foi dito, só que tenho pequenos retoques a respeito. Por exemplo, disseram que o mercado seria o maior incentivador de investimento em tecnologia. Discordo fundamentalmente. O maior incentivador de tecnologia é o governo. O governo é o grande incentivador de tecnologia em

qualquer lugar do mundo. A ação do governo nos Estados Unidos, na Europa, nos países asiáticos foi absolutamente indispensável e mesmo no Brasil, nos grandes períodos de desenvolvimento, desde a época de Juscelino, que talvez vocês não lembrem tanto, e mesmo no período militar, e me declaro ferrenho inimigo do regime militar, mas sem dúvida durante o regime militar o governo agiu com uma política de incentivo.

Só para melhorar esse quadro, gostaria de enriquecer um pouco o meu currículo porque acho pouco o que o nobre Presidente disse a meu respeito, que sou ex-diretor. Rapidamente gostaria de dizer o seguinte: me formei, no começo do século, na Escola Nacional de Engenharia no Rio de Janeiro, não existe mais, hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro e, nesse tempo, chamava-se universidade do Brasil porque tudo o que era no Rio de Janeiro era do Brasil, no resto do Brasil era sempre do Estado e lá era tudo do Brasil.

Quando vim para São Paulo trabalhei na Intelco e na Motorola e tempos depois fizeram uma associação com a Motorola Communication em Chamber, perto de Chicago, onde fui muito tentar tirar várias coisas. Depois fui para a Fundação Zerbini, onde, quer dizer, tinha uma atividade na Fundação Zerbini, embora tivesse mantido sempre a minha empresa, que era uma empresa de produção de filmes comerciais e, hoje é uma editora de livros. Fui chamado a participar desse Fórum por indicação de meu amigo João ou pelos lados do IPT dos tempos que lá estive, era a respeito de Fundações, porque as fundações são mecanismos inventados para, é difícil dizer, mas para falar claro, contornar as dificuldades que a legislação pública impõe à administração, não é verdade?

O que é que faz a Fundação? A Fundação consegue artifícios com base nos quais ela recebe os recursos que deveriam vir para o órgão público e ela administra esses recursos em bases, em padrões e critérios da iniciativa privada. Isso é o que constitui um excelente mecanismo de dinamização, só que traz riscos. Porque, na verdade, o controle dessas fundações é uma coisa muito complicada, a tal ponto que o Ministro Bresser, há dois anos, propôs a institucionalização das fundações, o

que seria uma forma de controlá-las, através do que ele chamou de organizações sociais. As organizações sociais têm dificuldades para funcionar porque já nasceram “engessadas”, porque a primeira idéia de organizações sociais era uma coisa muito solta, era quase parecido com as fundações de apoio. Mas depois foram nascendo circunstâncias que foram sendo impostas a tal ponto que a organização social, hoje, é uma coisa muito pouco flexível. E, no Estado de São Paulo, foi criada a figura da organização social para a utilização apenas na área hospitalar e, no último momento, o nobre Deputado Mendonça conseguiu incluir as culturais, visando, principalmente, a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, o que, aliás, vai muito bem como organização social.

A idéia é que eu viesse até aqui dissertar sobre esse mecanismo e explorar a tal ponto as facilidades que possa trazer para a integração com a indústria. Mas o assunto, diante do que vocês falaram, não é exatamente o relevante. Está aí o mecanismo que precisa ser retocado, precisa ser institucionalizado e ele tem defeitos e perigos grandes, embora possa ser eficiente quando gerido com bom senso, digamos assim.

O que gostaria de falar é sobre o meu pessimismo. Realmente não vejo o cenário atual com otimismo. Por uma razão e basicamente posso dividi-la em duas, subdividir em duas. A primeira, é que vejo o governo, esse nome genérico, uma coisa que a gente sabe o que é, mas não pode definir com muita clareza, mas quando se fala em governo todo mundo sabe o que é. O governo não mostra qualquer disposição para estimular tecnologia. Não se percebe isso. Trazendo a minha experiência como diretor-administrativo-financeiro do IPT, onde passei uns quinze meses o que se percebe é que o governo do Estado de São Paulo especificamente não tem qualquer ânimo positivo em relação ao IPT. Inclusive estava comentando com o nosso representante da Secretaria, a idade média do pesquisador do IPT, hoje, está chegando nos 50 anos, os quadros não se renovam. Simplesmente não se renova. Não entra gente nova no IPT há muitos anos. Os pesquisadores mais velhos se aposentam e, por força disso são recontratados como

autônomos para continuarem prestando serviços. Está se vendo que é um quadro absolutamente preocupante e indicador de uma ineficiência muito grande. Portanto, o IPT seria, e já foi, um instrumento altamente dinamizador, mas não está conseguindo ser porque talvez o governo não tenha recursos, enfim, mas tendo ou não recursos, o que é notório é que existe uma inapetência muito grande, a visão de que o governo deve ajudar o desenvolvimento tecnológico por meio dos mecanismos clássicos que todos vocês conhecem fartamente, são competentíssimos para tocar isso, mas não adianta querer tocar se o governo não colabora. E por quê? Porque a premissa que estou notando é aquela: o grande indutor de desenvolvimento científico e tecnológico, e estamos falando de tecnologia, é o governo. E se o governo não está disposto a isso, realmente é uma coisa difícil de se fazer.

O segundo fator preocupante que na verdade é o todo, é a o panorama internacional. Quer dizer, a tão falada globalização que é uma coisa que talvez precise ser mais bem discutida porque tomou um aspecto quase dogmático, hoje, as pessoas, mesmo nas organizações mais adiantadas, consideram a globalização uma coisa absolutamente... é uma fatalidade. Ou seja, não há o que fazer a respeito da globalização. Acho que não se fizer nada a respeito da globalização, a perspectiva de países como o Brasil é muito preocupante e não sinto esse receio em vocês, por isso fiquei preocupado. O que se vê em nível internacional? Vemos uma concentração de empresas absolutamente assustadora. Quer dizer, em todos os setores, a começar pelo farmacêutico, pela indústria automobilística, pela área bancária, enfim em todos os setores, as concentrações estão sendo feitas de forma tal que o que está parecendo é que realmente vamos ter grandes empresas dominando os grandes setores, talvez uma empresa só ou duas, e essas empresas com dimensões comparáveis a dos Estados. O que vai acontecer com isso, não sei.

Na área humanística, se pensarmos, por exemplo, que houve uma conquista indiscutível em termos dos direitos do cidadão, direitos humanos na área política, ou seja, no confronto do cidadão com o Estado, todos concordamos que os direitos do

cidadão perante a empresa não são tão amplos, são bem menores. E se a condição principal do cidadão passar a ser de empregado e não de cidadão, sem dúvida, vai ser necessário reiniciar a luta pela conquista desses direitos. E essa perspectiva é muito preocupante. Por outro lado, existe uma contradição gritante, porque o mercado teoricamente, a definição teórica de mercado, existiria ao contrário nas empresas atomizadas. Quer dizer, o número de empresas disputando mercado para que funcione como mercado atendendo a teoria seria tal que nenhuma empresa conseguisse influenciar os preços, e isso é o contrário do que estamos vendo. A concentração está fazendo exatamente isso. Então, não gostaria de ser tão pessimista assim, mas como vocês criarão? Um crédito grande de otimismo, o meu pequeno pessimismo não estraga... mas talvez deveríamos começar a nos preocupar com isso, sobretudo considerando, e isso é o subitem a que me referi, que o governo não mostra qualquer disposição de considerar esse problema. Era o que tinha a falar. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Agrademos ao Dr. Paulo Antero e passamos a palavra para quem dela queira fazer uso. Solicitamos que diga nome, local de trabalho e de onde participa.

SR. MANOEL CARLOS MARQUES LEME – Meu nome é Manoel Carlos Marques Leme, sou pesquisador científico do Instituto Biológico, Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. É um grande prazer estar participando desse evento cuja coordenação está sendo feita pelo nobre Deputado Carlos Zarattini.

Gostaria de fazer algumas colocações fundamentais importantes em função do que foi apresentado. Desculpe tomar um tempo mais extenso, mas pensando em termos do Fórum São Paulo Século 21 a intenção é contribuir para a melhoria e desenvolvimento do Estado de São Paulo e do Brasil sob o ponto de vista da ótica de um pesquisador científico.

Sobre o que foi comentado sobre a globalização e a terceirização, a terceira via, estão efetivamente gerando, entre nós, conseqüências devastadoras sobre os postos de trabalho e criando desemprego, o qual atingiu índices recordes no país. Isso é fruto da rodada do milênio e da agenda 2001. Mesmo diante de dados tão alarmantes – vou ser mais pessimista do que o professor que me antecedeu – a sociedade brasileira mantém-se em atitude meramente contemplativa. Vou explicar depois o que é a sociedade. Parece que estamos anestesiados. As más notícias passam a integrar o nosso cotidiano com pasmosa indiferença: assaltos, mortes, violência, miséria, corrupção, ineficiência administrativa e pública. A questão é perguntar: Onde estão as lideranças? Será que somos tão incapazes assim a ponto de aceitarmos o caos tão indiferentemente? Devemos nos questionar sobre o que realmente se passa ou o que está acontecendo? Graças a esse evento podemos discutir esse aspecto. A questão fundamental é o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Esse desenvolvimento e estabilidade são uma dualidade fundamental e tem a ver com a geração de empregos. O Professor Grinspan definiu sobre prioridades.

Uma questão que gostaria de abordar, como estou do lado da agricultura e como pesquisador, questiono: Por que a agricultura, que pode empregar enormes contingentes de trabalhadores a custos baixos, está permanentemente fora de quaisquer planos de autoridades econômicas? Esse heróico pequeno e médio empresário nacional clama apenas por menor carga tributária, apoio técnico científico e tecnológico. Nesse sentido seriam criados empregos e produzindo.

Atualmente o Brasil, por meio do governo federal, se contempla no chamado Plano de Estabilização, ou seja, mesmo que ele não tenha para si o controle dos preços, podemos ver o que está acontecendo. Assim sendo, as autoridades governamentais não estão dando ouvidos às ponderações dos setores produtivos do país e muito menos aos setores da pesquisa científica. É o estímulo do qual o professor disse na sua fala.

Nesse momento o Brasil, o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo, para falar do que vejo, estão navegando sem instrumentos, não vou dizer que os pilotos sumiram, mas está como esse navio que foi construído para as festividades dos 500 anos, que está à deriva. Os pilotos se não sumiram, não estão fazendo, na cabine de comando, o mínimo que o manual do bom senso ensina.

Voltando à agricultura, é necessário e importante manter-se o sistema de cadeias produtivas agrícolas que devem dar condições para a expansão das exportações, como foi colocado, dos produtos do agronegócio, contanto que se adapte à legislação brasileira às normas internacionais de forma a ampliar a chance de aumentar as exportações, o que tem a ver com o Sebrae porque gera empregos.

É importante que se faça aumentar a produção nacional e estadual agrícola e elevar as exportações agrícolas. Organização das bases produtivas agrícolas ou agronegócio e, por meio dessa política, uma ênfase fundamental à ciência e tecnologia, principalmente da pesquisa agrícola, porque a base fundamental do país está centrada na tríade de sustentabilidade: agricultura, pecuária, saúde e meio ambiente.

Portanto, essa tese de mecanismos de sustentabilidade tem a ver com a tese do Professor Marcovich, da Universidade de São Paulo.

Ação mais intensa para se desenvolver o método internacional. Não sabemos vender. Vendemos mal. É fundamental fazer um esforço de metas que não se restrinja apenas a promover a produção agrícola ou buscar aumento do seu valor agregado, mas um método excepcional capaz de vencer as restrições tarifárias, as tarifárias impostas aos produtos brasileiro, haja vista, a rodada do milênio em Seattle, em novembro, nos Estados Unidos. Não adianta aumentar a produção se não tiver preço e qualidade e para quem vender. Portanto, essa agressividade de metas tem que ter uma base técnico-científica, econômica e produtiva. O crescimento das oportunidades de comércio agrícola é o maior acesso de fonte de apoio técnico científico que é um poderosíssimo instrumento capaz de dar esperanças ou até a superação da fome e miséria que assolam o país, dado o

problema dos sem-terra, o que requer maior crescimento de produção agrícola – e já me referi no outro evento – e é uma complementação do que falei anteriormente, e acesso à tecnologia.

Se realmente não houver esse aspecto de prioridades, uma política de desenvolvimento regional, como foi colocado, exportação e competitividade, uma política de incentivo, como disse o Professor, uma vez que o governo não mostra nenhuma disposição para estimular, e frente à competitividade, então, é mais um discurso que estou fazendo e que não vai acontecer absolutamente nada. Se realmente somos uma massa crítica de discussão intelectual, uma elite intelectual, e após esse evento vai surgir um relatório pensando em São Paulo, é de fundamental importância essa colocação.

Quando me propus a fazer essa colocação é porque a opção fatalista do Brasil é a agricultura e a pecuária aliados a quem é bem alimentado tem saúde e você controla o meio ambiente, o que é fundamental para qualquer país em desenvolvimento, desenvolvido ou do terceiro mundo. É o que a tinha dizer. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Passo a palavra para o Sr. João.

SR. JOÃO – Realmente fiquei muito satisfeito com esse seminário. Como membro desse conselho, tenho me batido e também outros membros têm feito a mesma coisa, porque o elo fraco do nosso sistema de tecnologia, onde todo esse nosso sistema se desmorona, ou seja, o dinheiro público, os investimentos, o Estado de São Paulo investe 1% do seu ICMS na Fapesp, 10% nas universidades, quer dizer, um volume de recursos que ninguém pode dizer que seja pouco. O cidadão contribuinte está colocando dinheiro em ciência e tecnologia e não está tendo resultados. E o elo fraco com certeza está na empresa. É o setor privado que não tem tirado proveito de todo esse investimento, só que ele não tem tirado proveito por inapetência ou por questões culturais, porque o empresário brasileiro é

igual a qualquer empresário de qualquer lugar do mundo. Ele vai fazer o jogo que der melhor resultado, ou seja, as regras do jogo estão colocadas. Quais são as regras do jogo existentes no Brasil? Ganhar no curto prazo, de preferência ter ganhos financeiros, e os ganhos de produtividade dentro da empresa são sempre punidos com o nosso custo Brasil, a logística brasileira, os impostos e tudo mais, enfim, os incentivos não existem para investir a longo prazo, ou seja, não existem linhas de longo prazo, não existem linhas de financiamento em tecnologia etc. Do lado da academia, quer dizer, como é que esse esforço fica retido na academia? Por exemplo, o Dr. Paulo Antero sente isso todos os dias porque trabalhou na Fundação Zerbini, inclusive foi um dos motivos pelos quais o convidei a participar desse seminário, porque enfrentamos todos os dias as amarras institucionais para fazer contratos com o setor privado para transferir tecnologia.

Existe uma coisa que na nossa legislação e na nossa cultura é pecado. É pecado o pesquisador ganhar dinheiro com pesquisa. É pecado o cientista fazer parte do negócio. Por quê? Porque o cientista é um artista. Ele tem criar e é impuro a sua participação em qualquer negócio. Portanto, a legislação obstaculiza de todas as formas essa parceria porque só pode ganhar dinheiro o empresário, só pode ganhar dinheiro a empresa e nem a instituição de pesquisa e nem o pesquisador podem ganhar dinheiro. Isso é proibido. Só para citar um exemplo pequeno dentre tantos. A Fapesp fez em dezembro um seminário sobre proteção à tecnologia, sobre direito de proteção à tecnologia, direito sobre patentes etc. e convidou dirigentes de escritório de transferência de tecnologia, e o que eles vieram falar não foi sobre proteção de tecnologia, porque isso já está resolvido, e sim como estimular as tecnologias que estão sendo criadas, como poderão ser vendidas, inclusive, tenho uma palavra proferida na palestra por David Alen, que é da Universidade de Ohio: “Os inventores recebem metade dos primeiros setenta e cinco mil em *royalties*. A outra metade é destinada ao escritório de licenciamento para cobrir despesas com o processo. Depois os inventores recebem um terço dos *royalties* independentemente de permanecerem ou não na universidade.” Por que eles criaram isso? Porque eles

são de alguma forma voltados ao ganho vil? Porque o capitalismo deles é selvagem? Não. O capitalismo deles gera empregos. O capitalismo deles considera as pessoas. Eu, como pesquisador do IPT, não sou nem mais nem menos do qualquer empresário, do que qualquer cidadão que trabalha e ao chegar em casa fala para a sua mulher: Vendi um grande projeto! Com certeza ela vai responder: Estamos ferrados. Porque não vamos mais vê-lo porque você ganhou mais trabalho. E isso é uma coisa simples e essa nossa cultura, inclusive, os nossos colegas do IPT assumem dizendo: Nós somos os Dons Quixotes da tecnologia nacional, portanto, vamos dar a nossa vida pela desenvolvimento nacional. A meu ver está conceitualmente errado. Esse cidadão do IPT, um pesquisador, é um cidadão como outro qualquer. Não sou especial e ninguém é especial. Portanto, todos têm as mesmas necessidades, os mesmos direitos e devem ter as mesmas oportunidades. Se os caras criaram “esse negócio aqui” não foi à toa. É porque funciona. É muito simples. Estou aqui “viajando” porque até chegar aqui temos um cem números de restrições, quer dizer, o que Ferman do Sebrae falou: Porque o IPT não faz um contrato de risco com a empresa? Porque senão o Tribunal de Contas vai mandar nos prender se fizermos isso. Vai mandar penhorar os poucos bens que os pesquisadores possuem se fizerem isso. Isso é possível fazer. Não tem problema nenhum fazer. Essa casa das leis e é uma demanda que inclusive o Deputado Zarattini falou uma vez: Precisamos estudar esse problema. Com certeza precisamos estudar, mas é um negócio complicado. É uma montanha que temos que atravessar, é um “entulho” legislativo, restritivo, que trata do seguinte: Quem está no Estado é igual a mim: é ladrão. Porque quem fez as leis só pode pensar o seguinte: Olha, ali vai ter maracutaia. Vamos restringir tudo.

A Lei nº 8.666 que é a lei das licitações só restringe quem quer fazer coisa decente. Porque quem quer fazer maracutaia vai fazer e tem feito. Tanto é que as denúncias e esse volume todo de corrupção que estamos vendo estão aí. Não é isso que restringe. O que restringiria seria punição. Portanto, deixa a gente fazer um contrato de risco. Agora, se esse contrato de risco for usado para uma coisa

espúria... (espúria?) punição, cadeia, penhora de bens etc. Como no Brasil não conseguimos fazer no âmbito das nossas instituições o jeito é falar: então não façam nada! No âmbito das leis, e estamos nesta Casa, e o que estamos falando pelo menos vai ficar no papel, ou algum legislador vai ler e a gente vai ficar martelando nisso, e não sou otimista nem pessimista, só acho que é uma questão de tempo. E vamos chegar lá, só que vai demorar muito tempo. Essa é mais uma das contribuições nesse longo tempo para tentar dizer isso aos nossos legisladores. Vamos tentar tornar a relação das universidade e dos institutos de pesquisa mais dinâmica, respeitar a natureza da tecnologia enquanto um negócio. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Passo para palavra para o Sr. Edson Ferman.

SR. EDSON FERMAN – Vou começar por João. João, algumas notícias dentro do nosso clima de otimismo, dentro de uns dez dias a Fapesp estará indo para a Reunião de Conselho e estivemos conversando com o Peres, da Fapesp, sobre essa questão dos pesquisadores, e ela vai ajudar a fazer patente, ou seja, aproveitou esse seminário para criar uma linha de ação nesse sentido. Logicamente essas barreiras que foram colocadas por João vão continuar, mas poderíamos comprar essa briga porque é muito interessante. Inclusive soprei para o Flávio num certo momento, porque até agora ninguém falou sobre o pesquisador que é proibido ficar na empresa, porque ele é *full time* na universidade, o que também é uma questão complicada. Temos que reestudar e vamos pegar exemplos do MIT e outras universidades que realmente contribuem para o desenvolvimento tecnológico em várias empresas o que não acontece em vários países, como Israel, Índia, Japão cuja relação é muito salutar entre empresa e pesquisador.

Manoel que é do Instituto Biológico (na década de setenta, o meu tio Moyses Ferman foi diretor), gostaria de falar que o agronegócios está sendo colocado pelo Sebrae, esse ano, como uma das suas prioridades, tanto que hoje de manhã tivemos um café da manhã com o Secretário de Agricultura João Carlos Meireles e

com o Presidente da Faesp, Fábio Meireles também, porque temos um programa chamado SAI – Sistema Agroindustrial Integrado e já estamos trabalhando em duzentos e oitenta e três municípios do Estado de São Paulo e mobilizando mais de setenta mil produtores rurais, e esperamos chegar até o final do ano com duzentos mil produtores rurais, exatamente nesse foco que você colocou: valor agregado, comercialização, foco na exportação ou qualidade e preço de produto em nível internacional. O nosso parceiro é a CAT e temos também uma parceria com a Embrapa porque a pesquisa nessa área é muito importante, ou seja, ter esse celeiro de conhecimento. Tudo isso está dentro duma política de âmbito estadual juntamente com a Secretaria da Agricultura. Era o que queria colocar. Obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o Roberto Sbragia.

SR. ROBERTO SBRAGIA – Gostaria de endossar as palavras do João, ou seja, enquanto continuarmos com aqueles dogmas de que o empresário é ladrão portanto não pode ter incentivos fiscais porque vai fazer mau uso do dinheiro e vai cometer falcaturas, e o pesquisador também não pode obter recursos e ganhar dinheiro com o negócio que é a tecnologia, vamos continuar, infelizmente, com esse negócio: faz de conta que eu dou o dinheiro e faz de conta que você faz e assim tão cedo não vamos sair da estaca zero em termos de tecnologia. São dogmas que precisam ser fundamentalmente mudados. Incluo não somente o IPT como também as universidades, o regime de tempo integral que penaliza quem produz, quem não produz fica quieto, ótimo, não aparece. Só que aquele que produz, que publica, aquele que procura o trabalho externo, aquele que procura desenvolver bons projetos porque evidentemente tem dinheiro na jogada, esse vamos penalizar. Portanto, endosso plenamente as suas palavras.

SR. CARLOS ZARATTINI – Gostaria de agradecer as palavras de Roberto, e dizer que realmente foi muito importante os depoimentos prestados pelos presentes

porque conseguiram sistematizar uma série de propostas que para nós, em termos de discussão, de avanço, é fundamental. Temos um ponto a salientar porque muitas vezes sentimos o seguinte: estamos olhando esse conjunto de leis e como vamos resolver esse imbróglio que é a Constituição Federal, as leis federais, a Constituição Estadual, as leis estaduais, como é que vamos fazer as alterações e esse é o mérito deste Fórum, conseguir traçar um norte, conseguir traçar um objetivo; não conseguimos desembaraçar o nó. Pelo menos essas propostas estão mostrando esse norte. Vamos vencer esse objetivo dentro de um ano? Em dois? Em três? Vai depender muito da vontade política neste país, o que vamos conseguir unificar em termos de esforços. Todos as pessoas que estão participando desse grupo estão sentindo a dificuldade do nosso país não ter um desenvolvimento científico tecnológico capaz de colocá-lo em condições de disputa com resto do mundo, ou seja, cada vez mais estamos vendo tudo aquilo que é o nosso potencial, as nossas riquezas e capacidade humana, ser simplesmente um potencial. Ter um belo potencial que não se torna realidade, que não seja viabilizado em desenvolvimento, crescimento, em renda, emprego, enfim, essa questão vamos resolver. Apesar do Paulo ter colocado o seu pessimismo, é um otimismo.

Tem a palavra o Sr. Flávio Grinspan.

SR. FLÁVIO GRINSPAN – Gostaria de pedir permissão para me retirar porque estou com problema por causa do rodízio de carro. Agradeço o convite para participar desse seminário e dizer-lhe que particularmente eu e o nosso grupo estamos à sua disposição para continuarmos avançado nesse lado prático onde o Flávio procurou apresentar alguns mecanismos que foram vistos e podemos incluir outros e detalhar melhor aquelas idéias dentro da visão sistêmica. Obrigado.

SR. – Gostaria de continuar na mesma direção de pensamento levantada por Paulo que é o problema do engessamento do setor público com relação aos seus negócios ligados à tecnologia.

Sei da frustração que João tentou expressar, porque todos os meus amigos de universidade passam por um processo similar e no fundo tem um pouco do que o Paulo colocou: até agora, concretamente, ninguém valorizou a ciência e tecnologia. A ciência e tecnologia tem sido colocado como uma coisa de suporte, uma coisa que trata da camada da população chamada cientista ou pesquisador e que as pessoas respeitam, porque são modificadores de opinião, são formadores de opinião, são professores, formam gente, todo mundo os conhece há cinquenta anos, mas no fim das contas a valorização dessa atividade se perde porque a cadeia está quebrada, ou seja, nem a empresa utiliza esse conhecimento nem o governo dá as devidas prioridades como bem colocou Paulo, e concordo plenamente com suas palavras.

Como Paulo, também sou do Rio de Janeiro. Sou formado, como bem disse o Paulo, e já era a Universidade Federal do Rio de Janeiro quando me formei. Sinto que São Paulo tem um avanço científico tecnológico maior do que os outros Estados por causa da Fapesp que é um mecanismo muito importante de estímulo, entretanto, está limitada ao meio da comunidade científica, quer dizer, está organizada de tal maneira que ela aplique os seus recursos na chamada comunidade científica. Vejo que as entidades como os institutos de pesquisa tecnológicos e outros têm mais dificuldade de terem acesso aos recursos. Por outro lado você nota, como bem colocou João, o contribuinte que está pagando essa conta sente que uma quantidade significativa de recursos saiu dele mas não chegou efetivamente a todo o sistema. Essa frustração tem a ver com a falta de prioridades que tem sido dispensada a ciência e tecnologia.

Se a Assembléia Legislativa entender que dentro da proposta São Paulo Século 21 se deve dar um novo realce a Ciência e Tecnologia, talvez olhando pelo que foi dito nesse seminário, um primeiro passo seria de tentar identificar todo o entulho legislativo que circula em torno disso e engessa eventualmente o desenvolvimento científico e tecnológico e tentar ver se é viável tirar esse nós e criar uma perspectiva. Por exemplo, Paulo mencionou dois aspectos: primeiro, o IPT não

contrata gente há muito tempo e os pesquisadores estão com uma certa idade e João colocou que todo mundo está meio desesperançado, de modo que estamos formando uma comunidade de altíssima competência e que ao chegarem no final da vida pensarão: o que foi que eu fiz esse tempo todo e para que serviu todo esse esforço? O que gera uma grande frustração porque é gente de altíssima qualidade, com QI altíssimo, com um potencial enorme que está sendo desperdiçado. Talvez o primeiro trabalho a ser feito seja avaliar toda essa legislação que hoje circunda a Ciência e Tecnologia, e a Assembléia Legislativa sinalizar que Ciência e Tecnologia para a sociedade é muito importante. Inclusive estou sabendo que a Assembléia Legislativa já sinalizou dando à Fapesp 1% do ICMS do Estado, que é o único Estado que tem essa quantidade operacionalmente funcionando no Brasil e é por isso que a Fapesp funciona melhor do que todo mundo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo já demonstrou, no passado, como pode gerar ações que criem resultados palpáveis e significativos e também agora pode sinalizar, mais uma vez, dando prioridade à Ciência e Tecnologia e, como representante da sociedade, dizer que ciência e tecnologia é muito importante, também para o Estado de São Paulo porque pode ser o gerador de mudanças tanto na geração de emprego como na geração de novos negócios no desenvolvimento do país e ser a indutora disso. Ou seja, a Assembléia fomenta novos mecanismos que vão desengessar a ciência e tecnologia criando condições para que os pesquisadores possam encontrar uma proposta de longo prazo, acabar com as frustrações existentes, resolver e usar as competências adequadamente e aproveitar agora que a indústria e o sistema entendem que são um fator importante e aproveitar esse momento oportuno, mas cabe a Assembléia Legislativa, neste momento, um papel importante e decisivo nessa sinalização. Para a sociedade ciência e tecnologia é fundamental quando pode ser o fator de modificação e motivador para todos nós. Obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Sua proposta foi no sentido da realização do fórum de competitividade. Talvez fosse interessante discutir alguns problemas

existentes no Estado. Por exemplo, recentemente foi resolvido o problema do “amarelinho”, a tal da “chichela fastidiosa” que é muito famosa. Ou seja, foi feito um esforço concentrado para resolver um determinado problema ligado à agricultura. Foi publicada uma notícia dizendo que o Instituto de Pesquisa Nuclear chegou numa semente com uma determinada radiação para o tratamento do câncer e custa dez vezes menos do que a importada. Enfim, temos problemas que estão sendo tratados por outros grupos do fórum, como o problema da água. Estamos à beira da escassez de água no Estado. A previsão é que em 2005 teremos graves problemas de abastecimento de água, o que afeta a produtividade como um todo no Estado. Temos também o problema da energia e se não vingar a questão das termoelétricas vamos também ter problemas porque as termo elétricas dependem de uma série de fatores, da cotação do dólar, da disponibilidade da situação política na Bolívia, enfim, problemas que não estão totalmente nas mãos do Brasil.

Portanto, com todos esses problemas de infra-estrutura, deveria fazer parte deste fórum de competitividade, não do ponto de vista da produção de um produto em si, mas das aplicações do desenvolvimento da ciência e tecnologia e através das empresas. Por exemplo, na questão do saneamento não tem por que não se ter um modelo de saneamento que não seja o tratamento de esgoto da forma tradicional, com enormes investimentos para fazer uma emissário, aquela enorme estação de tratamento, em lugares onde muitas vezes não se tem condições de construir esses emissários, porque podemos encontrar uma solução mais barata, que sejam desenvolvidos e aplicados por empresas, através da cooperação com as universidades, com os institutos de pesquisa.

Talvez esse fórum pudesse levar em conta propostas de outros grupos para tentarmos construir aquilo que seria o objetivo, no caso, o Estado de São Paulo investir e centralizar os esforços da Fapesp, dos institutos, da universidade, para que tenhamos as soluções e assim amarrar um sistema produtivo mais ágil e um desenvolvimento com mais viabilidade.

SR. FLÁVIO GRINSPAN – O que Paulo e João levantaram é que existem impeditivos legais que não podemos minimizar, porque podem ser a vida ou a morte de tudo isso. Ou seja, não é por falta de competência, não é por falta de vontade, é por causa dos mecanismos legais e, assim sendo, é preciso ter um subgrupo olhando o engessamento que a legislação hoje causa para que possam ser criadas condições efetivas do aproveitamento e da melhor competência de todo mundo.

Concordo que definir prioridades é importante, não dá para apostar tudo. Essas prioridades não são necessariamente de produtos de empresa, inclusive podem ser prioridades sociais, como geração de emprego, problemas de infraestrutura que atinge todo mundo; quer dizer, cabe à Assembléia Legislativa definir os critérios pelos dos quais vamos definir as prioridades. Depois nos reunimos para discutir essas prioridades porque existe competência, sem dúvida nenhuma, o problema é alguém sinalizar onde estão as prioridades e depois concentrar os esforços para arrumar tudo isso porque, hoje, tudo está diluído, os órgãos estão aplicando em diversas direções e no final os resultados ficam aquém dos esperados. Outra coisa, não minimize o entulho legislativo porque esse é um negócio que afeta o dia-a-dia, entendeu?

SR. CARLOS ZARATTINI – Pode ficar tranquilo que não estou minimizando.

SR. PAULO ANTERO – Gostaria de falar duas coisas reforçando o que foi dito e também o que João assinalou. João disse que os recursos para a ciência e tecnologia não são desprezíveis e na verdade não são. Quer dizer, não que 1% do ICMS seja uma coisa maravilhosa, mas é volume importante, sobretudo se considerarmos que o saldo de aplicação da Fapesp é uma coisa impressionante, o que indica que de qualquer forma está havendo uma certa superabundância sem restrições. O que serve como sugestão para o nobre deputado é que quando estava no IPT, estava coordenando uma preparação de uma reivindicação da área tecnológica no sentido de participar com percentagens maiores nos recursos da

Fapesp porque sem dúvida, como foi assinalado, a Fapesp privilegia áreas de ciência e tecnologia sem dúvida nenhuma, não interessa pesquisar as razões, porque as razões são até interessantes, mas a área de tecnologia ficou prejudicada. Esse trabalho que estou sabendo continua em andamento no IPT. Talvez fosse o caso de a Assembléia se inteirar, se integrar talvez nesses esforços e, por meio de mudanças na legislação, conseguir que a área de tecnologia fosse contemplada com um percentual maior. Mas aí você bate no que João falou: são as dificuldades de como fazer isso. A própria Fapesp quando financia ciência e tecnologia, financia cientista. Quando tive conhecimento disso logo nos primeiros contatos na Fundação Zerbini me causou espécie. Mas a razão é clara, ou seja, é facilitar. Porque o cientista como pessoa física age independente da legislação pública. Mas existem outras dificuldades. Por força do próprio mecanismo a instituição tem que entrar em determinado momento, quando então vem a exigência da doação dos equipamentos, ou seja, o cientista não tem mecanismos para gerir e administrar aqueles recursos. O que é preciso ser feito e que está dentro de uma coisa chamada “entulho legislativo” é encarar seriamente uma solução para esse problema porque, a partir da Fundação Zerbini, que é um artifício para contornar essas dificuldades e, sem dúvida, está no limite da legalidade, porque é discutível se aquilo realmente pode existir, mas foi a solução encontrada porque a USP hoje em dia tem quase cem fundações, mas essa coisa criativa e que resolve mas é uma solução capenga que não podia subsistir por tanto tempo. Portanto, é preciso e é a minha sugestão que se pegue esse problema seriamente e diga: não dá para funcionar como está, ou seja, a legislação existente é absolutamente arcaica. As soluções adotadas são eficientes mas têm problemas, então vamos dar um jeito nisso e parar com essa brincadeira de ficar fingindo que temos um instrumento flexível quando na verdade é problemático.

SR. MANOEL CARLOS MARQUES LEME – Endossamos em gênero, número e grau o que o professor acabou de expor, que é fundamental para o

desenvolvimento do Estado de São Paulo. Complementando o que ele falou, vou tomar as próprias palavras do nobre Deputado Carlos Zarattini, na TV Senac: “As instituições de pesquisa científica não têm usado toda a sua potencialidade.” Ou seja, é uma grande reflexão para V.Exa. Pense bem nos aspectos fundamentais dos institutos de pesquisa e esse estímulo que o Prof. Sotero fala e coloca. Nesse aspecto não vou ensinar economia para ninguém, mas o termo economia se origina de palavras gregas: *oikos* que quer dizer casa e *nomos* que quer dizer lei, casa da lei, portanto, tem muito a ver com essa Casa. No sentido original quer dizer: manejo da casa. Portanto, que esse manejo da casa seja feito em prol da ciência e tecnologia. Obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Agradecendo a presença de todos os senhores a este seminário, gostaria de dizer que o trabalho apresentado no dia de hoje foi fundamental, porque estão começando a ser criados os subsídios para que possamos chegar naquilo que o fórum deseja, ou seja, propostas concretas a fim de caminharmos para a frente. Fizemos diagnósticos bastante importantes e está na hora de começarmos a elaborar as propostas. Dessa palestra, com certeza, vão sair muitos resultados.

No dia 10 de maio estava agendada uma reunião com o Ministro de Ciência e Tecnologia, mas, infelizmente, comunicou que não vai poder participar. Tivemos outro problema adicional, ou seja, nesse mês de maio, início de junho, vamos ter a finalização de diversas CPIs que estão sendo realizadas nesta Casa, entre elas, a dos pedágios que no próximo dia 10 estará utilizando essas dependências numa reunião durante o dia todo. Assim sendo, solicito paciência a todos os conselheiros e a todos os participantes, talvez jogando para o final de maio uma próxima reunião do nosso conselho, mas antes disso vamos consultar todos para encontrarmos uma data ideal para a realização dessa reunião.

Agradeço a participação de todos os presentes. Muito obrigado. Esta encerrada a reunião.

Comunicação

22.11.1999

- .René Castelo Branco – Globo News
- .Vânia – Atriz e produtora. Membro do Bruma Cumaris
- .Paula – Atriz e membro do Bruma Cumaris
- .Disone – Ator
- .Jacques Trause – Coordenador do PNBE. Representante do Instituto São Paulo Contra a Violência
- .Cristina Barbosa – Membro do Ivanude
- .Luciana Ferraz – Socióloga e membro da Bruma Cumaris
- .Paulo Markum – Jornalista
- .Oriana Light – Empresa de pesquisa de mercado e membro do grupo TVER
- .Cacá Verá –
- .Ani Bocodit – Psicóloga e membro da Bruma Cumaris
- .Lucinélia –
- .Fernando – Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência
- .Juliana – Mestranda na área de comunicação na USP
- .Alan – Membro do Instituto para a Cidadania

SR. – Pretendo fazer o mais informal possível porque a minha tarefa é coordenar as idéias dos debates para depois apresentar com mais considerações as avaliações que já tinham sido feitas anteriormente no evento principal que ainda vamos dar o nome para essa sessão plenária. A idéia básica, e recapitulando alguns pontos iniciais dessa campanha mundial da Mídia da Paz cujo objetivo, é conseguir setenta e duas horas de não-violência na mídia nos dias 31 de dezembro e 01 e 02 de janeiro de 2000. A sugestão é que não seja publicado *nenhum fato que fomenta a violência*. No início do 2000, os brasileiros possam ter a oportunidade de conhecer tantos projetos e possibilidades de empreendimentos construtivos e promissores que nos inspirem a tomar iniciativas pró-positivas. A iniciativa partiu da URI – United Religions Initiative que tem mobilizado todos os setores da sociedade com objetivo de criar um nível novo de cooperação global no esforço rumo à cultura de não-violência, plantando a semente de um mundo melhor para as futuras gerações.

SRA. RENÉ CASTELO BRANCO – Trabalho na GloboNews. Para mim o que tem sido mais difícil quando falo para os meus colegas sobre esse assunto de tentar fazer uma reflexão sobre a violência nos meios de comunicação, não só na imprensa mas também na televisão, e nos meios de comunicação em geral, é que as pessoas imediatamente confundem não incentivar a violência através dos meios de comunicação com não noticiar, camuflar as coisas, “fazer o jogo” e nem sei se o governo faz esse jogo, mas fazer o jogo do governo de tentar fingir ou pretender que a violência é menor do que realmente é, é a maior dificuldade que encontramos, porque não é isso que pretendemos, mas apenas noticiar os fatos o mais possível do que realmente são, embora saibamos ser impossível noticiar a verdade, porque a verdade absoluta não existe, mas como o Markun falou, não fomentar comportamentos agressivos e violentos.

Por exemplo, a história do menino com a metralhadora no Shopping em São Paulo chamou atenção porque a cobertura foi muito exacerbada sobre o assunto,

não que não se devesse noticiar e que não fosse um assunto sério, mas faltou uma reflexão mais séria, do porquê acontecem essas coisas. Por outro lado, aconteceu um fato que mostra o lado contrário e achei bem interessante, inclusive o Jornal Nacional da TV, que normalmente mostra um tipo de notícia chegado à violência, ocorrem, quando a rebelião da Febem numa das noites, deram uma notícia sobre o desenrolar da rebelião, em seguida, mostraram uma matéria que não era uma forma de punir adolescentes com trabalhos comunitários, que seria uma forma construtiva o que estava sendo feito em Brasília. Nessa notícia não é que colocavam uma matéria atrás da outra e esqueciam o assunto, mas tinham criado um conceito que encaminhava desde a primeira chamada que é feita durante a programação da tarde ou mesmo durante as novelas e antes do Jornal Nacional, mostrava que é uma coisa terrível e precisamos encontrar uma maneira de resolver, apesar de não ter solução, mas existem outras formas de resolver. Essa forma de apresentar a violência chamou a minha atenção porque o Jornal Nacional é o tipo de jornal que criticamos muito pelo excesso de violência. No entanto vi a primeira boa vontade em tentar mostrar as coisas com outro toque e pensei que nem tudo está perdido porque é evidente que quando conversamos com eles sobre um movimento como esse, a primeira reação deles é de que a notícias precisa ser dada mesmo tendo acontecido no dia 31 de dezembro, mas pode ser dada da forma como foi dada pela primeira vez, que foi uma exceção e abriu um caminho.

O que mais senti dificuldade ao conversar com as pessoas é para que não confundam a exibição da violência com simplesmente não dar a notícia. Não sei o que os senhores têm percebido a respeito.

SRA. VÂNIA – Sou atriz e produtora cultura e também pertencço ao Bruma Cumaris.

O grande problema da televisão é o ângulo escolhido para mostrar as coisas. No caso da violência existem programas que exploram isso ao máximo e por um ângulo em que o bandido é transformado em herói. Existem vários programas

assim. Preciso recomençar a ver que existem outras formas de mostrar a violência para mostrar o outro lado, porque nunca um fato é isolado. Por exemplo, o caso desse menino da metralhadora. Tem várias coisas envolvidas a começar pelo tipo de filme que ele escolheu para assistir, o histórico desse menino, o que as pessoas estão vivendo. Sinto que é preciso parar de noticiar pensamentos isolados. Mostrar de onde veio, para onde vai e quais são as saídas, porque uma coisa não pode ser vista de um único ângulo.

Tem muita gente despreparada na televisão brasileira, não no sentido de formação. Sei disso porque trabalho como atriz e tem gente que realmente não está preocupada, não tem uma profundidade maior ao exibir ou explorar determinado assunto para escrever ou falar à respeito, tanto nas novelas como em outros programas também. Deveria existir um acompanhamento maior, não sei se por parte dos psicólogos, o que poderia estar mais dentro da televisão que poderia dar uma respaldo maior para que as coisas simplesmente não fossem jogadas, não fossem simplesmente ditas porque têm que ser ditas ou informação porque tem que informar. Não. Porque esse tipo de informação acarreta uma série de problemas e estamos numa época em que se só solta a informação e ponto final. É preciso ampliar um pouco a consciência e não ficar no processo isolado da informação em si, ou da novela em si, do programa em si. Tem que ter uma visão maior e vários ângulos de visão sobre o tema.

SRA. PAULA – Sou atriz, pertenço à Brahma Cumaris e também sou assessora de atores para eventos e feiras. Recentemente fiz um trabalho para a Feira Eletrônica da Max Mídia onde tinha um “stand” do Ibope. Pensei comigo: agora vou saber quem é esse Ibope tão falado e que para nós é um grande mito, porque se tornou uma força com um grau de importância tão grande. Quando fui até lá perguntar do que se tratava, o Ibope, vi que não era nada daquilo. Em rápidas palavras, o Ibope é um aparelho que conectado na casa de algumas pessoas, mas para que isso possa acontecer existe um sorteio em determinada faixa monetária da

população, em várias partes do Brasil, principalmente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A partir daí se tira todo o conceito do que é Ibope. Diariamente ouvimos vários programas de televisão falando: “estamos em primeiro lugar no Ibope” e, aí o Ibope avisa: “não queremos mais que fale qual programa está em primeiro lugar e colocam uma musiquinha para informar que o programa está em primeiro lugar”. Essa força toda, na prática, mostra toda pesquisa tem uma falha. Toda pesquisa é uma média. O público de forma geral, que não trabalha na televisão e não conhece o mecanismo do meio de comunicação vê isso como uma grande coisa que na verdade não é. Na verdade vai tirar apenas uma média do que se trata. Portanto, está muito agregado ao tipo de programação que é colocado no ar por causa desse Ibope. Hoje em dia a corrida por audiência não é por causa da qualidade de vida, da educação, enfim, a corrida pela audiência é por causa do Ibope. É o Ibope que patrocina novelas principalmente a das oito horas. Qual é a grade? Por exemplo, o Ibope banca a novela das oito por causa do horário nobre. Sendo assim, é óbvio que cai a qualidade, é óbvio que cai todo o interesse de comunicação, uma vez que a mídia tem tanto poder e tanto alcance, na minha opinião de atriz, de comunicadora para levar mais educação, ou seja, levar outro tipo de informação.

Portanto, o Ibope tem esse poder porque é um comércio muito grande em cima da programação das emissoras de televisão. Estou acabando de chegar de um teste que fiz para a Rede Bandeirantes de Televisão que vai lançar um novo programa, e fiz o teste para apresentadora. A coisa funciona assim, e é a primeira coisa que é feita: o que é que dá dinheiro? O que chama o patrocinador? Em cima disso vamos montar o programa de auditório para jovens. Mais uma vez é o Ibope mandando num programa de televisão.

SR. DISONE – Sou ator. O problema da mídia é por causa da cultura do povo brasileiro. Os produtores de televisão, colocam no ar aquilo que o povo quer assistir. Por exemplo, eu consigo ver televisão. Não interessa o que passa nos canais de

televisão porque não tem nada que acrescente para mim enquanto pessoa. Mas tem muita gente no Brasil, cerca de noventa por cento, querem ver falar mal da vida dos outros, querem ver fofocas, querem ver assassinato, que querem ver esse tipo de coisas e como no Brasil o que interessa é ganhar dinheiro, o pessoal que está envolvido nisso, vai atrás do que dá dinheiro. Portanto, os canais de televisão só vão colocar no ar aquilo que dá dinheiro, quer dizer, o povo vai ligar no programa do Ratinho, no programa do Sílvio Santos, nos programas da Globo para ver aquilo que eles gostam. Se o povo brasileiro tivesse um pouco mais de cultura, tivesse um pouco mais de educação, não ligariam a televisão o Ibope ia cair e conseqüentemente pararia de passar besteira. O problema da mídia da televisão com relação à violência é a cultura. Se nosso país, nosso governo investisse na educação do povo, teríamos uma mídia muito melhor em termos televisão.

SR. JAQUES TRAUSE – Sou Coordenador do PNBE e também represento o Instituto São Paulo Contra a Violência.

Na minha opinião não estamos hoje aqui para discutir o marketing da televisão, e sim para discutirmos uma proposta que me parece há setenta e duas horas de paz, se não me engano, estamos vivendo nas grandes metrópoles, nas grandes cidades acima dum determinado número de habitantes uma neurose cujas pessoas, as redes de televisão e as entidades de modo geral ainda não se deram conta da velocidade com que a cabeça da gente é obrigada a pensar em todas essas soluções.

Achei fantástica essa possibilidade, através de uma reunião mundial, poder dar setenta e duas horas para as pessoas pensarem um pouco sobre como é gostoso vivermos durante esse período em absoluta paz. O fato da nossa presença nessa reunião é justamente procurar usar a inteligência de todas as pessoas que se convenceram de que isto é importante, para procurarem extrair, com muita inteligência, o máximo possível desta idéia que, teoricamente, teremos uma nova oportunidade daqui há muito anos. Quer dizer, na virada do século, quando todos

estão se preparando ou marcando, o papel de todas as pessoas que estão reunidas, nesse momento, se formos discutir o papel do Ibope, não existe nenhum anunciante que vá investir um centavo em publicidade se não souber que está dando um alto índice de Ibope. Portanto, não é o fórum correto. O fórum correto para nós é discutir se é válida esta idéia, que me parece já está aprovada, e extrair o máximo de propostas e de sugestões e rezar, orar, pedir a toda inteligência possível que está reunida em torno desse projeto para que possamos realmente dar uma mensagem fantástica para todo mundo nessas setenta e duas horas. É isso que deve estar em discussão nesse momento.

A minha proposta é que concentremos esta reunião com bastante objetividade em cima do tema “Setenta e Duas Horas Para a Paz” no período do dia 31 de dezembro a um e depois de janeiro quando, vamos queimar etapas e vamos achar um jeito de dar um recado muito bem dado. Obrigado.

SRA. CRISTINA BARBOSA – Sou do Ivanude. A questão que todos estão colocando nas suas falas, é o fato da violência de qualquer tema mostrado na televisão que poderia ser bem ou mal o apresentado; foi por aí que começaram a conversa.

Acredito que qualquer um desses temas pode ser bem ou mal apresentado, e acredito também que se a violência existe, e existe de fato, ela deve passar na televisão, só que há formas educativas e positivas de apresentarem na televisão que é o que o defendemos, e contrariamente não acredito que o problema seja por causa da cultura do povo brasileiro, porque duvido também que o brasileiro tenha sido consultado sobre aquilo que gosta ou não de ver na televisão porque consome aquilo que tem à sua disposição e não conhece outro tipo de programa. Sobre o que comentaram a respeito do Ibope, ele não nos diz o que a audiência quer ver. O Ibope só diz se aquelas casas naquele momento estão ou não ligadas naquele canal de televisão, e não diz se naquele momento a pessoa foi ao banheiro, ou foi

fazer um lanchinho e se está de fato interessado naquilo que está passando na televisão.

Afinal o que se pode fazer? O que achei útil e coloquei na segunda folha deste *paper* foram uma série de dispositivos e de iniciativas que têm surgido, desde a legislação, organismos que controlam, fiscalizam e canalizam os telespectadores para as emissoras etc. Acredito que pode ser, e também não sei se estou dando demasiada importância, mas pode ser o ponto de partida dos debates, mas qualquer uma dessas medidas que tem sido adotadas em outros países, e muitas delas aqui no Brasil também, e que têm sido vistas em função do que é a realidade de cada país, e sempre consultando a sociedade efetivamente, porque o cidadão útil o expectador, é o que menos se consegue ouvir e é aquele que mais tem que ser ouvido. Obrigada.

SRA. LUCIANA FERRAZ – Sou socióloga e também pertenço à Brahma Brumaris. O que gostaria de falar está em sintonia com o que Cristina acabou de dizer. Diante do que tenho lido, pesquisado, ouvido, participado, na verdade existe um grande interesse das pessoas em ouvir, em ter outro tipo de programação. Tenho absoluta certeza, absoluta convicção de que as pessoas estão prontas e preparadas para receber uma nova forma de transmissão dos fatos que tratam da violência e, mais ainda, desejosas em ouvir sobre as coisas positivas, as iniciativas fantásticas, como por exemplo, o PNBE todo mundo sabe o que vai mal e a exploração que existe por parte das grandes empresas. Mas ninguém sabe como um grupo de empresários faz para poder mudar a consciência, no caso dos empresários. Enfim, esse tipo de notícias é fundamental e eu acredito que as pessoas estão abertas. A questão é como sensibilizar aqueles que detêm os meios de comunicação a efetivamente participarem disso. Digo participarem porque é a experiência que várias pessoas tiveram nesse sentido. Quando as pessoas são abordadas apóiam, concordam, assinam em baixo, dizem que vêem, que é maravilhoso, enfim só elogiam. Como, então, fazê-las sair dessa atitude de

simplesmente um apoio formal para efetivamente se sensibilizarem e atuarem de forma a significar alguma coisa em termos dos seus órgãos de mídia, no caso, como efetivamente podemos conseguir que os jornais, a imprensa, as televisões participem dessas setenta e duas horas? Obrigada.

SRA. – Na minha opinião, infelizmente não é assim realmente muitas pessoas que você fala têm essa atitude positiva, talvez até os donos dos veículos de comunicação tenham, não sei porque não converso com eles, mas o que acontece é que as pessoas, sejam elas super legais ou não, tenho muitos amigos em cargos de chefia na imprensa, realmente não entendem a proposta daqueles que vão decidir como as coisas vão ser encaminhadas, porque tive a paciência de falar com vários editores chefes, não vou citar os nomes porque não convém, e muitos deles disseram: “Você está maluca!” Isso é convivência com o governo, nem dá para pensar. Outros que tinham um pouquinho de boa vontade diziam: “setenta e duas horas é uma exagero, uma utopia”. E não adianta tentar explicar que não são é notícias, é e sim noticiar com outra atitude. De repente, vocês têm contato com outras pessoas inclusive com os próprios, e de repente querem até dar uma notícia diferente, só que deixam à cargo dos seus diretores de redação, não ficam se imiscuindo no dia-a-dia. Essas pessoas são as responsáveis; não sinto que sejam tão favoráveis assim porque falei com gente de vários programas diferentes. Não entendem direito a proposta porque realmente a sociedade é violenta, mas estamos refletindo a sociedade com esse trabalho, e não estamos somente fomentando essa proposta.

Na verdade precisamos encontrar outra maneira de nos aproximar dessas pessoas. Não sou uma pessoa negativa porque senão nem estaria nessa reunião. Sou uma pessoa realista. Não sei o que fazer, mas tenho tentado ajudar. Obrigada.

SR. – Gostaria de fazer uma intervenção. Realmente aqueles que trabalham dentro das organizações de mídia sabem que os próprios donos dessas

organizações, e dizem com certa irreverência, que não mandam nas suas redações. De fato interferem em assuntos críticos que passam pelos seus interesses maiores, mas no dia-a-dia não.

É evidente que a proposta que estamos discutindo tem um lado de idealismo sonhador. Todos que estão nesta sala de certa maneira partilham essa idéia. Todas as idéias impossíveis algum dia começaram com um primeiro passo. Realmente como Presidente do Conselho Nacional de Propaganda, e como empresário, tenho me disposto a falar sobre isso, como muitos de vocês têm, até porque o empresário está na lista dos vilões da nossa sociedade, a meu ver é uma injustiça, mas aqueles que nos julgam não concordam. O empresário também é visto não como gerador de riquezas mas como um predador. Sempre que você levanta uma bandeira suportada por um certo idealismo, num primeiro momento parece até a história da Poliana. Portanto, é importante se falar desta idéia sem constrangimento de fazê-lo e percebemos que passo a passo ela vai tomando corpo. Acima de tudo, e insisto, não é relevante muitas vezes que todos conseguiremos rigorosamente cumprir isto nos seus mínimos detalhes. O mais importante é estarmos usando esse momento de forma emblemática para levar uma reflexão permanente sobre a importância da mudança do paradigma que hoje estamos vendo de exploração da violência na mídia que está criando uma certa banalização da violência.

Estou fazendo essa intervenção no sentido de dizer que a dificuldade da proposta não deve de forma alguma nos levar a esmorecer. Obrigado.

SR. PAULO MARKUM – Além da atividade de jornalista e também como uma pessoa que exerce a atividade na área de televisão e na imprensa escrita há muito tempo, já exerci assessoria de imprensa e de marketing político, tenho a impressão de que um dos caminhos a se fazer, se fosse para se imaginar alguma coisa, a palavra não seria essa, mas não estou encontrando a expressão correta, uma espécie de contagem regressiva para essas setenta e duas horas em que se pudesse estabelecer uma agenda de contatos diretos, de um grupo com essas

peças que estão presentes, esse grupo multidisciplinar e fora da mídia principalmente, com as pessoas que fazem as pautas dos principais veículos de comunicação.

A minha sugestão seria agendar, nessa contagem regressiva, por exemplo, dia “x” de novembro ou de dezembro, vamos estar na TV Globo. No dia “y” vamos à TV Record, no dia seguinte vamos ao *Estadão*, enfim, nos principais veículos de comunicação e apresentar essa proposta de modo coletivo e de alguma forma marcante dentro da redação. Desde quando comecei na profissão, todos os anos, iam à redação do jornal, as mocinhas da Festa da Uva de Jundiaí, era uma cena muito curiosa porque essas moças vinham com uma senhora, no meio da redação, distribuíam uvas para todos, falavam da Festa da Uva, e todos os anos saía uma notícia no jornal da Festa da Uva. É claro que hoje em dia tem muita gente que usa expedientes desse tipo, por exemplo, outro dia vi uma notícia de um grupo de publicitários que levaram uns caras vestidos de monge para visitar as redações porque eles tinham conquistado uma determinada conta ou tinham alguma história que justificava esse tipo de expediente, enfim qualquer coisa desse tipo feita à redação por um grupo de pessoas que pudessem se identificar coletivamente dizendo: “Estamos aqui para propor o seguinte: nos dias 31 de dezembro a 1 e 2 de janeiro estamos pensando nas setenta e duas horas da mídia da paz”. Gostaríamos de propor para o pessoal da Folha, do *Estadão*, ou do Jornal do Brasil de fazer, como parte dessa contagem regressiva, um “sinal de fumaça” antes desses dias. Porque a grande dificuldade de um movimento como esse é que estamos querendo mexer com a mídia e precisamos dessa mesma mídia para divulgar o movimento, ou seja, é aquele círculo vicioso, porque estamos querendo mexer com uma coisa que está estruturada, ou seja, não há uma ordem que vem de cima do tipo: “vamos dar espaço para a violência”.

Por outro lado, todos os meus colegas que exercem cargo de direção ou talvez eu mesmo tivesse que agir dessa maneira se estivesse, ou seja, há muito tempo larguei mão dessa história de cargo de direção porque não tenho o menor

interesse nisso, se tivesse exercendo uma função como essa, acabaria agindo dessa maneira porque é uma cultura estabelecida, uma cultura baseada no cinismo, uma cultura baseada na história do Ibope, na história que tem que faturar, tem que vender, se conjuga com a sensação que você está fazendo o bem, que existe violência, que a periferia é um horror e por aí vai, e tudo isso cria um caldo de cultura. Não tenho uma sugestão formal mas imaginei coisa do tipo festa da uva, ou seja, elaborarmos uma agenda e cumpri-la. Na reivindicação inicial não é para a TV Globo fazer as 72 horas mas que ela marque junto à comissão que esteve presente e como parte da sua simpatia por essa iniciativa de manifestar-se de alguma maneira a favor num determinado momento para ajudar a criar um mínimo de repercussão e dizer: olha, estivemos aqui hoje, depois de amanhã estaremos em outro local enfim até para surtir esse efeito sugerido pelo Iran de colocar esse tema em discussão, talvez seja mais produtivo do que apostarmos num tiro só nos dias 31 de dezembro a 1 e 2 de janeiro porque entre outras coisas são dias cujas programações já estão previamente definidas. Por exemplo, se eu fosse diretor de jornalismo de uma emissora de televisão estaria programando os melhores momentos do século. Só que neste caso, os melhores podem ser muitas vezes os piores momentos porque não vai ter como, mostrar o massacre da Praça da Paz Celestial, não vai ter como não mostrar a guerra na Bósnia e, a partir daí vai procurar mostrar as imagens mais espetaculares, como por exemplo, o menino que metralhou as pessoas no shopping, quer dizer, o resumo do século vai acabar mostrando mais a violência do que o lado positivo.

Nessa altura do campeonato, os veículos de comunicação, as emissoras de televisão que são mais fortes, vão jogar fora esse material dizendo: “não, não, surgiu um pessoal falando da mídia da paz só que nós vamos fazer o contrário”. Não dá mais tempo, não é isso, infelizmente é bom termos em mente tudo isso. Portanto, essas pequenas ações que precisariam ser pensadas, inclusive o pessoal que representa a parte de teatro poderia imaginar algo que tivesse uma simbologia que invadisse a redação, que marcasse, fazendo alguma coisa caricata mesmo se

for no sentido de envolver a redação com tecidos brancos mas procurar de alguma forma chocar os jornalistas que estão ali trabalhando completamente contaminados por essa violência.

Atualmente a minha atividade profissional foi reduzida a uma atividade por semana e escapei desse inferno de que todos os dias é, saber qual é o cara narcotraficante que apareceu hoje ou aquele que vai aparecer amanhã e vivo muito bem sem isso, inclusive vivo muito melhor, porque é um vício, é uma coisa que passa a ser uma segunda natureza de quem é um comunicador, de quem está na área da mídia. Essa é a minha sugestão nessa direção.

SR. – Portanto, temos uma sugestão bastante concreta para trabalhar segundo a do Markun. Essa idéia lembra um pouco aqueles telegramas ao vivo, ou seja, a pessoa faz a encomenda e no meio duma festa os artistas fazem um *pocket show* ou alguma coisa marcante. De fato a idéia é bastante interessante para refletirmos e trabalharmos em cima.

SR. – Gostaria também de tentar contribuir e, para começar apresentar apenas um preâmbulo sobre essa violência que estamos assistindo, tenho uma visão de que a única maneira de curar uma doença gravíssima do jeito que o país tem ou qualquer ser humano tem. Por exemplo, se você tem febre constantemente e o médico não descobre o que é, você vai passar um período muito longo com febre e gastando fortunas para descobrir o que é, de repente, “estoura” alguma doença e descobre-se. Estamos vivendo um período neste país, com todos esses escândalos, com essa violência mostrada diariamente na televisão, enfim a única maneira de colocar para fora muita coisa que estava escondida neste país. Não estou querendo ser um otimista idiota, mas na minha opinião estamos vivendo um bom momento porque estamos colocando para fora todas essas coisas escondidas, esses esqueletos que estavam fechados nos armários e, através do uso da

inteligência desse grupo, encontraremos formas para divulgar como um fato positivo.

Atualmente, em termos de comunicação, temos um poder muito grande que é a Internet. Se ela for bem trabalhada principalmente naquela faixa etária dos jovens entre dezesseis a vinte e quatro, vinte e cinco anos, vai se espalhar com uma rapidez que é uma loucura. Temos vários exemplos nesse sentido. Por exemplo, uma loja fez uma “sacanagem” com um cliente fazendo determinado negócio e centenas de milhares de pessoas, em quarenta e horas, ficaram sabendo o ocorrido.

Nesse sentido é preciso montar uma estratégia muito bem organizada, e contaminar positivamente através da Internet, porque o pessoal que trabalha nesse veículo de comunicação são formadores de opinião, cuja idade é predominantemente de jovens com nível cultural muito bom, e certamente saberão fazer um protesto muito bonito em relação às redações de rádio, jornais e televisão, ou seja, saberão transmitir milhares e milhares de mensagens para todos os jornalistas.

Por outro lado, daria destaque para aqueles jornalistas que usam o poder que têm nas mãos de forma positiva. No próximo dia 2 o PNBE vai entregar o prêmio de cidadania para o jornalista Caco Barcelos, porque é um profissional que usa o poder da televisão para, alavancar entidades na área social em todo o país. E faz um jornalismo fantástico e com muito amor. Com certeza o Caco Barcelos saberá contaminar uma série de colegas e então teremos, em cada redação de uma emissora de rádio, jornal ou televisão um Caco Barcelos. Não é possível que os jornalistas sejam tão ruins como as pessoas estão sempre pintando.

Portanto, o poder da Internet é fundamental e a idéia sugerida pelo Markun é fantástica e tem que ser criada através de uma agência de publicidade com o seu setor de criatividade, em conjunto com os artistas até o final do ano principalmente numa cidade como São Paulo, onde existe vários locais públicos, poderão panfletar de maneira inteligente e bem organizada; com certeza vai mexer com todas essas

pessoas bloqueando qualquer iniciativa nesse sentido. Era o que tinha a dizer. Obrigado.

SRA. ORIANA LIGHT – Trabalho numa empresa de pesquisa de mercado e trabalho também num grupo chamado TVER cuja Presidente é Marta Suplicy, mas é suprapartidário. É uma ONG que não tem pago um tostão. Tenho uma experiência muito boa nesse grupo porque temos feito várias pesquisas com adolescentes e com a mídia, e acompanhamos de perto toda a programação dos canais de televisão. Conseguimos subsídio para várias coisas, inclusive na próxima quarta-feira daremos início um ciclo palestras, no Sesc. Divulgamos muito que fazemos e conseguimos o apoio de vários jornalistas, das várias áreas, especialmente da TV Cultura que nos tem dado uma força incrível.

Com relação à violência e aos jovens, temos um *site* chamado tver.org.br com quatro pesquisas de caráter nacional entre jovens de 12 até 20 anos, e um com mulheres como estão sendo vistas na mídia. O que percebemos é que os jovens estão imbuídos nessa mídia violenta e que a sociedade precisa tomar uma atitude, por grupos como esse e como vários que podem ser formados. Temos algumas unidades em algumas partes do Brasil e o resultado é bastante satisfatório e gratificante.

SR. – Gostaria de pedir ao amigo Cacá Verá que se manifeste e nos traga a sua visão sobre nossa discussão.

SR. CACÁ VERÁ – Boa-noite a todos. Na verdade estou refletindo sobre as falas e algumas delas discutiram sobre a educação do povo brasileiro o que, de certa forma, é verdade e alguns colocaram a questão de responsabilidade nos governos o que de certa forma tem sentido, mas vivemos num tempo onde esperar soluções por parte do sistema de educação oficial e por parte do governo é esperar por algo muito lento e a mídia é muito rápida, e as pessoas de educação, as de

sensibilidade, as críticas estão nos meios de comunicação. Gostei muito da proposta do Markun e da proposta do senhor, que não me recordo o nome, e da visão realista da nossa amiga, enfim temos um eixo, no qual podemos trabalhar em torno dele.

Podemos perceber, por esse encontro, que teve início por iniciativas próprias, por iniciativa das pessoas que se encontram presentes. Se as pessoas que se encontram presentes fossem esperar qualquer iniciativa fora da sua vontade, fora de si, esse encontro estaria acontecendo. O maior exemplo de se criar oportunidades para se fazer alguma coisa está presente nessa mesa e na mesa ao lado, e temos um eixo para trabalhar, que é a base. Como não pertenço a essa área, não tenho, essa especialização, não sei como contribuir, apenas estou colocando o que meu ouvido está percebendo e creio que temos um eixo bem palpável para começar a trabalhar, porque o grande problema mostrado através das falas está na sensibilização de algumas cabeças, de algumas peças que estão nas redações, nas direções, nos pontos chaves dessas organizações de comunicação, que é uma questão de sensibilizar essas cabeças, essas mentes, essas pessoas, e para isso temos os artistas, temos as pessoas da área de criação e temos também um eixo de reflexão já formado. No momento não tenho uma idéia nova além desse eixo, apesar de sentir que devemos nos centrar mais nessa realidade e não desperdiçar a nossa energia esperando coisas fora porque temos um ponto muito forte aqui para começar algo. Vamos fazer a festa da uva, todos de branco, entrando nas redações, fazendo encontros na hora do almoço nas redações, vamos entrar na Internet, vamos conversar com as cabeças mais enrijecidas, convidá-las para conversar e fazer com que elas percebam a responsabilidade têm em relação ao Brasil, à comunidade, aos cidadãos, porque o poder passa muito mais por essa sensibilização, do que ficar somente nos ataques, nos conflitos. Essa é percepção que tive. Obrigado.

SRA. ANI BOCODIT – Sou psicóloga e também pertencço à Brahma Cumaris. Tive a oportunidade de encontrar o Cacá numa festa de lua cheia na Editora Totalidade, onde ele mostrou como a sua força e como a força psíquica das pessoas conseguem fazer a chama de um fogo dançar. Fiquei muito impressionada e emocionada, principalmente ao sentir a força que todos nós temos. Hoje em dia existem muitas escolas de espiritualidade que ensinam que teria grande possibilidade de fazer demonstrações relativamente fáceis em locais de trabalho especialmente, em empresas de comunicação. Existem exercícios através de meditação ou através da introversão que podem ajudar a harmonizar os ambientes, como também dá para juntar forças de um grupo que trabalham juntos, enfim são técnicas que podem ser apresentadas na televisão, ou mesmo num *site* na Internet, ou na redação de um jornal.

Como psicóloga trabalho com pessoas drogadas e é muito emocionante ver uma pessoa que usava drogas e de repente percebe que o seu estado de consciência foi modificado, e pode ocorrer de outra forma também. O que eu quero dizer é que existem muitas formas de mostrar a força humana e teriam estas formas um grande público. Tenho certeza.

Por exemplo, havia um grupo que fazia meditação na época da guerra, na Iugoslávia, e trazia um benefício muito grande no “front” de guerra. Outras pessoas faziam meditação para a paz em determinadas partes da cidade e a violência diminui nessa parte da cidade. Tem muito material nestas cabeças aqui presentes, que podem ser juntados para mostrar o que podem fazer. Essa idéia vai funcionar porque é excelente. Obrigada.

SRA. LUCINÉLIA – Esta é a primeira reunião da qual participo. Em termos práticos não estou entendendo qual grupo pretendemos atingir. Qual é o grupo? Se for para atingir jornalistas, a questão da Internet é muito importante e toda idéia do “happening”, enfim, toda essa mobilização em redação é importante. Se for para atingir a população em geral, se o objetivo é sensibilizar a população em geral, só

essas idéias não vai ser suficientes porque a Internet vai atingir um contingente muito pequeno, enfim, só de jovens mais uma classe muito restrita daqueles que tem acesso à Internet.

Na verdade, não sei se já foi discutido, mas essa delimitação não está muito clara...

SR. MARKUN – Deixe-me esclarecer. Na verdade existe uma proposta que a mídia da paz pretende criar setenta e duas horas. Só para esclarecer, esse nosso grupo chama-se Comunicação, Imagens e Vozes. Foram divididos em três painéis de diálogos e estamos de alguma forma numa discussão mais especializada de como fazer com que isso atinja a mídia.

SRA. LUCINÉLIA – Foi colocado que o grupo fizesse panfletagem e o objetivo seria atingir a população, mas para atingir a mídia, a Internet de fato é um ótimo meio de comunicação.

SRA. – Falando um pouco da experiência da TV, não sei se dá para aproveitar alguma coisa, mas através dos estudos que temos feito, percebemos que na verdade existe uma tríade importante, a ser atingida para qualquer questão, inclusive a violência na televisão, ou seja, a mãe, a mulher, a criança, o jovem e a mídia. A mídia é o suporte do tripé. O que a gente vem fazendo com a mídia, na verdade? Fizemos três ações, até agora, com a mídia. Uma delas, e pode ser um caminho, é trabalhar com a escola do futuro. A escola do futuro tem como associados uma série de escolas que mantém contato, inclusive podemos enviar e-mails através da Internet, ou seja, é fácil atingir as crianças nas escolas e também as universidades, porque a escola do futuro está dentro da Universidade de São Paulo e em todas as suas unidades, podemos esparramar essa idéia pelo Brasil inteiro, enfim é uma forma rápida de atingir as crianças e os jovens.

Por outro lado, para atingir a mídia, existe a ANDI Agência de Notícias dos Direitos da Criança, inclusive eles têm um prêmio, me parece do jornalista que é amigo da criança, e está ligado porque forma um grupo, enfim é sempre o mesmo grupo, são sempre as mesmas pessoas que trabalham em todos os grupos, mas tem gente da Abrinq, tem gente da Unicef que trabalha nessa área. O que poderíamos fazer é pedir para divulgarem e entrarem nessa proposta para ajudarem a espalhar essa idéia pelo Brasil inteiro, uma vez que eles têm acesso a todos os pontos do Brasil.

Na verdade, as mulheres vêm no reboque, ou seja, quando lançamos uma ação na mídia deste nível e uma ação com as crianças nas escolas, a mulher fica dentro da pauta da mídia mesmo. Para atingir a mulher, o que foi feito? Em outubro fizemos um seminário quando convidamos as mulheres mais importantes que pautam a mídia, ou seja, convidamos mais de setenta cabeças influentes e foi uma experiência incrível porque elas se comprometeram a trabalhar na pauta, aprovando ou não, assuntos pertinentes ou não à mulher. São três ações bem pontuais que tem uma repercussão muito grande e o efeito multiplicador muito intenso.

Poderíamos abordar esses três pontos.

SR. FERNANDO – Sou Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência. Essa mobilização é mundial. Portanto, a mídia do mundo inteiro deve estar sendo contactada em cada país. Não sei se vocês têm essa informação de como está essa mobilização fora do Brasil. Diria que temos dois caminhos que podem ser seguidos. Se tivermos uma grande mobilização da mídia fora do país, mostrar para a mídia, aqui dentro, que hoje está acontecendo a mesma coisa lá fora, com um peso grande, portanto, é um caminho para tentar sensibilizá-los a se envolverem nesse sentido. Mais do que para isso, pode ser feito também usando uma pesquisa junto às redações, aos chefes das redações. O que a mídia faz? Ela mostra a violência porque quer mostrar a indignação contra a violência. Na verdade ela que reduzir a violência. Portanto, podemos mostrar que se pode criar um pacto em cima disso ou

pelo menos dos principais e fazer, além dessa ida sensibilizando os jornalistas e também os chefes das redações, o que ele acha que deveria ser falado na mídia para reduzir a violência. Ou seja, chamá-lo para vir colaborar, o que ele como um chefe de redação pode contribuir para reduzir a violência nesses três dias, uma vez que está sendo feito no mundo inteiro. Quer dizer, jogar também a bola para eles para criar um comprometimento nessa idéia. Isso pode ser feito por vários agentes que se encontram presentes e também por outros que podem ser agregados e com uma campanha inteligente por trás. no caso, estaremos lidando com. jornalistas extremamente inteligentes que podem fazer uma coisa muito contundente. Aqueles que não aceitarem vá logo dizendo. Se você não quer participar então não se posicione; aqueles que aceitarem participar estarão unidos nesse pacto. Não estou querendo ser idealista ao extremo porque já fizeram essa pesquisa, mas é chamá-los mesmo porque eles querem acabar com a violência; mas como é possível colaborar nesses três dias pensando em mostrar uma outra maneira de combater a violência?

SR. – Gostaria de dar uma informação. Há dez dias participei de uma reunião da URI que lançou essa idéia, em São Francisco, na Califórnia está ocorrendo o seguinte: existe uma comissão que divulga setenta e duas horas. Existem comissões em vários lugares. Lá conseguiram o apoio do IAHU que assumiu divulgar as setenta e duas horas e da CNN. De que forma vão contribuir nesta divulgação? A CNN nesse período de tempo vai ressaltar os grandes momentos de paz da humanidade. Em detrimento aos momentos de violência a CNN vai dar ênfase nas manchetes, nos momentos de paz. O IAHU vai fazer uma série de chamadas sobre tudo o que está acontecendo em termos de eventos, movimentos que envolvam a questão de não-violência e paz pelo mundo, ou seja, vai pulverizar a Internet com essas informações.

Só mais uma informação participei de uma reunião há dez dias, na cidade de São Francisco, representando o Instituto Arapotu, e representando o grupo inter-

religioso do Brasil, ou seja, essa informação talvez facilite o diálogo porque são dois grandes apoios lá fora. Outra coisa, nesta semana terão um encontro, em Washington, com os representantes da CNN, IAHU e outras organizações.

SR. MARKUN – Me passou pela cabeça uma hipótese com a qual podemos trabalhar que é a seguinte: uma categoria muito importante na mídia e que é muito unida e topa entrar numa parada como essa, são os fotógrafos. Talvez pudéssemos procurar os fotógrafos brasileiros, os foto jornalistas, que são de excelente qualidade, e pedir-lhes uma série de fotos para fazer um cartão postal. Ou seja, ao invés de fazer um só, podemos pegar um cara da *Folha* ou do *Estadão*, ou da *Veja*, ou da *Isto É*, e pedir, queremos uma foto da paz. O Jorge Araújo da *Folha de São Paulo* tem uma foto bastante conhecida que é do Movimento Pela Anistia ou Pelas Diretas, que é uma pomba pousada numa faixa. De repente pegar esse tipo de foto, e fazer um cartão postal para a própria mídia e começar a rodar. Essa idéia é barata porque se pensarmos na imagem televisiva é muito mais complicado, porque tem que passar o vídeo, ter os direitos etc. Portanto, ele pode ceder essa foto para fazermos uma pequena tiragem, de cerca de dois mil cartões postais, que dá para cobrir todas as redações, não dá para enviar para todos os jornalistas, mas cerca de dez mil cartões dá para cobrir todos os jornalistas. Faz mil de um, ou quinhentos de um, depois mais quinhentos de outros e faz uma corrente dizendo: “olha, o Jorginho já deu a foto dele, fulano será que você tem uma foto durante todo esse tempo que você passou cobrindo que tenha esse sentido?” De repente pode ser a comemoração de um gol quando todos os jogadores estão abraçados, enfim, começa a se criar também nessa linha da contagem regressiva, porque se chegar um “release” numa redação vai para o lixo. Agora, chegar um cartão postal bonito com uma mensagem inteligente, apesar da mídia barata, pode envolver todos esses fotógrafos que tenham corporativismo legal. Todos são muito unidos e defendem muito bem os seus direitos e todos têm os direitos autorais das fotos, coisa que muitas vezes os jornalistas de textos ou jornalista, de televisão não têm em relação

ao seu trabalho. Não dá para pegar uma reportagem que fiz para a TV Globo de um momento de paz e querer passar pra frente porque a reportagem pertence à Rede Globo. A foto não. A foto pertence ao fotógrafo. Evidentemente vamos envolver diretamente o veículo porque é preciso dizer que o fotógrafo pertence ao jornal tal, da revista tal e assim por diante.

SRA. – Todas essas idéias não se excluem. Como a tarefa é grande, várias idéias podem ser realizadas conjuntamente. Na minha opinião o mais importante é a abordagem pessoal àquelas pessoas que estão à frente das pautas. Já tinha feito esse comentário inclusive na reunião da comissão organizadora desse evento e acredito, pela minha própria experiência, que toda abordagem pessoal, para ter sucesso, não pode ser feita na base da pressa do tipo: estou com pressa e tenho só dez minutos. Se realmente eu quero expor uma idéia é preciso expor, preciso tempo para sustentar aquela idéia. Não digo que as pessoas, no caso os jornalistas, não tenham tempo. Muitas vezes não temos tempo e queremos fazer a coisa um pouco rápido, atropelada, enfim, se queremos realmente discutir uma idéia importante com alguém temos que ir até lá, expor e trabalhar, sustentar aquela relação, aquele contato. Pode ser que hoje esteja um pouco refratário e ainda ao longo do tempo alimentando, talvez, como a idéia das meninas da uva, acabem cedendo.

SRA. – Gostaria de falar mais um pouco em cima dessas idéias que surgiram. Há pouco a Oriana falava da Andi, ou seja, todos nós, pelo menos a maior parte, pertence ou conhece organizações que já tenham esse hábito ou tenha algumas experiências e contatos formais estabelecidos com pessoas da mídia. Eu acredito, me desculpem, mas é a experiência que tenho, e acredito mais nesses contatos informais, e por que não talvez para alimentar, de alguma forma, esta campanha e esta idéia, rentabilizar dentro dessas organizações que conhecemos, quais os contatos, quais as pessoas na mídia que poderiam estar abertas a esta idéia e que poderiam colaborar conosco?

O segundo aspecto que estava a refletir é porque a violência passa na mídia. Desculpem mais não acho que seja um vício dos jornalistas e, sim, primeiro, é um assunto muito disponível porque existem “n” atos de violência que ocorrem a todo o momento, portanto, é fácil para o jornalista, e do ponto de vista do jornalista que diariamente tem que publicar qualquer coisa, tem que dar matéria, é um assunto muito disponível e muito fácil de obter imagens, obter dados enfim, obter tudo o que seja necessário para construir uma notícia, ou seja, abundância por um lado e o impacto que se sabe que vai ter junto da população, porque a violência preocupa todos nós e, por outro lado, violência é coisa que todos entendemos. Não é uma coisa cultural que tem a ver com preconceito, com valores. Não. É uma coisa universal e todos entendemos muito bem quando uma bala é disparada vai haver uma morte a partir da sua partida ou algum ferimento. Por que não julgar nesse mesmo sentido do lado oposto? Ou seja, julgar na abundância do tema da paz. O que me ocorre é a questão de inundar as redações, inundar a mídia para se pensar útil em temas da paz, que no fundo vai ao encontro da idéia dessa organização tentar elencar um conjunto de acontecimentos de paz que pode ser de um ano, de um século, seja lá o que for porque sabemos que no final do ano ou no final do milênio é possível fazer essa retrospectiva, porque não inundar a mídia com esse tipo de assunto, não só com os assuntos, mas com a linguagem da mídia.

Por outro lado, a nossa dificuldade é de falar com a mídia porque todos os nossos assuntos são complexos, são muito detalhados e a TV funciona a minutos e, reunir esses acontecimentos numa linguagem atrativa, pelo lado positivo, facilmente entendida deve-se pela maior parte das pessoas.

SRA. – Concordo plenamente com o que ela acabou de falar e a experiência que tivemos na Amazônia foi exatamente nesse mesmo pensamento. A idéia exata é o contato pessoal com as pessoas e não num momento de pressa. É uma reflexão de um momento isolado para pensar num tema, que é o tema da paz ou não, violência.

Por outro lado, o nosso tempo é muito pequeno para organizar um evento desse tipo. Como transformar esse momento em algo que possa ser realizado em um mês?

SR. – Gostaria de fazer uma pergunta e uma colocação, pois cheguei atrasado e não peguei a informação. A pergunta: de onde vem o recurso financeiro para fazer um monte de coisas que estamos imaginando? A segunda colocação é a seguinte: nos Estados Unidos existe cerca de cento e trinta mil entidades da sociedade civil organizadas, as ONGs. No Brasil, segundo as últimas informações, temos perto de mil a mil e quinhentas entidades. Consideramos como o ONGs aquela sociedade de bairros, amigos de bairros etc. O fato mais importante é que há quatro anos tínhamos uma sexta parte dessas entidades organizadas, o que significa que nos últimos quatro, cinco anos houve uma multiplicação muito grande das entidades da sociedade civil e estamos num processo que grande parte da população está disposta a se engajar em qualquer tipo de entidade nesse sentido. O volume de pessoas que estão envolvidas em torno das ONGs permite que também façamos um trabalho rápido com todas essas entidades que saberão multiplicar também essa informação.

Portanto, além da idéia da Internet e quando citei o exemplo da panfletagem significa o seguinte: panfletagem também no sentido de motivar mais pessoas a enviarem mensagens, via Internet, aos jornalistas, porque teríamos que organizar quem são os jornalistas chefes de redação mais importantes, assim como de vez em quando organizamos para qual deputado em Brasília vamos mandar um telegrama, um telefonema ou uma mensagem via Internet etc. Quer dizer, vamos fazer o jogo ao contrário. Que chefe de redação? Qual jornalista? Qual repórter? Qual fotógrafo? Vamos enviar uma mensagem dizendo de forma inteligente: “olha, venha jogar no nosso time. Estamos jogando a favor”.

Tivemos aqui idéias muito boas, por exemplo, a dos artistas que poderão exercer a sua atividade de forma a fazer com que a cabeça das pessoas que não

querem mudar, mudem, porque ninguém resiste. Por exemplo, temos um trabalho dos Doutores da Alegria, imaginem esse trabalho sendo feito por artistas cujo paciente que vão tratar é um jornalista invocado, incurável.

SRA. JULIANA – Faço mestrado na área de comunicação na USP e o meu tema será sobre crianças em situação de rua, em situação de risco. Estou entrando numa instituição como voluntária credenciada, que cuida de crianças cujos trabalhos são muito legais para recuperar a cidadania. Não é tornar a criança um cidadão porque ela já é um, mas ela recupera esse estado de cidadania.

Não sei se estou sendo ignorante ou não, porque a minha área de atuação é publicidade, portanto é a formação. Uma coisa que o colega falou: comprometimento. Estamos comprometido com esta causa? Ótimo. Muitas vezes a pessoa até tem essa iniciativa de comprometimento, mas não tem formação. Como é que vou dizer isso? É muito delicado, mas posso dizer assim. Ele tem o comprometimento, mas não tem formação, ou seja, vou dar o exemplo da situação da criança. Ou ele é bandido ou é vítima. Não tem meio termo. Não tem o estado de ser cidadão, com direitos e deveres etc. Ou ele é totalmente monstro ou é totalmente coitadinho. Assim que é abordado esse assunto na mídia e tantos outros, o que é uma dicotomia extremada. Gostaria de sugerir que fosse feito não apenas para os profissionais da comunicação, mas principalmente para eles, pois é o nosso ponto de partida, mas nos dias 31 de dezembro, 1 e 2 de janeiro vários eventos para formação, ou seja, palestras, fóruns, seminários trazendo também profissionais de outras áreas que lidam com esse tema para que tenha uma continuidade. Não sei se estou sendo ignorante provavelmente isso já estava em pauta, mas acho muito importante o que vai ser debatido, realmente qual é o porque, para que todos saibam. Setenta e duas horas de paz realmente é algo ótimo mas é preciso que as pessoas saibam porque isso está sendo feito. Qual é a justificativa? Qual é a razão? Para isso a pessoa tem que ter conhecimento, ter que ter conteúdo, e é preciso ter certeza do problema porque não é oba, oba. Não é uma adesão vazia.

SRA. – De repente isso do que se vai falar, do que vai ser dito, e não quando falar, quando dizer. Porque sentar e discutir o que fazer é só um ponto de partida. Só vai funcionar na hora em que fizermos a “Festa da Uva”, inclusive o Jonas Bloch tem uma página na Internet na qual mostra todo o seu empenho em cima da divulgação da paz, e ele é um ator que tem um poder de imprensa e de comunicação muito grande. Quer dizer, essas coisas já estão sendo feitas através da Internet mais de repente é essa coisa do corpo a corpo que vai valer a pena. Falar é ótimo, pois discutimos uma série de idéias. Agora temos que agir, colocar em prática, porque vamos ficar, só no fala, fala, e não temos tempo. Estamos sem tempo para tentar acertar.

Uma pessoa que tem uma rede de informações nas mãos está muito mais ligada do que eu, que dou aula numa escola. Um jornalista que tem o poder da mídia nas mãos, tem um poder muito maior do que o meu. Lógico que vou fazer a minha parte, mas temos que pegar pessoas que são pontos chaves, porque tem mais pessoas em rede. Temos que agir mesmo que não dê certo, mas agimos.

SRA. – Tive uma idéia. Vamos fazer quatro palestras na TV cujo foco seja a mídia, e as pessoas que estamos buscando nessa reunião. A primeira, na próxima quarta-feira: “O Adolescente e a Mídia”. A segunda: “O Negro e a Mídia”. A terceira: “A Violência e a Mídia”. A quarta: “A Lei de Comunicação de Massa”. As mesas são de primeira ordem. O povo que está sendo convocado para assistir também é de primeira grandeza e a mídia é ela mesma. Se quiserem, abrimos um espaço de cinco minutos, porque estamos há quatro meses organizando esse evento e não vai dar tempo. Mas é possível abrimos cinco ou dez minutos de espaço para alguém ir lá explicar o que é a Mídia da Paz durante os quatro dias de eventos.

Por exemplo, no primeiro dia do evento seria muito importante, porque na mesa vai estar o Alberto Dinis que é do Programa Observatório da Imprensa e todos os jornalistas assistem, a esse programa da TV Cultura. O Alberto Dinis se propôs a

fazer um programa. Observatório da Imprensa em decorrência do primeiro dia de evento.

SR. ALAN – Sou do Instituto para a Cidadania, uma entidade que foi criada acerca de um ano para desenvolver a educação voltada para a cidadania. Somos um grupo de empresários preocupados em desenvolver o conceito de cidadania ao longo do tempo e na evolução das pessoas. Quer dizer, a idéia é trabalhar de crianças até adultos e transformar esse conceito em algo prático.

Uma coisa que está me ocorrendo é que várias pessoas lançaram diversas idéias interessantes, inclusive concordo quando dizem que não são excludentes mais muito complementares, e nosso esforço na realidade é se criar uma agenda de ação e como vamos colocá-la na prática.

O esforço dos três dias é interessante se for encarado como alavancador de um processo porque estamos acostumados a ver campanhas que acabam adotando um caráter banal, ou seja, são lançadas com grande repercussão, de maneira muito concentrada, e depois todo o esforço é perdido ao longo do tempo com ações que poderiam estar sendo alavancadas nesse movimento.

A minha preocupação é como podemos criar idéias e ações práticas a partir desses três dias. A partir daí podemos criar valores e mostrar para aqueles que vão fazer a divulgação dessa idéia, os profissionais da mídia que queremos o seu engajamento, que eles são importantes por participarem desse processo, e como podem contribuir cada vez mais para que a questão da violência seja pensada no cotidiano das pessoas. Dependendo do nível da sociedade, cada pessoa percebe essa questão da violência de maneira diferente. Por exemplo, o Markun citou o exemplo da periferia, ou seja, a nossa realidade que circula pelos jardins, circula pelo Ibirapuera, é muito diferente de quem está lá no Campo Limpo, á em Santo Amaro, quer dizer, esses três dias provavelmente não vão significar nada para as pessoas que estão no Campo Limpo. Essa é a minha percepção pessoal. Ou seja, se esse processo não for continuado, envolvendo ações que realmente envolvam

toda a sociedade, e esse é o grande esforço que estamos empreendendo e estou aproveitando a temática porque o nosso foco está voltado para a cidadania, mas a preocupação é criar a idéia, fazê-la evoluir ao longo do tempo trazendo pessoas para contribuir; essa é uma das questões que temos que nos preocupar também nessa reunião, porque vamos fazer um grande esforço no sentido de empreender várias idéias, mas não vai ser o suficiente. Uma suposição, no dia 3 pode ocorrer outra chacina na Febem ou outra coisa qualquer e vamos voltar ao estágio atual, ou seja, se não conseguirmos criar esse movimento proativo em que todas as pessoas passem a participar de maneira construtiva. Obrigado.

SRA. – Teve uma colega que esteve presente na outra reunião realizada em agosto que se ressentiu de uma coisa que eu também acredito que vai acontecer, ou seja, acabou a reunião e ninguém tinha tarefa definida. Todos saíram da reunião querendo ajudar, mas ninguém sabia o que fazer. Ou seja, vai ser “amarrado” no próximo plenário? Como é que vai ficar? Cada um pode dar o seu e-mail? Podemos dar agora?

SR. – Na outra reunião foi passada uma relação com o nome de todos os participantes. Todos os participantes desses painéis estão deixando seus nomes e endereços na lista de entrada.

O que vai acontecer agora é que vamos interromper a reunião para que o coordenador possa elaborar o seu relatório.

SR. – Uma pergunta ficou no ar sem resposta. De onde vem o dinheiro para qualquer eventual iniciativa seja a de fazer os panfletos, enfim, existe um caixa ou qualquer coisa nesse sentido?

SR. – Uma parte do dinheiro veio do meu bolso, falando com toda franqueza, mas há várias pessoas colaborando, ou seja, conforme a ação que se vai fazer você

se mobiliza. Muitas vezes não é necessário ter o dinheiro, mas sim pessoas que podem ajudar a trabalhar numa idéia, ou imprimindo os cartões, ou cedendo no caso as fotografias como foi a idéia sugerida pelo Markun, enfim, a questão dos recursos, pode parecer estranho, mas é secundária, porque de alguma maneira acabamos conseguindo ajuda ; o mais importante é a mobilização.

Vamos interromper a reunião para a elaboração do relatório. Todos os participantes irão para o plenário e as recepcionistas vão indicar como chegar lá. Quem quiser fazer um rápido lanche que o façam agora uma vez que temos tempo, porque vamos trabalhar no plenário durante uns 50 minutos. Em todas as salas vão encontrar café, suco, água, enfim, alguma coisa para comer. A sessão no plenário vai começar rigorosamente às 20:15 horas. Muito obrigado pela colaboração de todos os presentes e até o segundo tempo. Obrigado.

02.12.1999

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Luiz Henrique Proença Soares – Fundação SEADE
- .Carlos Henrique de Brito Cruz – Presidente da Fapesp
- .Antônio Prado – DIEESE
- .Roberto Sbragia – Coordenador Científico do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da USP
- .Roberto Bernardes – Fundação SEADE
- .Hélio – Assessor do Deputado Edmur Mesquita
- .Wagner Bessa – Fundação SEADE
- .Ricardo –
- .Beth Carmona – Centro Brasileiro de TV, Mídia e da Criança
- .Eriberto de Paula Ribeiro – Vice-Presidente da Associação de Emissoras de São Paulo
- .Ana Emília Prado – Representante da OAB

SR. PRESIDENTE – Quero agradecer a presença de todos aqui nesta manhã, na segunda reunião do Fórum, que parece que começa a caminhar mesmo. Temos aí todos os grupos temáticos fazendo suas reuniões. No dia 8 de dezembro, quero até convidar o pessoal, nós ainda não estamos com o convite pronto, mas no dia 8 de dezembro nós vamos ter, das 9 horas ao meio dia, um debate sobre Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Emprego no Estado de São Paulo, no Plenário Teotônio, que é aquele lá do outro lado do prédio. Então, vamos discutir a relação entre a Ciência e a Tecnologia e a questão principalmente do emprego, como isso vem-se relacionando com o Estado de São Paulo. Vão estar presentes aqui o Luiz Henrique Proença Soares, da Fundação Seade, Carlos Henrique de Brito Cruz, da Fapesp, o Antônio Prado, do Dieese, e o Roberto Sbragia, Coordenador Científico do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da USP. Gostaríamos também de convidar vocês para participarem dessa reunião.

Aqui na reunião de hoje, nós recebemos duas justificativas de pessoas que não poderiam vir. Uma foi do jornalista Alberto Dines, que não pôde sair do Rio de Janeiro, não pôde vir. E de Irma Passoni, que não veio, mas que nos mandou aqui uma contribuição que já vamos ler. E também do Everaldo Gouvêa, do Sindicato dos Jornalistas, que justificou que estão por conta de campanha salarial e hoje tem uma rodada de negociação com os sindicatos patronais. Então, como aqui não tem nenhum patrão dos meios de comunicação, que não vieram hoje, também devem estar na rodada de negociação. A Associação dos Jornais, não é?

Está aqui o companheiro Roberto, da Fundação Seade, e a idéia é fazer uma exposição sobre o que se tem de levantamentos de dados, o que a Fundação Seade, que está nos ajudando no Fórum, já levantou até agora, especificamente na área de comunicação ela está fazendo um levantamento geral de todos os setores, de todos os temas. Então, acho que o Roberto poderia colocar para nós. Tudo bem?

Está presente também o Hélio, nosso companheiro aqui da Casa, Assessor do Deputado Edmur Mesquita.

Então, Roberto, vamos lá, está com a palavra.

SR. ROBERTO – Em primeiro lugar, eu quero dizer que é um grande prazer poder estar participando deste grupo. A Fundação Seade está encarando este desafio de uma forma, considerando bastante importante a participação da Fundação no desenvolvimento desses trabalhos. E eu sou o responsável, fui o técnico responsável pelo Grupo de Ciência e Tecnologia aqui da Assembléia, que foi desmembrado posteriormente em um Grupo de Telecomunicações e Ciência e Tecnologia, o que nós consideramos que foi um bom desmembramento.

Para a área da Telecomunicações, na verdade a nossa participação hoje aqui era um pouco travar contato, conhecer as pessoas e quais as linhas que vêm sendo debatidas e discutidas. Nós apresentamos uma proposta para o Deputado Zarattini e para o Rangel, o que nós considerávamos importante para a área de Telecomunicações, para o entendimento. Desde o primeiro ponto que nós inclusive colocamos, a partir da proposta que havia sido a nós apresentada, que era a identificação de dois temas bastante, digamos, apesar de convergentes, focados. E nós acreditávamos inclusive que do ponto de vista do desenvolvimento, para a produção de relatórios, diagnósticos, era importante talvez ser tratado de forma diferenciada.

Uma era a questão da infra-estrutura tecnológica, que envolve uma grande área de Telecomunicações. Nós vínhamos discutindo com o Everaldo e com o Ricardo, que tem uma grande interface com o sistema científico e tecnológico. Sabemos que o desenvolvimento, seja de cluster, seja de rede, seja de grandes grupos, depende basicamente do sistema de telecomunicações. Então, tem uma coisa bastante focada.

Outra questão que nós identificamos e que tem grande importância foi a questão da democratização do acesso das rádios comunitárias, das formas de expressão. São coisas que na verdade se intercomunicam, mas que imaginamos que do ponto de vista para o desenvolvimento talvez pudessem ser desenvolvidos métodos próprios de abordagem e de desenvolvimento, até para facilitar a produção. Esta é uma questão inclusive que eu já estou abrindo para discussão, do

ponto de vista do encaminhamento, como poderíamos trabalhar. Esta, eu diria, uma primeira questão.

Eu posso apresentar rapidamente a estrutura do que nós mapeamos. Pediria ao Wagner Bessa, na verdade, apesar de gestor desse tema, é a pessoa especialista na área da Fundação, é o técnico responsável por tudo, inclusive está redigindo o trabalho, junto com o Professor Jorge Tápia, do Instituto de Economia da Unicamp, que estão envolvidos diretamente na produção do trabalho.

Nós imaginamos, num primeiro momento, fazer um diagnóstico do setor de telecomunicações, com o cenário nacional contrapondo com o cenário internacional, com as tendências, com alguns indicadores básicos, do ponto de vista de participação no PIB, de desempenho, enfim.

Outra questão seria o mapeamento da infra-estrutura de telecomunicações no Estado, com indicadores de desempenho, de oferta, de qualidade. A extensão da infra-estrutura, ou seja, da telemática, do cabo de fibra ótica.

Um outro ponto a ser explorado seria à universalização e acesso às telecomunicações, investigando os mecanismos legais, orçamentários, de acesso, de inclusão aos serviços de telecomunicações, a oferta e cesta básica de serviços de telecomunicações, difusão da Internet.

Outra idéia importante seria o controle e fiscalização, as agências nacionais regulatórias, escrevendo os marcos, quais são os marcos em que se dá o processo atual de telecomunicações.

As áreas, aqui nós estamos ainda definindo as prioritárias para investimento e desenvolvimento.

E, por último, teria um grande referencial sobre fonte de informações sobre telecomunicações, que é fundamental. Fontes de informações que eu falo é onde buscá-las essas fontes, para as pessoas depois que quisessem ter acesso, saber onde estão, quais são as *home pages*, os *sites*, quais são as instituições produtoras de informações.

Alguns detalhes com relação à produção do texto e alguns indicadores, eu gostaria que o Wagner comentasse um pouquinho o que poderia acrescentar aqui.

SR. WAGNER BESSA – Eu vou fazer um comentário rapidamente, mais ou menos colocando o teor. Quanto ao texto que estamos elaborando, nós aceitamos sugestões, pois temos ainda 10 dias para elaborar esse texto. O texto está enfocando uma agenda em transição, no seguinte sentido: nós estamos levantando informações que permitam, dentro do conceito de serviços universais, dizer o estado da arte em São Paulo. Eu estava até discutindo com algumas pessoas que o Estado de São Paulo apresenta algumas diferenciações importantes, no que diz respeito à telefonia básica, lembrando que a telefonia celular não entra na discussão do serviço universal.

Então, nós vamos discutir isso do ponto de vista da renda, das diferenças regionais, das diferenças municipais e do ponto de vista do tamanho dos Municípios. Ou seja, vamos dar um quadro do Estado de São Paulo de qual é a densidade dos telefones públicos e privados, fixos, com essas três características. Quer dizer, você tem uma grande heterogeneidade, seja regional, seja do ponto de vista da renda, seja do ponto de vista do porte dos Municípios.

Então, nós já construímos essas tabelas, os dados são de 1998, nós não conseguimos os dados de 1999 ainda, de algumas instituições. Ela subsidia a discussão do serviço universal nesse ponto de vista.

Do ponto de vista das rádios e dos jornais, estamos fazendo um levantamento municipal também. A Fundação tem um levantamento municipal dessas informações. Ou seja, quais são os Municípios que possuem; quantos jornais, quantas rádios, quantas TVs.

Então, a discussão é a seguinte. Nós abrimos qual é a agenda atual, que é a agenda internacional. Por exemplo, no Chile os orelhões são pagos. Na África, a cada 30 minutos, você tem de colocar um orelhão em cada lugar. Aqui em São Paulo, no Brasil a distância é de 300 metros.

SR. – 2002, 300. E até dezembro agora, 800.

SR. WAGNER BESSA – Existe uma progressão.

Então, esta é a agenda que estamos herdando. E estamos colocando no final, se assim for possível, se vocês concordarem, uma discussão da convergência tecnológica, que nos parece que é a discussão futura. E fazendo uma revisão, apontando algumas fontes que possamos estar discutindo isso, do ponto de vista das experiências internacionais. Existem países que regulam a convergência tecnológica de uma vez só, televisão, rádio, TV a cabo, telefonia. E tem outros que não, que fazem de forma diferenciada, separadamente.

Queremos discutir o serviço universal colocando mais ou menos o seguinte. Em São Paulo, em 2005, provavelmente a nossa agenda é a nova. É a agenda dos países europeus. Talvez tenhamos uma densidade de telefones muito parecida com a dos americanos. Mas talvez as questões possam ser de outra natureza. Como é que as escolas podem ter acesso à Internet. Porque o ponto agora não é acesso à comunicação, mas também acesso à informação.

Então, se me permitem, eu estou me adiantando um pouco, mas vão constar do relatório as sugestões de estudos futuros que indiquem qual seria a nova cesta de bens que conformam o serviço universal, que pode abranger desde telefonia básica, acesso à Internet, até rádios comunitárias.

Esta é a proposta um pouco do relatório.

SR. ROBERTO – Eu somente queria complementar uma coisa, que só agora me lembrei, e que acho importante, é que a Fundação Seade, para quem não conhece, é uma Fundação, como estava falando com o Everaldo, quando nós estávamos brincando, a Fundação é uma espécie de órgão do IBGE. É uma Fundação de pesquisas, de produção de estatísticas primárias e secundárias, ligada à Secretaria de Planejamento e Economia do Estado de São Paulo. Ela é uma

espécie de IBGE do Estado de São Paulo, junto com um setor de análise, como o IPEA, por exemplo, bastante desenvolvida.

Nós fizemos uma pesquisa recentemente, que acho que vamos usar como fonte, a PAEP, Pesquisa de Atividade Econômica do Estado de São Paulo, em que pesquisamos 41.000 empresas nos setores da Indústria, dos serviços de Informática e de Comércio...

SR. – 400.000.

SR. ROBERTO – 400.000. Eu até me perco aqui. São bastante empresas. E temos um bloquinho específico sobre tecnologias de comunicação que pretendemos utilizar.

Então, sabemos que as empresas de ponta utilizam, por exemplo, bases computacionais, sistema de E.D.I., sistemas de rendes internas, sistema de redes de longo alcance, *home banking* etc. Assim, com esse tipo de grau de organização e de integração comunicacional das empresas, pretendemos fazer um mapeamento , para auxiliar o desenvolvimento dos trabalhos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE – Só para avisar que paralelo a esse evento, está ocorrendo a reunião da CPI dos Pedágios. Por isso que o Deputado vai ficar nesse vai e vem.

Quem é o próximo a se candidatar? Luci, agora que chegou o café, já está mais animado.

SRA. LUCI – Só chegou. Mas não chegou aqui ainda.

Eu gostaria de registrar que me parece que só os meios de comunicação alternativos comunitários fazem questão de estar participando do Fórum, não é?

Quer dizer, a necessidade da comunicação mesmo, da comunicação local, de poder estar levando informação e principalmente dentro dos temas propostas, cujo primeiro debate seria a democratização dos meios de comunicação, parece-me que não houve assim um interesse, mas sim um esvaziamento muito claro, não é? Manter-se os mesmos moldes, os mesmos modelos.

Eu queria falar alguma coisa sobre o Seade, que é uma das fontes que justamente nós, rádios comunitárias, temos como fonte de pesquisa, por ser democrático e de uma forma fácil de acesso, ou seja, via Internet ou até mesmo quem é quem, através dos disquetes.

Mas eu acho que nós temos uma preocupação muito clara sobre essa questão da informação e comunicação. Eu acho que o direito de acesso à informação acaba-se dando pelos meios de comunicação. E esses meios de comunicação estão ainda bastante limitados para a grande parcela da nossa população.

Vimos até discutindo, o Ricardo, eu e a Grácia (até trouxe a Grácia aqui), falamos muito na pauta anterior, na reunião anterior, sobre a questão da educação. Ou seja, é educar para os meios. É você educar as pessoas para se utilizarem dos meios de comunicação e até saberem as formas que elas têm e como estar controlando esse meio de informação.

Dentre os temas, está aqui controle público da programação. O que é isso? Realmente, eu acho que poderíamos pegar por aqui. Nós temos um Conselho Nacional que deveria ter sido criado na reforma constitucional, nas mudanças da lei de teles, que até hoje não foi constituído. E eu queria entender um pouquinho a diferença, que não ficou claro para mim na pauta anterior, essa questão da democracia, democratização dos meios. Seria do acesso ou a democratização dos meios, a facilidade de você estar instalando até mesmo as rádios comunitárias, por ela ser rádio local, de pequeno alcance, onde ela tem uma participação mais ativa, mais próxima da comunidade, onde ela pode ser efetivamente um instrumento informativo, organizativo dessa própria comunidade, dessa sociedade.

Questionando também a questão da rede. Hoje se dá muita importância à Internet. Mas nessa área da Informática, na população pobre, na população carente, ela ainda não chegou. Na rede pública do ensino também não.

Então, eu queria discutir um pouquinho sobre essa questão do que vamos discutir em termos de democracia dos meios. Certo?

Estou passando a bola aqui para o meu amigo Sérgio, que é o *expert*. O Sérgio ainda está pensando. Vamos lá, Sr. Sérgio. (Pausa). Ninguém se habilita em responder?

SR. – Existe alguma coisa mais singela. Era saber se algumas das coisas que combinamos na vez passada puderam ser encaminhadas.

Eu não vejo aqui, hoje, a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação. Se foi expedido convite...

SR. – O convite tem de ser expedido pelo Presidente da Casa. E o Presidente da Casa ainda não assinou. Mas já está pronto o convite para as 3 associações que foram sugeridas na última reunião, que é a Associação das Escolas de Comunicação, na figura do Tupã, a Associação Brasileira de Telecomunicação por Assinatura e a Associação Brasileira de Fornecedores de TV por Assinatura, que é a Abrafort. Essas são as 3 associações que foram sugeridas. Eles foram convidados. Quando eu fiz o contato, eu avisei dessa reunião. Mas avisei, também, que haveria um convite formal. E esse convite formal não deve ter sido expedido, porque o Presidente ainda não tinha assinado até ontem à tarde.

SR. – Se me permite, coincidentemente, hoje está havendo um seminário deles. É outro evento que eu saio daqui para lá.

SR. – E outra coisa é que naquele dia, após a posse dos Conselheiros, tivemos a nossa reunião. E almoçamos aqui então, a Luci, pela APERLOC, a Sandra Mello, representando a Associação de Jornais de Bairros, o Campolin, eu e o Luciano Taratelli, que é o Vice- coordenador de Comunicação aqui da Assembléia. E todo mundo estava satisfeito com tudo o que tinha acontecido e a Assembléia ficou, então, de tomar providências práticas para abastecer os meios de comunicação, pelo menos das instituições que estão representadas aqui no Fórum, e não apenas cumprir o “*mailing*” tradicional de despachar para a grande imprensa e tal. Se a Fiesp está aqui, e ela tem vários jornais, publicações etc., deveria ser especificamente abastecida com o que se passou aqui no Fórum. Se os jornais de bairros estão aqui deveriam também serem abastecidos com as informações aqui da Assembléia. Ou seja, que pelo menos as entidades que foram chamadas para constituir o Fórum, e que tem meios próprios de comunicação, tenham a possibilidade de receber a mesma informação que é despachada para a grande imprensa e que eventualmente ela nem aproveita.

SRA. – Se me permitem, eu gostaria de voltar à questão que a Luci coloca, que é fundamental, o que se chama democratização da informação. E eu acho que tem toda razão, porque do nosso ponto de vista, que atuamos nos meios comunitários, uma coisa está necessariamente atrelada à outra. Se nós falamos de informação de fato, nós temos de lembrar que a informação só se efetiva no local, quando tem a ver com os moradores das regiões. Muito mais importante, muito mais efetivo é a pessoas estarem sabendo do que acontece no seu local de moradia do que saber do que passa fora.

Então, quando se fala de democratização da informação ou dos meios, acho que uma coisa está batendo com a outra. A informação nos meios comunitários vai passar necessariamente pela possibilidade de ter acesso às tecnologias, não é? Para quê? Para se veicular, para se conhecer melhor as próprias regiões locais.

Então, acho que quando se fala em democratização da informação, tem de se atrelar necessariamente a isso. A informação tem de estar não no seu âmbito macro, mas no seu âmbito micro mesmo. Que essas tecnologias sejam democratizadas no sentido de termos maior número de computadores nas localidades e funcionando com telefonia inclusive. Existem escolas no Estado de São Paulo que têm computador, mas o telefone não funciona. Quer dizer, os equipamentos estão lá, mas efetivamente a informação não veicula por outras questões.

Mas acho que a questão fundamental é definir isso, o que está sendo chamado de democratização dos meios.

SR. – Eu também ia contribuir nessa linha exatamente.

Depois que terminou a nossa reunião específica, nós conversamos mais um pouco ali na sala, com o Arnaldo e tal. E eu estava reafirmando que uma metodologia que deu certo agora durante este Fórum, sobre Mídia e Educação, promovido pelo MEC, com o Instituto Ayrton Senna, ANDI. Então, foram 3 dias, com 150 jornalistas do Brasil inteiro, que não se conheciam, chamados então a se debruçarem sobre isso. Como é que os meios de comunicação podem ajudar efetivamente a melhorar não só a cobertura sobre o que se passa na Educação, mas contribuir para a educação do povo. E aí foram feitos esforços de produção de um texto, que primeiro deu uma panorâmica de como é que isso está na imprensa brasileira. Então, teve a abertura e em seguida se constituíram os grupos e se trabalhou em grupo durante 3 dias. O texto ao final parecia que tinha sido redigido por uma pessoa só, dado o entrosamento que houve entre as diversas partes.

Uma forma que poderia ser adotada aqui, é a divisão do que foi assim chamado: conceito, contexto e recomendações. Quer dizer, alguém que prepare um papel inicial sobre o conceito do tema que nos traz aqui. E que em seguida pudesse dizer em que contexto essas coisas estão acontecendo. Para após sermos produtivos, com recomendações práticas para o futuro.

Agora, que futuro é esse? Se estivermos trabalhando com a idéia de produzir um documento que seja válido daqui a 100 anos, para o final do século 21, certamente esse número de reuniões que temos e a falta de entrosamento, de conhecimento entre nós, que documento vamos produzir para daqui a 100 anos, 50 anos, 10 anos? Tem de ter alguma coisa que diga qual é a meta. Quer dizer, essas recomendações, para não se transformar em um “catatau” interminável, que excita a imaginação, mas dificulta a realização. E como é que nós faríamos? O que é exatamente o propósito, o desafio que está colocado para nós?

Agora, essa idéia de conceito, contexto e recomendações, acho que aqui pode ser útil. Porque se ficarmos aqui num debate apenas sobre os conceitos, cada um fica com os seus. As avaliações de conjunturas também são as mais variadas. E se não tiver recomendações, fica uma coisa semi-acadêmica.

SR. – Se me permitem, minha preocupação é grande, e gostaria de colocar, principalmente, pelas conversas paralelas que tivemos antes da sessão formal e, às vezes, elas são muito produtivas. É uma questão até de nossa cultura. Às vezes trabalhamos, mas sempre no paralelo, nos bastidores, não no plenário.

Então, uma questão colocada aqui seria o método de trabalho, que acho que é isso que o Professor está levantando, qual é o método de trabalho e de que forma nós, os figurantes deste plenário, estaremos contribuindo para a grande peça.

Eu acho que este é um enfoque. Isso é básico, porque senão vamos chegar cheio de idéias, vamos atropelar, vamos querer consertar o mundo e de repente não conseguimos escrever duas linhas e não saímos. Porque este não é o propósito desse documento, que não sei a quem coube escrever, mas está muito bem fundamentado, numa linha de trabalho, com começo, meio e fim.

Então, acho que não podemos perder o Norte que já está descrito aqui. Existem os princípios estabelecidos. Eu não sei se todos leram aqui, mas é a própria Carta de Princípios que aqui está e que, talvez por demanda reprimida, ou por falta de espaço da comunicação e do debate, acabamos nos perdendo. Quer

dizer, queremos resolver nosso problema. Está certo? E o propósito aqui não é resolver nosso problema. É equacionar o problema de São Paulo para frente. Está certo?

Então, não invalidando que a pedrinha no sapato hoje está incomodando. Nós precisamos tirá-la. Não é isso.

Agora, o propósito aqui é mais amplo, mais abrangente, que é justamente montar o cenário, a base do planejamento. Se estou errado, tem mestres ali para corrigir.

Então, acho que isso que o Professor levanta é fundamental, no sentido de não nos empolgarmos com a oportunidade. E depois vamos falar bastante, muito discurso, e de prático o que sobrou?

Então, é até o equilíbrio, que talvez tenhamos que despojar, das nossas raízes, para, bom, sou um cidadão hoje no contexto de São Paulo. E não sou o cidadão que represento ali na minha comunidade e quero resolver o problema dela. Acho que o problema lá é sério, mas também preciso resolver o problema das comunidades e não só da minha.

Então, este é o “approach”.

O problema de hoje, acho que e está perfeitamente equacionado nesses meios, como o Professor colocou ali – Desculpe, Professor, não, Doutor – é Dr. Roberto. Ele coloca que, o problema de hoje s já herdamos de um fim de século, praticamente, de um fim de gestão que está aí, e precisamos apenas como é que vamos ordenar essas coisas. A equação já foi montada e os resultados já temos preestabelecidos. É muito simples. Não é um desafio resolver o que já está aí. Eu acho que a equação está montada e basta a vontade de resolvermos.

Agora, sim, já no modelo. Um cenário que colocaríamos, para tornar oficial aqui, e acho que devemos rever, estamos vendo São Paulo. Mas São Paulo hoje faz parte do Brasil. Então, qual é esse cenário brasileiro e o que nós queremos aqui? é difícil ver somente São Paulo não vendo o contexto Brasil. Embora já também nos bastidores, não estou preocupado lá com a cidadezinha do fundo de

Manaus, uma periferia. Estou preocupado com São Paulo. Sim. Mas nesse contexto da globalização, fenômenos não são isolados. Hoje é lá, e até pela facilidade e felizmente pela liberdade de locomoção, aquele problema é transposto para cá e vice-versa. Vide as doenças e as coisas aí que ocorrem. Está certo? Inclusive geradas pelo fator migração. E este é um ponto que eu não vi aqui, porque temos características socioeconômicas bastante diferentes dentro do próprio Estado de São Paulo. Nós somos realmente uma amostra do Brasil. Em tudo. Não estou esquecendo, nesta minha fala inicial, do cenário temático nosso, aqui, que é comunicação, telecomunicações ou o que seja. Só que ele faz parte de uma peça nesse contexto do Estado, que tem diferenças regionais também. Nós somos uma pequena amostra aqui da economia brasileira. Da educação brasileira. E às vezes até o inverso. Vemos por Estados do Nordeste uma educação muito mais evoluída, muito mais do que aqui no Estado que se diz o mais rico da Nação. Nós vemos modelos aí – Não é, Professor? – de educação em universidade e básico que talvez não conhecemos. Citam muito o Piauí. Mas um dos maiores exemplos de educação que se tem é no Piauí, que não sabemos. Então, nós temos de importar esses modelos também. Não é achamos que São Paulo é modelo. Temos de pegar essas experiências e ver, no aspecto da Educação.

Então, para o pessoal que vai trabalhar no módulo de pesquisa, é definir bem isso. Nós vamos olhar de São Paulo para o Brasil ou São Paulo dentro do Brasil? Isso é fundamental e era o que estávamos discutindo, quando o senhor coloca da telefonia básica. São Paulo realmente é uma realidade diferente das demais. Está certo?

Então, como é que no modelo brasileiro o tratamento de São Paulo tem de ser diferenciado. Esta eu acho uma questão importantíssima.

Da Educação: eu tive a felicidade de o Professor Sérgio Gomes me explicar durante 4 horas, apesar do sacrifício da minha filha, que ficou me esperando na rua, mas eu aprendi bastante com tudo o que se está fazendo aí junto às comunidades, que é o trabalho de educação, de saúde, de pessoal do campo, levar a informação,

que ninguém nega esse valor. Isso é fundamental e acho que não podemos, e no caso aqui, que represento uma pequena parte do poder instituído, que é regular os meios, é que não podemos ignorar a eficácia desse produto que se quer, Educação, e o meio que se quer utilizar. Então, aí entra o outro papel. Eu não discuto o fim. Eu discuto o meio. O meu papel hoje aqui é ver o meio, não o fim. E o meio, existem leis que regulamentam. E se nós queremos viver num estado democrático e da legalidade, nós temos de respeitar as leis que aí estão. Ou nós estamos apregoando um outro modelo, que acho que ninguém aqui neste Fórum está querendo.

Então, agora, se as leis não se aplicam à realidade, aí temos de buscar o legislador, para que se adaptem as leis a essa situação. Porque senão fica uma eterna cobrança do Executivo, que tem de cumprir aquilo que o legislativo aprovou. Então, não podemos perder também esse foco, que a sociedade nos incumbiu e nos dá um poder para fazer aquilo que ela aprovou através de seus representantes.

Então, esse ponto, também vocês que vão redigir, e este é um ponto para uma discussão mais ampla, é verificar aqui o que queremos, o que a sociedade quer. Está certo? Se o propósito desta comissão, com elementos riquíssimos de representatividade, acho que temos de trazer para cá o que nós queremos, o que a sociedade quer, ou vamos dizer o que a sociedade quer. Isso eu acho importantíssimo.

Eu vi um exemplo de um pessoal de marketing, que não é a minha área, chocando tudo aquilo, porque como a gente que passa por diversos ramos na vida, se condenou muito o Ford, quando ele disse que produzia o carro e vendia, desde que fosse preto. Aquele velho exemplo tradicional, ele não queria. Hoje já vemos empresários aí dizendo para pararem com esse negócio de pesquisa. Nós é que temos de colocar lá. Não tem de perguntar nada o que o consumidor quer ou não. Você é que tem de dizer que aquilo é bom para ele. Quer dizer, isto, sim, se põe na cabeça das pessoas. Ou seja, se questiona até os modelos de pesquisa científica. Quer dizer, eu parto da vontade ou eu imponho a vontade? Ou eu crio a

necessidade? E nesse modelo também não estamos vendo isso. Eu acho fundamental, e vocês devem ter elementos riquíssimos para trabalhar e também a postura.

Outra coisa é a Educação. É fundamental investir na Educação. Eu acho que este é o cerne de tudo e os exemplos que temos de todos os países mais desenvolvidos. Existe sempre um fator que é determinante e constante: Educação.

Talvez com um país mais educado, com um pessoal mais responsabilizado, talvez não precisássemos de tantas leis. Está certo? E hoje vivemos correndo atrás de lei, porque a lei, a lei, a lei, e o coitado não sabe ler.

SRA. – Não conhece a lei. Embora a Constituição estabeleça que a ninguém é dado desconhecer a lei.

SRA. – Exatamente. É o contraditório. Não é dado o direito de não se conhecer, mas também não se dá acesso para que você conheça.

SR. – E se você dá acesso, de que forma e em que linguagem? Porque não adianta falar. O intelectual fala...

SRA. – Educar para a informação.

SR. – Então, acho que é fundamental a Educação. Esse binômio não pode estar separado. E por isso que o meu aparte na reunião passada, na rápida leitura que eu tinha dado, e confirmou isso, por isso que estou trazendo esta pequena contribuição, que não pegamos, em nenhum grupo desses, a Educação, que é o que vocês estão colocando hoje aqui. Quer dizer, nesse contexto dessa revolução tremenda que está se fazendo, através dos meios tecnológicos, telecomunicações, é uma alavanca para isso. E a escola, como é que ela está trazendo? Onde é que busco esses profissionais? Como é que formo isso?

SRA. – Pois é. Nesse sentido é que dentro do contexto da globalização temos um novo conceito redefinido, que é de espaço educativo. Hoje, sabemos que os espaços educativos não são só os formais. E os meios de comunicação são, portanto, espaços educativos.

SR. – Professora, eu não milito nessa área, mas por alguns eventos em que participamos por aí, eu estive com o pessoal de universidade, e, hoje, como modelo universitário já não se pensa em prédios grandes e o pessoal lá fala não, é ensino à distância.

SRA. – E fora de quatro paredes.

SR. – Perfeitamente. Então, não podemos ignorar essas coisas. Não dá mais para ter campus de escola porque é caro, não tem espaço e você não tem tempo para se deslocar.

Então, realmente, estamos, felizmente, pegando essa transição de século em que vamos fazer história para os próximos. Então, esses modelos estão vindo. E aí, sim, verificarmos a nossa pequena parcela dos meios de divulgação, dos meios e acesso à informação.

E aí, fundamentalmente, eu discordo um pouco da sua colocação, de que é mais importante a informação local do que a regional. No dia de hoje é, diz mais à identidade da comunidade do que lá. Mas não podemos nos isolarmos em ilhas, porque vamos criar ditaduras daquele feudo que está informando. Se queremos a liberdade, você tem de ter a liberdade de todos. Ele tem de estar informado sobre sua realidade, mas precisa saber o que está passando no mundo, e daqui para frente nas galáxias, não é? Porque vamos ter outras por aí para descobrir.

SR. – Agora, isso que o Dr. Everaldo está falando, que existe na Escola de Comunicações da USP, já está funcionando há cinco anos o NEC, que é o Núcleo

de Educação e Comunicação, que trabalha exatamente esse conceito do educador. Juntando as duas coisas exatamente por conta do desenvolvimento tecnológico, quer dizer, com equipamentos cada vez melhores e mais baratos, podendo-se democratizar, então, há uma redefinição do que seria. Hoje não se pode ter um comunicador que não entenda de informação, como também não se pode ter um formador desinformado. Não se pode ter um Professor que fica repetindo a mesma aula sem ler jornal. E como se sabe, apenas 7% dos Professores que dão aula lêem jornal todo dia, 93% não lêem jornal.

SR. – E eu volto a um ponto, Professor, que não é ler. Ler e entender. É a capacidade de assimilação, que aí é Educação, que é de base. Ler por papagaio.

SR. – Esse Núcleo de Educação e Comunicação da USP tem isso já formatado. Talvez pudesse ser um subsídio interessante para a nossa Comissão convidar uma das pessoas do NEC para fazer uma exposição.

SRA. – Eu sou de lá. Núcleo de Educação e Comunicação da ECA.

SR. – Se me permite aqui, o senhor roubou um pouquinho da minha palavra, não do tempo. Mas é que eu tinha anotado, e a Doutora está aqui de testemunha que eu estava dizendo.

Então, só para estabelecer aqui. Mais dois minutos, e eu termino. O parâmetro cenário, que acho que este é o propósito. E o parâmetro resolver os problemas de hoje, a demanda reprimida. Então, precisa estar bem, porque somos talvez personagens desses dois. A nossa experiência de montar para lá e o personagem de hoje, de resolver a equação já montada do problema de hoje.

E aí eu caio em algumas feridinhas, em que tenho de mexer, porque é o meu papel.

Hoje, o que percebemos, nos meios de comunicação legalizados ou ainda não legalizados, é justamente o contrário de tudo o que estamos falando aqui. Pessoas não habilitadas, não capacitadas, ensinando um Português errado, ensinando uma conduta ou ética que eles estão fazendo da cabeça deles. Quer dizer, a comunidade tem de saber também, e peneirar o que é aquilo. Sou contra qualquer tipo de censura. Mas você tem de estabelecer as regras de comportamento dessa comunidade. É ela escolher. Por isso eu volto ao início da minha fala, o que queremos. Porque, hoje, o que chega para nós, através das fitas e aquele negócio todo, que vocês conhecem mais do que eu, que trabalham na comunidade, coisas chocantes, que alguém mais ou menos estruturado fala, pelo amor de Deus, é isso que está indo para o ar? É isso que estão chamando de educar?

Quer dizer, essa anarquia que está havendo, talvez até pela não-regulamentação e eficácia é que está gerando isso. Por isso é que precisamos separar bem o joio do trigo. O que é que queremos da comunidade, o que queremos levar para a comunidade. Mas quem leva isso para a comunidade? Para não criarmos aí, e talvez, para não piorar e nem engrossar. Porque aquele que está multiplicando, ele não tem nada, se ele é um produto de fator zero, ele vai multiplicar por o quê? Está certo?

Então, eu acho que este é um aspecto fundamental para trabalharmos.

E concordo plenamente. Acho que ninguém aqui é contra, trazendo algum programa de hoje, da realidade das rádios comunitárias, que todos queremos que elas sigam dentro das regras definidas. O que tem, infelizmente, acho que 10%, se não estiver exagerando, os que querem fazer um trabalho para a comunidade. Tudo aquilo que chega ao nosso conhecimento, tudo é comercial. Não vamos discriminar aí culturas, raças, religiões. Mas não tem nada a ver com o trabalho comunitário, que acho que é o Fórum que se pretende aqui.

Então, essa pressa de se resolver isso, também queremos, para separar bem o que é a comunidade, o que são essas rádios clandestinas, jornais clandestino e o

mundo clandestino hoje que estamos vivendo. Porque não é rádio. E esse fenômeno também não é daqui, não é, Deputado? Hoje é perua, é táxi, é médico, é hospital, é bar, é tudo clandestino. O Estado está passando por uma situação em que tem algo que... Não sou sociólogo para discutir esses fenômenos. Mas ou as leis não estão mais adequadas à realidade ou a sociedade não quer mais uma sociedade organizada. Porque tem algo nesse paralelo que não são só os meios de comunicação. Está havendo isso em tudo. E as rádios e tal são mais um ponto dessa tal clandestinidade. Quer dizer, mesmo que se queira regulamentar, pelos números que temos, vemos que o número muito maior é daquele que não quer legalizar, quer continuar na clandestinidade.

Então, esta é uma realidade que também acho, precisa ser lembrado nesse fator de pesquisa. Quer dizer, esse ponto, precisamos ver.

Eu termino aqui.

SR. – Então, nesse aspecto todo é que a convergência tecnológica, o cenário futuro, onde agência, e nós, pessoalmente, poderemos estar contribuindo, trazendo elementos, que é o cenário. Este é um segmento, para não começarmos a debater aqui a pedrinha no sapato, e o foco é o cenário.

E se o problema do Fórum, até por demanda reprimida, é esse, então, é melhor separar. Quer dizer, um problema é regularizar hoje, os meios de acesso, essa liberdade e tudo isso, que é um problema de hoje, e o do cenário. Acho que devemos separar talvez duas necessidades, que já senti aqui.

SR. – Eu queria fazer uma consulta ao Deputado Zarattini, em cima dessas considerações que o Dr. Everaldo fez agora. Eu queria entender do ponto de vista do poder, não sei como eu diria isso, juridicamente como é que essa coisa funciona. Se se instala, por exemplo, uma Comissão Especial de Inquérito aqui na Assembléia, uma CPI, os Deputados têm o direito de ir a lugares, solicitar documentos, chamar pessoa para dar declarações etc. Não é isso? É um poder

efetivo do Legislativo, não é isso? No caso, uma Comissão como a nossa, se há uma instituição que não está participando aqui, mas que tem informações que poderiam ser úteis para o debate, é atribuição da Comissão solicitar respostas a perguntas pontuais? Por exemplo, um ofício dizendo que gostaríamos que nos informassem a respeito disso, disso e disso. É uma atribuição ou não?

SR. PRESIDENTE – Aqui o Fórum São Paulo Século 21 foi criado por uma disposição, uma resolução interna da Casa, da Assembléia. Só que ele não tem os mesmos poderes de uma CPI. Uma CPI tem o poder de convocar e até mesmo de solicitar informações e as pessoas devem responder. No caso de requerimentos de informações, podemos, como Deputados, quando se tratar de órgão estadual, ele tem o dever de nos responder em 30 dias. Não sei se você está querendo requerer informações para convocar.

SR. – Por exemplo, uma instituição tem informações que seriam importantes para não irmos para o devaneio. Está certo? Para não discutirmos de maneira genérica.

SR. PRESIDENTE – Certo.

SR. – Saber qual é o estado da arte, como foi colocado pelo pessoal do Seade. Por exemplo, eu teria uma pergunta a fazer, fiz ali fora, como disse o Dr. Geraldo, tem dois Fóruns acontecendo, o formal e o real, que tem melhorado demais as relações entre nós. Os telefones, os encontros e tudo, nós estamos nos enriquecendo, mesmo fora das reuniões. Então, eu perguntava assim, em cima da colocação que o Dr. Everaldo fez agora, quem quer se legalizar? Então, quantas associações de radiodifusão comunitária no Estado de São Paulo pleitearam formalmente, perante o Ministério, entregando a documentação na Delegacia?

Quantas? O Dr. Everaldo diz que quem tem e pode dar essa resposta está lá em Brasília. Mas isso passa pela sua mesa.

SR. – Protocola e remete.

SR. – Não tem um controle.

Dentro dessa sua idéia tem uma coisa que não se controla...

SR. PRESIDENTE – Acho que nós podemos elaborar um requerimento de informações, e na qualidade de Deputado e de Coordenador deste grupo do Fórum, solicitamos essas informações à Anatel, não é isso?

SR. PRESIDENTE – Ao Ministério das Comunicações.

SR. – Especificamente tem uma pessoa que pode dar essa informação, que é o Doutor Paulo Menecuti. Porque isso era muito importante sabermos, quantos estão querendo e não estão podendo. Porque em seguida existem limitações ou técnicas, ou jurídicas ou políticas. Porque aí está colocado um problema concreto, que resolvido já resolve uma parte. Não resolve tudo, mas resolve aquela parte que é importante, que é dar carta de motorista a quem está solicitando e sabe dirigir. Então, a primeira coisa é verificar quantos estão querendo, via superfície, sair da clandestinidade, sair da ilegalidade. Quantos e quais.

SR. RICARDO – Não. Eu queria colocar outra coisa, Zarattini. Então, se você vai responder ao Sérgio...

SR. PRESIDENTE – Não. Eu acho que é esse procedimento que poderemos adotar. Nós elaboramos. O Sérgio até poderia, já que está com a idéia, nós

preparamos, fazemos esse requerimento de informações e enviamos ao Ministério, sabendo a nossa limitação como Assembléia Legislativa, pois lá é um órgão federal.

A Irma Passoni nos enviou uma proposta. Talvez fosse interessante ler. Eu não sei se você quer falar antes.

SR. RICARDO – Pode ser.

SR. PRESIDENTE – Pode ser?

Eu queria dar uma lida aqui na proposta que a Irma nos enviou, que diz o seguinte:

Tendo sido alterada a minha agenda, independente de minha vontade, peço desculpas pelo não comparecimento na reunião de amanhã, justifico e envio a minha proposta.

Primeiro: realizar um encontro de no mínimo 6 horas, onde faríamos um projeto estratégico de ação dos Conselheiros visando a um projeto de comunicação para os cidadãos no Estado de São Paulo. Esse evento consistiria no senso comum de todas as visões de como os Conselheiros enxergam o que seja comunicação hoje para a sociedade em processo.

O Instituto Internacional de Integração de Sistemas tem tecnologia e metodologia que poderá disponibilizar para a construção desse projeto, onde poderemos garantir o sonho de como queremos ter essa comunicação, tanto do ponto de vista das idéias, como principalmente de como fazer com que isso aconteça de fato no tempo desejado. Passaríamos do estágio das idéias, das promessas para uma real realização.

O Instituto possui um relatório de um trabalho realizado chamado Projeto Júpiter, que advém do programa de ampliação das telecomunicações, dos vários modelos de TV por assinatura, da radiodifusão e correio para o Estado de São Paulo, com previsão até o ano 2003.

O projeto visa buscar soluções criativas para divulgar as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos, com expansão das comunicações do Estado de São Paulo.

As etapas do projeto consistem:

1. Posição estratégica do Estado em relação à telecomunicações, à radiodifusão e correio.
2. Comunicações no Brasil.
3. Comunicações no Estado de São Paulo.

Motivação importante do projeto Júpiter na obtenção dos resultados:

1. Garantia de qualidade das informações.
2. Identificação dos negócios.
3. Simulação dos negócios para as necessidades dos recursos humanos.
4. Avaliar se os investimentos programados ocorrem e o seu impacto na capacitação de mão- de- obra.
5. Potencial de divulgação ao público, o que é o setor das comunicações sobre a visão dos novos empregos.
6. Integrar os organismos do Governo sob o ponto de vista das comunicações entre outros.

Conclusão: Trata-se de um projeto que identifica qual a infra-estrutura e os serviços de comunicação, telecomunicações, radiodifusão e correio requerida pela sociedade hoje, sem o qual não há desenvolvimento pessoal, social, industrial e políticas de Governo.

Esta é a proposta que a Irma nos enviou, que resumidamente seria de fazer um evento nesses termos, uma reunião nesses termos, de no mínimo 6 horas, em que se debatesse, apresentasse esse chamado Projeto Júpiter, que propõe uma estratégia de desenvolvimento de comunicação, radiodifusão e correio no Estado de São Paulo e no Brasil.

SR. RICARDO – Eu queria colocar inicialmente sobre; o início aqui foi a colocação do Seade, e essa idéia da cesta básica dos serviços de telecomunicações, procurando aí até estabelecer o que seria a cesta de bens que comporta as necessidades universais. E a possibilidade de incluir a comunicação local nessa cesta básica de necessidades dos cidadãos. Quer dizer, a questão da comunicação local associada à educação, como colocou aqui a Professora Grácia. A discussão que a Luci levantou, se aqui no nosso meio trata-se de conversar sobre a comunicação e o acesso aos meios ou a democratização dos meios. Esta é uma discussão importante que nos interessa particularmente.

Mas eu queria retomar o que o Dr. Everaldo colocou também. E o fez muito bem. A presença do Dr. Everaldo aqui é importante. E temos, sim, Dr. Everaldo, uma preocupação com essa questão da capacitação.

Sem dúvida, democratizar os meios não significa ter uma rádio e o cidadão falando não importa o que. Ou que se abra um microfone e que todo cidadão vai lá e possa falar alguma coisa nesse microfone. Isso não é o que entendemos por democratização do meio. Essa democratização está, forçosamente, ligada às necessidades mais prementes hoje das comunidades no Brasil, que retoma a educação para a cidadania. Esse é um ponto fundamental.

Então, para que isso seja possível, através dos meios de comunicação local, temos trabalhado a capacitação, a questão da formação. E aqui eu queria até ressaltar o trabalho da Oboré, através do seu representante aqui, o Professor Sérgio, que é no sentido de nos aproximar da USP como universidade, e aqui está também a Grácia, que tem trabalhando nesse campo. E junto com a USP, no seu vetor de extensão às comunidades, estamos já elaborando alguns programas de capacitação de comunicadores populares, para que eles possam trabalhar, por exemplo, a questão da saúde pública.

Essa questão é fundamental; hoje, nas rádios locais, trata-se sobre o trabalho preventivo de saúde, o trabalho contra as verminoses, o trabalho contra as doenças endêmicas, o trabalho contra as doenças graves como AIDs e Câncer. Então, esse

é um trabalho de utilidade pública que nós estamos levando, através da nossa entidade, Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, até às rádios que são filiadas a esse sistema.

Vejam bem. Eu queria até retomar, para finalizar aqui, uma colagem que eu fiz de alguns textos, que dá bem a importância da democratização da informação. É uma colagem de textos e eu vou ler rapidamente:

Vivemos na era da informação. Quando usamos esta expressão, não nos referimos apenas aos espantosos avanços tecnológicos colocados a serviço dos vários meios de comunicação ou à capacidade que temos atualmente para produzir, armazenar e distribuir dados. Preocupa-nos, sobretudo, a manipulação política que advém da extrema concentração dos meios de comunicação por parte de grupos econômicos e políticos conservadores. Segundo Ramonieu, nas democracias atuais mais e mais os cidadãos se sentem engolidos, lambuzados por uma espécie de doutrina viscosa, que envolve e embala toda a rebeldia, anulando-a, desorganizando-a, sufocando-a. Essa doutrina é a do pensamento único, autorizado e controlado por uma invisível onipresente política de opinião. Sabemos que os governantes, políticos e outras lideranças normalmente justificam suas ações ou ausência delas, como sendo o reflexo dos anseios populares, o clamor da voz rouca das ruas. Mas existe espaço para a comunidade manifestar o seu ponto de vista, perguntar, ou fugir da pasteurização cultural e para discutir os seus problemas reais e difundir os seus próprios valores? Ou ainda, exercer efetivamente a cidadania, deixando de ser massa de manobra? Então, a resposta a esta e outras questões passa necessariamente pela democratização dos meios de comunicação.

SR. PRESIDENTE – Só para anunciar a presença. Está aqui a Beth Carmona, que é do Centro Brasileiro de TV, Mídia e da Criança. E o Sr. Edilberto de Paula Ribeiro, Vice-Presidente da Associação de Emissoras de São Paulo. Só para anunciar e também dizer que está aberta a palavra, assim que sentirem necessidade e quiserem colocar.

SRA. – Se o Edilberto permitir, eu vou até deixar o gancho para você. Pode parecer ansiedade, ou até não ansiedade, mas eu continuo batendo nas duas teclas principais aqui, que é acesso da população e controle público da programação; o que é isso?

O Dr. Everaldo colocou com uma série de propriedades a questão de estarmos discutindo o micro. Mas chegamos a esse conhecimento maior e a essa necessidade de busca partindo do quê? De um trabalho local, de uma célula, porque acho que o indivíduo precisa, antes de qualquer coisa, se situar como cidadão, se identificar com a sua localidade, saber o espaço que ele ocupa, os meios que ele dispõe, porque é dali que ele vai partir para a sua Cidade, para o seu Município, para o seu Estado, para o seu País e depois atravessar as fronteiras. Quando você não tem essa identificação, fica difícil você ter sentimentos de nacionalidade, de brasilidade, se você não tem identificação com o seu local de origem.

Por outro lado, São Paulo podemos, sem sombra de dúvida, dizer que é um Estado, mas é um país. Porque aqui se concentra toda a sofisticação de tecnologia. No entanto, nós estamos aqui dentro sem informações, por exemplo, do modelo educacional do Piauí. Por quê? Porque não temos um modelo de informação. Temos uma preocupação com essa informação. Nós temos uma informação macro. Eu sei tudo o que acontece na Chechênia, na Bósnia, mas eu não sei o que acontece no Estado vizinho ao nosso. Não existe um compromisso de se informar. Não existe o compromisso porque é chato, não dá lobo.

Então, acho que uma das palavras que nós precisamos começar a levantar aqui é se o meio está comprometido com a audiência, a qualidade ou a finalidade. Então, esse eu acho é um dos pontos que nós temos. Por isso eu volto a dizer aqui. Controle público da programação, o que é isso? Como é que a população ou o público pode ter controle de uma grade de programação de um programa se ele não é consultado? Se a programação é imposta lá fora. Eu vou fazer um carro preto e dane-se, não vou consultar ninguém.

E, de uma certa forma, os meios que temos de acesso têm sido dessa forma. Eles são impostos e não são consultados. Haja vista que quantas e quantas vezes nós pedimos consulta pública para debater o meio e não somos atendidos.

Então, estamos aqui sempre sendo obrigados a ouvir e assistir ao que o poder econômico determina que é melhor para nós. Ou seja, temos um sistema capitalista, consumista, e para falar bem claro, dane-se o resto, dane-se a formação.

Inclusive o reflexo, Dr. Everaldo, a leitura que fazemos dessa proliferação de rádios, e a conduta, para mim fica uma coisa muito clara. É o reflexo claro da nossa formação. A nossa formação está aí exposta pelos meios, não só nas clandestinas, como mesmo nas comerciais. Ou seja, é um estado diante de informalidade, hoje de banalização. Hoje tudo é banal.

Então, acho que se tivermos de discutir até os meios, vamos discutir que meios são esses e que País é esse, quem somos. Porque acho que todo princípio básico parte do povo, então acho que quem faz o povo é o próprio povo, desde que ele tenha meios e acesso de se comunicar. E é o que não estamos tendo.

Por isso, volto novamente, acesso da população. Nós estamos discutindo os meios. Estamos discutindo o acesso. Acho que seria bom, talvez, como o senhor disse, criarmos duas linhas de trabalho e de encaminhamento desse processo. Porque a burocratização que nós sofremos, os imbecis, uma Constituição com quase 300 artigos, e depois ainda vem decretos, vem normas, isso engessa todo o processo. E nesse gesso, nessa impossibilidade de se trabalhar, fome não espera, desemprego não espera. Então, todo e qualquer meio acaba sendo válido, acaba sendo lícito para a sobrevivência.

Então, volto a dizer. Nós estamos num estado de banalização.

E, Deputado Zarattini, já que estamos falando aqui em cestas básicas, eu acho que seria importante, eu acredito que o Seade até tenha alguns desses dados, mas seria importante que tivéssemos, já que estamos falando em Fórum São Paulo para depois refletir o País, nós tivéssemos quantas emissoras de rádio e televisão, AM e FM temos, a cabo, UHF, número de jornais. Porque temos um número de

veículos muito grande, mal direcionados, mal aproveitados, sem capacitação. Mas acho que o número de veículos é imensos.

E gostaria também de deixar aqui a discussão da capacitação geral de quem faz, mas também a capacitação de quem recebe e o que fazer com essa informação.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Eu gostaria primeiro de me desculpar pelo atraso e dizer que representando a emissoras de rádio e televisão do Estado de São Paulo, ao ver essa postura de que os senhores pretendem, com esse debate, com esse seminário, com esse simpósio, com tudo aquilo que se propõe realizar, a minha visão é a seguinte, Deputado:

Primeiro, temos de dividir os meios de comunicação como realmente eles são. Porque quando falamos de comunicação, estamos falando de uma maneira muito vasta, muito aberta. É como quando falamos de transporte, estamos falando de ônibus, de carro, de caminhão, de avião, de moto, de tudo quanto é meio, desde charrete, carroça até um sistema totalmente avançado.

É diferente. Eu falo isso porque estive na Comissão de Reforma Tributária em Brasília, na semana passada, exatamente colocando essa posição. Porque não podemos caminhar com uma postura da forma de que tudo é comunicação. Ora, comunicação é e, sabemos que estamos vivos, através da comunicação. Porque um belo dia, não sei em que momento, os olhares de meu pai cruzaram com os olhares de minha mãe, eles se comunicaram e eu vim ao mundo. É uma questão natural, porque o setor de comunicação é bastante vasto.

O que contestamos, aliás é aquilo que proponho, é que tenhamos primeiro uma realidade de mercado. Porque não adianta ficarmos colocando inúmeras emissoras, sejam de rádio, televisão, jornais, revistas, todas essas situações, sem termos a realidade de condições econômicas para que o mercado possa suportá-los.

Eu coloco isso e mostro a vocês, o pessoal das rádios comunitárias sabem o meu ponto de vista, não sou incoerente naquilo que faço. Eu faço pela realidade. Acho que não é dessa forma. Fui uma das pessoas que mais lutou dentro da Associação, para que pudesse ter a legalidade do fato. O Ministério sabe disso. Para quê? Para que pudéssemos fazer as coisas legais. Nós não podemos aprovar nem discutirmos ilegalidade. Eu não concordo com isso. Tenho uma postura de que as coisas têm de ser mudadas por baixo. Senão temos de pegar e fechar as Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados, tirarmos todo mundo. Não precisa de lei, então não tem...

Agora, forçarmos com que aquilo exista, acho extremamente válido.

Então, não concordo com seja o que for, em que esteja sendo, através de um sistema, mesmo que ele seja proveitoso, a respeito daquilo que as rádios comunitárias estão fazendo, não concordo. Por quê? É por causa disso que ele se mantém em um aspecto de ilegalidade, se demonstra isso. Eu acho que tem de existir o seguinte. Uma luta para que possamos fazer com que a situação seja legalizada. Mas não concordamos com a ilegalidade. Isso no cômputo geral. Eu só estou expondo isso porque é meu pensamento, é minha linha. Certo? Eu tenho feito isso. O Everaldo sabe disso. É a minha colocação.

Quanto à divisão, eu diria o seguinte. Nós temos muitos jornais no País. E daí? Jornais que realmente usam desde a área de educação errada, informações totalmente desconstruídas com a realidade, informando mal, o que é muito pior do que deixar de informar. É muito pior uma má informação do que não dizer.

Acho que dentro do Estado de São Paulo, uma vez conversando, já muitas vezes, e em uma delas conversando com o Macris, eu falei que um Deputado deveria levantar e colocar uma obrigatoriedade de que uma das matérias na educação, devia ser, realmente, a nossa Constituição. Deveria ser obrigado, porque é muito importante o cidadão saber que ele tem deveres e obrigações e não simplesmente ter a postura de achar que ele só tem direitos e nenhum tipo de obrigação para com a sociedade, porque eu acho que isso é muito importante e isso

deve ser ensinado no berço, ou seja, dentro de uma escola, dentro da base, dentro da origem, através de uma forma muito clara e muito adequada.

Mas voltando mais para o setor de comunicação, eu acho que nós temos inúmeros jornais. Você colocou muito bem. Nós temos muitos meios de comunicação, porém de forma errada.

Quando eu coloco isso é porque se abrimos da forma como está, vamos ter uma prostituição do meio. De alguma forma alguém vai ter de “sobreexistir”. E como é que ele vai “sobreexistir”? Através de uma forma errada, se prostituindo ou sei lá o que, através de...

No Rio de Janeiro, temos informações de várias emissoras comunitárias, que se determinam comunitárias, eu quero dizer bem claro que eu não sou contra, estou falando sobre o sistema, em que lá se usa, para dar toque ou símbolo ou tocar determinado música, para dizer que a droga chegou, que isso está assim, que a Polícia está chegando ou fatos desse tipo. E sabemos disso e temos informações reais desses fatos.

Agora, que tipo de ilegalidade, por exemplo, estamos agora chegando no aspecto de eleição, (como é que essas emissoras), nós, legais, podemos ser punidos se nós não utilizarmos, não obedecermos ao Código Eleitoral, que é uma regra básica para todos os candidatos.

As emissoras que estão aí, que não são legais, que ainda não foram legalizadas, por culpa do Governo Federal, não podem ser punidas. Elas não existem. Como é que você pode punir, por ilegalidade, aquilo que não existe perante a lei?

Então, cria-se uma outra situação que acho muito vexatória, muito ruim para o meio, isso depõe contra o meio.

Quando estava falando a respeito de reforma tributária, colocamos que também se coloca muito vasta a situação de comunicação. Então se coloca lá. Nós vamos ter agora o ISS, o IPMF com referência aos meios de comunicação, que acabaram sendo colocados e pedimos uma divisão. Por que essa divisão? Existem

meios de comunicação em que você consegue identificar a outra ponta daquele que está te ouvindo ou te assistindo ou alguma coisa, que é o caso da TV a cabo. As emissoras abertas de rádio e televisão não têm identificação com a outra ponta. Elas não têm como repassar esse aspecto de tributo, porque temos de sair daquela história de acharmos que o Governo faz tributo e quem paga é o empresário. O Empresário não paga nada. Ele repassa isso ao consumidor. Todo tipo de tributo, em qualquer situação. Isso é uma incoerência, Certo? Agora, taxar lá porque a Rede Globo está muito rica, que teve um prejuízo enorme este ano, mas tudo bem, o problema é deles, não souberam administrar. Não estou falando sobre isso. O fato específico é que alguém vai pagar aquele tributo colocado.

Agora, como é que uma rádio, seja comunitária, seja uma rádio aberta- essa rádio aberta, pode ser taxada de impostos, se não sabe o seu público na outra ponta? Que tipo de imposto? Um imposto novo que esta sendo colocado, que é o caso do IPMF, que também se tentou colocar aqui nesta Casa, na reforma da Constituição Estadual. E tivemos também na época um trabalho, mostrando exatamente essa linha, que não é possível esse tipo.

As emissoras de rádio já têm uma carga tributária excessiva, a meu ver, porque transmitimos Voz do Brasil, Projetos Minerva, no caso das AM, mensagens do Governo, horários políticos. E o que recebemos contra isso? Nada. Nós pagamos energia elétrica, equipamentos, importamos, trabalhamos nesse sentido. Como é que você paga um tributo? Ou com serviço ou com dinheiro.

Agora, quem é que tem acesso a isso? Certo que temos de ceder esse horário. O Governo tem as suas formas de colocar. Então, nós somos taxados.

É muito simples, é uma conta rápida, para que vocês possam fazer, uma hora de Voz do Brasil por dia, 23 horas semanais, equivalem a 2 dias comerciais de 12 horas, 12 meses, 24 dias, 1 mês uma emissora comercial trabalha para o Governo, com energia elétrica, funcionário e material. E num horário extremamente comercial. Por isso brigamos com referência à Voz do Brasil.

É uma forma de tributo? Sem dúvida. O que nós, das emissoras, recebemos em troca disso? Nada.

E outros tipos. Nós não estamos colocando os horários normais, em que os 30 e tantos partidos políticos utilizam os veículos de comunicação de rádio.

Quando se vai para a televisão, não temos a Voz do Brasil, a Voz não, ou sei lá como seria a denominação para a televisão. Quando se fala de televisão, o fato de Voz do Brasil ou sei lá o que seria, na televisão não é válido. Então, aí o Governo fez uma divisão na comunicação. Tudo é setor de comunicação. Tudo é radiodifusão. É radiodifusão com imagem e a radiodifusão no aspecto só do rádio. Mas o Governo dividiu por causa de uma situação.

Eu acho que isso tudo tem de ser revisto. No Estado de São Paulo, devemos ter, até o final do ano 2000, mais de 1.000 emissoras de rádio comerciais, fora as emissoras comunitárias. Nós estamos hoje com aproximadamente 580 emissoras entre AM e FM. E devemos ter aí mais 300 e poucas emissoras, que deverão vir nesses próximos pacotes, que foi a última deliberação, quer dizer, aproximadamente 1.000 emissoras comerciais.

SR. – Em São Paulo ou no Brasil?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – No Estado de São Paulo.

SR. – Mas se é tão mau negócio, como é que tem tanta gente querendo?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Não. Eu só quero ver depois como é que vai ser feito afinal. Eu quero ver o final disso. Eu faço um exemplo. Uma cidade como São Manuel, que tem 20.000 habitantes, tem 2 emissoras comerciais e agora tem 4 piratas. Está bom. Quero ver o que vai acontecer. É o que estou te dizendo. Vai-se prostituir o meio. O meio vai ter de ser vendido, para talvez ser

financiado pelo “bicheiro”; “bicheiro” que eu quero colocar, não é nenhum menosprezo às pessoas. Eu estou dizendo quanto à forma. Então, o que vai ocorrer? Você não vai ter recursos; vai trazer pessoas que vão usar informações inadequadas; não vai ter equipamento adequado para isso. Você vai ter um monte de situações em que você vai estar ridiculamente. Veja como é que uma rádio comunitária vai pagar o ECAD, que agora está querendo passar numa proporção que está dando mais ou menos quase de R\$ 1.000,00, para uma emissora simples, pequena. São Paulo, quase R\$ 12.000,00. São direitos autorais. E você é obrigado a fazer o recolhimento.

A parte, ou enfim, não vamos colocar, porque tem os problemas que eles virão lá na frente, e como é que vão resolver isso?

Agora, o fato é que existe muito meio de comunicação. Eu acho que deveríamos ter uma regra básica. Qual seria essa regra (eu sempre gostei dessa forma)? A população. Existir um coeficiente nessa linha. Cada “x” habitantes equivalem a um veículo comercial e cada “y” habitantes podendo ter lá uma rádio comunitária. Eu não posso habitar em uma cidade que tem 20.000 habitantes, como a zona rural, e que, na zona urbana, não tenham 10.000 pessoas morando, e ela tenha 2 duas emissoras comerciais e ainda estar existindo...

Ribeirão Preto tem 16 emissoras clandestinas e 8 comerciais. Vamos ser sinceros, há necessidade de um volume tão grande para uma única cidade?

Agora, por que isso? Qual é a finalidade disso? É política essa finalidade? São os partidos que estão querendo usar isso para o meio político? Então, estamos saindo totalmente daquela linha de raciocínio que estávamos no começo.

Então, temos de definir o que queremos no setor de comunicação. A comunicação deve ser feita desde a parte de tributos, temos de avaliar uma TV Educativa, uma TV Comunitária, uma rádio comunitária, uma rádio comercial, uma rádio por cabo, TV a cabo, enfim, dividirmos todos esses setores. Nós temos de discutir que tipo de atendimento que vamos ter nisso.

SR. – Eu acho, sinceramente, que isso que o senhor está propondo pode ser aceito pela sociedade.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Eu acho que sim.

SR. – Pelo que você está dizendo, as TVs a cabo também teriam de ser limitadas. Não pode ter tantas.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Não. Mas ela é limitada. O Governo não te dá...

SR. – Não é o próprio mercado que determina quem sobrevive?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Eu acho que tem de ser feito isso.

SR. – Por que tem de ter uma lei para garantir uma rádio para “x” habitantes sem disputar o mercado? O que acontece com uma emissora lá de Caicó, que se pendurou aqui na Bandeirantes e fica dando notícias de como está o trânsito aqui na Marginal do Tietê, às seis e meia, e aí tem a comunitária que dá a notícia, evidentemente que as pessoas saem de lá e se sintonizam, passam a ter opção. Enquanto que a rádio local ficou sem audiência.

SR. – Sinceramente, isso que o senhor está propondo existe da parte da Associação das Rádios, por escrito, como proposta? Isso que o senhor está falando?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Eu lhe diria o seguinte. Nós somos contra essa história de você ficar mudando item, denúncias nossas dentro do

Ministério, que o Altair pode dizer, essas mudanças de locais. Porque acho que ninguém é dono do veículo e da comunicação.

É uma concessão determinada para aquela área, para aquela cidade.

SR. – Essa rádio que está passando por dificuldades, que não sabe o que fazer; quer ceder essa rádio para mim? Não.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Não.

SR. – Sobre a questão da legalidade em abstrato, houve um momento em que escravidão era lei. Lutar contra a escravidão era ilegal. Houve um momento em que as mulheres não votavam. Portanto, tentar votar era ilegal. Eu posso pegar aqui, que houve momentos em que as pessoas cassadas não podiam ter direitos civis, era ilegal. Houve um momento em que os partidos políticos que estão aí não podiam existir, porque era ilegal.

Então, essa questão de a lei tem de ser cumprida, qualquer que seja ela, é discutível. Porque se existe uma opressão, é preciso mudar a lei, é preciso discutir.

Como é que o senhor me explica, por exemplo, que uma promoção da USP, que era para estar acontecendo em 1, 2 e 3 de dezembro, o 4º Seminário Internacional de Radiojornalismo sobre Saúde teve de ser suspenso, porque a Abert simplesmente mandou uma carta para todos dizendo que retirava o apoio e que recomendava às emissoras para que não participassem?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – A AESP também, quem fez essa carta fui eu.

SR. – Então, como é que isso?

SR. – Não participar do debate. O senhor também não deveria aceitar estar aqui porque, aqui, estão as rádio comunitárias. A carta que recebi, fui um dos convidados para organizar uma das oficinas desse seminário. E me comunicam que simplesmente foi suspenso o evento porque a Abert não aceita sentar na mesma sala onde esteja a Abrasc. Como é isso? É democrático?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Não. Não foi essa a posição.

SR. – É a carta que recebi. Posso tirar xerox e passar para as pessoas. Isso não é uma posição democrática.

SR. PRESIDENTE – Sr. Edilberto, só para tentar afunilar aqui, tem mais inscritos; o Roberto e o próprio Sérgio, para tentar também afunilar a nossa reunião aqui e chegar a uma conclusão.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Está certo.

Eu só quero colocar com referência a isso o seguinte. A minha postura continua sendo a mesma. Eu aprendi que a lei tem de ser respeitada. E para que eu possa mudar a lei, tenho de procurar as pessoas adequadas para isso.

SR. – Vou pedir desculpas. Eu estou recebendo um recado de que eu tenho de ligar para lá urgente. Eu já volto. Eu quero participar disso. Está certo?

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Eu só estou colocando o seguinte. Acho que a lei tem de ser respeitada. Se eu tenho de respeitar uma lei, tenho de procurar fazer o meu trabalho nas Casas de Leis. Ou seja, vou à Câmara dos Deputados, vou conversar com os Deputados, vou ver como é que se faz e uso

dessa forma. Por isso que falo que a nossa Constituição deve ser muito mais difundida sobre esses temas.

Nós temos, por exemplo, emissoras, associações de rádios comunitárias que não estão com nenhuma emissora no ar. Porque se preservaram do direito pela legalidade.

O que houve foi um seminário referente a rádios comunitárias. E só vamos, por uma questão ética, sentarmos para discutir, na hora em que essas emissoras realmente forem legais. É só esse fato. Nós não podemos sentar para discutir normas de postura com referência a jornalismo, como foi colocado na carta convite, com emissoras comunitárias, se elas ainda não existem de acordo com ... Agora, é culpa de quem? É culpa do Governo. Sem dúvida que é culpa do Governo. Nós concordamos com isso. Só que não podemos sentar para discutir normas se elas não existem; legalmente não existem.

Então, não podemos discutir formas e normas de trabalho. E o que está ocorrendo, só aproveitando, apesar, desculpando a ausência, eu realmente, se soubesse que fosse da forma como está sendo colocado, teria me justificado, Deputado. Porque acho o seguinte: temos meios e devemos discutir com a sociedade qualquer tipo de situação, porém não na linha da ilegalidade. Eu não posso aceitar discutir algo na linha da ilegalidade. Porque se for para discutir isso, estou numa casa errada, com uma postura totalmente errada.

Eu acho que se existe alguma coisa que a sociedade determina e coloca. Vamos discutir o fato da comunitária, vamos fazer aqui um pronunciamento, um posicionamento, uma carta de intenções, qualquer coisa, encaminhando à Câmara dos Deputados Federais, Governador, Presidente, o Papa, ou seja lá quem for necessário; a Associação está aberta e já fez isso, pedindo para que legalize, faça com que o fato seja atualizado.

Agora, o que não podemos é ficar discutindo sobre assuntos que ainda não existem. É um anseio da sociedade? Sem dúvida. No mundo inteiro tem rádio comunitária. Nós concordamos com isso. Nós nunca discutimos contra o fato da

rádio comunitária. O que discutimos é que precisamos da legalidade delas, para que elas possam sentar-se a uma mesa e discutirmos formas de trabalho, colocarmos uma condição, brigarmos por elas, darmos a elas condições de sobrevivência. Não é através dessa lei existente de apoio cultural que ela vai sobreviver. Ela vai ter de fazer comercial, sim. É necessário. Ninguém vive simplesmente por...

Agora, isso tudo tem de ter primeiro o fato da legalidade.

SR. PRESIDENTE – Eu só queria aqui esclarecer. Nós temos esta reunião aqui e o objetivo é pensarmos o programa de trabalho do grupo Comunicação do Fórum. Então, o debate, às vezes, canaliza para um único tema, que é a questão das rádios comunitárias. Nós aqui não temos o objetivo de discutir esse único tema. Temos outros objetivos. Tem a questão dos meios de comunicação, da telefonia, que o Roberto citou. Eu vou passar a palavra para você, só para tentar aqui. Nós temos várias questões. Temos a dos jornais, a da Internet. Enfim, aqui é um Fórum onde vamos abordar vários temas em relação à comunicação; não apenas um tema.

A outra questão é que o nosso objetivo aqui é pensar o Estado no Século 21. Nós não vamos deliberar sobre leis. Vamos fazer recomendações. O objetivo aqui é, ao final do Fórum, em maio, termos aqui recomendações do nosso grupo ao grupo maior, que é o do Conselho do Fórum, que pode ser feito nas comunicações.

Evidentemente, o que tivermos em consenso, vamos apresentar como consenso. O que tivermos como dissenso, vamos apresentar como dissenso. Existem opiniões que acham isso e existem opiniões que acham aquilo. Vamos apresentar ao Conselho do Fórum. Aqui não vamos nunca votar, porque esse não é o objetivo do Fórum.

Então, eu só queria colocar esta questão, primeiro para abrir o debate para o conjunto dos temas e para tentarmos – e eu queria pedir, agora, para as pessoas que forem falar, colaborarem no sentido de “afunilar”, para podermos chegar à conclusão de como poderemos organizar o trabalho no próximo ano, porque neste

ano acho difícil voltarmos a nos reunir; em fevereiro do ano que vem, como poderemos organizar o trabalho.

Existe uma proposta que foi, parece que o Sérgio falou, eu não estava aqui no momento, de fazer um dia uma reunião com mais tempo, onde poderíamos ter vários temas em discussão. Existe a proposta que a Irma Passoni nos encaminhou, de fazer uma reunião também desse mesmo modo, para discutir as várias integrações dos sistemas de comunicação. Então, poderíamos tentar afunilar nessas questões e ver como poderemos chegar à programação.

No grupo de Ciência e Tecnologia, que eu também estou coordenando, tivemos uma iniciativa que foi formar uma pequena coordenação de 3 pessoas, e essas 3 pessoas elaboraram um programa de trabalho para o ano que vem. Então, o grupo de Ciência e Tecnologia tem já uma proposta; está sendo consultada a opinião de todos os Conselheiros, para deixar para o ano que vem o início desse programa de trabalho.

Então, acho que poderíamos tentar afunilar. São onze e meia. Vamos tentar afunilar esta reunião em cima de como se organiza um programa de trabalho, para iniciar em fevereiro do ano que vem.

Queria passar a palavra ao Roberto, que tinha pedido primeiro. O Sérgio está inscrito e a também Luci.

SR. ROBERTO – Eu tive instrução de vir para cá e ouvir, ficar muito quietinho. Mas o debate está tão animado, e vou falar como pesquisador e não como representante do Seade. Mas acho que a informação que vou passar talvez fosse importante pelo seguinte:

Atualmente, eu estou trabalhando no projeto, como vocês lidam com a questão da informação, do acesso à informação, existe um projeto na área de Fóruns. Todos os arquivos municipais, todo o patrimônio histórico e cultural, os senhores devem saber, no Brasil, ele é conservado em forma de papel. E grande parte desse acervo está sendo perdido pela ação do tempo, pelas más, e precárias

formas de conservação. E existe uma iniciativa no Ministério da Cultura, junto com o Fórum de Arquivos Nacionais, em transformar todo esse patrimônio em meio eletrônico. E por quê? Porque grande parte dos cidadãos não têm acesso a essas informações. Por exemplo, pessoas não deixam de enterrar seus mortos porque não têm acesso ao túmulo, não conseguem. E geralmente as pessoas mais humildes.

Então, existem hoje pessoas que estão trabalhando com isso, representantes. Existe esse projeto que está em curso, com verbas do Banco Mundial, em transformar todo o patrimônio arquivístico em informações eletrônicas e disponibilizá-lo via Internet. Aliás, eu faço parte desse projeto.

Eu acho que do ponto de vista da cidadania, é um projeto importante, ele está sendo aplicado para o Brasil. Esse projeto pressupõe uma interligação com o Caribe, América Latina e a OCDE. No Canadá e na Espanha, países da OCDE, esse projeto já está bastante avançado. E essas informações são disponibilizadas via rede.

Isto aqui é somente uma menção para os senhores conversarem e ver se vale a pena algum representante desse Fórum participar dessa Comissão.

É somente isso.

SR. SÉRGIO – Eu vou pegar pela linha do Zarattini. Eu disse aqui, da vez passada, isso na reunião formal, depois na reunião que fizemos ali na salinha e, depois, mais na hora do almoço. Aconteceram reuniões bilaterais. Tive oportunidade de conhecer o Dr. Everaldo. Pudemos ficar juntos durante um tempão. Enfim, eu disse aqui e volto a insistir. Já de saída mesmo, que não acontecesse mais nada; só o fato de estarem em torno de uma mesma mesa instituições, entidades, pessoas etc. que têm como foco a questão da comunicação, mas que olham o mundo a partir de janelas diferentes, portanto, têm uma visão do mundo diferente, têm atribuições diferentes, um representa a universidade, outro iniciativa privada, outro o Governo, outro uma associação de classe, então estamos aqui com visões de saída corporativas. Quer dizer, é natural. O sujeito chega aqui com a bagagem que ele

acumulou. Chegando aqui, está se colocando frente a um novo desafio. Quer dizer, ficou combinado que não iríamos fazer acertos de contas, pois aqui não é uma junta de conciliação de interesses particulares, para aqui ficarmos e os outras ficarem... Então, têm coisas que estão pendentes, que são reais e que vão ter de ser debatidas na hora certa. Mas certas coisas ditas não vão poder ficar sem o direito de réplica, porque esse é um direito parlamentar. Não é isso?

Então, do que o Doutor falou ali, eu queria mesmo ter possibilidade de também poder falar exatamente sobre a mesma coisa. O senhor se refere à parte com a qual eu me identifico de uma maneira que eu não estou de acordo, que é uma linha de discriminalização. Mas esse debate vai ter de ser colocado em algum momento.

Então, eu disse assim. Vamos ver se isso tem sentido:

1. Há possibilidade de um encontro dos que foram convidados pela Assembléia, que não se conhecem, de tal maneira que fosse uma espécie de seminário interno, onde cada um conta o que faz, de onde vem, o seu projeto, o seu processo, o que está realizando e o que está pretendendo para frente?

2. É possível essa agenda? Nós tomamos logo como ponto de partida uma iniciativa que vai acontecer no dia 10, que está sendo promovido pela Dra. Ana Emília.

Bom! Mas no dia 15 estará acontecendo um debate, promovido pela OAB sobre a lei geral das teles. Vamos redistribuir aqui, para que aqueles que puderem comparecer, esse texto sobre qual é a nova lei que está para ser...

SR. PRESIDENTE – Seminário sobre a nova Lei Geral sobre Telecomunicações?

SRA. – Não. Lei de Comunicação Eletrônica e de Massa.

SR. SÉRGIO – Isso. Que já é a quinta ou sexta versão que está sendo elaborada, e a sociedade não está participando. E verificamos o seguinte. Existe uma pessoa chamada Gustavo Gintri, que é um especialista nessa área, que com mais um outro tiveram a paciência e a competência de examinar uma por uma as suas 42 páginas, fazendo comentários sobre o que é essa nova lei que vem por aí, que redefine tudo.

Hoje tem uma lei para a área das telecomunicações de massa. Uma outra para a área dos meios de comunicação eletrônicas e individuais. Agora que houve a privatização, esses grupos são os mesmos. Passa a existir a necessidade de uma lei que os harmonize. É isso que está em discussão e que vai definir o que será o Século 21, quem terá o poder de falar, quem terá o poder de decidir.

Há coisas naquela lei que se forem colocadas aqui, e expostas por quem vem estudando, (e não começarmos do bê-á-bá), é evidente que as pessoas vão se esclarecer e verificar que é absurdo; quem tiver concessão de 48 canais de TV a cabo, um deles terá de ser sobre Educação. É assim, para cada 48, 1. Está lá que nenhuma das TVs a cabo pode ter programação 100% estrangeira; 99% pode.

Então, há coisas que precisam ser examinadas, trazendo aqui as pessoas que já examinaram, para não partirmos do zero.

Então, o que poderia ser uma espécie de agenda de conferências para palestras nessa linha da sugestão que a Deputada Irma Passoni fez, na linha do que os colegas do Seade estão propondo. Ou seja, vai ter de ter um momento em que terá uma palestra e em seguida uma espécie de entrevista coletiva. Ou seja, para fazermos perguntas e se por mais a par.

Então, quais seriam os textos de referência que deveriam ser distribuídos, para que pudéssemos ler, não durante a reunião, mas antes, para chegarmos aqui com a lição de casa feita, para melhorarmos o nosso nível de compreensão geral do tema, para que não fiquemos aqui num debate corporativo ou tentar acertar contas, como se fosse a DRT?

Então, eu anotei aqui mais. Textos de referência, que deveriam ser reproduzidos e redistribuídos. Agendas de eventos específicos, que já estão acontecendo, as quais pudéssemos comparecer. Então, não é uma questão de montar, sobrecarregar a administração da própria Comissão. Mas se já existe uma iniciativa do dia 15, da OAB, que tem tudo a ver, que pelo menos os que estão aqui pudessem saber, e que dia 15 já se reservasse a sua agenda. Se há um debate promovido pela Abert, pela AESP ou pelo Ministério, que da mesma maneira pudéssemos nos comunicar e ter a nossa própria agenda de palestras/entrevistas, não sei como poderíamos dizer, para que pudéssemos nos qualificar em relação a essas várias áreas. Porque o roteiro que foi proposto pela Comissão, acho que está excelente. Talvez seja grande demais para poder ser executado em hora extra. Porque esse tipo de atividade...

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Permite um aparte? Eu só quero complementar a respeito dessa forma. Mas só gostaria que isso fosse feito por segmento de comunicação. Certo? Por segmento. Porque acho importante não ficarmos discutindo fatos diferenciados. Ou seja, um fala de jornal, outro fala de revista. Vamos falar de rádio, de televisão, de telefonia. Para que não possamos ficar aqui, senão vira uma confusão generalizada. Nesse mesmo estilo que você colocou, só que por segmento de comunicação. Seria a minha sugestão.

SR. SÉRGIO – Eu concluiria. E pediria que distribuísse, antes que as pessoas se dispersassem, esta carta que foi dirigida pela revista *Imprensa...*

SR. PRESIDENTE – Já foi distribuída a carta.

SR. SÉRGIO – Eu acho isto aqui antidemocrático. Uma revista de São Paulo propondo um debate, um seminário internacional sobre radiojornalismo e Saúde, quando esse meio tem possibilidades de ajudar muito, na questão da AIDS,

tuberculose etc., e simplesmente um dos parceiros diz não. Isso eu não entendo, não consigo ver. Não é do nosso tempo. É uma outra coisa. Está fora do tempo. Está errado isso.

SR. PRESIDENTE – Foram distribuídos aí os vários materiais que chegaram para nós hoje. Então, o ciclo de palestras aqui da TV. O documento da Associação Cidadã do Butantã. Um documento, esse que o Sérgio se refere, sobre 4º Seminário Internacional de Radiojornalismo. E a proposta que a Irma Passoni nos enviou.

SR. PRESIDENTE – A Beth Carmona com a palavra agora.

SRA. BETH CARMONA – Bom-dia. Eu também tive um atraso aí. A vida está bastante corrida este fim de ano. Mas, enfim, eu não poderia deixar de participar e trazer um pouco a minha visão e aquilo tudo que eu venho recolhendo em termos das questões relacionadas, primeiro, à televisão, de uma forma geral. Depois, enfim, o meu pensamento foi-se voltando mais para a questão da TV e da criança. E hoje eu ampliei completamente esse espectro e falo em mídia e criança. Porque na verdade, por mais que os meios sejam específicos, separados e tenham as suas especificidades, quando falamos de ações gerais, de ética ou de movimentos que queiramos fazer e discutir em relação a esses meios, em geral temos vários pontos em comum.

Então, eu achei interessante a proposta do Sérgio, de que pudéssemos realmente falar um pouco, cada um o que está fazendo, em que área está atuando e que tipo de informação tem.

Quer dizer, eu, recentemente, depois, enfim, eu sou produtora, jornalista, trabalhei e trabalho em televisão, tive grande experiência, hoje estou numa TV a cabo, numa TV por assinatura. Mas como profissional sempre me senti muito comprometida na questão de melhorar a programação, de discuti-la. E um pouco dentro disso, surgiu o Centro Brasileiro da Mídia e da Criança, que na verdade é

resultado de trabalhos acumulados durante todos esses anos, que eu prometo mandar uma cópia aqui do nosso estatuto e das nossas preocupações.

Basicamente é um centro articulador de profissionais, porque, enfim, eu me preocupo bastante com a formação de profissionais. Também já dei aula. Também já estive perto da universidade. Mas sabemos que quando um profissional acaba entrando num meio de comunicação, ele entra numa roda viva e acaba aprendendo uma maneira de fazer, uma maneira de trabalhar completamente viciada, com muito pouca liberdade de expressão e de criação.

Então, esses *workshops*, esses encontros, seminários pretendem realmente trazer informações, trabalhar no sentido da circulação de informações entre os profissionais, para que dentro dos meios possamos ter algum tipo de diferencial e de alteração naquilo que é o conjunto dos programas e das programações.

Então, dentro disso, recentemente, quer dizer, em agosto, organizamos um grande evento, com o apoio do Sesc, do Instituto Goeth e de algumas fundações ligadas à Educação, a TV que vemos, a TV que queremos, que foi um encontro de 3 dias, e que como subtítulo foi denominado Encontro Latino-americano sobre TV e Qualidade.

Esse encontro reuniu principalmente profissionais da área de Educação e da área de Comunicação. E foi impressionante a quantidade de gente que se encontrou lá, atuando, fazendo, querendo discutir. E a partir daí muitas coisas já estão acontecendo.

Então, eu gostaria de informar que as palestras que trouxeram mais de 12 especialistas de fora do Brasil, na área de legislação e controle de programação, na área de TV e Educação, enfim, tivemos principalmente representantes da América Latina também que tem um sistema de comunicação em países muito parecidos com os nossos e com problemas muito aproximados. Mas tivemos representantes bastante interessantes, como Filipinas ou Austrália. As Filipinas lutam com algumas dificuldades como as nossas, mas têm algumas soluções e resultados bastante interessantes. Assim como a Austrália, segundo a minha experiência, do ponto de

vista de legislação e de controle de programação, se quisermos chamar assim, tem uma série de ações e iniciativas bastante interessantes e bastante modernas.

Então, os resultados desse encontro vão ser publicados. O Sesc está publicando. Nós temos uma “*mailing list*”, hoje, de mais de 500 pessoas, que são as pessoas que participaram do evento. Muitas ficaram de fora porque tínhamos uma limitação. E estou, acho que amanhã, indo ao Sesc, levar uma edição desse material, que é um resumo das palestras, e que o Sesc deve disponibilizar numa tiragem bastante interessante. As pessoas saíram bastante informadas desse encontro.

Eu fiz todo esse preâmbulo para dizer que acho que nos falta muita informação. Quer dizer, às vezes ficamos discutindo em cima de alguns pontos que sabemos que são problemas, sei lá, acho que a questão das rádios comunitárias, eu cheguei aqui, para mim ainda é uma questão que eu conheço de ler os jornais, conheço um pouco, sou um pouco informada sobre isso, acho que é importante, mas ela é só uma num mar de questões que temos aqui. Eu acho que a amplitude desse setor da comunicação que estamos discutindo é imenso. Então, quer dizer, dentro dessa grande panela, eu gostaria de colocar a questão, enfim, tal qual, e a Ana Emília mesmo já tem falado sobre isso, tal qual existe hoje a legislação, da forma como ela está, existem alguns caminhos interessantes de atuação, dentro dela mesma. E acho que às vezes existe muito falta de informação. Quer dizer, dentro dos próprios meios de comunicação hoje, da maneira como eles estão, também existem algumas maneiras de se trabalhar, que talvez estamos deixando de levar em conta.

Eu estou falando de uma forma muito genérica, mas são questões; acho que a proposta do Sérgio é boa, que cada pessoa possa dizer o que está fazendo e em que área. Não sei o seu nome, desculpe, mas você falou na questão de arquivo e preservação de memória e disponibilidade de informação via Internet, que é uma questão importantíssima.

Eu falo em questão de Educação...

SR. ROBERTO – Eu esqueci talvez de falar, mas são todos os Municípios do Brasil. São os Estados e Municípios. Não sei se eu falei.

SR. PRESIDENTE – Falou.

SRA. BETH CARMONA – Está bom.

E gostaria de reforçar e levantar sempre a bandeira da questão dos meios de comunicação, a Educação e a Criança, porque em muitos países, em muitos lugares, essa questão é observada de uma maneira diferenciada.

Sem dúvida, o público em geral merece uma atenção e um cuidado. Mas a questão da criança e da formação em relação à força com que os meios penetram nesses indivíduos em formação é uma questão nacional. Eu acho que é uma questão importante. E nesse sentido a televisão e outros meios podem e devem fazer muito pela questão da Educação. E acho que talvez deveríamos, como recomendação e como um dos pontos a se abordar, entrar bastante fundo nisso, porque sabemos que a Educação hoje é fundamental no País e que os meios muito podem ajudar.

Então, desculpem, eu sinto aqui um mar de coisas. Quer dizer, são muitas veias. A única coisa que eu levanto, então, é a minha bandeira em relação a meios e criança, que acho importante. E vou disponibilizar essas informações que recolhi até agora.

Obrigada.

SRA. – Eu acho que parece ser comum, então, todo mundo ter de se apresentar mesmo, porque eu acho que a circulação de informação começa aqui. De repente estamos falando de informação e de comunicação, e nem sabemos quem somos nós, onde atuamos e o que queremos principalmente.

SRA. ANA EMÍLIA – Só para agradecer ao Sérgio e à Beth. Ao Sérgio, em primeiro lugar, que chamou a atenção para o curso que vínhamos organizando. É um ciclo de palestras que estamos fazendo, através de uma organização não governamental da qual eu faço parte, junto com a Marta Suplicy, que é o Grupo TEVER. A participação da Ordem dos Advogados, neste caso, é limitada à minha participação, que também faço parte do Conselho de Defesa do Consumidor da Ordem, e que vou fazer a palestra sobre a lei de comunicação eletrônica de massa no dia 15.

Então, ontem, estávamos discutindo a questão da violência nos meios de comunicação. Foi uma pena que eu não consegui falar com você, Beth, e com vocês antes, porque isso aqui foi organizado muito em cima da hora, e não pudemos fazer o que vocês fizeram de conseguir patrocínios, para poder divulgar direito. Então, foi lá no mesmo espaço que você fez em agosto aquele seminário, que foi excelente. E eu acho que esse material, que você possa trazer do seminário, vai ser de grande valia para todos nós. Porque acho que realmente um ponto muito importante que foi levantado lá nesse seminário foi a questão de como é que isso funciona no mundo. É uma coisa que temos de aproveitar a experiência que deu certo nos outros países. Nós não precisamos começar do zero, discutindo coisas que já estão, e bem, resolvidas em outros lugares. Então, essa e a experiência mundial, que você trouxe de uma forma brilhante, pode nos ajudar muito, até para poder elaborar esse documento que pretendemos estar entregando aqui em maio.

Então, é só isso que eu quero dizer e agradecer a participação.

SR. PRESIDENTE – OK. Acho que nós poderíamos aqui, inclusive, na parte do Fórum, colaborar na divulgação dessa reunião do dia 15 de dezembro. Nós temos aí o Conselho Geral do Fórum e aqui o nosso grupo, para divulgar essa reunião do dia 15.

SRA. ANA EMÍLIA – É uma reunião que nós pretendemos fazer, é claro que como debate. Estamos falando em reunião porque na verdade estamos chamando de lei de comunicação eletrônica de massa, o que o Everaldo que está aqui ao meu lado sabe muito bem que ainda não é uma lei, é um projeto de lei. E a nossa preocupação, através da Ordem dos Advogados, é trazer isso ao público ainda que de uma forma não-oficial. E por que não-oficial? Porque o Ministério das Comunicações, que vem debatendo essa lei há mais de um ano, debatendo internamente, reelaborando diversas versões, atualmente está na sétima versão, que ontem eu consegui não oficialmente, através da Anatel, porque, por incrível que pareça, o projeto de lei, na quinta versão dela, foi colocada, eu digo, até falei isso na Folha de São Paulo e tomei “um pau” do Ministério das Comunicações, e estamos respondendo que, na verdade, a lei foi quase que seqüestrada. Ela saiu de dentro do Ministério das Comunicações e foi colocada no *site*, a quinta versão, a sexta e a sétima. E a sétima, quando estivemos aqui na reunião passada, parece que ainda estava no “site”. Mas não consegui entrar. E quando consegui entrar, ela já não estava mais.

Então, ontem, não oficialmente, eu consegui a sétima versão, com o nosso amigo da Anatel, que eu não posso declinar o nome, mas que está aqui do meu lado. Então, vamos fazer um debate não oficial sobre essa lei, que é para chamar a atenção dessas pessoas do que está acontecendo. Porque eu acho uma questão importantíssima, de cidadania até, de estar discutindo democracia. Porque na hora em que se discutem leis que vão de alguma forma alterar os meios de comunicação, a população tem de participar muito de perto disso. As coisas não podem vir de cima para baixo de uma forma como parece que está se pretendendo fazer. Embora o Ministério das Comunicações, depois dessa provocação que fizemos pelo jornal, porque nós fizemos diversas provocações, por ofícios, por telefone, por fax e não resolveu. Eu convidei o Ministro Pimenta da Veiga, ou alguém do Ministério das Comunicações, e também da Anatel, que fosse participar de um debate conosco em agosto, que foi uma semana depois do da Beth, a Anatel ainda respondeu dizendo

que não poderia participar, porque oficialmente ainda não existia nada. E o Ministério das Comunicações nem isso disse, ficou meio em cima do muro. E quando no jornal provocamos dizendo que no começo do ano a Marta Suplicy esteve numa audiência em Brasília e o Ministro Pimenta da Veiga disse que debateria essa lei em pelo menos seis ou sete Estados. E na verdade em maio, realmente, ficou fazendo parte da pauta do Ministério que haveria esse debate. Até estava marcado para o dia 16 de maio aqui em São Paulo. Aí, em abril, eu fui participar de uma audiência pública com a Abert lá em Brasília, e fiz algumas provocações, e até cheguei aqui e brinquei com eles, não sei se vamos conseguir com que as audiências saiam, porque eu senti um certo mal estar lá. Não sei se por essa razão ou não, mas o fato é que o Ministério cancelou todos os debates. Eu, pessoalmente, já fui lá fazer inscrição em nome da TEVER e em nome da Ordem, em abril mesmo. Em maio, foram todas canceladas. E agora, o Assessor de Comunicação do Ministério respondeu, através da Folha e São Paulo, que as entidades todas que estavam assinando esse documento, que era a Ordem, a TEVER, a Unicef e tal, sabiam muito bem da intenção do Ministério de abrir esse debate a público. Só que então estamos respondendo, ainda não foi publicado, mas deve estar sendo publicado por esses dias, no Painel do Leitor, essa conversa toda. Quer dizer, nós fizemos essa provocação, o Ministério marcou, desmarcou e depois não disse mais nada e seqüestrou de novo a lei. Nós gostaríamos que realmente ficasse claro quando é que essa lei finalmente vai começar a ser debatida. E gostaria de poder participar da elaboração de todos os artigos, das 42 páginas que fazem parte dela, talvez até para suprimir vários delas.

SR. – Deputado Zarattini, queria pedir licença a todos e acusar a presença aqui do Maestro Martinho Lutero, que é um brasileiro que está há vinte e tantos anos fora, fez o mapeamento musical de toda a África Austral por 9 anos de trabalho a serviço da Unesco. É um dos embaixadores da boa música brasileira. Está aqui ajudando a preparar a vinda dos representantes das 23 rádios populares

italianas que trabalham em rede, que é a segunda maior rede da Itália. Vem mantendo, ao longo desses anos, uma programação de música brasileira nas rádios italianas e, nesse momento, se articula aqui com a Associação Cultural Banco Itaú, que acaba de lançar um projeto magnífico, que são 40 programas sobre a música brasileiro, e que através do Martinho Lutero vão ser transmitidas para a população italiana. Então, um dos fundadores da Rádio Popular de Milão, junto com outro historiados, José Luiz Del Roio. Temos brasileiros em condição também de dar um relato vivo, de participar intensamente durante anos, dessa questão de democratização dos meios de comunicação nos países democráticos.

SR. PRESIDENTE – Seja bem vindo.

Eu queria, só para tentar afunilar mesmo de vez agora... Você quer falar ainda, Luci?

SRA. LUCI – Não. É até para dar um encaminhamento na questão de dividir efetivamente por segmentos esse trabalho. Até porque eu acho que se não vamos ter reuniões aqui formais, seria interessante estarmos fazendo as informais, para estarmos angariando mais propostas e fechando. Porque até fevereiro, acho que vamos ficar distantes para, em maio, estarmos concluindo alguma proposta.

E se me permite só uma questão, não como provocação de falar ou não com legalidade ou sem legalidade, que o nosso mercado informal tem um importante percentual no PIB. Então, não tem como discutir ou deixar de discutir a informalidade.

Nós acabamos colocando, trazendo aqui na verdade uma proposta no que a Rádio Cidadã, enquanto ela esteve no ar, e o que entendemos como uma rádio comunitária, os objetivos que ela alcançou, que atingiu, que entendemos como uma proposta de comunicação mais localizada. E saber se há possibilidade, Deputado, de ter essas informações, de consegui-las, justamente para verificar a quantidade de meios de comunicação, de meios que nós temos. Porque existe realmente uma

saturação desses meios. Mas é assim, uma saturação de informações que necessariamente não tem compromisso com ninguém.

Então, seria interessante ter esses dados, ter esse percentual.

SR. PRESIDENTE – Acho que a Seade tem o conjunto de emissoras, de rádio e televisão do Município, não é?

SR. – AM, FM.

SRA. LUCI – TVs a cabo. Porque nós estamos também agora com as TVs Comunitárias a cabo, que é um outro segmento em que estamos apanhando muito para conseguir manter, porque as leis de incentivos culturais também deixam muito a desejar. E de jornais também. Provedoras. Ou seja, os meios.

SR. – TVs a cabo.

SR. PRESIDENTE – Sim. Talvez aí a Anatel...

SRA. LUCI – Talvez o Dr. Everaldo poderia providenciar, para nós, as operadoras que tem.

E registrar que sentimos a ausência dos jornais. Porque os jornais de bairros e os do interior não se fizeram presentes.

SR. PRESIDENTE – Nós vamos fazer um esforço aqui com a imprensa escrita, um esforço especial para ela estar presente, assim como com o pessoal mais ligado à Internet e essas coisas.

SR. PRESIDENTE – Eu queria propor que organizássemos aqui uma pequena comissão que preparasse o plano de trabalho para fevereiro. Fevereiro porque aqui a Casa fecha ...

SR. SÉRGIO – A reunião do dia 9 está desmarcada? A reunião prevista para o dia 9 não vai acontecer?

SRA. LUCI – Está no planejamento aqui o primeiro debate. Aliás, foi o que aconteceu hoje.

SR. RICARDO – Foi antecipado para hoje.

SR. SÉRGIO – Ah, 9 virou 2.

SRA. LUCI – Seria uma reunião de trabalho para preparar o primeiro debate.

SR. – É. A reunião do dia 9 era uma sugestão mas, por proposta da Irma e do Sérgio, que tivesse essa reunião primeira, para dar uma certa uniformizada, o que era para ter sido, e foi em parte, de cada um se apresentar e colocar um pouco o que estava trabalhando, o que fazia e tal. Então, a idéia era essa aí, para dar uma uniformizada. Mas ficou o indicativo do dia 9.

SR. SÉRGIO – Está valendo.

SR. SÉRGIO – Quer dizer, não aconteceu. E continuamos não sabendo o que cada um faz. Então, como não fizemos isso hoje, faríamos no dia 9?

SR. PRESIDENTE – Não.

A idéia seria uma apresentação.

SR. SÉRGIO – O que a Beth disse aqui. Ela fez o que acho que cada um deveria estar fazendo, que é exatamente dar um panorama para dizer o seguinte. Olha, o estado da arte do que eu estou fazendo, no gerúndio, quer dizer, apoiado em três ou quatro idéias básicas, estamos fazendo isso, isso e isso. Para que pudéssemos, ao sair daqui, verificar, olha, eu, por exemplo, já preparei um material aqui para te entregar. Porque eu não vou poder falar, para ocupar o tempo dos outros. Mas você precisa saber disso. Várias pessoas agora já sabem melhor o que ela está fazendo. Portanto, fora da reunião vai ficar mais fácil de nos ajudarmos. Então, era este o momento de nós não só nos apresentarmos, nome, sobrenome e tal, mas de ter uns 5 ou 10 minutos, para que cada um desse conta do que anda fazendo. Para que, anotado isso, pudéssemos imaginar o que já está sendo feito e não inventar a partir do zero, inventar a partir do inventário.

SR. PRESIDENTE – Eu me submeto, então, à opinião de vocês. De nossa parte, tínhamos imaginado para o dia 9 um evento mais aberto, amplo. Qual é a dificuldade? Por exemplo, no outro evento que marcamos para o dia 8, que é de Ciência e Tecnologia, estamos tendo muita dificuldade de organizar, por conta que a Casa aqui, no final do ano, tem um ritmo, uma sucessão de votações, de discussão, de reuniões, afora foram abertas 5 CPIs. Então, tem uma série de propostas que estão dificultando.

SR. SÉRGIO – Posso, então, fazer uma proposta que simplifica? Se tiver a lista de presença, que ficou de ser feita, que era com todos os dados, telefone, fax, e-mail, correio etc., para que no mínimo pudéssemos redistribuir. Vejo hoje aqui entidades que estão representadas não pelas pessoas que estão naquela lista oficial distribuída na vez passada. Aí, se não anotamos direito, ficamos inseguros em relação ao sobrenome. Tem gente que não topa ser chamada de Menegheli com

um “1”, quando é com dois. Então, o sujeito fica inseguro e não manda a carta. Às vezes um detalhe desse pesa. Então, se circulássemos aqui a lista, para que pudéssemos nos reabastecer depois.

SR. PRESIDENTE – Não. A lista aqui, Sérgio, só teve uma modificação. Aliás, uma modificação e uma inclusão. A modificação é a da Associação das Emissoras, que vai estar presente, vai participar o Sr. Edilberto, que é Vice-Presidente, no lugar do Sr. Orlando. Edilberto de Paula Ribeiro, Vice-Presidente. E a inclusão das sugestões da Irma, que seria a Abecom e do Sérgio. Abecom, Associação Brasileira de Escolas de Comunicação. ABTA, Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura. E Abrafort, Associação Brasileira de Fornecedores de TV por Assinatura. Isto aqui nós divulgaremos imediatamente, e amanhã estaremos despachando para vocês.

SRA. LUCI – E a inclusão da Beth, do Núcleo de Estudos...

SR. PRESIDENTE – E a Professora Grácia, que faz parte do Núcleo de Educação e Comunicação NCE. Comunicação primeiro. Núcleo de Comunicação e Educação da ECA, USP.

SR. PRESIDENTE – Depois você passa para nós o endereço para correspondência e tal.

Então, eu queria submeter se mantemos essa reunião o dia 9 ou se fazemos uma pequena reunião, de um grupo de umas três ou quatro pessoas, que elaborem um plano de trabalho para o ano que vem.

SR. – Deputado, eu já apresento de antemão que no dia 9 eu não estarei em São Paulo.

SRA. – Eu também não.

SR. – Deputado, assim como a Casa tem durante o mês de dezembro inúmeras atividades, em que muitos estão, eu também sou um deles, e que tem um mês de dezembro extremamente complicado, eu preferiria muito mais que agendássemos uma reunião com mais constância, porque se marcarmos reuniões distantes, acho que acaba ficando muito vazia a situação. Acho que deveríamos marcar uma reunião nem que fosse no mês de janeiro, fevereiro, sei lá, com uma seqüência maior e já colocarmos tudo isso em pauta. A minha sugestão seria essa porque o mês de dezembro é um mês em que temos festas e comemorações, viagens, isso e aquilo, e acaba complicando a todos. É a minha opinião.

SR. RICARDO – A pauta da reunião do dia 9 como ficaria.?

SR. EVERALDO – Eu tenho uma proposta, se me permite. Eu acho que todos colocamos no início que os relatores, que são um pessoal contratado, eles já pegaram talvez dois segmentos de desenvolvimentos e metodologias do trabalho. Acho que todo mundo já concordou com isso tacitamente nessa linha. Quer dizer, o *modus operandi* do grupo está sendo feito. Talvez agora seria recheiar isso nesses dois segmentos. Quer dizer, um é cenário e futuro e o outro é o segmento de que os problemas instalados, como vamos equacioná-los para solução. Porque se juntarmos esses dois grupos, vamos continuar nesse debate, debate, debate e não vamos andar. Porque têm essas posições. Portanto, o grupo que se propuser ao cenário, ao planejamento, à convergência tecnológica, já despojado do seu papel corporativo, vai trabalhar nesse segmento. E o grupo, que hoje instala o problema, com os diversos segmentos que na sua ótica têm, como é que vamos conduzir as propostas, como o senhor coloca.?

Então, eu já proporia dividir esses subgrupos, mesmo que a Casa não tivesse condições de dividir aqui, mas com a presença de vocês em algum dos organismos

que tenha espaço para sentar; não é tanta gente assim, para que pudéssemos, como Dr. Edilberto coloca, não deixar esfriar o assunto. Porque senão, lá em janeiro, o que eu era mesmo? Já não nos lembramos mais.

SRA. – Vai dispersar.

SR. EVERALDO – Então, é termos isso como compromisso. Se as pessoas aqui presentes não puderem, que já tenhamos também o segundo, para que não se fale em nome da pessoa, e sim da instituição.

SRA. – Então, eu já me proporia participar do momento presente.

SR. EVERALDO – Porque são duas coisas que eu vejo bastante distintas, que é postura. Não adianta eu querer estar com um problema aí, rádio comunitária, querendo ter convergência tecnológica. Está certo? Não vai ligar isso.

Então, são dois aspectos. Quem é que está preocupado com o cenário, com o futuro, que é o propósito que está aqui no documento elaborado. E, conforme a proposta do Deputado Zarattini, como é que hoje essas propostas e recomendações seriam feitas, porque são dois momentos distintos.

SR. PRESIDENTE – Poderíamos pegar um pouco da sua idéia, um pouco do que o Sérgio colocou. Tem a idéia do Sr. Edilberto, que é de fazer a separação por setores. Tentamos juntar isso, esses 3 pontos de vista, ver se é possível, e fazer esse programa, fazer essa proposta de calendário e de temário. E ver quem poderia se reunir. No dia 10, o Seade deve nos entregar os dados. É isso?

SR. – Dia 10 foi o prazo marcado?

SR. – No dia 10 estaremos encaminhando para a gráfica.

SR. PRESIDENTE – Então, aí por volta do dia 15, poderíamos tentar fazer uma reunião.

SR. SÉRGIO – Se está encaminhando para a gráfica no dia 10, você já tem a arte e pode xerocar, tirar xerox aqui.

SR. PRESIDENTE – É. Só para um grupo examinar os dados que tem e poder fazer, levar em conta isso na elaboração do calendário. Poderiam nos mandar uma cópia primeiro, da área de comunicação.

SR. SÉRGIO – Posso dar uma sugestão? Por exemplo, eu acho que deveríamos considerar o dia 15, nessa iniciativa da Ordem dos Advogados, como uma das atividades da Comissão.

SR. PRESIDENTE – Claro. Eu propus isso.

SR. – Eu só queria colocar o seguinte. Desculpa. Como órgão representativo, eu gostaria de ter, pelo menos seria a minha intenção, ter tudo aquilo que fosse aqui discutido, apesar da minha participação, eu não conheço, e não querendo menosprezar nada, ter isso para que eu pudesse também aos meus pares, ou seja, as pessoas ligadas ao setor de comunicação, colher idéias, para que eu possa ter um conteúdo mais forte.

O que quero colocar é que nessa época do ano está todo mundo já se projetando para viagens, para férias, para isso e para aquilo. Então, fica difícil eu pegar uma situação e levar para dentro da Associação, onde eu posso levar o tema principal, que seja rádio e televisão, onde teríamos mais acesso para darmos

conteúdo a isso; ficaria restrito. Então, acho que se pegássemos uma outra época seria melhor, para que eu pudesse contar com a colaboração de outros. Acho que todos aqui somos representativos de classe. E com isso seria melhor trabalharmos dessa forma. Essa é a minha opinião.

SR. ROBERTO – Eu preciso esclarecer uma coisa, pelo seguinte. Nós temos prazos que foram acordados. Eu não tenho autonomia para modificar esses prazos. Temos um cronograma com consultores que estão trabalhando conosco. Temos prazos internos, da burocracia, das rotinas e atividades internas da Fundação. Na verdade, tivemos um prazo bastante exíguo para a produção do relatório. E na verdade, o formato desse relatório tem de ser também não denso do ponto de vista acadêmico, para que seja útil para vocês. Acho que a idéia pode ser algo que subsidie, possibilite a tomada, não há tomada de decisões, acho ainda. Na verdade, o planejamento, a formação de cenários, o espaço em que vocês vão atuar.

Então, pediria, a questão dos prazos foi acordado entre a direção executiva da Fundação com vocês, acho que tem um prazo que precisaria me certificar.

SR. PRESIDENTE – O.K. Podemos, então, verificar quem poderá participar desse pequeno grupo de trabalho, para que se reunisse depois do dia 10, mais ou menos? Não sei se o Sérgio, que fez a proposta.

SR. SÉRGIO – Se eu aceito o desafio? Claro. O problema em seguida é muito avião e pouco campinho de futebol para aterrissar. Ou seja, a questão do tempo, como organizamos isso, para não ficar e sobrecarregar as pessoas.

SR. PRESIDENTE – Então, Sérgio. E acho que não temos outra opção aqui, apesar de todo mundo querer fazer as coisas com rapidez. Mas janeiro vai ser um mês difícil de executarmos, por conta de que a Casa está praticamente fechada, não é?

Então, é muito complicado fazermos alguma atividade em janeiro, porque não tem, é um mês em que se tira férias nesta Casa. É uma tradição. Então, eu acho que vamos conseguir só dar ritmo ao trabalho mesmo a partir de fevereiro. Aí vamos ter 3 meses, fevereiro, março e abril para desenvolver um trabalho de debates, de seminários, enfim de relatoria. Então, este seria o nosso tempo, o nosso “time”. E a conclusão, a elaboração do relatório seria feita mesmo em maio.

SRA. – Eu não sei. Talvez cada um de nós, eu, por exemplo, estou com questão de tempo muito complicada para dezembro. Vou estar fora quase uns 15, 20 dias, a partir de segunda-feira. O que eu posso é preparar tudo aquilo de material que eu possa contribuir como de apoio, e ao mesmo tempo preparar uma lauda que seja, sobre um pensamento principal, uma idéia que eu acredito que deva ser discutida, defendida. Eu acho que se cada um fizesse isso e encaminhasse talvez para você mesmo, Deputado, acho que talvez... Não sei.

SR. PRESIDENTE – É que eu não estou querendo fazer sozinho isso. Então, estou querendo a cumplicidade de outros.

SR. SÉRGIO – Eu faço uma proposta dentro dessa idéia da participação efetiva. Nós poderíamos todos nos convocarmos para garantir a presença de todas as instituições que foram convidadas para o dia 9. Então, o dia 9 está colocado desde o início, todo mundo está reservado para o dia 9, não está?

SR. PRESIDENTE – Certo.

O Everaldo já está com um problema. O Everaldo não poderia vir. E a Beth não poderia vir.

SRA. BETH CARMONA – Mas eu posso mandar representante, alguém que trabalha comigo.

SR. PRESIDENTE – Nós podemos manter essa data. Quem puder vir, venha.

SRA. LUCI – Até porque eu acho que talvez haja algum problema com essas 3 entidades que não se apresentaram ainda.

SR. SÉRGIO – Essas 3 pessoas que auxiliariam a coordenação da Comissão. Ou seja... Ou você quer definir isso já?

SR. PRESIDENTE – Vamos definir isso já, porque hoje estamos com mais gente. Um já não pode vir. Dois já não podem vir. Pelo menos temos mais gente hoje aqui do que numa próxima reunião.

SRA. BETH CARMONA – Garantir pelo menos uma primeira, uma primeira participação das 3 entidades aí que não foram convidadas formalmente ainda.

SR. SÉRGIO – Eu acho que é fundamental o que a Irma Passoni propôs, esse panorama todo. É fundamental a exposição e o debate sobre a nova lei geral das comunicações. É fundamental esse inventário, esse levantamento todo que o Seade está fazendo. É fundamental comparecermos dia 15. Então, tem pelo menos 4 grandes atividades. Agora, compreendendo que o que vai acontecer aqui nas reuniões é o debate sobre o que se estudou. Então, é importante ter os endereços, para que possamos estar recebendo o material e chegar aqui com a lição de casa feita. Senão vamos, pela dificuldade, como somos uma equipe e nunca trabalhamos juntos, nem sabemos direito o que cada um faz, ficar gastando muito tempo com coisas particulares ou com generalidades. Se vimos aqui com o material, quem tem

o que dizer, já teve como distribuir, por e-mail, pelo correio, por fax etc. Mas certos documentos são fundamentais. Esse da lei geral, essas quarenta e tantas páginas, isso é fundamental. Aqui quem teve acesso a esse documento comentado, dessa sala?

SRA. BETH CARMONA – Ele está no “site” do Ministério das Comunicações, eu tenho uma cópia da quinta versão. Não tive tempo material, porque só ontem à tarde é que eu tive a sétima versão em mãos, para ver se ele está muito diferente da quinta versão. Mas eu acho que de qualquer forma, esses comentários que foram feitos com muita propriedade. Eles podem servir de base.

SR. SÉRGIO – De ponto de partida. Então, a tarefa nº 1, com relação à lei geral, seria pegar a última versão, que não sabemos qual, e redistribuir entre nós, com os comentários que o Gustavo Gintri e os outros fizeram.

SRA. BETH CARMONA – Com os comentários feitos à quinta versão, que preciso fazer o casamento, para ver se ainda válidos, se não foram modificados. Entendeu? Foi isso que não tive tempo de fazer. Eu tentei ontem à tarde toda, para hoje estar com essa lição pronta, mas não deu, porque tive o debate sobre violência ontem à noite. Eu tive de interromper esse processo às sete horas da noite.

SR. PRESIDENTE – Nós podemos, Sérgio, que todos esses documentos que as pessoas quiserem que circulem, fazer com que nos enviem aqui para a Assembléia, e fazemos a redistribuição. Nós multiplicamos e ...

SRA. BETH CARMONA – Isso dá para fazer. Isso eu faço. Eu me comprometo a fazer. Tirar cópia dessa...

SR. ROBERTO – Zarattini, queria fazer uma sugestão talvez. Para a confecção do trabalho, se quisessem enviar informações que os membros considerem importantes para constar no documento, talvez poderia montar um sistema de encaminhamento das informações que eles considerem importantes constar, estamos abertos e disponíveis para isso.

SR. PRESIDENTE – OK. Para o Seade, não é?

SR. ROBERTO – Para oferecer subsídios. Nós concluímos a transcrição da fita da palestra do Juiz Federal Paulo Fernando Silveira, daquele *workshop* na USP, sobre radiodifusão e Direito Constitucional. É uma peça muito importante que vamos mandar para o Juiz, para ele conferir se tem algum erro na transcrição. Essa também é uma contribuição que discute a questão do direito do cidadão e as novas tecnologias. Porque vai acontecer isso. A dificuldade de debater à luz da lei é a velocidade com que as coisa vão-se dar, nas mudanças dos meios; não vai ter lei antes, a lei virá depois. É assim. Vem o fato, o costume e, depois, a lei.

SR. PRESIDENTE – OK. Seguindo essa proposta, apresentamos uma proposta, vamos fazer assim, encaminhamos, inclusive atendendo a sua solicitação do que se encaminhar às entidades, apresentamos essa proposta e vamos ouvir, as pessoas nos mandam comentários, alterações, supressões, adições, uma proposta e trabalho para os meses de fevereiro, março e abril. Ou pelo menos para o mês de fevereiro, para começarmos nesse mês.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Deputado, se cada um, baseado por segmentos, aquele em que cada um tem mais conhecimento, fizer uma explanação do que acha que seria ideal, e depois a Comissão lançasse isso e partíssemos, quer dizer, então seriam reuniões com referência a essas situações.

Não sei. Se cada um, dentro daquilo que faz, fizesse uma explanação daquele setor, encaminha para a Comissão. A Comissão faz esse relatório.

SR. PRESIDENTE – Pode ser.

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Pauta isso tudo. E começamos a discutir por item, e não por um aspecto tão generalizado como está sendo colocado.

SR. PRESIDENTE – Pode ser essa proposta. Nós podemos, então, estabelecer aqui uma data, até o dia, vamos dizer, para manter um calendário, até o dia 9, que é uma data marcada, para que nos enviem sugestões. Certo? Até o dia 9 de dezembro agora. E nós procuraremos sintetizar, devolvemos e redistribuímos as propostas. Está OK? Pode ser assim? (Pausa).

O nosso endereço, acho que todo mundo já tem. O endereço eletrônico e o da Assembléia. Tudo bem então? E reconvocaremos a próxima reunião, acertamos a data, aí nesse espírito, de ir tocando o debate para frente, não ficar na generalidade.

SR. – Então, envio de sugestões para discutir o temário até o dia 9. A reunião está marcada para às 9 da manhã, das 9 ao meio dia, é isso?

SR. PRESIDENTE – Não. Eu estou entendendo que até o dia 9 as pessoas nos passam as sugestões.

SR. – Sim. E redistribui.

SR. PRESIDENTE – Procuraremos sintetizar, redistribuir, inclusive com cópia das sugestões.

SR. – Então, não tem reunião no dia 9.

SR. PRESIDENTE – Não tem.

SR. – Até o dia 9. E se constitui, hoje, uma comissão de 3 pessoas, para reforço da coordenação da Comissão.

SR. PRESIDENTE – Se possível, eu gostaria. (Pausa). É só verificar quem poderá ficar nessa Comissão.

SRA. BETH CARMONA – O Sérgio. Normalmente quem propõe Grácia?

SRA. GRÁCIA – Pode ser.

SR. PRESIDENTE – A bancada da sociedade civil!

SRA. BETH CARMONA – Eu também, infelizmente, agora não posso. Estou fazendo parte de 4 Comissões, precisando abrir mão de algumas e não acrescentar mais uma.

SR. PRESIDENTE – Se o Edilberto quiser participar!

SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Olha, o grande problema é que, infelizmente, vim sem agenda, foi até um erro, não sei como é que está. Para eu assumir um compromisso com vocês por esses dias, precisaria saber realmente. Agora, acho difícil o mês de dezembro. Para mim é extremamente complicado. Não levem isso como nenhum tipo... Estou disposto a me programar, se vocês

colocarem janeiro, fevereiro, uma semana direto. Viremos todos os dia. Não há problema nenhum. O detalhe é que, para mim, é complicado nessa época do ano. E eu também não estava preparado para esse tipo de situação. Por isso, peço desculpas porque para mim é complicado de fato. Mas se puder, estarei presente. Se valer um a mais, dentro da possibilidade.

SR. PRESIDENTE – Tudo bem. Então, ficamos com dois na Comissão. Aqui está o Hélio, que trabalha com o Edmur. Vamos ver se o Edmur também participa. O Rangel. Nós faremos esse primeiro apanhado, a partir das propostas que chegarem até o dia 9. Vamos nos sentar, discutir e fazer uma proposta. Está OK, Sérgio?

Então, é isso. Podemos concluir, agradecendo a presença de todos.

SR. SÉRGIO – Eu vou só pedir a todos, como distribuíram os papéis todos juntos, a carta a que me referi, é essa que está com o timbre da Revista Imprensa, falando porque foi suspenso o 4º Seminário Internacional de Radiojornalismo sobre Saúde.

09.02.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Sandra Mello – Representante da Associação de Jornais de Bairros, junto à TV Comunitária
- .Edinho – Sindicato Dos Radialistas
- .Ricardo Campolim – Presidente da Associação Brasileira de Rádios Difusas Comunitária para o Estado de São Paulo
- .Gracia – Militante nas rádios comunitárias
- .Luci Martins – Sindicato das Rádios Comunitárias
- .José Francisco Araújo – Representante da APTA-Associação Brasileira e Telecomunicações por Assinatura
- .Stefani Luiz – Representante da APTA-Associação Brasileira e Telecomunicações por Assinatura
- .Ana Emília Prado – Representante da OAB
- .Sérgio Gomes – Editora Oboré
- .Walter Estevam Júnior – Presidente da Associação de Jornais do Interior
- .Ricardo Campolim – Presidente da Associação Brasileira de Rádio Difusão Comunitária para o Estado de São Paulo

SR. CARLOS ZARATTINI – Senhoras e senhores, dando início a nossa reunião, queremos informar que, ontem, foi confirmada a presença do Secretário de Ciência e Tecnologia, Deputado José Aníbal, que não chegou até agora. Acreditamos que S.Exa. esteja atrasado e aguardamos ainda a sua presença.

Agradecemos a presença da Sra. Sandra Mello, representante da Associação de Jornais de Bairros, junto à TV Comunitária; Sr. Edinho, do Sindicato dos Radialistas, como também do Sr. Ricardo Campolim, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Difusas Comunitária para o Estado de São Paulo; Sra. Gracia, que milita nas rádios comunitárias; Sra. Luci Martins, do Sindicato das Rádios Comunitárias; Sr. José Francisco Araújo, representante da APTA – Associação Brasileira e Telecomunicações por Assinatura; Sr. Stefani Luiz, também da mesma associação; Sr. Ana Emília Prado, representando a OAB; Sr. Sérgio Gomes, da Oboré e o Sr. Walter Estevam Júnior, Presidente da Associação de Jornais do Interior.

Nossa última reunião ocorreu em dezembro do ano passado. Dessa data até agora, além das discussões que vínhamos fazendo, ocorreram também novos fatos em relação à comunicação que levaram a uma mobilização bastante grande em certos setores ligados especialmente às rádios comunitárias. No mês de janeiro tivemos a decisão do juiz Lunardeli que determinou o fechamento de todas as rádios comunitárias no nosso Estado. Esta decisão depois foi suspensa. Mas isto levou o aprofundamento bastante grande desse debate nos próprios meios de comunicação, especialmente na *Folha de S.Paulo* sobre esta questão. Por causa disso ocorreram reuniões de várias associações de rádios comunitárias. Hoje à tarde, teremos na Assembléia Legislativa um ato de defesa da liberdade de expressão e de comunicação, a partir das 14 horas e 30 minutos, primeiro no plenário principal e depois no plenário Tiradentes. Convidamos todos os interessados, diversos deputados já confirmaram sua presença e, com certeza, será uma reunião muito importante.

Ana Emília está informando que no dia 22 de março haverá um seminário na Ordem dos Advogados do Brasil, sobre liberdade de expressão.

Estamos num processo do Fórum, cujo objetivo neste primeiro semestre é fazermos todos os debates até mês de abril, talvez entrando em maio, para que nos meses de maio e junho possamos aprovar o relatório desta Comissão. O segundo semestre é praticamente eleitoral. Como todos sabem esta é uma Casa política e as atenções de todos os deputados vão estar voltadas fundamentalmente para as eleições municipais. Se ultrapassarmos o mês de junho, no segundo semestre teremos muitas dificuldades para fazer discussões de relatórios etc. Assim sendo, tentaremos terminar no primeiro semestre os trabalhos da Comissão de Comunicação.

A Fundação Seade foi contratada pela Assembléia Legislativa para fazer os diagnósticos de todos Grupos Temáticos, relacionados na página 4 do caderno, com os nomes dos deputados responsáveis por cada Grupo Temático. No nosso caso, temos o caderno que trata de Ciência, Tecnologia e Comunicações. Dividimos em dois grupos. Ontem, houve a reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e hoje estamos fazendo a reunião da Comissão de Comunicações. O objetivo deste caderno é fazer um diagnóstico da situação. Da metade para o fim deste caderno consta o texto relativo a comunicações, colocando à disposição de todos os dados que o Seade possui a respeito deste assunto no Estado de São Paulo, bem como algumas outras opiniões a respeito.

Inicialmente o texto trata das telecomunicações, processo de privatização, a questão de acesso e de serviço universal, a regulação, correios, Internet e no final nos dá um quadro da situação das emissoras de televisão, de rádio e jornais no Estado de São Paulo. É um quadro bastante revelador, conforme mapas 4 e 5 sobre a presença de emissoras de AM e FM, televisão e jornais, da grande quantidade de municípios em nosso Estado que não conta sequer com uma rádio AM ou FM, televisão e jornal. Alguns municípios, incrivelmente, não possuem nenhum jornal.

Isto demonstra a profundidade de trabalho que vamos ter em relação a este assunto.

Nas discussões já feitas, percebemos a preocupação com a democratização nos meios de comunicação, seja na telefonia, emissoras, jornais e também quanto a sociedade deve ter de controle sobre isso. Vamos tentar apontar soluções para que o Estado de São Paulo daqui a alguns anos talvez tenha um mapa

completamente diferente desse, em termos de possibilidade de acesso da população do nosso Estado.

Também temos a idéia de abrir um pouco mais a discussão sobre legislação. Queremos submeter a debate a possibilidade de trazer um advogado que tem se aprofundado nas leis de comunicação, e especialmente por ter estudado a minuta da Lei Geral de Comunicação, do Ministério das Comunicações que vai abarcar o conjunto dessas questões de comunicação. Esse advogado chama-se Gustavo Gimbre e mora no Rio de Janeiro. Nossa idéia é fazer um debate a respeito dessa lei. A comunicação é basicamente regida por leis federais. Por isso, acredito que este Fórum deve se debruçar sobre o que está sendo feito em termos de legislação e o quanto e em que sentido podemos influenciar nisto.

Esse diagnóstico está necessitando de vitamina. Li esse material e acho que ainda são necessários muitos dados. Não temos nenhuma informação sobre TV a cabo, a não ser o número total de assinantes. Gostaríamos de obter informações, parcialmente como se colocam, o nível de renda etc. Até agora também não temos uma definição sobre as rádios comunitárias. Onde elas estão, como estão organizadas em termos de espaço no interior e na capital. Apesar de aqui ter um mapa dos jornais do Interior, seria interessante confrontarmos esses dados com os da associação. Não sei se mencionam jornais só da capital ou de outras cidades grandes também. Precisamos ter um mapeamento mais completo.

SRA. – Posso fornecer dados sobre os jornais de bairros, porque também faço parte do Núcleo de Estudos da TV da PUC. Justamente foi uma das coisas que

levantei na primeira reunião, isto é, de que gostaria de olhar um pouquinho mais sobre esta parte da educação através da televisão.

SR. CARLOS ZARATTINI – Antes de abrir a palavra vamos ver como será o encaminhamento dos nossos trabalhos, ou seja, como prosseguiremos. Temos a sugestão do debate com o Dr. Gustavo. Poderíamos fazer outros tipos de debates e palestras, para que, ao final de dois ou três meses, possamos ter algumas

medidas propostas em nível do governo do Estado, do governo federal, da Câmara de Deputados, do Senado e desta própria Assembléia. Que legislação poderíamos encaminhar, mesmo em termos de sociedade que poderiam ser aprofundados.

Não precisamos ser muitos formais. Vamos apenas seguir a ordem de inscrição dos senhores que desejam fazer uma exposição.

SR. SÉRGIO – Tenho duas propostas. A primeira é a seguinte. Nos próximos anos, certamente as novas tecnologias e procedimentos que surgirem, necessariamente, vão produzir conflitos entre interesses coletivos, individuais etc. Portanto, advogados de um lado e juízes do outro vão se colocar frente a problemas a respeito dos quais talvez não tenham muito conhecimento técnico. E acabam confundindo potência com frequência, que uma frequência baixa derruba avião, etc. Isso vai chegar às mãos da Justiça, às mãos do Ministério Público. Uma proposta seria que esta Comissão, em nome do Poder Legislativo, convidasse o Poder Judiciário para que viesse, formalmente, a esta Casa, num nível alto e de responsabilidade, também se valer das palestras e dos debates e, na medida do possível, até se transformar numa programação. Acho que isso coincide, de uma certa maneira, com as preocupações da OAB.

A segunda coisa é que temos nos contido, os que estão do lado das rádios comunitárias, os meio de comunicação populares etc. para que se obedeça a

diretriz que foi determinada logo na primeira reunião, pelo Coordenador desta Comissão, Deputado Carlos Zarattini, e pelo consenso de todos nós. Já que estamos falando do século 21, deveríamos apresentar propostas para a sociedade, de democratização a longo prazo, e não transformar isto, neste Fórum, num objeto de intrigas e futricas. Aqui não estamos propriamente em uma mesa redonda da DRT. Isso aviltaria a natureza do debate. No entanto, coincidiu que a instalação e as primeiras reuniões se dessem num quadro de uma armação que tem fundamento. Não foi uma coisa por impulso, mas uma coisa perfeitamente planejada de um ataque às rádios comunitárias e que produziu o que todos estamos vendo aí. Há necessidade de levar ao conhecimento do Presidente da

República que existem mais de 20 mil rádios em funcionamento e 8 mil com todo processo montado sobre a mesa do Ministro das Comunicações. Nada foi legalizado, depois de dois anos, nem uma rigorosa emissora. Esta situação de empurrar para a clandestinidade, ainda mais quando se olha neste mapa onde se vê este vazio todo e se percebe como grande parte das emissoras estão com programação padronizada. Já existe um programa de computador que está ligado na parada de sucessos global. Essas rádios têm um sistema de se vincular a determinadas gravadoras. Isso ficou mais claro para todo mundo. Entre a nossa última reunião e hoje se deu o maior negócio da história da sociedade. São 200 bilhões de dólares, que foram para a compra da Winertimes pela Aol. Tudo isso está se dando de uma forma muito rápida e em movimentos muitos grandes com repercussão sobre a vida toda, na área específica das comunicações e com desdobramentos em todas as áreas.

A revista *Veja* fala que a partir de agora as gravadoras de todos os nossos artistas fazem parte das gravadoras grandes, que vão decidir no futuro sobre o que pode ou não pode continuar sendo divulgado.

A Presidência da República precisa saber da situação dramática que está sendo vivida em São Paulo. A minha proposta é de que o Deputado Carlos Zarattini,

com seu conhecimento, pudesse encaminhar, não sei de que maneira, um ofício, levando em conta o ato que vai acontecer à tarde etc, que as entidades que coordenam esse movimento das rádios de baixa potência, que estão, neste momento, sendo atacadas de todos os lados, tivessem oportunidade de ter audiência com o Presidente da República, para examinar isso com calma, e baixasse um ato de cima para baixo, por meio do Ministro das Comunicações. A propósito, no dia 25, o Ministro das Comunicações concedeu *status* de rádio cultural e educativa para a Rádio Favela de Belo Horizonte, depois de 19 anos de perseguição, porque derrubava aviões, foi cinco vezes fechada pelo Exército e agora foi reconhecida com esse mérito de educativa e cultural. Esta situação é um paradoxo.

Se por um lado não devemos transformar o ambiente desta Comissão num debate sobre um dos subsistemas, que são as rádios comunitárias, por outro lado não se avança no debate sem alguma iniciativa grande, política. O Poder Legislativo de São Paulo, com o apoio da sociedade deste Fórum, poderia solicitar, formalmente, uma audiência com o Presidente da República.

SR. CARLOS ZARATTINI – Esteve presente aqui, mas não pôde ficar, a ex-Deputada Irma Passoni, que hoje é Presidente do Instituto Internacional de Integração de Sistemas, porque precisou ir a Brasília. O Sr. Alberto Dines nos telefonou dizendo que está com problemas de saúde e pediu desculpas por não poder comparecer.

SRA. ANA EMÍLIA – Bom-dia a todos, quero dizer que também a Ordem dos Advogados tem o maior interesse na discussão da questão da liberdade de expressão e tendo em vista que quase toda legislação, como disse o Deputado Carlos Zarattini, é baseada nas leis federais. Isso acaba criando uma dificuldade maior na interferência, dando muito mais trabalho. Tenho enfrentado a briga com o Ministério das Comunicações porque estou querendo realizar debates na Ordem

dos Advogados sobre essa legislação e ele se recusa, inclusive, a dar o que há de legislação e estudos até agora. Clandestinamente conseguimos esse material e organizamos seminários na Ordem dos Advogados no final do ano passado e no Sesc, com Marta Suplicy. Mas está muito difícil.

No dia 22 de março incluí dentro de um debate já formal que a Ordem dos Advogados faz sempre no começo do ano, sobre diversos direitos do consumidor, um debate sobre liberdade de expressão. Dei este nome justamente por ser um tema muito amplo e mais fácil de conseguirmos debatedores e seminaristas, do que se déssemos um nome de lei geral de comunicação de massa eletrônica, como é o nome dessa lei que vai regulamentar essa questão toda. Já temos confirmada a presença de Evandro, da Rede Globo, que faz parte também da Abert. No ano passado quando convidei Evandro e a Abert para que participassem dessa reunião, se recusaram formalmente dizendo que não poderiam debater sobre uma lei que, oficialmente, não conheciam. Mas agora eles participarão.

Estava conversando com Sérgio agora, e preciso primeiro ver a pauta para, talvez, incluí-lo também nesse debate, a fim de expor a questão das rádios, que é muito séria. Convidei também um juiz, que entrou pelo quinto constitucional no Tribunal de Alçada. É o Dr. Luiz Antônio Nunes, da PUC, um grande estudioso dessas questões de liberdade de expressão, filósofo, que vai participar desse debate na Ordem dos Advogados e que, talvez, possa ser um dos convidados do Poder Judiciário, que você falou para participar dos debates aqui na Assembléia.

Penso também fechar uma outra ponta com o Ministério Público. É muito difícil quando tratamos de questões relativas a direitos difusos, direitos coletivos, que um advogado pegue esta causa, por uma simples razão. Você não vai conseguir nunca atingir a coletividade se não for um Ministério Público a estar ajuizando aquela ação ou um outro órgão, ou entidade como a Ordem dos Advogados, um Sindicato com poderes específicos para ajuizar ações. Estou querendo ver quem é a pessoa no Ministério Público que poderia começar a fazer uma frente conosco. Não adianta ficarmos fazendo uma porção de debates em nível

intelectual. Adianta numa primeira fase. Para que haja uma mudança efetiva, é preciso sensibilizar também o Ministério Público para que ele comece a ajuizar ações. A partir daí, poderemos começar a debater as questões. O que acontece hoje, 10 anos depois de vigência do Código de Defesa do Consumidor, é que praticamente não existem processos. Tudo acaba virando acordo. Sobre questões relativas a rádio ou televisão são pouquíssimas pessoas que se dão ao trabalho de ir até o Procon e depois ao Ministério Público para reclamar de uma propaganda enganosa, abusiva, ou de algum programa de televisão. Ontem no último jornal da Lilian Vite Fibe vi só a manchete e acabei perdendo a notícia, mas era o caso de um menino de 9 anos de idade que havia dado 25 facadas em uma amiga de 6 anos, depois que viram um filme de um boneco assassino. Eles estavam brincando como no filme. É uma coisa muito séria. Ontem também vi na televisão uma propaganda da Coca-Cola. Vou falar com o Conar hoje a respeito. É um absurdo que a Coca-Cola faça uma propaganda claramente abusiva da credibilidade da criança. É um adolescente que fica pulando numa cachoeira imensa, de 30 a 50 metros, e depois cai no rio. O fundo do rio é lindo, com a água azul, transparente, cheio de garrafas de Coca-Cola. Ele pega uma garrafa e toma a Coca-Cola. Não satisfeito por ter caído na cachoeira, sai inteiro e feliz por ter achado muitas Cocas-Colas no fundo do rio. O filme publicitário acaba com o rapaz saltando na boca da cachoeira, a um metro antes da queda d'água cair. Como se isso fosse possível e não acontecesse nada. É assunto muito sério. Existem psicólogos e diversos estudos a respeito, que acompanhamos no mundo inteiro, de como essas coisas aparentemente inocentes, brincando com a imaginação, acabam suscitando a criança a ter um comportamento extremamente perigoso para sua saúde. Sempre que discutimos essa questão acabamos esbarrando na liberdade de expressão. É um assunto muito difícil e espinhoso. Até onde vai a liberdade de expressão que não seja a ponto de levar a pessoa a ter um comportamento perigoso, especialmente a criança, porque a maior preocupação é com a formação da criança e do adolescente. É um assunto que temos nos disposto a estudar bastante e sempre esbarramos na liberdade de

expressão, que deve ser plena, mas também deve ser consciente e educativa. É isso que temos feito na Ordem dos Advogados. Depois vou verificar local, hora etc. para convidar formalmente todos vocês.

Achei também uma idéia excelente você convidar o Dr. Gustavo Gimbre, que fez um belo estudo, que foi divulgado pela Internet, de comentários à Lei de Comunicação de Massa Eletrônica. Acredito que ele vai poder nos auxiliar bastante.

SRA. – Gostaria de reforçar o que Ana Emília estava falando. Também vi essa reportagem e poderíamos nos voltar um pouco para esse lado do que se veicula em televisão. Todos estão absorvendo a televisão, seja criança ou adulto. Poderíamos analisar e discutir um pouco sobre a forma como se passa essa informação. Até tentamos criar uma campanha a respeito, para que as emissoras ficassem um pouco mais atentas e tivessem mais responsabilidade pelo que estão veiculando. Realmente choca você ver, à noite, reportagem sobre uma criança de 9 anos que esfaqueou uma de 7 anos. Vejam o poder da mídia. Mas ela deve ter também responsabilidade. Trabalho com comunicação, dou aula de televisão na PUC, na Unip, sempre tentando incutir essa responsabilidade nos que fazem e vão fazer televisão.

SR. RICARDO CAMPOLIM – Quero aproveitar o ensejo que Ana Emília nos deu para dizer que no nosso setor de rádio difusão comunitária existem 8 mil associações que envolvem entidades locais, de vários municípios no país, que acreditaram que existe uma lei. Esta lei existe mesmo. É a Lei 9.612, editada há dois anos, que regulamenta as rádios comunitárias. Essas entidades todas espalhadas pelo país, tiveram um gasto imenso para preparar processos, contratar até assessorias jurídicas para poder preparar o processo de acordo com as exigências das leis e normas do Ministério das Comunicações que se sucederam, e enviar esses processos para o Ministério, em Brasília. Todos esses processos estão parados há quase dois anos no Ministério, depois de todo esse gasto que tiveram,

com a ilusão de que as rádios e entidades espalhadas pelo país afora, iriam receber uma licença para funcionamento. Até hoje o Estado, por meio do Ministério das Comunicações, não liberou uma rádio. O Congresso teria recebido mais de 50 processos, que é muito pouco diante dos 8 mil que estão registrados lá, para a fase final de outorga, e até hoje nenhuma rádio comunitária foi autorizada a funcionar no país. Isso, passados dois anos da publicação da lei.

Peço o concurso da OAB e o seu particularmente para que possamos estudar uma forma de enquadrar o direito dessas associações no Código de Defesa do Consumidor.

SRA. ANA EMÍLIA – Vou estudar para ver como poderíamos fazer esse enquadramento. O Dr. Celso Antônio Pacheco Fiorini, que é Diretor de Direito da PUC, e fez sua tese de livre docência na PUC sobre o espectro eletromagnético, é uma pessoa interessante para vocês consultarem, porque estudou com profundidade todas essas questões. Ele é meu amigo, uma pessoa muito despachada, e começa dizendo que resolveu estudar a questão do espectro eletromagnético, porque dizem que advogado não entende nada disso e fica apenas ouvindo que vai derrubar avião, que vai interferir em rádio de polícia etc. É muito interessante a sua tese porque junta vários gráficos demonstrando a frequência e conta desde a invenção do rádio e da televisão no mundo e como depois chegou ao Brasil. Com certeza o Dr. Celso é uma pessoa bastante habilitada e você poderia fazer um contato com ele. Se quiser, posso até intermediar, mas ele poderia dar a você uma resposta mais pronta, porque acabou de estudar com profundidade esse assunto.

SRA. – Completando o pouquinho que foi dito aqui sobre a questão das rádios, queria dizer que é importante estarmos registrando, especialmente quando estamos numa Comissão de Comunicação discutindo os meios, que esta própria Comissão, composta por diversos segmentos, não consegue acesso à informação.

Assim como não conseguimos o acesso a informação sobre a lei geral de telecomunicações, também não conseguimos acesso ao processo que concedeu essa liminar para a AESP, assim como as rádios e outras entidades que estão com processo no Ministério das Comunicações também não têm acesso ao andamento dos processos. Queria até registrar que a Associação Cidade Cidadã Santa Fé Sulense precisou recorrer ao inciso 33 do art. 5º da Constituição Federal para obter uma resposta do Ministério das Comunicações sobre o andamento de um processo. Esta foi a terceira carta enviada ao Ministério porque não tinha resposta às anteriores. A resposta é lacônica e não conclusiva sobre o andamento do processo.

Com relação também até mesmo à questão da Internet, quando falamos em direito e acesso às informações, estava comentando hoje que eu queria ter uma relação dos deputados estaduais. É praticamente impossível você ter esse acesso pela Internet, porque você precisa entrar pelo gabinete virtual, gabinete a gabinete, esperar carregar cada gabinete, e assim por diante. Ontem também queria ter os nomes dos deputados que compõem as Comissões, mas para se ter acesso, por exemplo, às Comissões, acontece a mesma situação. Sentimos que existe todo um impedimento à informação. Se você não tem informação, você não tem como estar discutindo ou agilizando qualquer processo. Gostaria de deixar isso registrado.

SR.CARLOS ZARATTINI – Pelas informações da Mesa, a Assembléia Legislativa, dentro de poucos dias, terá uma melhoria bastante grande no *site* desta Casa, inclusive com a possibilidade de assistir à sessão completa pela Internet, de forma direta.

Aproveitando a exposição de Luci, gostaria de sugerir inclusive ao pessoal das tevês por assinatura, porque me parece uma questão também importante, a possibilidade de fazermos um debate sobre as novas tecnologias. A TV a cabo é uma tecnologia recente no país, pelo menos não está ainda disseminada amplamente para toda a população, assim como a Internet. Talvez fosse interessante fazermos uma discussão aqui, apresentando todas as possibilidades.

Por exemplo, fala-se, agora, em Internet através da TV a cabo, através de uma modificação no telefone etc. Enfim surge a todo momento uma novidade no mercado. Esta Comissão poderia ter um quadro, seja com a própria participação de vocês desta Mesa ou nos indicando pessoas que pudessem informar sobre todas essas novas possibilidades e como estão analisando essa questão. Seria interessante talvez montar um painel, convidando também as empresas e os provedores de Internet, porque hoje está havendo uma concentração de provedores, com essa questão da Internet grátis.

SRA. – Também há a questão das operadoras de TV a cabo.

SR. – Hoje temos 222 operadoras de TV por assinatura no Brasil. Não é só a cabo, tem MMDS, processo de satélite, que hoje é um serviço com cerca de 800 mil assinantes. Todos esses meios que utilizamos para levar o sinal de televisão por assinatura se prestam também para levar sinal de dados, ou seja, podem servir como acesso à Internet. A BPA terá o maior prazer em participar disso.

Na primeira exposição aqui tivemos a sugestão de levar ao Poder Judiciário o conhecimento dessa área muito cinzenta da tecnologia para a maioria da população, inclusive para grandes especialistas. Temos feito este trabalho com bastante dedicação na BTA. Tivemos, inclusive, que alterar a denominação da nossa associação que se chamava Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. Por sugestão do Presidente da Anatel, alteramos esta denominação, porque hoje não nos limitamos a televisão por assinatura, já que oficialmente, desde 17 de dezembro, as empresas que operam televisão por assinatura estão também autorizadas a promover o acesso, em alta velocidade, à Internet, que é hoje o processo dominante nos Estados Unidos. O Brasil tem uma situação bastante confortável para oferecer esse serviço, já que começamos muito tarde a fazer televisão por assinatura. A televisão por assinatura, no Brasil, tem seis anos, enquanto tem 30 nos Estados Unidos e 15 na Argentina. A Argentina tem o dobro

de assinantes que temos no Brasil. Realmente é ainda uma indústria incipiente, mas de qualquer maneira esta autorização expressa da Anatel de provermos esse acesso em alta velocidade muda totalmente a Internet, como é conhecida hoje. A Internet passa a ser um instrumento válido para divulgação, prestando-se perfeitamente para a telemedicina, tele-educação etc., uma vez que se pode utilizar todos os recursos de multimídia, sem ser morosa e chata da Internet, como é hoje, via telefone. Também no lado da telefonia convencional estão se desenvolvendo métodos de compressão a um nível tão elevado, que já permite num processo de ABSL, como o que está sendo oferecido aqui pela Telefônica sob a denominação de *speed*, que é um acesso também em alta velocidade, com o mínimo de 128 K, mas que garante até 256 já daria uma qualidade da transmissão em *bits*.

Estou inteiramente à disposição, porque geralmente tenho sido incumbido, pela Associação de fazer esse processo de divulgação. Para este tipo de debate estaremos sempre à disposição. Particpei do primeiro e único debate sobre a lei de comunicação eletrônica de massa, promovido pelo Ministro Pimenta da Veiga, em Brasília. A nossa Associação foi oficialmente convidada para participar e fui a pessoa designada a fazê-lo. Mas a minuta da lei também não foi distribuída nessa ocasião e acho que qualquer disposição sobre lei de comunicação eletrônica de massa, agora é prematura. Trata-se de um ato do Executivo que deve ser enviado ao Congresso e o Executivo precisa ainda amadurecer sobre essa questão. Não entendi até hoje porque toda essa discussão querendo saber da minuta da lei, uma vez que o governo está querendo pensar numa minuta adequada para mandar ao Congresso. Qualquer discussão sobre uma minuta distribuída por Internet, vazada, não leva a nada. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo talvez tenha a força necessária para exigir do Ministro uma prioridade absoluta, logo que o governo consolide uma proposta a ser encaminhada ao Congresso. Já tive debates no Senado sobre uma lei fantasma. Foi uma discussão sem nenhuma utilidade. Os senadores praticamente nos intimaram a participar desse debate, mas ninguém sabia o que estava debatendo. O que queremos? Queremos imaginar uma lei que

nos convenha. Aí tudo bem e vale a pena. Mas não vejo muita utilidade em discutir sobre minutas hipotéticas.

Vocês estão sugerindo um trabalho e, dentro das nossas limitações, poderemos trazer uma contribuição sobre o problema de tecnologia, como é que se leva isso à população etc. Estamos instalando nossos serviços de TV a cabo em todas as escolas municipais e estaduais, em todas as cidades deste país. A própria concessão é dada sob a condição de que todas as empresas operadoras de televisão por assinatura são obrigadas a instalar os seus serviços em todas as instituições de caráter social, presídios, ambulatórios, cadeias etc. Podemos trazer informação a respeito disso. Levamos seis canais gratuitamente na nossa programação, que é uma regra estabelecida pela legislação do cabo. Tenho o maior interesse em debater tudo isso e gostaria de ser convidado para esse painel que o deputado ventilou a possibilidade de constituir. Contem conosco, porque a BTA estará sempre presente.

SR. EDINHO – Nós do sindicato vamos estar reunidos neste final de semana na Bahia e um dos temas deste congresso é justamente a lei de comunicação de massas. Esta lei tem seis versões. Na primeira, que o senhor participou, foi a portas fechadas, sem a participação da sociedade. Quando a sociedade não participa, não toma ciência das coisas, estão enrolando. A única que foi chamada foi a Fenave, que se retirou dessa reunião, porque não havia outros segmentos da sociedade. Quando uma coisa é feita a portas fechadas, ficamos em dúvida. Na nossa Constituinte está previsto um conselho de comunicação que até hoje não foi instituído. Isto é gravíssimo. Vamos estar discutindo esse problema na Bahia e poderemos trazer subsídios. Conforme for participaremos do seminário que a OAB vai realizar no dia 22 de março, com propostas. Temos preocupação de que a coisa venha de cima para baixo e possa prejudicar as leis que estão aí de radiodifusão.

Falamos em democratização da comunicação, de novas tecnologias e outra coisa que nos preocupa muito e que deveríamos estar também discutindo aqui, é o

uso indiscriminado do satélite. Tivemos desemprego por causa disso, o que está nos preocupando muito. Temos um mapa com muitas rádios. A maioria dessas rádios, principalmente no interior, funciona tudo a base de satélite. Onde antes tinha 20 a 30 trabalhadores entre jornalistas, radialistas, hoje, quando a gente chega lá, só tem uma parabólica e uma pessoa para te receber, que é o dono e também recepcionista.

Devemos também discutir a questão da produção regional, que é de fundamental importância para geração de empregos. A categoria tem diminuído de forma assustadora no interior. São os radialistas, jornalistas e artistas. A questão da produção regional é importante para discutirmos qual é o percentual. Todos os países têm um percentual e o Brasil não tem. Como pode um canal da Bahia trazer informação de São Paulo. Eu trabalho na Radio Jovem Pan e Rádio Bandeirantes que são cabeças de redes e chegam ao Brasil inteiro. Todo sindicalista vê isso com uma preocupação. Temos tentado várias vezes garantir pelo menos 50% de produção regional. Hoje a lei não garante. Vemos satélites para baixo e para cima, coisa que para nós do movimento de rádios comunitárias é proibido. Hoje as tecnologias permitem fazer rede. A lei nos discriminou nisso também, porque somos proibidos de fazer rede.

Então, temos que discutir sobre as novas tecnologias e a produção regional. O monopólio se espalha e fecha-se todo campo de trabalho. Há uma questão social grave envolvida nisso tudo.

SR. CARLOS ZARATTINI – Esta é uma Comissão bastante polêmica, por isso vai ser boa.

SRA. ANA EMÍLIA – Se vamos aguardar o Executivo para vir uma decisão pronta, onde está o Estado democrático de direito, onde está o nosso direito de levar à discussão antes e de, efetivamente, poder participar dela. Quando eu disse que conseguimos, de uma forma espúria, essa lei, via Internet, inclusive com

comentários do Dr. Gustavo Gimbre e depois consegui diretamente no Formatel, de forma não oficial, mas a cópia, significa que alguma coisa séria está acontecendo neste país, com relação a liberdade de expressão, a liberdade de poder participar do processo democrático. Não estamos mais na época de ditadura. São coisas muito sérias. A sociedade tem que ser ouvida, tem que participar e não aguardar inerte que o Executivo promulgue uma lei. Existe, é claro, um debate e acabei entrando nesta discussão com o Ministério das Comunicações porque afirmei que a discussão não passaria pelo Plenário, não passa do ponto de vista formal, mas do ponto de vista prático, passa mais ou menos. Com o Senado e um boa parte dos congressistas comprometidos pessoalmente, ou em nome de terceiros, com a propriedade de concessões, fica muito complicado ter isenção para que esta seja uma discussão democrática e séria. Esta é uma preocupação que temos e que deve ter vetos. Se a intenção é de que não haja só este tremendo “lobby” que está sendo feito agora, a sociedade, a Ordem dos Advogados, quem quer que seja, tem que participar, tem que ver minutas para que possa apontar as inconstitucionalidades, os erros e as sugestões.

SR. – Se me permite, acho que seria muito mais profícuo o trabalho da OAB se, de certa forma, apoiasse uma manifestação do Congresso de propor uma lei. Por que o Executivo é que deve propor esta lei? A lei do cabo partiu de um projeto de um deputado do PT, com apoio de outros deputados. Passei um ano e meio no Congresso discutindo a lei do cabo e conseguimos a lei mais democrática do mundo. Por que temos que ficar discutindo 8 minutos sobre leis fantasmas, em vez de apoiarmos um deputado para propor uma lei de comunicação eletrônica de massa? O que a senhora tem contra isso?

SRA. ANA EMÍLIA – Não tenho nada contra isso.

SR. – A lei do cabo foi proposta pela base, pelo consumidor, que não esperou o governo fazer.

SRA. ANA EMÍLIA – É que o governo divulgou que está fazendo a lei e depois a discussão ficou secreta.

SR. – Então está na hora da sociedade ocupar este espaço.

SRA. ANA EMÍLIA – Não tenho mandato eleitoral para fazer isso.

SR. – Eu me recuso a discutir projetos piratas, porque nós temos todas as condições para fazer isso.

SR. CARLOS ZARATTINI – Seguindo a sua sugestão, em vez de discutirmos aqui o projeto do governo, vamos fazer uma inversão aqui e discutir o que seria uma lei geral de comunicação.

SR. – Este é um trabalho que estamos prestando à sociedade. Em vez de ficarmos discutindo minuta que é falsa etc., vamos discutir o conteúdo.

SR. – Os que procuram ser do ramo hoje têm se dado conta que existe um núcleo profundamente coeso etc. Conheço isso bem e faço parte há 15anos do Diape. Acompanhei de perto alguns procedimentos que levaram alguns a leis e outros ficaram pelo meio do caminho, chamada micropolítica. Quem cuidava disso era o governador do Rio de Janeiro, César Maia, que tinha a função de ser relator da 192, que tratava da desnacionalização dos bancos. Ele trabalhava interminavelmente e produziu 140 versões. Você nunca tinha a versão final, porque ele fazia consultas sem parar. Era como se fosse uma coisa semovente. Quando ele

percebia que na subcomissão ia dar maioria, colocava a nova versão e você não tinha como se defender, porque era um processo chamado micropolítica. Entendo porque o senhor está falando assim sobre processo de discussão. Mas aqui é Comissão de Comunicação do Fórum Século 21, da qual o senhor e eu fazemos parte, do Poder Legislativo de São Paulo, que se propõe exatamente a chamar todos os setores da sociedade para se debruçar sobre o que existe. Existe a primeira versão, a segunda, a terceira, a quarta, a quinta e a sexta, com linha de coerência. Aquilo não cai do céu, tem gente pensando seriamente nisso. Pelo que já foi possível examinar, a gente aperta o braço e encontra um mioma dentro.

SRA LUCI – Não sei o senhor tem informação de que teria sido desenvolvido para Sorocaba, e acabou não sendo concluído, TV a cabo, com a Internet junto às escolas municipais. Quando o senhor falou dos pontos de TV a cabo nas escolas, pelo menos nenhuma das escolas que eu conheço da capital ainda tem disponibilizado o serviço de TV a cabo.

Também não foi discutida a questão da sustentação dos canais de acesso gratuito, a não ser os canais dos Legislativos, que têm verba própria. As tevês comunitárias não estão sendo implantadas e as poucas que foram tiveram suporte econômico das grandes entidades, Fiesp, Associação Comercial. As comunidades continuam alijadas desse processo, porque não existe na norma e no decreto claramente quem e como poderá gerenciar uma TV comunitária. Isso tem criado uma série de problemas. Gostaria de colocar na pauta uma complementação da norma e do decreto no uso desses canais de acesso gratuito. Quanto ao canal educativo cultural que também ficou disponibilizado para os governos estaduais, municipais e federal, não tenho conhecimento de nenhum que tenha ido ao ar, o que demonstra que o governo e as instituições educacionais e culturais ou não acordaram ainda para a TV a cabo ou demonstram claramente a falta de interesse, e não abrem esses canais para as entidades que gostariam de fazer uso.

Gostaria de propor que modelos para TVs comunitárias a cabo, já que copiamos tanto o sistema americano, permitissem uma participação do percentual que as operadoras recebem para manutenção dos canais comunitários de TV cabo.

SR. – A senhora está dizendo que é para cobrar um tributo das empresas operadoras de TV a cabo?

SRA. LUCI – Não, é para as operadoras disponibilizarem um percentual.

SR. – A senhora sabe quanto custa manter seis canais gratuitamente? Temos que manter toda a recepção, distribuição etc. e não recebemos nada por isso. Esses canais, um é do Senado, outro é da Câmara, outro é comunitário, outro é educação e cultura, outro é universidades.

SR. – É só colocar no ar. Eles têm vida própria.

SR. – Exatamente fazemos esse trabalho, modulação, recepção no cabeçal, toda instalação de *receiver* etc. A senhora acha que tem que pagar um imposto ainda para manter isso? Não tem muito sentido. A sociedade é que precisa se organizar para isso.

SRA. LUCI – Mas uma sociedade num país de pessoas desvalidas até economicamente fica difícil que a comunidade pague para colocar uma TV comunitária no ar.

SR. – A senhora me desculpe, mas no município do Rio de Janeiro, por exemplo, o canal educativo está funcionando, com a Multi-Rio, perfeitamente, com alta qualidade; fizeram um convênio conosco, através do qual demos todo

equipamento para o Multi-Rio entrar no ar. Em compensação a Multi-Rio conseguiu com a prefeitura nos franquear o acesso do nosso cabo por dentro do Túnel Rebouças e Dois Irmãos. A senhora me desculpe, pode ser que em São Paulo não esteja funcionando, não sou daqui, sou do Rio de Janeiro, mas no Rio de Janeiro está funcionando bem a contento essa relação. Existem 120 comunidades hoje reunidas no canal comunitário. A Universidade Estácio de Sá é que está dando todo o apoio essas 120 comunidades. A ex-deputada, Irma Passoni, às nossas expensas, organizou um Código de Convivência. Fui pessoalmente com Irma Passoni levar a Brasília esse livro de convivência das tevês comunitárias.

No Brasil, sempre quando acham que a coisa não está caminhando bem, querem enfiar um imposto a mais, a fim de fazer caixa para uma coisa que não funciona. A comunidade tem que se mobilizar. Temos exemplo disso no Brasil inteiro. Todas as escolas de Sorocaba estão cabeadas, onde já começamos o serviço de televisão por assinatura, prestando serviço de acesso à Internet. Mas o prefeito tomou essa iniciativa, prometendo, ainda não é efetivo, uma redução do ISS para propiciar esse serviço. Estamos num país capitalista, então tem que haver uma negociação das autoridades com as empresas. Elas não podem ficar sempre carregando o ônus maior. Devem carregar o ônus que lhes couber proporcionalmente àquilo que produzem. Mas esse diálogo é fundamental.

SR. CARLOS ZARATTINI – Estava pensando na possibilidade de fazer um painel para discutir questões centrais da lei geral de comunicação e outro sobre novas tecnologias.

SR. – A grande ameaça que pesa sobre todos nós do Estado, do Brasil, do mundo, é a Internet. Hoje, fala-se muito em censurar televisão, rádio, jornal. Não há soberania que controle a Internet, porque hoje qualquer pessoa, de qualquer idade, pode fazer jogo na roleta nos cassinos virtuais na Internet, acessar *sites* sem nenhum cuidado, onde há as mais tenebrosas anomalias sexuais acessíveis a

qualquer idade. A Internet está passando ao largo de tudo e não sabemos como vamos conviver com esse negócio. Sou plenamente partidário da liberdade de expressão. Mas a Internet está chegando a um ponto de ameaça da estrutura do governo, da soberania. Não é o assunto de nova tecnologia que deve ser fulcral aí.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tinha pensado também em fazer um debate sobre o controle social. Emília poderia nos ajudar a organizar e verificar que pessoas poderiam fazer esse painel.

SR. – Para dar mais trabalho para a Dra. Emília, tem a questão também da lei da mordaza, da lei de imprensa, das muitas súmulas que estão saindo, principalmente com referência a jornais que respondem criminalmente e civilmente por qualquer coisa que esteja escrita no jornal. Quer dizer, se eu der uma declaração, o jornal responde por isso. Essa questão da lei de imprensa precisaria também fazer parte dessa pauta.

SR. CARLOS ZARATTINI – Uma outra idéia que não podemos deixar de abrange seria a questão dos jornais de bairros e do interior. Poderíamos

também fazer uma discussão a respeito. Conhecemos particularmente jornais de bairros da capital e sabemos que eles têm dificuldades com relação à sobrevivência, dificuldades econômicas e políticas. No interior, muitos deles também sofrem os mesmos problemas, às vezes até de uma forma mais acentuada, principalmente se o jornal é de oposição ao prefeito de uma cidade muito pequena, tem muita complicação. Seria interessante fazer uma discussão a este respeito. Não sei o que vocês acham.

SRA. – Se a questão é sobrevivência econômica, não deve se restringir só a jornal. Aí entram de novos as rádios e as TVs.

SR. CARLOS ZARATTINI – Mas se fizermos tudo com as rádios, só vamos discutir as rádios.

SRA. – Eu só quero ampliar. Estamos falando de todos os meios de comunicação comunitária que têm a mesma dificuldade econômica de sobrevivência.

SR. CARLOS ZARATTINI – Estou em dúvida Vamos colocar em votação para saber o que vocês acham sobre este caso.

SR. – Se fizer segmentado vai ser mais fácil chegar a algum resultado. Quanto mais ampliar, por causa do tempo, será mais difícil chegar a algumas soluções.

SR. – Especificamente sobre as rádios comunitárias, proporia, formalmente, à Coordenadoria da Comissão, que encaminhasse à Presidência da Assembléia, porque sequer isso foi tocado e pensei que Campolim e Luci fossem falar a respeito. No dia 29 de dezembro a AESP entrou com um processo na Justiça Federal. Férias forenses. O juiz Lunardeli analisou e no dia 6 já despachou o fechamento de duas mil rádios. Essa lista das rádios que deveriam ser fechadas contém 276 páginas. Ninguém, até hoje, pode ter acesso a elas, nem advogados, nem OAB. Há uma coisa muito esquisita. O juiz mandou eliminar os focos de interferência das rádios piratas. Não se falou em apreensão de equipamentos etc. Quando a Justiça atribui ao poder polícia essa palavra eliminação do foco, já se sabe que é para ir lá com canhão e destruir, para cumprir a terra arrasada. As indigitadas, até hoje, depois de um mês e três dias, não sabem qual o processo. O professor Rocha passou três dias copiando à mão, dentro da Justiça Federal, para tirarmos xerox. Nem a OAB, nem advogados tiveram acesso. Um processo muito rápido de informação, com velocidades, *speed* etc. e ao mesmo tempo não se consegue certas coisas

elementares, tais como tirar xerox. Estou de acordo com Rubens, de que deveríamos contribuir com um levantamento. Talvez o melhor levantamento tenha sido produzido pela AESP e entregue às mãos da Justiça. Há uma relação de duas mil emissoras que se dizem piratas. Quem são essas emissoras?

Faço parte da nossa mesa de trabalho e fui pessoalmente ao delegado regional da Anatel pedir informação para que pudesse sair uma contribuição para um *workshop* na Escola de Comunicações da USP, onde teríamos a presença do Coronel

Nogueira, da Aeronáutica; do juiz federal, Paulo Fernando; todos os professores; Ministério Público etc., que eu queria a relação nominal dos pedidos de rádios comunitárias. Demos entrada e bateram um carimbo com os dizeres: “Não tem.” Tem que pedir no Ministério em Brasília. Tenta-se em Brasília, não tem. Para os de baixo está uma coisa muito esquisita.

O Poder Legislativo de São Paulo, como poder representativo de todas as tendências, correntes, filosofias, religiões etc., em nome desse pluralismo todo que constitui o nosso Estado, que é o mais importante do país, não é possível no momento em que estamos discutindo comunicação e o futuro, não se conseguir saber pela Internet quem está recebendo os processos a serem examinados. A partir de agora sequer conseguiremos saber isso. Os ofícios são enviados pelo Ministério a cada um dos pleiteantes, para que ninguém fique sabendo quem está recebendo. Em seguida se dá prazo de 15 dias corridos para que a associação comunitária do bairro apresente um projeto técnico complicadíssimo, que não tem recursos ou ferramentas para fazer isso. Há indisponibilidade desses *softwares* novos etc. Então há um convívio de várias épocas, é como se a gente estivesse nos séculos XIX, XX e XXI ao mesmo tempo. O setor das rádios comunitárias precisaria fazer um inventário, apresentar os seus números, dar conta do estado da arte, para ser uma contribuição. Precisamos parar de falar só de qualidade, mas de quantidade, para podermos, inclusive, estabelecer algumas metas.

Realizou-se na semana passada um seminário- isto é muito importante para o pessoal de TV a cabo – durante um dia inteiro, ficamos fechados com o Ministério de Educação e Cultura, Fundescola, o Instituto Ayrton Senna, as Nações Unidas com o programa de combate internacional a drogas, a Unicef, a Universidade de Brasília, a Radiobrás, a Rádio Senado, a União Cristã Brasileira de Comunicação, a Oboré, examinando rádio e educação. O tema foi comunitário, porque o MEC se deu conta que não são os grandes meios de comunicação que falam para o mundo que devem ser abordados para fazer a divulgação da sua política. Tudo já é no sentido da descentralização, da autogestão das escolas. Portanto, o que ajuda na área da saúde e educação são os meios de comunicação, os mais próximos da cidadania.

Portanto, François René, coordenador de comunicação do MEC, disse que até agora tinham um convênio chamado MEC-Abert, porque pela lei que existe 25% da grade de todos os veículos de comunicação de massa pertencem ao governo. Então “A Hora do Brasil” está vigorando por lei. Quando se descobriu essa lei, isso contrariou muito os interesses dos agentes de publicidade, porque ganham dinheiro na veiculação. Sr. Paulo Renato determinou ao responsável na área de comunicação, François René, que estabelecesse um convênio com a Abert para administrar esse tempo. Foi estabelecido um convênio que basicamente significa cinco minutos por dia nas FMs, divididos em lotes de 30 segundos. A mesma coisa nas AMs e algumas coisas semelhantes nas tevês. Nos fins de semana, estabeleceu-se um tempo maior. O MEC só teve condições de trabalhar com as FMs. Nada para as AMs e nada para televisão, porque a televisão exige do MEC que o seu material para ser divulgado por todas as emissoras têm que ter o padrão da Globo. Se não tiver o padrão da Globo ela não veicula. Como a verba do MEC para o ano todo é de sete milhões, não há possibilidade de fazer tal produção. O Ministério não consegue sequer, aos domingos, o que o Bamerindus fazia com o programa “Gente que Faz”, que mostrava exemplos estimulantes de professores e diretores etc. A verba é distribuída por aluno. Então como pode ter duas escolas que

recebem a mesma verba, com o mesmo número de alunos, e uma dá certo e a outra não? Por causa do elemento humano, da paixão, da criatividade. Portanto, é preciso que os meios de comunicação se dêem conta disso.

Os meios de comunicação locais estão clandestinizados. Os jornais de bairro e as emissoras do Interior não recebem publicidade. Fica tudo batendo lata. A política de democratização efetiva é esta que estamos falando aqui. O Poder Legislativo se embaraça em várias coisas e a maior parte dos parlamentares, com exceção do Deputado Carlos Zarattini e outros poucos, não se dá conta que estamos jogando aqui a cartada do futuro, devido a educação á distância etc. No entanto, quando chega na hora de ver que as políticas públicas na área da educação e saúde apontam para a localidade, para a autogestão, tem que ter meios de comunicação correspondentes. Aí podemos falar quase tudo e em seguida não tem recursos para fazer quase nada.

Portanto, cairemos no reino da demagogia ou do movimentismo, marcando uma reunião, outra, outra, etc. produzindo uma grande frustração no nosso povo, porque não vê o resultado. Se o nosso povo se abater devido ao cinismo dos de cima com o ceticismo dos de baixo, desaparecemos como Nação. Na área da comunicação as coisas estão sendo muito rápidas, a centralização é muito grande. Portanto o debate se justifica sim nesta Comissão. Vamos ter que arregaçar mangas para que possamos examinar cada uma das coisas que estou falando. São as que eu sei e eu não sei quase nada.

SR. CARLOS ZARATTINI – Gracia, se você concordar em separar, embora tenha proposto juntar, poderíamos fazer um debate sobre jornal de bairro e interior e outro debate sobre as rádios comunitárias e emissoras locais, até para abordar um pouco a preocupação que Edinho colocou a respeito das rádio do interior, das retransmissões, produção local, regional. O meu primeiro emprego foi na TV-Tupi, há 25 anos, e naquela época nem se falava da importância de emissoras locais. De lá para cá esse assunto nunca foi muito bem resolvido.

SRA. GRACIA – Acho perfeita essa colocação dos debates em separado, de forma que possamos, quando se discutir rádios comunitárias, falar do papel educativo da rádio comunitária, as dificuldades de sobrevivência econômica.

SR. CARLOS ZARATTINI – Também traríamos aqui autoridades, pessoas responsáveis pela fiscalização, deputados federais que participaram da legislação, que fazem um acompanhamento sobre o problema da comunicação na Câmara dos Deputados e no Senado. Podemos fazer aqui uma coisa abrangente.

O Estado de São Paulo como o maior Estado da federação tem o dever de apresentar nossas propostas. O objetivo deste Fórum é este.

Por exemplo, a Comissão de Economia de Indústria, deste Fórum Século 21, pode fazer muita coisa para o Estado de São Paulo, mas se não discutir a política econômica a nível federal, ficamos muito limitados. Comunicação é básico.

SR. – Gostaria de sugerir que no debate sobre as rádios comunitárias participassem representantes do Poder Judiciário e Ministério Público, porque temos ouvido barbaridades sobre o que está se passando na Justiça Federal, no Estado de São Paulo.

SR. CARLOS ZARATTINI – Inclusive acatando uma sugestão feita aqui, vamos verificar como podemos fazer para que o Poder Judiciário esteja presente em todas as nossas reuniões.

SR. – Vou relatar um absurdo que ouvimos. Um advogado, conhecido nosso, num *happy hour* onde estavam presentes juízes federais de São Paulo, teria ouvido de um juiz federal de que há uma orientação aos federais de São Paulo para que não assinem nenhuma sentença favorável às rádios comunitárias. Isto é uma coisa muito grave e, infelizmente, não temos como provar. Mas isto assusta todos nós.

SR. CARLOS ZARATTINI – Acabei esquecendo de registrar a presença do Sr. Quiarato, que está representando o Sr. José Aníbal, Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, que não pôde comparecer.

Inicialmente esta Comissão convidou o Secretário de Comunicação do Estado, Sr. Oswaldo Martins, que nunca nos deu a honra de responder aos nossos convites. Como esta Comissão tem muito a ver com a ciência e tecnologia, e talvez o Sr. Secretário de Comunicação esteja mais preocupado com a comunicação do governo e não com esta problemática que estamos tratando, gostaria muito de insistir no convite para participação da Secretaria de Ciência e Tecnologia nesta Comissão, porque os assuntos se fundem.

SR. – Quando estivermos falando dos meios de comunicação locais, rádios e outros, gostaria que convidássemos François René, Coordenador de Comunicação do MEC, e o Dr. Cláudio, novo Secretário de Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde, que substitui o Dr. João Yunes para que viessem aqui dar um rápido depoimento do ponto de vista das duas coisas mais sérias neste país: saúde e educação, com o que comunicação local é remédio quase que para tudo. A depender do ponto de vista dos interesses que estão sendo aqui representados, é evidente que cada um vê de um jeito. Então, pode parecer que as rádios comunitárias e outros que estão desse lado estejam fazendo uma defesa corporativa, insistindo, são hipocondríacos do assunto etc. Que venham aqui as principais autoridades do país na área de educação e saúde para dizer, a seu juízo, qual é o papel do jornal de bairro, do jornal do interior, de uma rádio local etc. para que, inclusive, possa ser acelerado o processo de legalização. Não porque há uma pressão, mas por ser necessário ao país que esses veículos venham para a superfície. Tirar do porão e trazer para o convés. Somos um país que tem uma tara por porão. O nosso país foi colonizado com o navio negreiro e 90% está ainda em nível de porão, o que é dramático.

SR. – Uma coisa que acabamos esquecendo, de fundamental importância em nível do Estado de São Paulo e que está sendo desmantelado por não concessão de verbas pelo governo do Estado, é a Fundação Padre Anchieta, TV Cultura, que também é um patrimônio do Estado e que, algumas vezes, se torna um canal de uso exclusivo de quem está no poder. Por ser um canal público, ele tem que ficar à disposição da sociedade paulista.

O agravamento é que está sendo descaracterizada como canal público, porque hoje vemos comercialização em demasia, mas que é uma forma de manter. O governo do Estado, desde que ela foi criada, tinha que destinar verba para sua manutenção. Esta foi a proposta inicial. A Fundação Padre Anchieta – Rádio e TV Cultura esta sendo descaracterizada e é preocupante a falta de verba e de empregos também.

SR. CARLOS ZARATTINI – Sua sugestão seria fazer um debate sobre a TV Cultura? Fizemos até agora cinco propostas e acho difícil encaixarmos isso dentro delas. Teria que ser uma coisa específica sobre a TV Cultura?

SR. – Luci tem defendido aqui, ao longo das últimas reuniões desta Comissão, uma tese que contempla tudo isso, ou seja, que esses meios como concessão pública, todos eles independentemente de serem grandes ou pequenos, têm um papel na área da cultura e da educação. Portanto, ao discutirmos isso, nós envolveremos todos.

Mas é preciso afirmar como diretriz para o século, que não é possível termos um canal de televisão que seja para entretenimento, distração, de fazer com que as pessoas não se dêem conta do que acontece no seu país, da sua condição, do seu vizinho etc. Esse desafio é o que devemos colocar aqui. Napoleão dizia que a demência é a desproporção entre propósitos e meios. Temos uma legislação que é demente, que promete tudo, mas não garante nada, porque não tem as leis

regulamentadoras. Nos deixa a todos descobertos. A Constituição está assim. Em seguida vem decreto-lei, medida provisória. Estamos armando uma cilada para esse século que se não desembaraçarmos este nó, chamando aqui o que há de melhor. Ninguém vai estudar esses assuntos a partir daqui. Temos que chamar quem acabou estudando e tem um ponto de vista para tudo isso.

Isso se contempla quando se debate o papel exatamente dos meios de comunicação na área de educação e cultura e, conseqüentemente, os meios para que eles possam existir.

SRA – Exatamente, o controle público. O que é isso?

SR. CARLOS ZARATTINI – Por último quero sugerir fazermos um debate sobre o problema da telefonia. Já tivemos aqui, muitas vezes, a presença do Presidente da Telefônica. Enfim, vamos chamar a Telefônica, Telesp, e a empresa que tem o controle da enfovias, a Barramar, que tem o monopólio da implantação de fibra ótica em todas as rodovias do país. Fomos informados que ela assinou contratos com todas as concessionárias. Então, seria interessante um debate sobre a telefonia porque envolve o problema da democratização desse meio de comunicação, que foi bastante discutido por conta da privatização, e temos que ver como isso vai se comportar num futuro próximo. Na verdade, teríamos aqui seis debates.

SRA. – Só gostaria de propor aqui, como Sérgio também fez parte do Fórum Mídia e Educação, ele já tem alguns temas conclusivos, já foram debatidos alguns assuntos, que agregássemos essa mídia e educação à nossa proposta de educação e cultura.

SR. SÉRGIO – É verdade. Foi um trabalho que a Universidade de Brasília desenvolveu há um ano, fazendo, talvez, o trabalho mais sério de rastreamento da

imprensa no Brasil, durante um ano, à base do *clipping* do Mac e do *clipping* da Ane. Isto foi submetido a rigoroso exame. Esse material foi distribuído previamente a 150 jornalistas que cobrem a área de educação no Brasil inteiro. Vieram para um encontro de três dias e dividiram-se em três grupos: conceito, contexto e recomendações. Cada grupo desses de 50 se subdividia em grupos de dez. Apesar desta dinâmica, que não teve esse negócio de vem lá, vem cá, mas só as palestras iniciais de provocação e em seguida soltou todo mundo. Lendo esse documento, parece que foi escrito por uma mão só. “Dada a densidade, o que já existe de consenso sobre mídia e educação”. Esse documento está na revista *Imprensa* deste mês. É um encarte que está disponível e deveria ser imediatamente incorporado aos anais.

SR. CARLOS ZARATTINI – Queremos esse material, sim. Pedimos a liberdade de organizar esses debates, porque precisamos concatenar as agendas. Não sei se vamos conseguir fazer isso em grupo.

Peço também a todos para lerem o diagnóstico feito pela Fundação Seade e apresentarem complementos, novos dados, o caso das tevês por assinatura, por telecomunicação. Gostaríamos de ter esse conjunto de dados, não só o que vocês têm sobre dados espaciais, regiões do Estado, inclusive algumas perspectivas, quanto vocês estão esperando de expansão, etc., seria muito interessante para compormos esse diagnóstico.

Inclusive em termos de jornais e rádios comunitárias, temos uma deficiência muito grande de comunicação da Assembléia. Por exemplo, a Assembléia não se comunica com os jornais de bairro e do interior, só com alguns poucos. Se pegarem o *clipping* da Assembléia de jornais do Interior, não tem mais do que 10 jornais. Se puderem, peço forneçam não só para esta Comissão, mas para a própria Assembléia, todos os telefones, endereços, fax, desses jornais, para que esta Casa passe também a se relacionar, enviar informações para todas essas comunidades.

SR. – Deputado, já fazíamos esse trabalho com a Assembléia. No ano passado foi entregue um disquete com nome, endereço, nome do diretor, *e-mail*. Fizemos até um tipo de proposta. Por exemplo, sou do ABC, não adianta mandar matéria de um deputado que não trabalha em Franca, porque não vai interessar para a nossa região. Pedimos que a Assembléia mandasse para a Associação, temos o nosso *site* e poderíamos colocar essas coisas no ar. Não sei se não há interesse por parte da Presidência ou do pessoal de comunicação.

SR. CARLOS ZARATTINI – Apesar dessa dificuldade que você teve, pediria de novo isso.

SR. – O disquete a Assembléia já tem.

SR. CARLOS ZARATTINI – Sérgio tentou buscar isso e não conseguiu.

SR. SÉRGIO – Fiz o seguinte. Entregamos para Teresa, fiz uma reunião a seu pedido, exatamente a intercessão da Comissão e a direção da Assembléia, pegamos toda a lista da imprensa sindical dos trabalhadores, são 10 milhões de exemplares por mês, com quase 500 títulos. Está havendo um esforço das rádios comunitárias também de entregarem essa listagem para que elas possam ser abastecidas. Tivemos uma reunião específica, Luci, Campolim, eu e a representante dos jornais de bairros com o vice-coordenador desta Comissão. Este entrosamento começa a existir e seria muito interessante que a própria coordenadora, D.Teresa, se empenhasse. Esta Assembléia Legislativa será a primeira a ter uma rádio classe especial, que vai ser um exemplo para todas as outras.

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos tentar obter esse material.

Gostaríamos de ter uma posição de vocês sobre esse relatório feito pela Fundação Seade, com complementação ou sugestões. O diagnóstico é a primeira parte do relatório. Aqueles que desejarem contribuir com propostas, sugestões, textos que não sejam extremamente longos, podemos fazer a divulgação. As pessoas que têm alguma coisa elaborada sobre os diversos assuntos que compõem o grupo de comunicação, podem nos enviar que faremos circular para todo mundo, para podermos chegar ao relatório final. Não conseguiremos chegar ao relatório final se não formos trocarmos experiências, propostas etc.

Chiarato esteve ontem na reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, que está bem mais adiantada. Já estão circulando mais textos, está havendo algumas posições consensuais, apesar da diversidade política e ideológica dos que compõem a Comissão, mas algumas coisas já estão tendo pontos de vista comuns. Seria importante que também nesta Comissão fôssemos trocando idéias. Logicamente algumas coisas serão comuns, outras não, outras vão para o debate e vamos ver como resolvemos isso até junho.

SR. SÉRGIO – Fizemos uma série de consultas ao longo dessas semanas e hoje, como todos sabem, haverá um ato de desagravo aqui, às duas horas da tarde, ao cantor Lobão, pelo que a Abert disse dele, que estava desqualificado para debater coisa sobre concessão espúria, de rádios etc. que, afinal de contas, espúrio foi o passado dele, de drogado etc. e que ele não tinha competência técnica para discutir se rádio derruba avião etc.

As diversas entidades de coordenação das rádios comunitárias prepararam uma manifesto de desagravo, chamado: “Mexeu com Lobão, mexeu com a gente”. Possivelmente, alguns de vocês não poderão estar aqui à tarde. Essa minuta acaba de ser aprovada agora, depois de consultados todos, se houvesse interesse desta Comissão, porque é especificamente sobre o nosso tema. É uma carta de desagravo a Lobão que vai ser entregue hoje, à tarde, à imprensa.

Se houver tempo, farei a leitura para que todos tomem conhecimento, até porque ela não vai ter possibilidade de ser distribuída.

SR. CARLOS ZARATTINI – Havendo concordância dos presentes, passaremos à leitura desta carta de desagravo ao Lobão.

SR. SÉRGIO – Esta carta de desagravo foi assinada pelo Sindicato dos Radialistas, pela Aperloc, Sinerque, Abrasso, todas as entidades de coordenação, tem o título “Mexeu com Lobão, mexeu com a gente” e diz o seguinte:

“Nossa caminhada vem de muito longe. A história da luta pela democratização dos meios de comunicação e pelo direito de antena já daria um livro bem grosso. Esse esforço de colocar as rádios comunitárias no ar tem muito a ver com a melhoria da vida dos mais pobres, pela conquista de serviços na área da saúde e educação. Tem a ver com a luta contra a solidão e pela solidariedade. Nós pensamos que o povo brasileiro tem o direito de ouvir todas as vozes, apreciar todos os ritmos, saber das coisas. Tem direito a falar, cantar, mostrar e conhecer seu próprio rosto. A juventude precisa de alternativas a uma televisão que estimula a banalização da violência, a facilidade política e a macaquice nos costumes. Todos precisamos de uma rádio que seja tão variável quanto a nossa cultura. Não é possível que rádios, concessão de poder público, sejam utilização como mero balcão comercial, sem qualquer controle da sociedade e que só toque música das grandes gravadoras estrangeiras e que pagam milhões e milhões por isso. Quem ouve pensa até que aqui não é mais o Brasil, que já virou colônia definitivamente. Mas aí aparece finalmente um grande artista, conhecido de todos, com coragem para falar essas verdades. Não fala de mãos vazias. Traz a público o disco “A vida é doce”, que ele mesmo compôs, produziu e distribuiu. Uma grande obra que retrata as sombras, os presságios e gana de viver dos brasileiros que estão no porão e dos que sonham com uma vida diferente dessa mesmice que anda por aí. Começa a fazer sucesso. Seus *shows* vazam pelo ladrão. Seu exemplo de produtor e

distribuidor independente estimula outros artistas importantes a seguir o mesmo trajeto. Descobre as rádios comunitárias como uma das pontes de safena entre seu coração de poeta visceral e a corrente sanguínea representada pelo seu povo. Descobre e mostra o que encontrou para que todos saibam. Não reclama. Reivindica. Não lamenta. Propõe. Não apalpa. Cutuca. Não quer ficar sozinho. Conclama. Não é só presságios. Turbina esperanças dos que ainda vivem. O artista Lobão acaba de converter-se em perigo real. Aí aparece um tal de Piconês da Abert, que músicas já criou? Que obras realizou? Que idéias originais conseguiu ter? Alguém já tinha ouvido falar dessa pessoa? E diz na *Folha de S. Paulo* de 28 de janeiro: A Abert não se preocupa com que um Lobão da vida possa falar. Ele tem que ver o passado dele, referindo-se ao assumido envolvimento do cantor com drogas, abandonado há mais de dez anos. O Lobão fala que emissoras comunitárias não causam interferências em aviões e ambulâncias, que isso é mentira, sem respaldo técnico. Tempos atrás a American Airlines não queria pousar em Cumbica, por causa de interferências. Que forma inteligente de fugir ao debate. Procura desqualificar o interlocutor, mesmo cometendo um crime capitulado no Código Penal Brasileiro e repete como papagaio o texto criado pela DPZ, para a campanha terrorista que a Abert vem vinculando em todas as suas emissoras. Vamos a alguns fatos. A American Airlines não queria pousar em Cumbica por causa da quantidade de balões nos céus de junho e julho. O responsável pelo Coetel – Conselho Estadual de Telecomunicações declarou a um jornalista dia 26 de janeiro que “desde fins de 98 não há registros de interferências em viaturas policiais. Informações colhidas junto à Secretaria de Saúde dão conta que das 2.450 ambulâncias em funcionamento na Grande São Paulo, apenas cinco dispõem de equipamento de rádio. O importante, no entanto, a *Folha* deixou para o último parágrafo da matéria. E quando eles dizem que as piratas, principalmente, nas pequenas cidades, fazem uma concorrência predatória. As piratas estão quebrando as emissoras, afirma. Em 99 a Polícia Federal em Anatel fecharam 250 emissoras clandestinas no Estado. Aqui mais dois fatos que podem interessar. Há meses que

existem 8 mil pedidos de legalização de rádios comunitárias sobre a mesa do Ministério das Comunicações. Até agora nenhuma foi regularizada. Não queremos ficar na clandestinidade. É verdade que as nossas rádios estão competindo e ganhando a parada da audiência e por isso os anunciantes estão migrando. Ao invés de disputar pela competência a Abert preferiu enganar a opinião pública e chama a polícia para acabar com a concorrência.

Ora, Lobão, quando estávamos no meio do bombardeio pesado de mentiras, calúnias, sentença de juiz desavisado, campanha publicitária de tipo terrorista, silêncio de quase toda a grande imprensa, você teve a coragem de nos visitar, conhecer, dar entrevistas a algumas de nossas rádios e falar por nós, enquanto não dão a palavra para sermos ouvido pelo governo e por toda a sociedade. Hoje, queremos reafirmar todas as suas denúncias sobre a natureza das concessões espúrias que comprometem o rádio com serviço a bem do público, através do escandaloso crime continuado do “jabaculê”, que é praticado diariamente, impunemente, sem que os ouvintes sejam informados sobre esta fraude.

Queremos também agradecer a contribuição de sua inteligência aguda, as verdadeiras aulas que temos tido com você sobre como é que funcionam os equipamentos de radiocomunicação de aeronaves e os modernos sistemas de transmissão de dados e sons.

Por último, dizer que você parece um velho amigo desses que a gente empresta a cama, camarada e reparte o pão, companheiro, sem qualquer cerimônia. Em São Paulo, você está em casa.

Post scriptum – Daqui a 100 anos quando nosso tempo já tiver virado história, qual o nome que será lembrado pelos de então? O do Lobão ou desse cara?

PS-2 Passamos a incorporar como nossa a oração particular “Poema de Paul Valerie, publicado na última página da revista que acompanha seu disco que diz assim:

“Agradeço essa injustiça, essa afronta que me despertou, e cuja sensação viva lançou-me para longe de sua causa ridícula, dando-me, também, tamanha

força e tamanho gosto por meu pensamento, que por fim meus trabalhos tiveram o benefício da minha cólera, a busca de minhas leis tirou proveito do incidente”.

SR. CARLOS ZARATTINI – As entidades que quiserem poderão fazer adesão a essa carta de manifesto. Repetindo, hoje a partir das 14 horas e 30 minutos, no grande plenário desta Assembléia, será feita a concentração de rádios comunitárias e depois das 16 horas e 30 minutos haverá, neste Plenário, uma reunião específica com parlamentares e representantes de entidades. Todas as entidades aqui presentes estão também convidadas a participar dessas manifestações.

SR. – Deputado, distribuímos esse manifesto à Nação brasileira. Só para ficar gravado o dia de hoje, peço permissão para ler.

Manifesto à Nação brasileira:

“A luta de todos aqueles que participam deste manifesto é pela democratização dos meios de comunicação, principalmente pela ágil efetivação das rádios comunitárias já legalizadas, mas emperradas na burocracia do Congresso Nacional e amarradas por interesses medíocres. Entendemos que é preciso dar um basta ao descaso com que o Congresso Nacional vem tratando a liberação e a implantação das rádios comunitárias no território brasileiro. Está em jogo a modernização do nosso país e do nosso povo. A Nação exige, portanto, respeito e consideração. Sabemos que há em nosso país mais de três mil municípios sem a existência de uma rádio. Recebem a informação de cidades distantes e a comunicação local continua sendo feita através de auto-falantes que poluem com o som alto a vida da comunidade, além de obrigar que todos escutem as mesmas coisas. É possível instalar, rapidamente, rádios comunitárias em todos os municípios brasileiros, modernizando o meio de comunicação e evitando a poluição sonora. A implantação das rádios comunitárias no Brasil significa também combate ao desemprego e à ignorância, fortalecimento da cultura local, mercado de trabalho

para milhares de jovens que desejam trabalhar com a comunicação, aproximação e desenvolvimento de cursos e campanhas que contribuirão com a melhoria de vida das pessoas que moram na comunidade. Observamos, infelizmente, que alguns segmentos têm se colocado de forma sistemática contra a implantação e o desenvolvimento das rádios comunitárias, como se elas fossem antagônicas às rádios comerciais. Entendemos que não existe contradição entre elas, uma vez que a comercial trabalha dentro de uma economia de mercado, e a comunitária na economia social. Elas podem conviver pacificamente num mesmo território. Conclamamos, portanto, as autoridades, os segmentos organizados, os cidadãos e cidadãs que defendem os interesses coletivos e o bem estar do povo brasileiro a estar conosco nesta luta, formando uma ampla frente para exigir do Congresso Nacional agilidade na liberação das rádios comunitárias e propor ao Presidente da República que use todos os mecanismos legais para implementar as rádios comunitárias brasileiras. Rádios comunitárias já. Assinado: Abrasso, Aperloc e Sinerc.

SR. – Só como sugestão programática para novas reuniões, a BTA achou que era uma coisa mais técnica e não tão política. Quando fomos convidados, gostaria de trazer uma contribuição construtiva no aspecto de divulgação da nossa atividade. Mas a nossa Associação, estou falando pela diretoria como um todo, não teria interesse em uma participação tão aberta.

SR. CARLOS ZARATTINI – Esse manifesto e a carta que Sérgio leu não estão assinados por esta Comissão, pela diversidade que existe.

Queria também esclarecer aos senhores que vivemos numa sociedade pluralista e temos que dar palavra a todos.

SRA. – Mesmo porque os aspectos técnicos nunca podem ser separados do aspecto político.

SR. – Mas isso eu confio aos meus representantes, o meu voto é consciente, sei em que vereador ou deputado votei.

SRA. – Havíamos proposto na reunião anterior, criarmos subcomissões. Eu, particularmente, através do Sinerc, que estamos trabalhando com as tevês comunitárias, gostaríamos de conversar com o Sr. Francisco a respeito dessa questão, a fim de trazermos uma proposta clara para criar esse grupo de trabalho.

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos encaminhar esses debates, novamente peço a todos contribuições tanto ao diagnóstico, como também propostas. O objetivo deste Fórum é pensar o Estado de São Paulo no próximo século. Queremos pensar quais são as medidas e decisões que nossos governantes devem começar a tomar agora para que viabilize, enfim, uma melhor situação para toda a população do nosso Estado. Muito obrigado.

Vamos convocar todos, com antecedência, para a próxima reunião, para que todos possam se agendar.

22.03.2000

- Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- Gustavo – Advogado, coordenador executivo do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura do Rio de Janeiro
- Paulo Fernando Silveira – Juiz federal de Uberaba, autor dos livros Devido Processo Legal e Freios e Contra Pesos
- Vera – Mestre em Direito Administrativo na área de concessões de rádio e TV
- Gustavo –
- Sérgio Gomes – Representante da Editora Aboré
- Marco Aurélio Martorelli – Advogado e membro da relatoria do Fórum
- Manuel Borges – Representante da 10ª região administrativa da Alta Paulista, Sorocabana e Pontal do Paranapanema
- Ricardo Campolim – Presidente da Associação Brasileira de Rádios Difusão Comunitária para o Estado de São Paulo
- Clodoaldo – Representante de associação comunitária da região de Santo Amaro
- Arnaldo – Sociedade Amigos de Bairro

SR. CARLOS ZARATTINI – Antes de alguma coisa, muito obrigado pela presença de todos os senhores. Este Fórum tem por objetivo fazer uma análise da situação do nosso Estado, as perspectivas pelear de futuro, o que precisamos para o nosso Estado e, conseqüentemente, para o nosso país, para que haja uma democratização social e política e uma melhor qualidade de vida para todos. Nosso debate hoje do grupo temático é de Ciência, Tecnologia e Comunicação e vamos cuidar hoje do tema Comunicação de massa, legislação, controle e ética. Estamos aqui hoje com o sr. Gustavo, advogado coordenador executivo do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura do Rio de Janeiro. Temos também o Dr. Paulo Fernandes Silveira, juiz federal de Uberaba, autor dos livros Devido Processo Legal e Freios e Contra Pesos, nos quais trata de várias questões na área de comunicação. E temos a sra. Vera, mestre em Direito Administrativo na área de concessões de rádio e TV. Temos tido, aqui, uma preocupação muito grande nesse tema de comunicação em relação ao problema da democratização dos meios de comunicação. Essa tem sido uma permanente discussão. Vivemos no nosso Estado, uma dificuldade muito grande de dezenas, de centenas de municípios que ainda não têm meios de comunicação. Não temos aqui isso em transparência. Mas, os senhores podem ver esse mapa. Esse mapa aqui de cima é o mapa das cidades que têm rádio AM/FM. O que está em branco é onde não tem rádio nem AM e nem FM. Então, os senhores podem ver que a maioria dos municípios não tem rádio AM/FM. E no mapa de baixo, é o mapa dos municípios que não têm jornal. São os municípios em cinza. E jornal aí, vale qualquer tipo. Desde jornal diário, semanal, quinzenal. Esses em cinza não têm absolutamente nada. Então, temos uma situação no Estado em que boa parte da população não tem acesso a um meio de comunicação local. E podemos dizer que na região metropolitana de São Paulo, como da mesma forma na região metropolitana de Santos e de Campinas, existe uma quantidade grande de meios de comunicação, mas, ao mesmo tempo, na medida que eles são fortes e grandes, eles se distanciam da população. Cada vez têm menor capacidade de estar apresentando e vivenciando o cotidiano da

população. Então, nosso objetivo é discutir como é possível, mediante a legislação, por meio do controle dos meios de comunicação, fazer com que se democratize esse cenário. Fazer com que a população tenha mais acesso a esses meios de comunicação. E todos nós sabemos que existe hoje um projeto de legislação que vem sendo estudado no Governo Federal. Um projeto de legislação em que várias cópias vêm sendo distribuídas e vamos tratar aqui de analisá-lo e pensar um pouco, a partir desse projeto, o que será possível fazer e o que não será possível fazer e o que é necessário modificar nesse projeto para que se garanta a democratização dos meios de comunicação. Queria iniciar as falas. Temos um tempo em torno de 20 minutos para cada palestrante. E, depois, passaremos ao debate com a platéia. Vamos iniciar com o sr. Gustavo.

SR. GUSTAVO – Boa-tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao convite da Assembléia Legislativa, o Fórum São Paulo e, especialmente, o Deputado Carlos Arati que está conversando conosco sobre um tema que é tão importante e que, infelizmente, é tão pouco discutido na sociedade brasileira hoje, que é o tema da comunicação. Aliás, uma repórter da revista Amanhã, há pouco tempo, me entrevistava sobre o tema da comunicação tentando estudar a entrada do capital estrangeiro na comunicação de massa no Brasil, e essa repórter ficou espantada ao saber como é que os veículos de comunicação tratam de absolutamente tudo aqui no Brasil, mas se recusam terminantemente a dar entrevistas sobre temas ligados à comunicação. Então, essa repórter não conseguiu entrevistar nenhum grande empresário ou nenhum grande executivo da área de comunicação sobre o tema da comunicação. Assim, percebemos que esse é um tema sobre o qual paira certo silêncio no Brasil. Espaços como esse são extremamente importantes para que possamos trazer isso à tona e que possamos discutir isso com mais clareza. O Index, costume dizer, é uma instituição de teimosos. Nós formamos no interior do movimento pela democratização da comunicação. No Brasil, temos um movimento forte, porque foi capaz de criar,

durante uma boa parte dos anos 90, uma articulação chamada “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”, que reuniu, em determinado momento, jornalistas, radialistas, telefônicos, artistas, músicos, cineastas, as mais diversas categorias funcionais da área da comunicação, estudantes, professores de comunicação, para discutir o tema da comunicação. E até onde temos registro, é a única experiência no Mundo nesse sentido. O Index se formou aí e temos, basicamente, uma instituição de pesquisa. E sobrevivemos graças à teimosia de todos nós, porque tratar desse tema não é nada fácil. Inicialmente, queria trazer alguns dados que podem criar um pano de fundo sobre qual a importância desse tema da comunicação para as sociedades mundiais, porque é tão importante discutir isso, porque esse tema tem sido tão pouco discutido, para fechar nesse tema da lei geral de comunicação de massa, que, talvez, seja o mais concreto que temos hoje. Queria tentar montar duas idéias que dão um pouco a importância do tema da comunicação hoje. Existem alguns estudiosos no Brasil e no mundo que começam a utilizar de um conceito hoje que se chama “Capital Informação”, para ilustrar a idéia de que hoje, no mundo, cada vez o poder está menos nas mãos de quem tradicionalmente detêm os instrumentos de proteção de mercadorias. Era isso que constituía o cerne do poder na nossa sociedade capitalista. E isso vem se deslocando, cada vez mais, para aqueles que detêm os instrumentos de produção e transmissão de informação. São esses mecanismos que produzem e que transmitem a informação que vai indicar quem são realmente os núcleos de poder da sociedade no século 21. Inclusive a própria indústria, cada vez mais, vem abandonando seu instrumento de produzir meramente mercadoria física e concreta e passa a produzir, cada vez mais, informação. Por exemplo, se falo de Benetton, o que vem à cabeça? Vem uma marca de roupa. Pois, pasmem, a Benetton não produz absolutamente nada e não vende absolutamente nada! A Benetton é um escritório em Milão que produz informação. Esse escritório em Milão faz *design* de roupa, desenha a roupa e manda esses *designs* e esses desenhos para fábricas que não são da Benetton que vão produzir os tecidos. Essas fábricas mandam os

tecidos para outras manufactureiras, no sudeste asiático, que vão cortar e transformar em roupas. Essas roupas são embarcadas e são vendidas em lojas que são franquias da Benetton. A única coisa que a Benetton faz é controlar esse processo. Ou seja, a Benetton não é uma loja, não é uma fábrica. A Benetton é um instrumento de comunicação. Isso prova um pouco como, cada vez mais, a comunicação se transformou num instrumento vital na sociedade hoje. O outro exemplo rápido, pega-se uma fábrica que produzia centrais telefônicas nos anos 70, uma fábrica dessa empregava duas mil pessoas. Eram necessários 2.000 operários para produzir uma central telefônica. Hoje, esses mesmos 2.000 operários foram reduzidos a 50. Ou seja, 1.950 perderam o emprego. Em compensação, o gasto principal se tornou o gasto de pesquisa, de ciência e tecnologia e o gasto de informação dessas fábricas. Isso para atentarmos que discutir comunicação hoje não é discutir um tema acessório. É discutir o tema central da produção de riqueza e, conseqüentemente, de poder das nossas sociedades. Outra idéia importante para chegarmos no nosso tema, é percebermos a idéia da convergência tecnológica. O que muito se fala, que podemos ler em muitas publicações hoje, mas que pouco se explica, um assessor do Bill Clinton para questões ligadas à comunicação, escreveu um livro com o sugestivo título “A vida após a televisão”. Nesse livro, levanta-se a seguinte lebre, dentro de 10, 15 anos, não vai existir mais rádio, pelo menos nas sociedades mais desenvolvidas, e isso vai acabar nos rebatendo. Não vai mais existir rádio e televisão como conhecemos. Ou seja, o local onde determinadas pessoas definem a programação. E nas nossas casas temos apenas o poder de mudar de canal, ligar ou desligar a televisão. Esse tipo de aparelho desaparece em 10 ou 15 anos. O que vamos assistir é a fusão da televisão, do rádio, telefone e, principalmente, da Internet, com capacidade de transmitir e de receber informação. Isso é potencialmente a mídia mais democrática do mundo. Do papiro do Egito até a televisão, manteve-se isso, um transmite e nós todos recebemos. Esse pressuposto começa a ser quebrado com a Internet e vai ser quebrado, muito mais ainda, com o que está por vir aí. Essa convergência tecnológica beneficia, sobremaneira, as

empresas que atuam nas várias frentes da comunicação. As empresas que conseguem atuar no rádio, na TV, no jornal, na Internet, simultaneamente, têm uma vantagem competitiva enorme em relação a todas as outras empresas. O que estamos vendo é que, cada vez mais, a comunicação fica concentrada na mão de muitos poucos. Vamos imaginar que somos todos executivos de uma grande empresa de *Hollywood*. Se esse filme for um filme clássico, ele pode ser feito pelos estúdios da *Warner*. Se ele for um filme alternativo, ele pode ser feito por outro estúdio. Quando ele chegar pela TV a cabo, ele chega pela HBO. Quando ele virar um clássico, a reportagem sobre esse filme será feita na CNN. O desenho animado pela *Hanna Barbera*. E passará no *Cartoon Net Work*. A reportagem sobre esse filme passa na rede Rádio CBS, que tem duas mil e poucas emissoras nos Estados Unidos. Todas essas empresas citadas e muitas outras pertencem ao mesmo grupo econômico chamado *Time Warner*. Que acabou, recentemente, de ser comprado pela *America On Line*. Então, reparem os senhores como o circuito se fechou na mão de um único, gigantesco e poderosíssimo grupo econômico, a ponto de nos perguntarmos o seguinte, por trás dessa miríade de marcas e produtos que nos são oferecidos, repousa mesmo uma democracia de oferta? Ou não estaríamos por trás de certa aparência democrática? Não sei se os senhores sabem que em relação a CDs, à indústria fonográfica, de cada 100 CDs produzidos no mundo hoje, 86 são feitos por apenas quatro empresas. Quatorze outros CDs são feitos por todas as outras empresas fonográficas do mundo. Claro que numa série de marcas. Mas, por trás delas, existem quatro empresas. Que, por sua vez, possuem participação acionária cruzada. Discutir comunicação no Brasil hoje é discutir isso. Aliás, o Brasil, diga-se de passagem, que presencia talvez o maior monopólio privado dos meios de comunicação do mundo. Não conheço nenhum outro país cujo determinado grupo de comunicação amealha, de uma única vez, sessenta e poucos por cento da verba publicitária deste país. Isso significa que se somarmos tudo, do *outdoor* aqui na frente ao anúncio na televisão no horário nobre, sessenta e poucos por cento dessa verba fica com um único grupo empresarial. Grupo empresarial esse que tem do

telefone celular, na Bahia e em Sergipe, que passa por TV, por rádio, por jornal, que são as organizações Globo e que seguem com TV a cabo, com acesso à Internet via TV a cabo, inclusive determinando a escolha dos candidatos e dos governantes que temos. Discutir comunicação, portanto, é discutir poder. Pergunto aos senhores, nesse emaranhado que tracei aqui, se sai uma reportagem na CNN sobre um filme da Warner, e essa reportagem é elogiosa, até que ponto isso foi feito com total liberdade e isenção ou até que ponto isso respalda o mesmo grupo econômico que está por trás disso? E não somente investimentos na área da comunicação. A proprietária de uma das três maiores redes de televisão do mundo, a *White WhestingHouse* é, por sua vez, uma das maiores produtoras mundiais de reatores nucleares. Então, pergunto aos senhores, qual é a liberdade que uma empresa de mídia tem pra falar sobre energia nuclear se o seu patrão é o sujeito que produz o reator nuclear, que opera aquela determinada usina? É sobre isso que estamos conversando. É sobre poder. E, no Brasil, o que estamos assistindo em relação ao tratamento da comunicação? Ora, se o que acabei de dizer é correto, que estamos vivendo numa convergência tecnológica, em que todas essas mídias vão se encontrar, a decorrência natural seria que as legislações também estão confluindo. Se, no futuro, desaparecer a diferença entre telecomunicações e rádio difusão é lícito supor que no futuro, também, desaparecerão legislações específicas de telecomunicações e de rádio e de televisão. Isso é o que tem se presenciado na maior parte dos países ditos desenvolvidos. No Brasil, o que vimos foi o contrário. A legislação brasileira separou, num lado, telecomunicações e em outro rádio e TV. Vou levantar uma suspeita que não tenho absolutamente condições de afirmar, mas que é uma suspeita grave, que essa separação se deu às vésperas da eleição de 1998 e foi essa separação entre telecomunicações de um lado e rádio e TV de outro que permitiu ao Governo Federal tocar rapidamente a venda do sistema Telebrás. Agora pergunto aos senhores, o Ministro das Comunicações na época quem era? Por acaso, era o mesmo sujeito que era o tesoureiro da campanha do Fernando Henrique Cardoso, e que depois veio a falecer, que era o Ministro Sérgio Motta.

Tesoureiro da campanha de 1994, era o ministro das comunicações, que separou, às vésperas da eleição de 1998, ao contrário do cenário do mundo inteiro, telecomunicações de um lado e rádio e TV de outro. O Brasil recuou. Pois bem, a lei de telecomunicações nós, mais ou menos, conhecemos. Está aí, está vigorando. A lei geral de comunicação de massa prometida, porque no momento em que o Governo separou, ele prometeu uma legislação de telecomunicações e uma legislação de comunicação de massa. A legislação de telecomunicação veio rápido. Já a legislação de comunicação de massa até hoje não apareceu. O que se tem divulgado são versões que o Ministério nega. O único seminário feito sobre esse tema, foi convocado em Brasília. E não foram distribuídos nenhuma minuta, nenhum projeto. O que temos são materiais que circulam na Internet. E esse material, em muitos pontos, significa um retrocesso no Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. Se essa minha intervenção inicial toda foi para construir uma idéia de que comunicação não é um artigo de luxo, não é algo acessório, é um bem fundamental para que consigamos construir democracia no século 21 e para que consigamos democratizar os núcleos de poder, essa legislação não é acessória. É uma das principais legislações que devem ser votadas nos próximos anos no Brasil. E o que diz essa minuta que circula na *internet*? Trouxe aqui alguns pontos que considero os mais importantes dessa legislação. Vejam os senhores o seguinte, existe um Conselho Nacional de Comunicação Social criado pela Constituição de 1988 e muitas das conquistas dessa Constituição não foram postas em prática sob a argumentação de que faltava uma lei regulamentar. A lei geral de comunicação de massa ignora. Em nenhum momento cita o conselho de comunicação social. E, nesse conselho quem estaria presente para discutir todos esses temas seria a sociedade civil. A Constituição brasileira cita que haveria três sistemas de comunicação. O público, o privado e o estatal. O privado conhecemos, está aí operando. O estatal tem sido desmontado. As emissoras públicas não são tocadas. Não há lei. Inclusive, o que se argumentava era que as rádios comunitárias seriam o primeiro exemplo de rádio difusão pública no Brasil e esse sistema público volta a

ser totalmente ignorado na lei geral de comunicação de massa. O papel de fiscalização quanto à programação, é dado, em parte nessa lei, para a auto-regulamentação das próprias emissoras. Essa é uma questão em discussão. Particularmente, tendo a ser contra. Diria que comunicação é uma coisa séria demais para ser deixada apenas com emissoras de rádio e TV, se levamos em conta que elas são concessionárias de serviço público e que, portanto, cabe à sociedade estar discutindo isso. E, aí, a auto-regulamentação fere o direito da sociedade estar participando. No Brasil, as emissoras de rádio e TV têm poucas emissoras. A Rede Globo, por exemplo, tem poucas emissoras próprias que, no geral, são filiações. Essa filiação, na prática, mascara a formação de rede indiscriminada. Esse esquema de filiação em rede continua intocado, dando poderes brutais à cabeça de rede. Ou seja, é a cabeça geradora de rede que tem um poder enorme de incidência sobre a afiliada. O contrário, por exemplo, do que é nos Estados Unidos, onde a afiliada tem uma liberdade muito maior de transmitir ou não a produção geral da cabeça geradora de rede. Isso tem incidências enormes na cultura regional. Nessa tela aparece aquilo que é bom na sociedade. Se não se está ali, se a sua cultura não está ali, se os seus parentes não estão ali, é porque você, a sua cultura não são importantes. Importante é aquilo que aparece na TV. E isso é mantido nessa lei com esse esquema de afiliação. O caráter de classificação da programação é relegado por uma comissão da sociedade e é engraçado porque, na regras do Governo, sempre que a sociedade aparece, ela aparece de forma consultiva. O conselho de comunicação social e consultivo, o conselho da Anatel que tem, por si, participação da sociedade civil, é um conselho consultivo. E, aqui, a comissão que cuida da classificação da programação, ela também é consultiva. Segundo o sr Fernando Forte, que é consultor jurídico da TV Cultura e que também fez um estudo sobre essa legislação. E essa legislação acaba reduzindo o caráter educativo da programação de rádio e TV apenas às emissoras educativas. É possível concluir dessa lei, que passa a ser atribuição das TVs educativas o caráter educativo das emissoras de rádio e TV, retirando essa obrigação das emissoras

ditas privadas. Reparem os senhores o seguinte absurdo, a lei destina 4% da programação das empresas de rádio e TV à produção regional. Quatro por cento são 58 minutos de programação a cada 24 horas. Cinco por cento da programação têm que ser destinados ao jornalismo, 5% são 72 minutos por dia. 25% para a publicidade! seis horas! Vejam os senhores que ótimo! O indivíduo ganha uma concessão por padrinho político. Tem que se produzir apenas 4% da programação com caráter regional, basta ter 5% de jornalismo e se pode ter seis horas de publicidade! Não se produz, não se gera emprego e nem cultura regional, recebe-se cultura que vem de fora, gasta apenas em manter a sua retransmissora e aufere seis horas de publicidade. E os 72 minutos de jornalismo ainda se usam para eleger aqueles grupos políticos que estão ligados à sua operadora. A lei impede que seja formada rede em 100% da operação. Mas a lei não diz absolutamente nada em 99,99%. Ou seja, na prática pode-se montar 100% de rede. Basta gerar um jornal local. Outro dado, reparem os senhores o poder discricionário o sujeito que tem apenas a concessão de serviço público. Ele pode optar por transmitir ou não a programação dos poderes públicos. Significa que se um Governador é eleito contra grupo de mídia local, e convoca uma cadeia de rádio e TV para se dirigir à sociedade, e isso não é tão raro, porque sabemos que no Rio Grande do Sul está acontecendo isso no momento, em que o grupo local de mídia faz um enfrentamento quase que diário e constante com o Governador local, o sujeito que tem a concessão do poder público passa a ter a opção de não transmitir a fala do poder público. Emissoras de TV por assinatura só são obrigadas a transmitir 15% da sua programação em português. O curioso, por último, dessa lei é que se revoga toda a legislação da área de rádio e TV no Brasil para que essa lei entre em vigor. Ela termina nas disposições finais: “Revogam-se as leis tais, tais, tais”. A única legislação da área de rádio e TV que não é revogada é a lei de rádios comunitárias. Arrisco-me a dizer que ela é tão ruim, eu ela já está no espírito da lei geral de comunicação de massa. Então, por isso, ela não é revogada. Então, o que nos cabe agora, primeiro, eventos como esse que tragam à tona essa discussão. Trazer à

tona essa discussão já é o maior mérito possível. Fazer com que a sociedade tenha conhecimento dos assuntos que estão sendo discutidos no interior do Poder Executivo, os quais não temos acesso e o tipo de incidência que isso pode causar na política, na economia, na cultura, na ciência e tecnologia e, principalmente, na constituição dos poderes. E os poderes que falo não são só os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas os poderes de fato, do nosso cotidiano. A incidência que esse tipo pode trazer, a importância de estarmos atentos a isso e que comecemos a pensar em alternativas para essa legislação. Temos que ter claro que se não conseguirmos democratizar a comunicação no nosso país, jamais estaremos falando numa sociedade democrática. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado pela exposição e gostaria de dizer que havíamos convidado para este debate o ilustre apresentador de rádio e gerente de jornalismo do sistema Globo, o senhor Heródoto Barbeiro, que restando poucas horas para o nosso debate, nos ligou dizendo que tinha compromissos inadiáveis na própria emissora. Passo agora a palavra à senhora Vera.

SRA. VERA – Boa-tarde. Antes, também gostaria de agradecer ao convite e ressaltar a importância desse tipo de evento para que possamos, quem sabe, começar a discutir um pouco de comunicação de massa num país em que não se discute esse assunto. Só espero que daqui possa surgir algo para melhorar essa situação atual. Com relação ao meu trabalho, ele é exclusivamente acadêmico. Sou procuradora do Estado e o meu trabalho não tem nada a ver com televisão. Sou advogada. Estudei para fazer mestrado na questão das concessões de rádio e televisão e fiz um estudo comparado com vários países. Daí acabei entrando um pouco nessa área. Sou bacharela em jornalismo também, mas não exerço. Entrando propriamente no tema do debate, gostaria de trazer exatamente os meus estudos, principalmente na área da comparação com a legislação de outros países para mostrar como é possível se fazer um controle democrático dos meios de

comunicação de massa que não seja censura. Como países democráticos, avançados, o que chamamos primeiro mundo fazem isso e como eles são razoavelmente bem-sucedidos. Claro, com as suas peculiaridades. Mas, é possível fazer, sim, um controle democrático de meios de comunicação de massa. A primeira questão para se diferenciar o que no meu entendimento seria censura do que seria um controle democrático, a primeira diferença: a censura não obedece a nenhuma legislação fixada democraticamente num congresso democraticamente eleito. Ela é imposta pela pessoa ou pelo grupo que se apoderou do poder de uma forma ditatorial e vai exercer esse poder. Quando falamos num controle democrático, temos que estar pensando numa democracia em que um congresso foi democraticamente eleito, representantes do povo, bons ou ruins. Mas foram eleitos e são os nossos representantes e que vai se votar uma lei de caráter geral prévia para que se fixe, nessa lei, o que tem que ser observado pelos concessionários de rádio e televisão quando eles ganharem uma concessão pública. Estar afixado antes. Isso, de uma forma geral, tem que ter certos parâmetros que vão dizer o que pode e o que não pode ser feito. Votado democraticamente com debate e com maior presença possível da sociedade civil. Em segundo lugar, a censura, por definição própria, é prévia. Não interessa a quem quer censura simplesmente controlar posteriormente. O que interessa é impedir que determinadas coisas venham a público. E o controle sempre democrático que se percebe é sempre posterior. Ou seja, se fixa antes numa legislação o que pode e o que não pode ser feito. E se pune depois que a pessoa deixou de observar aquelas regras. Não se impede, não se coloca ninguém na redação, ou na emissora, na produtora dizendo o que pode ou não. No geral, os países que possuem, e são quase todos, alguma forma de controle sobre a atividade de rádio e difusão, não costumam deixar essa verificação, esse controle posterior, na mão de uma pessoa. Porque, obviamente, essa pessoa seria a mais poderosa do país. Então, costuma se ter um ou vários órgãos compostos de várias pessoas que dividem esse poder para verificar como as emissoras estão operando. E, evidentemente, essa legislação mencionada é que

tem que ter, por parâmetro elementar, a Constituição Federal. Ela tem que observar aquilo que está disposto na Constituição Federal como princípios a serem observados por aqueles que detenham a concessão de rádio e televisão. O que me parece importante ressaltar na nossa Constituição, que não é observado e que deveria ser. Primeiro lugar, o art. 221 diz: “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Segundo, promoção da cultura nacional e regional, estímulo à produção independente e que tenha divulgação. Regionalização da produção cultural, artística e jornalística conforme percentuais estabelecidos em lei. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.” Outra questão que é importante e que deveria ser observada é a questão de colocar que compete à lei federal, que não existe ainda, regular as diversões e espetáculos públicos, estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família possibilidade de se defender de programas ou de programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221. Finalmente, os meios de comunicação social não podem ser, direta ou indiretamente, objeto de monopólio ou oligopólio. Obviamente isto não está em vigor no Brasil. Como os países avançados costumam lidar com isso? Na França, toda essa questão da rádio-difusão é controlada pelo Conselho Superior de Audiovisual. Dentre as competências desse conselho estão: assegurar a igualdade de tratamento e independência, a imparcialidade na rádio-difusão, assegurar o pluralismo, liberdade de concorrência, vigilância sobre a qualidade da programação. Em suma, a França fixa valores de multa que são interessantes para os franceses. Os franceses obrigam, na sua legislação, os candidatos à concessão, por ocasião da licitação, apresentam uma proposta que, de acordo com diversos critérios vai ser a escolhida, se obrigam a determinado padrão de prestação de serviço. E isso é observado e cobrado. Isso não vira letra morta. Por exemplo, existe um percentual de programa educativo. Colocavam o programa da Xuxa como programa educativo para cumprir essa cota. Pode ser que seja, pode ser que não. Na minha opinião é que não é. Mas, essas

questões têm que ser discutidas pela sociedade. Mudando um pouco de país, agora para a Grã-Bretanha. Em 1990, teve uma lei que reorganizou todo o sistema de rádio-difusão. Eles têm uma série de órgãos que regulam a questão. Tem um órgão específico para receber e enviar as queixas que o público faz com relação à programação de televisão e, mediante essas queixas, ele pode vir a punir a emissora, se for o caso. Com relação ao Japão, é interessante colocar duas coisas. Primeira, não existe televisão e nem rádio privadas de alcance nacional. As privadas são apenas de alcance regional. E tem uma série de exigências que são feitas, do estilo imparcialidade. O livro que li mostrava expressão: “não ceder às tentações ideológicas”. Mas, o que a lei exige, e é interessante, é que haja em toda a emissora um conselho consultivo que possa opinar sobre essas questões. Finalmente, os Estados Unidos. É um sistema extremamente parecido com o nosso e é um país que costumamos ter como modelo para diversas coisas. O fato é que é interessante percebermos como um país que temos tanto como liberal, ultracapitalista, etc., como eles pensam e resolvem a questão da rádio-difusão. Por exemplo, todo o setor é regulado por um órgão que se chama *Federal Communications Commission*, ligado ao legislativo. Em 1989, eles tinham um orçamento para desenvolver as suas atividades para aquele ano de 100 milhões de dólares e uma estrutura de 1.800 funcionários. Por exemplo, o sistema de escolha dos concessionários, além de terem uma escolha pública, têm um sistema que eles chamam de competitivo. Quer dizer, há mais de um interessado para operar naquela concessão. Nessa ocasião, eles tomam por base a programação proposta e, além disso, qual seria a escolha que melhor propiciaria a divisão da propriedade dos meios de comunicação. Esse órgão também tem competência para impor sanções, desde a advertência até a cassação, não renovação da concessão. Com relação à rede, existe certa tentativa de controle. Com relação ao espaço político os Estados Unidos não têm o horário gratuito. O que pretendo com essa exposição resumida a respeito disso? Pretendo mostrar que existe possibilidade, basta ter boa vontade. Basta olhar a questão sem preconceito. Essa questão tem que ter a cara da sociedade brasileira e não

simplesmente deixá-la como se fosse assunto puramente privado. São concessões públicas e são poucos os escolhidos para operarem um meio poderosíssimo que gera milhões de receitas, de publicidade etc. Eles têm a obrigação de prestar um serviço bom, satisfatório e de responder pelos abusos que, eventualmente, cometam. Eram essas as minhas considerações. Muito obrigada. (Aplausos)

SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA – Boa-tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a honra que me foi deferida ao ser convidado a participar deste evento em que se pensa São Paulo no século 21, ao me colocar ao lado de pessoas tão ilustres. Sinto-me extremamente honrado. Me chamo Paulo Fernando e sou juiz federal. Atuo em Uberaba, Minas Gerais. Evidentemente, não sou do ramo da comunicação e, em princípio, nada teria a ver com comunicação. Mas, pelo destino, talvez, vim a ser uma das pessoas que se inseriram nesse processo de democratização dos meios de comunicação. E Uberaba, hoje, sem dúvida alguma, é referência nacional em termos de rádios comunitárias. Já fui juiz aqui em São Paulo, mas não tive a felicidade de apreciar um caso de rádio comunitária aqui. Gostaria de ter dado o pontapé inicial. Porque São Paulo é o carro-chefe da nação brasileira. Mas, aconteceu em Uberaba, e quando o caso me foi submetido, apreciei e concedi a liminar autorizando o funcionamento de uma rádio comunitária. E, a seguir, notei que, na minha região de abrangência, que são cerca de 55 municípios, já autorizei mais de 100 rádios comunitárias a funcionarem. Se fosse somente isso, teria ficado no uso da minha toga dentro do meu gabinete. Mas, de repente, sofri a maior das perseguições e todo o tipo de agressão por causa da minha decisão. Primeiramente, houve um ataque intelectual generalizado, seja do Ministério Público Federal, seja da Advocacia da União, seja dos advogados da Anatel, seja do Ministério das Comunicações e até da Polícia Federal que, para tentar subverter a minha autoridade, chegava a mandar agentes federais de Belo Horizonte para minha região, faziam as apreensões e saíam correndo para Belo Horizonte. Justamente para tirar minha autoridade, porque no mandado de segurança a

autoridade é de onde está situada aquela autoridade que cometeu o ato coator. O juiz daquela cidade é que decide o ato. Então, pensavam que fazendo assim, eles fechavam as rádios na minha região, ficavam à mercê de outros juízes que, normalmente, não estavam dando a liminar. E me inseri no contexto, porque realmente mantive minha autoridade e comecei, não só a determinar a esses agentes de Belo Horizonte que cumprissem as minhas decisões e devolvessem os equipamentos, sob pena de prisão, mas ameacei de prendê-los, e iria prendê-los realmente se necessário fosse, porque estavam subvertendo uma ordem judicial, e daí em diante comecei a ser convidado, no país inteiro, a falar sobre rádios comunitárias. Já fui duas vezes ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, onde ajudamos a montar uma frente parlamentar em defesa das rádios comunitárias e estive aqui, honradamente, em São Paulo, na Câmara Municipal, fazendo uma palestra, estivemos na USP. Em Belo Horizonte já fui quatro vezes, inclusive na UFMG. E estou retornando aqui hoje. E na semana que vem estarei em Fortaleza, também em uma audiência pública perante a Assembléia Legislativa daquele Estado. Por que isso? O que está acontecendo? A palavra-chave o Dr. Gustavo usou com competência. Tudo se resume no poder. Agora, não é só o poder econômico, mas também o poder político, porque a história revela que o poder político anda acoplado com o poder econômico. O povo, muitas vezes, apesar de viver num país chamado democrático, na realidade ele é sujeito passivo de leis que não estão à altura e nem de acordo com essa democracia. E se os senhores me permitirem, passarei algumas transparências rapidamente, para que possamos entender, primeiro, esse aspecto político, porque entendo que não adianta discutir detalhes de leis se não mudarmos, primeiro, o conceito de poder, de cidadania e de democracia. Inclusive, a função de cada poder político dentro de um sistema democrático e de um país livre. Aqui, ligeiramente, mostrarei para os senhores duas Constituições. A Constituição brasileira, que é esse volume todo, e essa é a Constituição de 1988, é a oitava Constituição do Brasil, e essa é a Constituição americana e, também, ainda estão

inseridas 27 emendas e uma declaração de direitos. Ela só tem sete artigos e 27 emendas em 210 anos. E essa Constituição americana, quando foi elaborada, foi debatida com o povo por meio dos jornais. Então, todos os princípios, ela é uma Constituição de princípio, e por que é de princípio? Porque não é uma Constituição dominadora. Essa nossa é casuística, porque quem está por cima quer dominar tudo e dizer o que pode e o que não pode, e vai detalhando tudo e vai castrando os poderes, inclusive o poder judiciário, e criando subliminarmente, na mente dos juristas, dos estudiosos do Direito, nas universidades, o sentido do legalismo. Um legalismo que mata. A ponto de um brasileiro médio acreditar que tudo que não tem lei é clandestino ou pirata. Serve para as rádios comunitários, que têm uma lei recente, mas não tinham anteriormente. Serve para os perueiros, para os moto-taxistas e outras atividades mais. Não tem lei? Então é clandestino, é criminoso, é abominável. Precisa ter uma lei. Agora, quem faz a lei? Historicamente, quando a democracia é verdadeira e bem representada, o Congresso Nacional representaria a vontade da maioria do povo e a lei feita por eles teria uma destinação para a maioria do povo. E o Executivo, que também é um poder eleito, tem o poder de vetar essa lei. E o Judiciário, como um poder não eleito, dentro de uma democracia verdadeira e representativa, o Judiciário tem um papel apenas de proteger as minorias contra a tirania da maioria. Porque as leis poderiam massacrar grupos étnicos ou religiosos. Como é o caso da Suprema Corte dos Estados Unidos, que, de um modo geral, protegem os índios, os negros, os judeus, os gays etc. E o que ocorre no Brasil? Em primeiro lugar, essas oito Constituições que temos, e devemos isso a um grande brasileiro, que foi Rui Barbosa, a primeira Constituição brasileira republicana de 1891 é uma cópia servil e fiel da americana. E Rui teve uma visão magnífica, porque ele poderia ter ido buscar o exemplo francês, porque a França dominava culturalmente o universo, o mundo, naquela época. E ele foi buscar no americano, o modelo brasileiro. E as nossas constituições todas seguem o modelo brasileiro. Ou seja, o esqueleto dessa Constituição é o que está aqui, o restante são acréscimos. Então, o que temos que decidir primeiro é o seguinte, como aqui no

Brasil, desde a primeira Constituição republicana, porque antes o Brasil era um Império, e só tinha vez quem fosse amigo do príncipe e o juiz, naquela época, não tinha garantia alguma, só pegava o cargo se fosse amigo do príncipe, ou do conde, ou do barão, criou-se um judiciário frágil. Um judiciário comprometido com o poder. E, apesar de em 1891 ter vindo uma Constituição que copia a americana e que o poder judiciário é um poder político, com um poder de anular leis inconstitucionais, o judiciário brasileiro nunca assumiu verdadeiramente o seu papel e passou a ser mais um funcionário público. O juiz é mais um funcionário público. Ele olha aqui na lei. Se a lei diz que sim, é sim. Se diz que não, é não. O juiz não incorpora valores pessoais, não atua como agente político. Assim como o deputado, ao fazer a lei, dá a sua contribuição pessoal, da sua valoração política, progressiva ou conservadora, os juízes brasileiros se encolheram e o judiciário brasileiro virou um judiciário técnico. Agora, como aqui no Brasil, as leis, historicamente, sempre foram feitas por grupos oligárquicos, que são os latifundiários, os banqueiros, que sempre estiveram no Congresso Nacional, ou pessoas custeadas ou bancadas por eles, as leis brasileiras, de um modo geral, foram feitas para proteger esses grupos. Dando a eles diversos benefícios. Então, o Judiciário aqui tem uma missão muito mais importante aqui do que o Judiciário americano, porque temos que defender a maioria contra essa minoria que legisla e que faz leis dominadoras. Gostaria de mostrar, primeiro, que o americano ao fazer essa Constituição de 1787, trabalhou com o lado negro da alma humana. Ele não acreditou, hora nenhuma, e isso dando à história desde a Grécia antiga, ele não acreditou que as autoridades seriam virtuosas e honestas. Ele partiu do princípio de que o homem, ao deter o poder, naturalmente se corrompe se não tiver um controle sério sobre ele. Essa é a tendência da natureza humana. O americano descobriu que tem que trabalhar com essa natureza humana perversa e má, que quem está no poder procura apenas o benefício próprio ou de seus amigos, ou de seus parentes ou, se possível, de todos eles. E o povo, o que der, depois se faz algo para o povo. E o povo tem que agradecer na hora em que se faz um asfalto, uma creche. Isso é como uma dádiva

ao povo, enquanto seria um direito. O americano sabendo disso, dividiu aquele poder que antes estava concentrado no rei, um poder total e absoluto do qual a Igreja acabou compartilhando também dos benefícios. Dividiu, numa primeira etapa, um corte, imaginem os senhores um bolo de aniversário ou de casamento em que haja um corte horizontal. Na esquerda temos a União Federal e os Estados. Isso se chama federação. Significa que a União Federal tem poderes restritos, limitados, somente aqueles concedidos e escritos na Constituição. E o Estado tem o restante de todos os poderes. E, no Brasil, temos também o Município, acrescentado na Constituição brasileira, e que é uma peculiaridade nossa. Houve uma divisão do poder do Estado com o Município. Então, aqui no Brasil temos três faixas de poderes. Só que, dentro do princípio federalista, a União só tem competência para cuidar de assuntos gerais. Enquanto que o Estado fica com os assuntos regionais e os municípios com os poderes locais. Mas, no Brasil, e aí vem a dominação, quando vieram discriminar a competência da União, que seria restrita e limitada, colocaram tudo. Então, no art. 21, tudo que os senhores possam pensar, é competência da União. Mas, como há um princípio maior que a norma, porque o que está escrito no art. 21 são normas, mas há um princípio maior que adotamos como um povo, o Brasil é uma república federativa. Então, a federação é um princípio e esse princípio se sobrepõe à norma. Daí, o que acontece? O modelo americano, em que a União age restritivamente e os Estados têm o restante da competência. Aqui, no Brasil, é invertido. A União tem todos os poderes abusivamente, e contrariando, a princípio, o que não é permitido, os Estados quase não interferem na vida do indivíduo e os municípios, de modo geral, dão títulos de cidadão e nomeiam ruas. Essa é a verdade. Então, a União Federal usurpa competência e domina a população como um todo, chegando a ponto do presidente da república ter poderes de emitir medidas provisórias sobre todo e qualquer assunto, inclusive mensalidades escolares, que é um assunto tipicamente local. E aí se insere a rádio comunitária, que é um assunto local também. E, aí, temos os paradigmas brasileiro e o americano. E volto a repetir que a Constituição brasileira adotou, na sua essência,

tudo o que está na constituição americana, tanto que a primeira foi considerada uma cópia servil da americana. A divisão dos poderes, na realidade, são o executivo, o legislativo, que são eleitos pelo povo e o judiciário, que seria o poder não eleito. É uma divisão igualitária, porque não pressupõe que um poder domine o outro. Isso é decência da democracia. E o que acontece aqui no Brasil? Temos um executivo dominador, um legislativo que aceita que o presidente da república tome a competência legislativa por meio das medidas provisórias. O pior é que o judiciário ficou fragilizado. O judiciário, aqui no Brasil não é um poder. Por quê? Porque aquele juiz que estava acostumado, no tempo do Império, a seguir a ordem dos que estavam ao lado do rei, continua o mesmo. Por mais independência, o juiz acredita que tem a independência, mas não tem, porque ele virou um escravo da lei e as universidades, de modo geral, ensinam o império da lei, quando deveria ser o império da Constituição. Toda lei que fere um direito individual nos Estados Unidos é tida como suspeita. É o Estado que tem que demonstrar que há um legítimo interesse público para restringir um direito. Então, a Anatel teria que demonstrar ao Estado que uma rádio comunitária, trabalhando acima de 25 watts, causa um prejuízo público, de interesse da comunidade. Se ela não demonstrar, aquele dispositivo não vale nada. E darei um exemplo, em Uberaba havia uma lei municipal dizendo: “Não pode ter um posto de gasolina a menos de 800 metros um do outro”. Questionei quando o caso veio a mim. Por quê 800 metros? Qual o interesse público que essa lei pretende resguardar? Se fosse a 50 ou 100 metros de um cinema, de uma creche, de um hospital, seria razoável. Mas, 800 metros estava visando proteger aqueles bem localizados na cidade. E dei uma liminar e autorizei a construção de postos um em frente ao outro. Mas, antes a questão tinha ido ao judiciário estadual e o juiz estadual tinha dito o seguinte: “A lei fala 800 metros. Então, não pode.” É isso que quero que os senhores entendam. A lei é instrumental. O que nos interessa são os princípios. E quando a Constituição é grossa desse jeito, é porque ela é castradora. Ela quer entrar em detalhes para se criar esse tipo de pensamento. Enquanto na Constituição americana são só princípios. O judiciário

vai construindo de acordo com a realidade do dia. O mais importante de tudo, que os poderes, primeiro têm que ser iguais. Porque se um poder é maior que o outro, há o desequilíbrio. E o Brasil está desequilibrado. E, mais, aquele círculo é o controle de um poder sobre o outro. É aquilo que dá a segurança que um poder não vai avançar além do seu direito. E é o que está acontecendo com as rádios comunitárias quando a União baixa uma lei sobre um assunto que não é da competência dela, é de assunto local. E para provar o que estou dizendo, *Kelsen* que foi um escritor alemão, lançou um princípio chamado a hierarquia das leis. Significa que no ápice o que comanda as leis no país é a Constituição Federal. Abaixo da Constituição vêm as leis. E, abaixo das leis, os regulamentos e as portarias. Mas, o detalhe é o seguinte, a lei não pode afrontar a Constituição. Se afrontar, ela não valerá, assim como o regulamento não pode afrontar a lei. E, nesse caso das rádios comunitárias, vamos notar que a Anatel extrapolou a lei muitas vezes, impondo ônus, no sentido de ampliar as dificuldades de obtenção da rádio-comunitária, quando está escrito na própria lei de comunicação, quando trata da exploração das comunicações: “A liberdade será a regra, constituindo exceção as proibições, restrições e interferências do poder público. E nenhuma autorização será negada, salvo por motivo relevante.” E os senhores sabem o que está acontecendo até hoje? O indivíduo pede, manda documentação e não recebo sequer resposta. Só na Anatel, hoje, deve haver mais de 8.000 pedidos com base nessa lei. E eles não serão atendidos, provavelmente, em 10 ou 15 anos. E o judiciário não pode ficar alheio a isso, deixar que um poder deixe de cumprir até a lei, e muito mais a Constituição. Vejam os senhores a suspeição dessa lei e os senhores ficarão horrorizados. O art. 22 diz o seguinte: “As emissoras do serviço de rádio e difusão comunitária, operarão sem direito à proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer serviços de telecomunicação”. Sem direito. Ou seja, a nossa Constituição diz que toda pessoa que for lesada ou sofrer ameaça de dano, tem direito de recorrer ao judiciário. E aqui vem uma lei totalmente suspeita, encomendada, dizendo que essas rádios podem sofrer interferência e não

terão direito de se socorrerem no judiciário. Isso é democracia !? Jamais. Então, *Kelsen* estabeleceu aquela gradação da hierarquia da lei. E Canutilho, que é um grande professor americano, estabeleceu uma gradação dentro da constituição, o que está perfeitamente correto. Dentro da constituição valem, primeiro, os princípios. Então, temos um princípio federativo, que tem que ser respeitado. Abaixo vêm os princípios gerais, especiais e, por fim, as regras. Então, o fato de estar aqui, como está no art. 220, dizendo que: “Compete à União conceder a autorização das rádios comunitárias”, é uma norma. Essa norma só pode valer se estiver de acordo com o princípio estrutural da Nação, que é o federalismo. Então, a leitura que se deve fazer é a seguinte: “A União tem poder de regulamentar, conceder normas gerais, conceder autorização de funcionamento, naquilo que for de interesse da União”. Fora daí, o assunto é local. Trouxe para os senhores como funciona, nos Estados Unidos, o Executivo. Ele só pode baixar as normas executivas, mas jamais com força de lei. São assuntos internos para regulamentar o funcionamento do serviço público. Mas não têm força de lei. Então, o nosso presidente da república tem um poder quase imperial, quando baixa as medidas provisórias com força de lei. O Clinton não tem esse poder. As agências nos Estados Unidos são órgãos criados pelo legislativo, com poder até de baixar leis. Que é controlado, de um lado, pelo Executivo, e pelo judiciário. É diferente dessas agências que o presidente da república tem criado aqui no Brasil, como a Anatel é uma agência do Executivo, apesar de vir por meio de uma lei. Mas, é uma lei encaminhada pelo Executivo. E, outra coisa, a administração é demissível a critério do presidente. Nos Estados Unidos, para se perder um cargo desses, só se houver um justo motivo. Os senhores vêm como o povo brasileiro está desprotegido, porque toda autoridade aqui no Brasil, tirando, de modo geral o judiciário e a liberdade dos parlamentares, as demais autoridades administrativas ou seguem a determinação ou sofrem retaliações. Se tiver cargo de confiança, perde. Então, o sujeito vira um escravo. Estou mostrando isso para os senhores verem que o judiciário, nos Estados Unidos, está inserido nos poderes equilibradamente. Inclusive, quando a Suprema Corte dá

uma decisão majoritária, vira lei para o país. Então, o judiciário lá compartilha realmente do poder. E, agora, vamos ver o Brasil. Temos uma estrutura rígida. Tem a Constituição. Depois, as leis complementares, que são feitas com quorum especial. As medidas provisórias, em que o presidente da república vira um tirano. E o legislativo, o Congresso Nacional editando leis. Onde está o judiciário nesse contexto? O judiciário está fora do contexto brasileiro. O judiciário é fraco. Se tivéssemos um judiciário forte, que prendesse esses agentes do alto escalão do executivo que não cumprem as leis, haveria o equilíbrio do poder. Infelizmente, não há esse equilíbrio. Finalizando este assunto de comunicação e das rádios comunitárias, queria dizer o seguinte, quando comecei a dar as liminares, os donos das rádios comerciais da minha cidade, me procuraram. “Dr. Paulo, é um absurdo o que o senhor está fazendo. Isso derruba avião”. E muitos juízes, inclusive aqui da Capital, que é o centro cultural do Brasil, os senhores vão ver nas decisões que há risco de derrubar avião. O sujeito trabalha em cima de hipóteses. Quando o direito fundamental é a regra. E o Estado só pode interferir no direito fundamental se tiver justo motivo e, assim mesmo, é ônus do Estado mostrar o justo motivo. E aqui acontece o inverso. E com isso o direito fundamental vai para o lixo. Afinal, rádio comunitária tem capacidade de derrubar avião? A resposta que o grupo Aboré deu foi esta: “As rádios comunitárias poderiam afetar a aviação em três aspectos: equipamentos e instrumentos de vôo da aeronave, sistema de comunicação da aeronave-terra e sistema de auxílio à aterrissagem.” Poderia, hipoteticamente, em três aspectos. E a solução vem a seguir, dada por pessoas técnicas, competentes e que trouxeram dos Estados Unidos um *software* das rádios comunitárias: “Não há a menor possibilidade, porque o avião, de modo geral, não sofre interferências. Segundo, os aparelhos usados pelas rádios comunitárias são comprados no mercado interno, em que as rádios comerciais também compram e são homologados pelo Ministério das Comunicações. E, terceiro, a possibilidade seria um defeito nesse aparelho. Mas, o defeito num aparelho de 25, 50 watts é muito menos danoso do que um de 5.000, 10.000 watts, que são das rádios comerciais”.

Me alonguei um pouco só para mostrar aos senhores duas coisas, nada se resolve, neste país, se não definirmos, primeiro, o problema da cidadania, o controle do poder, o controle do poder político, que está abusivo no nosso país, a divisão desse poder e o controle pelo próprio cidadão e as rádios comunitárias se inserem nisso. Existem cerca de 15.000 rádios comunitárias funcionando no país, sem a autorização da Anatel. Pela primeira vez o povo está tendo voz. Pela primeira vez estamos quebrando os currais eleitorais na cidade. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. CARLOS ZARATTINI – Agradecemos a presença do sr. Paulo, que veio de Uberaba contribuir para o nosso Fórum. Gostaria, também, de anunciar que estão aqui presentes representantes, conselheiros do nosso Fórum. Deputada Federal Irma Passoni, sr. Ricardo Campolin, presidente da Abraço, o sr. Sérgio Gomes, jornalista, sra. Sandra Melo, sra. Lucy Martins, sr. Everaldo, representante da Anatel de São Paulo, Dr. Chiaratto, representante do Secretário da Ciência e Tecnologia, sr. Aníbal. Agora passaremos ao debate. Só pediria aos senhores observarem o tempo. E, conforme for a demanda de perguntas, passaremos aos debatedores. O primeiro inscrito é o sr Sérgio Gomes, depois o sr. Marco, o sr. Manuel, o sr. Campolin, o sr. Edson, o sr. Clodoaldo. Com a palavra o sr. Sérgio.

SR. SÉRGIO GOMES – Gostaria de dizer que me sinto, como representante da Aboré, já gratificado pelo fato de poder participar desta reunião. Trazer este assunto para este plenário, do Fórum do Século 21, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que não é um Fórum qualquer, que não é mais um evento. Esta é a primeira vez que o poder legislativo do Estado de São Paulo aprova, por unanimidade, que ele se constitua em Fórum com a participação da sociedade civil. São 16 comissões, sendo uma delas esta comissão de Comunicação, que é constituída por 21 membros. Entendemos, logo na primeira reunião, que a primeira coisa que deveríamos fazer era chamar quem anda estudando isso, porque não iríamos inventar nada. Tínhamos uma contribuição a dar. Cada um na

representação que tem. Lamentavelmente não temos aqui a AESP, a Associação das Emissoras e outras. Isso é preocupante. Quem quiser e tiver a oportunidade de aprofundar isso, já acertamos aqui que sexta-feira, 31 de março, às 14 horas, na Aboré, o sr. Gustavo estará rerepresentando isso para quem quiser aprofundar este assunto sobre a lei geral. A segunda idéia é que se abriu, exatamente com o Dr. Juiz Paulo Fernando Silveira, um *workshop* na Universidade de São Paulo, na Escola de Comunicações da USP, abrindo espaço para toda a universidade, que tem sido a grande ausente no debate deste assunto, isso no dia 14 de outubro, um debate justamente sobre Direito Constitucional, e rádios comunitárias e a questão das novas mídias. Como é que ficam os direitos das pessoas, da sociedade, diante dessa complexidade toda? De outubro para cá, aconteceu a fusão da AOL com a Warner Times. Quer dizer, nestes últimos meses, houve uma mudança de qualidade de quem detém efetivamente o poder hoje da comunicação toda, é cinema, é televisão, é rádio, é música. E isso está passando batido, porque os meios de comunicação fazem parte desse rearranjo. É muito difícil discutir, na Folha de São Paulo, se ela é parte de alguma coisa da Internet, da telefonia. A mesma coisa O Estado, a Editora Abril. Então, há toda uma complexidade que, ou o Poder Legislativo se constitui em universidade, como está acontecendo aqui neste Fórum, ou a própria universidade chama, como território mantido por todos, ao debate desse assunto, enquanto é tempo, ou não sei o que acontecerá. Sinto, dramaticamente, uma grande sensação de fraude, em que o Ministério das Comunicações elabora na surdina, já estão na 6º ou na 7º versão. São 42 páginas. Isso não é casual. Essa questão da separação das leis que regulam telefonia e meios de massa, agora a reunificação e, depois, a privatização, tudo isso acontece e não estamos vendo os representantes do povo no legislativo debruçados sobre isso, não estamos vendo as escolas de comunicação, não estamos vendo as universidades. Sinto que este Fórum de hoje será o divisor de águas na qualidade do debate, para que possamos, como disse, a sra. Vera, apresentarmos alternativas. Muito obrigado.

SR. CARLOS – Obrigado, sr. Sérgio. Gostaria de frisar que fizemos a divulgação deste evento nas principais escolas de Jornalismo e Comunicação da cidade de São Paulo. Gostaria de anunciar a presença da sra. Ana Emília, Conselheira, representando a OAB. Passarei a palavra ao sr Marco.

SR. MARCO AURÉLIO MARTORELLI – Sou advogado e faço parte da relatoria do Fórum, aqui da presidência. Gostaria de cumprimentar o nobre Deputado. Queria perguntar para o sr. Gustavo a respeito do filme “*Bionthis*”, filme gerado em 1.991, pelo canal 4 de Londres, onde o sr. Roberto Marinho quis comprar a Tele Monte Carlo, para se introduzir na Europa. Houve um pool de donos de mídia europeus que, vendo o que poderia se alastrar na Europa com a entrada desse empresário, com o seu conceito empresarial de tirania e dominação, por meio de uma televisão pequena, que era a Monte Carlo, que poderia representar perigo para a Europa. E fez esse documentário, que foi proibido de ser veiculado aqui. Ele foi veiculado em algumas universidades. E gostaria que o senhor também comentasse a atual crise do Pitta, em que o sr. Antônio Carlos Magalhães, de alguma maneira foi citado, e numa matéria da Isto É, desta semana, ele comenta.. O comentário que se faz é o seguinte, o sr. Antônio Carlos Magalhães era muito amigo, é muito amigo, talvez o melhor amigo do sr. Roberto Marinho. E, na saída dele, da direção das Organizações Globo, e deixando a parte operacional e administrativa para os filhos, esse caso foi mencionado e resvalou, de alguma maneira, no todo-poderoso. E ele mandou um fax, de acordo com o que a revista Isto É noticia, dizendo que isso não vai ficar assim, como é bem do feitio desse político. Então, eu gostaria que o senhor comentasse se existe alguma luz no fim do túnel a respeito desse rigor, ou é uma troca? Porque se comenta que o sr. Antônio Carlos Magalhães teria na manga a CPI das teles. E um último comentário é sobre a ditadura das loiras. Quem trabalha com a minoria, sabe que a questão da identidade cultural e racial é algo basicamente fundamental para construirmos uma Nação mais tolerante e mais democrática. E muitos dos conselhos de comunidade negra do País vêm

comentando a respeito da negação que as crianças estão fazendo a sua própria identidade porque queriam ser loiras. Hoje, o padrão de programa para criança é com uma loira, com determinado padrão físico, determinado padrão cultural, em que se joga menino contra menina e o prêmio é o *merchandising* de algum produto. Muito obrigado.

SR. MANUEL BORGES – Boa-tarde a todos. Estou representando a 10ª região administrativa da Alta Paulista, Sorocabana e Pontal do Paranapanema. Gostaríamos de saber do Dr. Paulo, temos 118 pedidos de rádios na nossa região. E, infelizmente, alguns juízes não têm nos orientado nesse sentido. Vamos entrar com uma liminar na nossa região. Gostaria de parabenizar este trabalho da Assembléia Legislativa. É só assim que vamos chegar a algum lugar. O que gostaríamos de saber do senhor é se podemos fazer o mesmo procedimento, de entrar com uma liminar, se não há problema com as pessoas que já têm pedido de rádio? Já nos falaram que se entrarmos com liminar, e caso saia a concessão, perderemos o direito.

SR. RICARDO CAMPOLIN – Gostaria, primeiro, de cumprimentar a Mesa e, em especial, o Deputado Carlos Zarattini, que tem feito este trabalho pela democracia nos meios de comunicação. Minha pergunta é dirigida ao Dr. Paulo. Dr. Paulo, temos em São Paulo um caso que o senhor deve conhecer, a Abert e a Aesp entraram com um processo judicial contra a Anatel, pedindo o fechamento de quase 2.000 rádios no Estado de São Paulo. Isso seria efetuado pelo prazo deferido pelo juiz até o dia 6 de fevereiro. Posteriormente, a Anatel entrou com um agravo de instrumento e foi derrubada essa liminar. A Anatel recorreu em segunda instância e o resultado desse recurso ainda não é conhecido. No entanto, Dr. Paulo, muitas rádios comunitárias continuam a ser fechadas no Estado de São Paulo. Dr. Paulo, o que acontece, no Estado de São Paulo, que é difícil hoje, que os juízes no Estado

de São Paulo não deferem sentenças favoráveis às rádios comunitárias? Essa é a minha pergunta. Muito obrigado.

SR. EDSON – Boa-tarde a todos. Quero agradecer aos ilustres palestrantes, porque tenho aprendido muito. A minha pergunta é para a Dra. Vera. Ela falava da democratização dos meios de comunicação na Europa. Fazia referência à França e falava das punições, inclusive pecuniárias, para frear o uso indevido desse meio de comunicação. Gostaria que a doutora. me dissesse no Brasil, casos onde isso tivesse ocorrido dentro da nossa regulamentação. Muito obrigado.

SR. CLODOALDO – Meu boa-tarde a todos. Sou Clodoaldo, da região de Santo Amaro. Represento uma associação comunitária na qual tínhamos uma rádio comunitária de 1.997 a 1.998. No mês de dezembro de 1998, somos fechados com 47 watts. Gostaria de perguntar ao Dr. Paulo qual o procedimento a ser tomado. Temos personalidade jurídica, com CNPJ, trabalhando para a comunidade, com 10 declarações de escolas regionais e estávamos prestando serviços elas. Com declarações de outras entidades filantrópicas e mais dez assinaturas de comunidades de bairros. Fomos denunciados por uma pessoa de uma rádio de Santos, porque éramos próximos da frequência e eles quiseram nos provar, tecnicamente sem sucesso, que no Brasil não pode funcionar a uma frequência de 200 mhz da outra. E, no entanto, tecnicamente, é possível isso. Veio um delegado da Bahia, a pedido da jurisdição de São Paulo, e fez um trabalho aqui em São Paulo, nos fechou. Anexou todos os documentos. Veio com um mandado de busca e apreensão de um juiz aqui de São Paulo, e nos levou todos os documentos e essas declarações e equipamentos. Pedimos uma liminar, seguida de um “*Habeas Corpus*” e não obtivemos sucesso, porque o juiz deu um parecer desfavorável. Podemos até dizer que com o Governo demagogo que temos, temos o direito de falar e, depois, somos punidos. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Antes de passar às respostas, gostaria de informar que temos trabalhado com contribuição por escrito. Então, toda pessoa, além dos conselheiros, que quiser contribuir com propostas, com textos, com considerações sobre o tema, pode nos enviar aqui para a Assembléia Legislativa, que vai ser analisado e fazer parte dos anais, inclusive pode ser aproveitado no relatório final dessa comissão. Passarei a palavra a sra. Vera.

SRA. VERA – Para responder a pergunta do senhor, desconheço qualquer caso de punição de emissora aqui no Brasil, e emissora comercial, que não seja comunitária. Pode ser que exista, mas desconheço. E a razão não é só porque não há vontade de punir. Também me parece que não há, mas não é só por isso. Me parece que não se criou aqui idéia de que se precisa fixar obrigações para os concessionários. Não só fixar as obrigações que eles têm em lei, mas como estimular a prestação de um bom serviço na ocasião da apresentação da proposta de uma licitação de concessão. Por exemplo, vai se ter tantos por cento de programa educativo, dar-se-á prioridade para a programação regional em tais horários, prioridade para programação nacional de cinema. Enfim, se ele fosse escolhido, supondo que houvesse mais de um interessado na concessão, com base naquela proposta, tem que se observar aquela proposta e não, simplesmente, depois não cumpri-la. Então, não se criou a mentalidade de que o concessionário não é dono das ondas por onde ele opera. Portanto, ele tem que assumir responsabilidade, tanto as constitucionais, como as legais e como aquelas que ele se compromete quando obtém a concessão. O contrato de concessão aqui no Brasil, pelo menos os que eu vi, são contratos mínimos. É claro que se exige pela lei, pelo código de 1.962, que os concessionários têm que transmitir a hora do Brasil, ter determinado percentual de programas jornalísticos e programas educativos. Mas, enfim, não se tem muito mais do que isso. O que me parece é que faz falta esta postura, de que o concessionário vai prestar um serviço, de que ele se comprometeu e que ele vai ter que ser cobrado por esse determinado serviço.

Então, realmente, eu desconheço o caso e creio que também em razão de todo esse tempo de se ter negligenciado completamente esse debate. Quer dizer, não se colocou a idéia de que o concessionário presta contas do serviço que ele se compromete. Essa é uma concessão, não é um serviço privado. E é esta a mentalidade contrária que existe no país. A sra. Ana Emília, que conhece melhor o projeto que andou circulando pela *Internet*, diz que a versão coloca que vai se ter punições, mas não se diz as hipóteses de punição e nem em que casos. Isso é uma loucura jurídica! Tem que se colocar as coisas de uma forma lógica, com gradação. Isso tudo tem que ser muito bem explicado, porque, senão, propicia autoritarismo, arbitrariedades etc

SR. PAULO – Tentarei responder às questões de uma só vez. Primeiro, gostaria de dizer que foi veiculado na mídia uma colocação da Abert e também da Amrt chamando as rádios comunitárias de piratas e clandestinas. E pedindo ou incentivando a tomada de atitudes pelas autoridades contra essas rádios. E houve uma repercussão grande aqui em São Paulo e fiquei honrado porque foram a Uberaba buscar o socorro. Essas rádios comunitárias têm estatutos, têm objetivos sociais, de modo geral, culturais, ou assistenciais. Os proprietários são registrados em cartório. São pessoas idôneas, com CGC, com endereço certo e a própria rádio comunitária tem seu local de trabalho publicamente conhecido. De modo que não há como usar o termo pirata ou clandestino, porque ele não é adequado. É pejorativo e tende unicamente a criar uma imagem negativa perante população, justamente de quem está prestando um relevante serviço à população. Quanto à pergunta do sr. Manuel Borges, o fato de o senhor ter pedido uma liminar ao judiciário, jamais isso poderia prejudicar no seu pleito administrativo. Se o juiz deu a liminar, ela prevalece, se a Anatel conceder administrativamente, aquele mandado de segurança, ou “*habeas corpus*” perde o efeito. Perde o objeto. E, enquanto a Anatel não concede a liminar, fica prevalecendo e o senhor funcionando tranquilamente. Mas, jamais prejudica. Agora, quanto à orientação, um modo geral, os senhores não devem

entrar com pedido de liminar antecipadamente. Porque, o que tem acontecido na minha região, quando a rádio comunitária, e olhem o absurdo da colocação, entra com “*habeas corpus*” preventivo ou mandado de segurança preventivo, alegando ameaça de vir a ser fechada ou a ter o seu equipamento apreendido, quando oficia, principalmente a Polícia Federal, e até mesmo a Anatel, a resposta que vem ao juiz é que eles ignoram qualquer coisa e que não tomaram atitude nenhuma. E quando dou liminar, porque sei que, na realidade, eles vêm fechando e até mesmo abrindo processo penal, o tribunal tem cassado a minha decisão às vezes, dizendo que não ficou comprovado que realmente havia uma iminência de coação. Então, tenho orientado a não entrarem com liminar antecipada. E, em segundo lugar, se os agentes da Anatel forem sozinhos nas rádios comunitárias, não permitam que fechem ou que lacrem, porque a Anatel não tem esse poder. Quando disse que a lei é suspeita, vejam bem, mais uma suspeição. Na lei 9472/97, que é a que organiza o serviço de telecomunicações do país, conseguiram inserir nela, no art. 19, inciso XV, que a Anatel teria competência para realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência. Ou seja, ela queria aplicar uma sanção antes da hora. A nossa Constituição não aceita mais isso. Na nossa Constituição, no art. 5º, temos o princípio do devido processo legal. Então, essa lei quis passar por cima da Constituição e a maioria dos juízes cumpre o que está na lei. Mas, tivemos a sorte que o Supremo Tribunal Federal, por meio de uma liminar do Ministro Marco Aurélio, na ação direta de inconstitucionalidade nº 1.668, anulou esse dispositivo por abusivo e inconstitucional. Então, o Supremo anulou esse dispositivo legal, dando prevalência à Constituição. O que tem acontecido na prática? Os agentes da Anatel, e isso disse ao presidente da Anatel no Senado Federal, no debate que estive com ele, com excesso de zelo, ou, então, para defender o poder, eles que têm somente função administrativa, e na lei das rádios comunitárias não prevê apreensão, então, ela é indevida, os agentes da Anatel, para manter o poder, vão atrás da Polícia Federal. Para que a polícia pratique o ato. Mas eles vão sozinhos, e em vez de invocar esse dispositivo que o Supremo julgou inconstitucional, eles invocam um

dispositivo inserido na lei de comunicações anterior, na 417/62, que é o art. 70, que foi inserido no tempo da ditadura, e que dá poderes de fechar e de apreender a rádio instalada sem a concessão. Então, os agentes da Anatel, ou vão sozinhos e fazem a apreensão invocando um dispositivo criminal e, aí, eles estão abusando, porque eles não têm essa autoridade. Ou, então, levam consigo agentes da Polícia Federal que fazem essa apreensão com base no art. 70. Na primeira região, no Tribunal Regional da Primeira Região, já se decidiu reiteradamente, pacificamente, que as rádios comunitárias de pequena potência não cometem o crime do art. 70. Então, vejam bem, a falta de respeito para com o judiciário. Quanto ao fechamento, que soube que houve aqui, de 2.000 rádios comunitárias, com a determinação do juiz, não posso discutir a causa porque me faltaria ética. Mas, tenho debatido no Brasil inteiro este assunto das rádios comunitárias e posso falar o que tenho debatido. No meu entender, está faltando, com relação aos juízes federais, uma melhor colocação da matéria perante o juiz. O juiz tem medo. Ele é um ser social, é um homem. Ele tem medo. A Anatel diz que derruba avião. Ele, em princípio, acredita. Quando não deveria acreditar. Deveria exigir um comprovante. Então, precisa se colocar melhor a matéria perante os juízes. Outra solução que tenho dado, para resguardar as rádios comunitárias é a seguinte, cada município fazer uma lei sobre esse assunto. Por quê? Porque o cidadão que estiver cumprindo a lei municipal não pode ser criminoso. E a concessão das rádios comunitárias ficaria âmbito de município, vigiada pelos vereadores. E mais, havendo uma lei municipal, mesmo se chegar a Polícia Federal querendo fechar uma rádio comunitária, se eu fosse prefeito, e tem obrigação de fazer isso, observaria que tem que cumprir a lei municipal. O prefeito, então, poderia mandar a polícia militar até o local e dizer que a questão é jurídica e tem que disputar isso nos tribunais. Agora, quanto ao mandado judicial, infelizmente, só tem a disputa judicial que depende de colocações. É nesse sentido que não sei se respondi todas as três perguntas, mas a minha intenção foi essa.

SR. GUSTAVO – O filme original do Cidadão *Kane* é baseado num jornalista americano que dominava os meios de comunicação e que por isso tinha um poder enorme. Quando houve a confecção além do *Cidadão Kane*, esse filme foi feito por uma TV inglesa, canal 4, foi justamente isso, que a motivação foi a tentativa de entrada dos Marinho na Europa e o vídeo vai explorando como aqui no Brasil haveria, e aí é caso notório, talvez só o México e a Austrália vivam monopólios privados tão poderosos quanto o Brasil. E esse vídeo se destina a mostrar o efeito nefasto que o sr. Roberto Marinho causaria na vida brasileira e citando vários exemplos, cominando com a eleição de 1.989, porque não um debate, mas a edição de um debate, acabou sendo instrumento determinante para alguma eleição presidencial. Particularmente, por mais abominável que ache o exemplo dos Marinho, eles devem também ser inseridos num contexto. Não se deve demonizar, porque se não fossem eles, com certeza, seriam outros, porque o problema é o sistema que permitiu que se ocupasse esse espaço. Esse espaço foi ocupado pela família Marinho porque, talvez, eles tivessem os meios, o conhecimento, a falta de caráter mais uma série de coisas que permitiram que eles ocupassem esse espaço. Mas, se não fossem eles, seriam outros. O que tem que se discutir é o modelo. E é o modelo que se torna não só o modelo brasileiro, como o modelo mundial. Isso que é o pior. Por mais que as legislações proibam esse tipo de concentração em outros países, o que vemos é um abrandamento gradual desse tipo de legislação no mundo inteiro, a tal ponto que é possível se falar que nove grupos de mídia hoje controlam todo o cenário de mídia mundial. São donos de seis dos grandes estúdios de *Hollywood*, são donos de quatro das quatro grandes gravadoras mundiais. Eles dominam. E o pior, eles têm desmembramentos com a indústria de eletrônicos, com a indústria de *software*. E têm desdobramento com a indústria da fibra ótica. Com a indústria de transmissão de cabos. Esse é um cenário mundial, a tal ponto que, hoje, é possível se planejar, e já há alguns estudos nesse sentido, de que na América Latina, como um todo, tirando-se nichos específicos de mercado, mercado regional, teríamos num cenário de médio prazo, apenas três grupos de mídia

sobrevivendo aqui na América Latina. Que seriam as Organizações Globo aqui no Brasil, a Tele Visa no México e a Sismeros na Venezuela. Todo o restante tende a desaparecer. Estamos vendo agora, por exemplo, o caso da Abril, que se aventurou e agora está recuando. Já vendeu HBO, a *Directv*, agora está preparando a venda da TVA e está recuando para voltar a ser o que era, uma editora. Quer dizer, ela sinalizou claramente o seguinte: “Não tenho cacife para disputar nesse mercado globalizado”. Sílvio Santos, há um ano e pouco deu uma declaração de quem chegasse com um bilhão de dólares ele venderia o SBT. Quer dizer, o que o empresário brasileiro está sinalizando, e aí não é só na comunicação, é como um todo, que prefere ser o acionista minoritário do capital internacional operando aqui do que ser ele próprio um jogador nesse cenário. Mais uma vez o empresário brasileiro age com a cabeça de colônia. Por exemplo, a Itautec se aventurou a produzir *software* e *hardware*, mas depois ela percebeu que sairia bem mais barato que ela apenas fosse uma montadora de *software* e hardware que vêm de fora do que ter que investir aqui software e em ciência e em tecnologia. Porque é isso que o empresário não quer. Então, ela recuou, participou, como vários outros, da sabotagem da lei da informática. O Brasil perdeu o incipiente que tinha e passou a ser uma fábrica em Manaus que recebe incentivo. Hoje, os nossos engenheiros são montadores de caixas fechadas. Então, o que temos que discutir é o cenário da globalização e a comunicação inserida nesse cenário e o papel que ela desempenha no Brasil. O sr. Roberto Marinho talvez seja o exemplo crasso, o pior exemplo desse cenário. Quanto à questão do sr Antônio Carlos Magalhães, no meu entender, ele representa “a perna no arcaico” da globalização. Se precisa ter uma política do moderno e uma política do arcaico. Ambas perversas na sua complementação. E o ACM é, nada mais, nada menos, do que a perna do arcaico nesse sistema perverso. E não é à-toa que ele foi o único ministro civil do Governo Sarney que subiu e desceu a rampa com o Sarney, ele entrou no primeiro dia e saiu no último. O sr. Sarney trocou todos os ministros e o único ministro civil que permaneceu foi o ACM, isso por clara e óbvia indicação dos Marinho. Em relação à

cultura, o que se está discutindo, em última instância, é cultura. É o estereótipo de nação que estamos criando. A nossa elite, um dia desses estava me lembrando da Carlota Joaquina, quando ela bate o sapato no chão e diz: “Deste país eu não levo nem a poeira”. Essa elite enriquece aqui mirando Miami. Ela está sempre mirando para fora. E é hora de começarmos a construir uma identidade nacional. E não vamos construir uma identidade nacional sem veículos de comunicação de massa. Isso é impensável no mundo moderno de hoje. Hoje não temos a ditadura explícita, mas temos a ditadura subliminar, mas que não deixa de ser um processo ditatorial. A tal ponto que organizamos eventos como esse e é possível o empresariado não vir. Quer dizer, num país democrático o empresariado teria que vir. Ele seria instado a vir. Aqui o empresariado pode se dar ao luxo de não participar porque o arranjo e forças não se dão nessa esfera. Então, temos que começar a subverter essa ordem. E, talvez, um dos indicativos para este Fórum, talvez tivéssemos que nos preocupar um pouco menos com leis e um pouco mais com regulamentação. Me parece ser esse o cenário americano, em que se tem um corpo de leis menor, mas é a regulamentação que vai balizando as decisões, o que se torna muito mais importante ainda no cenário da comunicação. Esse cenário muda numa velocidade muito rápida e não se tem uma legislação capaz de acompanhar isso. O que se tem é que criar instâncias reguladoras. E, aí, por exemplo, a importância de um conselho nacional de comunicação social, a importância de uma Anatel em outros parâmetros, não uma estrutura do Executivo, mas com uma estrutura aberta à sociedade. Temos que pensar em instâncias. Se as Câmaras Municipais e as Assembléias Legislativas comessem a criar conselhos de comunicação, órgãos que fiscalizassem, que chamassem para si essa responsabilidade e que contassem com a participação da sociedade civil, acho que teríamos dado um enorme avanço nessa questão.

SRA. VERA – Só complementando o que foi dito a respeito dos oligopólios. Realmente, existia toda uma regulamentação nos Estados Unidos e na Europa

também, a respeito de número total de emissoras que se podia ter numa área. Isso vem sendo, cada vez mais liberalizado. A mesma coisa com relação a percentual total de audiência que determinado grupo poderia ter com relação à audiência total. Eram 25% e passou a 30% e, agora, já está em 36%. Enfim, isso, realmente, é uma tendência mundial que é de, no fundo, gerar monopólios e oligopólios de informação. Sem dúvida. O único que sobrevive é o que proíbe a mídia impressa na mesma região geográfica.

SR. ARNALDO – Boa-tarde a todos. Eu sou o Arnaldo, da Sociedade Amigos de Bairro. Agradeço pela oportunidade, por esta abertura da Assembléia Legislativa e acredito que as coisas estão melhorando. Vejo uma luz no fim do túnel. Agradeço ao Dr. Paulo pela palestra que deu. Gostaria de ter o senhor junto conosco aqui em São Paulo para lutarmos juntos pelas rádios comunitárias. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado. Só para o encerramento, gostaria que passássemos às considerações finais. Tivemos aqui exposições bastante interessantes. A sra. Vera colocou as comparações do sistema de controle. O Dr. Paulo, sobre todo o processo jurídico que envolve a questão da democracia nas comunicações. O sr. Gustavo nos apresentou conceitos bastante importantes sobre a legislação. E gostaria de colocar que estamos bastante preocupados, o nosso objetivo é como adaptar, de transformar o conjunto dessas idéias num arcabouço jurídico democrático. Essa é a nossa preocupação e a preocupação deste Fórum, porque não é possível que se aprovem medidas que vão contra, muitas vezes, os interesses da maioria da população. E, muitas vezes, pela falta dessa orientação e dessa discussão geral, mais a fundo da nossa sociedade, acabamos aprovando leis em função de interesses menores ou de questões conjunturais, deixando de discutir, de ter uma visão mais geral e menor. Então, da minha parte, queria agradecer aos senhores por esta contribuição para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Queria, antes de passar a palavra,

informar que a nossa programação vai prosseguir no dia 5 de abril com o debate sobre interiorização e regionalização das fontes de informação. E do qual vão participar a sra. Sandra Melo, trabalha no canal comunitário de televisão, o sr. Egídio Coelho da Silva, jornalista e presidente da Associação de Jornais de Bairro de São Paulo, o sr. Valter Estevam Jr, presidente da Associação dos Jornais de Interior de São Paulo e o S. Antônio Carlos Fom, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. No dia 19 de abril, vamos ter um debate sobre novas tecnologias na comunicação. No dia 3 de maio um debate sobre rádios comunitárias e emissoras locais e no dia 17 de maio um debate sobre privatizações do setor de telecomunicações e a lei geral do sistema nacional de correios. Todos os debates são às quartas-feiras, de 15 em 15 dias, às quatorze horas. Então, passarei a palavra ao Dr. Paulo.

SR. SÉRGIO – Antes da consideração final, gostaria de falar o seguinte, conheci aqui o Dr. Everaldo, que é o responsável pela Anatel e responde pelo Ministério das Comunicações, por conta de sermos membros do mesmo conselho, foi possível ter uma reunião de quatro horas com ele na delegacia. Como é que deveria proceder esse caso? Eu poderia apresentar para ele, por exemplo, a sra. Telma, da Rádio Heliópolis, um problema sério de tráfico. E apresentei o caso ao sr. Everaldo e lhe perguntei se ele fecharia essa rádio. E ele me disse que ele não é contra as rádios comunitárias, mas ele tem um papel. Ele me disse que se chegar uma denúncia formal ele é obrigado a agir, porque é sua responsabilidade como responsável pela Anatel. Segundo, o sr. Deputado Carlos Zarattini não disse aqui, e preciso levar ao conhecimento de todos, inclusive para saber como os senhores podem ajudar nisso, mas houve aqui uma reunião da nossa comissão e que produziu, inclusive, desagrado ao cantor Lobão, que foi achincalhado pela imprensa. Isso é inconstitucional. E nesse dia, já temos aqui 44 assinaturas de deputados e, portanto, dos 94, e os participantes aqui podem ajudar, que é exatamente um ofício ao Presidente da República. Isso a imprensa não publicou até agora. E diz assim:

“Os integrantes do grupo temático de comunicação do Fórum Século 21, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, os parlamentares desta Casa, representando os diversos partidos, as lideranças sindicais comunitárias e estudantis do nosso Estado e dos músicos, compositores e artistas abaixo assinados, vêm solicitar-lhe a gentileza de uma audiência para as entidades de coordenação do movimento pela legalização das rádios comunitárias em nosso país. O pleito, explica-se sobretudo, pela tensão e insegurança reinantes nos bairros e cidades após a decisão do juiz federal, Dr. José Marcos Lunardelli, em 6 de janeiro, de atribuir à Anatel e aos órgãos com poder de polícia para “eliminar os focos de interferência de 2.000 rádios piratas dentro de 30 dias, pois estariam interferindo na segurança aérea e na comunicação entre viaturas policiais, bombeiros e ambulâncias. Os fatos desmentem essas assertivas levantadas pela Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo- Aesp e que motivaram a sentença inicial da Justiça Federal. A Aesp alega que a América Air Lines deixou de pousar aqui em Cumbica durante vários meses porque haveria uma rádio pirata na região de Guarulhos interferindo. Não é fato. A América Air Lines suspendeu sim, mas por receio de balões. Alega também interferência nas ambulâncias.” Nós levantamos esse fato junto às secretarias de saúde do município do Estado de São Paulo, e das 2.450 ambulâncias e apenas cinco têm aparelho de rádio. Foi, também, feito um contato com o responsável pelo conselho estadual de telecomunicações, o jornalista João Paulo, no dia 26, e ao longo de um ano não havia sequer uma ocorrência de interferência de rádio por ele. Felizmente, a própria justiça desautorizou temporariamente esse desatino. Neste momento, mais de 8.000 pedidos de rádios comunitárias encontram-se sobre a mesa do Ministério das Comunicações, que não conseguiu encaminhar, nem mesmo, a modesta meta de regularizar, mensalmente, a situação de 30 rádios, conforme suas palavras transmitidas em cadeia nacional no dia 27 de julho de 1.999. Então, levaria 20 anos. Até hoje, sequer uma emissora comunitária foi legalizada. A situação vivida atualmente, pelos rádios comunicadores que se empenham, efetivamente, pela

solução dos problemas da área social, sobretudo saúde, educação e desenvolvimento local e promovendo a difusão da diversidade local, representada por nossa música, se aproxima do paradoxo do cidadão que quer tirar carteira de identidade, mas a autoridade não o atende e, em seguida, vem a polícia e o prende na rua como vagabundo porque não tem documentos. Para que o senhor Presidente da República possa dispor de todas as informações, avaliar o quadro, conhecer de perto quem são os responsáveis por essa frente destinada à democratização dos meios de comunicação e, ao final, adotar medidas que compreenda corresponder aos interesses profundos do Brasil, é que vemos interceder por essa audiência às entidades de coordenação das rádios comunitárias. Vários deputados não assinaram porque não foram procurados. Segundo, dois dias depois dessa audiência que houve aqui, e o desagravo que se lançou, por iniciativa do Deputado Carlos Zarattini e esse manifesto pedindo uma audiência ao Presidente da República, a imprensa não deu uma linha sequer, embora do lado estivesse a CPI do *Goro Hama*. Estavam todos os meios de comunicação aqui e nenhuma linha sequer até hoje. Dois dias depois houve um encontro de várias rádios comunitárias ligadas ao Fórum, na Faculdade do largo de São Francisco. E lá estava a Folha etc.. Nesse dia, um Deputado Federal, Arnaldo Faria de Sá, diante dessa notícia deu declaração a todos dizendo que não tinha que ter frente parlamentar. O que tinha que existir era invasão do Congresso Nacional. E convocava a todos para, em caravana, irem a Brasília, invadir a Câmara dos Deputados, dizendo que isso não funciona porque frente parlamentar, os parlamentares é que são donos das rádios etc.. Então, estamos ante à seguinte situação, ou as pessoas que são representativas e que têm capacidade se articulam e tomam medidas práticas em defesa do povo ou, com as eleições, os apetites eleitorais se aprofundam e, rapidamente, um demagogo qualquer propõe invasão. Estou trazendo ao conhecimento dos senhores isso, porque a iniciativa do Deputado Carlos Zarattini precisa ser divulgada. Então, a partir daqui, vamos encaminhar algo concreto. E proponho que, independentemente desse ciclo de seminários, o

Conselho consiga se reunir para se articular, para ter o mínimo de autogoverno. Para não ficarmos só na dependência da infra-estrutura da Assembléia.

SR. CARLOS ZARATTINI – Só para informar sobre esta questão do abaixo-assinado temos mantido contato com outros deputados da Casa e existe a intenção, se assim for possível de articular com o conjunto das entidades de rádios comunitárias, ir a Brasília, ao Congresso Nacional, se reunir com a comissão de comunicação. O que vem ocorrendo é que está havendo uma troca de presidência e de composição dessas comissões, então, está se aguardando o término desse processo. Agora, evidente que o senhor, tem toda a razão na sua colocação, que é importante que tivesse prosseguimento na coleta dessas assinaturas para que pudéssemos ter, com certeza, mais de 80% da Casa assinando se nenhuma dificuldade, desde que se fosse buscar as assinaturas. Queria só passar a palavra e pedir para fazer o encerramento.

SR. LUÍS CARLOS – Boa-tarde a todos. Meu nome é Luís Carlos Teddy Ferraz, sou presidente da Associação Cultural Comunitária Amiga, na região Leste, no Jardim Coimbra. E mantínhamos nessa Associação uma rádio comunitária. E, durante um bom tempo, funcionamos com essa rádio comunitária. E em outubro de 1.988, apareceram os fiscais da Anatel, juntamente com um delegado, com um mandado de busca e apreensão, e fecharam nossa rádio. Fui ouvido e estamos planejando uma defesa. E existe na lei nº 9472/97, que dispõe sobre a Organização dos Serviços de Telecomunicações. No último artigo da lei, o art. 215, é uma pergunta que faço ao Dr. Paulo. No art. 215: “Ficam revogados a lei nº 4117/62, o art. 70 e salvo quanto à matéria penal não tratada nesta lei e quanto aos preceitos relativos à rádio e difusão”. Então, dá-se a entender que ficam revogados desta lei os preceitos relativos à rádio e difusão. E nós estávamos fazendo rádio e difusão e não telecomunicações. Então, perguntaria ao Dr. Paulo, se essa lei, esses artigos excluem as rádios comunitárias dessa lei de telecomunicações.

SR. CARLOS ZARATTINI – Passarei a palavra para o sr. Gustavo para encerrarmos aqui. Realmente, estamos no limite do tempo.

SR. GUSTAVO – Respondendo um pouco à preocupação do Deputado, qual é a possibilidade deste debate ser engendrado na Assembléia Legislativa. Esse que é o grande benefício. Levantamos uma série de idéias, mas o que nasce disso para que possa ser trazido ao interior da Assembléia Legislativa e que possa se transformar em medida concreta. A idéia é publicizar o poder. E nessa área da comunicação a nossa atenção tem que estar menos voltada à questão de lei e mais na questão de aplicação dessa lei. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado a todos os senhores.

05.04.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .Sandra Mello – Jornalista, Professora de Pós- Graduação de Jornalismo da PUC, Diretora e Apresentadora de programas de bairros do Canal Comunitário
- .Egídio Coelho da Silva – Jornalista, Presidente da Associação dos Jornais de Bairros de São Paulo, AJORB, e Diretor, Presidente e proprietário do Jornal da Bela Vista
- .Antônio Carlos Fon – Jornalista, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo
- .Tereza Cristina Miranda – Jornalista, responsável de Comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- .Walter Estevão Júnior – Professor e Presidente da Associação dos Jornais do Interior de São Paulo
- .Claury Alves Silva – Deputado. Coordenador do grupo temático Cidadania
- .Marilu – Projeto Malaguenho, Perdizes, São Paulo
- .João Jorge – Jornalista
- .Manuel Borges – Representante da 10ª região administrativa da Alta Paulista, Sorocabana e Pontal do Paranapanema
- .Arnaldo – Sociedade Amigos da Vila Remo
- .Íris – Projeto Cala a Boca já Morreu
- .Sidney – Representante do Sindicato de Rádios e TVs Comunitárias
- .Cipriano – Movimentos da União Federativa da Zona Noroeste da Capital de São Paulo
- .Luciano – Sindicato dos Engenheiros
- .Luci Martins – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Rádio e Televisão Comunitária

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos iniciar nossa reunião de hoje do Fórum São Paulo Século 21, Pensando São Paulo no Século 21.

Hoje nosso tema aqui é “A interiorização e regionalização das fontes de informação”, onde pretendemos fazer uma análise da situação da comunicação, seja nos pequenos jornais de bairros, nos jornais do interior, situação das rádios no Interior também, enfim, a democratização da comunicação, frente ao que estamos vendo hoje, que é a concentração dos meios de comunicação em poucos produtores, que têm a capacidade de pouco a pouco monopolizar o mercado e monopolizar as fontes de informação.

Há quinze dias atrás, tivemos um debate aqui, sobre a nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa e ficou claro nesse debate a situação em que esse monopólio das emissoras vai-se juntando com outras áreas afins, como, por exemplo, a propriedade das empresas telefônicas, a propriedade de empresas de cabo, enfim, como a nova tecnologia vai produzindo a concentração das fontes de comunicação.

E, hoje, acho que este debate de certa forma toca nisso, quer dizer, como os meios de comunicação menores enfrentam essa situação.

Temos até um mapa, que já apresentamos uma vez, não sei se chegou a transparência. Não chegou. Temos um mapa que demonstra isso, e se até o final do debate pudermos mostrar – a situação da distribuição das emissoras de rádio e dos jornais no interior. Vemos que a grande maioria dos municípios do nosso Estado não tem nenhuma emissora de rádio e muito menos de televisão. E um número bastante grande também de municípios não conta com nenhum tipo de jornal, seja um jornal quinzenal, mensal ou um “de vez em quando”, como falamos aí. Então, isso coloca uma parte grande da população do nosso Estado fora da produção da comunicação.

Hoje, contamos com a participação de Sandra Mello, que está aqui ao lado, é Jornalista, Professora de Pós-graduação de Jornalismo da PUC, Diretora e apresentadora de programas de bairros do Canal Comunitário.

Temos também Egídio Coelho da Silva, Jornalista, Presidente da Associação dos Jornais de Bairros de São Paulo, AJORB, e Diretor, Presidente, proprietário do Jornal da Bela Vista, que junto com uma rede de outros jornais do Centro, também é tradicional nesse setor.

Temos aqui Antônio Carlos Fon, Jornalista, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, autor de diversos livros, tendo recebido vários prêmios na área do jornalismo.

Temos Tereza Cristina Miranda, Jornalista, também aqui responsável de Comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e que também vem participando dos debates em torno deste assunto.

Estamos aguardando, ainda, Walter Estevão Júnior, Professor e Presidente da Associação dos Jornais do Interior de São Paulo, que nos deu a informação de que está para chegar, estando, devido ao trânsito, um pouco atrasado.

Então, vamos dar início ao debate. Parece que Sandra tem um vídeo para exibir. Vamos começar por Sandra, que apresenta o vídeo e dá início á palestra.

Não combinamos ainda, mas vamos tentar utilizar uns quinze minutos cada um.

Está presente aqui o Deputado Claury Alves Silva, nosso companheiro de lutas aqui na Assembléia e que participa da discussão do tema. E se quiser sentar-se aqui também?

SRA. SANDRA MELLO – Em primeiro lugar, queria agradecer o convite do Coordenador da Comissão de Comunicação, deputado Carlos Zarattini, para podermos vir aqui conversar e falar um pouquinho da importância da comunicação regional, porque vivemos numa era de globalização, e só se pensa no macro, e sem o micro não temos nada. É a base de tudo. Então, temos de valorizar mais a produção regional, a comunicação regional, seja na informação, seja também no lado cultural. Temos de pensar na prestação de serviços, que é fundamental. E pensar também na cultura. Temos não só de resgatar a nossa cultura, a nossa

memória, como preservar também a nossa memória, para preparar um futuro melhor.

Sou representante inclusive da Associação dos Jornais de Bairros junto à TV Comunitária e temos feito programas que resgatam a memória dos bairros e também ver o que eles estão precisando hoje, principalmente o movimento que as comunidades estão fazendo para preservar a vida do bairro, a alma do bairro e melhorar a qualidade.

Então, vou pedir a gentileza de passar um trechinho do nosso programa, só para vocês terem idéia de como ele é. Por favor.

(Exibição de vídeo “Serenata em São Paulo”.)

SRA. SANDRA MELLO – Então, como vocês viram, tentamos mostrar o que está sendo feito. A comunidade se movimenta, ela se une e acaba mostrando realmente, tentando resgatar sua história e procurando realmente fazer um local de vida, um ambiente de trabalho, um ambiente de vida, tanto para morar como para trabalhar também, muito melhor. E o Bexiga é a mostra disso. Porque é um bairro, não só o Bexiga, mas todos os bairros têm a sua vida própria, têm a sua característica, têm a sua alma. Escolhemos o Bexiga para mostrar a vocês porque ele é tão rico, a história dele é tão rica; acho que seria importante mostrar que as pessoas não estão paradas, as pessoas estão fazendo alguma coisa pelo seu bairro. E os veículos de imprensa regional podem ajudar muito. Porque muitas vezes não temos o espaço na grande imprensa. E através da imprensa regional é que conseguimos, inclusive, uma participação muito maior da comunidade. É onde há interação. Não podemos ficar só esperando que dos Poderes Públicos que façam as coisas para nós. Temos de reivindicar. Temos de nos unir. Temos de mostrar realmente o que queremos. Queremos qualidade de vida para nós, para os nossos filhos. É a nossa vida, gente. Então, precisamos disso. E o nosso grande

veículo é o veículo de comunicação regional. É o porta-voz da comunidade. Então, é preciso valorizar os veículos regionais.

E também tem outra coisa. O veículo de comunicação regional, não podemos esquecer que ele deve ser o porta-voz da comunidade, de acordo inclusive com a filosofia do nosso grupo temático, nós queremos democratizar a comunicação para democratizar a sociedade. Então, é preciso conscientizar a comunidade da importância dos veículos de comunicação regional.

Então, vou deixar, nem vou entrar muito, porque eu entrei um pouquinho mais no meu tempo na parte do vídeo, e vou deixar os colegas falarem.

É importante também que se saiba da dificuldade que os jornais têm, que os pequenos veículos de comunicação têm para poderem sobreviver.

Então, agradeço a atenção de todos. Obrigada. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria agradecer à Sandra e passar a palavra ao Egídio Coelho da Silva, Presidente da AJORB, Associação dos Jornais de Bairros de São Paulo.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Gostaria de agradecer primeiramente ao Deputado Carlos Zarattini por esta iniciativa de discutir os jornais regionais, os jornais de bairros, os jornais do interior. Porque os jornais de bairros e do interior são jornais comunitários e estão realmente crescendo. São os jornais que mais crescem no mundo hoje, estatisticamente falando.

Tive muita alegria aqui, hoje, não só por rever Carlos Zarattini, mas também Claury Alves da Silva, que são filhos de deputados, e como eu disse, na minha idade, eu não tenho mais amigos Deputados. Os deputados são filhos dos meus amigos. Carlos Zarattini, filho do Ricardo Zarattini, meu amigo. Claury Alves da Silva é filho de Odair Alves da Silva, de Ourinhos, onde fundei um jornal lá junto com o pai dele, onde tivemos aqueles debates regionais saudáveis e emocionantes na década de 60. Então, é um dia de alegria para mim.

E falar de jornal regional, jornal de bairro, jornal do interior, eu já fundei 10 jornais, certinhos 10 jornais, e gosto disso demais. Sou Presidente da Associação de Jornais de Bairros, também exerço a função com muita satisfação porque é uma coisa em que eu acredito. E as coisas em que acreditamos, fazemos com gosto e entusiasmo.

Os jornais do interior e os jornais de bairros têm uma característica fundamental. Eles se comunicam com a comunidade onde circulam. Aqui em São Paulo, costumo dizer, nas reuniões em que vou, que não vivemos no mundo, que não vivemos no país, não vivemos no Estado, não vivemos na cidade, nós vivemos no bairro. E é o bairro que muitas vezes não conhecemos. Não sabemos o que se passa no vizinho. Não sabemos o que se passa na esquina. E, no entanto, você liga a televisão, TV a cabo, ou talvez você liga num canal inglês, num canal francês, num canal da CNN, e é sempre a mesma notícia. É o Elian que vai para Cuba, vem para os Estados Unidos e assim por diante. E o noticiário é sempre o mesmo. São quase clonadas as notícias. E ficamos sem saber o que se passa ao lado da nossa casa.

E é por esse motivo que os jornais regionais, no mundo inteiro, estão crescendo. E os grandes veículos estão estacionados. Porque eles têm a informação. Eles geram a notícia que é local. E, infelizmente, nossas autoridades ainda não estão reconhecendo essa força, essa importância dos jornais de bairros. Talvez não seja a força, porque força tem uma televisão, quando briga com alguém, leva uma denúncia que vira um acontecimento nacional. Talvez se não brigasse, não gerasse esse acontecimento nacional. Não vamos discutir, porque o jornalista não é a palmatória do mundo, e se ele noticia, essa é a função dele, ele deve noticiar.

Mas, de qualquer forma, acho que os jornais regionais deveriam merecer uma atenção maior das autoridades, porque além de eles gerarem as notícias, os jornais de bairros em São Paulo, por exemplo, são distribuídos gratuitamente. Temos estatísticas de que 56% de leitores de jornais lêem jornais gratuitos, mais do que os

jornais pagos, porque eles têm custo. São jornais distribuídos gratuitamente e chegam, onde muitas, vezes as pessoas não têm dinheiro para comprar. Então, ele deveria ter essa força.

Além disso, do ponto de vista profissional, quase todos os jornalistas que militam na grande imprensa iniciaram ou em jornais de bairros ou em jornais do interior. Então, mais um motivo além da didática. Hoje vemos jornalistas que se formam e não encontram emprego. Mas os todos jornalistas que começam pela pequena empresa, ou quando estudantes fazem algum trabalho nos jornais regionais, eles têm uma perspectiva maior, eles conseguem imediatamente emprego. Não há nenhum dos estudantes que passaram pelos meus jornais que não esteja empregado hoje. Todos que passaram. E eu estou sempre repetindo isso. Quem não tem experiência jornalística, dificilmente arruma emprego.

E também há uma dificuldade muito grande, porque há uma omissão na legislação nesse sentido. Porque o Sindicato dos Jornalistas Profissionais não se entende com as Faculdades e com os alunos para que os jornais regionais passem a ser também uma extensão da escola. Esta seria uma forma de se resolver o problema.

Mas talvez seja a falta desse tipo de debate, dessa iniciativa que teve o Deputado Carlos Zarattini, de provocar mais debate sobre a imprensa regional. Nessa época de desemprego, o jornal regional é um campo enorme. Além disso, ele é uma alternativa.

Lembro-me que, na época da repressão, o Chacrinha ficou proibido de falar na rede de televisão, ele procurou os jornais de bairros e começou a escrever artigos nos jornais de bairros. Passaram a ser publicados, os jornais prestigiaram, e também no interior, e acabou achando um caminho de comunicação.

Então, por esses motivos todos, acho que os jornais de bairros, os jornais do interior devem merecer uma atenção maior das autoridades. Temos até pleiteado, junto à Prefeitura de São Paulo, que destinasse 20% das verbas oficiais para os jornais de bairros. E isso nunca tinha acontecido, porque eles não destinam sequer

5%, seja pelo volume de pressão de outros meios, por desatenção ou por falta de uma cultura, de um conhecimento do que é a importância dos jornais regionais para a comunidade, e como fator de educação, de geração de emprego, e até muito mais emocionante.

Só para concluir, porque estou me alongando muito, mas só para concluir, eu gostaria de citar um problema até profissional. Um jornalista que exerce a profissão numa grande imprensa, ele não tem muita comunicação com a comunidade. Porque ele escreve um artigo, uma coisa qualquer, e ninguém lê, ninguém sabe, ninguém confirma se aquilo é verdade ou se não é verdade. Então, não tem uma resposta. É como um artista de televisão que trabalha, comunica com milhões de pessoas, e no entanto prefere ser artista de teatro, porque no teatro ele tem comunicação com o público e ele sente a resposta. O jornalista de bairro e do interior sente a resposta imediatamente. E até por crítica. Ele não pode mentir, enquanto os jornais grandes falam muita mentira. E não é que eles abusem, existe mesmo uma tendência. Tenho até aqui um recorte de jornal de tempo atrás, e diz aqui: Revista de mitifraude. Cerca de 30 reportagens da *New Republic*, publicadas nos últimos 3 anos, foram inventadas. Isso aqui foi confessado. São 30 reportagens num jornal internacional. Se nós contarmos uma mentira num jornal de bairro, no dia seguinte, no primeiro bar em que formos tomar cafezinho, nós apanhamos. Então, essa é a diferença.

Fizeram realmente uma pesquisa na Bela Vista sobre credibilidade. E o Jornal da Bela Vista pegou em primeiro lugar. Achei até estranho, porque eu nunca tinha pensado nisso. É exatamente por isso, porque eles sabem que não podemos mentir, porque comunicamos exatamente como é. A comunicação é próxima, é imediata. E essa credibilidade também se transfere para o noticiário e até para a publicidade. Do ponto de vista publicitário, a credibilidade do veículo é transmitida à publicidade. Então, até nesse sentido, acho que há uma falta de conhecimento da importância dos jornais de bairros.

Era só isso que eu gostaria de falar. E, por isso, renovo que é uma grande alegria estar aqui e também agradecer ao Deputado Ricardo Zarattini, Ricardo é o pai, ao Deputado Carlos Zarattini por esta oportunidade que nos dão.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Passarei a palavra agora ao Fon, que foi Presidente do Sindicato dos Jornalistas e é Jornalista também, com um trabalho bastante grande na área.

SR. ANTÔNIO CARLOS FON – Queria começar dizendo que também cometi um equívoco. Eu esperava também encontrar o Ricardo, meu amigo pessoal. Mas fico satisfeito de encontrar Carlos, o filho dele, levando adiante aquele espírito de luta, aquele aguerrimento que é característico do Ricardo. Só lamento não encontrar o Ricardo para abraçá-lo.

Queria cumprimentar Egídio por algo que ele disse, e corrigir uma informação que foi passada aqui a respeito da dificuldade de comunicação do Sindicato de Jornalistas com as Faculdades, para permitir que os alunos de Jornalismo possam adquirir experiência nos jornais de bairros, nos jornais do Interior. É que, infelizmente, o estágio é proibido, o trabalho do estudante de jornalismo é proibido por lei. É algo com o qual o Sindicato não concorda, as empresas não concordam. E, hoje, nem a Faculdade concorda. Essa situação surgiu na década de 70, quando os alunos de jornalismo, sentindo-se prejudicados, pediram a proibição do estágio. O estágio foi proibido. Hoje, os alunos lamentam esse erro do passado, embora se esqueçam que foram eles que cometeram. E sofremos todos nós. Sofre a sociedade, que deixa de ter jovens profissionais, com um futuro brilhante, trabalhando nos jornais de bairros, nos jornais do Interior. Sofrem os alunos, esses estudantes que não têm condições de se aprimorar. E sofre a categoria, que se vê impedida de ver o surgimento de novos valores. E sofrem os jornais. Acho que essa é uma situação que temos de mudar. Acho que, realmente, para mudar isso é

necessário um maior diálogo entre a ADJORB, a ADJORI, Sindicato e as Faculdades. Acho que esse é um diálogo que tem de ser aberto imediatamente. Já não estou na Presidência do Sindicato, mas sei que essa é a posição também da atual Diretoria do Sindicato. Eu digo a atual e devo fazer a ressalva, a Diretoria cujo mandato se encerra hoje, porque hoje é o último dia de eleições para a renovação da Diretoria do Sindicato. Mas a atual Diretoria, a que está na direção até hoje, tem essa mesma posição até hoje. Eu até gostaria de sugerir que a ADJORB entrasse em contato com a Diretoria do Sindicato, pensando em algo nesse sentido.

Mas gostaria de cumprimentá-lo principalmente pelo trabalho que os jornais de bairros, no caso específico do Egídio, infelizmente o Walter não está aqui, gostaria de cumprimentá-lo também, pelo trabalho que os jornais do Interior vêm realizando.

Uma das primeiras coisas que se aprende em jornalismo é que, como notícia, mais vale um atropelamento na esquina do que uma inundação na China. E, infelizmente, a nossa grande imprensa tem-se esquecido disso. Ela está muito mais preocupada com a Bolsa de Hong Kong – é claro que a Bolsa de Hong Kong também interfere no nosso cotidiano –, mas menos interessada na situação da rede de supermercados da cidade. E, na verdade, a situação da rede de supermercados da cidade tem tanto mais influência na vida, no cotidiano das pessoas do que a Bolsa de Hong Kong.

Acho que isso deveria levar, e está levando certamente, a uma valorização muito grande da imprensa regional, seja nos bairros, seja nas cidades do Interior.

Disso podemos ter uma demonstração muito clara com o fracasso da tentativa da grande imprensa, no início da década de 90, de implantar cadernos regionais. Em um determinado momento, aí por volta de 1991, tanto a *Folha* quanto o *Estadão* criaram cadernos regionais. E os cadernos regionais do *Estadão* deixaram logo de ser publicados porque foi um fracasso completo. O *Estadão* não conseguiu competir com os jornais do Interior. O mesmo se deu um pouco mais adiante com a *Folha*. Os cadernos regionais da *Folha*, que são mantidos até hoje,

por uma questão de prestígio, por uma questão política do jornal, perderam o peso que tinham inicialmente. Aquelas grandes redações que tínhamos em Ribeirão Preto, em Santos, no ABC, Rio Preto, Bauru, Campinas desapareceram. E hoje se tem ali uma redação de duas ou três pessoas que fazem uma capa de caderno, na qual depois se insere o Caderno São Paulo. A Folha teve de recuar do plano original, que era inclusive o de imprimir nas cidades, porque não conseguiu competir com a imprensa regional, não conseguiu competir com a *Tribuna de Santos*, com o *Diário do Grande ABC*, com o *Diário do Povo*, com o *Correio Popular*.

Enfim, a imprensa regional demonstrou uma força, uma saúde, tanto financeira quanto de credibilidade junto à população muito maior do que da grande imprensa, muito maior que do *Estadão* e da *Folha*.

Essa tentativa do *Estadão* e da *Folha*, de penetrarem, de matarem os jornais do Interior, naquele período a grande imprensa estava com uma política muito agressiva também, a Folha tentou matar também a *Gazeta Mercantil* publicando a publicidade comercial ali na safra de balanços por preços aviltados, para matar a *Gazeta Mercantil* e tomar esse nicho. Mas essa tentativa da grande imprensa de matar a imprensa regional acabou levando a uma modernização da imprensa do Interior. O senhor desculpe-me, vou falar menos dos jornais de bairros, porque conheço menos esse mercado, conheço menos esse processo. Mas no caso da imprensa do Interior, a ADJORI, na ocasião presidida por Dona Rosário. É isso? Aquela senhora do jornal de Piracicaba, pessoa muito inteligente.

SR. CARLOS ZARATTINI – Acho que Maria Antonia, de Piracicaba.

SR. ANTÔNIO CARLOS FON – Isso. Ela promoveu ali, em algumas reuniões, uma modernização da imprensa do Interior, na parte gráfica, com a importação de novas máquinas.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Gostaria de indicar que esse problema da grande imprensa querer competir com os jornais regionais não deixa de ser válido como informação. Mas não sei se teria só essa finalidade de prejudicar os jornais. Só se fosse uma expansão normal.

Agora, em São Paulo, pelo menos o Estado ainda tem um suplemento dos bairros, mas eles têm muitas dificuldades, porque o jornal do bairro não é um jornal feito sobre o bairro, ele é um jornal feito para o bairro. É diferente.

Então, quando fazemos uma notícia para o bairro, estamos trazendo notícias que interessam ao bairro. E eles pegam aqueles acontecimentos que são interessantes para o bairro, para mostrar para São Paulo todinha. Aí eles acabam se perdendo. Porque no jornal de bairro, o jornalista se envolve com a comunidade e faz notícia para o bairro.

Eu, por exemplo, tenho um jornal, o último que eu fiz em Minas, numa cidadezinha de Minas, onde tem um problema de poluição de riachos. Entrevistei o Secretário de Assuntos Hídricos de São Paulo para falar de um assunto, um Secretário de São Paulo para falar para a cidade mineira. Então, não estávamos fazendo um jornal da cidade. Estávamos fazendo um jornal para a cidade mineira.

É aí que eu acho que a grande imprensa se perde, porque ela acaba fazendo jornal não para a cidade, para a região. Ela faz da região.

Lembro-me que até tem um episódio famoso na História do Brasil, que na época da revolução, um jornal americano fez uma reportagem aqui do Brasil, e o correspondente fez uma matéria para o jornal dele, não sei se foi o *New York Times*, falando de uma artista tipo Hebe Camargo que estava passeando no Brasil, e não deu uma nota da revolução no Brasil, do golpe militar.

SR. ANTÔNIO CARLOS FON – É correto. Mas eu queria esclarecer que também não julgo que os grandes jornais quisessem matar a imprensa do Interior por pura maldade. Não. Nós vivemos em um regime capitalista e era a disputa por mercado.

Aliás, Carlos Eduardo Levy Silva faz uma análise bem interessante, que é a respeito do crescimento da Folha e dos jornais do Interior, dizendo que a grande imprensa se concentra e se fortalece nos grandes centros porque aqui nós temos o capitalismo. Porque aqui nós temos um público consumidor que consome o produto jornal. Enquanto que no Interior, nas regiões mais afastadas, pela falta desse público, os jornais são obrigados a buscar Mecenas, seja porque tenham intenções políticas, culturais, enfim, mas o jornal fica na dependência de um Mecenas. Enquanto que nos grandes centros, por haver o público consumidor, o jornal pode ser realmente uma empresa capitalista e trabalhar para o consumidor, e não para o seu Mecenas. Acho que é uma análise interessante, embora eu não concorde totalmente. Acho que jornais de grandes cidades hoje já não dependem do Mecenas. Há cidades como Rio Preto, Ribeirão Preto, São José dos Campos, enfim, uma série de cidades de grande e médio porte no Estado de São Paulo, e nessas cidades os jornais já não dependem de Mecenas, porque existe um público consumidor que busca, que compra informação, paga para ser bem informado.

Então, eu acho que esse é um outro motivo que fortalece a imprensa regional e que fez com que ela pudesse resistir ali ao assédio da Folha e do Estadão.

Sem contar, é claro, como disse o Professor Egídio, que essas empresas fazem um jornal para a comunidade e não da comunidade, sobre a comunidade. Então, acho que esse é um outro dado técnico importante.

Mas acho que essa análise do Carlos Eduardo é bastante pertinente a abre perspectivas muito interessantes, porque com a interiorização do desenvolvimento será cada vez maior o número de cidades em que uma imprensa, em moldes capitalistas, será possível.

Aliás, não sei se a partir dessa análise, mas esse foi o resultado dessa tentativa dos jornais da grande imprensa de penetrar, de tomar o público dos jornais do Interior. E, como eu disse, nesse caso, a ADJORI teve um papel fundamental, levando a uma modernização da imprensa do Interior.

O crescimento dessas cidades provoca também o surgimento de um público mas exigente, que busca informação de melhor qualidade. Hoje é muito fácil obter a informação dos grandes centros, via Internet, via agência de notícias, como a Agência Folha e a Agência Estado.

O grande problema está exatamente no caminho inverso. É obter a informação no Interior, digamos assim, no pequeno centro. É difícil. É mais difícil para o Estadão obter a informação de Campinas, de Rio Preto, do que para o jornal de Rio Preto obter a informação de São Paulo.

Gostaria de dar um exemplo bem claro disso. Há algum tempo atrás, o País inteiro foi surpreendido por uma greve de caminhoneiros que parou o País. E é interessante que até o dia da greve nenhum órgão da grande imprensa, seja de São Paulo ou do Rio de Janeiro, o *Globo*, o *Jornal do Brasil*, *Estadão*, *Folha*, *Correio Brasiliense* publicou uma única notícia sobre a eventualidade de uma greve que parou o País. E, no entanto, a imprensa regional tinha dado, tinha publicado. O jornal de Ribeirão Preto tinha publicado. O jornal de Rio Preto tinha publicado notícias sobre o movimento que estava se preparando.

Meu tempo está se esgotando, mas vou tentar fechar. Hoje, na verdade, acho que a imposição que se coloca é no sentido inverso, é da imprensa regional, e aí eu incluo o bairro e o Interior, se organizar para gerar notícias. Gerar informação de interesse comum e de interesse para a grande imprensa. Acho que os jornais de bairros, os jornais do Interior não são hoje mais dependentes das agências da grande imprensa. Mas podem, criando uma agência que reúna as informações locais, ser o fornecedor de informação para a grande imprensa.

Mas meu tempo está se encerrando, acho que no debate nós continuaremos.

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado, Fon. E para encerrar a primeira parte de exposições, tem a palavra Tereza Cristina Miranda, nossa colega aqui da Comunicação da Assembléia Legislativa e jornalista experiente também.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Primeiro, é um prazer estar aqui. Quero agradecer ao Deputado Zarattini por esta oportunidade. É uma emoção estar aqui ao lado do Fon. Eu era representante da Bandeirantes quando Fon era do Sindicato. Então, nós brigamos bastante juntos. Trabalhei com a Sandra também, na Rede Bandeirantes. É um prazer ter aqui o Professor Egídio.

Só para amarrar um pouquinho o que estávamos falando até agora, quer dizer, trazer um pouco da minha experiência para vocês. Enquanto Assessora de Imprensa, trabalhei em governos cinco anos, estou aqui na Assembléia já fez um ano. É impressionante a sede que o Interior do Estado tem de notícias da capital. Mas é também impressionante como a capital esquece o interior. Isso é que me deixa um pouco agoniada.

Então, quando a Folha resolveu fazer os seus cadernos regionais, e que não deu muito certo, por que o *Folhão*, a *Folhona* não publica notícias do interior como deveria publicar? Então, o caderno regional é distribuído lá na região. E nós aqui não ficamos sabendo o que está acontecendo, quando se tem notícias extremamente importantes na área técnica, na área de tecnologia, na área agrícola, na área empresarial, na área de universidades isso é riquíssimo.

Então, teríamos de pensar num movimento onde o Interior quer saber o que está acontecendo na Capital. Está bom. É a sede do Poder, onde as coisas acontecem. Mas, eu pelo menos tenho muita necessidade de saber o que está acontecendo lá. Porque o dinheiro está lá. Nós sabemos disso. Então, eu não sei que tipo de movimento podemos fazer.

Acho assim, hoje você tem, eu não sei, eu vou chutar um número que eu não tenho certeza dele, mas são cerca de 80 jornais no Interior, diários, de publicação diária. E jornais de extrema qualidade, que competem com a *Folha de São Paulo*, na sua diagramação, na sua editoração, jornais extremamente densos, extremamente bons.

Como é que aqui na Assembléia estamos conseguindo suprir um pouco isso? Com a agência de notícias, que é essa coisa que o Fon está falando, tentou falar

um pouquinho, e acho que temos de conversar um pouco mais sobre isso. Está na moda fazer agências de notícias. E isso é muito bom estar na moda. Vamos entrar na moda. Porque é a única forma que temos, e a Internet nos dá essa oportunidade, e nós não podemos deixar de discutir Internet aqui, porque esse é o pulo do gato na realidade. Essa tecnologia da Internet é o pulo do gato. Não vai demorar muito, numa tela de TV, nós vamos estar fazendo a Internet, vamos estar vendo *A Muralha*, vamos estar vendo Jô Soares, tudo numa mesma tela. Então, não podemos deixar de falar nisso. Mas a Internet ajuda a trocar informação.

Então, não sei. Essa idéia que o Fon coloca é muito boa, de se tentar criar uma agência de notícias no Interior, para distribuição de boas notícias do Interior. Acho que isso é bárbaro. Se ela será pública, se ela será privada, é uma outra discussão.

Mas eu queria fazer um hiato aqui, para dentro do meu tempo falar da mídia que é a minha expertise, quer dizer, a coisa que me apaixona, que é a televisão. Eu sou profissional de televisão há muitos anos e vim para cá, para a Assembléia, com uma tarefa delegada pelos Srs. Deputados, pelos meus 94 chefes, eu brinco que eu tenho aqui 94 chefes, de colocar uma TV no ar. E nós colocamos uma TV no ar em agosto do ano passado. E é bárbara a receptividade que temos no Interior. Fizemos uma coisa meio à portuguesa aqui e que deu certo. Temos um cabo gratuito na Capital, fazemos satélite para cabo no Interior. É à portuguesa por quê? Porque não é assim muito que a coisa funciona. A TV Globo faz satélite, não é cabo. É TV comercial. Mas hoje estamos entrando em 20 Municípios do Interior, que já estão cabeados. E agora, em abril, completamos 30 Municípios cabeados, aonde a emissora chega.

E nesta semana fui surpreendida, para vocês verem a importância disso, por um convite da Rede Bandeirantes de Televisão, de Presidente Prudente e Bauru, que tem um buraco na programação regional de uma hora e que querem poder passar assuntos do Legislativo paulista nessa uma hora de buraco.

Então, para mim, isso é a consolidação de um trabalho. E mostra que o Interior tem interesse em receber esse tipo de informação.

Agora, sinto-me um pouco no dever aqui de soltar um desafio para o Fórum, principalmente para o grupo temático liderado pelo Deputado Zarattini. Vamos voltar um pouquinho para 1992, onde foi criada, minha amiga Luci está aqui, para não me deixar mentir, que é uma batalhadora do Canal Comunitário, em 1992 a Lei de TV a cabo. Cabo na Europa, nos Estados Unidos, Ah, vai ter cabo. Começaram a passar fibra ótica aqui. E como vai ser? Os deputados Federais se reuniram em Brasília e criaram uma lei nos moldes de uma lei que já existia na Europa, e nos moldes de uma lei que existia nos Estados Unidos, e criaram a lei brasileira de TV a cabo, que é ótima, que está boa, que funciona. Mas só que brincamos assim: o Muro de Berlim caiu. A tecnologia está avançando muito rápido. Então, o que a lei diz? A lei diz que você tem alguns canais gratuitos, que são o Canal Universitário, o Canal Comunitário, o Canal Legislativo.

Então, olhem a minha dificuldade, gente. Eu opero dentro do Canal Legislativo. Esse Canal Legislativo tem de ser operado pela Assembléia do Estado e pelas Câmaras Municipais. Em São Paulo, tenho 645 Câmaras Municipais. Já tenho cinco Municípios cujas Câmaras Municipais são operadas por TV a cabo. Então, eu divido o meu cabo com cinco Municípios no Interior, e divido na Capital com a Câmara Municipal da Capital.

É chegada a hora, e este é um desafio que deixo na Mesa, de discutir-se a legislação, de se ver a necessidade e de ir buscar uma solução legal, para se criar mais um canal que seja o Canal Comunitário dividido com o Poder Legislativo Comunitário. Ou seja, em Bauru tem Câmara Municipal com TV? Tem. Ela não tem produção suficiente para preencher 24 horas. Não tem nem sessão para isso. Não tem nem trabalho parlamentar para isso, 24 horas-dia. Mas ela poderia se agregar ao comércio local, à Associação Comercial, aos empresários, ao Poder Executivo, à Prefeitura, e fazer uma TV puramente regional, em cima daquilo que o Professor Egídio falou. Não para mostrar a cidade, mas fazer uma TV para a cidade.

Porque tudo bem. A TV Globo está lá. Está lá a TVS, a Record. Mas eles têm uma grade de programação nacional complicadíssima, que envolve toda uma estrutura de programação. É a novela que entra, a novela que sai; o Jô que estréia. Seja lá o que for. E poderíamos ter aí um canal realmente comunitário, para levar para o Interior essa informação, distribuir essa informação de forma qualitativa.

Não sei se isso é possível, Deputado. Tem de mexer na lei e aí o poder está na sua mão. E quem sabe se com a força do Fórum, na mão da ANATEL, não sei. Mas esta é uma idéia. Ouço muito isso do pessoal do Interior.

Então, quando nós entramos: ai que bom! Agora vamos poder respirar um pouco, porque eles não têm como preencher o cabo. Quando poderiam preencher esse cabo com material puramente regional, de interesse da comunidade, de interesse da coletividade, com coisas das universidades. Juntar, fazer um canal legal, que todo mundo ia assistir, que todo mundo ia querer estar nele. E nós trafegarmos sozinhos num canal Legislativo, onde possamos expandir a nossa grade. Porque nós temos limitações.

Então, é isso. Quer dizer, um pouco é deixar esse desafio na Mesa. Acho que isso é extremamente possível, pelo que tenho conversado. Eu já trouxe as Câmaras Municipais aqui para a Assembléia, que operam TV a cabo, para conversarem sobre isso. E elas são extremamente abertas a essa conversa. E para dizer assim, sem o Interior, a Capital não vive, do ponto de vista da troca de informação, do ponto de vista da troca de notícias, do ponto de vista da troca de viver. E o contrário também é verdadeiro.

Então, acho que temos de tirar algumas propostas neste nosso encontro de hoje, que é para poder transformar o Estado e o Brasil num único ser pensante.

Obrigada para vocês. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria anunciar aqui também que estão presentes SR. Sidney Silva dos Santos, Presidente do Sindicato de Rádios e TVs

Comunitárias; Mãe Sílvia de Oxalá, que é do nosso Conselho do Fórum São Paulo Século 21, do Grande Conselho; SR. Francisco de Assis Chiaratto, Assessor do Deputado José Aníbal, Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento; SR. Arnaldo Ribeiro Nolosco, da Gazeta da Moóca; SRA. Marcela Moro, da Secretaria de Esportes e Turismo; SR. David Leonardi, da Secretaria de Esportes e Turismo de São Paulo; SR. Luciano Alberto David, do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo; SR. David Lasse, do Gabinete da Deputada Maria do Carmo Piunti; SR. Marcos Edgard Bassi, da PUC São Paulo e da Ação Educativa; SR. Renato de Paula Souza, da APERLOC; SR. Carlos Ramiro de Castro, da CUT São Paulo; SR. Estanislau Dobec, da APEOESP; e SR. Gaspar Salato Neto, da AFALESP. Agradeço a presença de todos.

Agora, queremos passar para a fase de debates, que eu acho que é mais importante também, porque também tenho várias questões aqui. Temos um microfone sem fio que está por aí.

Então, o Deputado Claury, se quiser também já pode pegar o microfone. Depois, vamos fazer por inscrições. Vamos fazer aqui as rodadas de inscrições.

SR. DEPUTADO CLAURY ALVES SILVA – Quero cumprimentar Deputado Carlos Zarattini, Coordenador do Grupo Temático de Ciência e Tecnologia, o qual quero cumprimentar pelo brilhante trabalho que vem realizando no Fórum São Paulo Século 21, no Grupo Temático Ciência e Tecnologia. Tereza Cristina, nossa companheira de luta na comunicação da TV, um grande desafio, meus cumprimentos. Antônio Carlos Fon, meus cumprimentos. À Jornalista Sandra Mello, quero cumprimentar pelo programa, pelo modelo aqui que você passou para nós, brilhante, muito bonito programa. Parabéns. E o Professor Egídio Coelho da Silva, nosso conhecido de longa data.

Pretendo ser muito breve. Mas, antes, quero dizer da grande alegria de estar aqui. Quando cheguei a esta Casa, nesta Legislatura agora, um dos primeiros companheiros que fiz foi o Deputado Carlos Zarattini. E houve uma empatia muito

grande. Sempre o achei uma pessoa muito dinâmica, com uma cabeça bastante brilhante. E como acreditamos em muitas coisas, eu falei: olha, alguma coisa no futuro, porque o Carlos é daqui de São Paulo, a profissão dele, ligado a Sindicato, enfim é outro canal; enquanto eu sou lá do Interior. Mas existe alguma coisa que mais no futuro vai nos ligar.

E, hoje, a minha alegria quando eu vejo aqui um amigo comum dos nossos pais. Então, alguma coisa realmente aconteceu. Egídio e meu pai formaram um jornal no Interior chamado “O Progresso de Ourinhos”, naquela época, como eu já disse, uma época de dificuldades, também amicíssimo do pai de Carlos Zarattini. Então, está explicado, não é?

Quando o Egídio aqui falou, e até fiquei emocionado de ele estar lembrando algumas coisas, o meu pai, há pouco tempo, convalescendo-se de uma cirurgia que ele fez, então, conversando mais tempo, o meu pai lembrando da época de jornal, lembrando do Egídio, contou uma passagem. Ele disse que uma vez, alguns policiais rodoviários estavam realmente abusando nas propinas. Então, eles faziam muitas *blitz* nas estradas ali no entorno de Ourinhos – – Ourinhos é um entroncamento rodoviário – – e ali eles paravam muitos e aquilo estava ficando uma grita geral dos motoristas de Ourinhos, que estavam sendo extorquidos nas propinas desses policiais. Estou dizendo agora porque isso já faz bastante tempo, na época deles. Então, não podia, era uma época de grande recessão, saiu no jornal que os policiais rodoviários estavam realmente trabalhando muito e que nem os cabritos mais eram vistos nas estradas. Quando chegou um certo momento lá, um certo dia apareceu o Coronel Comandante do Destacamento da Polícia Rodoviária de Bauru e foi lá, junto com mais um Major, mais um Capitão, mais não sei o quê, numa comitiva para tirar satisfações com o meu pai, sobre o que ele quis dizer com aquilo, que aquilo era uma agressão, era um absurdo estar falando aquilo e tudo o mais.

Então, são momentos, entre outras coisas que eu também acompanhei, porque eu trabalhei no jornal, compus, no antigo componedor, hoje não existe mais

isso. Hoje a Informática está aí facilitando a vida dos profissionais, dos sofridos profissionais dos jornais do Interior.

Mas os jornais do Interior realmente sempre foram suscetíveis a esse tipo de pressão como a que ele disse. Quando fala alguma coisa, em três tempos já está alguém lá pedindo satisfações, exigindo. Muitas vezes pedindo para que o jornal se omita daquela notícia. Não é verdade?

Então, se alguém de uma família poderosa economicamente no Município comete um crime bárbaro, alguma coisa, a primeira coisa que se faz é ir ao jornal pressionar o proprietário do jornal, para que não saia nada, porque não se pode colocar no jornal que aquela família está passando por aquilo ou algum membro daquela família está passando por aquilo.

Então, realmente é um sacerdócio ter um jornal no Interior.

Agora, eu quero fazer uma constatação aqui e uma colocação. De tudo isso que foi falado, é extremamente importante a concorrência com os grandes jornais, a tentativa dos grandes jornais de fazerem os cadernos regionais, que não deu certo realmente. E como é que nós ficamos no Interior? Como é que fica?

Então, vamos fazer o seguinte. Nós abrimos hoje jornais do Interior em que nós queremos ler notícias do nosso Município, aqui no caso de São Paulo, dos bairros. Abrimos um jornal e o jornal reproduz notícias da Agência Estado. Enquanto os jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Diário Popular* são muito lidos em todos os lugares, não é só no Interior, não é só na Capital. Então, lá está sendo reproduzido, porque eles vão buscar essas notícias na agência do Estado, deixando a função principal do jornal, que é noticiar as notícias locais.

Existe um outro problema. Os jornais são passíveis de problemas financeiros. Principalmente jornal do Interior. Como é duro manter um jornal do Interior! Aqui tem jornalistas do Interior que sabem disso. Egídio, com os jornais que tem, em Assis. Como é difícil!

Então, os jornais, geralmente, vão bater às portas do Executivo, vão buscar recursos do Poder Executivo. E muitas vezes ficam dependendo do Executivo.

Nós vemos. Esta é uma questão que estou colocando aqui. Não é unanimidade, mas uma boa parte dos jornais fica dependendo dessas verbas oficiais lá das Prefeituras Municipais.

Com isso, cria-se um outro problema. O problema de comprometer a consciência crítica do cidadão. A partir do momento em que o cidadão não tem acesso a uma informação correta, imparcial, independente, estamos comprometendo essa consciência crítica do cidadão.

Então, há necessidade realmente de fazer com que se apóie os jornais do Interior, como forma de desenvolver as comunidades do Interior, como meio de formação da personalidade, da consciência crítica do cidadão, principalmente dos mais jovens, levando a eles a informação correta. Mas, por outro lado, os jornais precisam sobreviver, eles têm a folha de pagamento.

Então, essa situação é que é preciso realmente, o Carlos está dando esta oportunidade para se debater isso, que se encontrem meios de apoiar os jornais do Interior, inclusive como formadores dos profissionais, como forma do estágio, aquele primeiro estágio, para que o profissional possa ter acesso ao mercado de trabalho.

Então, quando vemos hoje jornais do Interior que omitem informações, jornais do Interior que criam os fatos para poder noticiar, na necessidade de obtenção de recursos para ir atrás de órgãos oficiais, à procura de recurso, acho que é uma forma, nós, que estamos aqui discutindo que São Paulo nós queremos no próximo século, sim, ver de que forma queremos que a informação seja feita no Interior de São Paulo, o segundo mercado consumidor do Mercosul. De todo o Cone Sul, o Interior de São Paulo é o segundo mercado consumidor. É mais do que se consome em todo o Cone Sul, dos quatro países do Mercosul.

Mas que apoio tem sido dado a isso? Vemos assim que os jornais do Interior, e eu estou dizendo que a maioria dos Municípios não tem jornal, estão passando sérias dificuldades, esmolando apoio. Porque o empresário, um pouco maior, do Município vai anunciar na televisão regional. É a primeira coisa que faz. Ele contrata um artista famoso. Produz lá um comercial e já coloca na televisão no canal

regional. Então, propaganda para ele é a televisão; o meio de publicidade é a televisão.

Então, quando chega lá o jornalista para pedir apoio, é uma esmola. Aí ele não dá R\$500,00 para o jornal. Ele não divulga aquilo. Quer dizer, não é considerado como um órgão de divulgação de um produto, um órgão para divulgar comercialmente produtos. E, no entanto, ele vai na banca e compra no domingo o Estadão, sendo que 80% do Estadão é propaganda. Propaganda imobiliária, classificados. Não estou criticando. É um direito que se tem. Mas sem nenhuma notícia do Interior. Sem nenhuma. Só quando acontece alguma coisa que tenha interesse, quando acontece alguma coisa ruim no Interior, aí ainda tem espaço no jornal.

Então, é esta a colocação, Carlos. Eu quero dizer que é muito importante esta discussão que está sendo feita aqui, no seu grupo temático, esta oportunidade que você está dando de os jornais do Interior e os representantes dos Sindicatos e Associações virem aqui, para trazer as sugestões, para rediscutir esta questão, de como manter um jornal do Interior. Hoje é mais fácil fazer jornal do Interior, mas é mais difícil mantê-lo. Então, como seria feito isso? De que forma esses jornais devem descobrir meios para que eles possam sobreviver? E ter um acesso às informações, como a Tereza Cristina falou aqui agora pouco, que nós, que ficamos aqui em São Paulo, quando pegamos um *clipping*, o próprio *clipping* da Casa, temos muito pouco acesso à imprensa regional, a não ser o *clipping* semanal que é feito aqui.

Mas, diariamente, temos uma certa dificuldade de ter acesso às informações no Interior.

Então, é esta a minha colocação, da grande importância disso e de encontrar meios, de achar recursos para que os jornais tenham condições de sobrevivência.

E quero cumprimentar todos vocês que estão aqui, interessados nesse tema, porque, fazer jornal no Interior não é brincadeira. E vocês são realmente heróis.

Estão fazendo um trabalho realmente heróico lá, para poder levar informação à população.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado, Deputado Claury. Quero registrar também a presença aqui SR. Armando, da *Gazeta de Santo Amaro*.

A palavra está aberta às pessoas que tiverem perguntas. A senhora espere chegar um microfone aí, porque aí a senhora fala, uma vez que aqui tudo é gravado, tudo será registrado. A senhora poderia se apresentar?

SRA. MARILU – Boa-tarde, Senhoras e Senhores. Marilu, do Projeto Malaguenho, Perdizes, São Paulo. Senhor Deputado, obrigado pela oportunidade. Vou tentar dividir, e ser o mais breve possível, a minha fala em duas.

Veja, primeiro em vou falar em nome do projeto Malaguenho e parabenizar Vossa Excelência pelo tema abordado, pela qualidade dos palestrantes.

Realmente, são importantes os jornais de bairros. Abaixo de Deus, devo a vida ao SR. Antônio Carlos Escudero, da Rede A de Jornais de Bairros, porque não tem deixado um minuto de atender as minhas colocações e de publicar as minhas matérias nos últimos 7 anos. Matérias que tratam da “a dança das cadeiras” na região, falando do entre e sai, do vai e vem, PAS etc. Certo? Falando da omissão, às vezes, do poder Público. Falando das desgraças que trazem para nós, pais, as chamadas Festas no Pátio da Cruz da PUC. Falando da prevenção ao uso indevido de drogas. E outros temas. Falando da lavagem de dinheiro e a recolocação do capital de origem e lista dentro do sistema financeiro.

Então, SR. Antônio Carlos Escudero, de uma forma democrática, gratuita, tem publicado as nossas matérias.

Parabéns por levantar a importância dos jornais de bairros.

Parabéns por falar também da interiorização.

Nos anos 60, tive o privilégio, porque então se podia trabalhar com 14 anos, de ser profissional aos 15, na Rádio Emissora Vanguarda. E o SR. Salomão Pavilovski, hoje entre nós apenas de saudosa memória, nos deu essa oportunidade. Hoje, tem em Sorocaba a Rádio Emissora Vanguarda, não é? A TV da Emissora Vanguarda. É uma grande luta. Realmente precisa de muito dinheiro, senhor, para tocar lá no Interior.

É muito importante também levantar a revitalização do bairro do Bexiga.

Encerro minha fala na área social e venho falar como mãe. Foi para isso que eu vim hoje nessa Casa.

Senhor deputado, estou muito preocupada. Estou falando como mãe. Até Deus ouve as mães. Mãe de aluno, ex-aluno, tia de aluno, mãe de ex-aluno. Não dá para Perdizes continuar agüentando as festas de embalo, até duas, três, quatro horas no Pátio da Cruz, regadas a álcool, *crack*, maconha e cocaína. Não dá. Uma universidade que tem a obrigação de formar, de transmitir o conhecimento, de permitir a integração social, com qualidade de vida, não dá para ser de dia Antônio e de noite João. Não dá.

O jornal de bairro, em 1996, já publicou matéria sobre omissão nesse sentido, quando, lamentavelmente, o Vice-Reitor veio para a PUC. Temos escrito, protocolado com ele. Não dá. Sexta-feira fui chamada a uma e meia da manhã, para ir ao Pátio da Cruz. Não tinha só alunos ali. Tinha também alunos do segundo grau, que todos os dias vemos com as suas respectivas mochilas. Degradante. Essa cena, Senhor Deputado, eu só vi, visitando, no final dos anos 80 e início de 90, por três vezes eu estive, em Frankfurt, naquela estação velha. Dentro de um projeto piloto que a Suíça então tinha para os usuários ocasionais ou dependentes de drogas. Certo? Isso não é projeto nenhum. Estamos preocupados.

Se estamos pensando São Paulo, se tem uma CPI que dia 11, dia 14, estive agora lá no Gabinete do Deputado Dimas Ramalho, vai estar em São Paulo, afinal, qual é o País que temos e o modelo de sociedade que queremos? É sério.

Estou arriscando minha vida porque todos me conhecem. Não podemos mentir quando escrevem em um jornal de bairro. Passamos na rua, o comerciante conhece. Sobretudo quem tem um trabalho, só na área de prevenção às drogas, estive 17 anos. Deixei porque meu filho, em 1994, foi seqüestrado em frente o Tuca, na PUC, quando eu trabalhava com Dona Ilca Fleury, no programa permanente de prevenção ao uso indevido de drogas.

Ajudem-nos, por favor. Certo? Por que eu vim aqui? Porque é comunicação, Senhor Deputado.

A Professora faz Jornalismo. Brasília não viu com qualidade de vida o Curso de Jornalismo da PUC. Estou errada? Não pela senhora, Professora. Não é por isso. Eu sou filha da PUC.

SRA. SANDRA MELLO – Só um detalhe. Sou Professora da Pós-graduação.

SRA. MARILU – Ah, ótimo. Mas é Jornalismo.

SRA. SANDRA MELLO – O que foi avaliado foi o Jornalismo.

SRA. MARILU – Mas podemos revitalizar o Curso de Jornalismo da PUC. Porque a PUC é mais do que a atual Reitoria. A PUC tem uma história para contar. No Pátio da Cruz, temos ali não só o corpo do Monsenhor. O Pátio da Cruz é uma réplica também – eu vou encerrar – na área do turismo, do Pátio da Cruz do Convento de Santa Tereza, na cidade de Ávila. O Pátio da Cruz tem ao lado a capela, onde os azulejos vieram da Espanha. Isso é comunicação. Eu estou lutando por jovens. Alguns, lamentavelmente, não estão entre nós.

Então, por favor. Quem tem uma qualidade de vida vem comunicar conosco e ajude, Professora, lá no seu Pós-graduação, a fazer realmente efetivo o Projeto PUC Saudável, senão fica de dia Antônio e de noite João.

Olha, agradeço a oportunidade e vou passar por escrito a Vossa Excelência, inclusive a matéria de 1996, do jornal da Rede A de Jornais de Bairros. Se der para salvar pelo menos um dos nossos jovens, valeu a pena, por cada minuto que me ouviram.

Obrigada, Senhoras e Senhores. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado. Assim que receber essa matéria, vamos entrar em contato com a PUC, para tratar esse assunto.

SRA. SANDRA MELLO – Se me permite até responder, esse problema realmente eu sei que existe. Eu sou somente uma Professora lá. E esse problema, nós, Professores, inclusive, temos tentado, porque é uma batalha enorme. Porque não é só o pessoal ... Em relação ao Curso de Jornalismo, ele está tendo uma reavaliação, porque me parece que houve um problema. Tanto que nós estamos também verificando isso. Também dou aula na Publicidade da PUC. E todos nós batalhamos inclusive pelos alunos de lá, exigindo respeito. Só que não é somente do Jornalismo que eles fazem festas. As festas são feitas inclusive no prédio antigo, no Pátio da Cruz, que nós já tentamos, até como Professores, como Coordenadores, conversar com os alunos. É um pouquinho difícil, mas estamos tentando.

Agora, acho que é aí que entra a força da comunidade em levar à direção geral mesmo, à reitoria esse problema.

SR. JOÃO JORGE – Sou Jornalista, com experiência naquilo que eu chamo de imprensa minúscula, que é uma categoria abaixo da pequena imprensa. E também com experiência na imprensa sindical.

Primeiro eu queria fazer uma pergunta ao Professor Egídio. Quando o senhor fez sua explanação me ocorreu um questionamento. Gosto muito de jornal de bairro.

Gostava também daquele *Shopping News*, antes, naquela fase anterior, antes de ele ser vendido. Ele também tinha umas informações interessantes. Moro em Moema. Agora, senti que existe uma dificuldade muito grande é na distribuição do jornal de bairro. Por 3 ou 4 edifícios que passei, como sou do *metier*, observo como esse jornal chega ao leitor. E normalmente ele não chega nos edifícios. Ele é bloqueado na portaria dos edifícios. E no prédio em que eu moro aqui, vejo que os assinantes da Folha, do Estadão, recebem o jornal na porta do apartamento. O porteiro vai, deixa cedo, a Folha, por exemplo, na porta do morador. Porém, quando um dos jornais de Moema tentou fazer a distribuição no prédio, eles ficaram escondidos. Normalmente, eles não têm interesse em fazer essa distribuição. Conclusão: acaba não chegando o jornal ao leitor.

Este é um questionamento que estou fazendo, não é no sentido pejorativo, não. É no sentido de que gostaríamos de receber esse jornal.

E o segundo aspecto, e aí eu colocaria para a Mesa, seria no sentido de que quando foi colocado, faltou um ponto, que no meu modo de ver é a pauta. O senhor colocou e algumas pessoas aqui também colocaram. Talvez até o Fon também.

Assembléia Legislativa. Não vemos uma matéria da Assembléia Legislativa em nenhum jornal.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – E olha que eu tento.

SR. JOÃO JORGE – E aí pergunto: será que não existe notícia aqui?

Tendo acesso agora ao *site* da Assembléia, via Internet, está cheio de notícia todo dia. Agora, por que não tem esse interesse?

Então, acho que este também seria um desafio. Eu até estava falando com um colega aqui que sou um apaixonado pelo Parlamento. Então, talvez seja uma afirmação meio passional até. Mas por que a falta de interesse?

Por outro lado, o outro Legislativo só é notícia se houver um sensacionalismo. Como é o caso da Câmara Municipal de São Paulo agora. Então, é explorado o sensacionalismo. Agora, será que é só o sensacionalismo que é notícia?

Então, é sobre este questionamento que eu gostaria de ouvir quem quiser se manifestar. (Palmas.)

SR. MANOEL BORGES – Boa-tarde a todos. Eu estou aqui representando a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo. A sede fica em Dracena. Montamos lá, há um ano, um Conselho Regional de Comunicação Comunitária. Então, estamos trazendo dois exemplos para vocês. Quando o Professor Egídio colocou que no Interior as pessoas não podem mentir nas suas notícias. E é uma grande verdade. Morei 37 anos nesta cidade. Fizemos muito, o Zarattini, o pai dele, todo o pessoal que está aqui sabe da nossa luta, do encaminhamento das nossas questões, a Luci. Então, dificilmente saía qualquer coisa de interesse da comunidade, a pedido nosso.

Então, estou dois anos na cidade, e um ano montando esse Conselho, e até estou “enchendo o saco” aqui da Assembléia Legislativa pedindo notícia, porque eles ligam na minha casa procurando notícia de São Paulo. Porque todas as vezes que venho aqui, levo notícias novas. Está aqui o exemplo. Dois jornais, um de Dracena e outro de Presidente Venceslau. Fora os jornais, nós temos a rádio e tem a TV Comunitária da nossa região, que procura notícias nossas.

Então, a coisa mudou de comportamento. Porque a grande imprensa, a grande maioria – é isso que vocês colocaram – só procura noticiar aquilo que é ruim. Aquilo que o povo já está acostumado a ver todo dia.

Então, precisamos esse platô. E esta oportunidade aqui é inédita para São Paulo, porque ninguém teve essa vontade de mudança. Ninguém teve vontade de ir lá no Interior saber realmente o que aquele povo faz.

Então, com um pouquinho de experiência, estamos mostrando para eles outros caminhos e eles estão nos ajudando.

Estou trazendo duas cópias aqui para o Deputado, para mostrar para ele que quando eu ligo aqui para a Assembléia, para tomar informações, é que o pessoal lá quer passar informação da cidade grande. Muitas coisas ruins que estão aqui, não vamos colocar lá no jornal, não. Vamos mostrar as coisas boas da cidade. As ruins ficam aqui. Porque não queremos levar as coisas ruins para lá.

Então, esta é a grande realidade. O jornalista lá é amigo, é vizinho. Então, eles querem mostrar que aquilo funciona.

Por isso eu digo da grande importância deste Fórum. Foi uma oportunidade inédita para nós, do Estado de São Paulo. E a Assembléia Legislativa, e aí o Deputado Carlos Zarattini, que é um grande batalhador, um grande guerreiro, com essa tarefa que tem, tenha certeza, Deputado, que não está sozinho, porque temos passado inclusive essas informações da Assembléia. O pessoal não o conhece pessoalmente e eu falei que vou trazer o Deputado aqui. Ele falou que pode trazer. Por quê? Porque nós queremos fazer esta Assembléia Legislativa, que tem tanta tradição, mas que não teve esse tipo de trabalho.

Hoje, eu digo, em nome daquele pessoal, parabéns a vocês, por essa vontade e essa coragem.

Então, eu quero é notícia para levar para aquele povo. É Prudente, é Rancharia, é Martinópolis. Porque nós representamos 55 Municípios da nossa região. Inclusive, de vez em quando eu vou lá em Ourinhos, na cidade do Deputado. E temos colocado isso de maneira clara, com transparência.

É isso que queremos. Muito obrigado. Deputado. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito obrigado a você.

Antes de passar a palavra, queria só ressaltar uma preocupação aqui. O Deputado Claury colocou aqui uma questão que me parece importante. A questão da publicidade, quer dizer, não se faz jornal sem dinheiro, não se faz rádio sem dinheiro. Quer dizer, poderia haver a publicidade oficial. A publicidade oficial poderia ser mais bem distribuída. Mas o próprio Deputado Claury colocou o quanto isso não

torna um jornal dependente de uma verba oficial, e conseqüentemente, politicamente envolvido com o poder, com o partido ou com quem estiver no poder.

Então, uma perguntaria que poderíamos traçar: Como é que se poderia fazer, quais os meios? Porque o que sentimos, e eu também já fundei um jornal aqui no bairro do Butantã, é a grande dificuldade, nós sabemos, que é conseguir a publicidade. É conseguir fazer com que haja a canalização dos comerciantes, do interesse dos comerciantes para o jornal. Então, esta é uma questão que eu acho que poderíamos abordar melhor.

Outra questão que eu estava perguntando aqui para a Tereza sobre as notícias de jornais que aparecem no *clipping*, ela falou: olha, eu não posso assinar porque os jornais têm dívidas de impostos.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – É. A Assembléia não pode cometer uma ilegalidade. Está certo?

SR. CARLOS ZARATTINI – Ela não pode assinar um jornal do Interior porque o jornal tem dívidas. Ela não pode fazer contratos com quem deve para o Estado.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Eu não posso contratar quem deve.

SR. CARLOS ZARATTINI – Então, nós aqui, Deputados, não sabemos o que é publicado no Interior, não é?

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Não. Nós conseguimos fazer aqui um clipping que é semanal, de jornais do Interior, mas ele é pífio, porque ele não representa nem 20% do que o Interior produz.

SR. CARLOS ZARATTINI – Exato.

Como é a vida, a dificuldade de se pagar impostos pelos jornais de bairros e nos jornais do Interior, o quanto que isso pesa, não é? Porque eu acho que a nossa função aqui é também a de apresentar propostas em relação, se o nosso objetivo aqui é a democratização da comunicação ...

SR. – De imposto, ele é imune. O jornal tem imunidade.

SR. CARLOS ZARATTINI – Imunidade é outra coisa.

Só para encerrar, acho que nossa função aqui é também apresentar propostas no sentido de viabilizar essa democratização. Viabilizar o maior número de fontes de informação e de comunicação.

Então, eu queria passar a palavra, não sei quem queria falar primeiro aqui da Mesa. O Egídio já está lá com o microfone. Então, ele já está lá preparado.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – O primeiro problema que o colega lá levantou, de distribuição de jornais, de fato em edifícios há uma dificuldade. Porque tivemos problemas nos jornais de bairros nos edifícios. Muitas vezes, o zelador pegava o jornal e o vendia. Então, há uma dificuldade. O que temos feito, realmente, é editar jornais mais nos bairros centrais de São Paulo e distribuir em bancas de jornal. E anunciamos no jornal as bancas onde ele se encontra. Com isso temos além da distribuição que fazemos na rua, nos edifícios, temos a distribuição dos edifícios cadastrados. Quando o síndico ou o zelador se compromete a distribuir o jornal, aí nós entregamos o jornal. Então, fazemos essa exigência.

Agora, os outros colegas têm os esquemas deles, as dificuldades deles, como todo mundo tem.

Agora, a distribuição de jornal é muito difícil mesmo. É uma das maiores dores de cabeça de todos os jornais e de todas as empresas. O jornal *O Estado*

mesmo mantém lá um sistema de fiscalização. Sendo um assinante, telefona para lá, manda alguém verificar se entregou, se não entregou. E sei que é uma batalha. Sempre tem reclamações.

Tenho um jornal diário em Assis e nós vendemos assinaturas, não podemos deixar de entregar o jornal. Temos de 10 a 50 reclamações por dia de jornais que não chegaram. Tem lá uma pessoa que sai correndo entregar o jornal. E são pagos para entregar o jornal de casa em casa. É outra forma. Não é nem em banca de jornal nem nada. O jornal paga. É assinante. Então, é uma dificuldade.

Assim, essas críticas, essas reclamações são válidas para tentarmos aperfeiçoar. Temos sempre discutido isso na Associação de Jornais de Bairros e estamos cada vez procurando melhorar mais. Mas é difícil.

Agora, outro assunto que foi levantado aqui, por exemplo, da Câmara Municipal e Assembléia, que não tem cobertura às vezes da grande imprensa, os jornais de bairros, nós costumamos dar cobertura para os Deputados da região, no caso de Carlos Zarattini, que está sempre com notícia, sendo manchete no nosso jornal sempre, porque ele é da região, ele é do Bexiga e nós temos interesse de divulgá-lo. Claury, que é meu amigo, não sai no Bexiga. Mas ele sai no meu jornal em Assis, na *Voz da Terra*. E amanhã estará lá com um papel que ele tirou da Internet, que tem uma cobertura completa dele. Ele mesmo tinha tirado da Internet, do meu jornal que sai na Internet. Então, nós damos cobertura local.

Agora, os grandes jornais, a grande empresa, o que temos de deixar ficar claro é que o jornal regional é caro, porque você gera notícia. Nós recebemos em Assis, numa Agência Estado, matéria suficiente para fazer 3 jornais nossos. Se nós fizéssemos só com a Agência Estado, não precisaríamos ter matéria local. Não tinha de ter repórter, não precisaria de nada. Então, a notícia local é que é cara, a reportagem.

Então, você vê aí o Suplemento de Turismo do Estado, da Folha, sei lá, é cheio de noticiário das Embaixadas. Só tem notícia do exterior, para viajar para o

exterior. Noticiário local dos passeios é difícil porque tem custo. Ele tem de mandar o repórter, o fotógrafo. Aí custa dinheiro. Então, não interessa.

Então, é por aí que temos de analisar. E até em relação à Assembléia e às Câmaras, costumo brincar dizendo que Deputado e Vereador são como avião. Só são notícia quando caem. É mesmo assim. Quando eles chegam, não são notícia. Então, eles só são notícia quando fazem coisa errada. E agora são 500 Deputados lá no Congresso, sempre tem um fazendo alguma coisa errada.

Antigamente, outro dia um colega me falou isso, havia no aeroporto um repórter fazendo cobertura no aeroporto. Porque deputado passa no aeroporto. Então, dava sempre matéria. Entrevistava os Deputados e tal. Eles não têm mais.

A Câmara Municipal, até onde a mídia não teve culpa da Câmara chegar a esse ponto? Porque na Câmara Municipal não é notícia. Ninguém vai noticiar o que está se passando lá. Só foi notícia quando a Regional, esse esquema de corrupção que se anuncia é um esquema que foi implantado por Jânio Quadros, quando ele queria fazer maioria na Câmara. Então, ele criou o sistema das Regionais e fez maioria. O Jânio era mais esperto. Ele sabia quem era malandro e quem não era. Então, ele sabia governar melhor. Esses são mais inocentes, acabaram entregando todo o poder a alguns Vereadores. E sabem, a democracia, como dizia Churchill, não é um bom regime. Mas é o melhor que conhecemos. Porque você para se eleger, ninguém vai-se eleger com o dinheiro do bolso próprio. É difícil. E ele tem de formar caixinha. E começa aquela...

Então, o combate a esse trabalho seria a imprensa noticiando diariamente lá o que está se passando. Quem é bom, quem é ruim, quem não é. Aí, acho que haveria fiscalização.

Então, nós tivemos, a imprensa teve a sua culpa. Os jornais de bairros, é difícil, porque nós fazemos noticiário das pessoas que são do bairro, mas é um indicativo.

Então, realmente, acho que essa seria uma função da grande imprensa. O que, aliás, está bom. Hoje está bom. Mas estou até meio assustado, porque estou

ouvindo denúncias o tempo todo na televisão, isso e aquilo. E isso aqui me lembra a década de 60, que o Brasil está atrasado politicamente mais de 50 anos. E agora que está chegando nesse ponto de haver denúncias uma atrás da outra. E isso pode assustar o povo. O povo vai ficar assustado e querer um salvador da pátria. E aí vem a ditadura outra vez. Então, precisamos tomar cuidado. Na época, nós falávamos que não havia condições para uma ditadura. E houve.

Então, nós precisamos ficar alerta, porque o povo tem medo da democracia. Ele tem medo das denúncias, porque ele quer que alguém resolva o problema. Quando ele percebe que é ele.

Hoje a imprensa está discutindo um negócio até interessante. Estão discutindo aí se cassa o Pita, se não cassa o Pita, isso e aquilo. Mas se perguntar quem é culpado do Pita? Não vamos nos preocupar com a forma de aperfeiçoar as instituições, porque não existe instituição mas perfeita do que o Parlamento, que é eleito pelo povo. E é isso que teríamos de discutir.

Estou até chegando a pensar, e até para colocar aos colegas de jornais de bairros, numa campanha, não sei se isso é legal, consulto até o Deputado, para dizer assim: se você não tiver certeza, não vote. Seria preferível anular o voto do que votar mal. Porque o Congresso se omitiu quando se previu que o Congresso desse o direito de votar só a quem quisesse, não obrigatório.

Estamos fugindo muito do tema, e acho que não devemos fugir do tema.

Outro aspecto que foi levantado também é o problema do noticiário regional. Acho que o noticiário regional, e até o internacional, o importante é o correspondente regional. Porque o correspondente é que vai fazer uma matéria em Assis, em Ourinhos, em Presidente Prudente, para dar notícia para os leitores desse jornal dentro da editoria desse jornal. Então, ele manda a matéria para o jornal e dá isso aí. É isso que está me interessando.

Agora, o assunto que colocou o deputado Zarattini, sobre publicidade, tem umas coisas que estão afligindo os jornais do Interior e dos bairros, mais do Interior até, é o problema das indenizações. Acho que quem está ameaçando mais a

imprensa do Interior hoje é mais a Justiça, paradoxalmente. Porque nós fizemos. Há pouco tempo o meu jornal pôs lá a fotografia de um traficante preso em Assis, tirou fotografia e pôs no jornal; o advogado entrou com um processo de indenização.

Tivemos um problema no hospital em Assis, por exemplo, em que os funcionários reclamaram do funcionamento do hospital, que não estava pagando salário e tal e ofenderam lá os administradores. Publicamos a matéria, que foram os funcionários que assinaram, e estamos com um processo de indenização que já está rodando há uns 3 meses e os meus advogados estão assustados com a decisão final.

Então, é isso que está assustando os jornais de bairros. E não é. Tem também as indenizações trabalhistas. E qualquer problema na Justiça do Trabalho, então, surge outro problema.

Então, é uma preocupação. Porque o jornal tem de ter preocupação com a sua sobrevivência. Antigamente se empastelava jornal. Mas, hoje, se você cobrar uma indenização acima da possibilidade de o jornal pagar, ele fecha o jornal.

Tivemos um caso em Santa Cruz do Rio Pardo de um juiz condenar um jornal a pagar R\$ 350.000,00 de indenização, e o jornal não tinha como fazer isso e precisou fechar as portas.

Então, eu não sei. Nessas coisas temos de tomar cuidado.

Agora, quanto à publicidade, os jornais do Interior, o CBI, o Consórcio Brasileiro de Imprensa, que é um dos representantes dos jornais do Interior, e a ADJORI também, porque nos somos AJORD, que é a Associação de Jornais de Bairros de São Paulo, e a ADJORI é a Associação de Jornais do Interior, têm pleiteado ao governo do Estado, era isso também, que se destinasse aos jornais do Interior 20% da verba oficial. Porque não sei se vocês sabem, a Rede Globo de Televisão cobra a tabela maior que existe e é para anúncios oficiais, sob o argumento de que os anúncios oficiais atrasam, então precisa cobrar uma tabela maior.

Mas tivemos um período eleitoral aí, em que não teve verba para as televisões, e as televisões atrasaram salários de funcionários e muitas delas quase foram à falência. É o caso do Canal 9 e outros, porque dependem quase que exclusivamente de verbas governamentais.

Não é o caso de jornais do Interior e jornais da capital, em que nós temos muitos anunciantes, e o que nos dá a liberdade é exatamente a quantidade de anunciantes. É o que nos dá mais liberdade. E não uma única fonte de renda.

Quem está dependendo do governo hoje são as redes de televisão e que estão usando toda a verba governamental e não deixam nada para os pequenos jornais, que geram emprego, que educam.

Então, acho que deveria ser mais eqüitativo. Deveria haver uma legislação nesse sentido. Uma porcentagem. E o que pleiteamos em São Paulo é que 20% da verba oficial da prefeitura seja para os jornais de bairros. E no Estado deveria ser a mesma coisa com os jornais do Interior.

SR. ANTÔNIO CARLOS FON – O tema democratizar a comunicação para democratizar a sociedade envolve um sem-número de aspectos. Não me parece que o problema da publicidade seja o mais importante. Acho que o problema da publicidade é o problema do regime capitalista. Vivemos em um regime capitalista e as empresas têm de modernizar, têm de ser eficientes, para ter publicidade, para competir.

Acho que depender de 5 ou 10% de verbas da publicidade oficial, seja da prefeitura, seja do Estado, é manter um tipo de jornalismo que nós queremos ver banido. É manter o jornalismo, a imprensa chapa branca.

Acho que os jornais têm de se modernizar, têm de ser competitivos, têm de ir para a banca, ser de boa qualidade para ser comprado. E aí se credenciar para ir buscar a publicidade. Ou então vamos ter um jornalismo chapa branca. Ele deixa de depender do prefeito, como é hoje, para depender do governo do Estado ou do Deputado da sua região, o que não muda muito.

De qualquer forma, acho que nós estamos discutindo aqui o problema das empresas, acho que estamos aqui, mais uma vez, confundindo liberdade de imprensa com liberdade de empresa. Estamos preocupados com a sobrevivência, com a saúde financeira das empresas jornalísticas, sejam as editoras de jornais de bairros, sejam as editoras de jornais do Interior. E tenho visto muito pouca preocupação com o público, com o leitor.

Acho que a democratização dos meios de comunicação tem como objetivo final o leitor, o público, a sociedade. Acho que, infelizmente, até o momento, nós não conversamos muito sobre isso. Com exceção, que eu gostaria de ressaltar, da colocação da Cristina, sobre a necessidade de um projeto que integre as rádios e TVs comunitárias no Estado, de tal forma que elas possam falar para e com a sociedade. Acho que isso é importante.

Mas, quanto ao problema das empresas, da sobrevivência das empresas, infelizmente, no regime capitalista quem é eficiente, quem é competente sobrevive. Quem não é desaparece.

Acho também que com respeito à sobrevivência da imprensa do Interior, como diria Carlos Eduardo, vai depender de haver um público disposto a pagar para ter a informação. É aquela velha questão de que a estrutura econômica determina a superestrutura jurídica. Se não houver público para comprar jornal, não adianta ter verba oficial, porque vamos continuar tendo jornalismo chapa branca, um jornalismo atrelado seja ao governo do Estado, seja ao Poder Legislativo, mas que não vai cumprir a sua função principal, que é a de bem informar a sociedade.

Acho que, nesse sentido, o trabalho da Sandra, na TV Comunitária, a proposta da Cristina são muito importantes, do que saber se os jornais de bairros e do Interior podem ou não ter verbas oficiais.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Gostaria só de responder, é só uma explicação que eu queria dar ao colega.

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos fazer o seguinte. O Egídio coloca. A Tereza. Se a Sandra quiser falar. E depois passa de novo. Vamos ser rápidos aqui, por causa da dinâmica.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Concordo que o colega tenha razão. Como sou Presidente da Associação de Jornais de Bairros, defendo realmente a classe e estamos envolvidos com os nossos problemas. E esses problemas de indenização e outras coisas envolvem a empresa.

Lembro-me de assistir uma palestra, há muito tempo atrás, de um editor, que era do *Le Monde*, na *Folha de São Paulo*. E ele falou que a liberdade do *Le Monde* era sempre preservada, a não ser – foi o único momento em que ele colocou – que estivesse em perigo a sobrevivência do veículo. Porque a sobrevivência é a morte do veículo.

Então, o que nós estamos preocupados, às vezes, é com essas indenizações altíssimas e que colocam em risco a sobrevivência da empresa. Isso é pior do que empastelar o jornal. Porque quem sabe o que é empastelar, é aquilo que o Claury estava contando, você monta, depois você consegue consertar. Mas a sobrevivência é fundamental, inclusive para os assalariados. Porque ela gera emprego. Só se tira leite de vaca, não se tira leite de pedra. Se a empresa não tiver de onde tirar, não tem como fazer salário.

E quanto à publicidade, essa porcentagem, nós não estamos falando que o Governo aumente 20% da verba. O que estamos dizendo é que existe um bolo estadual, federal e municipal. E que desse bolo vão 99,9% para a grande imprensa. O que estamos pedindo é que vamos pegar esse bolo que já existe e vamos dar 20% para os jornais de bairros. Vamos pegar esse bolo que já existe no Governo do Estado e vamos dar 20% para os jornais do Interior. Eu acho que é uma coisa justa. Por que meia dúzia de jornais da Capital ficam com toda a verba do Estado e o Interior não fica com nada? Então me parece correto.

Não estamos pleiteando que se aumente a verba. Talvez seja isso que eu gostaria de esclarecer.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Eu só queria fazer uma colocação em cima do que você falou, da questão da pauta.

Você tem notícias boas e você tem notícias ruins. Hoje, eu estou do lado de cá do balcão. Eu já estive do lado de lá. E você não consegue vender notícia boa. É muito difícil. Por conta do momento que o mundo está vivendo. Por conta do momento que o País está vivendo, as pessoas preferem comprar a notícia ruim. Então, é muito complicado mesmo. Ou você vai atrás de quem quer dar a notícia boa, de quem se interessa pela boa notícia, e não é notícia para fazer a apoteose de alguém, não. É notícia de interesse comum a todo mundo, que é o que sai deste Parlamento. Ou você está fadado a ficar fora da mídia.

Agora, eu queria fazer uma colocação, um pouco para amarrar essa história.

O Fon estava dizendo aqui para mim, ele esqueceu de colocar, eu vou colocar em nome dele. Poderíamos pensar, enquanto Fórum São Paulo Século 21, mais um desafio colocada na mesa, que é a questão de se estabelecer um percentual de produção regional. Não estou falando de dinheiro, não estou falando de verba. Eu estou falando que é assim, que a TV Globo deveria ser obrigada, se por lei, se por não sei o que, a ter uma produção regional estadual. Não o que acontece em Bauru passar em Bauru, o que acontece em Ribeirão Preto passar em Ribeirão Preto. Um bloco do SPTV ser estadual. *A Folha de São Paulo* tinha de ter lá no seu Caderno de Cidades duas, três páginas municipais, e não cidades. Cidades do Estado de São Paulo. É pouco para nós. É um pouco assim que eu entendo.

Quer dizer, quem sabe conseguimos tirar essa idéia. Por exemplo, as rádios são obrigadas a passar 30% de música brasileira. Isso é lei. Não é lei? É uma regra? Não é uma regra? Eu não sei. Eu estou mal informada. Então, rádio AM e FM, é lei? São obrigadas a... Não sei. Depois você fala. Estou lançando uma idéia.

Mas é verdade isso, não é? Acho que ainda existe. Pelo menos existia. Tem um percentual que é obrigado, não sei se caiu. Estou chutando, depois você explica. Mas tinha uma época em que era assim. Era obrigado a ter ali um percentual de música popular brasileira.

Então, será que essa não seria uma saída? Desenvolver uma idéia para que os veículos de comunicação estaduais ou nacionais, acho que estaduais é melhor, tivessem obrigatoriedade lícita, legal e correta de estar exibindo notícias de interesse estadual para todo mundo.

Agora eu levanto mais uma questão. Essa questão da verba de governo. Por que a Coca-Cola não anuncia em jornal de bairro? Por que a Marlboro não põe anúncio em jornal do Interior? Porque eles também não têm o conceito. Eles também querem pôr só na *Folha de São Paulo* e na Globo. Não é só verba do governo do Estado.

Então, o que eu acho é que temos mais uma tarefa, que é convencer o senhor empresário, que tem muito mais verba do que o governo do Estado, a anunciar no jornal de bairro, a pôr o seu anúncio no jornal do Interior. Porque essa coisa do, desculpe o termo, mamar na teta do governo é fácil. Mas o difícil é ir buscar o anúncio do empresário que está gerando emprego. Ele tem condição.

Quero saber se o Ig, que é esse portal fantástico de Internet, que tem 1.400.000 usuários hoje, em um mês de lançamento, já anunciou em algum jornal do Interior. Se ele já pôs o cachorrinho branquinho dele em algum jornal de bairro.

É uma questão conceitual. Isto está enraizado, tem teia de aranha. E devemos ter um pouco essa tarefa de tentar convencer essas pessoas de que elas chegam mais rápido no consumidor, que vai ter acesso à Coca Cola, se for pelo jornal de bairro.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tereza, será que não tem um problema de agência de publicidade?

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – É claro que tem, Deputado. É evidente que tem. Porque a verba de agência... Ah, a verba de agência é o BV que chamamos de agência, ele é muito mais fácil e circula melhor, vamos dizer assim, de mídia grande. As agências não têm controle de mídia de Interior. É muito difícil.

Outra coisa. Por que não temos controle de TV a cabo? Não existe controle de mídia de TV a cabo. E hoje a TV a cabo, não podemos só dizer que é uma TV comercial. Mas ela hoje pode, ela tem de ser medida. Ela não é. Eu quero saber quanto o senhor dá de Ibope. Eu não consigo, Deputado. Não tem ninguém que meça isso. É uma realidade hoje no País inteiro. Não tem uma agência neste país que meça TV a cabo, que faça nem uma pesquisa de opinião pública.

Vamos fazer uma pesquisa de opinião pública. Vamos soltar aí pesquisadores nos municípios cabeados. Vamos mensurar essa mídia. Não tem.

Então, eu acho assim. A nossa discussão, só para terminar, porque eu sou muito falante, sabem, e às vezes me irritam um pouco as coisas, mas, enfim, acho que a nossa discussão é um pouco maior do que essa cosia bairrista de pensar no nosso umbigo.

Acho que temos condição, aqui no Fórum São Paulo Século 21, nesse tema comunicação, que é um tema que todo mundo entende um pouco, porque gosta do tema, nós temos condição de levantar algumas bandeiras muito importantes, que são, só para resumir, a possibilidade de existir um percentual de publicação regional, em todos os veículos de comunicação. A intenção de transformar os produtos do Interior e da Capital em veículos de mídia que eles são de fato, fazendo com que a Dona Coca-Cola anuncie neles, enfim, acho que são esses os trabalhos. Mas é pensar um pouco mais macro, porque São Paulo pode fazer história. Nós podemos, neste momento, fazer história para o Brasil inteiro, porque estamos discutindo São Paulo; se fizermos história aqui, o Brasil corre atrás, eu tenho certeza disso. (Palmas.)

SRA. SANDRA MELLO – Só complementar agora o que a Tereza estava falando. E, realmente, esse problema de não ter medição de audiência é um problema seríssimo. Eles não anunciam só em jornais de bairros ou jornais do Interior. Quando pedimos um anúncio na TV Comunitária, eles não querem saber. O Deputado Claury falou que se anuncia na TV Regional, não na TV Comunitária. Por quê? Porque eles querem o retorno, qual é a medição. Eles não têm uma idéia do público. Então, nós temos muita dificuldade.

Outra coisa que eu queria reforçar é o que a Tereza falou, que infelizmente a nossa cultura está privilegiando mais programas de Ratinho e coisas assim.

Então, fazemos um trabalho como esse, que eu tentei mostrar para vocês, onde fazemos pesquisa, um levantamento. E, olha, isso tudo foi feito sem ganharmos nada. Esse programa é um programa que nós fazemos realmente porque falamos que é a menina dos olhos da gente. Fazemos sem verba. Nós, quando conseguimos alguma verba, é para os equipamentos. Porque fazer essa produção, levantar a história, pegar essas fotos, autorização, fazer uma pesquisa disso não é brincadeira. É muito mais fácil fazer um programa cheio de sensacionalismos, levar gente brigando lá e pronto.

Agora, fazer esse levantamento, e depois ficar noites e noites na ilha de edição, não é fácil. É muito duro. E o pior ainda é quando vemos que infelizmente a nossa cultura não valoriza isso, e o nosso empresário, seja o Governo, seja uma Coca-Cola, a Irg não quer, ela nem nos recebe. A Telefônica não quer nem saber de nos receber quando falamos que nós queremos um apoio comunitário. Porque eles querem as grandes empresas. Então, é muito difícil.

É uma luta acho que de todos. Acho que deveríamos iniciar uma campanha de todos. Porque aqui estamos tentando resgatar a nossa história. Mostrar o que podemos fazer pela nossa cidade, pelas nossas cidades. E como viver melhor, gente. Vamos tentar isso. Precisamos começar isso. Já deveríamos ter começado. Vamos tentar fazer uma campanha nesse sentido de conscientizar a valorização da nossa informação, da produção regional.

É só isso aí. Obrigada. (Palmas.)

SR. ROGÉRIO PASSIONATO – Tenho um jornal na cidade de Itupeva já faz 8 anos.

Primeiro, queria parabenizar o Deputado pela iniciativa. Estou muito feliz em saber que realmente há uma preocupação com os jornais do interior. Porque eu, como proprietário de jornal do interior, me sinto esquecido, apesar de que o meu pai já foi um grande empresário na fabricação de máquinas gráficas neste País.

Na verdade, eu queria neste momento falar dessa questão da distribuição das verbas. E discordo do companheiro Fon, porque na verdade se hoje tivesse uma melhor distribuição dessa verba de imprensa, os jornais seriam mais independentes.

Acho que acima da distribuição não pode haver o compromisso do que o jornal tem de fazer por essa verba. Acho que o jornal tem de ter a liberdade de realmente divulgar a coisa que é boa para a sua comunidade.

Acho que cada Deputado tem uma afinidade por uma região, na qual tem o seu eleitorado. Se a própria Assembléia distribuísse esses trabalhos, que muitas vezes são para as cidades, são distribuição de verbas para as cidades do Interior, com certeza os jornais do Interior iriam noticiar essa questão dos Deputados.

O que realmente fica difícil para um jornal do Interior que tem um número pequeno de páginas é que realmente ele teria de publicar de todos os Deputados. Como ela falou, são 94. Então, como vamos publicar tudo de todos?

Então, se for distribuído por região, se cada Deputado tiver uma região pré-definida, com certeza nós, donos de jornais, teremos o maior interesse em divulgar as coisas boas do nosso Município, porque é de interesse da comunidade. Isso interessa para a comunidade.

Então, o meu ponto de vista é esse. Gostaria de me congratular com a Sandra, pelo trabalho dela. Eu realizei um trabalho dessa mesma proporção, durante 5 anos, na minha cidade. Lancei um livro das memórias das famílias. E depois eu queria mandar um livro para você.

SRA. SANDRA MELLO – Com todo prazer.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Só para complementar a polêmica aí com o FON, acho que não é uma questão de capitalismo aí. Acho que é uma questão de democracia da informação. Por exemplo, você tem de proporcionar meios, mecanismos para que esses jornais possam participar também da informação comunitário. E eu só tenho um outro exemplo. A questão do jornalismo de chapa branca é muito relativa a proximidade entre o Prefeito da cidade pequena com o jornal da cidade pequena. Quando você pega uma publicidade do Estado, eu já tive essa experiência, através do CBI, quando eu tinha o jornal. O Governo do Estado nem sabe o que eu estou dizendo no meu jornal. Essa informação é direta no Município. Mas aqui em relação ao Estado, ela não chega. Eu tenho essa experiência pessoal.

E também, só para fechar, Fon, e aí, sim, podemos polemizar a questão, você viu as notícias do Planalto, a relação de promiscuidade entre a imprensa e seus agentes, com parte significativa da elite deste país.

Então, como é que você vai furar essa equação, essa equação que é a manipulação da informação? Acho que é o inverso. Acho que é uma questão de você propiciar a democracia da informação.

SR. ARNALDO – Boa-tarde, meus amigos, sou da Sociedade Amigos da Vila Remo, represento a Estrada do M'Boi Mirim e toda aquela área. Agradeço à nossa amiga Sandra quando ela fez um projeto lá naquela área, que é onde ela mora. Fico triste de outro parte, quando você fez um trabalho no lado do Jardim Ângela. Porque o trabalho que foi feito no Jardim Ângela só se refere a crimes e a vários problemas. E não tem nenhum jornalista que possa passar informações referentes a bons lugares, de boa vizinhança do lado do Jardim Ângela.

Agora, qual é a solução referente ao Interior de São Paulo? Eu vejo que é a cooperativa com relação aos comerciantes. Se todos os comerciantes se juntassem

e ajudassem o seu jornal, tenho certeza de que em algumas partes seria resolvido o problema.

Quero agradecer ainda ao nosso amigo, SR. Armando, que esteve conosco aqui também.

Então, faço um convite a todos vocês para que façam uma visita ao Jardim Ângela, para que seja feito um trabalho que possa levar ao conhecimento de toda São Paulo, que diz respeito a um momento crítico que passamos, nós que moramos dentro de uma área que é conhecida por vários crimes.

Agradeço a oportunidade de fazer parte do Conselho aqui da Assembléia. E fico mais uma vez feliz por ser mais uma vez convidado para este bellissimo trabalho junto com a Assembléia, que abriu espaço para toda a comunidade.

Muito obrigado. Era só isso que queria falar.

SR. CARLOS ZARATTINI – OK. Muito obrigado.

E aqui chegou nosso amigo Walter Estevão Júnior, que é o Presidente da Associação de Jornais do Interior de São Paulo. Walter, eu já vou lhe dar a palavra. Mas antes tem uma pergunta ali, dela e depois do rapaz ali.

SRA. ÍRIS – Tenho 13 anos. Sou do Projeto Cala a Boca já Morreu. É um projeto de educação pelos meios de comunicação. Até um tempo atrás, antes da Rádio Cidadã, uma Rádio Comunitária do Butantã que foi fechada, eu tinha um espaço, com mais 20 crianças, de um programa feito inteiramente por nós, desde a apresentação até a parte técnica. Um dos entrevistados, que foi até a Rádio, ele é Diretor de uma grande rede de jornais de bairros. Uma pergunta foi feita a ele, que foi a seguinte: “...existe tanto jornal feito para criança, mas por adulto. Por que a imprensa escrita não abre espaço para a criança escrever para a criança?” Ele falou: “Esse espaço vai ser dado a vocês”. Vamos conversar. Fomos até o escritório dele e ele disse assim para nós: Que não seríamos capaz de conseguir fazer um jornal do tamanho da folhinha. Ficamos completamente indignados com isso. Mas

mesmo assim, ele deu um espaço para fazermos um jornal do tamanho de uma folha sulfite. Fizemos 3 edições. A quarta edição foi felizmente do tamanho da Folhinha. Demos conta. Esse espaço foi fechado para nós.

Acho que um jornal de bairro, para ele ser mesmo um jornal de bairro, tem de abrir espaço para a população infantil também falar. Tem de democratizar. Nós também temos o direito de falar e nós também temos a nossa opinião. Nós não queremos ler a Folhinha. Nós queremos fazer a Folhinha. Queremos poder falar e ser ouvidos por qualquer pessoa, desde o bebê até a pessoa mais velha.

Então, acho que para democratizar, nós também temos de ter esse espaço. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Muito bem.

SR. SIDNEY – Represento o Sindicato de Rádios e TVs Comunitárias. Parabéns pela sua exposição.

Aproveitando o gancho do que ela estava falando, praticamente somos nós dois e mais alguns aqui representantes da juventude. Eu coordeno aquela campanha Sou da Paz, que foi maravilhosa. A mídia grande ajudou. Mas achei que a mídia menor, vamos assim dizer, eu não gosto nem de usar esse termo, porque eu acho que sempre que você rotula, você já está criando um preconceito, não é? A mídia grande, a mídia pequena. Acho que não tem isso, essa rotulação sempre é meio perigoso fazer.

Outro dia, eu estava num programa de televisão e as pessoas me questionavam. Eu dei um exemplo da questão do voto aos 16 anos. Eu perguntava para os jovens lá, da minha própria idade, da nossa idade em geral, eu falava assim: Se podemos votar aos 16 anos, por que aos 16 anos também não podemos ser eleitos? É quase isso que ela falou, não é? Ela pode fazer aos 13 anos um jornal. Então, aos 16 anos, se eu já posso votar para Presidente, para Governador, eu já poderia também me eleger aos 16 anos para qualquer cargo, até para o cargo

que o Deputado Carlos Zarattini hoje ocupa com muita presteza. E a maioria dos jovens falou assim: É mesmo, eu nunca parei para pensar nessa possibilidade. A Constituição dá sempre o meio direito. É incrível como isso acontece assim. E passa nos Congressos, nas Assembléias com uma facilidade assim.

E por outro lado, esse pequeno adendo que eu fiz é para mostrar também que nós, da juventude, e de uma forma geral toda a sociedade, é que acabamos deixando essas meias coisas acontecerem. Não acontecem por inteiro, não é, as coisas? Então, é meio que assim.

Deixem-me fazer algumas colocações mais dentro do tema agora. Alguém falou aqui da questão da distribuição dos jornais, que eles têm a maior dificuldade. Eu sugeriria, por exemplo, que nós, estudantes, ela com certeza é uma voluntária, eu me voluntário, eu viajei assim por várias cidades do Estado falando dessa Campanha da Paz e pude conhecer cada pontinho periférico e não periférico da cidade, e aí eu tive assim meio que um perfil do que o jovem está pensando. Esses jovens que com certeza estão nas escolas, lá no Jardim Ângela, no Jardim Miriam, no Capão Redondo, onde todo mundo morre de medo de ir, o pessoal mesmo da Campanha da Paz mais burguês não queria ir, eu falei: deixa comigo que eu vou lá. Eu já entendo de tiro, já sei o que vai rolar e não vai acontecer nada disso. Então, acho que nós, jovens, por exemplo, poderíamos distribuir voluntariamente. É só convocar as escolas para isso. Vivemos acusando as escolas de estarem sempre em ociosidade, que os estudantes estão sempre, eu acho que não. Acho que é possível que os jovens estudantes, por exemplo, da escola pública, até de escolas privadas, possam estar participando, ajudando a estar distribuindo esse jornal até gratuitamente. Porque se ele é um jornal para a comunidade, e a comunidade dele vai estar sendo beneficiada com o que vai estar lendo, eu tenho certeza, ainda mais com a participação do educando e dos educadores, eu acho que esse jornal chegaria com a maior facilidade.

SR. – Os próprios colégios poderiam entregar, deveriam entregar o próprio jornal. Porque o jovem vai lendo e vai se interessando pelo bairro.

SR. SIDNEY – É. Outro dia eu até respondi assim. Eu acho que mais importante do que o serviço militar obrigatório é o serviço civil obrigatório. Esse seria um serviço civil que poderia ser obrigatório, nós, estudantes, sairíamos distribuindo jornais. Acho que isso seria “uma boa” assim para colocarem na lei. É uma discussão legal. (Palmas.)

SR. CIPRIANO – Fazemos parte dos Movimentos da União Federativa da Zona Noroeste da Capital de São Paulo. Dentro desse tema, até você e o Egídio falaram muito bem, nós inclusive já nos encontramos. Para quem não sabe, já estivemos em vários locais. Fizemos a Festa de Pirituba. Agora vamos fazer a Feira das Nações na Freguesia do Ó, nos dias 20, 21, 26 e 27 de maio próximos.

SR. CARLOS ZARATTINI – Está feita a publicidade gratuita.

SR. CIPRIANO – Está feita a publicidade e vocês estão convidados.

Dentro desse tema, nós já moramos no Interior e sabemos perfeitamente que a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* são lidos em algumas das maiores cidades, as cidades grandes, nas pequenas nem tanto, porque se quer ver a fofoca da televisão, o que acontece dentro da televisão, o que acontece dentro da política e o que acontece dentro da economia.

Esses jornais, quando se tentou fazer a Folha Regional sobre as cidades, eram feitos por correspondentes. Nós tínhamos correspondentes dentro de cada cidade. Ribeirão Preto tinha. Rio Preto tinha. Franca tinha. As grandes cidades, Campinas e assim por diante. E isso onera muito o jornal e nós sabemos disso. E hoje nós temos o *E-Mail* que está aí.

Agora, a televisão quando precisou fazer algo para pegar, vamos dizer, uma audiência maior, ela criou determinados tipos de programas, e vocês têm aí Ana Maria Braga, foi voltado exatamente para a mulher. Temos o Ratinho, que é um programa destinado justamente ao popular, ao popularesco. E assim por diante vários programas desse nível.

Então, há necessidade também de que se crie algo dentro do próprio jornal de bairro, do próprio jornal do Interior, para que ele atinja exatamente o público que ele quer atingir. Que ele seja destinado, e ela falou muito bem, quando o jovem escreve para jovem, escreve dentro da própria escola e dentro da própria localidade onde ele convive, dentro do próprio bairro e dentro da própria região.

Temos uma dificuldade muito grande, este é um tema para vocês discutirem, mas o próximo é muito bom, que é a Rádio Comunitária. E sabemos que a Rádio Comunitária não é aprovada, embora já esteja aprovada, porque é interessante para algumas entidades aí, para a ABERT, para a APEOSP, para a AESP enfim, porque, vamos dizer assim, vai mexer na parte comercial. Já discutimos isso em vários temas, em vários fóruns dizendo que não acontece interferência nenhuma em avião. Isso já foi provado até por Brigadeiro do Ar e outras coisas. Mas que não é interessante. Não é interessante que seja aprovada essa lei. Porque a Rádio Comunitária, ela mesma, com 25 ou 50 Watts, ou seja lá quanto for, ela vai atingir a grande parte comercial, que são os bairros onde ela estaria localizada.

Então, nós queríamos que houvesse uma definição disso, em termos de Rádio Comunitária, em termos de Canal Comunitário, para que haja exatamente um debate, que o Fórum seja aberto para isso. (Palmas.)

SR. LUCIANO – Sou do Sindicato dos Engenheiros. Queria fazer uma colocação, para debate também, sobre a possibilidade da criação de uma TV Sindical, assim como existe a TV Assembléia, assim como existem outras TVs Comunitárias. Para abrir espaço para os Sindicatos também.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Junta tudo no comunitário. Aí o comunitário fica bárbaro.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Permita-me. A TV Comunitária de São Paulo já transmite um programa do Sindicato dos Jornalistas. Esse espaço está aberto. O que nós temos de lutar é pela criação, ampliação, fortalecimento das TVs Comunitárias. E aí, a TV Comunitária tem mais do que a possibilidade, tem o dever, tem a obrigação de abrir espaço para toda a sociedade, inclusive sindicatos. O que já ocorre na TV Comunitária, em relação ao Sindicato dos Jornalistas, que tem lá o programa Unidade na TV.

SRA. LUCI MARTINS – Luci Martins, do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Rádio e Televisão Comunitária. Tentamos fazer na TV Comunitária um programa voltado para os sindicatos, aliás, idéia que estava vindo de uma TV UHF, Canal 21, que era o Sindinews, levando para a TV Comunitária. Mas, infelizmente, a TV Comunitária de São Paulo também precisa ser discutida, não só a de São Paulo como a de outras cidades, como Marília, Bauru, porque justamente por ela não ter recursos financeiros de manutenção, de sustentação, ela também já está partindo para outros caminhos que não o comunitário, mas do poder econômico.

Então, digo aqui que é muito importante que nós pudéssemos estar trabalhando compartilhadamente com as Câmaras Municipais, e estar revendo também, junto ao Legislativo, essa questão do apoio cultural. Porque o mais absurdo para os meios comunitários é não se poder ter publicidade. É apoio cultural rotulado, apenas e tão somente, ao nome. Nós poderíamos falar apoio Coca-Cola. Então, não vai poder falar nem o jeitinho nem aquelas passagens subliminares de consumo.

Então, para a comunidade, nós não temos verba. Nós não temos publicidade. Não podemos fazer publicidade. Ou seja, se a comunidade quiser ter o seu veículo de comunicação, ela tem de pagar, na base do tostão. (Palmas.)

SRA. SANDRA MELLO – Zarattini, eu só queria complementar rapidinho a resposta. Só para responder-lhe uma coisa. Apresentei aqui o do Bexiga. Mas isso não quer dizer que nós só fazemos em bairros assim mais centrais. Fazemos inclusive em Itaquera, está na lista. Todos os bairros estão na lista. É um programa democrático.

Então, por favor, eu gostaria que vocês escrevessem inclusive para nós, falando sobre o seu bairro, dando sugestões, porque isso eu peço no programa, para podermos fazer o programa no bairro de vocês. Certo? Obrigada.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Boa-tarde. Tinha preparado aqui umas vinte laudas, mas como cheguei atrasado, vou ser mais breve do que vocês esperam.

Sem dúvida alguma, para se falar de democracia, tem de se lembrar de liberdade de expressão. Tenho certeza que uma das poucas entidades vivas, que continua no nosso país, desde a ditadura militar, são os jornais. E essa liberdade de expressão, que está garantida para nós legalmente, hoje vem tendo outro tipo de constrangimento para os jornais, para os donos de jornais, para os jornalistas, que é a indústria da indenização no nosso país. Hoje é difícil se conhecer um jornal que não tenha já recebido uma denúncia e não tenha recebido uma ação de calúnia ou difamação. Ou seja, tem escritórios hoje em todo o País especializados em fazer leitura de jornais, em fazer qualquer tipo de leitura, para preparar uma ação, porque realmente os valores hoje que se falam em mínimo assim são de cem mil reais. Dá para se lembrar aí alguma coisa em termos do nosso colega de Santa Cruz do Rio Pardo, Sérgio Fleury, que fez uma denúncia de que o juiz da cidade dele não aceitou o imóvel que a Prefeitura estava dando. Ele que já ganha muito pouco e

tudo o mais. Aí a Prefeitura, ajudando, deu um imóvel para ele morar. E ele achou que aquele imóvel não servia para a altura da família dele e dele. Não aceitou e disse que a Prefeitura deveria dar um outro imóvel. Ele publicou isso e daí em diante foram processos de todos os tipos. O seu jornal foi recolhido na banca, até o ponto em que o juiz acabou dando uma ordem de prisão para ele. E o delegado da cidade, sabendo do fato, não cumpriu, não quis cumprir. E ele foi buscar força em outro lugar. E na cidade não tinha cadeia. Então, onde é que ele mandou prendê-lo? No canil da cidade. Logicamente não no canil onde ficam os cachorros, mas no prédio do canil, o que seria uma forma de humilhá-lo, o seu ego, a sua pessoa.

Essa indústria por todo o País tem dado bastante notícia e tem preocupado todos nós. Tivemos, há dois anos atrás, quando queriam mudar a Lei de Imprensa. Seria bem pior do que essa que está hoje aí. A que está aí, eles falam que é ruim, porque foi feita pelos militares. Mas a que eles queriam colocar seria a favor, com todo o respeito, dos políticos que estavam preocupados com o que a imprensa poderia falar.

Hoje, acho que quem dá mais trabalho do que a Imprensa é o MP, e dá para se ver aí a Lei da Mordça, que já deram um jeitinho também para acertá-los.

Mas o jornal, vindo agora para o lado regional, nós, que somos da imprensa do Interior, temos algo de diferente, em especial dos jornais da Capital, que é a questão de falar o que a população quer ouvir.

E esse debate, hoje, se fosse na minha cidade, eu que sou do ABC, com certeza seria manchete lá. Qualquer personalidade que fosse à minha cidade seria uma manchete lá. Logicamente, nos jornais da Capital, hoje, eu não li, mas não deve ter nenhuma linha sobre o assunto.

Então, a globalização engloba toda a comunicação, com exceção dos jornais do Interior e também dos jornais da Capital, dos jornais de bairros, que falam o acontecimento do seu dia-a-dia nas suas cidades.

Os jornais da Capital tentaram, uma época, fazer os Cadernos Regionais, inclusive lá no ABC, a Folha fez um Caderno do ABC, ficou dois anos e fechou. Em

Campinas fez e fechou. Só sobreviveu na região de Ribeirão Preto, que inclusive é um jornal até mais forte do que os dois jornais da cidade, que é o *Diário de Ribeirão Preto* e *A Cidade*. Lá eles conseguiram fazer, o que é um fato que ainda não conseguimos explicar. Dentro da ADJORI, o pessoal faz estudo em cima disso e não há uma explicação ainda de porquê a Folha conseguiu uma penetração maior lá em Ribeirão Preto.

E essa questão do jornal regional, a notícia que acontece na cidade, para nós chega a ser quase que um vício, mas um vício bom, um vício gostoso. Porque a coisa mais gostosa é você escrever uma matéria e estar na rua e alguém comentar essa matéria. E não precisa ser a favor, não. A favor ou contra. Porque quando uma pessoa está comentando, o jornal está mostrando que está servindo o seu papel de utilidade pública, de mostrar à população os fatos que estão ocorrendo na sua cidade.

Até tem uma historinha em cima disso. Quando saímos assim e a pessoa fala alguma coisa contra, normalmente o maior problema do jornal são os erros de revisão. Então, nós escrevemos, passa por revisão. Mas só no outro dia, quando você vai abrir, acaba encontrando ainda alguma coisa. Pode ter certeza, para quem não faz isso, é uma dor ver uma coisinha errada no outro dia no jornal. E sempre acaba saindo. Outro dia contaram para nós que saiu um anúncio fúnebre e a pessoa— lembra disso que o Governador contou? – acabou trocando o enlatado por enlatado. Então, disse que o sujeito morreu e chamava Osvaldo Sardinha. Então, a Família Sardinha agradece em nome de seus pais, filhos e tudo, enlatados pelas saudações.

É engraçado, na hora em que você lê é engraçado. Mas se soubessem a raiva que dá isso, é uma coisa extraordinária que dói realmente.

Na questão da penetração do jornal no meio da comunidade, eu tenho números que dizem que realmente que os nossos jornais da Capital, dos bairros, que os nossos jornais do Interior são muito, muito, muito, muito mais lidos do que os jornais da Capital. Dizem os grandes jornais que eles têm uma tiragem de 600.000

exemplares em média. Alguns têm IVC, outros não têm. Mas que seja verdade. Vamos dizer que seja verdade. Vamos dizer que não tenha nada de encalhe. Que tudo o que eles façam seja vendido, tenha assinatura. Bem! Tem de ficar 50% na Capital, não é? 300.000. Sobram 300.000. Dividam 300.000 exemplares por 600 Municípios. Vão sobrar só 100 jornais para cada cidade. Será que em Campinas eles vão colocar só 100 jornais? Então, devem colocar um pouquinho mais, 300. Mas já vão ter de tirar de outra cidade para colocar 300 lá.

Qual o jornal, hoje nenhuma gráfica faz menos do que 300 exemplares. É praxe deles, das gráficas. 3.000 exemplares. Quer, quer. Não quer, não roda. Então, vocês podem ter certeza, se alguém for vender um anúncio e tal, tenham certeza de que no mínimo vão ter 3.000 exemplares.

Esses dados são importantes porque mostram que têm uma penetração, têm uma tiragem maior e que têm a possibilidade de fazer um número maior de atendimento para quem lê esse jornal.

A Tereza ainda estava no Palácio, agüentando lá as nossas reclamações, o que acho que já foi tema aqui, sobre verba do Governo, quando mostramos esses números ao Governador. Foi quando o Governador começou, ele que já não gosta de gastar em publicidade, mas começou a destinar um pouco mais para os jornais do Interior, porque levamos números a ele que mostravam vantagens. E além de tudo, uma questão de preço.

Um pouco antes da nossa primeira reclamação lá foi porque tinham sido feitas 5 páginas inteira, durante uma semana, em todos os jornais da Capital, sendo que mais ou menos custava R\$80.000 cada página, o que daria R\$400.000,00 para cada jornal da Capital. E para fazer uma mídia em todos os jornais do Interior da nossa Associação, que são 500 jornais, gastaria R\$700.000,00. Quando ele viu os números, fez a mídia e se comprovou que era verdade.

Além de tudo, nós, dos jornais do Interior, temos mais um problema ainda. Nessa época da ditadura e tal, tinha que se tirar alguma comissão para alguém, coisa assim, e inventaram um urubu aí no meio chamado representante comercial.

Desculpe se tem alguém mais aqui que é representante, mas que pode não ser. Em todas as profissões temos isso, o bom jornalista, o jornalista ruim, o bom político, o mau político. E também nos representantes comerciais, a maioria eu posso afirmar que são picaretas. Inclusive temos pesquisa em cima disso mostrando os dados.

Tivemos uma reunião ainda com o Sérgio Amaral, quando era um Embaixador do Presidente da República. E o Gil Baía Ubiratan Bispo, que é o nosso Vice-Presidente, dono do *Diário de Ribeirão Preto*, questionou o Sérgio Amaral na questão do preço e tal que estavam pagando. Então ele disse: “Olha, esse preço foi o que seu representante deu.” Hoje nós estamos informatizados e é fácil de ver. Qual é o seu jornal? Abriu o computador, foi lá e tal. Qual é a sua tiragem? 13.000. Ah, mas aqui está escrito 22.000. Qual o seu preço por centímetro de coluna? R\$11,00. Mas aqui está R\$28,00. E olhem o absurdo, de R\$13,00, o *Diário de Ribeirão Preto*, um grande jornal do nosso Interior, de R\$11,00, o representante acabou cobrando R\$28,00.

Então, logicamente isso atrapalha qualquer negociação. Porque o Governo, que não é bobo, a Mídia que está lá não é boba, está vendo que o preço é muito caro. Então, ele acaba deixando de fazer, porque é muito mais fácil fazer isso e dar logo para meia dúzia de jornais e resolver o problema. Não vai ter o problema de ter de ir lá, mandar o jornal, mandar fotolito, cobrar. Tem todos esses problemas.

Então, através da nossa Associação, conseguimos dar um encaminhamento nisso e foi bem melhor. Eu estou falando da nossa Associação. A nossa Associação é a ADJORI, Associação dos Jornais do Interior do Estado de São Paulo. Foi criada em 26 de maio de 1980. Inclusive vai fazer 20 anos agora dia 26 e aí teremos uma sessão solene aqui. Essa entidade vem representando os nossos associados, vem brigando. Temos feito um Congresso todo ano, quatro Encontros Regionais, tentando fazer com que o profissional do jornal tenha uma melhor informação e uma formação, dando palestras, dando recursos a ele, para se preparar para enfrentar o mercado.

Para concluir, dessa questão ainda da verba do Governo, dessa discussão toda, o ex-Deputado Sidney Cinti apresentou um projeto aqui na Assembléia – ouviu, Deputado? Vou cobrar do senhor aqui agora – propondo que 25% da mídia fosse destinada aos jornais do Interior de São Paulo. Isso em 1998, já faz dois anos e não foi aprovado. Então, eu não sei como é o trâmite, se já foi arquivado, se já foi para o lixo ou se pode ser apresentado de novo.

SR. CARLOS ZARATTINI – Precisamos verificar.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Então, até sugiro ao senhor que já verifique e coloque de novo. Porque já passou um ano e pode entrar de novo, se for o caso. Que é uma questão justa e pode ser feita. Não é dizer que é querer sonhar. Porque o Montoro, quando era Governador, deu 20% da mídia para os jornais do Interior. Então, se ele deu é porque é possível, pode ser feito novamente.

E a última questão é que, por exemplo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todas as Assembléias têm verba de mídia também. Tem de divulgar os seus atos.

SR. – Aqui não tem.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Em São Paulo não tem. Mas não tem não é porque não tem dinheiro. É só querer colocar no seu orçamento e destinar uma parte para os jornais, para as rádios, para as TVs, para tudo o que é necessário.

Então, nós estamos fazendo essa reivindicação desde quando era o Tripoli o Presidente. Só que quando se fala nisso, não sei aonde barra.

SR. CLAURY ALVES DA SILVA – Depois os jornais falam que a Assembléia gasta demais.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Mas dá para falar onde gasta, Deputado. É só, nós conseguimos falar onde é que gasta.

Mas desde lá estamos fazendo essa reivindicação para que a Assembléia também passe a fazer esse tipo de trabalho. Inclusive, nós colocamos até uma vez à disposição a estrutura da ADJORI, para que a Assembléia mandasse os atos, os acontecimentos do dia para a ADJORI e a ADJORI repassasse para os jornais, de acordo com a sua região. Não adianta mandar um *release* para mim, em que está assim, que o Deputado aqui está reivindicando a construção de uma estrada lá em Araçatuba, porque para o meu leitor dificilmente isso vai interessar. Então, colocamos essa estrutura à disposição, porque lá temos funcionários, *E-Mail*, fax, tudo para poder fazer isso. E fizemos isso também para o Governador e também não aceitaram. Não sei qual o medo. E não andou.

Então, ficam registrados esses dois pontos especiais aqui para Assembléia, para vermos isso registrado.

Muito obrigado (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Está OK. Muito obrigado.

Estamos aqui quase que no limite do nosso tempo. Então, eu queria aqui fazer um pedido, apesar de que o Walter chegou agora, ele falou, mas vai dar um repique ainda. Queria passar a palavra aos debatedores, para fazer as suas considerações finais, para irmos já encerrando a nossa programação. Ainda temos uma votação importante no Plenário hoje. Certo? Então, vamos começar aqui com o Fon, que está ansioso para falar já faz tempo.

SR. ANTÔNIO CARLOS FON – Em primeiro lugar, acho que nós fugimos um pouco do tema. O tema proposto era a interiorização e regionalização das fontes de

informação. Nós falamos muito pouco disso. Acho que não é tão grave. Acho que de qualquer forma foi muito interessante, foi muito bom o debate, embora tenha se perdido um pouco o rumo.

Gostaria de dar uma resposta a duas questões que foram colocadas diretamente a mim.

Acho que o que me preocupa é exatamente o que o senhor disse. Na sua fala, o senhor disse que se tivesse 65a ver com os jornais do Interior, que o seu jornal iria cobrir muito bem o Deputado da região, porque há interesse em mostrar o que a cidade tem de bom. Isso é que me preocupa. Isso é o que chamo de imprensa chapa branca e me preocupa. Porque o jornal tem de cobrir com isenção, não mostrar o que é bom. Mostrar o que é bom e o que é ruim. E se a ação, se o trabalho do Deputado é meritório, tem de ser publicado e tem de ser louvado. Mas não se pode publicar apenas o que a nossa cidade tem de bom. Tem de se publicar também o que ela tem de mau. Esse é um direito do leitor. Por isso me preocupa esse regime cartorial, sabe, essa coisa de ter uma verba destinada para, sabe, essa coisa me preocupa muito.

Só com respeito ainda à verba publicitária, os dados não são atuais, eram de quando eu estava na Presidência do Sindicato, aí por volta de 1992. Segundo *Meio e Mensagem*, na época, de toda a verba publicitária do país, que vai desde a TV até o panfletinho distribuído na feira, 64% ia para a mídia TV. Desses 64%, $\frac{3}{4}$, 48% para a TV Globo. Os 36% restantes estavam distribuídos entre rádios, jornais, revistas e tudo o mais, *outdoor*.

Então, vejam uma coisa. Quando se está pedindo uma reserva de mercado de 20% para os jornais do Interior, na verdade o que se está tentando fazer? Está-se tentando mudar as regras do jogo, mudar as regras de mercado.

O que o jornal do Interior tem de fazer é ser de boa qualidade, de bom nível, competente, para disputar o mercado, o que aconteceu com os jornais do Interior na tentativa da Folha de matá-los com os Cadernos Regionais.

Por que em Ribeirão Preto o Caderno Regional da Folha deu certo? Porque os jornais de Ribeirão Preto, e me desculpem se tem algum Diretor de jornal de Ribeirão Preto aqui, mas são muito ruins. São muito ruins. Nós, que conhecemos a imprensa do Interior, sabemos disso. Inclusive não contratam. Contratam pouquíssimos jornalistas. É um jornal que não é feito por profissionais. É um jornal malfeito. E por isso vai perder, sim.

Aliás, vão muito bem financeiramente porque dominam os classificados. Só tem classificados. Mas quem quiser comprar alguma coisa lá em Ribeirão, tem de comprar *A Cidade*, que domina ali os classificados. Então, sobrevivem disso e não se interessam em melhorar, não se interessam em modernizar, não se interessam em competir, porque têm uma reserva de mercado. E essa idéia da reserva de mercado é que me preocupa. Porque vai voltar, vai fazer com que um jornal, como a *Tribuna de Santos*, ou *Diário do Grande ABC*, que hoje tem um nível de qualidade semelhante, em alguns casos melhor que os da capital, por ter uma reserva de mercado, deixem de buscar a qualidade, deixem de buscar a melhoria.

Vou ficar por aqui, para não me alongar muito. Acho que seria necessária uma outra discussão, um outro debate como este, para discutirmos não as necessidades das empresas, mas as necessidades do público, que nem a grande imprensa, nem a imprensa regional está atendendo. Este que eu acho que é o problema principal, quando nós falamos de democratização da comunicação.

SR. – E a reserva de mercado da Globo, que nas Diretas, já ocorreu? Cada um se não tiver igualdade de condições para concorrer...

SR. ANTÔNIO CARLOS FON – Acabei de falar que a Globo tem 48% do total da verba de publicidade total do país. Isso é um escândalo. Agora, esta é uma outra questão. Não viemos aqui para discutir isso.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Não tenho como representar os dois jornais aqui. Mas eu vou discordar do senhor, porque são dois excelentes jornais, *A Cidade* e o *Diário de Ribeirão Preto*. Se o senhor pegar hoje qualquer jornal desse tipo que o senhor falou, *A Cidade*, *Diário de Ribeirão Preto*, *a Tribuna*, *Diário do Grande ABC* e tirar o título de cima, não dá para falar qual é a diferença de um e outro em qualidade visual. Sem falar na questão da qualidade da notícia local. Então, isso daí é a birra de jornalista com dono de jornal. O senhor vai-me desculpar, mas não tem cabimento.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – O colega Fon realmente colaborou bastante para o debate, porque animou bastante, e por isso já devemos agradecer-lo. Mas seu próprio, no caso da Globo, mostra que é necessário haver uma regulamentação em que se faça justiça na distribuição da verba. Ou então extingue a verba de vez. Porque será que ela existe? Então, que seja distribuída corretamente aos jornais. E não àquele que tem maior poder de pressão ou talvez faça maior pressão. Este que é o problema. Porque o Figueiredo, no depoimento que ele deu lá, disse que ninguém consegue brigar com a Globo. Acho que não é por aí o caminho. Acho que tem de democratizar.

Ofício do Excelentíssimo Senhor. E o Pitta?

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – O Pitta é porque proibiu aquele negócio talvez.

O que eu achei interessante foi a menina que reclamou da matéria dela que deixou de sair no jornal. Tenho uma experiência na fundação do meu jornal, o *Jornal da Bela Vista*, quando foi da fundação, eu tive dois jornalistas que me ajudaram a fundar o jornal. Foram Luiz Marcos Barreto, que é um grande jornalista, e Renato Santana. E meu filho na época tinha 12 anos de idade e queria escrever. E o Renato orientou-o para que escrevesse. Ele fez uma coluna do bairro. Escrevia as coisinhas do bairro lá, o caso da bicicleta no bairro, isso e aquilo, que não deixavam

jogar bola. E o Renato sempre dizia para nós: “Olha, se tem coisa que o leitor gosta é coisa escrita por criança. Acho que todos os jornais deveriam ter”.

Não sei se no seu caso você escreveu assunto relacionado com o bairro. Mas normalmente a matéria tem de ser um pouco reescrita pelo jornalista, para poder dar uma parte mais técnica. Então, acho que aí funcionaria melhor.

Gostaria que aparecesse lá no Bexiga alguém que quisesse escrever, da sua idade, para eu fazer uma coluna.

SR. CARLOS ZARATTINI – Está contratada.

SR. EGIDIO COELHO DA SILVA – Mas precisa morar no bairro, para poder se comunicar com o bairro. Senão fica difícil. Porque o forte do jornal regional é exatamente a pessoa se comunicar com a comunidade. Quando não se comunica com a comunidade, os Cadernos Regionais e essas coisas todas têm muita dificuldade por isso. Porque a pessoa não vive o bairro. Então, a comunicação se dá pela participação na comunidade. É assim que eu entendo.

Outro caso. Um caso que eu gostaria de levantar ao tema que levantou a colega Tereza, é sobre o caso dos anunciantes, que não fazem anúncios em jornais do interior ou de bairros, que deveríamos pleitear, como no caso da Coca Cola.

Existe uma dificuldade exatamente com as agências. Porque as agências ganham 20% de comissão.

Então, para elas fazerem anúncios em jornais de bairros, são 120 jornais aqui em São Paulo, se elas fizerem anúncio em um jornal, vão todos os jornais lá querer anúncio. Elas têm de estudar jornal por jornal para fazer. Então, dá muito trabalho.

E outra. Quanto material elas têm de fazer para distribuir? Se elas fizerem em qualquer televisão, em qualquer jornal grande, elas fazem um trabalho só e já recebem os 20% e acabou.

Então, por isso que existe o representante que o Walter está criticando, e de fato tem razão no Interior. Tenho um jornal no Interior, há quase 40 anos, e sempre tive um representante. De fato, eles cobram uma taxa elevadíssima. Deveria ser menor.

Nos Estados Unidos consta, os seus colegas que estiveram lá, que a publicidade até a local é feita através da Associação dos Jornais de Bairros lá. Mas eles cobram uma taxa de 5%. Aqui os jornais chegavam a cobrar, em certa época, de 50 a 60%. Hoje cobram 30, 25%, 20%, por aí, além do que da agência.

Então, é muito caro. É muito importante o representante, mas desde que fosse uma comissão correta, uma coisa séria, um trabalho decente, não é?

Então, é uma coisa mais interna dos jornais do Interior e dos bairros, que acho que não cabe muito aqui.

Agora, o que existe realmente é essa dificuldade dos grandes anunciantes fazerem anúncios em jornais, preferirem fazer anúncios na grande imprensa e na rede de televisão porque eles ganham, a estrutura é de 20% de comissão. Então, é elementar que eles prefiram fazer.

SR. CARLOS ZARATTINI – Queria agradecer ao Egídio por essa colaboração conosco aqui do Fórum. Passo a palavra para Sandra.

SRA. SANDRA MELLO – Eu só queria lembrar uma coisa, que comecei em jornal de bairro. Acho que é uma grande escola. Inclusive quando faço palestras para os estudantes que pretendem cursar Jornalismo, sempre falo disso. Que as pessoas deixam um pouquinho de lado, querem logo partir para a televisão, acham que a grande imprensa ... Mas, não. O jornal de bairro é uma grande escola.

Gostaria de agradecer novamente ao Deputado Zarattini pela oportunidade de podermos debater. Acho que isso é muito importante para nós, para a nossa comunidade. Quero, então, agradecer por esta oportunidade que você deu para nós. E agradecer a todos vocês.

E quem quiser, eu gostaria inclusive que escrevessem para nós. Eu vou deixar depois aqui o endereço. E vou ratificar que nós estamos aceitando sugestões para fazermos as reportagens nos bairros de vocês. Obrigada. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado, Sandra, que também é Conselheira aqui do nosso Fórum de Comunicação.

Passo a palavra agora para Tereza.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Acho que a grande conclusão a que chegamos nesta tarde é assim. Tem de estar todo mundo organizado. Não tem jeito. Então, vocês, se quiserem anunciar a Coca-Cola, têm de se organizar. A agência enquanto jornalista tem de se organizar, para poder conquistar um pouco as coisas, porque senão elas não funcionam. Os jovens têm de se organizar, para conseguir os seus espaços. Não tem outro jeito. Quer dizer, a cada dia que passa conseguimos ver que esse é o caminho mesmo.

Agora, sem querer fugir do tema sobre o qual estamos hoje aqui conversando, que é a questão da interiorização da informação, acho que hoje ficou claro, só para dar uma pincelada, que é preciso ouvir outro, que é preciso buscar a informação, que é preciso trazer o Interior para a Capital e levar a Capital para o Interior.

E acho que conseguimos hoje aqui, Deputado, imaginar alguns mecanismos práticos que o Fórum São Paulo Século 21 pode levar a cabo.

Eu não acredito numa sociedade que queira atravessar esse século, em que estamos entrando agora, se ela não for uma sociedade organizada e se ela não tiver uma informação correta no seu dia-a-dia. E esta é um pouco a tarefa de nós, jornalistas, aqui.

Acho que os empresários têm as suas dificuldades. E vocês têm uma mania de dizer que somos contra vocês. Não somos. Não somos mesmo. Porque se vocês não existissem, nós não poderíamos trabalhar. Então, acho que vocês são

guerreiros, sim. Mas acho também que vocês poderiam se organizar um pouco melhor, para conquistar as coisas melhor. Nisso nós temos mais experiência do que vocês. Temos um pouco essa *expertise*. E eu acho, sim, que vocês têm uma Associação. E hoje a Internet está aí para facilitar essa vida. Vocês conseguem distribuir anúncios pelas entidades de vocês em 5 segundos, para todos os jornais.

Então, a agência hoje não tem mais essa desculpa. Hoje não existe mais essa desculpa.

Então, acho que dá para se organizar, para que consigamos dar acesso de informação a esse público, que é muito carente disso.

E se conseguirmos formatar algumas metas, o Fórum São Paulo Século 21, na área de Comunicação, vai ter cumprido o seu objetivo.

Volto a dizer para vocês. São Paulo é o espelho do Brasil. O que fizermos aqui, reflete no país inteiro. Por isso nós temos uma responsabilidade monstruosa.

Eu falo muito para os Deputados da Casa. Aqui é complicado, porque é uma vitrine mesmo.

Acho que o Fórum São Paulo Século 21 está tendo essa oportunidade de trazer as pessoas aqui para conversar, dizer o que pensam. E, então, imaginar idéias, sugerir propostas, para melhorar um pouquinho a nossa vida. Obrigada. (Palmas.)

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado a Tereza. E, por fim, vamos passar a palavra ao Walter, para as suas considerações finais.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Na questão da garota também, nós temos um projeto que se chama Jornal na Escola. Por exemplo, hoje o *Diário do Grande ABC*, *Tribuna de Santos*, uns dez jornais do Interior fazem isso. E eles conseguiram dar uma página por semana para uma escola, para os alunos fazerem aquela página e serem responsáveis por aquela página. Se houver interesse, se

você conseguir na sua escola que a escola queira implantar isso, poderemos fornecer esse projeto para a sua escola.

Com relação ao que alguém disse aí, sobre a questão da vinculação do candidato ou do político, se estiver dando verba para aquele jornal, isso daí vai ser em qualquer meio. Como eu falei, você vai encontrar bons profissionais e maus profissionais. Então, não dá para generalizar.

Ontem, tivemos meia página de anúncio do governo federal. E hoje a manchete foi que ele caiu na popularidade. Então, nisso não dá para generalizar. Para cada caso é um caso. O que precisa realmente é descentralizar a verba.

E somos nós que somos desorganizados, Tereza? Quem é desorganizado é o governo.

SRA. TEREZA CRISTINA MIRANDA – Mas vocês não dependem só dele.

SR. WALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Mas não estou falando que nós dependemos. Não estou falando que nós dependemos dele. Estou falando que quando ele tem para gastar, ele gasta mal. Ele quase não gasta. E quando gasta, gasta mal.

Então, quem é desorganizado é o governo, e não são os jornais. As nossas entidades, hoje eu posso falar pela ADJORI e pela ADJORB aqui, nós temos brigado por isso e temos conseguido fazer barulho. E vai precisar fazer barulho. Porque se não fizer barulho não consegue, continua ficando.

Então, o Egídio tem razão. Se não tiver uma lei, porque, olha, tendo lei, já não se obedece no País, imaginem não tendo lei. Então, fica mais fácil ainda. (Palmas.)

SR. EGÍDIO COELHO DA SILVA – Tem uma folhinha aqui da AJORB. Quem quiser pode pegar comigo.

SR. CARLOS ZARATTINI – Está certo. Nós já vamos distribuir aí. Só citar o caso do Ceará, aliás, o Prêmio ITAÚ – UNICEF este ano foi dado a uma experiência de uma ONG que implanta jornais nas escolas. Entendem? Então, é uma coisa interessantíssima. Depois se você tiver interesse, nós temos esse projeto aqui, que eu acho que poderíamos batalhar muito para ser feito, Jornal da Escola, que acaba sendo o jornal do bairro onde está a escola.

Quero agradecer a presença de todos e informar a vocês que nós vamos ter mais dois temas no Tema de Comunicações, no dia 19 de abril, Novas Tecnologias de Comunicação, e no dia 3 de maio, Rádios e TVs Comunitárias, sempre às 14 horas, aqui neste auditório. Então, quero convidar a todos para estarem presentes. Contamos com a presença de todos. Muito obrigado. E vamos à luta. (Palmas.)

19.04.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .José Francisco Araújo Lima – Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinaturas
- .Antonio Carlos Franchini Ribeiro – Sócio-Diretor da Getec - Produção e Vídeo
- .Hélio Gorowitz – Editor Executivo da Revista Exame
- .Jarbas José Valente – Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel
- .José Francisco Araújo Lima – Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos iniciar o nosso terceiro debate, o nosso painel, no Fórum Século 21 da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, cujo tema é: As Novas Tecnologias na Comunicação. Para participar da Mesa, gostaria de chamar o sr. José Francisco Araújo Lima, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinaturas, sr. Antonio Carlos Franchini Ribeiro, Sócio-Diretor da Getec – Produção e Vídeo, sr. Hélio Gorowitz, Editor Executivo da Revista Exame, sr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel. Já foram realizados, nesse grupo, dois debates, o primeiro foi sobre a nova lei de Comunicação Eletrônica de Massa, e também tivemos um debate sobre os jornais de bairro e jornais de Interior e, hoje, faremos o segundo debate. O último debate vai ser daqui 14 dias sobre Rádios e TV's comunitárias. Em seguida será elaborado um relatório e esperamos terminá-lo até início de junho quando faremos uma última reunião para discuti-lo e para que este relatório aponte as reais necessidades de desenvolvimento do Estado para os próximos 100 anos.

Nosso objetivo, no dia de hoje, é tentar entender e compreender o que são as novas tecnologias da comunicação. Temos visto uma seqüência de novidades, porque a cada dia temos uma coisa diferente, enfim para onde vai o setor de comunicação, como vai funcionar, o que está previsto. E também entendermos um pouco, uma vez que temos um representante da Anatel, como o Estado, como o governo pensa regulamentar esses diversos setores. Quais as possibilidades de fiscalização, enfim, como está sendo tratado esse problema da comunicação da fusão de tecnologias, pela Anatel, uma vez que nos parece ser um dos setores-chave no desenvolvimento econômico do país e no desenvolvimento econômico do Estado. Quer dizer, cada dia que passa temos mais recursos concentrados nesse setor do que propriamente na indústria e na agricultura. A comunicação passa a adquirir um novo tipo de negócio, um peso muito grande na sociedade e na produção como um todo.

Antes de chamar o primeiro palestrante, gostaria de informá-los que terão 15 para cada debatedor para a exposição inicial, depois passaremos para as perguntas e para o debate com os nossos colegas presentes. Primeiramente, vou chamar o sr. José Francisco Araújo Lima, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura.

SR. JOSÉ FRANCISCO ARAÚJO LIMA – Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura resultou de uma mudança da denominação da Associação Brasileira de Televisão por Assinaturas e, claro com uma subsequente ampliação do escopo e do objeto social, o que denota a revolução que nós estamos vivendo há 40 anos, televisão por assinatura, foi o que foi e, de repente, opera-se uma modificação em termos globais e no Brasil um certo pioneirismo em termos de infra-estrutura, mas foi um fenômeno que alterou profundamente esse segmento. O que proponho a falar, hoje, nessa nova tecnologia de comunicação com o foco no nosso setor, da nossa associação. E o deputado forneceu um gancho maravilhoso quando disse durar por 100 anos. Na semana passada, na quinta-feira, almocei com um dos publicitários de maior importância nesse país, o Nissan Guanaes, e ele assumiu o desafio da internet porque preside um portal que está a pleno vapor e com muita projeção que é o IG. Ele deixou a sua empresa de publicidade, onde atuou durante anos com enorme sucesso, para enfrentar o desafio da internet e, nesse almoço, ele me disse uma coisa que eu guardei, inclusive costumo guardar coisas que ele me fala. Uma vez ofereci a ele um almoço e o convidei para irmos a um restaurante japonês e ele respondeu: Não, restaurante japonês não, porque restaurante que se cozinha o guardanapo e o peixe vem cru eu não vou. Realmente ele tem umas sacadas inteligentes desse tipo. Pois bem, durante esse almoço ele disse: estamos experimentando séculos de 10 anos. Portanto, deputado, os 100 anos da nossa previsão talvez durem 10, tanto porque os séculos na nova tecnologia que hoje convivemos, que nós experimentamos duram pouquíssimos

anos. Falava-se um *modem* como uma grande novidade e, agora, se fala em *cablo* óptico, em *modem* óptico e vai por aí porque a evolução é marcante.

Dentro dos meus 15 minutos quero aproveitar para fazer uma rápida análise da evolução histórica da nossa indústria que começou com um negócio de antenas comunitárias nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos havia zonas de recepção muito ruins dos canais abertos da rádio difusão e algumas pessoas com espírito mais comercial e começaram a plantar antenas em lugares estratégicos e trazer esse sinal por um cabo coaxial, que é aquele cabinho de antena de televisão, um fio de cobre rígido, envolvido por uma malha positiva e negativa, lá do morro para servir aos telespectadores que não tinham sinal, não recebiam ou a imagem que era de péssima qualidade. Curiosamente no Brasil o sistema mais antigo de televisão a cabo é o de Petrópolis que tem 32 anos e exatamente pelo mesmo motivo, porque a cidade está plantada num buraco todo cercado de montanhas. Tratei de uma negociação de um direito de TV em Petrópolis que acabou não sendo concluído porque não conseguiram a portaria, cujo dono era proprietário de uma sapataria e na ocasião havia 16 exploradores desse serviço há 10 anos em Petrópolis, enfim esse tipo de negócio nasceu assim.

Quando começaram a surgir canais especializados para esse negócio em vez de servir só para transmitir o sinal do ar da NBC ou da ABC ou CBN houve quem inventasse, tivesse a idéia, que foi o famoso Ted Turner, de uma programação para ser vendida. Como criar um negócio que o cara paga para receber diferenciado, segmentado, altamente especializado. A primeira grande experiência comercial de grande sucesso no mundo e foi também o primeiro canal pago no Brasil, se chama CNN e é o embrião de toda a história atualmente, inclusive a Time Warner foi comprada pela empresa de provedor de acesso, a America On Line por 166 bilhões de dólares que é a maior produtora de canais de televisão para a televisão por assinatura. Essa foi a segunda fase e, em todas essas fases, nós estamos fora. O Brasil, em termos de televisão por assinatura, veio muito depois do processo americano e muito depois até do argentino que já tem mais 15 anos.

O próximo passo foi a utilidade pública veiculada por esse meio, ou seja, franquear já que havia uma abundância de canais na televisão a cabo porque era possível contar-se com certa abundância porque não regionalizar o sinal, permitir que esse veículo, que essa mídia fosse utilizada pelos produtores locais tratando de assuntos comunitários, tratando de assuntos de interesse da cidade, daquela comunidade, especialmente no caso dos Estados Unidos, para vocês terem uma idéia, existem 34 concessões que lá se chamam franquias de televisão por assinatura só na grande Los Angeles onde há 14 condados. Porque lá é tudo fragmentadinho, tem gente lá que tem um sistemazinho de TV a cabo que serve três mil pessoas. O cabeçal de onde o sinal parte é na casa dele, a mulher ajuda, o filho faz o “*biling*” enfim, realmente, nos Estados Unidos, é um negócio que tende a se fundir, a se tornarem grandes operações porque mais de 90% dos assinantes de cabo são clientes de três ou quatro empresas. De qualquer maneira, a origem eram pequenas franquias que tinham interesse em mostrar o basquetebol local, mostrar o pastor no fim de semana falando para a comunidade e assim começaram a nascer os canais obrigatórios e foi por aí também que nasceu a televisão por assinatura, pelo menos a discussão de uma lei, porque antes de existir a televisão por assinatura formalmente regulada por uma lei de 1995, curiosamente foi a primeira lei que o Presidente Fernando Henrique assinou logo após a sua posse no primeiro mandato, houve uma experiência anterior de uma regulamentação por portaria que legalizava algumas operações de cabo. Porque a pressão era tão grande que houve quem começasse arriscando muito, prestar o serviço sem o próprio guarda-chuva regulamentar adequado, muitas operações tiveram início, foram reconhecidas como operações “Diz TV” na ocasião e eram tida como antenas comunitárias do que propriamente o serviço que já estava tanto nos Estados Unidos quanto na Argentina madura, mas daí por diante as coisas começaram a acontecer com grande velocidade e a maioria das pessoas assina esse tipo de serviço de televisão por assinatura e está familiarizada com o que é o cenário atual no Brasil. Temos sistemas e redes que permitem a transmissão elevada de canais, portanto foi

possível acomodar a legislação brasileira que nisso é muito mais democrática e liberal do que qualquer outro país do mundo, já que a lei do cabo obriga ao operador de televisão por assinatura, que usa como suporte o cabo, a ter seis canais obrigatórios e gratuitos, entre eles o canal comunitário, universitário, educativo cultural, Senado, Câmara, Assembléia local, prefeitura, realmente o que se chama de “*gad*” ou “*line up*” tem o perfil mais democrático em termos do que eu conheço porque tenho estudado bastante e o meu enfoque sempre foi muito jurídico porque a minha formação é jurídica e sempre procurei estudar a regulamentação dos outros países e posso garantir a todos vocês que temos o que há de mais evoluído, porque foi feito num ambiente espetacular de diálogos, todas as facções políticas representadas, o relator do projeto foi um deputado do PT, enfim havia realmente uma integração e saiu uma lei que foi aceita por todas as facções políticas que estavam em Brasília durante aquele ano e meio de discussão e ela é modelar e traz inovações fantásticas para a indústria em termos mundiais. Em todos os lugares do mundo em que apresento o nosso modelo, do ponto de vista de legislação básica da lei do cabo surpreende mesmo países considerados modelos democráticos.

Em seguida vem a rede de telecomunicações, quer dizer, esse é o assunto que queremos abordar nesta reunião, essa rede que nós instalamos com a finalidade de levar um sinal de televisão, vender uma programação de televisão segmentada, subitamente ela passa a ter outra utilização e a nossa sorte, talvez, esteja aí, o atraso que tivemos na implantação do serviço tenha nos favorecido, nossas redes nasceram já sob o impacto dessa revolução tecnológica que é a chamada digitalização de sinais e transmissão por banda larga, utilizando o suporte que utilizamos para distribuir o sinal de televisão por assinaturas, redes de fibra ótica em parte, e parte em coaxial que é o tal fiozinho que já falei para vocês, que pode ser desde o fininho que temos lá em casa até um de 700 megahertz ou um giga. Realmente foi uma feliz coincidência o que aconteceu no Brasil, porque permitiu que o nosso investimento bilionário da construção dessas redes fosse feito com a visão de uma nova era das telecomunicações. A telecomunicação baseada

numa multimídia digital interativa e usando banda larga para chegar com a velocidade ao seu destino. Esse é um marco importante.

Daí para frente começa o que chamamos de revolução digital porque o mundo muda de figura e aceita-se hoje que nós estamos nos umbrais da era da informação. Assim, como já tivemos a era das revoluções industriais, as revoluções que antecederam toda essa produção de riquezas sob a forma da informação, levando conhecimento, disseminando conhecimento a todos os níveis de consumidores, independentemente da sua capacidade de suportar esse custo, porque vai democratizar mais ainda, com certeza, a informação, a abundância dos meios, a quantidade de recursos disponíveis.

Como resultado dessa digitalização, ou seja, se conseguirmos transformar os sinais que antigamente tinham um código complicado de transmissão por sistema eletromagnético ou seja, em 11 zeros, apagados ou acesos do digital, começou permitir a evolução do conteúdo e da forma de transmissão que é o que hoje conhecemos pela internet, ou seja, da grande rede de computadores uma mente privilegiada e sábia conseguiu descobrir o que se chama Protocolo Internet, isto é, uma linguagem comum, o que nós tentamos durante séculos com o que o pretense esperanto, esse gênio conseguiu em pouco tempo desenvolver entre as máquinas, todas vão falar uma linguagem comum e todo e qualquer computador pode se prestar a acessar essa rede ou a servir de meio de transmissão desses dados e seguirão caminhos totalmente aleatórios, quer dizer, hoje, quando estou me correspondendo com alguém num “*chat*”, o caminhão que está fazendo o meu sinal é impossível a ter *software* que permita identificar isso, só que eu posso sair daqui e ir até a Argentina, e da Argentina ir ao Chile e do Chile ir aos Estados Unidos para chegar a Paris, realmente é uma linguagem que é de difícil percepção para qualquer mortal.

Portanto, essa multimídia distribuída pela internet é o grande futuro dessa televisão segmentada que falamos e esse encontro feliz dá nossa rede, da rede de televisão por assinatura seja ela física ou “*wilet*” porque quando estou falando de

rede de cabo gostaria que entendessem e aceitassem que isso não é uma exclusividade do operador de TV a cabo, as redes de MMDS se utilizam de microondas ou DTH que se utiliza de satélites ou LLDS que vem por aí é de NTS são todas redes que permitem a sua utilização por serem banda larga para a transmissão dessa multimídia, nesse novo formato que é a internet.

O futuro que poderíamos antever nessa indústria, o que é que está para acontecer na era da informação é que imaginamos que vai haver uma extrema abundância de banda larga, ou seja, de meios de transmissão que garantem velocidade, grandes massas de informação. Existem três projetos adiantados de cabos submarinos que vão ligar o Brasil ao mundo tipo Globalcrossing, Telefônica e Mercos, enfim todos os meios que possam imaginar, já se fala hoje em “*terabites*” para cabos submarinos, prevendo um *terabite* transmite toda a comunicação de telefone de um dia entre o Brasil e os Estados Unidos, enfim, a mudança de banda vai acontecer. Podemos ver o grande número de empresas, concessionárias de energia elétrica ou empresas que prestam serviços à corporações, a pessoas jurídicas instalando redes pelas cidades, pelas estradas para ligar os municípios, os Estados, realmente prevê-se que não vai faltar banda o que falta muito hoje e, essa multimídia que é sedenta de banda, porque hoje na internet para ver um filme pequenininho, é um retratinho 3 x 4, aquilo falha, tem um depósito de dados que fica tentando acompanhar, a dificuldade da transmissão, quer dizer, é rudimentar quando utilizado pelos dos meios tradicionais, mas com a abundância de banda tudo o que podemos ver, hoje, na internet com dificuldade, com quadro reduzido, na velocidade inadequada vamos ver como numa televisão normal, não vai existir nenhuma diferença como já acontece em algumas redes disponíveis. A escassez na última milha ou na primeira como se costuma hoje chamar porque se julga que é a mais importante e quando eu falo em última milha, para falarmos numa linguagem comum em termos de tecnologia, estou me referindo àquele pedaço da rede que chega até a sua casa. Não adianta nada fazer uma rede super sofisticada numa cidade sem garantir que num prédio de 400 ou 300 apartamentos ou num hotel de

400 ou 500 apartamentos, todos os cômodos sejam servidos ou a todas as unidades residenciais sejam servidas e essa milha é a milha crítica porque tem até limitações físicas hoje se for por cabo. Os dutos dos prédios já não aceitam mais novos cabos. Temos problemas constantes porque estou ligado a operações de TV a cabo há muitos anos e já experimentamos problemas angustiantes em termos de prestar serviços a prédios muito antigos porque os proprietários não querem que os fios sejam externos, não admitem que suba no vão do elevador enfim é praticamente impossível dar esse tipo de serviço a esses prédios, só mesmo mediante sem fio, pelo DTH que já nos referimos porque são outras modalidades de distribuição. Essa escassez na última milha, em termos físicos de rede de cabo, deve ser resolvida, mas a prazos que estimamos não sejam muito curtos, mas talvez como um século passa em 10 anos e meio século, e chegar a fibra à casa do consumidor de multimídia, de consumidor de telecomunicações, coisa que já acontece em muitos prédios comerciais, em vez de chegar um cabo tradicional chega um cabo cuja transmissão é feita por luz e hoje já é uma luz multiplicada infinitamente pela matemática computacional, quer dizer, você consegue usar a mesma “fibrinha” que antigamente passava só determinada quantidade multiplica isso por 20, por 25, por 30 sei lá como é que já está os limites, a pretensão é se chegar a um sistema digital que tenha as mesmas propriedades da escala musical, com sete tons, com sete notas conseguir tocar qualquer música. Podemos imaginar quando chegarmos a esse nível de compreensão o que vai acontecer. Mas se a escassez ainda perdurar vem em socorro o “*wiless*” ou seja, todos os serviços sem fio. Por exemplo, em São Paulo existe a TVA e em grande parte da cidade cobre com o sinal de microondas. Muitas casas e certos edifícios recebem pelo ar o Direct TV, Sky, TecSAte, portanto existe a solução, o problema do sem fio é a volta do sinal. Se todo mundo ambiciona agora a multimídia interativa e eu também quero perguntar coisas, eu também quero enviar sinais, eu quero fazer perguntas com um analista econômico ou com algum político quero devolver o sinal, ou seja, a restrição que existe hoje no caso do sem fio é tecnológica, inclusive a Anatel já se

preocupou como é o caso do MMDC e está liberando frequência para vôo vacinal da casa do cliente, do assinante, o MMDC com certeza se prestará com coberturas mais limitadas e o satélite é a solução para isso. Lembrem-se que embora tenha sido um fracasso comercial o *Iridium* era telefone celular que podia ser utilizado em qualquer ponto do hemisfério da superfície terrestre com satélite de baixa órbita e, por incrível que pareça, estão sendo implodidos porque não poderia ficar o lixo espacial sem aproveitamento e a sua manutenção custaria uma fortuna, como falhou comercialmente e falhou como empreendimento estão implodindo satélites em profusão que custaram vários milhões. Só quero usar essa analogia para dizer que uma vez que é possível com o telefone celular eu me comunicar com o satélite para chamar outra pessoa, por que não o meu televisor, o meu *decom* ter um telefone celular embutido que devolve o sinal sem problema nenhum, o que é fácil resolver interativamente também.

A banalização da geração do sinal, mais uma vez reforçando a democratização da informação e do diálogo entre as comunidades. Isso é fantástico.

Veja bem, do momento em que eu, com a rede da banda larga de TV a cabo, chego à casa de uma pessoa e essa pessoa contrata com os fornecedores de serviços seja ele o Virtua, seja ele o A Jato, seja ele o Speedy, seja ele o Cambrás, porque já existem vários sendo comercialmente explorados, eu contrato uma capacidade, uma velocidade um pouco maior, ou seja, eu quero um mega e instalo servidores na minha casa para usar essa rede para que eu preste serviços, a partir da minha casa, seja ele de tradução, seja de geração de produtos gráficos, qualquer coisa que tiver cabeça inclusive criar o meu próprio jornal e colocá-lo diariamente na internet, a partir da minha casa sem depender de ninguém, sem depender de um *hoster*, sem depender do servidor de terceiros, essa banda larga colocada à disposição do cidadão vai permitir a criação de uma infinidade incontável de canais de televisão multimídia, interativa via banda larga nos países, nas cidades, enfim em qualquer lugar do mundo. Quem tiver imaginação vai se dar melhor e criar a sua estaçãozinha em casa, o seu canalzinho de televisão e, com certeza, há casos que

têm sido bem-sucedidos. Portanto, esse salto na democratização da informação será essa possibilidade da interatividade nas redes.

Falando sobre o que o nobre deputado falou, a sobrevida das previsões atuais curtíssimas. Todas as previsões que foram feitas a respeito desse negócio de telecomunicações e o que vai acontecer duram muito pouco. Como já disse, o *cable modem* ainda está amadurecendo como equipamento que substituirá o *modem* tradicional, o modular que utiliza na linha telefônica, o *cable modem* vai ser vir para ser usado no cabo, na banda larga.

Num evento recente realizado no Rio de Janeiro, a Feira da Telecom, promovida pela Embratel e pela UT já se falava em *modem* fático, ou seja, ligar direto na sua casa, da fibra ótica para o seu computador.

E, para fechar o assunto, já que também é importante termos uma visão e não estaria representando a minha associação se eu não dissesse o que enfrentamos de dificuldades no setor, nem tudo são rosas. Por exemplo, a lei de acesso está se tornando um problema sério, mas a Anatel teve um papel fundamental no processo de estabelecer um diálogo com as diversas agências que têm regulado com infra-estruturas apropriadas para transmissão. Lembrem quando falei de estradas, de fosséis e dutos, pois bem, tudo o que utilizamos para passar esses tais cabos mágicos que levam, mediante velocidades fantásticas, os dados e permitem uma internet em alta velocidade, tudo isso depende de infra-estrutura. Preciso do poste para passar o cabo como preciso da estrada, da rodovia, da ferrovia ou de um oleoduto porque já se abriu um caminho de milhares de quilômetros e hoje está regulado mas ainda não está “pacificado”, está num processo de pacificação e vem uma nova regra apesar de que já existe um regulamento de compartilhamento de infra-estrutura para acomodar os interesses das empresas de telecomunicações com as empresas proprietárias de postes, com as empresas donas de oleodutos, com as empresas donas de estradas, mas agora tem um regulamento em discussão que é o da arbitragem nos casos de não haver um impasse, um litígio, mas eu identifico como um potencial problema para a

indústria porque essas empresas concessionárias de energia elétrica também descobriram que o mundo é das telecomunicações no terceiro milênio e se apressam a utilizar as suas próprias infra-estruturas e, também, para construir redes de telecomunicações, e redes requintadíssimas, porque utilizam redes de transmissão de energia e trazem de distantes localidades os sinais, e estão fazendo uma malha brasileira que interessa ao Brasil, com certeza, e vejo como possível acomodação desde que as agências reguladoras tomem os cuidados que têm tomado.

Direitos autorais é outro problema complicado e está tomando vulto e sinto um descontentamento por parte dos autores, compositores, as suas músicas vão para a internet em MT3, em milhares de formas, de divulgação, não recebem mais direitos autorais, e mesmo o Ecad, que é um órgão importante de recolhimento, um escritório centralizado que representa uma porção de associações de compositores, todas elas, porque é o único que arrecada, se vê impossibilitado de arrecadar democraticamente e força, impõe um regime muito duro para as empresas que têm endereço, que estão estabelecidas porque da internet dizem que não tem como ir lá cobrar, enfim está se formando um problema complicado. Há *sites* que pegam o sinal de televisão aberta e colocam na internet desrespeitando as regras, os acordos que foram feitos entre os artistas e os autores com as televisões. Há outros que pegam sinal de futebol e é privativo de determinada emissora e joga para o restante do mundo via internet. Enfim, esse negócio de direitos autorais é uma confusão que a gente não sabe como vai ser resolvida, mas tem que haver uma solução porque a comunidade intelectual tem que ser preservada porque senão há um embotamento de todas as mentes criativas. O custo Brasil e concorrência pela internet alarmam a indústria de televisão por assinatura, mas podemos correr atrás de ser a internet do futuro usando as redes disponíveis, enfim o custo Brasil não é um problema só nosso, é um problema geral, temos grandes dificuldades para competir com as produções estrangeiras, esse custo Brasil que estou falando, não é só a casa tributária não, é a falta de amortização como o problema de língua

entendeu? Ressalto aqui as dificuldades da produção de multimídia nacional que é uma barreira fundamental que é de língua. Há muito pouca gente produzindo multimídia no Brasil. Temos a organização para a qual eu trabalho, as Organizações Globo, criou o único canal de multimídia 24 horas/dia nacional. Temos a maior dificuldade para arranjar material para esse canal que é o Canal Brasil, em sociedade com um grupo de produtores de cinema. Quando esse canal foi constituído havia somente 700 filmes disponíveis no Brasil com qualidade de reprodução entre todo o acervo da história do cinema do Brasil, porque muitos filmes se perderam, outras matrizes se extraviaram ou estragaram, enfim não há incentivo e falta recursos para essa produção nacional. A produção nacional é rica em termos de teledramaturgia, é a mais rica do mundo, tanto que a TV Globo tem uma característica curiosíssima. É a empresa que utiliza mais material produzido em casa do mundo, ou seja, oitenta por cento da sua é feita dentro da emissora. De longe ela ganha esse recorde porque a segunda é a americana NBC que utiliza quarenta e seis por cento. Realmente é uma barbaridade o que se produz, mas precisa mais gente se mexer, porque senão fica aquele negócio: Mas só a Globo é que produz? E daí? Que venha outro! Maravilha! Há tantos capitais e tantos investidores estrangeiros, hoje, no Brasil, que poderiam descobrir esse filão maravilhoso que é fazer multimídia, mas o argumento é sempre o mesmo: Ah, mas é a língua! A Telefônica da Espanha está montando a central de produção de multimídia em Miami. Por quê? Porque ela vai produzir em espanhol depois legenda ou dubla pra gente aqui e o mercado é tudo, é o mundo. Os Estados Unidos, hoje, são um consumidor ávido de material multimídia espanhol. E o brasileiro, o português é mercado pra quem? Nós produzimos para Portugal, para a África, mas realmente a limitação é muito grande.

Portanto, esse é o cenário das dificuldades e poderia completá-lo, mas a hora não é do choro. Era o que tinha a dizer e, coloco-me à disposição para depois participar dos debates. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI— Tem a palavra o Antonio Carlos Franchini Ribeiro, Sócio-Diretor da Getec Produção e Vídeo.

SR. ANTONIO CARLOS – Boa-tarde a todos. Pegando o gancho do Francisco, quando mencionou o século de 10 anos, vou me permitir falar do século de 20 anos.

Nos últimos anos 20 deste século que está se encerrando e nós produtores e a nossa empresa estamos completando 21 anos, fomos parte e agente de todo um processo de tecnologia muito forte. Para que possamos nos posicionar como uma das pontas desse processo temos que procurar um espaço de sobrevivência, estarmos atentos às possibilidades existentes a partir das chamadas novas tecnologias.

A nova tecnologia do videotape que foi inventada em 1957 e chegou ao Brasil em 1961, nas grandes emissoras, talvez o clássico tenha sido o Chico Anysio Show que começou a usar as fusões de vídeo, mas efetivamente chega ao mercado publicitário no final da década de 80 quando começaram a trazer para o mercado publicitário as produções em videotape. Portanto, essa tecnologia sai do ambiente da televisão, do *broadcasting* e começa a chegar à produção comercial. Porque até aquela data o que se fazia de videotape no mercado publicitário era edição de cartões, emissão de cartelas, quando se brincava na ociosidade dos canais de televisão. Por exemplo, durante a madrugada, quando era preciso editar um comercial fazia-se isso. Essa nova tecnologia, quando ficou disponível e essa disposição começa a acontecer com a natural redução de custos, começam a aparecer as produtoras de videotape que começaram a produzir para o mercado publicitário. A nossa empresa esteve envolvida nisso também, trazendo pessoas do cinema comercial que só faziam película para começar a produzir peças publicitárias através de seminários, palestras, encontros etc.

Com o advento dessa nova tecnologia surgiram seguramente, no Brasil, algo em torno de 20, 30, 40 produtoras de vídeo que incrementaram com essa migração do mercado publicitário um desenvolvimento do mercado de trabalho e ajudou a

qualificar a publicidade brasileira, permitindo produções com custo menor, mas com qualidade, ou seja, essa nova tecnologia do videotape se se considerar esse mercado publicitário que existe há 20 anos, trouxe uma enorme contribuição.

Rapidamente surgiu outra novidade que é o VHF. Como é que essa nova tecnologia, depois da discussão, do formato, etc. nos ajudou? Porque foi criado o conceito do vídeo empresarial, da vídeo comunicação empresarial. Começamos a substituir as retroprojeções em algumas oportunidades por apresentações em vídeo, o que deu um novo impulso para os produtores independentes que começaram a vender no seu elenco de comunicações os chamados vídeos de treinamento, vídeos institucionais, vídeos de apresentação etc.

Em meados de 1984/1985 a computação gráfica começa a surgir como um negócio misterioso e começamos a trabalhar com algumas maquininhas com uma série de operações com XT quando fazíamos interação, ou seja, aparecia o peixinho, clicava e aparecia o nome do peixe. Por exemplo, Bagre do Rio Amazonas. Foram os primórdios da interação. Com isso começaram a surgir os primeiros “*butiques*” que é uma palavra até antiga de computação gráfica. Esse processo nós também ajudamos no primeiro curso de computação gráfica que foi dado por nós junto com o Colégio Objetivo. Fizemos um grande concurso nacional, elencamos 10 ou 20 jovens que fizeram o curso e começa-se junto com essas iniciativas o processo de formação de jovens que hoje já estão com os cabelos brancos como os meus que começaram a fazer computação gráfica no Brasil, com todas as restrições: de custo, dificuldades com o idioma, aliás esse processo ajudou essa integração cultural e tecnológica.

Nesse caminho podemos começar a falar dos processos interativos em 86/87 quando se começou a discutir interação e parece que a tecnologia criou o conceito de interação. Interação é um fenômeno humano. Não foi a tecnologia que trouxe, mas popularizaram interação porque é tecnologia. Não. Não foi nada disso. A tecnologia contribui para processos interativos e é ali que temos os primeiros ensaios da chamada multimídia que é a convergência de informações dentro de

uma plataforma que pode ser gerenciada e temos o CD-Rom, uma vida efêmera aqui no Brasil do CDI, que ainda é usado na Europa, e a gente acaba desaguando em meados e 1995/1996, não levando em conta a rede pública na internet. Pela minha leitura de produtor é mais ou menos o cenário do que foi apresentado aqui e estou falando da mídia final, o uso final.

A internet, com todas as questões que nós sabemos, também se apresentou como um grande desafio e vejo com muita alegria porque me parece que é uma ferramenta extremamente democrática de acesso, a par das questões de idioma que são realmente questões que podem limitar um pouco apesar de que eu acredito muito na cultura hispânico/portuguesa e considero também que Brasil e São Paulo uma vez que estamos discutindo políticas que possam ajudar São Paulo e São Paulo deveria ter todos os elementos e dependeria de uma ação pública do Estado, das associações, dos participantes e realmente se tornar um pólo produtor de conteúdo, mesmo que tenhamos que produzir em língua espanhola aqui. Por que não? É uma questão de superarmos algumas barreiras que passam pelo chamado custo Brasil, por integração na produção e na questão de formação de mão de obra. Ao olharmos para esse elenco dos 20 anos passados, desse século de 20 anos, o grande esforço de produção, de formação de profissionais e, seguramente, temos companheiros que começaram operando cabo, viraram câmera, viraram diretores e alguns eram engenheiros que viraram roteiristas e acabamos nos formando a partir quase do impulso de emprego.

É bom contar que esses 20 anos também ajudaram na contribuição da construção de um pensamento acadêmico com o surgimento de cursos superiores sobre o tema. Esse breve histórico foi feito com a intenção de elencar as novas tecnologias porque como realizador de conteúdo, e uma produtora chamada independente que também é um termo que não me agrada porque na realidade somos produtores de conteúdo, ele pode servir a uma grande emissora. Por exemplo, eu produzo e criei o Programa Pequenas Empresas, Grandes Negócios que passa há 12 anos na Rede Globo. Fazemos coisas para o canal comunitário da

cidade de São Paulo, é em outro perfil que estamos contribuindo. Produzimos também para o canal universitário, elencado como um dos seis canais de acesso público.

Cabe lembrar que esses canais de acesso público na nossa visão trazem uma enorme contribuição para o processo de desenvolvimento profissional, intelectual e do exercício da democracia no País. Porque na hora que você tem um canal comunitário numa cidade do Interior, você vai ter que formar um profissional de comunicação, seja ele um operador técnico, seja ele um roteirista, seja ele um agente que vai buscar os patrocínios que a lei permite nos canais, tenho convicção que essa legislação como o Francisco disse que é moderna, e eu não sabia desse grau de modernidade, mas efetivamente eu como produtor vejo que ela trouxe um cenário profissional. No estado atual, quando estamos discutindo questões de emprego, vemos que criar nova tecnologia com esse perfil, e os canais comunitários chamados acesso público podem ajudar nesse segmento a formação de uma grande mão-de-obra ou a recolocação profissional do setor da comunicação como um todo.

Encerrando esta breve apresentação, porque a intenção, me parece, era a de colocar alguns temas e eu quero realmente ambiente que produz conteúdo. Diria também que toda essa evolução dos 20 anos e dos próximos leva empresas como a nossa, seguramente há algumas centenas no Brasil, que estão aprendendo a fazer novas coisas. Portanto, existe a chance talvez com a preocupação das TVs por assinatura do cidadão virar um produtor, ter a sua própria emissora. Olha que coisa louca! Quem poderia imaginar há cinco anos se eu resolvesse, lá da minha produtora, botar um canhãozinho com 256 cartões seria uma banda larga, um *Virtua* ou *Speedy* ou qualquer coisa assim eu posso gerar uma programação de televisão. Quando é que eu poderia imaginar que isso pudesse ocorrer, isso a par da legislação. Não é que está contra ou ilegal. Portanto, são questões muito relevantes.

Concluindo, acredito que este fórum como contribuição para o Estado de São Paulo deve trazer um pensamento, e o legislativo pode liberar isso, de nós criarmos

uma política no Estado de São Paulo que tem todas as condições como um pólo de produção com conteúdo, seja ele para multimídia, seja ele de *software*, etc. para o desenvolvimento como um grande fator gerador de riqueza para o Estado. Essa é a minha visão num primeiro momento e agradeço a atenção de todos. Obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o sr. Hélio Gorowitz, Editor Executivo da Revista Exame.

SR. HÉLIO GOROWITZ – Primeiro, quero agradecer o convite para participar deste debate. A primeira presença neste fórum é de caráter pessoal, não estou falando em nome da Revista Visão, mas acredito que posso contribuir em parte por causa da minha história. Vou dizer uma coisa e não sei se os senhores vão acreditar, mas a primeira vez quando comecei a mexer com a internet foi em 1988, na Universidade de São Paulo onde estudei. Dentre todos os presentes nesta mesa talvez seja o único que possa dizer com orgulho que sou da geração da internet. Para falar de tecnologia e de comunicação é preciso falar basicamente da internet.

Como foi colocado com muita clareza, a internet traz uma possibilidade tecnológica anteriormente impossível, que era de todas as máquinas poderem se conectar falando uma mesma língua que é a questão do protocolo da internet. Dentro dessa possibilidade tecnológica gostaria de dividir a minha apresentação em três tópicos fundamentais.

O primeiro é o impacto que isso tem na vida cotidiana das pessoas. O segundo é o impacto na economia, e gostaria de levantar finalmente algumas questões de ordem política. Um fórum como o da Assembléia, com a posição madura do ponto de vista das autoridades e de Governo, que tipo de posição madura podem ter diante dessa tecnologia.

Começando a falar da vida das pessoas seria inútil eu começar a elencar nomes e novas tecnologias do tipo o que vai acontecer, falar de cabo modem, modem de fibra ótica enfim, a questão central é a seguinte. Televisão, celular e

computador são uma coisa só. Encarando a tecnologia do ponto de vista técnico, hoje, não há nenhuma distinção entre as três coisas e um pode virar o outro de uma forma muito rápida. A famosa frase do Presidente da Nokia, uma empresa finlandesa e uma das maiores revendedoras de celular do planeta e talvez já tenha ultrapassado a Motorola, de posse de um celular na mão perguntou para o Conselho de Administração da empresa o que era aquilo que ele tinha na mão? Todos viraram e responderam: É um celular. Não, ele respondeu. É um computador. E começou a argumentar como era fácil para a Nokia transformar aquela maquininha, que só servia para falar, em uma máquina que dá para você comprar ingresso para cinema, dá para você a cotação da Bolsa de Valores, dá para fazer mil coisas além de falar ao telefone, ou seja, adicionando àquela máquina um pouco de capacidade de processamento.

Semelhantemente, como já foi apresentado aqui, a TV adquire uma capacidade interativa que se pode permitir fazer milhares de coisas além de só ligar e ficar assistindo-a passivamente, pra não falar do computador que é a matriz de tudo isso. Assim como a capacidade de transmissão de dados, que é a tal da largura de banda, ela vai aumentar dramaticamente nos próximos anos. Recentemente estive nos Laboratórios Bell, nos Estados Unidos, onde se faz experiências de fibra ótica, cuja capacidade de transmissão de dados, é inacreditável, eu não acreditei no que vi, a outra capacidade é a de processamento de dados, a velocidade de processamento dos computadores também vai continuar aumentando dramaticamente. Quer dizer, é impossível prever o que vai acontecer a não ser que tentativamente eu faça uma previsão para vocês. Na vida de vocês o que vai acontecer é que televisão, celular e computador vão se fundir.

Quando falo em celular falo em telefone e telefone fixo também. A distinção entre telefonia fixa e celular é apenas técnica. Um transmite sem fio e o outro com fio. Agora os dois servem para a mesma coisa.

Dentro desses milhares de possibilidades técnicas, o que acontece economicamente? Acontece esse tipo de coisa que ele estava falando, quer dizer,

uma empresa de energia elétrica quer entrar em telecomunicações. Uma empresa de telefonia vai começar a querer vender tíquete de cinema, uma empresa de televisão vai se tornar, sei lá, uma telefônica como já acontece na Inglaterra. Por exemplo, você pode contratar um telefone da empresa que coloca o cabo de TV e uma série de coisas que são estanques na nossa cabeça e que só têm realidades econômicas e se começa a questionar até que ponto as leis que serviam para regular um ambiente onde as coisas eram divididas, elas vão servir para um ambiente onde as coisas vão se fundir.

Basicamente, quero lançar um conceito geral e quero exemplificar com um caso que está muito em moda atualmente que é o da Microsoft, dona do sistema operacional mais popular que é o Windows, por outro lado, tudo o que Microsoft fez foi chegar primeiro no mercado e conseguir, de posse dessa vantagem de ser a primeira, estabelecer uma barreira para que outros competidores entrassem. Acredito que de várias formas, todas as empresas que entram no mercado dominado pela tecnologia vão tentar erigir barreiras de entrada a competidores. Isso é uma verdade que não é só restrita ao mercado de *softwares*. A coisa só funciona bem quando essas barreiras de entrada são bem reguladas, ou seja, quando você consegue estabelecer competição no mercado. Um exemplo fora do mundo dos *softwares* aconteceu recentemente, com a fusão da America On-Line por exemplo. A America On-Line é um provedor de acesso à internet que conseguiu de forma muito inteligente fazer um programinha em que as pessoas navegam de forma mais fácil, e graças a isso ela conseguiu atingir, nos Estados Unidos um mercado acima de vinte e cinco milhões de pessoas. Hoje em dia, deve estar em torno de vinte e cinco milhões de pessoas. O interessante da America On-Line é o seguinte: Só consegue entrar na America On-Line quem tem o programinha da America On-Line, que de forma semelhante se viu uma barreira em que outros competidores não têm acesso a essa tecnologia, o que é lícito do ponto de vista de mercado porque o cidadão que investiu milhões de dólares para desenvolver aquele programa tem que ter direito a um retorno para aquele investimento. A questão é como se regula isso?

Como foi colocado os direitos autorais? O cara que faz um programa de computador, que faz uma música, que faz um programa de TV tem que ter uma remuneração por esse trabalho e pode ter lucro por esse trabalho. O que é problemático é quando esse tipo de coisa começa a impedir a evolução, começa a deter, começa a frear o avanço de outras tecnologias que poderiam trazer mais benefícios para o usuário, para os consumidores.

Essa é questão econômica central e do próprio século e ao se falar em economia da informação tudo o que todas as empresas vão fazer vai estar ligado a isso e vai ser um problema porque antigamente você conseguia, no caso da Rede Globo, ou da própria editora onde trabalho, erguer barreiras de entradas físicas. Por que é muito difícil, no Brasil, uma emissora competir com a Rede Globo? Porque a Rede Globo foi a primeira emissora a chegar em todo o território nacional, o que era impossível para as outras porque ficava muito caro colocar um satélite no espaço, alugar o canal do satélite e colocar no canal que chegasse a todo o território nacional, enfim o que existia era a barreira física. No caso dos jornais existem as gráficas que são barreiras físicas no caso do meio digital não. Não existe barreira física nenhuma. A única barreira é a sua capacidade de criar e de produzir uma coisa mais avançada, mais inteligente, mais legal, que seja capaz de trazer o consumidor para a sua área.

Por outro lado, existe uma coisa fascinante nisso que é a velocidade com que essas coisas andam. Quer dizer, hoje o paradigma econômico e todo o mundo está olhando o que acontece na Califórnia, no Vale do Silício, onde se criou um modelo de evolução tecnológica extremamente eficaz, em que se alia trabalho, ou seja, a capacidade das pessoas produzirem e criarem, o capital, a capacidade dos capitalistas que querem investir nessas idéias e é um modelo de investimento em que você tem uma rapidez muito grande de inovação. É um modelo que favorece a inovação e em muitos países estão tentando reproduzir esse modelo. Por exemplo, a Alemanha tenta reproduzir o modelo do Vale do Silício. A Índia e Israel estão tentando reproduzir esse modelo, a Finlândia está tentando reproduzir em escala

menor, enfim várias regiões do mundo estão tentando criar modelos econômicos semelhantes porque é um modelo extremamente eficaz, de muito sucesso. É um modelo que trouxe para os Estados Unidos um poder que nenhuma nação da Terra tem hoje. Está vinculado, praticamente, de um lado à mudança de capital, é verdade, por outro lado é uma coisa muito mais simples e o Brasil ainda não tem capacidade de criar, de conseguir processar o conhecimento e nesse novo mundo é uma coisa que vai estar acessível a todos. Por exemplo, é possível a qualquer pessoa entrar num *site* de uma universidade americana e ler todos os “*papers*” que um professor americano está fazendo, quer dizer, não tem motivo nenhum o cidadão da Universidade de São Paulo, ou numa cidade da Paraíba ou mesmo um cidadão da Universidade Federal de Pernambuco não saber tanto quanto o cidadão lá dos Estados Unidos, a questão é como fazer esse conhecimento transformar-se em riquezas. Nesse ponto o modelo do Vale do Silício é bastante eficaz.

Finalmente, gostaria de colocar algumas questões de ordem política que devem ser analisadas de forma a dar espaço para que todos os setores da sociedade possam se manifestar.

A primeira questão é que a internet hoje é um espaço que não tem fórum regulatório. É o primeiro espaço verdadeiramente global da humanidade e de nada vai adiantar o Congresso Nacional baixar uma lei que proíbe propaganda política na internet, porque essa lei carece de significado. O Congresso Nacional não tem legislatura para baixar esse tipo de lei. É possível montar um *site* de propaganda política no “Ranuatu”, por exemplo, e deixá-lo, que ninguém poderá derrubá-lo. Nesse caso existe uma questão técnica e uma questão política ligadas, que é a de se criar um fórum internacional que tenha legislatura sobre esse espaço, que é um espaço muito maior do que qualquer legislatura do planeta, maior inclusive do que a legislatura das Nações Unidas. Evidentemente, qualquer espaço que deveria estar ligado, seja a União Internacional de Orientações que tem algumas tentativas só que ainda é muito embrionário.

Por outro lado, graças a isso, nunca houve tanta liberdade de imprensa o que é uma coisa louvável porque ficou muito mais difícil, para qualquer nação, de cunho autoritário e totalitário, controlar informações. A China tentou fazer isso e não conseguiu. Hoje em dia eu acho tecnicamente impossível deter a liberdade de imprensa, porque é muito barato colocar um *site* na internet, quem quer que você seja. É uma questão política, mas nesse caso a tecnologia funciona a favor.

A outra questão política que acho importante, existe na internet uma confusão entre o que é público e privado muito maior do que nos meios de comunicação tradicionais. Enquanto na TV você tem espaço para dedicar a um canal público, outro espaço para um canal privado e outro espaço, sei lá, para coisas do Governo, na internet tudo isso se confunde, ou seja, ao se colocar uma página, tanto pode ser você fazendo o seu canal de TV ou outra pessoa fazendo o seu próprio canal de TV ou mesmo a Rede Globo. Quer dizer, a Rede Globo está competindo com os *sites* de pessoas físicas que são empreendedores muito menores e isso é uma questão muito séria para esse modelo de negócio, principalmente para a Rede Globo, mas é uma questão muito mais séria para a sociedade. O que pode e o que não pode nesse espaço.

A questão da privacidade, por exemplo, até que ponto é possível manter as comunicações privadas de forma privada. Até que ponto existem condições técnicas para se garantir privacidade na comunicação. Por outro lado, existe alguma política que obrigue isso? Não sei. Por exemplo, um *e-mail* que você manda pela internet não é privado. Não se os senhores estão conscientes disso, mas tudo o que é escrito mediante um *e-mail* é público. É ilusório você criar a idéia que aquilo é uma forma de comunicação tão privada quanto a comunicação postal. Nesse caso existe uma questão que é a privacidade do correio eletrônico.

Para concluir, existe uma coisa que é dever do Governo e que é fundamental nesse cenário econômico do século 21, é a questão da educação. Não existem mais barreiras de entrada física, a única diferença entre uma nação e outra é a capacidade das pessoas criarem e produzirem, é fundamental que existam pessoas

capazes de criar e de produzir. A grande questão para o Brasil no século 21, no Estado de São Paulo é termos políticas públicas de educação que tornem realmente a população preparada, não só para usar essa tecnologia porque é uma coisa que transcende o cara não saber digitar o computador ou não saber clicar no mouse, é uma questão de ser capaz de falar essa linguagem, de dominar essa linguagem, ter produtos competitivos neste cenário de multimídia, de vídeos, uma imprensa preparada, enfim essa geração de riquezas só será possível se tivermos uma população educada. Obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Tem a palavra o sr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao nobre deputado pelo convite. Nós da Anatel nos sentimos muito honrados em participar deste fórum pensando em telecomunicações do século 21. Para nós é muito importante esse tipo de debate com a sociedade para mostrar o que a Anatel faz, o que vem fazendo e o que pensamos fazer, principalmente vislumbrando o que traz as novas tecnologias no cenário das comunicações.

Nesse sentido, tinha preparado uma apresentação para ser feita durante 30/40 minutos, mas vou tentar reduzi-la no máximo a 20 minutos e trazer informações para enriquecer o debate.

Como se define hoje o que já foi falado sobre a banda larga residencial, vamos chamá-la de primeira milha ou última milha, mas de todos os serviços integrados chegando na casa do cidadão, caracterizando essa estrutura de mercado, o que envolve tudo isso porque quando falamos em telecomunicações falamos em todas as mídias, em todas as infra-estruturas e nas suas aplicações, etc.

Quando a gente mostra em termos práticos essa topologia das várias redes que existem, as topologias hoje, dos sistemas de mídia de massa, como isso traz a convergência tecnológica, a convergência de serviços e a evolução para os próximos 10 ou 30 anos quem sabe, o impacto dessa convergência, não só no mercado propriamente dito mas uma regulação no propósito de se ter um novo mundo em termos de emprego, em termos de conforto para a sociedade e para o cidadão. E, por último, gostaria de falar da mensagem final da Anatel vislumbrando principalmente a evolução que nós chamamos de economia digital.

Como definição de banda larga, e não é uma definição ainda do ponto de vista regulatório, mas é uma definição discutida, hoje, em termos mundiais, basicamente se diz que os futuros serviços chamados de banda larga não é apenas um serviço, mas é um mercado de serviços interativos por transmissão, essa transmissão era toda comutada, digital para as casas e apartamentos de todos os cidadãos com taxas de transmissão no mínimo superiores ao *megabyte* por segundo. O que quer dizer isso? Onde nós transmitíamos normalmente nas taxas de 28 mil bits por segundo, 56 mil bits por segundo e já é essa revolução que conhecemos que é a internet. Imagine a capacidade de se ter um *megabyte* por segundo, qual será a aplicação que poderemos ter na casa do cidadão, quantidade de empregos que poderão ser gerados, de *sites* produzindo informação e mudando a economia do país e, talvez, mudando a forma de se pensar e de se atuar. São também características importantes das residenciais, inclusive estão mudando o nome, para redes residenciais de banda larga com maiores velocidades, interatividade é fundamental cada vez maior, não poder ver o nosso próximo a distância quando estivermos falando no telefone, ou seja, não vai apenas falar, mas vai ver, vai discutir e a grande vantagem que a multiplicidade de serviços que a comunicação de dados vai trazer é a interatividade para o vídeo. Com essas características básicas é que o órgão regulador, no mundo todo, em âmbito da União Internacional de Telecomunicações, de todos os órgãos reguladores, de todos os países, sentamos, pensamos, discutimos com as indústrias, discutimos

com os provedores de serviços, discutimos com aqueles que vão receber os serviços, e qual vai ser o futuro para isso?

Na realidade, vamos ter na casa do cidadão, pensando em banda larga. Lógico, essa banda larga sai da casa do cidadão passando por todos os meios, sejam eles locais, de longa distância ou internacionais.

A estrutura básica, como já foi dito e vou tentar resumir nesse pequeno triângulo, basicamente tem esse tripé. A tecnologia, a infra-estrutura e aplicação. A tecnologia, começamos com a questão lá nos idos de 1876 quando surgiu o telefone inventado por Gram Bell, que jamais imaginaria esta revolução que o telefone propiciou. Teve início então a possibilidade do homem se comunicar e de criar novos horizontes de negócios. Essa tecnologia evoluiu. Conseguimos traduzir para uma forma mais otimizada o uso desse espectro que era de forma analógica, de forma digital para que esse espectro seja mais utilizado, ou seja, mais informações possam ser transmitidas pela mesma largura de faixa que se tinha no passado. Com essa evolução tecnológica, com as infra-estruturas existentes, mudaram-se o padrão. O que temos de redes regulares de texto, tanto fixas como móveis, quando falamos na integração dos serviços, sejam eles de vídeos, de dados, de voz, fixos ou móveis, agregados a inúmeras redes de dados que teremos no país ao sistema de comunicação de massa envolvendo todas as suas formas de chegar às casas do cidadão. Seja por cabo, seja por MDS, seja por DTH, enfim de qualquer forma, no futuro com a integração LMDS, LMCS seja lá o que for.

Logicamente, tendo tecnologia digital, tendo infra-estrutura e essa infra-estrutura que é a preocupação do órgão regulador, cada vez haja competição e universalização, a garantia que o cidadão tem que ter na casa dele, seja ele quem for, desde o mais pobre ao mais rico, o acesso a essa tecnologia e com preços condizentes com a sua capacidade de compra e, para isso, é preciso existir competição com múltiplas infra-estruturas de todas as formas, e com certeza a imaginação é o limite. A integração de todas essas aplicações não só para a telefonia, para fax, para computador, televisão, modem, sistema de som que o

mundo multimídia vem trazer, e com essa revolução, com certeza, nos próximos cinco anos, talvez nos próximos três anos nos reuniremos novamente para mostrar-lhes os resultados práticos. Vou mostrar-lhes algumas coisas hoje apenas como o primeiro passo que foi dado pela internet, em baixa velocidade, que se poderá vir nos próximos cinco, 10 anos. Como exemplos dessa agregação podemos verificar como se está evoluindo tecnologicamente a permitir cada vez mais informações na casa do cidadão de altíssima velocidade. Se olharmos a rede normal de telefonia, por exemplo, o cabo que chega na casa do cidadão que hoje permite a velocidade de 56 mil bits por segundo, com essa nova tecnologia chamada ADSL, ou XDSL, será possível levar para a casa do cidadão qualquer dessas aplicações, que é o tripé: aplicação, infra-estrutura, rede e os terminais na casa do cidadão com a digitalização, levar internet, vídeo sob demanda, vídeo- conferência, ensino a distância, *teleshopping*, *telebanking*, telemedicina etc. em velocidades próximas de um mega bits por segundo ou acima de um mega bits por segundo. Ou seja, no mesmo espaço que é usado já temos tecnologia atual para que não apenas a empresa que explora a entidade física, o meio físico, possa prestar esse tipo de serviço, mas qualquer entidade que possa vir agregar esses valores e adicionar valor na rede para que o cidadão tenha acesso e tenha o poder de escolha. Outro exemplo, na área de comunicação de massa, são as redes de TV a cabo em que da mesma forma, vamos poder usar infinitas aplicações por meio dessa infra-estrutura colocada no tripé, pode chegar na casa do cidadão integrando tudo isso em altas velocidades permitindo cada vez mais o avanço da produção de conteúdo e com geração de emprego. Ou seja, vamos ter em casa, mediante um simples terminal, um setor no seu computador, na sua televisão, no seu telefone, a integração de um único serviço do ponto de vista de telecomunicações, mas não a única forma de chegar na casa do cidadão. Portanto, mostramos via telefonia, via cabo em seguida via tecnologia de microondas, na faixa de 2,5 gigahertz, ou LMCS lá na faixa de 25 gigahertz com a mesma banda, com a mesma capacidade que tem no cabo. Para quê tudo isso? Para ter competição. Portanto, as empresas telefônicas levando para

a casa do cidadão da mesma forma, com a mesma qualidade, nas mesmas velocidades. Há as empresas de TV a cabo, as empresas de televisão por assinatura em MMDC, em LMDS para que o cidadão possa escolher, e o que é mais interessante, que essa infra-estrutura de telecomunicações caia o preço, que é o bit por segundo, e a barreira vai ficar aonde? Talvez no conteúdo ou na produção desses conteúdos, ou nos dias atuais, o maior custo que existe que é o chamado *halter*, um equipamento que faz a comutação quando se trata de vídeo que ainda hoje é muito caro e, por isso, as aplicações de banda larga não têm a velocidade que a gente gostaria. Você tem rede para ter velocidade, mas não temos a comutação ainda por custo, mas é uma questão de tempo.

Portanto, é essa a visão da Anatel, de regular cada vez mais olhando a infra-estrutura, separando ela da tecnologia para que possamos ter à disposição do cidadão as várias formas.

Outro exemplo é a via DTH. Da mesma forma, usando as redes de satélites vamos ter da forma que fazemos o cabo, o DTH que é via satélite e também interativo. Mais uma forma de chegar na casa do cidadão outro tipo de acesso. Repetindo, chega o acesso via rede telefônica, acesso via rede de cabo, acesso via rede de MMDS, acesso via rede de LMDS, os acessos via satélite. Nessa linha, a mais nova e brutal revolução vem com a televisão digital ou quinta forma de chegar na casa do cidadão, cujo acesso é de altíssima velocidade. Hoje, conhecemos a televisão normal analógica com apenas um canal, uma faixa específica de 100 megahertz que dá para passar uma programação. Não dá para passar mais de uma. Com a digitalização será possível ter várias aplicações, vários programas e, mais, agregar tudo isso com a comunicação interativa para fazer novos serviços que hoje a televisão não faz, só que a televisão chega na casa de todos, ou seja, sem custo. Como será daqui para frente, a partir de nós disciplinarmos qual modelo de televisão digital teremos no Brasil. Olhando dessa forma, veremos que mudou a estrutura da televisão no futuro. A televisão hoje é isto: estúdio, produção, transmissor e transmite. Ao pensarmos na televisão do

futuro dá para pensar: distribuição em alta definição, diversos canais e a integração total com as redes que permitem ter serviços multimídia.

Portanto, a convergência que virá em função dessa realidade, que é fruto da digitalização, o que poderá acontecer? Primeiro, vamos separar mais o que é voz, o que são dados, o que é bid, é aquilo que o Francisco disse: É um ou zero. Está aceso ou está apagado. A aplicação é produzida por aquele que quer criar a sua aplicação. Quem vai poder prover são centenas de provedores, milhares, milhares e milhares daqueles que possam vir a criar *sites* em cima dessas grandes redes. Lógico, que vai aumentar demais a demanda pela informação e tráfego e é preciso de rede. Com o desenvolvimento tecnológico temos hoje altas taxas de transmissão para que o cidadão tenha a sua disposição e a preços cada vez menores, com muitos serviços, com a otimização do espectro, com a digitalização para que esses espectros sejam cada vez mais licitados, para que cada vez mais gente possa produzir esse tipo de serviço em todo o território nacional e, lógico aproveitando cada vez mais e melhor essas infra-estruturas e convergindo cada vez mais, porque a infra-estrutura é rede única, a infra-estrutura é rede pública.

Com essa convergência natural dos serviços de voz comumente hoje conhecido com a estrutura dos serviços de vídeo de dados, com as várias tecnologias XDCL, cable modem, ou qualquer que seja essa integração, mais dias, menos dias, ocorrerá de todas as formas, seja ela no meio físico, seja ela no meio aéreo, sem fio, seja ela do padrão do celular, com a terceira geração do celular, seja ela na telefonia fixa, seja ela via cabo, seja ela via satélite, ou seja ela a última que esperamos via televisão.

Portanto, mostrando rapidamente de novo essa estrutura topológica de mercado, que é a infra-estrutura da tecnologia e aplicação, esses impactos logicamente numa estrutura industrial de produção, cujos padrões que deverão ser adotados para que haja compatibilidade e conversação de todos esses segmentos como ficarão os mercados adjacentes, o que virá, e a internet hoje é uma prova disso que cresce de forma fantástica e a preocupação do órgão regulador como

regulamentar tudo isso, como a Anatel vê essa questão e como é que estamos pensando regular logicamente não a aplicação, mas para que a aplicação possa fazer uso dessa tecnologia, dessa infra-estrutura. O impacto da convergência, de cara a gente muda a estrutura do que tem hoje, ou seja, se olharmos para a área de rede, de domínio, há redes, provedores de serviços, equipamentos e o que está nas casas dos usuários e olhando em termos de redes, temos PCs, TVs, redes domésticas e falar em redes domésticas vamos ter nas nossas casas redes locais e, num futuro muito breve, dentro de cinco anos, interligados todos os nossos equipamentos eletrônicos, desde a geladeira, ao fogão, ao vídeo, etc. e não vai ser preciso comunicar, apenas internamente na nossa casa. Claro, que vai ser preciso ter as redes de acesso cada vez mais com maiores capacidades para atendimento ao público e, logicamente, não podemos nos esquecer que passamos a maior parte dos nossos dias no nosso ambiente de trabalho ou nas nossas redes privadas em que produzimos e estão aí as internets, as intranets, as redes corporativas, etc., com seus inúmeros servidores.

Se olharmos do ponto de vista de provedores, os servidores, não muda muito. Vai mudar o quê? Vai mudar a forma de se vender. Vai mudar a forma de se comprar. Vai mudar a forma de se entregar o produto. Portanto, são canais de vendas, instalação, serviços, enfim quando se olha do lado, nós consumidores, as estruturas normais hoje conhecidas: telefonia, TV por assinatura e deixei o nome dessa sigla aqui, Clek americana, que presta um serviço de alta velocidade em cima da rede ou da parte lançada e de telefonia. Não pensando apenas na empresa telefônica, mas por qualquer um que queira prestar usando a infra-estrutura das empresas telefônicas como fizemos com o regulamento do valor adicionados nas redes de TV por assinatura, quer dizer, todo aquele provedor, seja ele internet ou seja de qualquer outro pode fazer uso de forma não discriminatória, mas com preços justos e razoáveis em cima da rede de TV por assinatura.

A mesma coisa acontece quando estamos no nosso trabalho e os equipamentos que estão à disposição cada vez mais ou seja, falamos em fibras,

fibras, fibras e vai ter fibra mesmo na casa do cidadão e cada vez mais vai ter espectro na casa do cidadão quando for físico e sim via aérea.

Em termos de aplicações, o que é muito interessante é o que se pode criar em cima de toda essa parafernália eletrônica. Primeiro, temos hoje, em baixa velocidade e já está começando a ganhar alta velocidade e nós chamamos acima de um mega bit por segundo, as aplicações que são as primeiras a começarem a andar, entrar agora e ter esse uso dessa mídia em cima dessas redes que é a profissional ou seja, local de trabalho, escritório em casa, escritório de negócios e vídeo-conferência. Já é possível com um mega bit por segundo termos qualidade excepcional. Quando passamos de um mega o ponto muda, não temos entretenimento. Vamos poder comprar, vamos poder escolher o nosso filme, qual parte você quer, qual jogo quer jogar. Você pode estar pensando na internet só que essa internet é de banda larga e não é a internet que conhecemos hoje. Podemos ter salas de bate-papo, de fotografias, fazer um debate como estamos fazendo agora a distância, como se todos nós estivéssemos no mesmo local. E, por último, a aplicação de consumo, que é a aplicação que vai precisar de muito mais bits, porque é a economia digital propriamente dita. São os *shoppings*, os catálogos de vídeo, as aplicações para educação que precisamos muito, para Medicina, para informação, para serviços de interesse público. Cada vez mais vamos precisar de bits. Logicamente como chegar às infra-estruturas de redes como disse, estamos já chegando lá e precisamos baixar o preço dos equipamentos que fazem a comutação, que fazem a inteligência quando você traz pra dentro toda essa prática chamada vídeo, que consome muita banda e muita massa para armazenamento.

Portanto, quais são os impactos em termos de órgão regulador? Já que há convergência, que há integração de todas as tecnologias e, praticamente, de todos os serviços que estarão à disposição do cidadão, que impactos poderão ter, por exemplo, a universalização dos serviços? Primeiro, a promoção e o desenvolvimento de novas tecnologias e aplicações. Não tem dúvida. Cada vez mais surgirá novas tecnologias e surgirá mais gente produzindo informação,

programas, criando em cima dessa infra- estrutura. Lógico que vai reduzir o custo dos serviços para o usuário porque vai existir inúmeras redes e inúmeras formas e esse bit por segundo tem que baixar. Haverá aumento do número de usuários com acesso aos serviços e quando começamos com a telefonia fixa, há cinco anos, tínhamos onze milhões de telefones. Hoje temos vinte e sete milhões. Na telefonia móvel tínhamos em torno de oitocentos mil e hoje temos dezesseis milhões. A televisão por assinatura tínhamos em torno de trezentos mil e hoje temos três milhões e a tendência é chegar a 16,5 milhões em 2005 com o volume de outorga que está sendo autorizado e concebidas pela agência. Há redução de barreiras de entrada para novos competidores, ou seja, antes havia barreira como foi anteriormente. Barreiras físicas. Hoje não. Com essa universalização, com essa digitalização e esse meio comum, não tem como criar barreiras porque é preciso abrir espaços para que o cidadão possa produzir da sua casa e é preciso mudar esse conceito.

O estilo e o crescimento da demanda, a utilização dos serviços vão e muito melhorar a qualidade do serviço, porque a partir do momento que eu digitalizo, que tenho condições de monitorar sem estar presente naquele ponto físico que é muito difícil hoje no sistema analógico, sem dúvida, a qualidade do serviço, a tendência é melhorar.

Maior número de opções de provedores de serviços pelo usuário que vai poder escolher dentro do que hoje produzem serviços usando hoje essa infraestrutura e aumento no grau de competição na indústria para produzir e atender todos os segmentos, desde o consumo, desde a infra-estrutura e na aplicação.

Em termos de regulamentação propriamente dita hoje como regular qual é o impacto na Anatel? Primeiro, vamos ter cada vez mais objetivos quando tivermos criando novos regulamentos que vão agregar hoje todos esses serviços conhecidos praticamente num único serviço ou como fazer essa evolução para termos um serviço nessa plataforma. Claro que vamos ter maiores exigências nessa regulamentação, uma vez que estamos integrando o cidadão. Hoje o cidadão sabe

que comprou o telefone e sabe quais são as regras para ter o acesso a esse telefone. No futuro vai comprar o quê? Vai comprar televisão por assinatura, vai comprar serviços de dados, vai comprar internet. O que ele está comprando? Por isso é que precisamos ter maiores exigências nessa regulamentação para o cidadão saber o que está comprando. Estou comprando isso e os meus direitos são esses. Quem provém isso, seja ele quem for, tanto a infra-estrutura, é preciso deixar bem claro o seu relacionamento com o cidadão para que de nenhuma forma haja prejuízo, nem para quem produz o serviço nem para quem consome. Logicamente a regulamentação fica vulnerável porque a evolução tecnológica é muito grande e quem está fazendo para os próximos 10 anos sabe muito bem que muda em dois ou três anos e é preciso estar atento para a sua atualização. Quanto menor for a vida útil dessa regulamentação, maiores custos para regular e é mais fácil regular por serviços e envolver num pacote só o atendimento a todos os serviços e o custo para regular é maior. Já está aumentando o número de conflitos entre todos os provedores de serviços. Hoje, com a competição, o que mais fazemos na Anatel é a arbitragem, de todos os tipos, ou seja, interconexão, arbitragem de negociação, arbitragem dos interesses como bem disse o Francisco, com todos os outros interessados que querem jogar nesse mercado. Temos certeza que cada vez mais aumentará e precisamos sempre estar com os olhos voltados para quem? Para o cidadão. Seja o cidadão empresário, seja o cidadão consumidor, seja o cidadão também provedor. E, lógico, com isso reduz-se cada vez mais os *inputs* regulatórios. Hoje, nós somos suggestionados pelas indústrias para criarmos cada vez mais regulamentos por serviços usando a tecnologia. A partir do momento que eu não vou mais regular tecnologicamente para o uso amplo esses *inputs* diminuirão.

Falando da convergência não poderia deixar de mostrar o impacto que virá com tudo isso. É um novo paradigma, e será uma nova sociedade não temos dúvida nenhuma, porque será uma nova forma de se transacionar, portanto, será a nova economia digital. Vou relatar alguns exemplos. Primeiro, qual é o fundamento em se

falar em economia digital? É a combinação entre tecnologia digital e a nova geração de redes, essa maravilhosa infra-estrutura, criando então o ponto básico para se ter a economia digital. As mudanças devem ocorrer em direção a transações melhores, mais baratas e mais velozes e nós vamos poder comprar de forma diferente, vamos poder vender de forma diferente e vamos também poder receber de forma diferente.

Um exemplo básico é o que existe hoje, e todos nós conhecemos, que é a internet, as intranets usadas dentro das próprias organizações e algo novo que está surgindo que nós chamamos de extranet. Portanto, quando falamos em internet todos conhecem, porque o acesso é público, o usuário pode ser qualquer um e o conteúdo é totalmente fragmentado e espalhado. Falamos também em intranet, que é mais para uso privado entre membros de uma mesma instituição e os conteúdos são proprietários e fechados. O que vem de novo é o extranet que é semiprivado, entre um grupo de companhias com relações estreitas entre si, compartilhado em círculos confiáveis. Como tudo isso tem que ser integrado com vários pontos de acesso? A internet, claro, todos nós conhecemos as suas aplicações, tais como: pesquisa, notícias, serviços de informação, encomendas, páginas da Web, marketing, catálogos e informações de produtos. Nas intranets usamos muito as comunicações internas que são os nossos *e-mails* e as externas, ferramentas para conversa em grupo, acessos, apoio ao cliente e temos o EDI, páginas pessoais, etc. Em extranet já falamos alguma coisa em relação ao cidadão, empresa e consumo. Falamos do rastreamento de encomendas, atendimento de encomendas, saques, cobranças, gerenciamento de inventários e transações. O que acontece com tudo isso e o que vai acontecer com a banda larga? Tudo isso vai caminhar para um único meio porque a empresa precisa estar conectada e o cidadão tem que estar conectado.

Queiramos ou não é a maior mídia, que é a multimídia, feita pela internet. Quem está usando a internet hoje e o que será no futuro, não a internet, mas o vídeo demanda o entretenimento, a tele-educação e a telemedicina. Hoje, 51% são homens e 47% são mulheres de acordo com uma pesquisa feita em 1999. A renda

média é impressionante, de aproximadamente duas vezes a renda dos que não são usuários. A maioria que usa, normalmente, tem nível universitário ou pós-graduação em termos de 43%.

De onde estão acessando a rede? E isto é interessante. De casa 80% acessam a internet. Do trabalho 65%. Da casa de amigos 21%. Da escola 17%. Da biblioteca local 12% e aqui é preciso investir e muito para universalizar e garantir o acesso a todas as escolas e entidades públicas.

Quantas pessoas estão acessando as aplicações da internet? Mais 26% das pessoas acima de 16 anos usam *e-mail* e 80% desses têm acesso à internet de casa. Mais da metade relata ter acessado a rede nas últimas 24 horas. Como não temos banda larga e não temos integração essa mídia muda e muda a relação de trabalho. Quase um terço gasta mais de trinta horas mensais na internet e a gente pensa logo em propaganda. Como viabilizar a rede? Muitos dizem que é impossível ter uma rede com infra-estrutura com investimento tão alto porque não tem retorno. Segundo cálculos feitos, se cobrarmos setenta dólares para colocar uma rede de fibra, você recompõe o seu investimento, numa cidade como São Paulo em dois ou três anos. Por quê? Porque esses setenta dólares podem vir não apenas como consumidor pagando, mas por propaganda, mediante da adicionalidade de novos serviços. Com essa complementaridade é possível ter realmente a banda larga na casa do cidadão.

Portanto, o número de usuários da internet continua a dobrar de ano para ano ou seja, um bilhão de pessoas já acessaram. Fazer compras pela internet é uma coisa fantástica e imaginamos esse mundo agora com alta velocidade. Por exemplo, cerca de dezesseis milhões de pessoas fizeram compras *on-line* em 1998.

Como exemplo da economia digital, mais ou menos 46% gostam de visitar novos *webs sites* e quantos *webs sites* não vamos ter a mais nisso? Visitas a *webs sites* de computação, visitas a *web sites* de entretenimentos ou seja, vou deixar a cópia dessa minha palestra para que possam confrontar os números e ver esse mundo do da informação, em que os nossos filhos, nas nossas casas, passam de

duas a três horas por dia, de frente para tudo: para pesquisa, para entretenimento, etc.

No passado, antes de 1996, ninguém tinha ouvido falar nessa mídia digital interativa. Mas vejam como ela cresce e como diminui as outras mídias e demais serviços tanto do jornal e da televisão, porque o cidadão tem mais tempo em frente dessas mídias. Essa revolução virá e com certeza esses quadros mudarão. Por isso é que estamos achando que no futuro tanto o rádio, que também será digital e a televisão serão estruturas infovias dessa grande rede de informações.

Em termos de bits, para termos uma idéia, do que vai chegar nas nossas casas muito em breve, achamos que até 2005 muita coisa vai acontecer.

SR. HÉLIO GOROWITZ – Agora, a tecnologia da informação está chegando ao Brasil na mesma hora que está chegando em todos os países do mundo. Quer dizer, pela primeira vez na história, temos a oportunidade de estarmos tão avançados quanto qualquer outro país do mundo e não podemos perder essa oportunidade. Evidentemente existem riscos de “apartheid” tecnológico, mas depende só de nós sabermos fazer funcionar. Volto a insistir que o ingrediente fundamental é a educação e não podemos ser ingênuos em relação a isso. Não podemos adotar uma posição que é muito comum no Brasil que é de inferioridade em relação ao que vem de fora e precisamos fazer valer esse mercado de 160 milhões de pessoas que, se educadas, têm um valor enorme e pode funcionar a nosso favor, e depende fundamentalmente de nós sabermos usar e fazer as coisas, e não deixar que as coisas sejam feitas a nossa revelia. Como a evolução é muito rápida o risco é grande. Acredito que até agora não temos feito nada errado. Tudo o que foi feito em termos de internet, no Brasil, nos últimos cinco anos chegou em todos os lugares, apesar de não ter chegado a todos os lugares como gostaríamos que tivesse chegado, mas chegou muito longe. Nunca houve uma adesão tão rápida de nenhuma tecnologia quanto à internet e devemos olhar para isso como sucesso e não como fracasso, muito embora seríamos muito ingênuos em ignorar os riscos,

tanto do lado do emprego quanto do lado da educação e essas questões são muito fundamentais.

SR – (Inaudível.)

SR. HÉLIO GOROWITZ – Acho isso uma enorme bobagem. Não é verdade que sejamos só mercado consumidor. Tanto não é verdade, por exemplo, a Motorola está montando uma fábrica de chips em Campinas e o senhor deve saber disso. Se a Motorola visse o Brasil somente como mercado consumidor não estaria transferindo essa tecnologia para cá, porque é um projeto em conjunto com a Unicamp. É evidente que também somos mercado consumidor e não podemos também querer que as coisas aconteçam todas de uma vez. Por outro lado, não podemos ser ingênuos e acreditar que cem por cento da população seja educada e o caso de Campinas é bem clássico. Temos chance de transformar aquilo num grande pólo de telecomunicações brasileiras e, repito, depende da nossa capacidade de trazer esses investimentos para o Brasil. Volto a insistir. Só nos três primeiros meses deste ano entraram quatro bilhões de dólares de investimentos diretos no Brasil. Em termos históricos é uma cifra inédita. Em três meses. E não estou falando de capital especulativo, é investimento direto, é investimento em produção. É indústria investindo e evidentemente interessada no mercado consumidor e por que não? À medida que você cria centros de produção brasileira, que você cria centros de excelência brasileira, temos oportunidade de transformar a coisa, só que não vai acontecer de uma hora para outra. Isso não depende de uma lei aprovada ou não pelo Congresso. Infelizmente é um processo que leva tempo, leva 20 anos, leva 30 anos.

SR. HÉLIO GOROWITZ – Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade, mas infelizmente estou com problema de tempo e preciso me retirar. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Agradecemos a participação do Hélio no nosso Fórum. Tem a palavra o sr. Antonio Carlos Franchini Ribeiro, da Getec.

SR. ANTONIO CARLOS – Meus amigos, é uma grande alegria ter ouvido aqui um profissional do cinema que fez mais de trinta longa-metragem no Brasil, o que realmente é uma coisa significativa considerando o nosso cenário de produção. Também indo ao encontro do que o Joaquim disse a respeito da questão idioma nacional e também fazendo coro com o que o José colocou ou seja, de alguém saber tudo e ninguém saber nada e não querendo ser um otimista ingênuo, porque o meu negócio tem quase cinquenta funcionários, eu pago todos os meus impostos e adquiri esses cabelos brancos não gratuitamente, mas temos uma missão de sinalizar não esquecendo a realidade crua da sociedade brasileira que poderá gerar os excluídos da tecnologia aliados aos outros excluídos o que daria para fazer uns 50 seminários só dos excluídos ou seja, temos uma contribuição social como empresários, como executivos de corporações, como deputados, como cidadãos, líderes sindicais, etc. e tentar construir um país melhor. Portanto, é o consenso de todas as pessoas bem intencionadas e bons cidadãos.

Continuo insistindo que temos que enfrentar e estou falando como produtor de conteúdo e não vou entrar em outras áreas porque não me compete neste momento falar, mas como produtor de conteúdo temos um caminho de oportunidades de negócios, com todos os sacrifícios, incluindo os juros altos, da legislação que não acomoda situações de pólos culturais e desenvolvimento de tecnologias, felizmente esse projeto de Jaguariúna e outros estão acontecendo. Os projetos do Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel, que fica perto de Estrema e quando a gente vai lá fica bobo de ver o aquele pessoal está fazendo porque tem mais de 65 empresas incubadoras de alta tecnologia de *software*. Isso não é nada. É uma gota no oceano que precisamos. Eu sempre digo: temos um oceano e de repente estamos falando só da Praia Grande. Infelizmente, é o que acontece. Continuo sendo otimista, porque quando participamos de fóruns como

este a participação da sociedade organizada, por meio dos seus sindicatos e das associações de classe, vai contribuir para que pressionemos o poder público, que criemos um pensamento de associativismo efetivo para gerar recursos e tentar superar o enorme desafio que não é criarmos mais pessoas excluídas.

Gostaria de mencionar uma tímida iniciativa nossa por intermédio do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Rádio Difusão – Sinec, porque estamos com a idéia de começar a fazer pequenos seminários para entender como é que se faz um canal comunitário. Não no sentido político da legislação, porque é um problema que está sendo discutido nos ambientes e nos fóruns, mas como podemos contribuir. Costumo chamar das nossas horas cívicas para sabermos que uma cidade vai ter um canal comunitário, como podemos contribuir enquanto sindicato, para ajudar a formar o conteúdo, como pode produzir, qual é o mínimo de recursos técnicos que se deve ter, enfim criar um pensamento de produção nacional, atendendo os vários aspectos.

Na questão de multimídia especificamente de *softwares*, também acredito que de certa forma conseguimos caminhar lentamente. Na questão da educação, só que não gosto de falar a palavra educação, e sim do aprendizado, na internet, que é um enorme desafio, porque mesmo no mundo inteiro há dificuldades. As grandes instituições como a Open University, a Universidade de Madri e várias universidades que fazem educação a distância quando entraram na internet tiveram grandes problemas para desenvolver essa educação e, hoje, basicamente são cursos de pós-graduação. A Universidade de Madri, por exemplo, forma quase cinquenta mil pessoas por anos em pós-graduação pela internet.

A minha empresa, que pertence a uma pessoa otimista, vai lançar dentro de 30 dias um programa via internet, de aprendizagem sobre negociação para o pequeno e médio empresários. Ninguém me deu dinheiro e os “meus funcionários” estão “fazendo horas extras” porque sabem que não vão receber nunca e é um grande conluio, para usar a palavra, de tentar superar limitações tecnológicas e de capital, queremos distribuir educação, aprendizagem pela internet. Não somos

universidade, não somos o poder público só que um grupo de pessoas resolveram: Vamos fazer um curso de aprendizagem pela internet. Fazer educação continuada, educação a distância, aprender, aprender, porque a internet pode ajudar a fazer o aprender, aprender no local de trabalho e para o trabalho porque não podemos perder tempo com esse pensamento presencial, portanto, é um enorme desafio.

Concluindo, pois e sei que o nosso companheiro da Anatel vai precisar de umas duas horas para conseguir responder as questões. Gostaria de deixar uma mensagem, ou seja, há um enorme desafio e é preciso trabalhar mais do que já trabalhamos senão realmente vamos virar o terceiro mundo efetivamente, mas somos brasileiros esforçados, honestos e sem ser piegas, devagarzinho vamos superar esse cenário atual. Era o que tinha a falar para tentar responder o que eu entendo, que é o meu negócio e onde eu ganho o meu dinheiro. Obrigado.

SRA. – (Inaudível.)

SR. ANTONIO CARLOS – Sem dúvida, concordo plenamente. O fato de estarmos participando deste fórum e de outros que todos nós em algum momento participamos seja no ambiente sindical, seja no ambiente das entidades do terceiro setor, no ambiente empresarial, é um grande esforço da sociedade brasileira que está se movimentando para não ser surpreendida por fatos consumados.

A lei está aí e nós temos que nos movimentar pelos meios democráticos para alterá-la ou seja, eleger bons deputados, quer dizer, os bons ou maus não interessa, mas que estejam dentro de uma política que atenda os interesses legítimos. Concordo com o que a senhora disse até porque essa bandeira dos canais comunitários passa pelo seu esforço quando procurou colocar essa possibilidade da sociedade ter acesso a canal de televisão. O que a senhora falar é preciso ouvir com atenção e respeitar. Obrigado.

SR. ARAÚJO – Vou pedir ao nobre deputado que me permita fazer um breve comentário sobre as indagações e que a minha presença fosse dispensada porque estou exausto de uma viagem que precisei fazer no domingo e voltei hoje de manhã especialmente para participar desta reunião. Vinte e duas horas viajando de avião em menos de três dias é bastante cansativo.

De qualquer maneira queria primeiro comunicar aos interessados desse segmento especialmente de televisão por assinatura e trouxe duas publicações da associação que estão disponíveis, mas são voltadas realmente para quem tem interesse em conhecer números e o que representa essa indústria hoje e quais são as suas perspectivas de crescimento, não só na operação, mas também no marketing que hoje utiliza essa mídia.

Destaco as intervenções que eu gostaria de comentar do Joaquim, do Francisco e do Paixão. Com grande entusiasmo me refiro ao Joaquim porque fez o que eu entendi ser uma referência elogiosa ao esforço que a empresa que hoje não estou representando, porque estou representando a associação, mas como sou funcionário das Organizações Globo, a referência que ele fez da maciça produção e exportação do produto brasileiro de multimídia que a Globo consegue, realmente é muito meritória.

Volto só para explicar ao Joaquim a minha opinião sobre o problema da língua. É que quando se faz uma produção em multimídia em inglês ou espanhol, já nasce viável porque os mercados que atinge são muito extensos. Não digo que em português não é viável, mas para exportá-las temos que dublá-las ou legendá-las e há muito mercado que reage principalmente a Europa. Fui a um enterro de um amigo meu em Estocolmo, na Suécia, quando liguei a televisão, a Regina Duarte estava falando em sueco, o que para mim foi chocante e para eles muitas vezes não é compreensível, por outro lado, em Portugal, onde morei oito anos, o Sertão Veredas tinha legendas o que é muito curioso. Quer dizer, o filme foi feito em português mas o português usado por Guimarães Rosa e foi preciso legendar porque os portugueses, não entenderam absolutamente nada do que se estava

dizendo e para continuar a novela foi preciso legendá-la. De fato, esse negócio de língua é complicado e em inglês falado bem ou mal por chinês, turco ou brasileiro é compreensível. Não sei como foi que inventaram uma maneira de todo mundo se comunicar em inglês. O Joaquim tem toda a razão quando diz que é preciso criar mecanismos de incentivo e aí cruza com a intervenção do Francisco que se queixa da época, enfim tem uma boa memória da época da ditadura em que a Embrafilme viabilizava realmente produções nacionais com todos os seus defeitos e essas produções nacionais tinham um acesso garantido nas salas de espetáculo. A televisão sempre foi diferente a não ser que abusassem, porque não era normal as produções estrangeiras, mas bem ou mal as produções nacionais talvez não de cinema ocupavam sempre uma parcela importante da programação. Lembro que também fui diretor de uma empresa de produção de cinema, a Cinematográfica Franco Brasileira, da família Valancidi, e num dos meus casamentos fui genro, eu era o meio de campo na ligação com a Embrafilme, e conseguimos fazer produções importantes com recursos da Embrafilme, Não era um modelo, inclusive tive uma experiência curiosa porque um dos filmes teve um sucesso enorme e com poucos meses de bilheteria deu para pagar o empréstimo da Embrafilme e o cavalheiro que me atendeu pediu pelo amor de Deus para não criar um precedente dessa ordem. Se o pagar isso vai nos criar um problema seríssimo porque não aconteceu até hoje. E aí começa: como é que vamos ter que cobrar de todo mundo? E me convenceu a levar o cheque de volta.

De qualquer maneira, produção de multimídia em qualquer lugar do mundo é estimulada, é subsidiada, ou seja, tudo o que nós vemos dos Estados Unidos tipo exaltação da polícia, exaltação das forças armadas, tudo isso é porque existe um grande mecanismo de financiamento, *merchandising* monstruoso, quer dizer, cada vez que aparece uma garrafa dissimulada de Coca-Cola ou cada vez que aparece um carro num filme viabiliza um filme americano: pode ser um Volvo, um Saab, que são os dois maiores curiosamente que financiam os filmes americanos para usar a sua frota uma vez que são carros europeus.

Concordo com o Joaquim que nós não teremos na televisão como tem uma audiência cativa, realmente o *merchandising* é uma fonte de receita importantíssima para todas as emissoras. No caso do cinema não temos esses recursos porque o público que o cinema nacional atinge é pequeno e assim cria-se um círculo vicioso, enquanto não se tornar uma realidade comercial ninguém vai pagar uma fortuna para colocar um lançamento de carro naquele filme ou um refrigerante mineirinho, ou uma indústria de pão, enfim, realmente, é um círculo vicioso. Precisamos deslanchar o produto e só há meio de fazê-lo com recursos seja lá a fonte que se utilize ou seja, existem taxas que pagamos por sinal, taxas pesadas de multimídia para o Ministério da Cultura, mas esse dinheiro precisa ser mais bem empregado.

O Paixão citou o nome do fundador das Organizações Globo e gostaria de fazer uma distinção fundamental entre ele e o famoso Guilherme Portas, o tal do Bill Gates, ou William Gates porque é totalmente diferente. O Bill Gates tornou-se o homem mais rico do mundo em 10 anos. O Dr. Roberto tem entre o pai e ele, a fundação do jornal, se bem que o pai tenha morrido logo depois, tem mais de setenta anos de trabalho para construir um império que não se parece em nada com nenhum império criado na internet. Existem no Brasil hoje rapazes de 22 anos, 23 anos, que já têm segundo cotações das suas bolsas na Nasdaq dos Estados Unidos uma fortuna muito maior do que a do Dr. Roberto Marinho. Quer dizer, o mundo mudou e não adianta porque ele é um empresário à moda antiga, aquele negócio conservador, cada vez mais acredita no Brasil, inclusive construiu aqui uma central de produção que custou duzentos e trinta milhões de dólares no auge da crise, fez uma gráfica nova para o seu jornal de cento e oitenta milhões de dólares em Duque de Caxias no Rio de Janeiro com a maior máquina de jornal do mundo, com duzentos e sessenta e dois metros de extensão, enfim é diferente a mentalidade. Bill Gates não porque poderia estar num escritório e nem sede precisaria para o que ele faz, porque todo o pessoal dele trabalha remotamente, em casa, criando *software* e não emprega quase ninguém. Portanto, não dá para comparar Bill Gates com três e 200 empregados só na TV Globo.

Portanto, vivemos um momento que é lutar para evitar esse abismo, esse “apartheid” tecnológico, mas esse esforço tem que ser conjunto e não é só da iniciativa privada porque é preciso criar condições. Gostaria de citar e o Jarbas poderia falar melhor do que eu, sempre que se criam tributos é lamentável, mas há dois tributos cujos projetos estão em fase de tramitação no Congresso Nacional, ambos ligados à telecomunicação e ambos com propósitos que vão ao encontro das preocupações que foram aqui levantadas, é o Fusti e o Funtel. Ou seja, um que visa universalizar as telecomunicações, financiar esses processos de universalização estendidos até à internet, quer dizer, houve uma emenda que se tornou um substitutivo que introduziu também essa conexão que a jovem com muita propriedade mostrou-se preocupada, esses recursos vão criar condições para que se conectem todas escolas do país à internet, enfim faltam recursos à iniciativa privada que não tem como fazer isso, a não ser em casos excepcionais como é o caso do Rio de Janeiro, a Net Rio, que é uma operação de TV a cabo, fez um acordo com a prefeitura usando algumas infra-estruturas da prefeitura para passar cabos dentro de túneis o que diminuía bastante o gasto com a construção de uma rede que circundasse os túneis e, como todos sabem, o Rio de Janeiro é uma cidade cuja topografia é complicada o que foi feito em permuta pela montagem de toda uma central de produções de televisão para a MultiRio que é voltada para a educação e cultura e pela instalação nas escolas da prefeitura de conexão com a internet. No caso da internet, estou me adiantando, de televisão a cabo, que agora vira internet com esse processo.

Portanto, o Fusti e o Funtel servem para fomentar e estimular o desenvolvimento da tecnologia nacional, ou seja, são tributos pesados porque é preciso muito dinheiro, muito dinheiro que vem aí e tenho certeza que a Anatel terá competência e saberá canalizar esses vários milhões que serão arrecadados, mais vai realmente ajudar muito para reduzir essa temida barreira tecnológica entre as classes sociais. Eram essas as minhas colocações e agradeço o carinho com que

me receberam e também agradeço ao nobre deputado pela feliz iniciativa de discutir o futuro, o que muito falta neste país. Obrigado.

SR. JARBAS – Mais uma vez é um prazer estar aqui e quero aproveitar essa oportunidade para tentar esclarecer, tirar algumas dúvidas e mostrar que a nossa tendência é manter essa relação com o cidadão.

Gostaria de começa a respondendo não pela primeira, mas pela quarta pergunta feita pelo Projeto Malaguenha que lembrou e muito bem o nosso saudoso Ministro Sérgio Motta, homenagem esta que pretendia fazer no final da minha apresentação, não só pelo fato que hoje comemoramos os dois anos do seu falecimento, no dia 19 de abril, com muita saudade e sentimento que sentimos esse pesar por ter perdido um grande brasileiro que idealizou todo esse modelo de telecomunicações existente hoje no Brasil, que está propiciando falarmos para o cidadão ter a sua disposição serviços pensando nos próximos anos de banda larga, já que ele tem hoje acesso aos serviços básicos, cuja revolução em ter uma administração pública voltada para os interesses maiores do cidadão sem discriminação e sem posição de qualquer ordem política, um órgão, não diria apenas técnico mas técnico, do ponto de vista estratégico para brasileiros que se dão e lutam por ideal.

Portanto, respondendo a essa pergunta e prestando essa homenagem, gostaria de dizer que a Anatel é exatamente o sonho do Ministro Sérgio Motta e fazemos questão de dizer isso e tornar uma realidade.

A primeira pergunta é sobre o cinema nacional. Atuando na área há 30 anos e é o nosso orgulho não ter nunca desistido continuar nessa batalha e o importante quando falamos em tecnologia é que ela veio baratear os custos, ou seja, os valores investidos no passado que eram de cerca de três milhões, hoje, com a computação gráfica, com certeza os valores são menores. O que fazer para que tenhamos de fato conteúdo e qualidade com a banda larga? A primeira questão clara que discutimos lá na Anatel entre os vários fóruns realizados é a distribuição. Sabemos

que para distribuir um produto é algo difícil saber onde ter acesso, porque o cinema nacional é distribuído pelos cinemas ou então pela mídia da televisão. O que estamos tentando fazer, tentando colocar, é permitir que haja agora vários meios para distribuir ou seja, com a proliferação de redes, redes inteligentes, redes de faixa larga em que onde poderemos criar um número cada vez maior de canais, há possibilidade de ter conteúdo e esse conteúdo ser colocado à disposição do cidadão que se tiver interesse ou buscá-lo até pagar para que tenha inclusive assinatura, como temos televisão por assinatura e o Francisco colocou bem quando explicou quem sabe, no futuro, a internet estará competindo com a televisão por assinatura. O que ele quis dizer com isso? Que cada um de nós poderá ser um produtor de conteúdo e vender esse conteúdo diretamente ao cidadão sem precisar de uma companhia de cabo que tenha uma estrutura para comercializar ou intermediar a nossa venda. Portanto, o que estamos propiciando e discutindo, o que mostramos que é a tecnologia futura, é permitir, num curto espaço de tempo, termos mais canais na distribuição do produto. Outra questão que nos preocupa muito é esse problema da cultura nós que administramos a Telebrás e de novo lembro do saudoso Ministro Sérgio Motta que, investiu muito na produção do cinema. É claro que essa mudança é recente e o cinema brasileiro já é conhecido no mundo, houve uma injeção muito grande do dinheiro público para que haja e pudesse ter um desenvolvimento na área de mídia.

É natural que com a evolução e a disponibilidade dos meios tenhamos cada vez mais esse tipo de produção e que a economia digital comece a mudar, apesar de termos um vazio enorme entre a tecnologia e aquele que tem acesso a tecnologia, mas que ainda está sem ter acesso a essa tecnologia. A nossa intenção é podermos chegar lá e ao longo das outras perguntas vou tentar mostrar o que a Anatel, à luz do Ministro Sérgio Motta, e não foi apenas um projeto de lei, foi um projeto de nação. Fizemos a Lei Geral de Telecomunicações e começamos a desenhar a lei geral para comunicação de massa, enfim o ministro deslumbrava outro país, o país que teria uma infra-estrutura de infovia para comunicação, para a

bandalização para que o cidadão pudesse ter facilidades e gerar empregos. E nós vamos gerar empregos. Alguém colocou: Será que nós também vamos ter o nosso Bill Gates? A nossa expectativa, a nossa esperança é que todos nós possamos ser, não talvez o Bill Gates, mas possamos ter independência suficiente para criar o que possamos criar, que os nossos filhos, assim que terminarem um curso, possam ter de alguma forma acesso a esse meio de comunicação e ter produção.

A Irma colocou muito bem a questão do conteúdo, que foi a segunda pergunta, o que fazer para viabilizarmos e promovermos a questão do conteúdo? A questão do conteúdo é muito complicada porque ao analisarmos o que vende hoje no sistema de mídia, produzir programa realmente não é barato, a infra-estrutura para produzir para quem é do meio sabe que é preciso investimento muito grande. Logicamente, com a tecnologia da computação gráfica tem baixado muito o custo da produção, mas ainda continua muito alto. Qual é a forma de banalizar essa produção? É ter mais produtores. Como ter mais produtores? É temer a distribuição. Tendo distribuição para que o cidadão tenha acesso mais rápido a esses produtos com certeza vamos ter condições de investir nesses produtos.

A outra forma que temos colocado para incentivar o produto é por meio da nossa regulamentação. A Anatel ao regulamentar os serviços de TVs por assinatura vai fazer exigências pesadas em relação à programação que vem de fora e que é trafegada nas operadoras de TV por assinatura em todas as sua faixas: TV a cabo, MMDS e DTH. Nos nossos editais de licitação são colocadas restrições pesadas para aqueles que ganham as novas licitações. Não era assim no passado, mas a partir da administração do Ministro Sérgio Motta, isso foi imposto, é um modelo de sucesso ou seja, na época tínhamos 71 operadoras, hoje temos 472 operadoras e esperamos atingir no país e vamos atender até o final do ano, vinte e seis milhões de lares, e atendíamos em torno de oito milhões e com democratização, porque o meio estava restrito a duas grandes operadoras. Não que sejamos contra a ter duas, mas achamos que o monopólio não é benéfico para ninguém. Temos que ter é participação e democratização principalmente nos meios de comunicação.

Existiam dois grandes grupos que dominavam a área de mídia, hoje está nas mãos de dezenas de grupos que vão explorar os serviços que serão das infovias do futuro. O que fazemos na Anatel para ter o contato quando alguém disse que ela está distante da comunidade. Somos um órgão muito recente e só temos dois anos de existência. Ainda estamos em fase de montagem da agência e temos muito que regulamentar e atualizar a nossa regulamentação em função da atualização tecnológica e da atualização da legislação em si. Criamos algo que não existe em nenhuma outra agência que são os comitês. Temos na Anatel comitê da infraestrutura em que participam indústria, o cidadão organizado e todos aqueles que querem participar, temos reuniões periódicas. Todos os meses discutimos tudo isto que apresentamos aqui, que é o comitê de universalização da infra-estrutura. Temos também o comitê dos usuários para discutir questão de tarifa, questão de atendimento no serviço público, no serviço privado ou seja, cada vez mais cada conselheiro da Anatel é responsável pelo comitê para ter esse relacionamento que a Ilma disse que nós não estamos tendo com a sociedade. Estamos começando porque é difícil e não podemos usar o dinheiro do Estado para fazer propaganda e dizer o que temos feito. O que vamos deixar com o deputado e quem quiser mais temos cópia na Anatel, é um documento chamado Perspectiva para Ampliação e Modernização do Setor de Telecomunicações que fizemos e o que será feito nos próximos anos e o que é esse modelo de telecomunicações no Brasil. Porque falamos que as tarifas baixaram para o cidadão? Se olharmos há dois, três, quatro, cinco anos o cidadão não tinha acesso ao telefone porque tinha que pagar quatro mil reais, pagar três mil reais e pagava mil, cento e cinqüenta reais para ter acesso. Portanto, havia exclusão social. Ou seja, telefone era só para as classes A e B. Quantos telefones nós tínhamos? Tínhamos cerca de oito, nove milhões de telefones. Para mudar essa situação era preciso mudar a estrutura tarifária, ou seja, aqueles que pagavam quase nada, mas tinham telefone em casa, não pagavam a assinatura residencial, praticamente nenhuma era subsidiada por aqueles que não tinham telefone. O que nós fizemos? Invertemos o processo. Não pagar mais os mil

e poucos reais. Pagar somente cinqüenta reais para ter acesso para universalizar os serviços de telecomunicações no Brasil. Saímos de onze milhões ou de dez milhões na época e hoje temos vinte e sete milhões de terminais, ou seja, o brasileiro está tendo acesso pelo menos ao telefone. E todos estão tendo condições de pagar por aquilo que estão recebendo e com isso mostramos que a cesta básica, que é a forma que medimos e está no documento, diminui de preço ao longo desse tempo. Nenhuma das empresas de telecomunicações teve autorização da Anatel, por lei, para aumentar o preço, mas nenhuma delas aumentou por ter competição. Se olharmos para o celular, que é a grande verdade, ou seja, tínhamos antes oitocentos mil e agora temos dezesseis milhões de telefones. Antes era difícil ter um celular e só madames e grandes empresários ostentavam e hoje vemos na mão de um carroceiro enfim na mão de todos, não estamos desmerecendo o carroceiro, mas é porque o carroceiro também precisa do celular para trabalhar e hoje tem condições de pagar um celular, não só a taxa de adesão que era caríssima, um absurdo, mas pagando um valor compatível com o que ele pode ter. E vamos ter mais competição porque vamos lançar a terceira banda. Vamos ter mais competidores na mesma área para, cada vez mais, baixar o valor do telefone no Brasil.

Na questão do conteúdo também achamos que a banda larga pode trazer e por meio do nosso comitê toda a sociedade organizada tem condições de participar da Anatel, as portas estão abertas para que possamos ter essa interatividade.

A pergunta do Presidente Nacional de Artes Comunitárias. Fez várias perguntas, entre elas deu exemplo da Rádio Vip em São Paulo, porque, de repente, apareceu, não tinha canal e quais são as providências da Anatel na fiscalização, porque todas as emissoras estão na Avenida Paulista.

Primeiro, gostaria de dizer que esse projeto de rádio comunitário também é uma homenagem ao nosso saudoso Ministro Sérgio Motta que pensava e pensava grande, sabia que era importante democratizar os meios de comunicação, só que temos que entender que não dá para fazer aquilo sem regras. Para ter de fato é

preciso ter regras. É preciso ter leis, e as leis serem obedecidas. Esse é o papel da Anatel de fazer também cumprir a lei. Vamos ter que organizar. O Estado tem que ser ágil na resposta, tem que ser ágil na forma de outorgar e de atender o cidadão na sua expectativa. O que aconteceu ao longo desse tempo é que as últimas outorgas de serviço de rádio difusão, e estou falando de rádio difusão comercial aconteceram em 1989/1990 porque em 1988, quando foi feita a nova constituição federal, proibiu-se a forma de outorga como era feita no passado ou seja, era feita mais ou menos uma consulta pública e depois se escolhia aquele que poderia receber a rádio e não sabemos quais eram as formas como eram feitas, só que tinha uma lógica, etc. Desde 1990 esse sistema parou até quando entramos no Ministério das Comunicações, na administração Sérgio Motta, em 1995, quando preparamos uma forma democrática, transparente mediante um processo com edital de licitações quando iniciamos o processo que estava parado para atender o mercado. Se o mercado não está sendo atendido, naturalmente surgiu as rádios não oficiais, não vamos dizer que sejam clandestinas, porque ocupam um espaço que o próprio Estado não teve capacidade na época de proceder esse processo de outorga. O processo de outorga, mesmo sendo transparente, é lento porque ainda usava uma legislação não apropriada para licitação. Hoje, a 866 está voltada para compra pelo Estado e não para disposição ao público não do que o Estado tem como bem e a nova lei criada pela Anatel permitiu isso, fazemos licitação muito mais simples, muito mais rápida. Por exemplo, nós tínhamos 72 operadoras de TV por assinatura quando assumimos há dois anos e, hoje temos 472 operadoras. Este ano vamos licitar mais 630 áreas de TV por assinatura. Cobríamos uma faixa de oito milhões de residência e, hoje, cobrimos vinte e seis milhões e a nossa intenção até o final do ano é cobrir trinta e seis milhões de residência com novos outorgados e gerando competição com mais de um na mesma área. Num processo totalmente democrático, participativo, transparente. O processo é totalmente livre, democrático em que privilegia o pequeno porque realmente tem que ter privilégio e quando tem grandes, que a disputa seja entre os grandes. O que isso quer dizer como modelo

no nosso edital? Se determinada área cuja população seja abaixo de trezentos mil habitantes, quando há competição na disputa pelo preço, como é feita a pontuação? A pontuação é feita entre a ponderação da nota técnica que ele recebe e a nota que recebe em função do valor que ele vai pagar pela outorga que antigamente isso também não era pago. O cara recebia isso como uma dádiva e ganhava comercialmente em cima disso, mas hoje paga. Quando a área é menor do que trezentos mil habitantes, 70% do peso, são da proposta técnica, daquele que produz e que é daquela área e 30% vêm do peso da proposta do preço. Por isso, conseguimos modificar hoje o cenário da TV por assinatura, que era concentrado talvez na mão de dois ou três grupos e hoje está nas mãos de dezenas e dezenas podendo ter, por exemplo, a NeoTV que congrega todos esses novos operadores mudando inclusive o foco com relação à programação. As áreas em trezentos mil já há um equilíbrio entre 50% é técnico e outros 50% do preço. Nas áreas onde há muito dinheiro, muito investimento vale 70% do preço e 30% da técnica, até isso procuramos fazer na Anatel no sentido de equilibrar.

Esse projeto, que na época o Ministro Sérgio Motta encaminhou ao Congresso, da rádio comunitária, logicamente existe toda aquela discussão e é preciso ouvir toda a sociedade uma vez que muitos interesses estão envolvidos e naturalmente há aqueles que operam comercialmente e defendem os seus interesses porque trabalharam e fizeram com que talvez não saísse o ideal, mas saiu alguma coisa. Talvez ainda possa ser alterado não só na rádio comunitária, mas também a fusão propriamente dita, inclusive a Irma colocou uma questão importante, do capital sendo nacional ou não para a produção de programas. A Anatel tem uma posição, diria, até um pouco diferente, uma posição um pouco mais aberta, mais ampla, ou seja, para nós o capital não tem pátria, o capital é bem recebido em qualquer local, o que nós precisamos é gerar emprego e esse emprego precisa de muito dinheiro. Se olharmos outro serviço de telecomunicações veremos que o capital praticamente vem de fora e o importante é que esse capital vem gerar

empregos no Brasil, produzir riquezas no Brasil e não vindo pra cá elevar como remessa de lucros pra fora.

Se não prestarmos atenção de repente podemos estar preservando um monopólio daqueles que chegaram primeiro e também porque criaram condições de estar onde se encontram hoje, só que não temos condições de trazer o capital de fora para haver competição e manter esse *status quo*. É muito importante discutir em relação a isso, olhar o capital como um bem que tanto pode ser bem ou mal utilizado, ou seja, legislar, mas olhando por esse foco e na rádio comunitária isso é muito importante.

O que foi feito na Anatel? Elaboramos um plano preservando canais para todos os municípios do Brasil, ou seja, para todas as áreas do Brasil há canal previsto no plano, exceto São Paulo, que é uma região muito complicada porque não conseguimos ainda, num processo de estudo o que nós vamos fazer em função de ter que mexer em todos os bairros de São Paulo enfim trocar as emissoras que hoje operam nas frequências atuais de posição para podermos incluir só em São Paulo e alguns municípios que fazem parte da Grande São Paulo...

SR. – Inaudível.

SR. JARBAS – ... Não, porque não tem pedido ainda na Anatel para que libere o canal. O pedido vai para o ministério que depois encaminha para a Anatel que libera o canal que já está reservado.

SR. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – Vou explicar, vou explicar, vou explicar o que foi que fizemos com a rádio comunitária. O projeto está pronto e já temos dois mil e setecentos canais para todo o Brasil, vamos liberar no próximo mês o restante para todos os municípios que são cinco mil e oitocentos canais ou seja um para cada município do

Brasil, só vai depender da velocidade do ministério encontrar qual vai ser a forma jurídica que vai atender os anseios das associações para que possa outorgar o serviço.

Além disso, outro problema que vem junto é depender ainda do aval do Congresso Nacional, inclusive a Deputada Irma trabalhou e sabe muito bem como é difícil, ou seja, além do Ministério aprovar o Congresso ainda tem que ratificar. Para os senhores terem uma idéia, quando trabalhei no Congresso em 1995 e 1996, recebíamos projetos que foram encaminhados ao Congresso Nacional em 1988 para serem ratificados, ou seja, oito anos depois estavam voltando para que a gente pudesse operar. Até hoje o Congresso Nacional não deixou certificar nenhuma emissora de rádio e nem renovar nenhuma. Não estou fazendo nenhuma crítica ao que deve ser feito. Talvez o conselho de comunicação social pudesse ter outra forma de atuação tipo olhar o conteúdo, trabalhar de outra forma, e deixar que a indústria, como fazemos em telecomunicações fazendo a TV a cabo, cresça com velocidade maior, de repensar um pouco por que tem essa visão. Quem está preservando? Está preservando quem opera legalmente. Ou seja, é difícil incluir e ter novos “*players*” no mercado. O que precisamos ter é mais competição. Nesse sentido é que achamos que é preciso ser feito algum trabalho e logicamente a forma como o ministério deva conduzir para que tenha agilidade, talvez me parece que agora estão tendo agilidade maior em outorgar e depois a Anatel regularizar a rádio-freqüência e depois licenciar é uma coisa muito simples e identificar onde essas emissoras vão funcionar.

Para São Paulo, especificamente, que é a única cidade e me parece que são 16 áreas que não conseguimos viabilizar uma freqüência, estamos viabilizando agora. Com essa mexida no dial, vamos deslocar algumas emissoras que operam em determinadas freqüências para que a gente possa incluir determinada freqüência no dial de São Paulo e assim atender o Brasil todo. O que depender da Anatel, porque foi uma decisão do nosso conselho diretor, quando criamos um plano exclusivo para a rádio comunitária. Ou seja, quem vai viabilizar novos canais

comerciais tem que respeitar o canal comunitário que está reservado para depois ser outorgado.

SR. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – A lei não diz, mas no regulamento da Anatel que está sendo publicado, inclusive o plano básico que agora tem dois mil, setecentos e virão as outras para chegar aos cinco mil e pouco, essas rádios serão intocáveis, ou seja, esse canal é exclusivo para rádio comunitária. A nossa idéia de ter uma frequência única para o Brasil todo. Primeiro pensamos numa frequência muito alta, acima do dial, mas está havendo um problema na intermodulação e no batimento, o que gera interferência no sistema aeronáutico e não deu para colocar. A nossa idéia é trazer para o início do dial, no oitenta e oito e alguma coisa, deslocar algumas televisões que operam no canal 6 para termos no Brasil todo um canal conhecido como o canal da rádio comunitária. Logicamente vamos ter que mexer no dial de muitas outras áreas e ainda não conseguimos, por isso que tivemos que colocar vários canais, ou seja, hoje nas rádios comunitárias temos em torno de 12 canais diferentes para o Brasil todo, como se fossem 12 grandes áreas. A idéia é ter apenas um canal constituído para a comunidade comunitária.

SR. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – Hoje fizemos assim porque não tínhamos condições de ter uma, mas vamos trabalhar no sentido de ter uma só para que seja conhecida e seja respeitada desde que no canal da área comunitária não se toque .

A lei prevê só uma frequência por área. Elas têm áreas específicas no tamanho da cobertura.

A que tiver, por exemplo, e eu conheço quais são os contornos, se ficar algum ponto e é possível que isso ocorra, pode ser que nesse caso não tenha, mas está

na lei, e temos de viabilizar um canal e esse canal tem que ser colocado. A missão da Anatel é viabilizar um canal para a rádio comunitária. No futuro, o que foi que pensamos para a rádio comercial? Acharmos que a rádio comunitária talvez seja muito importante para impulsionar.

A nossa idéia com relação à rádio comercial porque não tinha quando assumimos a Anatel, e não estava previsto a rádio comercial, e agora foi incluído. Todo município brasileiro tem previsto, no plano, a previsão de um canal de FM que possa agora ser licitado pelo Ministério das Comunicações. É economicamente viável? É. Por que é viável? Você vai fazer produção local, mas você não tem condições de comprar a produção que vem de fora. Quer dizer, pode vir propaganda nacional ou conhecer daquele que quer divulgar o seu produto na região. Pensamos fazer a mesma coisa com televisão, ou seja, colocar também no plano para que possa formar as grandes cadeias de rádio e televisão que também seja e sirva de mídia e de infra-estrutura também dessa banda larga.

Temos na Anatel um produto que tem digitalizado o Brasil todo, de ponta a ponta, com capacidade e precisão a 90 metros. Em função disso para desenvolver e viabilizar um canal a Anatel é totalmente competente para fazê-lo. Só não fizemos ainda em São Paulo porque não tem condições para fazer hoje, ou então vai ser preciso deslocar os atuais operadores, alguns deles, de posição no bairro para que se possa incluir em determinada frequência ou seja, o problema técnico não é insuperável. É totalmente superável e a Anatel tem condições técnicas de resolver e ter o canal para São Paulo sem problemas.

SR. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – Não, não é na frente. No mês que vem estamos colocando para consulta pública o canal para São Paulo. Contatamos a Fundação CBQP que também está trabalhando com a Anatel, desenvolvemos um *software*, compramos

um *software* e digitalizamos todo o Brasil, especialmente São Paulo, para fazer essa viabilidade para daqui há dois meses termos um canal para São Paulo.

Por que a antena da Paulista? Em Brasília é todo um apoio só, porque é o ponto central. Em Paris também porque tem a torre.

O que existe é que a legislação permitia no passado e essas outorgas são antigas e agora foram liberadas pelo Congresso. Essa outorga foi dada em 1990 e o processo é demorado e agora o Congresso liberou, mas já existia e está outorgada, estava no plano e era só esperar o Congresso ratificar para que entrasse na operação. As outorgas foram concedidas no Governo Sarney e nos governos anteriores é por isso que já existia e agora que estão entrando em operação. Porque vai parar na Paulista ou vai parar em qualquer outra área? Porque a legislação, na época permitia, fazendo parte da região metropolitana ou seja, São Paulo e todas as suas cidades que fazem parte de toda São Paulo, pode escolher desde que ela cubra mais de noventa por cento da sua área de origem. Se ela prova isso, tecnicamente pode colocar a sua antena onde quer que seja. E o que é que o empresário faz? Coloca onde tem mais gente possível, no caso, na Paulista, não tem dúvida. Em relação a não ter o alvará eu acho muito difícil porque hoje a Anatel o tempo todo está verificando, está acompanhando, a forma dela operar todas elas apresentam para a Anatel. Se a prefeitura deu o alvará que não devia ser dado o problema não é nosso. Mesmo a antena quando é colocada... a antena na realidade não sei se o espaço que ela ocupa se a prefeitura deu ou não deu.

SR. – ... A instalação física e a edificação são posturas municipais. Se liberou e está lá, o engenheiro atestou que está OK, a Anatel deixa entrar a frequência lá.

SR. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – Na seqüência vou responder à Igreja Evangélica. Gostaria de dar o exemplo da economia americana. A economia americana hoje é tão forte e

está sobrando emprego porque acreditou. Se o senhor investir e pensar no futuro digital o senhor também pode chegar lá e ser um Bill Gates. Podemos ler nas páginas, páginas e páginas dos jornais solicitação de empregos e mais empregos. Mudou o paradigma, lógico que mudou. Investiram muito em educação e tiveram que investir.

Sobre o Projeto Cala a Boca, gostaria de complementar porque o Francisco foi muito brilhante na colocação dele. A idéia da Anatel e do Governo, e do Ministro Sérgio Motta na época, de instituir os dois fundos, o Fundo de Socialização das Telecomunicações e o Funtel que é o Fundo de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, mas tecnologia aplicada para gerar emprego e produção tecnológica no Brasil. E são taxas aplicadas nas empresas de telecomunicações porque realmente vão ter muito dinheiro e esse recurso será gerido pela Anatel para aplicação basicamente para garantir que em todas as localidades do Brasil acima de 100 habitantes tenha telefone à disposição dos seus habitantes, e tendo telefone logicamente investir para que tenha os equipamentos necessários para isso.

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações pergunta sobre a questão da educação. É importantíssimo e estamos preocupados, o tempo todo pensamos e investimos nisso. Temos um fórum específico inclusive criamos na Anatel um programa chamado Brasil Gov e pretendemos, com essa integração e por meio dos nossos fundos, investir na formação do brasileiro para que ele tenha condições de mudar o seu perfil de empregado, usando uma tecnologia que evoluiu para a nova tecnologia. Porque é aquela questão do ovo e da galinha. Temos realmente que fazer porque senão não temos condições de competir e vamos continuar sendo importadores de tecnologia, sendo produtores indiretamente.

Respondendo à pergunta do deputado. Primeiro da barreira, a nossa preocupação é a seguinte. Se deixarmos que apenas empresas que constituem a rede de fibras possam prestar serviços à nossa rede de fibra, naturalmente gera barreira, o que nós fizemos com o regulamento dos serviços nas redes de TV por assinatura foi dizer: Olha, a rede é sua. Você vai ganhar dinheiro com ela. Mas

qualquer um pode vir e fazer uso da sua rede. E a idéia é a seguinte: Não temos apenas as redes de fibras, mas temos também o incentivo na evolução da tecnologia, nas redes de fibra trançada e também nas redes de microondas, sejam elas em baixa ou alta microondas e os satélites para termos vários tipos de infraestrutura chegando na casa do cidadão para que aí sim o preço possa cair, como aconteceu no celular, ou seja, várias bandas competindo na mesma área, com isso precisamos fazer alguma coisa para que ganhe o interesse do cidadão.

Com a cesta básica gostaria de mostrar-lhes e está no documento, como houve uma mudança no modelo, entendemos que os canais são fundamentais porque houve um grande avanço na lei de TV a cabo, com as empresas e com os empresários quando investem na sua rede, a visão da maioria dos empresários é maximizar o lucro. O que temos feito nos editais de licitação é obrigar a inclusão, ou seja, aquele que coloca à disposição do público mais canais públicos, mais pontos têm para poder ganhar a licitação e ele paga menos.

SR. – A partir de agora?

SR. JARBAS – Não, não. Desde quando começamos a lançar os editais houve essa mudança toda por isso é que há novas e grandes empresas entrando. Os novos outorgados que vão entrar em operação já vão entrar com muitos mais canais do que há hoje, porque para ganhar a licitação as redes são maiores, são redes de faixa mais larga e já colocaram na sua proposta técnica que foi aprovada e faz parte do contrato de concessão assinado com a Anatel quantidades maiores de canais. E como foi a idéia? Não podíamos fazer diferente a não ser que se mudasse essa lei. A nossa idéia então foi obrigar o atendimento também a todas as entidades de utilidade pública e a todas as universidades, escolas. Aquele que mais diz que vai atender e especifica, coloca o que vai atender ganha mais pontos. Quanto mais pontos ganha depois nós cobramos quando da fiscalização para que ele cumpra realmente o que está no contrato e pedindo que a sociedade veja, na Anatel, esses

contratos assinados, para cada uma dessas áreas para que possa cobrar e fazer uso desses canais que vão estar à disposição.

Por último, a pergunta do Sindicato Geral. De novo ele colocou a questão que o Brasil só vai ter 50% de cobertura, só que indiretamente já respondi quando disse que o processo de outorga foi lento, mas não temos a universalização. A idéia que temos é que isso talvez mude por meio de um processo mais rápido, de novo, o Funtel e o Funtel são importantes. A questão da Comissão de Ciência e Tecnologia tem que ser discutida a aprovação ou seja, se nós outorgamos a TV a cabo e não vai para o Congresso, porque a Rádio Difusão temos que outorgar e é um processo também totalmente aberto e está na Constituição.

SRA. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – Pois é, naquela época foi, mas na época da Constituição também já previa no artigo 175, que tinha que ser por licitação. A partir de 1988 a Constituição amarrou de todo jeito porque tinha que haver um processo licitatório, esse processo queira ou não é no mínimo mais transparente do que se por acaso existia diferente.

Concordo com a colocação do presidente do sindicato e também nos preocupamos quando diz que temos uma Bélgica e uma Índia e fazemos tudo para que a Bélgica cresça e que a Índia também cresça e possa chegar junto com a Bélgica. Esse é o papel que hoje temos na Anatel como lição, trabalhamos para isso de forma totalmente aberta, temos o maior prazer de participar desses fóruns e manter esse contato. Deixamos com os deputados exemplares do que temos feito bem como o nosso plano.

SRA. – (Inaudível.)

SR. JARBAS – Falei que indiretamente já tinha respondido a sua pergunta. Pelo menos mais uma FM em cada cidade para que seja licitada para ter, porque não tem na verdade, e muitas vezes é coberto recebendo sinal de outra emissora, mas não da local. Fizemos isso com a rádio FM e foi uma guerra com os órgãos e hoje operam o que é óbvio. Não quero ter competidores e quero cobrir sozinho aquela área, mas é importante ter produção local. Pretendemos fazer a mesma coisa com a televisão também. O processo é lento. Nós abrimos, está no plano mas até o Ministério licitar, até ir para o Congresso e liberar e de fato ter, talvez tenhamos muito mais cedo pela TV a cabo que estamos colocando no ar com a internet, porque hoje temos rádio internet, rádios via internet, talvez cheguem primeiro. É uma realidade. Muito obrigado.

SR.. – Agradecemos ao sr. Jarbas pela exposição e queremos dizer que a nossa preocupação central é em relação à questão que temos de impedir que aja os monopólios, que essa concentração de capital seja em detrimento da grande maioria do povo brasileiro. Concordando com o nosso companheiro do Sindicato dos Radialistas, temos uma grande preocupação porque temos uma população de cento e sessenta milhões de habitantes e um mercado consumidor de trinta milhões, quer dizer, um mercado consumidor grande, mas temos cento e trinta milhões que não estão nesse mercado consumidor. Quando falamos em crescimento exponencial dos celulares, no crescimento exponencial das assinaturas das TVçs a cabo, ainda estamos falando dos trinta milhões. Portanto, a nossa preocupação é, e é essa a preocupação da Assembléia Legislativa e desse fórum, como vamos chegar nos outros cento e trinta milhões, como vamos atingir isso e as preocupações em relação ao emprego, à distribuição da renda que são questões centrais que permeiam a nossa análise no setor de comunicação. Muito obrigado.

03.05.2000

- .Carlos Zarattini – Deputado. Coordenador do grupo temático Ciência e Tecnologia e Comunicações
- .François René – Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação
- .Luci Martins – Secretária Geral Preseidente de Honra do Sindicato das Rádios Comunitárias
- .Everaldo Gomes – Conselheiro do Fórum São Paulo Século 21, representando o Ministério das Comunicações
- .Teresa Cristina Miranda – Diretora do Departamento de Comunicação da Assembléia Legislativa de São Paulo
- .Edberto de Paula Ribeiro – Vice-Presidente da Associação das Emissora de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo
- .Edson Aparecido – Deputado. Relator do Plano Plurianual
- .Jerry – Representante da Rádio Noroeste de Campinas
- .Sérgio – Brasso e Aperloc
- .Adão – Diretor da Associação Pró-fossemico do Estado de São Paulo
- .Dantas Filho – Presidente Nacional do Sindicato das Rádios Comunitárias
- .Demerval Gonçalves – Rede Record
- .Joaquim Alberto – Sociedade Amigos do Parque São Domingos
- .Fuarez – Representante da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Grande Campo Limpo emembro do Sinerc-Sindicato das Associações Mantenedoras de Rádios Comunitárias
- .Ricardo Campolim – Presidente da Associação Brasileira de Rádios Difusão Comunitária para o Estado de São Paulo
- .Raimundo – Diretor do Sinerc, da região de Campinas

SR. CARLOS ZARATTINI – Senhoras e senhores, boa-tarde a todos. Vamos dar início ao nosso debate sobre rádios comunitárias e emissoras locais, o quarto debate do Grupo Temático de Comunicação. Já realizamos os seguintes debates: Comunicação de massa, legislação e ética; Interiorização e regionalização das fontes de informação e Novas tecnologias da comunicação. Hoje pretendemos avaliar a situação das rádios comunitárias e emissoras locais.

Para compor a Mesa vamos chamar o Sr. François RENÉ, chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação; Sra. Luci Martins, Secretária Geral e Presidente de Honra do Sindicato das Rádios Comunitárias; Sr. Everaldo Gomes, Conselheiro do nosso Fórum, que hoje está representando o Ministério das Comunicações. Deve estar ainda chegando a Sra. Teresa Cristina Miranda, Diretora do Departamento de Comunicação da Assembléia Legislativa de São Paulo e também o Sr. Edberto de Paula Ribeiro, vice-presidente da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo.

Hoje de manhã telefonou-nos o Sr. Paulo Minicuti, Secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, dizendo que não poderia estar presente, porque tinha que atender a outras tarefas do Sr. Pimenta da Veiga, Ministro das Comunicações. O Sr. Everaldo foi pego de surpresa e gentilmente está fazendo o favor de nos ajudar nos debates com as informações de que dispõe e que, certamente, serão bastante importantes.

Neste Grupo Temático de Comunicação temos procurado aprofundar questões que dizem respeito à democratização da comunicação. Já avaliamos toda a questão da legislação, a força que tem hoje os meios de comunicação de massa, o quanto eles podem trazer de benefícios ou problemas para a população na medida em que se tornam monopólios e, desta forma, impondo-nos uma cultura que, muitas vezes, não é a do povo brasileiro. As novas tecnologias favorecem em boa parte a democratização da comunicação porque abrem inúmeras possibilidades de novos canais e emissoras. Mas quando articulam publicidade, produção cultural,

controle do meio de comunicação, pode se tornar um monopólio que não vai atender aos interesses da maioria do nosso povo.

Hoje o nosso debate será sobre rádios comunitárias, emissoras locais e TVs comunitárias também, uma questão que vem permeando o conjunto dos debates. Depois a Luci vai passar algumas transparências que demonstraram como está a localização das emissoras de rádio e de televisão em nosso Estado. Todos poderão observar que quase 40% dos municípios do Estado não têm nenhuma rádio de AM ou FM e muito menos emissora de televisão.

Queremos registrar a presença da Sra. Teresa Cristina Miranda.

Vamos dar início aos debates. Cada debatedor poderá fazer uso da palavra por cerca de 15 minutos. Haverá uma certa maleabilidade da Mesa, mas pedimos que, dentro do possível, não ultrapassem muito esse tempo.

Passo a palavra ao Sr. François RENÉ, chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação.

SR. FRANÇOIS RENÉ – Desculpem-me meu certo informalismo, mas é que me sinto muito melhor assim e a experiência de magistério também me coloca numa situação acima dos novos paradigmas da educação do ensino e aprendizagem. Prefiro tirar qualquer revestimento de formalismo na minha fala para que os senhores entendam a minha presença aqui mais como um depoimento. Sinto-me incomodado, talvez seja sintomático, mas é o terceiro fórum que compareço para falar. Estou aqui porque sou do governo federal e quase sempre estou neste exercício solitário. Gostaria muito de estar numa Mesa na qual o governo federal estivesse mais presente.

Começo a minha exposição sempre dizendo que sou servidor público, há 25 anos, concursado, cheguei onde estou por mérito. Bem, já comecei invertendo as coisas, quando não desejei a todos uma boa-tarde. Desculpem-me pelo meu informalismo, mas vamos continuar assim, melhor do que o remendo.

Amanhã estarei voando para Florianópolis, onde participarei de um Seminário de Jornalismo Científico. Parte do material que apresentaria aqui, e mais uma vez botamos a culpa na companhia aérea, foi para Florianópolis e eu fiquei. Tenho em mãos e vou passar para a Mesa um material que está disponível tanto no *site* do MEC, como da Agência de Notícias do Direito à Infância, que basicamente é o que vou falar para vocês. Trata-se de um kit composto de um vídeo, uma publicação e um resumo de um seminário executivo que fizemos, no final do ano passado, em São Paulo. Depois de três anos gestando esse seminário, conseguimos fazer um dos eventos da maior importância que já se fez na área da mídia e da comunicação neste país e que, de alguma forma, tem uma interface com o poder público. Esse seminário contou com a presença de cerca de 180 jornalistas, eleitos pontualmente como os maiores 180 veículos do país. Durante três dias fizemos uma imersão no universo da indústria dos bens simbólicos, vamos chamar assim a indústria do entretenimento, que o vulgo colonizado chama de mídia. Essa pesquisa passou a ser um termômetro para nós e, por recomendação desse evento, estamos numa fase que seria a disseminação dos resultados dessa pesquisa que se debruçou sobre a cobertura da mídia dos últimos 10 anos, a “clipagem” da mídia, a respeito do tema educação. Contratamos uma universidade para fazer o estudo desse material, e em cima do relatório apresentado, pautamos as discussões para esse evento da mídia. A pesquisa veio confirmar algumas impressões que tínhamos sobre essa realidade. Primeiramente, quando assumimos o MEC há seis anos, observamos um acompanhamento feito por uma organização do Terceiro Setor, uma ONG chamada Angi – Agência de Notícias do Direito da Infância, um acompanhamento meramente estatístico, ou seja, quantitativo e não qualitativo, que demonstrava que a pauta de educação era 12º assunto na mídia brasileira. Para espanto nosso, o único jornal que tinha uma auditoria de educação era do Rio Grande do Norte e não era nenhum dos cinco ou seis grandes jornais que temos no país. A pesquisa agora acusa, como resultado de esforços nossos no Ministério e dos parceiros que tem ombreado conosco esse desafio, que hoje a pauta de

educação é o primeiro assunto da retranca social, apresentando a evolução da cobertura, parte pelo esforço institucional do poder público e porque hoje, talvez, seja um consenso na sociedade brasileira de que essa coisa reproduzida e falada, e é uma das leis da comunicação, a gente deve repetir várias vezes, correndo o risco de fazer de uma mentira uma verdade. Mas essa, pelo menos é uma verdade que só agrega valor. A educação com certeza vai ser a ferramenta com a qual vamos conseguir, neste mundo globalizado, uma posição competitiva e condições para provocar um espaço que atenda às nossas necessidades. Isso, talvez, pela educação estar no imaginário das pessoas e elas acreditarem realmente que a possibilidade de promoção é a educação. Temos, então, esse ambiente fértil para realizar algumas ações na área da comunicação para que se amplie e multiplique todos os esforços e se otimize todas as ações que se faça em prol da educação.

Voltando à pesquisa, ela nos passou um quadro que, de alguma forma, confirmava àquilo que se fala nos bares, nas faculdades de comunicação, de educação etc., de que a mídia é atrelada ao poder, de que existe uma relação promíscua entre o poder e a mídia. A bibliografia, a literatura, os 10 mais vendidos nas bibliotecas e nos aeroportos, tais como “Notícias do planalto”, “Cem anos”, “Como se faz um presidente”, enfim, uma vasta literatura que trata das relações entre a mídia e o poder, dizem isso. Essa pesquisa veio confirmar que a cobertura feita pela mídia está atrelada, pendurada nas ações do poder público. Particularmente na educação confirmamos que a ascendente nas estatísticas acontece toda vez que o poder público faz alguma ação na área de educação. Existe um crescimento da cobertura, quase sempre federal, no qual há um distanciamento muito grande entre os fatos que ocorrem no universo imediato das pessoas, particularmente, na área da educação, e essa pauta, que a mídia tem um frenesi em cobrir, está pendurada nas ações do poder público e quase sempre nas ações do poder público federal.

Esse seminário tinha a intenção de partilhar e consolidar uma visão que os profissionais de comunicação também tem desse atrelamento da agenda do poder

público e a pauta que a mídia cobre. O tema do seminário foi “Mídia, educação, perspectivas para a qualidade da informação”. Partimos de alguns pressupostos e fomos confirmá-los. A pesquisa apresentada aos 180 jornalistas propiciou que fizéssemos uma reflexão profunda sobre o fazer jornalístico, como devemos agir, os cacoetes, vícios e condicionantes. Aproveitamos de um estudo que vem efervescendo, nos últimos 10 anos, nas universidades, que são as hipóteses dos “*News making*” e do “Agenda sete”. “*News making*”, isto é, fazendo jornal, seriam quais os estudos, os atores, os comportamentos dos condicionamentos que determinam a cobertura jornalística. A hipótese do “Agenda sete” seria a capacidade que a mídia tem de determinar a agenda pública. Essa agenda pública seria determinada num processo de longo prazo, na medida em que a mídia conseguisse eleger alguns temas e inserir no consciente, na reflexão das pessoas, determinando até a exigência da sociedade de quais seriam os pontos que o governo deveria levar à frente, o que seria uma agenda pública etc.

Essa pesquisa e toda literatura que está nas livrarias veio confirmar que essa vinculação de “Agenda sete” e “*News making*”, é feita de forma até muito empírica, bastando memorizar as manchetes dos jornais que temos lido nos últimos tempos, insistindo em determinados temas, em que se coloca toda possibilidade de sucesso, de êxito do país, em cima de meia dúzia de pautas, como se nada mais acontecesse, como se o Estado fosse incapaz. Isso, na verdade, revela uma situação que hoje o mundo se encontra, em que temos uma tendência de caminhar para uma sociedade centrada na mídia. A mídia hoje tem uma dimensão de pautar o social, o econômico, e de pautar a dimensão política das relações. A respeito do econômico, li recentemente na *Revista Exame* uma declaração do presidente do Banco Central americano, dizendo que os negócios em torno do universo da indústria do entretenimento, que é o nosso mundo, o universo da mídia, giraram em torno de umas dezenas de trilhões de dólares nestes 10 anos. A ruptura das normas legais em algumas situações quanto à posse, a gestão dos meios de comunicação, o acúmulo de mais de uma mídia, que são preceitos constitucionais,

não só aqui, mas no mundo todo, e vemos o Murdock entrar no mercado americano, a compra da Warner, a fusão da UOL e esse universo todo, gira em torno desses trilhões de dólares. Então, no econômico está determinado.

No social, o papel nesse processo de socialização que a mídia assume, sendo a referência de todos nós há muitas gerações, o que o Louis chama de aparelhos ideológicos do Estado e o papel que a mídia tem de substituir a família, o professor, a relação social, e pautar os indivíduos etc.

No político, à medida que, de certa forma, cria-se uma agenda pública, intermedeia-se uma relação entre os atores sociais, substitui-se os partidos políticos de alguma forma, quando se fiscaliza, se determina a agenda, e por aí afora. Parece-me que está muito clara essa característica de sociedade centrada nos mídias.

Quando assumimos o MEC, tivemos a felicidade de trabalhar com a educação, que vamos chamar de um produto – – permitam-me essa heresia – – como um bem que está no imaginário das pessoas com uma possibilidade de promoção. Ou seja, temos um produto fácil de vender. Difícil é fazer oposição às ações que acontecem na área de educação. Discutimos o como e o quando de algumas coisas. Mas nunca discutimos o quê, porque todo mundo concorda com este “o quê” que está sendo feito. Pode-se discordar no dinheiro que está sendo mandado, pode-se priorizar tal área, discutir a ordem de como são feitas as coisas, mas há um consenso de que tudo o que é feito na educação ainda é pouco pelo tanto que precisamos fazer.

Tivemos a facilidade desse terreno fértil para implantar as ações da educação, e essa equipe que assumiu chegou com a visão de que nada se faz em educação solitariamente, isoladamente. Então, se fez opção de ter a comunicação, e aí vem o porquê do currículo de 25 anos de serviço público, professor universitário e 25 anos de assessoria em comunicação em Brasília. Desculpem-me a pretensão, mas pela primeira vez em meus 25 anos, pelo menos tenho o prazer de ser uma das pessoas que está envolvida num processo que vê a comunicação como uma

questão de cidadania. A dimensão da comunicação hoje nas ações do Ministério da Educação resgata a missão “cidadão da comunicação”. Entendemos as ações de comunicação como algo muito maior, e não de assessoria de imprensa. O nosso foco é o cidadão. Se não estabelecermos uma cumplicidade com essas pessoas, não fazemos muito, porque tudo que se tem que fazer é no sentido coletivo. A comunicação, para nós, é uma ferramenta gerencial estratégica, capaz de mobilizar as pessoas em torno de uma causa que é a qualidade na educação. Assim sendo, a comunicação é uma ferramenta que nos fez ousar e buscar alguns caminhos que vão contra os paradigmas que se tinha até então colocados pelo poder público, inclusive porque não eram questionados. Vou exemplificar e demonstrar que, concretamente, conseguimos romper com alguns paradigmas. Para nós, a comunicação é uma ferramenta de mobilização social. No começo do governo, nos debruçamos sobre a legislação e tivemos a felicidade de ter um amigo que fazia um doutorado em cima das concessões de rádio e tevê. Todo mundo conhece a cultura e a história das concessões de rádio e tevê no Brasil. Não sei como é no mundo, mas com certeza, sei como é no Brasil. Recorremos a uma legislação do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que dizia aquilo que todo mundo já sabe, ou seja, do caráter público e da função social dos meios, e que parte da grade das emissoras tinha que ser utilizada com programas educativos. Descobrimos que, conforme a legislação, era possível fazer alguns acordos com os proprietários das emissoras de rádio e de tevê, pelo qual todos sairiam ganhando, e ganharia mais ainda a sociedade brasileira. Fizemos um convênio chamado MEC-Abert. Este convênio garante ao MEC a veiculação de cinco minutos diários em todas as tevês, durante os dias da semana e 20 minutos aos finais de semana. Em todas as emissoras AMs, de segunda a sexta, cinco minutos, e nos finais de semana, 15 minutos. E em todas as FMs cinco minutos, durante todos os dias da semana. Algumas pessoas se espantam com a presença do MEC em rádio e televisão e acham que estamos gastando uma fortuna. Estou cansado de responder a solicitações dos parlamentares esclarecendo isso. O que vocês estão vendo no horário nobre, o

tempo todo na televisão, não vou falar que é gratuita, porque está tudo muito bem pago, mas o MEC não paga por essa veiculação. Pagamos apenas pela produção das peças, que procuramos fazer com qualidade para que não agridam a qualidade com que os veículos apresentam os seus produtos. A primeira vigência desse acordo, como era muito novo, a gente teve aquela relação que vai se aprofundando e havia alguma resistência. Hoje quando aditamos o convênio, a Abert teve toda a simpatia e boa vontade e já pediu para assinarmos juntos as peças que fazemos. Ela percebe também a função social, essa necessidade que existe ali etc.

Se fôssemos pagar, isso significaria hoje cerca de 110 milhões reais por ano. É muito dinheiro. O orçamento do MEC para comunicação durante o ano todo era de 14 milhões de reais. No Orçamento foram cortados sete milhões, ou seja, temos sete milhões de reais, conforme Orçamento aprovado recentemente. Estamos ali porque somos profissionais de comunicação e servidor de carreira. Faço questão de dizer isso porque esse entendimento é uma grande evolução no serviço. Debruçados sobre a problemática da comunicação como ferramenta de mobilização, percebemos uma história entre eficácia e eficiência. Estamos matando barata com bala de canhão. É possível matar barata com sandália havaiana. Estamos dando tiro de canhão com uma mídia poderosíssima, falando para todo mundo numa linguagem que academicamente questionamos, que é a história da uniformização, da pasteurização. São vários “brasis” e imaginamos quase sempre que o Brasil é alguma coisa que está ao longo da praia do Rio de Janeiro, uma visão que a Globo ajudou muito a universalizar aqui. Então ousamos na gestão passada buscar alternativas que nos possibilitassem falar, umbilicalmente, para as pessoas, que o nosso planejamento estratégico eram as pessoas que precisavam receber aquele estímulo de comunicação. Tínhamos duas grandes agências. A maior agência do mundo que ganhou a licitação, a Agência Mac Ericson e a outra era agência regional, chamada Atual. Hoje temos a Thompson e a DAG, ambas de São Paulo que ganharam uma licitação em dezembro do ano passado. Estamos muito bem assessorados com profissionais de comunicação. Chegamos à seguinte

conclusão: fizemos com a Oboré, uma empresa de São Paulo, um projeto de renda mínima. Esse projeto é um pouco parecido com o projeto do Sr. Suplicy, que dizia como você vai botar as crianças na escola, sabendo que grande parte da evasão escolar se dá por um determinante econômico; usar a escola como um instrumento, inclusive, para capitalizar a família e ter um estímulo para a criança permanecer na escola. O nosso projeto de renda mínima foi dirigido às áreas mais carentes do Brasil. Precisávamos falar com aquelas pessoas, onde a mídia de massa, como por exemplo, o “Jornal Nacional,” não chega. Salvador tem um sinal muito forte da Globo e as outras emissoras têm um sinal muito fraco, a não ser que a pessoa tenha uma antena no quintal que dê o sinal com força. Sabemos que em comunicação o problema é o grande ruído. Tínhamos dificuldades em usar mídia de massa para chegar na região amazônica. Qual é a mídia para se falar com as pessoas que estão nas regiões mais interioranas? Temos que usar, por exemplo, o rádio, procurar um serviço de alto-falante, isto é, buscar alternativas de mídias existentes, porque o mundo já tinha atingido níveis de excelência, quando tínhamos como arma apenas a máquina de escrever Remington. Fizemos a revolução da comunicação antes da Internet e da televisão. Fazemos a comunicação desde a caverna; fazemos uma comunicação que, por ser de natureza diferente, tem retorno superior ou igual ao da mídia de massa. Isso tudo é comprovado. Existem estudos nas academias que testemunham e reforçam o que estou falando para vocês. Como fazer para atingir essa turma que está mais na ponta? A mídia de massa não é suficiente, porque não temos a pauta do horário que ela entra, muito embora vemos hoje as peças do MEC no horário nobre, concorrendo com os grandes comerciais de televisão, nos melhores horários. Se estivéssemos gastando os 110 milhões de reais que estão sendo economizados, estariam sendo mau gastos, porque não estaríamos conseguindo chegar onde queríamos. Tivemos a experiência da renda mínima, e a experiência que estamos reforçando e continuando com ela, é um trabalho com comunicadores populares nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em que fazemos um treinamento de comunicadores de rádios comunitárias e

serviços de alto-falante. Essas pessoas recebem o material referente à área da educação e o reproduzem nas suas comunidades.

Chegamos à conclusão, e no debate poderei apresentar algumas outras evidências, inclusive científicas do que estou falando a vocês, que redescobrimos a roda. Hoje nesta sociedade globalizada temos o seguinte axioma: pense no global e aja no local. Esta é uma máxima que todos fazem e, às vezes, como dizia o compositor Rodrigues, é preciso restabelecer o óbvio. A sociedade organizada, o país que busca se modernizar, tem como solução para a maioria das suas mazelas, não a municipalização, mas a “comunitarização” das ações públicas. É preciso aproximar as ações do poder público das ações das comunidades locais, dos seus maiores usuários. É preciso estabelecer uma cumplicidade entre o poder público e as comunidades que são a clientela, atores, parceiros e cúmplices da agenda pública. A mídia de massa não é capaz de atender a isso. Há uma dificuldade muito grande pela série de variáveis que existe nessas relações e também, para ficar no contemporâneo das coisas, sabemos que no processo de memorização de filtro e de resistência, todas as pessoas do planeta esquecem-se primeiro daquilo que está mais distante e se lembram daquilo que está mais próximo. Onde isso amarra com a nossa pesquisa? A pesquisa mostra que a mídia de massa não atende mais às expectativas que o MEC tem e precisa. Quando digo mídia de massa, estou falando de quatro ou cinco veículos que têm a característica de cobrir o país todo, de determinar a agenda pública em ter uma relação que interfere na qualidade da informação que se apresenta ao público. Hoje temos três ou quatro programas que descem ao nível da “comunitarização”, que é o dinheiro na escola, o livro e merenda, que precisa da cumplicidade com a comunidade A comunidade através da Associação dos Pais e Mestres que está lá acompanhando o desempenho e o sucesso do seu filho na escola, que fiscaliza a aplicação de dinheiro e o Fundef, que contribui com o professor, que cobre a ausência do poder público, pintando a escola, ela tem sido a grande parceira da escola de qualidade.

Encerro esta minha exposição reafirmando duas coisas que SR. Paulo Renato, Ministro da Educação fez: qual é a diferença entre uma escola e outra? É aquela na qual a comunidade através do pai, está presente, acompanhando. É uma verdade apartidária, acima de qualquer proselitismo. A outra, e eu reproduzo com muita prazer e felicidade, diz o seguinte: qualquer ação do poder público, o sucesso de qualquer política pública, é 50% uma boa e eficiente política de comunicação. O exercício que estamos vivenciando e as parcerias que estamos estabelecendo, inclusive à margem do que supostamente seria o Estado legal, vêm forçadamente pela necessidade de estabelecer canais de comunicação com a sociedade, e na experiência que temos vivido com as rádios comunitárias, os jornais de associação, os jornais sindicais, os serviços de alto-falantes, que são os parceiros que vão agregar valor nessa relação e são o diferencial que vão permitir que a gente dê um salto qualitativo. Estamos todos na eminência daquela angústia, esperando esse salto. Elegemos esses parceiros que são os canais que têm uma teia de cumplicidade com a comunidade. O Secretário de Comunicação Andrea Matarazzo, em três entrevistas recentes e, particularmente, na última concedida para *O Estado de S. Paulo* disse duas orientações da Secretaria de Comunicação do Governo, que ela repassa para as assessorias de comunicação do governo federal: regionalizar a comunicação, interiorizar a comunicação, e segmentar a comunicação. É isto que a gente vem fazendo.

Entendemos, assim como o Ministério da Saúde e algumas organizações internacionais que trabalham no Brasil, das quais temos registro, que a mídia, a qual possui essa rede de publicidade com as comunidades, é a parceira do momento. É a parceira que elegemos e temos a certeza de que ela vai agregar valor às ações que o MEC vem desenvolvendo em prol da educação, bem como o resgate de uma comunicação compromissada com os interesses e com o destino da população brasileira. Muito obrigado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Registramos a presença do Sr. Edberto de Paula Ribeiro, vice-presidente da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo, que faz parte desta Mesa. Chamo também o Deputado Edson Aparecido que acompanha de perto a questão da comunicação, e o Sr. Demerval Gonçalves, Conselheiro do Fórum e Superintendente da Rede Record para fazerem parte desta Mesa.

Passo a palavra ao Sr.. Everaldo Gomes, representante do Ministério das Comunicações.

SR. EVERALDO GOMES – Boa-tarde Deputado Carlos Zarattini, Deputado Edson Aparecido, companheiros de batalha, D. Luci, Sr. François RENÉ, D. Teresa Cristina e Sr. Edberto de Paula Ribeiro, senhores e senhoras, a minha situação hoje é uma tanto quanto especial e delicada. Quem deveria estar aqui seria o Dr. Paulo Menecuti, representante do Ministério que, por razões já expostas na abertura, não pôde vir. Eu, como conselheiro, fui convidado pelo Coordenador deste fórum, e por espírito democrático jamais fugi à luta, estou nesta Mesa. Tentarei, dentro dos 15 minutos, passar para vocês uma atualização de informações, já que oficialmente não as tenho e também não tive procuração. Mesmo sem ter procuração, quero deixar um crédito ao nosso ex-Ministro Sérgio Motta. Tenho acompanhado aqui vários expositores tecerem comentários sobre o método de concessão de rádio e tevê. Isso foi até a gestão do Sr. Sérgio Motta, porque agora mudou. Toda concessão de rádio e televisão no país é através de uma licitação pública, conforme preceito constitucional, art. 175. Eu tive a honra de ser o presidente da comissão estadual e da comissão de âmbito regional em São Paulo. Depois dessa concessão, após a viabilização do canal, é publicado um edital e todos participam. São sessões, publicações, a documentação vem para a mesa e todos os participantes têm acesso a tudo. Não é mais uma concessão política. Tenho como exemplo marcante, já que vivi a história e disse que faço questão de estar na inauguração quando a rádio dele for para o ar. Trata-se de um rapaz de Caçapava, cujo nome não me lembro agora,

que começou também nessa luta de rádio comunitária, brigava, teve a sua rádio fechada, entrou na concessão de um canal, foi vencedor e está prestes a botar a sua rádio comercial em Caçapava. Isto é uma prova de que existe a possibilidade e está aberta a todos.

Já comentei da procuração e não tenho o que falar. Estive em Goiás recentemente com o Dr. Paulo Menecuti que antecipou algumas coisas, que é um anseio grande de todos vocês. Vocês têm me visto, publicamente, combater e tentar mudar alguns caminhos da lei de radiodifusão comunitária. Por mais que o Ministério se esforce, tem trabalhado para isso, vai para a Casa Civil, para o Congresso, mas fica numa fila para passar por todas aquelas Comissões. Só tem uma rádio que foi autorizada, que, se não me falha a memória é de Andradina, mas que ainda não passou pelo Congresso, assim como outras.

O Dr. Paulo Menecuti antecipou também, e digo tudo isso não oficialmente, que está havendo gestões políticas no sentido de que o Congresso dê um *ad referendum* ao Ministério das Comunicações para fornecer licenças em caráter precário, para que aqueles que atenderem a todo o trâmite da legislação da rádio e televisão comunitária, possam entrar no ar após ter a sua licença aprovada, até a manifestação do Congresso. Estamos torcendo para que vocês tenham sucesso nessa negociação.

Existe um outro componente muito importante, foco de hoje, que é a interiorização da comunicação e o acesso ao povo. O Ministério está empenhado nisso. Todas as cidades hoje já dispõem de um canal comercial. A abertura, agora, se dará por interesse de qualquer representante da sociedade manifestar-se junto ao Ministro para que ele coloque o edital em concorrência. Vocês devem ter visto, recentemente, que está saindo para o Estado de São Paulo mais de 72 editais para rádio comercial. Para rádio comunitária, que era um espinho muito grande, porque faltava um canal para São Paulo, dentro de um mês, teremos esse canal viabilizado. A Anatel está fazendo todo esse esforço e deve até promover uma mexida em alguns canais dial, para que se viabilize a rádio comunitária de São Paulo, já que

nas demais localidades já existe. Trabalharemos para que seja um canal único, para que onde estivermos aquele canal seja reconhecido como da rádio comunitária.

Podemos dizer que o empenho do Sr. Ministro é para tirar essa demanda toda. Com certeza a Luci vai falar a respeito dos números que estão aí, que é um fato e não pode ser contestado. Temos que nos unir para que haja uma agilização dessas rádios. Se não, vou ter que trocar o meu *bottom*. Passo para a Anatel, para exercer o meu papel de fiscal da lei. Se está no ar sem licença, com licença, temos que interromper.

Com certeza, e este é um outro dado importante, a maioria dos que temos interrompido com mandado ou sem mandado, não são rádios comunitárias. A exceção é rádio comunitária. Este é um dado que nos deixa muito preocupados. Tenho acompanhado toda essa luta dos movimentos realizados para que tenham sucesso na rádio comunitária. Mas temos visto que se trata de um pessoal que quer continuar na clandestinidade e que são rádios comerciais de fato. Todos devemos estar juntos para combatê-los. Este é um recado fundamental.

Em termos de novidade, não temos muito mais do que já falei. Quero apenas mostrar essa dedicação e passar, oficialmente, o empenho do Ministério para essa agilização e contar com esse apoio na modificação da legislação.

SR. CARLOS ZARATTINI – O Deputado Edson Aparecido é relator do Plano plurianual que está sendo discutido no grande auditório e vai ter que voltar lá para poder acompanhar tudo.

Tivemos aqui um ato no dia 9 de fevereiro, do qual saiu um abaixo assinado, que contou com a assinatura de cerca de 50 deputados, solicitando ao Presidente da República discutir a questão das rádios comunitárias. Pedimos ao Deputado Edson Aparecido para que colaborasse nesse intuito. Sua Exa. fez alguns contatos, especialmente com a Comissão de Comunicação da Câmara Federal e acho que poderia colocar para vocês como anda a situação dessa discussão, antes de voltar ao grande auditório para acompanhar a discussão do Plano plurianual.

Passo a palavra ao Deputado Edson Aparecido.

SR. EDSON APARECIDO – Obrigado, nobre Deputado Carlos Zarattini. O Fórum São Paulo Século 21 que a Assembléia Legislativa realiza ao longo de, praticamente, um ano, tem cumprido o papel extremamente importante, não só de apontar as perspectivas que esta Casa e a sociedade civil organizada de São Paulo acreditam como demandas corretas para São Paulo e para o Estado, mas também tem procurado, no dia-a-dia concreto das demandas da sociedade, acabar por se mobilizar, como também mobilizar os Srs. deputados, para que possam responder questões extremamente concretas. Tive a impressão de que é exatamente isto que o Fórum tem procurado fazer nesta questão específica, que hoje a Comissão que cuida da área de ciência e tecnologia está fazendo sob a direção do Deputado Carlos Zarattini. Em nome dele quero cumprimentar todos os demais membros da nossa Mesa. Como S. Exa. já disse, hoje esta Casa está extremamente agitada, porque estamos realizando a discussão do Plano plurianual que iniciou às 13 horas e vai até às 20 horas. Trata-se de uma peça muito importante que vai tratar do orçamento do Estado, com a participação da sociedade civil para os próximos quatro anos. Eu como relator não posso deixar de estar presente.

Vim aqui para dizer que já vínhamos discutindo a questão das rádios comunitárias há algum tempo sob a direção do Deputado Carlos Zarattini e com outros deputados desta Casa. Esta é uma conquista extremamente importante. O Ministro Sérgio Motta, quando iniciou o seu trabalho junto ao Ministério das Comunicações, ao lado do processo de privatização, tinha na questão da radiodifusão um dos pilares do Ministério, que passavam, num primeiro momento, pela elaboração de um novo esboço que possibilitasse, mesmo sob o ponto de vista das rádios comerciais, às AMs e FMs, um novo quadro de concessão no Estado brasileiro. Até então, qual era a marca que se tinha? Todas as concessões públicas de rádio e tevê eram dadas sem licitação, sem a compra efetiva desse bem, e feito sob patamares técnicos, mas não estabelecidos em cima de uma legislação, com

acompanhamento do Congresso Nacional. Esse foi o primeiro elemento importante que, exatamente como disse o representante da Anatel em São Paulo, foi o novo quadro em que se estabeleceu que todas as rádios e tevês comerciais do país tinham que passar por um processo de licitação, com regras extremamente explícitas, esse bem público passaria, a partir desse momento, a não ser mais concedido gratuitamente, mas teria que haver pagamento pela concessão. Esta foi uma nova regra, que estabeleceu a partir daí um processo novo na radiodifusão do país.

Foi uma iniciativa extremamente polêmica, e acredito que a vontade política do ex-Ministro Sérgio Motta, ao lado da mobilização da comunidade, possibilitou a aprovação do projeto de lei da radiodifusão comunitária. Todo mundo sabe da dificuldade da tramitação dessa lei no Congresso Nacional. Pela história que se tem nos últimos 40 anos, todo mundo sabe que o Congresso brasileiro tem uma composição bastante complexa, sobretudo no que tange a essa questão do acesso aos meios de comunicação. Não foi fácil fazer passar o projeto de radiodifusão comunitária no Congresso Nacional. Tivemos uma discussão muito longa, o projeto foi aperfeiçoado, e criou também diretrizes extremamente concretas que possibilitaram ao país caminhar muito rapidamente para essa democratização, permitindo que a sociedade civil organizada, ou seja, as comunidades pudessem ter direito a um canal de radiodifusão comunitária. Evidentemente a lei procurou distinguir muito bem aqueles que fazem radiodifusão comunitária e outros que não fazem. Temos hoje no país, e em São Paulo não é diferente, verdadeiras redes que, sob o manto de rede comunitária, acabam prejudicando exatamente aqueles que fazem este tipo de trabalho, seja para um setor da comunidade, para um sindicato, para uma representação específica, na Grande São Paulo, na Capital e no Interior. Este era o grande problema de na lei procurar distinguir exatamente aqueles que se utilizam dessa iniciativa, que foi uma conquista importante da sociedade civil no país e que acabam tendo, sob o manto das rádios comunitárias, verdadeiras redes, fazendo proselitismo político, religioso e não servindo aos reais interesses da

comunidade. O Ministério precisa agora de um caminho, a meu ver articulado com o Congresso Nacional. Como vocês sabem, tem um projeto do Deputado Luis Moreira, do PFL, da Bahia, que propõe exatamente que as mensagens do Ministério para concessão e outorga das rádios comunitárias não passem mais pelo Congresso. Particularmente, acho isso muito complicado. Cada vez mais o Congresso brasileiro tem que acompanhar essas questões. O Congresso é, sem dúvida alguma, o instrumento que a sociedade tem, mais plural possível, capaz de fazer com que os interesses da comunidade, sejam eles quais forem, possam ter um debate mais aberto.

Aqui já foi dito, pelo representante da Anatel, que há um sentimento muito preocupante por parte de todos nós com relação à celeridade com que essas outorgas estão acontecendo. Evidentemente todos queremos um acompanhamento técnico o mais preciso possível. A decisão sobre essas outorgas tem que estar, sem dúvida alguma, esboçadas em leis, nos critérios do Ministério e é isso que esperamos que aconteça. Se isso acontecer e se for perseguido esses critérios técnicos, não tenho dúvida de que quem realmente faz radiodifusão comunitária terá acesso a essas outorgas. Isso é diferente daquilo que, volto a dizer, de alguns que dizem fazer radiodifusão comunitária e acabam canchando 150 cidades. Todos vocês que fazem radiodifusão comunitária sabem quem está fazendo isso realmente prejudica. Que a partir de hoje o Ministério possa ter um canal muito aberto para essa discussão, para que a relação com a Anatel seja profissional. Sabemos que rádio comunitária é para ser comunitária, não é para ser comercial. Este é o espírito do projeto de lei. Tenho a impressão de que é exatamente isso que todo mundo está querendo.

O Deputado Carlos Zarattini e outros desta Casa procuraram exatamente fazer com que essa discussão se aprofundasse Congresso Nacional. Na próxima quinta-feira o Deputado Santos Filho, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, irá receber essa comissão de deputados da Assembléia Legislativa de São Paulo e uma comissão de representantes das rádios comunitárias de São

Paulo. A idéia também era da possibilidade do Ministro Pimenta da Veiga nos receber. Ele não estará em Brasília na semana que vem. Sugeriu que encontrássemos o Secretário de Radiodifusão no Ministério, SR. Paulo Menecuti, para que pudéssemos já antecipar algumas coisas e no momento seguinte esta Comissão de deputados desta Casa, junto com uma comissão de representantes das rádios comunitárias, na seqüência, teriam um encontro com o Ministro Pimenta da Veiga.

Tudo isso é fundamental, até porque vocês sabem que já era plano na época do Ministro Sérgio Motta, e hoje também é plano do Ministro Pimenta da Veiga, uma nova lei de radiodifusão no país. É preciso aperfeiçoar a lei existente, que é muito antiga, ultrapassada, não só sob o ponto de vista do acompanhamento da sociedade, mas do ponto de vista de determinados interesses por parte do poder concedente e dos concessionários. É uma lei do regime militar e que, portanto, não atende ao momento que o país vive de democratização, das relações que sabemos têm que ser cada vez mais profissionais, tendo em vista o interesse público entre os concessionários e o poder concedente.

Tenho a impressão de que ao longo desta reunião poderemos definir esta comissão que, junto com o Deputado Carlos Zarattini e outros deputados desta Casa, irá ao Congresso na próxima semana para falar com o Deputado Santos Filho, ter um encontro com o Ministério, e depois prepararemos o encontro com o Ministro Pimenta da Veiga. O espírito da ação que move aqueles que fazem realmente rádio comunitária em São Paulo é que possamos caminhar no sentido de resolver os problemas e não no de acirrar os conflitos. Queremos fazer com que uma lei que representou tanto, a meu ver, o processo de democratização desses meios, possa ter resultados extremamente concretos. E que a lei seja efetivamente aplicada. Quem não cumprir o que a lei de radiodifusão comunitária determina, não há dúvida alguma, deve ter a rádio fechada, porque hoje, o espírito, sobretudo de quem faz rádio comunitária verdadeiramente, não é disputar com rádio comercial. As rádios comerciais têm o seu papel importante. A rádio comunitária como em

qualquer país do mundo, e o nosso projeto se espelhou muito em algumas experiências, sobretudo norte-americanas e japonesa, é de que cada comunidade possa ter o seu meio de comunicar, levar as suas idéias, a sua produção local que, às vezes, as rádios comerciais por determinado motivos, acabam não fazendo.

É nesse sentido que o Fórum São Paulo Século 21 pode contribuir. A Abert pode colaborar muito neste aspecto também. Volto a dizer que, neste processo de negociação, todos aqui queremos, sem dúvida alguma, que a lei seja aplicada, que o resultado concreto de outorga seja feito neste cenário legal, jurídico e que quem faz rádio comunitária faça sempre dentro da lei e, para quem não faz, o governo deve aplicar a lei como ela está aí colocada.

É isso que queria antecipar e volto a pedir desculpas por não poder acompanhar esta reunião, mas eu como relator não posso me ausentar do plenário onde está sendo discutido o Plano plurianual, porque senão não vou poder, no meu relatório, expressar o debate que está sendo realizado.

SR. CARLOS ZARATTINI – Agradeço a participação do Deputado Edson Aparecido que de fato tem colaborado conosco neste Fórum e com toda essa demanda das rádios comunitárias.

Passo a palavra a D. Teresa Cristina Miranda, Diretora do Departamento de Comunicação da Assembléia.

SRA. TERESA CRISTINA MIRANDA – Boa-tarde a todos, é um imenso prazer estar aqui participando deste trabalho que tem sido muito importante dentro do Fórum São Paulo Século 21, capitaneado com o timão firme do Deputado Carlos Zarattini.

Brevemente queria contar um pouco da minha história e tenho o perfil de gostar de fazer algumas indagações e esta é a minha vontade aqui hoje. Sou jornalista há 22 anos, fiquei 18 anos do outro lado do balcão, trabalhando na mídia mesmo, praticamente televisão, e de lá para cá assumi a tarefa que, há 20 tantos

anos é a do meu colega do Ministério da Educação, que é a parte de comunicação. Trabalhei no governo Mário Covas e há um ano, estou na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo para fazer comunicação, mostrar o trabalho que é feito no Parlamento paulista, tido como o Poder mais democrático existente, já que temos 14 partidos políticos representados. Até brinco que tenho 94 chefes. E é assim que funciona.

O nosso companheiro da Mesa falou muito da questão da pauta da mídia. Quero externar um pouco o meu dissabor, a minha tristeza em ter que lidar com a mídia diariamente, com boas notícias e não ter o retorno devido. É muito difícil fazer isso hoje. A grande imprensa, a Rede Globo, os grandes jornais, grandes emissoras de televisão, Rede Record, Bandeirantes, enfim as rádios, estão interessadas no macro, no escândalo, na corrupção, nas baixarias, nas brigas, nas discussões. A boa notícia, aquela que interessa para a comunidade, para menos gente, fica jogada no lixo. O *release* não chega, se chega ninguém lê, não se atende ao telefone. É um suadouro diário que os senhores não podem imaginar. Temos uma experiência aqui na Assembléia e que vou contar um pouco a respeito. Em agosto do ano passado inauguramos a TV Assembléia, a cabo, canal fechado, mas mesmo não tendo medição de agência de publicidade, mesmo não tendo o chamado Ibope, temos um retorno muito interessante, por parte dos Srs. deputados e por telefonemas que recebemos e também do retorno do nosso pessoal da TV, de que estamos devagarzinho nos mostrando. As pessoas estão percebendo que existimos e conseguimos dar o nosso recado segmentado. Aqui é um Parlamento e é uma tevê que fala do Parlamento.

Também agregado a isso, o Departamento de Comunicação da Assembléia inaugurou, há 40 dias, a nova página da Internet da Assembléia Legislativa de São Paulo, contemplando a agência de notícias. A *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, TV Globo ou TV Bandeirantes abrem a nossa página, recebem nossos e-mails, porque somos chatos e mandamos e-mails o tempo inteiro, acompanham a gente, mas sabem quem nos lê? O Interior, os jornais menores ou até os 80 diários

do Interior. Quem utiliza a nossa pauta são as rádios pequenas, os jornais pequenos. É a chamada imprensa regional. Mais uma vez tenho a clareza de que o caminho é falar com um público voltado para o interesse comunitário. Não tem jeito. Sinto que a caixa de ressonância é maior e não sei se o nosso colega do Ministério da Educação sente isso, ou seja, quando você fala para o Interior, as pessoas querem debater, discutir, indagar, tem interesse pela informação, tem sede pelo que a Capital está fazendo. Sinto uma qualidade muito maior nesse segmento.

Uma outra questão é que falta vontade ao homem público, ao artista, ao agente cultural, ao pessoal do mundo da música e do cinema querer falar para esse pessoal. O que eles querem é aparecer na capa da Revista *Veja*, estar na TV Globo e nas grandes redes de televisão, ir ao programa do Jô Soares. É tarefa do pessoal das rádios comunitárias e tevê segmentada fazer as pessoas entenderem que eles atingem um público seletivo. Quem liga na rádio comunitária é porque tem interesse nela. Sabe que o que vai ser dito ali é de interesse pessoal; fulano do bairro está falando da rua, do seu entorno, da sua igreja, da padaria da esquina. Não se poderia fazer um esforço mais concentrado de envolver, inclusive as agências de publicidade? Sou um pouco leiga nesta questão, não tenho tanto aprofundamento como o deputado, como a Luci, como o pessoal do Ministério, como o meu querido amigo da Associação das Emissoras, mas rádio comunitária não pode ser rádio comercial? Estou certa? Mas como ela sobrevive? Como ela vai para o ar? É isso que não consigo entender muito. Ela tem que comprar microfone, pilha, bateria, tem que pagar salário. Fico um pouco preocupada com isso, porque faço parte do mercado de trabalho. Sou jornalista, não sou dona de nada. Não sei se o Fórum não seria um mecanismo importante, aproveitando essa ida a Brasília. Penso alto deputado, não sei se o que estou pensando está correto, mas tentar arrumar mecanismos para que as rádios comunitárias possam receber recursos da comunidade. Não é anúncio da Coca-Cola, da Fiat, mas que o açougue, a papelaria possam ajudar as emissoras regionais, segmentadas para estarem falando dessa comunidade.

Por exemplo, no nosso caso temos um pouco de dificuldade, porque temos um recurso de verba orçamentária da Assembléia Legislativa para operar a TV Assembléia. É aquilo e acabou. Não tem nem mais e nem menos. Não dá para sair fora disso. Mas sei que posso buscar apoio cultural. É o que a TV Cultura faz, por exemplo, no mercado. Quem sabe o Ministério da Cultura possa ajudar. Já existe experiência sobre isso. Mesmo a TV Assembléia sendo uma emissora que presta serviço, porque temos programas de cidadania, de saúde e de educação, ficando no ar oito horas diariamente e, portanto não só cobre o plenário, duvido que alguma agência de publicidade se interesse em projetos de veiculação de marcas de seus clientes nesta TV. Até a questão do apoio cultural é complicada.

Como jornalista, acho que quanto mais os agentes de comunicação estiverem falando para o menor – – este menor não é no sentido de menos importante – – que são as rádios comunitárias, as tevês regionais, os pequenos jornais vão ter muito mais qualidade no retorno do seu trabalho e atingir muito mais gente do que se imagina, porque uma informação dada numa rede de televisão dura apenas um minuto, quando não dura 30 segundos. Numa rádio, um grande assunto pode virar debate de uma hora. É que existe mais tempo para isso, mais disponibilidade. A sua programação não é tão atrelada, tão amarrada com outros interesses.

Enfim só queria deixar uma indagação e falar um pouco da minha experiência com essa realidade que o Brasil vive hoje, que é a questão das rádios comunitárias, das tevês regionais, do se falar segmentado e quem sabe o Fórum possa ser um veículo de condução dessa política voltada para que essas rádios possam sobreviver e divulgar as ações que são importantes no país. Obrigada a todos.

SR. CARLOS ZARATTINI – Passo a palavra ao Sr. Edberto de Paula Ribeiro, vice-presidente da AESP.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO DE PAULA RIBEIRO – Boa-tarde a todos, ao Sr. Deputado e demais membros da Mesa. Falamos sobre comunicação e

educação. No que diz respeito à educação, deixa a desejar as emissoras de rádio a forma do uso do projeto que hoje a ela determina, que está dividido em blocos nas emissoras de rádio e televisão. Ele é oriundo daquele Projeto Minerva, que ia aos sábados nas emissoras de rádio e contavam histórias etc. Resolveram, agora, dividir o espaço em boletins, para que pudessem chegar mais próximo da população. Isto deveria caber às Secretarias dos Estados e não ficar concentrado nas mãos do governo federal. O Estado está muito mais próximo da comunidade e tem muito mais condições de fazer isso.

Aliás a comunicação toda deveria estar muito mais nas mãos do Estado. O Estado está mais próximo. Para o século 21 os temas que devemos colocar são: a União ter o controle das frequências, do espectro, mas as concessões, os direitos, seriam muito mais vistos, atualizados e fiscalizados pelo Estado, porque ele está mais próximo e cada local tem uma verdade. Aquilo que é bom para São Paulo não é bom para o Pará e pode não ser bom o Amazonas, Tocantins, que têm outras situações e verdades.

Em São Paulo temos uma postura de faculdades e escolas talvez diferenciadas de outros Estados. O Ministério da Educação, assim como o Ministério das Comunicações deveriam ter. Temos uma pasta de Secretaria de Comunicação do Estado de São Paulo. Mas ela se serve muito mais para decidir sobre campanhas de mídia etc., mas não no sentido real do aspecto comunicação, para poder realmente ver o que está ocorrendo e opinar, como é o caso dos senhores que estão trabalhando em cima das rádios comunitárias. O Estado deveria ter aqui o seu representante para avaliar até onde é viável ou não em cada local, em cada cidade, a necessidade ou não de uma rádio comunitária. As emissoras de rádio e televisão entendem isso tudo que os senhores estão passando.

Só quero lembrar que a história não é bem assim como se conta e como se vê. Vimos até pouco tempo atrás uma publicidade com um homem parecido com Hitler e a propaganda dizia: “Este homem tirou a inflação da Alemanha” etc. Aquilo era verdade, só que depois ele deturpou tudo e deu aquela confusão que

conhecemos. O Ministério das Comunicações tinha como moeda de troca as concessões de rádio e televisão. Quando precisava aprovar um projeto, lá ia alguns deputados, faziam os seus acordos para apadrinhar algumas pessoas, seus cabos eleitorais, seu amigos em determinadas regiões e saíam as concessões. Resolveu-se, então, acabar com isso. Maravilhoso. Fizeram uma outra forma, creio que até com boas intenções. O Ministro Sérgio Motta resolveu mudar. As concessões passaram a sair através de licitação pública e lei. Ótimo. Saíram os leilões e eu participei de um deles de TV a cabo na minha cidade. Das empresas normais, a minha foi a que obteve mais pontos. Tirei 10 em todos os itens e consegui fazer uma oferta junto com um grupo, comprando esta concessão por um milhão de reais. Perdi, porque veio uma empresa multinacional, obviamente com fundo de pensão norte-americana e ofereceram 4 milhões e 200 mil. Este é um critério justo? É muito pior do que o anterior. Esta é a minha visão. Pelo critério anterior de repente, sei lá, como alguém pode ficar “amigo do rei”, porque a cada quatro anos muda-se o “rei” e os deputados. Já que tem que ser amigo do rei para ganhar alguma coisa, corria-se o risco. Hoje no setor financeiro fica muito mais difícil se obter concessões de rádio da forma que está sendo feito. O pior de tudo é que o nosso grupo fez uma proposta de um milhão de reais, porque na época o dólar era um por um e equivaleria a um milhão de dólares. O grupo multinacional ganhou por 4 milhões e 200 mil. Teve 18 meses para fazer o pagamento, o dólar abaixou para dois por um, na realidade ele pagou dois milhões. Um milhão de reais do nosso grupo continuou o mesmo, porque o nosso dinheiro é real e não dólar.

Só quero colocar a vocês que os critérios são falhos. Nem tudo que se coloca é real. Quando se fala sobre documentação de TV comunitária e que nós da Associação de Rádio e Televisão colocamos como emissoras clandestinas, piratas, quero depois colocar aos senhores qual é o pensamento da Associação, que é deturpado perante os senhores. Por exemplo, participo de uma concorrência de uma emissora comercial em São Paulo, de um dos lotes, e já faz três anos que todo mundo entregou as propostas e até agora não foram abertas. Então, não é bem

assim como se coloca a história. É extremamente correta a questão das emissoras comunitárias. Elas têm que existir. A lei foi feita. Está aqui o Dr. Everaldo e ele sabe que fomos ao Ministério pedir agilidade desse processo. Só queremos que se cumpra a lei. Não podemos ter deputados e homens públicos fazendo lei e descumprindo de outra forma, por causa do sentido político. Vocês podem ter a certeza de que muitos dos senhores são massas de manobra, no sentido de emissoras comunitárias. Vou dizer aos senhores por quê. Não vai sair esse negócio indo falar com o Ministro, porque este ano tem eleição. Por exemplo a cidade como Hortolândia tem 14 emissoras comunitárias. Cabem 14 emissoras lá? Alguém vai ter que cair fora. E aquele que não for o presenteado politicamente por aquele deputado ou por alguém que seja, como vai agir? Ele vai ser um cabo eleitoral contrário àquele segmento. Se não, vai continuar a clandestinidade. O que ocorre em cima disso? Não queremos essa situação. Tanto que existe lei para as emissoras comunitárias, como existe para as emissoras comerciais. Se aprovamos e respeitamos as emissoras comerciais, temos também que concordar com as emissoras comunitárias, mas não desta forma. Existem associações de emissoras comunitárias que já tem quase três mil associados. Cada um paga um salário-mínimo por mês. Vejam quanto isto está representando para a associação. Será que essas pessoas têm interesse que se legalize este ato? Não cabem nem 5% daquelas emissoras comunitárias que estão lá aqui dentro da Capital, porque o número é muito grande. Tem mais de 300 e isso é impossível. Está acontecendo uma guerra e vocês estão sendo usados. Vocês estão investindo, estão fazendo, estão comprando, existe uma legislação. Queremos que se cumpra a lei. O que é cumprir a lei? Que os Srs. deputados criem vergonha e dêem as concessões a quem de direito e que vocês tenham condições de trabalhar na sociedade. Se as leis não forem adequadas, que se mude as leis. Se a forma como está colocada não está bom para vocês, porque ela por ser comunitária, pertence àquela comunidade, não pode ter dono como pessoa física e um grupo terá que se reunir, criar recursos, fazer com que aquele investimento possa ir à frente, que seja feito dessa forma.

Mas existem aberrações enormes. Existem cidades do Estado de São Paulo com 768 habitantes que está com cinco pedidos de emissoras comunitárias. Isso vai resolver o problema do desemprego da cidade. Uma cidade como Lins tem cinco emissoras de rádio comercial com 60 mil habitantes. O que essas cinco emissoras fazem? Elas prestam serviço à comunidade. Não tem como ser diferente. Vão ainda colocar emissoras comunitárias lá? Isso só vai dar briga. A sociedade não será beneficiada com isso. Só que vem sempre o discurso da colocação do seguinte: “emissoras comunitárias, porque lá no Pará, lá em Belém, lá em Tocantinópolis”, ora desculpem, eu fico triste quando vejo um país em que os homens que fazem as leis, que são os deputados, não exigem o cumprimento das mesmas. Estão trabalhando sem precisar ou estão fazendo as suas funções de uma forma errada. O primeiro passo que aprendemos em berço é que temos de realmente cumprir a lei. Se é boa ou ruim não importa. Para isso, estamos num país democrático, temos que exigir dos nossos deputados e dos homens que cumpram e façam modificações nesse projeto se não gostarmos dela. Mas se ela existe, temos que cumpri-la.

Quando se fala em “A Voz do Brasil” e que o Governo do Estado não tem voz, conforme a Teresa Cristina comentou, concordo plenamente. Quantas e quantas vezes já fomos ao governo federal dizendo que o Estado teria que ter o espaço, que não importava para nós ficarmos ouvindo discurso do Senador do Acre dizendo que vai fazer uma ponte lá no rio não sei das quantas, sem falar o que estava ocorrendo no nosso Estado. Mas e daí? O Estado não pleiteia isso junto ao governo federal. Quando faz, faz querendo aumentar o espaço. Aí somos contra porque é uma questão de fazer cálculos matemáticos. Uma hora de “A Voz do Brasil” por dia significa comercialmente 23 horas por mês, e das 19 às 20 horas, horário de rush, horário bom, horário nobre. Isto significa dois dias comerciais por mês, ou seja, 24 dias comerciais/ano, é um mês que pagamos energia elétrica, pagamos funcionários, colocamos todo esse material no ar e o que se faz? Nada. Está sendo bem aproveitado? Está. O governo federal deveria divulgar aquilo que os deputados federais fazem para o seu Estado. Fazer a mesma coisa em blocos de três minutos,

por exemplo, como está sendo feito pelo MEC. Não precisa ser feita uma hora contínua, porque na hora da “A Voz do Brasil” o brasileiro desliga o rádio. Existem 800 funcionários para se compor “A Voz do Brasil”. Eles deveriam fazer uma coisa adequada, vir para o Estado para também poder utilizar um espaço de 20 minutos diários, em módulos. Isso seria diluído dentro da programação e não estaria atrapalhando comercialmente ninguém. Mas como se faz para ser ouvido? É muito fácil. O Ministério das Comunicações faz os editais de consulta pública, bonito, pela Internet. Uma associação como a AESP, com 65 anos de existência, representando o Estado de São Paulo, vai à consulta pública e dá o seu parecer a respeito, dizendo que a divisão está errada, porque vocês estão dando mais tantas emissoras para tal lugar, está acontecendo isso, damos opiniões, sugestões sobre outros métodos e meios, mas o Ministério nem sequer se dá ao luxo de, pelo menos, dizer: “Não gostei do que vocês escreveram.” Ele não responde. Já viram consulta pública sem resposta? Isso acontece com os senhores. Essa mágoa que os senhores têm com a rádio comunitária, nós também temos com as emissoras comerciais. Isso não é real, vive-se numa situação de ilusão. Tudo isso deveria ser alterado. Mas nada se muda, porque não temos no Estado uma força correspondente para exigir aquilo que é bom para cá. As coisas deveriam ser diferentes.

Recapitulando, tivemos durante muitos anos moeda de troca, que foi mudada para ser uma concorrência. Os senhores que pretendem ter rádios comunitárias receberão essa outorga como uma moeda de troca também ou será por competência? Faço uma pergunta aos senhores: se o raio de cobertura é de mil metros, 24 watts, a que ponto da cidade vai começar essa rádio? Lá na ponta, aqui no meio, na esquerda, o seu, o dele ou do outro? É lógico que todo mundo quer o meu, a minha rádio, e a partir dali se conta uns mil metros. E o do lado vai concordar com isso? Vai ficar muito difícil a forma como está sendo feita. O Ministério fez essa bagunça porque quis. Não precisava de nada disso. Fui uma das pessoas que estive com SR. Sérgio Motta e disse o seguinte: “Ministro, o Ministério pode dar outorga de emissoras classe C, de até 300 watts, faça uma concorrência

dentro da cidade, exija que as pessoas da cidade e que a comunidade, com o aval da Câmara dos Vereadores, de Lions, Rotary etc. dê a concessão comercial para que possam ir às ruas e ganhar o pão do dia-a-dia para levar para sua casa e fazer um serviço adequado.” Não precisaria, de forma alguma, fazer essa confusão toda. Ele pode fazer isso, porque existe um monte de emissoras de baixa potência. Só que ele quis fazer uma confusão. Agora não sabe como sair desta confusão. O melhor caminho seria a de emissoras de baixa potência com outorgas governamentais. Aí sim se faria um trabalho adequado.

Está aqui a minha sugestão ao Fórum para que modifiquemos a forma como o governo tem feito. Vamos buscar uma maneira diferenciada. Vamos trazer parte da responsabilidade ou das permissões que a União tem para o Estado, para que ele possa, com isso, trabalhar com todos vocês.

Quero salientar que nós das emissoras de rádio e televisão de São Paulo, em conjunto com a Abert não temos nada contra ninguém. Concordamos com a existência e nem se quiséssemos poderíamos discordar. Mas concordamos e queremos uma coisa justa e honesta, que tenha realmente respaldo, que seja uma coisa séria e que se cumpra a lei. Amanhã vocês serão legalizados e também vão pedir para que se cumpra a lei, porque poderá aparecer outras pessoas atrapalhando o trabalho de vocês.

SR. CARLOS ZARATTINI – Passo a palavra à Sra. Luci Martins, Secretária Geral do Sindicato das Rádios Comunitárias.

SRA. LUCI MARTINS – Não teríamos muito que acrescentar sobre a importância das rádios na questão da comunicação, até porque temos uma platéia de rádios comunitárias, não piratas, que não fazem parte das grandes redes, como foi dito aqui de rádios piratas.

Vou colocar o mapa de São Paulo para podermos falar um pouco sobre a realidade e números, confirmando o que o Dr. Everaldo disse, que eu certamente falaria dos números.

No seminário anterior debatemos “As novas tecnologias da informação,” com uma brilhante exposição da Anatel, mostrando a nova tecnologia na telefonia, na Internet, na recepção, de assinaturas de TV a cabo, MMDS. Realmente ficamos fascinados com o que está vindo pela frente. Entretanto, temos que entender que esse investimento é a priorização do privilégio das classes economicamente superiores. Ou seja, é a priorização da informação paga, em detrimento da informação a ser recebida livre, direta e gratuitamente, como é o caso de emissoras de sinais abertos e rádio e televisão. Falou-se também em 100 anos dentro dessa área e desse investimento. Só quero traçar um paralelo dessa nova realidade que a Anatel está propondo com relação à realidade brasileira.

Toda essa área branca do mapa são os municípios de São Paulo que não têm nenhum veículo de rádio difusão, nem televisão. Ou seja, corrigindo até o deputado, mais de 50% dos municípios de São Paulo não têm nenhum veículo de comunicação. Esses municípios acabam vivendo de osmose de outros municípios. Quero dizer para o Dr. Edberto de Paula Ribeiro que Assis tem cinco emissoras de rádio, com a seguinte classificação: uma classe A4, duas classe B1, uma classe A3 e uma educativa classe C. Serão necessários classes A3, A4 para fazer a cobertura da cidade de Lins? Na verdade ela pega todos os municípios vizinhos que aparecem em branco no mapa, centralizando nela o poder econômico. Por outro lado, vocês podem ver os pontinhos pretos que são os canais de televisão. Trabalhamos com repetidoras que normalmente estão na sede de comarcas, ou seja, acabam ocasionando uma má qualidade de recepção dessas imagens. Muitos acabam fazendo opção pela antena parabólica que não oferece informação local e regional. Na questão das rádios, há formação das grandes redes. Quer dizer, além de termos mais de 50% dos municípios sem nenhum veículo de comunicação, muitas dessas emissoras que estão no Interior são meras retransmissoras das

emissoras da cidade de São Paulo, quando não estão arrendadas para outros segmentos tais como religiosos e outros.

Vou falar um pouco da lacuna. Por que surgiram as rádio comunitárias? Por que surgem os trabalhos clandestinos? Por que existe a falta, a brecha? Em São Paulo, temos 646 municípios. Desde que o processo de rádio comunitário teve início, depois da lei aprovada em 1998, 281 municípios do Estado de São Paulo ainda não foram chamados para o processo de habilitação. Ou seja, 364 foram chamados, contando com o último edital. Mas também temos 233 municípios que ainda não têm frequência designada. Conseqüentemente, sabe-se lá quando chegarão essas rádio comunitárias. Talvez fazendo pares com essa parte branca que temos aqui, onde não tem nenhum veículo de comunicação. Até agora, foram chamados sete lotes para rádios comunitárias. O primeiro foi no dia 5 de novembro de 1998, o segundo em 14 de dezembro de 1998, 22 de dezembro de 1998 e depois pula para 18 de março de 1999, 9 de setembro de 1999, 17 de dezembro de 1999 e o último no dia 27 de março de 2000. No lote do dia 5 de novembro, foi autorizada a primeira rádio de São Paulo pelo Ministério, para a cidade de Andradina, que deve estar perdida no Congresso, porque não consegui localizar em que Comissão está tramitando. De lá para cá temos tramitado no Congresso 26 emissoras autorizadas pelo Ministério. Temos no Ministério um pedido de 1.518, dados fornecidos extra-oficialmente. Fiz uma consulta ao Ministério das Comunicações, mais especificamente à Secretária de Radiodifusão, para poder fazer um acompanhamento, pelo menos no Estado de São Paulo, e saber quantos pedidos existem de rádios comunitárias, quantas estão tramitando, quantas passaram para a segunda fase, quantas foram autorizados, mas, apesar das novas tecnologias da Anatel, o Ministério das Comunicações ainda não usa esse novo sistema. Quando acessamos a Internet, vemos que as suas páginas estão constantemente desatualizadas, mostrando ainda a posição de 1998, 1999, o que não nos permite um acompanhamento do processo. Por outro lado, a falta da publicação da segunda fase, também não nos permite saber como foi o critério de

seleção e escolha nos municípios onde existem mais de entidade participante do processo. O Ministério também não avisa em caso de inabilitação. Ou seja, estou até concordando com a posição do Edberto de Paula Ribeiro ao dizer que existe a manipulação, estamos sendo usados, falta transparência. Da mesma forma, como na questão legal, SR. Edberto de Paula Ribeiro disse que o Ministério pode dar rádio de até 300 watts sem necessidade de passar pelo Congresso. Seria a radiodifusão local, através do Contel.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO – Desculpe-me, não é bem isso. Eu disse que não haveria necessidade de se criar um novo segmento, que é a rádio comunitária, podendo colocar uma legislação específica para emissoras de pequena potência, é o caso de emissoras até 300 watts. Com 25 watts, vocês me desculpem, mas as rádios não vão a lugar algum.

SRA LUCI – Com referência ao que o Sr. Edberto está dizendo, temos em vigência a Lei nº 4.117, de 1962, anterior à ditadura. Esta lei ainda está vigente, apesar de velha, retalhada, mas fica difícil o seu entendimento por causa dos inúmeros atos revogados, portarias, normas etc. Entretanto, ela consta na nossa Lei nº 9.612, que atende no que couber a Lei nº 4.117, que no seu art. 33, § 5º, diz claramente que é da competência do Contel a autorização de rádio local, assim como serviço restrito e outro tipo de serviço. A Lei nº 52.795 diz que onde se lê Contel ou Ministério das Telecomunicações, leia-se Ministério das Comunicações. Esse decreto repassou para o Ministério das Comunicações o direito e o dever de autorizar os serviços de rádio local. Ou seja, não haveria necessidade das rádios comunitárias estarem passando pelo Congresso, não da forma como está sendo colocada.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO – O que acontece é que se formos discutir a lei, íamos ver que este é o único país do mundo que portaria muda lei.

Existe uma lei específica para rádio comunitária. O erro está aí. A lei específica para rádio comunitária diz que tem que passar pelo Congresso. Não podemos modificar.

SRA. LUCI – Ainda que essa lei fira a lei maior, que é a Constituição.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO DE PAULA RIBEIRO – Se formos nos basear por aí, as emissoras jamais poderiam estar no ar também. Existe um monte de situações que ferem o regulamento. Se a lei fere a Constituição, ela tem que ser revogada.

SRA. LUCI – Ela não deveria nem ter existido. Poderia ter sido baixado um decreto para essas rádio comunitárias.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO DE PAULA RIBEIRO – Isso deveria ser feito da forma como sempre foi. Se é uma emissora comunitária, quem tem que opinar por isso? É a comunidade. Quem são os representantes da comunidade? São os vereadores, os serviços da comunidade, Lions, Rotary, maçonaria, entidades de classe, sociedades de bairros. Essas pessoas teriam que opinar sobre o sistema e não simplesmente entrar com um requerimento. A lei deveria ser específica para isso, e a partir daí ir para a Câmara de Vereadores. Agora, ir para Brasília, onde as pessoas pegam a régua de cálculo para saber a distância entre uma emissora e outra? Certa vez tive uma discussão seríssima com um engenheiro, que me disse que a cidade de Americana ficava 250 km de São Paulo. Eu não concordei, afirmando que ficava a 125 km e ele teimava dizendo que não, até chegar a ponto de eu falar que moro em Americana e viajo todo dia para São Paulo. Só se erraram nas placas da pista. Ele me desacatou, foi buscar a régua, colocou em cima e viu que tinha colocado a régua ao contrário. Em vez de colocar na escala de um por um e ele fez os cálculos pela escala de dois. Esses erros acontecem também lá. É isso que acontece no sistema. O Ministério depois que fez a lei das

rádio comunitárias, baixou uma resolução em que colocou o novo plano básico de distribuição de canal que supria tudo aquilo que estava lá. Ele deu mais 240 emissoras comunitárias, passou a 282 comerciais e está soltando agora um edital para mais um caminhão.

SRA LUCI – Mas ainda assim vai ficar faltando 87 municípios do Estado sem canal designado.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO DE PAULA RIBEIRO – Temos no Estado de São Paulo 645 municípios. Temos 581 emissoras de rádio.

SRA. LUCI – Somando AMs e FM's que funcionam simultaneamente no município e normalmente pelo mesmo dono.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO DE PAULA RIBEIRO – Estamos falando em 581 emissoras de rádio que estão no ar. Existem outras 400 que estão sendo colocadas. Não sou contra nada. Vocês vão sentir aquilo que sinto na pele logo, logo.

SRA. LUCI – Gosto mais do debate. É mais fácil ouvir, responder e questionar. A partir do momento que a própria AESP e a Abert concordam que existem exageros na lei, conforme matéria publicada na revista de vocês, tão logo o decreto foi assinado, talvez tivesse sido mais fácil, com todo poder de comunicação que vocês têm, em vez de chamarem nossas rádio comunitárias de piratas, clandestinas, esclarecerem a população e a comunidade que havia sido aprovado um projeto de lei, definindo o que é rádio comunitária, ou seja, de forma instrutiva para que a população soubesse diferenciar o que é uma rádio pirata e uma rádio comunitária. A propaganda realmente é a alma do negócio. A clandestinidade surge de lacunas e de brechas. A Teresa Cristina disse que em São Paulo, por mais que

se mande *release*, por mais que se faça todo um trabalho de assessoria, as emissoras não têm interesse em mostrar. Elas não têm interesse em mostrar porque São Paulo é o “filé mignon” das comunicações. Haja vista a Av. Paulista, que é o centro de interferência, que nem a comunitária consegue operar lá, nem a pirata, nem a do Padre Chico e a sua filial, que aliás já fecharam. A clandestinidade surge pela falta de brecha na programação. Se a Assembléia de São Paulo se ressentir de não conseguir passar as boas notícias, que são de interesse público, imaginem a comunidade conseguir reclamar do buraco da sua rua, da falta de médicos, da falta de vagas em escolas, de escolas sendo fechadas; como ela discute, como ela se organiza?

Concordo também que, realmente, as comunidades estão sendo usadas devido ao seu pouco esclarecimento em geral, ao esclarecimento político etc. Falamos em Projeto Minerva, que meio de educação não é para educar. A educação não é formal. Ela é o exercício de cidadania e temos que praticá-la no dia-a-dia. Você depende da informação até para poder apreender, estar apto para receber as informações, do estudo formal. Quando falamos em clandestinidade, mas como clandestinos combatemos outros tipos de clandestinidade, tais como o jogo do bicho, as clínicas de aborto, os camelôs, tráfico de drogas, laboratórios clandestinos, curandeirismo, discutimos trabalho infantil, ou seja, trabalho clandestino. Das atividades citadas, a mídia só faz propaganda maciça em cima da droga. Gostaria também de saber se vocês recebem para fazer a campanha da droga. Se os Ministérios pagam pela sua produção e também pela sua veiculação. As demais, são matérias esporádicas de jornalismo, porque nem todas as emissoras cumprem a determinação do tempo de jornalismo.

Temos como resposta a seguintes perguntas: O que ameaça? Qual o perigo que as rádios comunitárias representam? É a organização do estrato social mais baixo da nossa sociedade. Como disse a Teresa Cristina, não é o menos importante. Este é o mais importante, porque, apesar de morarmos numa cidade como São Paulo, nos sentimos sozinhos e abandonados. Diferentemente até de

situações de rádio no Interior, onde é mais fácil de organizar a comunidade, que ela só não faz porque não tem direito a um veículo, porque está assistindo ou ouvindo a programação do outro município. Mesmo a questão política. Temos em Brasília quem outorga concessão e permissão, que é diferente de autorização? São os deputados, na Comissão de mérito, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara que, por coincidência ou não, vemos que 80% da Comissão é formada por parlamentares que são donos de veículos de comunicação. Eles estão lá legislando em causa própria. Dr. Edberto de Paula Ribeiro disse da questão da licitação, de colocar preço primeiro, pois este é um país capitalista. Por outro lado, no processo de licitação, efetivamente mais uma vez a comunidade sai perdendo. Perguntei a um prefeito, cujo nome não vou revelar, que está aqui acompanhando, dando apoio ao movimento comunitário da pequena cidade, por que vocês não entram para concorrer a uma rádio comercial, já que o preço dela é baratinho, questão de um mil a três mil reais. Ele me respondeu que não ia concorrer porque na região tem um parlamentar que vai colocar um testa de ferro e oferecerá a diferença que a comunidade não pode pagar. Então, a comunidade também foi alijada desse processo. Também é ser simplista, dizer ser “amigo do rei”, que troca a quatro anos. Aliás, agora troca de oito em oito anos. Mesmo com as trocas dos “reis”, como por exemplo, do Sr. Sarney, que era dono, do Sr. Collor, que era dono, nenhuma das emissoras negociadas pelo Sr. Sarney tiveram as suas autorizações ou concessões suspensas ou revogadas. Ou seja, o “rei” vai ou não vai, mas as concessões ficam.

Sei que vocês estão com muita vontade de fazer perguntas e debater, eu particularmente prefiro o debate, só queria concluir dizendo seguinte. Temos duas fitas, que apesar de toda nossa clandestinidade, ainda estamos fazendo um trabalho junto às comunidades, enquanto Dr. Everaldo não nos pega. Vamos realizando o nosso trabalho contra a miséria e o problema de saúde. Estamos fazendo um curso de saúde na Faculdade de Saúde Pública, que tem sido de grande valia para as rádios comunitárias. Estamos recuperando o ensinamento que, há muito, não se tem mais nas escolas básicas, ou seja, de saúde pública, de

saneamento. Estamos perdendo a referência nesse sentido e pediria licença a vocês para mostrar um ponto brilhante que tivemos no último sábado. Vou mostrar também um trabalho na área de educação, o quanto a TV comunitária e as rádio comunitárias podem ter uma participação importante na área educacional sem ser a educação formal. Se vocês me permitem gostaria de mostrar esses filmes, antes de irmos para os debates.

(Exibição dos filmes.)

SRA. LUCI – Depois que a polícia fechou a Rádio Cidadã, as nossas crianças que participavam no Projeto Rádio Escola já estavam fazendo jornalzinho, partindo para a TV comunitária. Lamentamos informar que este programa não está indo ao ar pela TV comunitária porque, como diz a Teresa Cristina, do que sobrevive o jornal comunitário, a TV comunitária, a rádio comunitária se eles não podem fazer publicidade? A produção custa caro. Como a comunidade poderá produzir seus conteúdos sem recursos? Ou seja, quando falamos que este é um país capitalista, entenda-se como capital só as grandes empresas. As pequenas empresas estão também excluídas do mercado, tanto quanto estamos excluídos.

Vou encerrar para abrimos os debates. Muito obrigada.

SR. CARLOS ZARATTINI – Vamos iniciar o nosso debate seguindo uma ordem de inscrição. Cada participante poderá falar por dois minutos e depois haverá o debate com a Mesa.

SR. JERRY – Represento a Rádio Noroeste de Campinas e também faço parte da coordenação geral da c. Antes de levantar o debate, em nome da Abrac-

Campinas gostaria de repudiar a atitude do governo do Paraná, ontem, no assassinato de mais um sem-terra, de mais um massacre no campo.

Falando um pouco de radiodifusão comunitária, Kebels, chefe da propaganda nazista, dizia: “Se você falar uma mentira mil vezes, ela se transforma numa verdade.” Esse ponto pegou muito bem a questão da propaganda da AESP e da Abert. Uma mentira que foi dita mil vezes quase se transformou numa verdade. Ela não se transformou numa verdade porque a sociedade está organizada.

Sr. deputado, tenho um ofício e a gente solicitou à OAB que tomasse providências sobre. Estamos encaminhando fitas à OAB-Campinas, que certamente, vai tomar uma providência. Recentemente, foi verificado, através de informações recebidas por entidades ligadas à Brasso, que é a Rádio Baner, de Sumaré, representado pelo companheiro Mário que está aqui presente e a Rádio 100,9, representado pelo companheiro João do Cavaco, uma viatura de rastreamento de sinais radiofônicos na região de Campinas. Acho que o representante da AESP, quando disse que tem 40 emissoras em Hortolândia, está correto, porque a Abert e a AESP contrataram uma empresa de rastreamento de sinais radiofônicos, está batendo na porta da rádio, dizendo que tem autorização para entrar. Porém, não conseguiram fazer isso, porque na Rádio Baner e na Rádio 100,9 foram rechaçados. Saíram com o veículo em disparada para um rumo ignorado. Esta é uma denúncia que queremos colocar, Sr. deputado.

Quando se falou sobre os “amigos do rei”, quero dizer que vivemos num Brasil de 500 anos de colonialismo e sabemos o que está acontecendo aqui com os “amigos do rei”. A cidade de Bauru, no interior de São Paulo, foi invadida por fiscais da Anatel juntamente com membros das rádios comerciais, locais que lacraram cinco rádios. Está aqui o jornal com esta notícia. O que aconteceu, Sr. deputado? Fiscais da Anatel, juntamente com esses membros das rádios comerciais acabaram entrando nessa rádio, além de lacrarem o transmissor, roubaram aparelhos de som, videocassete e televisão de uma determinada rádio. “Amigos do rei” não somos nós. Isso sem dizer que traumatizaram uma criança com arma, junto com agentes da

Polícia Federal. Realmente, o representante da AESP não precisava colocar a questão da troca, porque não fomos nós que trocamos concessões de rádio por votos para eleição no Parlamento. Não temos medo disso. Estamos aqui colocando nosso repúdio a todas essas ações da Abert e AESP. A companheira da coligação coloca que realmente a questão da periferia não é discutida. Ele fala muito em números. Só pensa em números, enquanto companheiros são assassinados no Paraná. Falam que é mais um sem-terra, mas que não deixa de ser um ser humano. Sr. deputado vamos encaminhar também isso.

Quando foram fazer um BO na Polícia Civil sobre o roubo que houve na Rádio de Bauru, o delegado não quis fazer. Viemos aqui mais para fazer essas denúncias e colocar que a Brasso-Campinas está à disposição e que amanhã pertence a nós, trabalhadores. Obrigado.

SR. SÉRGIO – Boa-tarde a todos, tenho a honra de fazer parte deste Grupo Temático de Comunicação do Fórum São Paulo Século 21, a convite do Deputado Carlos Zarattini, por indicação da Brasso e da Aperloc. Estamos concluindo esta série de seminários que, inicialmente, foi concebido para qualificar os integrantes desta Comissão. Participam desta Comissão 21 entidades para, ao final, darmos uma contribuição ao Poder Legislativo, que tenha sentido para o próximo século, na questão da democratização da comunicação e também nos colocarmos a par, nos atualizarmos, para que não tenhamos apenas um amontoado de palpites, com propostas minimamente coerentes que possam se transformar em leis que venham a vigor em todo o território de São Paulo. É a nossa preocupação com o futuro.

Fizemos o formato das várias mesas, procurando contemplar todos os setores, universidades, empresariado, Ordem dos Advogados, especialistas, para ninguém ficar de fora. No entanto, nos debates a questão das rádios comunitárias tem sempre ocupado lugar de destaque, como não poderia deixar de ser. Embora tivéssemos feito um acordo prévio de que não permitiríamos que as coisas imediatas ofuscassem aquilo que é de longo prazo, essa questão ficou muito

complicada pelo seguinte motivo: esses debates vêm se desenvolvendo de agosto para cá e justamente neste período houve, por iniciativa da Abert e da AESP, um processo que deu entrada na Justiça Federal, na calada da véspera do Ano Novo, e o Dr. Lunardeli concedeu sentença no dia 6 de janeiro mandando eliminar os focos de interferência de duas mil rádios. Isso produziu um escândalo mundial, simultânea a uma campanha que dizia “milhares de rádios piratas, alegando prestar serviço à comunidade, interferem criminosamente, ameaçando etc.”.

Uma das vozes que nos ajudou jogar luz sobre este assunto foi do cantor e compositor Lobão, que veio a público dizendo que lançava o seu disco independente das gravadoras e que também ia prestigiar o lançamento, indo para as rádios comunitárias que não tivessem se submetido ao jabá. É uma denúncia séria que precisa ser levada em conta. As pessoas precisam saber o que está sendo ouvido não é de graça, conforme foi dito aqui pelo Edberto de Paula Ribeiro, porque alguém paga. Se certa música toca e outra não é porque um paga e o outro não. No dia 9 de fevereiro, tivemos um dia especial nesta Assembléia, onde houve uma sessão especialmente dedicada às rádios comunitárias, num ato de desagravo ao Lobão. Nessa oportunidade, foi entregue ao cantor um documento assinado por todos, deputados, rádios comunitárias e artistas. Nesse dia também foi encaminhado um ofício, contendo o maior número possível de assinaturas dos Srs. deputados, pedindo ao Presidente Fernando Henrique que concedesse uma audiência para as rádios comunitárias, a fim de que pudessem sair desse sufoco. Ou seja, mesmo que por parte dos membros e da Coordenadoria desta Comissão se procurasse discutir todos os assuntos, inevitavelmente a questão das rádios comunitárias ocupou sempre o centro dos debates. Hoje não poderia ser diferente, porque o tema é justamente sobre rádio comunitárias e sobre emissoras locais.

Há tempos procurava por essa carta que vou ler para vocês, que, finalmente, recebi hoje do Sérgio Fidelis. Trata-se da carta de Paulo aos Coríntios, 14, versículo 7,8 e 9 que diz o seguinte:

“Se as coisas inanimadas que fazem som, seja flauta, seja cítara, não formarem sons distintos, como se conhecerá o que se toca com a flauta e com a cítara. Porque se a trombeta der som incerto, quem se preparará para a batalha? Assim também vós se com a língua não pronunciardes palavras bem inteligíveis, como se entenderá o que se diz, porque estareis como que falando ao ar.”

Isso há visivelmente na área da comunicação, que centraliza tudo, que é uma espécie de denominador comum, onde tudo afinal vai desaguar por aí: comunicação, ação, qual é o plano e ação que se tem para o nosso país, para o nosso povo? Isso exatamente vai ser sentido no período em que se está decidindo quem detém os meios de comunicação. Entre o dia da instalação da nossa Comissão e hoje houve, exatamente, a grande fusão da American On Line e a Warner Times. Neste pequeno período de poucos meses, houve a transformação de qualidade monstruosa sobre quem domina os meios de comunicar ação, quem detém o poder de ser ouvido. Nesse período, no caso brasileiro, *particularmente* paulista, houve uma grande campanha de desinformação, como por exemplo, o vice-presidente da Abert, dizendo que a América Air Lines, durante meses não pôde pousar em Cumbica, porque existia uma rádio comunitária pirata, interferindo nos aviões. A Lilian que está aqui e a Ana Luiza que, durante anos foram assessoras dos pilotos da Varig, entraram imediatamente, em contato com um dos comandantes da Associação dos Pilotos da Varig e verificaram que não era nada disso. A American Air Lines realmente deixou de pousar aqui pela presença de balões, que são um perigo. Não tinha nada a ver com rádio.

Sobre a questão da interferência em ambulância, fizemos um levantamento, entramos em contato com o Conselho Estadual de Telecomunicações e das 3.450 ambulâncias que operam em São Paulo, do município, do Governo do Estado e de particulares, e verificamos que apenas cinco dispõem de aparelho de rádio. Não dá para entender.

SR. João Paulo Santos entrou em contado no dia 11 de julho com o engenheiro, Capitão da Polícia Militar do Conselho Estadual de Telecomunicações,

perguntando qual era a última reclamação de interferência de rádios no sistema de Bombeiros ou Polícia. O capitão respondeu que há mais de um ano não havia nenhum Boletim de Ocorrência. Perguntado se existia muita interferência, ele respondeu que sim, porque lia sempre na imprensa a respeito disso. Retrucamos: “Mas como tem interferência, se o senhor disse que há mais de um ano não havia nenhum Boletim de Ocorrência?” Ele nos respondeu que sabia tudo pelos jornais. O setor que deve registrar o caso, não tem registro. No entanto, o próprio sujeito está convencido de que tem interferência, porque ouve por aí que tem. Por aí, onde?

Não quero tomar o tempo a não ser no sentido de uma proposta que está clara aqui. Se as nossas reuniões tornarem-se desencontradas, se não formos capazes de desenhar minimamente um desígnio para o nosso futuro, isto deixa de ser um projeto do povo, vai virar um bando e vamos nos desagregar como Nação. Parece que é isto que estão querendo produzir. Entendo que os empresários, que não são as multinacionais, mas que têm dificuldade de entender o seu povo, não sabe se é carne ou peixe. Ficam reclamando dos grandões que tomam por 4 milhões e meio e não conseguem entender a gente. Ficam sem conseguir um pensamento coerente. É um amontoado de coisas que não dá nem para colocar no papel, não é uma proposta, não é capaz de virar uma alternativa. Grande parte das coisas colocadas aqui pelo representante da AESP não constam em nenhum papel da AESP. É um ponto de vista pessoal, respeitável, mas do Edberto de Paula Ribeiro e não da AESP. Se esse ponto de vista valesse, teria que estar por escrito. Onde está?

Em relação à questão fundamental, sobre a da melhoria da qualidade de vida, estamos falando de educação, saúde e de solidariedade. Está claro que para o Ministério da Educação, para a Secretaria da Educação, para as Secretarias Municipais de Educação, são absolutamente indispensáveis os meios que comunicação com as pessoas concretas. Neste Fórum de Comunicação, um dos itens, aprovado por unanimidade, diz respeito à legalização das rádios comunitárias. Em segundo lugar, está a questão da saúde. Está presente aqui o Dr. Paulo Gaba,

diretor do Departamento Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP, que existe há 81 anos e que, pela primeira vez, faz um curso voltado não só para as rádios comunitárias, mas para todas as rádios comunicadoras, porque esses meios são indispensáveis para salvar vidas. As doenças não existem de forma igual no Brasil todo. Você tem por região, por local. Isto tem que ser uma coisa combinada. A infantaria e a aeronáutica têm que trabalhar juntas para enfrentar essa guerra. Os meios de comunicação têm que ajudar. Existem regiões em que o problema da dengue é fruto de uma inação da vacinação, alimentação etc. Quem está fazendo o curso de saúde pública sabe o bem que isto está produzindo para o nosso povo. Seja na área da saúde, seja na área da educação, seja na área do desenvolvimento local. Quero ressaltar aquilo que a Teresa e a Luci falaram. A Grande São Paulo, com 15 milhões de habitantes, é uma espécie de elefante sem osso, tudo aqui é muito desconjuntado, até que essa sociedade toda se organize e reaja com relação às provocações, demora muito tempo. Como podemos imaginar que cada bairro, seja Heliópolis, Parelheiros ou Vila Nova Conceição ou cada escola, como eles podem se entrosar num esforço de salvar o país do desastre se não tiver meios próprios de comunicação? Se é possível encontrar, do ponto de vista técnico, alternativas para tudo, como não encontraríamos nessa área, justamente agora que estamos nos aproximando rapidamente do rádio digital etc. Essa vontade política envolve ter uma só voz, um só comando. Se as cornetas tocarem desencontradas, o pessoal que está interessado na confusão sai ganhando. É preciso esclarecer que a comunicação é um meio e que o fim é exatamente a melhoria de qualidade de vida das pessoas: saúde, educação, emprego, escola. É isso que vamos conseguir arrematar até o final deste Fórum. Obrigado.

SR. ADÃO – Sou Diretor da Associação Pró-Fossêmico do Estado de São Paulo, que trata da anemia falciforme. Não sabia desta reunião. Vim à Assembléia Legislativa por outro motivo, ou seja, para resolver o problema em relação à saúde. Vi o cartaz e, como tenho sempre curiosidade, acabei vindo para este evento.

Quando assisti ao vídeo das meninas, lembrei que em fevereiro de 1997, estive na Rádio Comunitária, no Jardim Bonfiglioli, divulgando o que é anemia falciforme. Na época havia um projeto do Vereador Carlos Neves, tramitando na Câmara Municipal de São Paulo, e precisávamos divulgar o problema e pedir apoio à população. Tínhamos ido à TV Bandeirantes, mas infelizmente uma semana antes tinha ido um médico e não houve espaço para a gente. Fomos para Campinas e também não houve espaço para nós, que somos portadores. Fomos à essa rádio e tivemos o espaço de uma hora, colocando a nossa questão. Algumas pessoas, ouvindo a rádio ligaram para lá perguntando a respeito dessa questão. Na época também tinha um fitoterapeuta do Paraná que estava dando receita de ervas etc. Depois do programa, fomos convidados a retornar para colocar os nossos problemas. De lá para cá muita coisa rolou, o projeto foi aprovado, há dois anos. Infelizmente, o prefeito não colocou o projeto em prática totalmente, mas apenas uma parte muito pequena dele. Esta Assembléia Legislativa tem um projeto de autoria do Deputado Nelson Salomé sobre esta questão, que não foi aprovado. Teve um outro projeto da Deputada Célia Leão, que foi aprovado e está sendo regulamentado agora. Estamos discutindo isso também nesta Casa.

Estou colocando o meu depoimento como usuário. Para mim, a rádio comunitária é o elemento mais próximo das pessoas que não tem um acesso a essas grandes redes, onde podemos colocar as nossas necessidades mais prementes. Faço um apelo para os outros proprietários, os comunicadores de rádio, para continuar nos apoiando, porque nossa luta é muito grande.

Vou fechar com um pequeno exemplo. Digamos que em 1970 nascessem 100 crianças durante a Copa e agora, 30 anos depois, estamos comemorando a conquista da Taça Jules Rimet e teríamos que também comemorar 30 anos dessas pessoas que nasceram em 1970. Se essas pessoas nascessem com anemia falciforme, teríamos aqui somente 25 pessoas para comemorar, porque 75% já teria morrido, porque não chegam aos 30 anos. Estar pedindo solidariedade através de um meio mais rápido e fácil é muito importante.

Obrigado às rádio comunitárias por ter dado este espaço.

SR. DANTAS FILHO – Sou presidente nacional do Sindicato das Rádios Comunitárias. Vou fazer uma pergunta ao Sr. Edberto de Paula Ribeiro. Quantas rádios o senhor tem?

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO – Duas rádios.

SR. DANTAS FILHO – Temos informações de que na cidade de Americana o senhor não deixa nenhuma rádio comunitária, todas foram fechadas. Por quê? Os senhores dizem que não são contra as rádios comunitárias, só que a AESP e a Abert entraram com esta liminar para cassar todas as rádios. Não quero dizer comunitária ou pirata. Para vocês todas são piratas. Por isso estranhemos sua posição. Gostaria que o senhor explicasse por que é a favor, se, ao mesmo tempo, na sua cidade e região, não deixa nenhuma rádio comunitária funcionar. Temos jornais com o pessoal que faz acompanhamento das rádios oficiais, junto com a fiscalização da Anatel para fechar todas as rádios. Estamos ilegais por incompetência do governo que não liberou as rádios até agora. Isso acontece porque o nosso Sérgio Motta morreu. Se ele não tivesse morrido, a coisa seria diferente.

Nós do sindicato nacional, do Brasil inteiro, sofremos conseqüências ainda piores do que aqui em São Paulo. No Norte e Nordeste, os proprietários das rádios comunitárias são os mesmos coronéis das comunicações, são os deputados, os prefeitos, que botaram “laranja” para serem donos das rádios comunitárias. No Ceará, todas as rádios comunitárias são ligadas a deputados ou a prefeitos. Por que as nossas rádios não são aprovadas? Porque esses deputados são os mesmos que vão votar as autorizações para as nossas rádios. Jamais elas irão ser aprovadas.

A Teresa Cristina perguntou sobre a rádio comunitária. Na lei da rádio comunitária tem um artigo que diz que ela pode ter apoio cultural, porque é uma

entidade sem fim lucrativo. Ela não pode obter lucro e ninguém pode ser dono de rádio comunitária. Mas ela pode gerar receita para pagar as suas despesas. É como a Globo que tem uma pequena entidade, que tem muito dinheiro, que se chama Fundação Globo.

Pergunto ao Sr. RENÉ que representa a educação neste país, o que o senhor poderia fazer, encaminhando um ofício ao Ministério das Comunicações, já que as nossas rádios comunitárias são tão importantes que a USP, uma faculdade pública, está dando um curso para todos nós comunicadores, gratuitamente? Esta é a informação que chega direto para a comunidade. Ao mesmo tempo, eles assinaram um convênio, que o nosso amigo esqueceu de dizer, com a Escola de Comunicações e Artes da USP. Nunca houve um espaço deste para ninguém no meio de comunicação. A Escola de Comunicação da USP vai dar um curso para os comunicadores. Isso nunca aconteceu no Brasil.

Gostaria da resposta do nosso amigo, da Teresa o que ela acha desse apoio e do Edberto de Paula Ribeiro. Desculpe a pergunta Edberto de Paula Ribeiro, mas sou obrigado a fazer isso.

SR. CARLOS ZARATTINI – Vou passar a palavra ao Dr. Demerval Gonçalves, da Rede Record, porque vai ter que sair agora.

SR. DEMERVAL GONÇALVES – Sinto-me bem à vontade, porque faço parte deste Fórum, como representante da radiodifusão. Estamos discutindo aqui e já se discutiu num outro evento, a nova lei de comunicação de massa. É fundamental neste país que se tenha uma legislação moderna. A legislação sobre telecomunicação e radiodifusão tem mais de 40 anos no mundo que cresceu muito, com satélites, num mundo que ficou do tamanho de um ovo de galinha. O povo só será politizado no momento em que a comunidade discutir os seus problemas, no âmbito da sua comunidade.

O que acontece na rádio e televisão neste país hoje? Quem comanda a cultura, os costumes e os hábitos são três ou quatro emissoras de televisão que estão sempre centralizadas no Centro-Sul do país, Rio e São Paulo. As principais rádios deste país, as AMs poderosas ou as FMs, ditam as regras para o resto do país. As comunidades estão a mercê, quer dizer, não há como discutirmos nos nossos municípios, nas nossas comunidades, nossos problemas porque não temos meios fortes para isso. As rádios das comunidades estão retransmitindo as grandes empresas. É preciso, efetivamente, que o governo aprove rapidamente uma nova lei de comunicação de massa. Essa lei está pronta, pelo menos para ser discutida pelo grande público, antes de ser encaminhada para o Congresso. Deveríamos fazer um trabalho grande para forçar o Ministério a definir essa nova lei. Definindo-a, as emissoras efetivas de comunidade serão definidas, porque sem uma comunidade forte, não vamos nunca ter um país forte. O que existe hoje é uma grande colcha de retalhos. Estamos de parabéns, discutindo este assunto, mas acho que o assunto principal é a grande lei. Não é a Abert que vai resolver, não é a Globo ou a Record que vão resolver. É a comunidade que vai ter que forçar o governo, vai ter que forçar os seus parlamentares a tomar uma posição e definir isso como meta de governo e de administração. Todos aqui pertencemos às comunidades, temos contatos diários com os nossos munícipes, com os cidadãos, portanto temos muito mais força do que o governo que está centralizado em Brasília ou o governo que está centralizado na Capital do Estado. Portanto, esta força de comunidade tem que ser reformulada e revista e pressionar o governo para que uma nova lei seja votada para eliminar todas. O mundo está passando por uma transformação brutal em termos de comunicação. Estamos no advento da tevê digital, da rádio digital e ficamos ainda combatendo a rádio ou televisão onde o cidadão discute o seu problema, no seu município, na sua comunidade, na sua pele. É este o caminho que temos que seguir.

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado ao Dr. Demerval e sentimo-nos orgulhosos de tê-lo como participante do nosso Conselho do Fórum Século 21.

SR. JOAQUIM ALBERTO – Sou da Sociedade Amigos do Parque São Domingos. Quero fazer uma pergunta ao SR. Edberto de Paula ribeiro. Como técnico, Sr. Edberto de Paula Ribeiro, já trabalhei no Ministério das Comunicações em épocas bem amargas. Quero dizer que 50 watts irradiados, seja ela com a radiofrequência com corte de antena corretíssimo, jamais pode causar interferências da maneira como a Abert diz. Concordo com o senhor quando disse que a lei tem que ser cumprida. Tanto que a Rádio Planalto FM foi retirada do ar para cumprir a Lei 4.117, porque o nosso Departamento Jurídico concordava com ela. Mas não posso concordar com o que aconteceu, por exemplo, quando procurei a Jovem Pan, como representante da Sociedade Amigos de Bairro, quando procurei a Bandeirantes e até mesmo a Rede CBN para falar dos problemas de segurança do meu bairro. Recentemente mataram uma senhora de classe média alta, no parque São Domingos com City América, ao lado da Rodovia dos Bandeirantes. Foi negada a possibilidade de pedirmos mais segurança para o nosso bairro. As rádios comunitárias que estão lá fazem este papel, mostram a realidade dos buracos, a falta de segurança, que as grandes emissoras não fazem. Interferem sim, em toda a sua região, como é o caso da Rádio Iguatemi de Osasco. Como técnico sou chamado para tirar interferências de fax e outras coisas mais. São 50 mil watts. Mas 50 watts talvez possam causar um mal estar momentâneo na passagem das pequenas aeronaves. Mas nas grandes aeronaves, não concordo.

Faço um convite ao senhor, representando a sua associação. Venha ajudar as rádios comunitárias, elas não vão atrapalhar a vida dos diretores de emissoras de rádios grandes. Pelo contrário, vamos nos dar as mãos, porque vamos estar trazendo os problemas sociais das regiões pequenas que não conseguimos resolver. Juntos vamos lá. Qual é o medo das rádios comunitárias? Vamos juntos combater as rádios piratas que são as grandes potências, acima de 100 watts.

Tenho ajudado o doutor, muitas vezes, com várias relações de rádios que interferem com corte de antena errado, que fazem comercial, que não fazem rádios comunitárias realmente. Estou denunciando, fazendo um trabalho como radioescuta e radioamador que sou, como um dever meu e como cidadão, acima de tudo. Portanto, pediria ao senhor que nos ajudasse a aprovar as rádios comunitárias e a dar a quem é de direito essas concessões de rádios comunitárias, em nome da sua associação. Obrigado.

SR. ORIDES – Boa-tarde a todos da Mesa e a todos os presentes. Venho aqui desde o primeiro dia que começou esta Comissão de comunicação, escutei, gravei tudo, como estou gravando hoje. Quero fazer algumas perguntas ao Sr. Edberto de Paula Ribeiro, bem simples. Gostaria que o senhor respondesse o que a Luci perguntou ao senhor, se cobra a parte das propagandas sobre drogas, AIDS. A outra coisa que queria dizer é que rádio profissional e televisão só vão ao meu bairro, no caso, quando há índice de criminalidade. O Itaim Paulista é considerado no mapa um dos bairros com maior índice de criminalidade. Se vocês quiserem mesmo ajudar as rádios comunitárias é fácil. Coloco a rádio no final de semana, desrespeitando a lei, faço a propaganda comercial, pegamos uma cesta básica de cada um e enviamos para quem necessita. Vocês nunca fizeram isso e, quando fizeram, foi com verbas comerciais. Está na hora de vocês não criticarem, mas primeiro verificarem quem faz o trabalho comunitário para resolver este assunto, que é mais fácil, como já passaram muitos aí.

A outra pergunta é mais fácil. Se derrubamos aviões, muitas rádios comunitárias têm transmissor de muitas firmas grandes do Brasil que vendem o mesmo transmissor para vocês?

SR. JUAREZ – Boa-tarde, represento a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Grande Campo Limpo e faço parte do Sinerc – Sindicato das Associações Mantenedoras de Rádios comunitárias. Quero falar da importância

da comunicação no país. Quero me referir aos dois Ministérios que, inteligentemente, reconhecem a importância desse veículo da comunidade. Ao Professor RENÉ, que está aqui confirmando que realmente a comunidade carente precisa de conscientização.

Há seis anos represento esta Associação e lá temos um jornal e uma rádio com 20 quilos de ofícios reconhecendo os serviços prestados à comunicação. Posso trazê-los para cá e apresentá-los aos senhores. Operamos com 50 watts e nunca incomodamos ninguém e nunca fomos incomodados. Espero que ninguém cale a boca sobre a nossa comunidade, Zona Sul de São Paulo, Campo Limpo.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO – Boa-tarde, quero cumprimentar todos que fazem parte da Mesa. Quero fazer um reconhecimento muito grande a D. Luci, pela coragem que tem de expor os problemas. Muita gente gosta de ver só o lado ruim das coisas. Vamos começar a ver o lado bom. Tenho uma rádio comunitária que foi fechada, infelizmente, e tivemos mais de 50 cestas básicas pisadas por autoridades federais. Distribuimos também mais de 10 cadeiras de rodas. A rádio comunitária põe o ouvinte no ar para dizer do problema que está enfrentando a respeito da segurança. Pagamos segurança e saúde e não temos. Pagamos tudo à parte, plano médico etc. O povo tem acesso direto aos microfones da rádio comunitária. Amamos o povo. Quem faz rádio por amor, não faz somente para vender patrocínio. Todo jequitibá já foi semente. Até o Dr. Edberto de Paula Ribeiro, também já foi semente um dia. As pequenas rádios podem ser amanhã uma grande elite, uma grande emissora de televisão ou de rádio. Amanhã vocês poderão precisar dela e vamos dar apoio e um abraço a qualquer político que precisar de nós. Em nome de todos que estão aqui, os meus agradecimentos e cordial boa-tarde. Não conheço a maioria das pessoas que está aqui. É a primeira vez que venho, senti-me muito bem e jamais faltarei a uma reunião dessas, que é muito informativa. Boa-tarde a todos.

SR. RICARDO CAMPOLIM – O primeiro ponto é sobre a questão que o companheiro de Campinas levantou. O Sérgio Gomes refutou a questão das acusações e que as rádios comunitárias sofrem através daquele texto que toda mídia hoje transmite acusando as rádios, em geral, de serem causadoras de transtornos e de ameaças à vida no país.

Naturalmente, temos e devemos de brigar pelo direito de resposta. As rádios de Campinas entraram com uma solicitação à OAB, de Campinas, para que fosse encaminhado esse direito de resposta junto à grande mídia que transmite diariamente essa propaganda contrária às rádios comunitárias e as rádio livres, em geral, no país. Essa proposta teria que ser, naturalmente, encaminhada à OAB-São Paulo para exigir esse direito de resposta para podermos nos defender de acusações tão graves e tão mentirosas.

Com referência ao que o Deputado Edson Aparecido nos relatou hoje, na próxima quinta-feira, dia 11, será concedida audiência pública em Brasília, pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados. Queremos nos reunir aqui, após o término deste ato, para discutirmos a ida à Brasília, no próximo dia 10. Convidamos também o Deputado Carlos Zarattini a participar da nossa reunião, para que possamos ir à Brasília no dia 10, com uma representação importante das rádios comunitárias de São Paulo.

Por último quero me referir a um texto, extraído do *site* da Presidência da República, onde SR. Fernando Henrique Cardoso destaca a importância das radios comunitárias. O texto diz o seguinte:

“Brasília, 27 de julho de 1999.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou hoje, em seu programa semanal de rádio ‘Palavra do Presidente’ que na próxima semana enviará ao Congresso pedido de autorização para funcionamento das primeiras 70 rádios comunitárias brasileiras. Milhares de pequenas comunidades se entenderiam melhor, se ajudariam mais, teriam, enfim, uma vida melhor se contassem com os serviços das rádios comunitárias. Disse, acrescentando que a regulamentação do

funcionamento dessas rádios demorou, mas os que tiverem paciência serão recompensados. A partir de setembro, informou o Presidente, o Ministério das Comunicações vai liberar dois lotes de, aproximadamente, 30 autorizações de funcionamento por mês.”A íntegra do texto é a seguinte:

“Na próxima semana, eu vou enviar ao Congresso Nacional um pedido de autorização para funcionamento das primeiras 70 rádios comunitárias brasileiras. Se dependesse da vontade e das necessidades de muitos brasileiros, isto poderia ter acontecido há muito tempo. Milhares e milhares de pequenas comunidades se entenderiam melhor, se ajudariam mais, teriam enfim uma vida melhor se contassem com os serviços das rádios comunitárias. Por questões técnicas e até políticas, o Brasil levou muito tempo para regulamentar o funcionamento das rádios comunitárias. Mas os que tiverem paciência serão recompensados. O Ministério das Comunicações liberou canais para rádios comunitárias em mais de dois mil municípios e se preparou para liberar novos canais até que todos os municípios possam ter uma dessas rádios. Temos aqui no Ministério, mais de seis mil pedidos de concessão de canal de rádios comunitárias. O interesse dos brasileiros pelas rádios comunitárias é enorme e com razão. Essas rádios vão prestar serviços de utilidade pública para as pequenas comunidades. A rádio comunitária é democrática porque pequenos grupos, mesmo de pequenos recursos vão ter a sua emissora, que é montada com um custo baixo. Como o seu alcance é de apenas 1 km, o ouvinte vai ficar sabendo mesmo é da notícia da sua rua, do comércio, do trânsito perto da sua casa, do seu trabalho e da escola dos seus filhos. A associação que quiser uma rádio comunitária precisa atender a algumas exigências. Só poderão ter rádio comunitária entidades sem fins lucrativos, algumas associações de moradores na cidade ou no campo. A sede deve ser localizada na própria comunidade. Muita coisa está mudando radicalmente em nosso país e a favor da população e, muitas vezes, o governo é mal compreendido e até criticado por fazer inovações. Nós vamos continuar mudando. O início do funcionamento das rádios comunitárias é uma demonstração disso. Antes delas a gente ouvia dizer que só quem tinha muito

dinheiro é que podia instalar uma rádio. Agora, todo cidadão reunido em uma associação pode pedir e conseguir sua rádio. A rádio comunitária não foi criada para fazer concorrência às rádios tradicionais. Ela tem a sua faixa própria e não interfere na programação das grandes emissoras. Eu quero, finalmente, anunciar que a partir de setembro, o Ministério das Comunicações vai liberar dois lotes, de aproximadamente 30 autorizações de funcionamento por mês.”

Tínhamos na época seis mil pedidos. Hoje são 10 mil. Nenhuma rádio até hoje foi autorizada a funcionar. Existe no Congresso Nacional aproximadamente 100 pedidos. O Presidente prometeu liberar 30 pedidos por mês a partir de setembro do ano passado. Se fizermos as contas, 10 mil rádios, 30 por mês liberadas, levaremos em torno de 25 anos para conseguirmos autorização para as nossas rádios funcionarem.

Aí está uma realidade que só a nossa organização poderá resolver. É por isso que precisamos estar organizados para defender esse sagrado direito da comunicação local. Pedimos, mais uma vez, para continuarem aqui após esta reunião, a fim de podermos deliberar sobre a ida à Brasília.

SR. RAIMUNDO – Sou Diretor do Sinerc, da região de Campinas. Quero desejar boa-tarde a todos os participantes, principalmente à Mesa, e ao nobre Deputado Carlos Zarattini. Como foi difícil até hoje nos encontrarmos para falar de rádio comunitária, com a presença da AESP. Assim sendo, hoje seria importante centralizarmos mais as perguntas nela, para que nos dê resposta, se é que tem. Como representante dessas rádios comunitárias, de associações comunitárias, vimos como elas foram bombardeadas, humilhadas pelos grandes canais de rádios e de tevês no Estado de São Paulo e em todo o Brasil

Ficamos um pouco chateados pela forma que o Sr. Edberto de Paula Ribeiro, representante da AESP, falou algumas coisas. O Sr. Edberto de Paula Ribeiro faz a defesa das rádios comunitárias. E se não entendermos o que está por trás disso, acabamos achando que ele realmente defende as rádios comunitárias e que, de

fato, quer que as rádios comunitárias vivam soberanamente, como as suas emissoras que hoje funcionam com a soberania total neste Estado, como são as rádios filiadas a AESP. O engraçado é que ele falou aqui que não quer que a “Voz do Brasil” funcione a nível nacional, mas a nível estadual sim, mas desde que os Estados não peçam mais tempo. Se é a favor de estadualizar a “Voz do Brasil”, por que não quer que o Estado peça o tempo necessário para que eles possam falar do que o Estado precisa?

Outra coisa engraçada que acontecem e que queremos perguntar ao Sr. Edberto de Paula Ribeiro é sobre o seguinte. Ele propõe ao Ministro que se faça uma concorrência pública das rádios de 300 watts, mas que não sejam comunitárias, que tenham que cobrar. Mas se vocês não querem que as rádios comunitárias cobrem, porque com a cobrança fazem concorrência a vocês, este é o grande problema, e como propõem ao Ministro que realmente essas rádios com 30 watts cobrem dos comerciantes, para terem uma melhor qualidade? É uma coisa absurda. Gostaria que a AESP, equivocadamente ou não, deixasse de fazer essa campanha difamatória, achando que todo mundo é pirata e clandestino. De fato somos uma voz querendo democratizar os meios de comunicação.

Um abraço para todos vocês e muito obrigado pela oportunidade.

SR. PAULO – Boa-tarde à Mesa, boa-tarde a todos, sou da Universidade de São Paulo e como universidade temos muita clareza a respeito da importância das rádios comunitárias. Quero congratular a presença do Fórum Século 21 na área de comunicações e almejo que cheguem rapidamente a um processo de organização e deliberação acerca da legislação que deve nortear as rádios comunitárias. Nós, enquanto universidade, não entendemos, de forma alguma, que um processo que visa garantir um direito constitucional possa estar sendo adiado, demorando neste processo de legalização do direito de organização da própria comunidade.

Quanto à Faculdade de Saúde Pública, temos tido a experiência de promover debates com as rádios comunitárias no sentido de dar a elas a possibilidade de

reconhecer nas suas comunidades as reais necessidades no âmbito da saúde. Entendemos que só através de um processo, onde a gente dê à própria comunidade a oportunidade de ser o agente transformador da sua realidade, e agora falo um pouco em nome da Mesa, é que vamos conseguir resolver esta situação de crise social que vivemos hoje. É muito clara esta situação de crise que todos nós compartilhamos e vivemos. A não ser que consigamos, rapidamente, dar respostas no sentido de facilitar a organização da comunidade, não vamos conseguir sair disso com poucas baixas. Ao contrário, nós, enquanto cidadãos brasileiros, e todos somos aqui, temos o dever de facilitar o processo de organização, de saída do processo de crise social. Nesse sentido, a Mesa tem feito todo o esforço e eu pediria à Mesa, enquanto universidade, para que agilize suas decisões, o mais rapidamente possível, sobre o processo de legalização.

Obviamente, como foi colocado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, lembrado pelo Campolim, é muito pouco uma dinâmica de legalização em torno de 30. Mas é óbvio que este é o início que abre uma série de circunstâncias que vão facilitar a legalização cada vez maior de um número geometricamente e exponencialmente maior, mês a mês. Quero congratular a Mesa e colocar a Universidade em total apoio à solidariedade a esta decisão do Fórum São Paulo Século 21, almejando que de fato, o mais rapidamente possível, se reconheça o direito de cidadania da nossa população e, nós, enquanto brasileiros, possamos construir um país mais digno e comunicativo no sentido de resolver os seus próprios problemas.

Era isso que queria falar enquanto Universidade de São Paulo.

SR. CARLOS ZARATTINI – Quero consultar o plenário, porque o interessante neste debate é que todos fiquem até o fim, e vemos que algumas pessoas estão indo embora, devido ao adiantado da hora, além do que temos um compromisso de que encerraríamos às 17 horas e 30 minutos.

Temos mais seis pessoas inscritas e pediria para que elas abrissem mão da sua falação, para que todos que estão aqui pudessem ouvir as respostas às questões formuladas. Pergunto se é possível isso, para termos um final organizado do debate e não ficar definhando por muito tempo. Tudo bem?

SRA. LUCI – A estrela de fato hoje, com todos os méritos é do Dr. Edberto de Paula Ribeiro.

SR. FRANÇOIS RENÉ – Quero agradecer a oportunidade e vou tentar ser breve. Coordeno dentro do Ministério a Rute – Rede Universitária de Teledifusão, que congrega as emissoras de rádio, tevês e produtoras universitárias. Estou há mais ou menos cinco anos no universo da teledifusão e conheço de perto alguns problemas. Mesmo as rádios e tevês universitárias não têm a facilidade e a maioria delas está com o problema de concessões vencidas e a coisa vem se arrastando há anos. A concessão para as universidades que são instituições meritórias, também sofrem dos agravos da cultura de concessão que temos, muito mais como benesse do que um direito em cima da função social, utilização etc.

Gostaria de mais uma vez agradecer o convite de vocês, reforçando o seguinte argumento e primeiro respondendo a pergunta que me fizeram. No MEC, estamos indo para a segunda experiência através de um organismo do Ministério da Educação, que é o Fundescola. Realizamos no ano passado uma parceria com o Oboré. Faço questão de falar no Oboré, porque vocês aqui em São Paulo tem a matriz da solução de uma porção de coisas. Sou paulistano, sem querer “puxar a sardinha para a lata”, mas São Paulo, pelo menos que eu sei, mais uma vez sai na frente tendo no momento um Fórum que faz uma discussão desta natureza. Lembro-me na época da Constituinte (e eu cobri a Constituinte), que alguém cunhou a frase: “Reforma agrária no ar.” Assim como temos a emergência da questão do campo, dizendo que já é tarde demais para continuar sem resolver. A coisa emerge, a questão do uso do espectro também sofre da mesma necessidade de emergência.

Estamos discutindo aqui uma questão fundamental para a democracia que queremos construir, que passa necessariamente por esta reforma agrária.

O Fórum só existe, porque há um problema e ele só existe porque a realidade se colocou na situação de superar este obstáculo. Como um bom e velho comunista acredito em organização. Acredito nas pessoas que fazem e quando arranjamos alguma encrenca, como quem detém os meios de comunicação, é exatamente por entender que eles deveriam estar a serviço da causa coletiva. Este não é apenas o meu entendimento. Sou a ponta do iceberg, sou servidor público. O fato do Ministério da Educação e o Ministério da Saúde fazerem como faz, uma sociedade viva, é ilegal, mas não ilegítimo. Estamos buscando a legalidade do que é legítimo por origem e por natureza. É mais ou menos como o assentamento, que fora de um planejamento de expansão urbana, as pessoas invadem porque todos têm direito à moradia e à terra, e o poder público, que não pode furtar-se da sua responsabilidade, vai lá e põe a luz, a delegacia, escola e o posto de saúde. E aquilo era apenas um assentamento ou grilagem, ou o que fosse.

Sinto-me cavalheiro, não falo pelo Mike, mas falo pelas pessoas que pensam e estão vivas na estrutura do poder público. É legítimo e a lei vem atrás; acho que quando a gente se organiza, como o Sérgio disse, quando chega e consegue virar uma orquestra, e não uma porção de instrumentos tocando dissonantes e pautas diferenciadas, e toca a mesma música, conseguimos puxar a lei, porque assim que foi feita a história humana. Saímos da barbárie assim. A barbárie hoje está no umbral, apesar de volta e meia a gente se assustar com ela, porque fomos capazes de fazer os pactos que só os seres humanos podem fazer.

Lembro a vocês que a nossa responsabilidade no serviço público nos faz também ser ilegais num certo sentido, porque a gente não reinventou a roda, apenas descobrimos que a roda estava aí e precisava ser usada no interesse da coletividade. Nisso o MEC, enquanto sou responsável por isso, vai estar abraçando as causas de interesse da população. Não somos órfãos disso porque estou aqui com anuência do Ministro Paulo Renato, assim como as pessoas que trabalham na

saúde estão com anuência do Ministro José Serra, assim como tudo que é institucionalizado também força a questão da legalidade para que a gente construa realmente um país real, de pessoas e situações concretas e que todo mundo é agente da mudança. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. CARLOS ZARATTINI – Obrigado ao Sr. François RENÉ, que veio de Brasília para participar deste Fórum. Realmente foi uma grande contribuição para o nosso debate.

Passo a palavra para Teresa Cristina, responsável pela comunicação da Assembléia Legislativa.

SRA. TERESA CRISTINA – Respondendo à pergunta do Sr. Dantas, acho que a grande saída é esta. Quem quer fazer comunicação hoje no país tem que ser um pouco vendedor. Tem que meter a pastinha debaixo do braço e ir buscar recursos para poder arcar com os seus custos. Não tem muito jeito, não tem muita saída. É isso que todo mundo faz e as rádios comunitárias instaladas têm que bater na porta da padaria, do açougue, das escolas, das universidades para buscar recursos.

Estamos vivendo na Assembléia um momento histórico, bastante importante. São Paulo, como o François falou, sai na frente. E o que dá certo para São Paulo dá certo para o Brasil. Temos esta tarefa. O problema não está só aqui em São Paulo. Temos históricos de rádios comunitárias em outros Estados. A ida dos senhores à Brasília é de extrema importância. O Fórum tem muito menos a tarefa de discutir as questões individuais, como por exemplo, uma rádio que fechou, uma rádio que teve problema, a cesta básica que foi tirada. A maior tarefa do Fórum é discutir a questão de todo mundo, que é estar com as suas rádios comunitárias funcionando dentro da legalidade. Esta é a grande tarefa do Fórum que pensa São Paulo, que pretende não ficar só na utopia, mas saber o que queremos para os nossos filhos. É isto que estamos fazendo aqui hoje.

O Sérgio me lembrou, porque acabei esquecendo de dizer na minha fala, que a Assembléia pediu uma rádio também ao Ministério. Estive em Brasília, a pedido do Presidente da Assembléia, Deputado Vanderlei Macris, conversando com os técnicos do Ministério das Comunicações que ficaram abismados, porque nenhuma Assembléia no país havia pedido uma concessão de rádio. A coisa está tramitando lá e o Presidente da Assembléia já esteve com o Ministro Pimenta da Veiga para conversar sobre isso. Acreditamos que essa é uma coisa demorada, porque depende se São Paulo pede.

PLATÉIA – Aqui não é demorado, não.

SRA. – Tudo bem, estou fazendo um relato do que senti, do que estou monitorando. Porque é assim, se der para São Paulo, tem que dar para todos os Estados. São Paulo quer ser o primeiro a ter, mas também acho que todos os Estados têm que ter, todas as Assembléias Estaduais têm que ter a sua rádio, está certo? Então, achamos que esse processo é demorado, porque depende de uma decisão que é política, não é só técnica, sabemos disso. Então, estamos aguardando. Para completar o que a Luci está dizendo, a Assembléia Legislativa, a Mesa Diretora com o apoio de todos os Deputados desta Casa, eles querem a rádio. Porque é preciso que a Assembléia fale com as suas comunidades. Então, já estamos na fase de compra desses equipamentos de rádio, a partir de agosto, se Deus quiser, não é que a rádio estará funcionando, estará funcionando na Assembléia uma agência de notícias para rádio. Portanto as rádios comunitárias que quiserem estar plugadas conosco, podem estar. (Palmas.)

SR. – Muito bom, quando agosto chegar. Passarei a palavra ao Eriberto, mas queria agradecer, fazer aqui uma menção especial, porque estamos num debate e o importante do debate é ter a pluralidade de opiniões. Esse é o objetivo do Fórum, o de constituir realmente as opiniões de toda sociedade. Acho que a disposição dele

vir aqui debater é muito importante. É um debate difícil, em que os dois lados praticamente se contrapõem, e temos aqui o papel na Assembléia de ouvir todo mundo. Então, acho que é muito importante a presença, acho que elevou o nosso nível de debate, porque colocou a pluralidade no nosso plenário, na nossa discussão. Muito obrigado.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO – Primeiramente, eu agradeço a oportunidade de estar presente junto aos senhores, e ao senhor deputado quero dizer que todas as vezes que solicitado for, dentro do possível, estarei aqui para conversarmos a respeito disso. Quero colocar que parece estranho quando os senhores me vêm falar uma coisa e as vezes é muito gostoso ir ao médico e mesmo estando doente o médico fala: você não tem nada. Torcemos para isso. Não adianta vir aqui e falar para os senhores aquilo que não é real. É preciso ouvir aquilo que é real. Eu disse aos senhores que o governo não tem vontade política para dar as suas concessões. Um membro falou que o Presidente da República disse que daria em setembro. Eu não sei, no meu calendário, esse setembro que foi publicado é daquele filme: *Quando setembro vier*. Porque não sei. Até agora não veio. Quando ele começar, talvez seja história. Então, está aí quando eu disse que não existe vontade política. Por quê? Porque o Ministério entrou num rolo, um emaranhado de coisas lá e fica complicado. No que diz respeito às emissoras comunitárias, elas deverão estar legalizadas. Por que? Porque a emissora ilegal, entendam o seguinte, o que nós da associação, da AESP e da Abert brigamos? Pela legalização. Entramos com um processo contra o Ministério Público, para que ele fizesse o quê? Fosse multado, primeiro contra o Ministério Público, por prevaricação, por uma porção de outras atitudes e que fechasse as rádios ilegais. Então, o senhores vão falar: está aí, foi mandado fechar as rádios ilegais. Lógico. Por quê? Estamos forçando o Ministério a dar uma posição a respeito daqueles processos que estão lá. Porque simplesmente eles podem assinar e publicar no Diário Oficial no outro dia. Essas emissoras estarão legais. Elas deixarão de ser ilegais. Agora, essa linha

de atuação, quero dizer que é uma atuação que estamos contra e estamos exigindo isso. Existe interferência? Existe sim. Eu não aprovo coisas que não sejam legais. Não é com referência à rádio. Não aprovo o cassino, não é legal. O dia que for, eu posso não concordar com a lei, mas não poderei discordar da lei. Não posso aprovar a pena de morte. No dia que for lei, paciência. Posso até achar que em São Paulo, uma criança, um menino com 16 anos, possa responder pelos seus crimes, pelo fato de votar até mesmo a Presidente da República. Mas a lei diz que não, que é 18 anos. Eu tenho que admitir esse fato. O que eu acho, que coloco, o que me pauto e sempre me pautei na minha vida, é pela legalidade, pela lei. Não vou ser nenhum pouco antipático ou bonzinho aos senhores dizendo que concordo com as emissoras que estão lá. Não concordo. Enquanto não vierem as portarias e os senhores poderem trabalhar com dignidade e com respeito, porque aí sim virá a dignidade e o respeito. Os senhores têm que se mobilizar sim, têm que ir para Brasília, no Congresso Nacional e peitarem, exigirem, porque a lei existe, está no papel e o Congresso não está liberando as suas emissoras. A partir daí, dentro do aspecto legal, os senhores terão todo respaldo de todas as emissoras que têm no Estado de São Paulo, pelo menos. Quando se colocam as coisas, que o Brasil é muito vasto e se pergunta porque peço o lacre das emissoras da minha região, peço sim, e quantas tiverem estarei entrando na justiça pedindo o lacre das emissoras. É um direito. A partir do momento que os senhores forem legais, teremos imenso prazer em tê-los conosco. Agora, enquanto forem ilegais, não posso admitir isso. Eu não posso, é uma postura sobre esse aspecto. Os senhores têm uma associação, eu respeito essa associação. Já tivemos várias reuniões com a sua associação. E essa postura nossa sempre foi essa. Queremos a legalidade. E não queremos que os senhores fiquem na clandestinidade. Queremos que fiquem na legalidade. Para isso, é o que os senhores necessitam de nós e sempre o fizemos. Continuando a questão, quando se falou essa propaganda de droga etc., tenho como conceito de que droga é uma coisa ruim, má. É assim que vejo, eu jamais teria recebido dinheiro para divulgar droga, não entendi isso. Aliás, não quero nem entrar em detalhes.

Sinto até que os senhores têm até outros cantores, amigos, que também vestem a sua bandeira e que acho que deveriam dar mais ênfase. Só estou fazendo uma simulação a respeito de droga, e os senhores sabem muito bem do que estou falando. Não concordo com algumas atitudes. (Pausa) Apartes da platéia, fora do microfone. Fica difícil, às vezes, antes de terminarmos o que temos a expor, sermos interrompidos sobre a história. Exatamente dentro dessa linha de raciocínio que eu estava continuando. A droga tem que ser vista como algo que causa dependência e quem usa é culpado porque outros vieram trazer. Então é preciso ter um trabalho muito especial quanto a isso e os exemplos poderão ser muito bem vindos perante a sociedade. Mas quero em resposta dizer se nós cobramos alguma coisa para divulgarmos assuntos referentes à droga.

Acho até uma incoerência, se alguma emissora fizer isso. Com referência àquilo que o Ministério da Educação nos manda, todas as verbas referentes ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde, ao Ministério dos Transportes, assim como todos os Ministérios nos mandam – – pelo menos as emissoras do interior do Estado se têm algum acordo com grandes emissoras, não sei—, bem como o Sebrae e outras entidades nós, os pequenos, divulgamos isso graciosamente, dentro da nossa programação. Não existe mídia, pelo menos das minhas emissoras jamais recebi uma tábua de irradiação, na qual tivesse algum valor específico com referência a isso.

SR. – Eu dou o meu testemunho com referência a isso. Nunca pagamos nada.

SR. EDBERTO DE PAULA RIBEIRO – Não cobramos. Então, isso é feito dessa forma. Estou respondendo às duas formas de perguntas, desculpe-me se não entendi bem, se houver uma coisa ou outra, mas estou colocando para que não haja uma resposta co-referente. Quando se refere a darmos apoio aos senhores, ora, a questão de apoio, o apoio já demos, já estivemos no Ministério, fizemos reuniões,

estivemos na Câmara dos Deputados, já estivemos com os parlamentares falando a respeito disso, e eles estão demorando nessa atitude; isso dificulta a ação da polícia, dificulta a ação do Ministério Público. Por quê? Porque temos que, exatamente, acima da Polícia, do Ministério Público, da situação, resolvermos de quem é de direito e quem não é. Não podemos ter pessoas fazendo coisas erradas dentro do sistema. Por quê? Porque poderão ser punidas se estiverem ilegalmente constituídas. Quanto a derrubar aviões, meus amigos, vou falar o que para os senhores? Eu tenho um parecer do Ministério da Aeronáutica, assinado pelo Cel. Aviador Ney Antunes Cerqueira, em que ele fala das interferências que ocorrerão perante o Aeroporto de Cumbica. Está aqui e está assinado. São documentos que vieram até a Associação e foram encaminhados ao sistema, que comprovam esse tipo de atitude. As interferências, meus senhores, desculpem, mas os senhores não querem ouvir aquilo que é real tem interferência sim. Senhores, quero dizer o seguinte: para isso existe o Ministério das Comunicações. O Ministério das Comunicações, com todo arsenal que tem de engenheiros, com todo material que tem, ainda está estudando uma frequência para São Paulo, e as emissoras comunitárias já encontraram 300. Ou eles são incompetentes, têm de ser mandados todos embora? Estamos buscando fatos lá atrás, porque esse fato aconteceu. Mas, é isso que as emissoras comerciais querem que seja feito, ou seja, que as coisas sejam legalizadas. Se não legalizarmos não haverá espaço para ninguém. O Ministério das Comunicações está fazendo um trabalho demorado, está complicando a vida dos senhores, complicando a vida dos outros. Eu tinha uma emissora, por exemplo, que na frequência de 88.5, que é o segundo harmônico dele, quem é técnico sabe disso, fica em 177, em cima do quê? Do áudio do canal 7. Dá interferência? É lógico que dá. Então não se pode pegar um canal aleatório, o segundo harmônico pode bater em alguma coisa. Para isso existe engenharia, têm cursos, engenheiros, testes, que o Ministério faz. Por isso que há necessidade dos senhores entrarem com um projeto técnico, perante o Ministério das Comunicações, para ele poder fazer a avaliação e saber se os senhores podem ou não, se aquela

freqüência é válida ou não, se é compatível, qual potência que os senhores podem utilizar. O que é uma potência de FM? É o valor dos transmissor, ou seja, a potência do transmissor *versus* altura. Quem é técnico sabe disso. Quanto mais alta a antena, mais ganho tem. Tem toda essa situação referenciada. Para isso existem cálculos de engenharia para se colocar. Agora, não pode simplesmente dizer, acho que aqui não tem ninguém e entra com uma freqüência. Quando falei a respeito de Voz do Brasil, de não abrir mais espaço, o que quis mostrar aos senhores é que Voz do Brasil representa um mês de serviços de uma rádio comercial. Não estou reclamando do fato. Estou dizendo que representa isso. Acho que a Voz do Brasil poderia ser mais bem aproveitada, se dividido os seus espaços dando também espaço a Assembléias Estaduais. Essa é a minha opinião. (Pausa) É difícil colocar as coisas quando as pessoas querem atropelar o sistema. Acho que se o Poder Federal, abrisse mão de um espaço para o Estado, seria muito bem-vindo para a divulgação dos trabalhos estaduais. (Interrupção da platéia) Acho que se é por aí, não tenho muito mais a responder aos senhores. Se estou agredindo e os senhores estão baseados em um líder dos senhores, que representa uma Associação e que planta desordem pela Constituição e ele está correto e eu errado, então os senhores me desculpem. A questão das emissoras educativas, como estava sendo colocado aqui, têm as assembléias legislativas, as prefeituras, elas podem pedir sim. Emissoras educativas são concedidas com muito mais facilidade. O Ministro tem autonomia para dar esse decreto de mão, a todas as entidades preferenciais às prefeituras e às assembléias legislativas. É só um esclarecimento daquilo que foi colocado. Quanto às ações que estão sendo feitas, realmente fazemos isso, estamos brigando para que as coisas se legalizem e terá que ser cumprida a lei. Se a lei não estiver boa para um lado ou para outro, acho que temos de tentar modificar a lei, jamais desobedecer à lei. Sugestões podemos dar muitas. Porém, essa é a minha opinião. (Palmas)

SR. – Muito obrigado. Passamos a palavra agora ao (Pausa) Everaldo para responder às perguntas.

SR. EVERALDO – Dentro desse papel difícil, desse clima vamos ver se podemos falar. Na realidade foram citados dois papéis, vou falar ao terceiro papel, que é do gerente da Anatel em São Paulo. Fica muito difícil, eu enquanto cidadão democrata autêntico, fiz questão de dizer isso, não me furto a nenhum debate, em nenhuma posição, tenho a minha e defendo. Recebo no meu gabinete todos que me procuram. Daqui já atendi uns 8 ou 9 que vi, individualmente e por associação de classe. A nossa colega jornalista disse que precisa falar comigo, estou aberto à hora que quiser para atender, para ensinar o caminho das pedras para conseguir essa rádio mais facilmente. A Luci já é freguesa, então não posso dizer nada, na minha pauta ela está todo os dias.

SRA. LUCI – É uma forma delicada de dizer que perturbo.

SR. EVERALDO – E a bem da justiça quem menos me procura e não dou espaço, são eles. Por quê? Não sei. E aí começo a falar agora, enquanto Ministério, pela outorga. Se não mudarem esta lei, que já disse que é uma vontade política do próprio Ministério, isso acabará virando um mico nas nossas costas. Isso virou um mico. Não dá. A lei é uma armadilha. Isso eu disse várias vezes. Temos que mudar essa lei. E não somos nós que mudamos. Eu sou do Executivo. Eu cumpro a lei. Os senhores me pagam para que se faça cumprir a lei. Quem muda a lei é o Legislativo. Então, aí, entra a força das organizações, junto a seus representantes para que se faça mudar a lei. Vão lá sim, nossa opinião está lá. Como cidadão, o que digo agora, para deixar bem claro, porque está sendo gravado. Falamos muito de pressão política. São Paulo não consegue nada no Congresso. É fraca a representação. Tem um número, talvez pequeno, por aquela distribuição eleitoral que não é muito a minha praia, mas São Paulo não consegue nada. E se a força é

daqui, como diz a Tereza que temos de dar o exemplo, aí é independente do partido. Eu já conversei com deputados do PT, do PSDB, o Arnaldo que não sei de que partido é, teve um outro, o Pastor, todo mundo me procura e fala: tem que se juntar. Ou é uma vontade política de São Paulo ou não vai dar para essa briguinha ficar e os senhores no jogo e tomando pancada de todo lado. Isso precisa ser mudado. É urgente. Tem que ir logo lá com uma força de coesão. Não adianta isso: o PT, não quer, o PSDB, não quer. Aí está no jogo que ninguém quer legalizar. Ou é uma vontade política deste Estado, que é o carro chefe de tudo na Nação, ou não conseguimos o que queremos para a comunidade. Aí volta no meu papel legal. Sou um legalista autêntico e sou um democrata autêntico. E democracia é bonito por causa disso. Estamos aqui debatendo e conversando com respeito e as vontades são diferentes. Esse é o exercício. Mas é caro exercer essa democracia. Queremos receber as coisas muito dadas. Estive recentemente num debate com o senhor, lá na Câmara Municipal e vimos o nobre vereador dizer: isso aqui não representa ninguém. É mentira que esta Casa representa São Paulo. Está gravado, gravei na minha casa isso. Seria a mesma coisa que dizer: a Assembléia Legislativa não representa este Estado. Isso é chocante. Então, temos que ter força, precisamos exercer mais essa cobrança, não é só minha, dele, é de quem vota. Isso é exercício da democracia. É liberdade com responsabilidade. Temos que exercer isso. Não é ficar de boca aberta, feito filhote no ninho esperando que alguém venha dar comida. Então, vamos exercer isso. Então volto aqui ao meu papel da legalidade, enquanto Anatel. Não sou marqueteiro, alguém usou essa expressão, um colega lá do Ministério das Comunicações, que eu também sou de carreira, há 32 anos, estou ganhando de você aqui, mas não sei fazer marketing do que fazemos. Aparece muito que os senhores são vítimas de um sistema fraco que tem. Infelizmente, estão ao arrepio da lei e tenho que cumprir o meu papel. E cumpro com orgulho e com honra, porque os senhores me pagam para isso. Agora, ao mesmo tempo eu não faço propaganda daquelas rádios que fechamos, oficiais. Fechamos as grandes, anunciei que fechamos na quinta-feira passada a famosa rádio do padre Chico que

a polícia Federal não ia, que ninguém queria ir. Fomos sozinhos lá, o Dr. Paulo comandou a operação e fechamos a rádio. E como marca, vamos derrubar aquela torre e vamos colocar em algum lugar para dizer: acabou aquela rádio. E foi fechada. Só que ninguém divulgou isso também. Ninguém divulga isso. Ninguém divulga que fechamos. Quando fechamos a rádio Mundial aqui em Guarulhos que estava interferindo no aeroporto, ninguém noticiou isso. São rádios oficiais. Então vamos cair desse jogo, porque eles tem e pagam para isso e eu fiscalizo e interrompemos. A Rádio Iguatemi, que o senhor citou, responde a 9 processos administrativos e já foi interrompida, se o senhor acompanha, já interrompemos 3 vezes aquela rádio. A Rádio Atual já foi lacrada duas vezes e está pagando multa por isso. Não quero nem saber se é filiada ou de quem é. Está fora da lei eu ferro. Não quero saber de quem é. E no que o senhor falou de Campinas, agora, a não ser que tenha alguém usando o nosso nome, e quero a denúncia mas, me dê nome; falar que é perigoso, o ônus da prova cabe a quem denuncia. Qualquer denúncia, isso eu já disse em vários foros, se alguém fizer, vai provar. E se alguém estiver lá, eu tenho um lema que disse já aqui e não é demagogia: se um dia eu me beneficiar de um tostão de alguém, quero gastar um milhão em remédio para os meus filhos. Esse é meu lema, só esse, não quero mais nada. (Palmas) Outra coisa, em Campinas, agora, recebemos uma reclamação do aeroporto de lá, que estava dando uma interferência, não se conseguia ouvir, fazer a aproximação de vôo. Imediatamente desloquei a minha equipe de radiomonitoragem e detectamos. Não era nenhuma rádio clandestina. Eram três rádios oficiais. E se o senhor já acompanha, o senhor sabe que elas foram interrompidas. (Pausa) Então, em Campinas, agora, pegamos três que estavam batendo lá. E sobre interferência, que foi muito falada, não é só de rádio. Qualquer serviço de telecomunicações interfere. E não vou explicar porque a maioria é técnico aqui. Infelizmente, não trouxe o nosso filme para passar sobre interferência. O Ediberto já explicou, o colega ali que é técnico e que trabalhou no passado no Ministério sabe que qualquer serviço pode interferir. Agora, que diferença tem? Isso que quero mostrar. Porque sendo uma

rádio oficial, eu entro fácil, meço, vejo que está com defeito, está com espúrio e interrompemos. Uma rádio que é clandestina, até por medo não me deixa entrar. Então, fica difícil essa co-relação. Quando o companheiro ali diz que a rádio dele é com 50, me arrepia. Porque já está fora da lei. A lei é 25. Como ouvi, agora é a hora de falar, então não é só a clandestina, a rádio oficial também sofre a nossa fiscalização e paga por isso. Quanto ao que disse à Tereza, marcou-me muito, das rádios comunitárias, porque falo das rádios educativas. É o tipo da lei “me engana que eu gosto”. Porque saco vazio não pára em pé. Isso também é uma coisa que precisa mudar lei. A TV Cultura aqui está quebrada. Todo mundo sabe disso. Temos a Rádio Cultura, a TV Cultura, que vão com esses apoios, estão respondendo a processos.

SRA. – A TV Cultura percebeu que não é só mamar na teta do governo. A TV Cultura tem que ir ao mercado e buscar recursos.

SR. EVERALDO – Mas só que a lei não permiti. Esse é outro ponto que gostaria de chamar a atenção, que precisamos mudar essa lei. Por que uma educativa não pode, precisa ficar mascarando esse apoio cultural? Tanto para a rádio comunitária, quanto para as televisões e rádios educativas, também é a mesma lei “me engana que eu gosto”.

É isso que queria dizer. Obrigado. (Palmas)

SR. – Senhores, hoje é o último dos debates, mas não é o encerramento do Fórum. Vamos preparar o relatório, vamos convidar a todos para apresentar a primeira versão do relatório e vamos fazer com que esse debate continue. Queria só dizer aos senhores, o Ricardo Campolim já falou, estamos aqui com 51 assinaturas de deputados desta Casa, pedindo uma audiência ao Presidente da República. Foram colhidas na época em que foi emitida aquela ordem judicial de fechamento das rádios. E causou uma indignação muito grande na Casa. São 51 deputados de

todos os partidos, que assinaram esse manifesto. Então, queria dizer aos senhores, porque acho que os senhores têm aqui um auditório, tem a iluminação, está à disposição para que, se quiserem prosseguir essa reunião, se organizem. No meu ponto de vista, temos uma oportunidade na quinta-feira que é de ir à Brasília colocar essa discussão ao Congresso Nacional e ao Ministério das Comunicações, para que se dê início realmente a uma forma de pressão organizada, uma forma de pressão permanente sobre o Congresso Nacional e o Ministério das Comunicações para que se resolva esse problema. Então, queria deixar isso aqui, temos a oportunidades na vida e essa é uma delas. Se não aproveitarmos, depois ficaremos esperando passar de novo.

SR. EVERALDO – Há pouco disse, quando falei das denúncias, vi a matéria do jornal e nela não tinha ninguém da agência do Ministério acompanhando, o próprio rádio difusor que fez a denúncia é um problema com a polícia e não é comigo. Queria deixar claro e registrado a todos aqui. Acabei de receber uma denúncia, isso é gravíssimo, farei uma representação ao Ministério Público, à Polícia Federal disso, porque alguém já está falsificando até o nosso símbolo, falando em nosso nome. Agente meu, se identifica, é um documento público, todos os senhores têm liberdade de ligar para o escritório e dizer: “está aqui o fulano de tal, com a credencial número tal”. É agente? A credencial nossa é essa, todo mundo já viu, é um documento público e a qualquer um pode ser exibido. Agora, se usar o nosso nome, chame a polícia, prenda, é flagrante, é bandido, não é meu funcionário.

SR. CARLOS ZARATTINI – Senhores, queria agradecer, infelizmente temos problemas de horário, eu tenho, outras pessoas da Mesa também, mas, está aqui à disposição o plenário, podem continuar a reunião, não há problema e vamos tocar o nosso Fórum e o nosso movimento para frente.

Muito obrigado, parabéns a todos os senhores. (Palmas.)

debates - a sociedade se manifesta – Ciência, Tecnologia e Comunicação

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim